



RELATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO 2004

Liberdade Cultural
num Mundo
Diversificado



Publicado
para o Programa das Nações Unidas
para o Desenvolvimento
(PNUD)

Lisboa
MENSAGEM - Serviço de Recursos Editoriais, Lda.
Rua Dr. Manuel de Arriaga, 68-D
2745-158 QUELUZ
PORTUGAL



AGRADECIMENTO

A tradução e a publicação da edição portuguesa do Relatório do Desenvolvimento Humano 2004 só foram possíveis graças ao apoio do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD).



MENSAGEM

MENSAGEM - Serviço de Recursos Editoriais
Rua Dr. Manuel de Arriaga, 68-D - 2745-158 QUELUZ
Telef. +351 214 342 110 • Fax +351 214 342 119

Copyright ©2004
do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
1 UN Plaza, New York, New York, 10017, USA
<http://www.undp.org/undp/hdro>

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida ou transmitida, de qualquer forma ou por qualquer meio, electrónico, mecânico, fotocópia, gravação ou outro, sem autorização da Editora Mensagem.

Edição em língua portuguesa MENSAGEM - Serviço de Recursos Editoriais
Rua Dr. Manuel de Arriaga, 68-D - 2745-158 QUELUZ
Telef. +351 214 342 110 • Fax +351 214 342 119

Tradução: José Freitas e Silva

Coordenação da tradução e revisão técnica: João Estêvão

Capa e design: Gerald Quinn, Quinn Information Design, Cabin John, Maryland

Paginação e preparação gráfica: João Mendes - Artes Gráficas, Lda. - Telemóvel 919 032 125

Impressão e acabamento: SIG - Sociedade Industrial Gráfica, Lda.
Bairro de S. Francisco, Lote 1-6
P. 2685-466 Camarate - PORTUGAL
Telefone: (351) 219 473 701 • Fax: (351) 219 475 970

ISBN 972-8730-18-7

Depósito Legal N.º

Para qualquer erro ou omissão encontrado no presente Relatório após a sua impressão, consultar website do PNUD em <http://hdr.undp.org>

EQUIPA PARA A PREPARAÇÃO DO
Relatório do Desenvolvimento Humano 2004

Directora e Redactora Principal
Sakiko Fukuda-Parr

Equipa nuclear

Carla De Gregorio, Haishan Fu (Chefe de Estatística), Ricardo Fuentes, Arunabha Ghosh, Claes Johansson, Christopher Kuonqui, Santosh Mehrotra, Tanni Mukhopadhyay, Stefano Pettinato, David Stewart e Emily White

Conselheiro estatístico: Tom Griffin

Editores: Cait Murphy e Bruce Ross-Larson

Desenho da capa e layout: Gerald Quinn

Desenho da Informação: Grundy & Northedge

Consultores Principais

Amartya Sen (Capítulo 1), Lourdes Arizpe, Robert Bach, Rajeev Bhargava, Elie Cohen, Emmanuel de Kadt, Nicholas Dirks, K.S. Jomo, Will Kymlicka, Valentine Moghadam, Joy Moncrieffe, Sam Moyo, Brendan O'Leary, Kwesi Kwaa Prah, Barnett R. Rubin, Daniel Sabbagh, D.L. Sheth, Rodolfo Stavenhagen, Alfred Stepan, Deborah Yashar e Aristide Zolberg

Colegas do GRDH

O grupo de trabalho exprime os seus agradecimentos pelo valioso apoio e contributo dos colegas do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano (GRDH). A preparação do Relatório contou com o apoio administrativo de Oscar Bernal, Renuka Corea-Lloyd e Mamaye Gebretsadik. O trabalho de divulgação e promoção do Relatório foram da responsabilidade de Nena Terrell com o apoio de Maria Kristina Dominguez e Anne-Louise Winsløv. As operações do GRDH foram administradas por Yves Sassenrath com o apoio de Marie Suzanne Ndaw. E o grupo trabalhou em conjunto com os membros da Unidade do Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano (NHDR), nomeadamente: Sarah Burd-Sharps (Directora Adjunta do GRDH e Chefe da Unidade do NHDR), Marcia de Castro, Sharmila Kurukulasuriya, Juan Pablo Mejia e Mary Ann Mwangi.

Prefácio

Numa altura em que a noção de um “choque de culturas” global ressoa fortemente – e preocupantemente – por todo o mundo, encontrar respostas para as velhas questões sobre a melhor maneira de gerir e mitigar os conflitos acerca da língua, religião, cultura e etnicidade assumiu uma importância renovada. Para quem trabalha em desenvolvimento, esta não é uma questão abstracta. Para que o mundo atinja os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e acabe por erradicar a pobreza, tem que enfrentar primeiro, com êxito, o desafio da construção de sociedades culturalmente diversificadas e inclusivas. Não só porque fazê-lo com êxito é condição prévia para os países se concentrarem adequadamente noutras prioridades do crescimento económico, a saúde e a educação para todos os cidadãos. Mas também porque permitir às pessoas uma expressão cultural completa é um fim importante do desenvolvimento em si mesmo.

O desenvolvimento humano tem a ver, primeiro e acima de tudo, com a possibilidade das pessoas viverem o tipo de vida que escolheram – e com a provisão dos instrumentos e das oportunidades para fazerem as suas escolhas. Nos últimos anos, o *Relatório do Desenvolvimento Humano* tem defendido fortemente que esta é uma questão, tanto de política, como de economia – desde a protecção dos direitos humanos até ao aprofundamento da democracia. A menos que as pessoas pobres e marginalizadas – que na maioria das vezes são membros de minorias religiosas, étnicas, ou migrantes – possam influenciar acções políticas, a nível local e nacional, não é provável que obtenham acesso equitativo ao emprego, escolas, hospitais, justiça, segurança e a outros serviços básicos.

O Relatório deste ano assenta nessa análise, examinando cuidadosamente – e rejeitando – as afirmações de que as diferenças culturais levam necessariamente ao conflito social, económico e

político, ou de que os direitos culturais inerentes deviam suplantar os direitos políticos e económicos. Em vez disso, fornece um poderoso argumento para descobrir modos de “satisfação nas nossas diferenças”, como disse o Arcebispo Desmond Tutu. Também oferece algumas ideias concretas sobre o que significa, na prática, construir e gerir as políticas de identidade e cultura de maneira consistente com os princípios fundamentais do desenvolvimento humano.

Por vezes, isso é relativamente fácil – por exemplo, o direito de uma rapariga à educação sobrepor-se-á sempre à reivindicação do pai de um direito cultural de proibir a sua escolarização, por razões religiosas ou outras. Mas a questão pode ser muito mais complicada. Vejamos a educação em língua materna. Há provas persuasivas de que os jovens têm mais êxito aprendendo na sua própria língua. Porém, o que é uma vantagem num determinado momento da vida – e, na verdade, pode continuar a ser um princípio básico de identidade indispensável ao longo da vida toda – pode tornar-se uma desvantagem noutros aspectos, quando a falta de proficiência em línguas nacionais, ou internacionais, mais usadas prejudicar gravemente as oportunidades de emprego. Como este Relatório torna claro, da acção afirmativa ao papel dos meios de comunicação, não existem regras fáceis, nem universais, sobre a melhor maneira de construir sociedades multiculturais que funcionem.

Mesmo assim, há uma lição geral que é clara: ter êxito não é simplesmente uma questão de mudanças legislativas e de políticas, por mais necessárias que elas sejam. As constituições e as leis que protegem e dão garantias às minorias, povos indígenas e outros grupos são uma base fundamental para liberdades mais amplas. Mas, a menos que a cultura política também mude – a menos que os cidadãos venham a pensar, sentir e agir de modo a contemplar as necessidades e

aspirações de outros –, a verdadeira mudança não acontecerá.

Quando a cultura política não muda, as consequências são perturbadoramente claras. Dos grupos indígenas descontentes da América Latina, às minorias infelizes de África e da Ásia e aos novos imigrantes de todo o mundo desenvolvido, não resolver as razões de queixa de grupos marginalizados não cria apenas injustiça. Cria verdadeiros problemas para o futuro: jovens desempregados e descontentes, zangados com o *status quo* e a exigirem mudança, muitas vezes violentamente.

Esse é o desafio. Mas também há verdadeiras oportunidades. A mensagem geral deste Relatório é destacar o enorme potencial de construir um mundo mais pacífico e mais próspero, pondo as questões da cultura na corrente principal do pensamento e da prática do desenvolvimento. Não para substituir as prioridades mais tradicionais que continuarão a ser o nosso dia-a-dia – mas para as completar e reforçar. O lado menos interessante do desenvolvimento é que os países em desenvolvimento podem muitas vezes recorrer a tradições culturais mais ricas e mais diversificadas – venham elas da língua, arte, música, ou doutras formas – do que os seus parceiros mais ricos do Norte. A globalização da cultura de massas – dos livros aos filmes e à televisão – coloca, claramente, algumas ameaças significati-

vas às culturas tradicionais. Mas também abre oportunidades, desde o significado limitado de grupos prejudicados, como os aborígenes australianos ou os esquimós árticos penetrando nos mercados mundiais de arte, até ao significado mais amplo de criação de sociedades mais vibrantes, criativas e estimulantes.

Tal como todos os *Relatórios de Desenvolvimento Humano*, este é um estudo independente destinado a estimular o debate e a discussão sobre um assunto importante, e não uma declaração de política das Nações Unidas, ou do PNUD. Porém, ao pegar num assunto muitas vezes negligenciado por economistas do desenvolvimento e ao colocá-lo firmemente no espectro de prioridades para a criação de vidas melhores e mais plenas, apresenta importantes argumentos para o PNUD e seus parceiros considerarem e actuarem no âmbito mais geral das suas actividades. Este ano, também gostaria de prestar uma homenagem especial a Sakiko Fukuda-Parr, que está de saída após 10 anos de liderança bem sucedida do nosso Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano. Também gostaria de apresentar agradecimentos especiais a Amartya Sen, um dos padrinhos do desenvolvimento humano, que não só colaborou no primeiro capítulo, mas também tem tido uma enorme influência na formação do nosso pensamento sobre este importante assunto.



Mark Malloch Brown
Administrador, PNUD

A análise e as recomendações políticas deste Relatório não reflectem, necessariamente, as opiniões do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, do seu Conselho Executivo, ou dos seus Estados membros. O Relatório é uma publicação independente comissionada pelo PNUD. É o fruto de um esforço de colaboração de uma equipa de consultores e conselheiros eminentes e da equipa do *Relatório do Desenvolvimento Humano*. Sakiko Fukuda-Parr, Directora do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, conduziu este esforço.

Agradecimentos

A preparação deste Relatório não teria sido possível sem as valiosas contribuições de um grande número de pessoas e de organizações.

A equipa exprime os seus sinceros agradecimentos ao Professor Amartya Sen, que concebeu a estrutura prévia do Relatório.

CONTRIBUIÇÕES

A equipa está particularmente agradecida pela colaboração oferecida pelo Director Geral da UNESCO, Koïchiro Matsuura, e pelos seus colaboradores, particularmente Ann-Belinda Preis, Katarina Stenou e Rene Zapata.

Foram preparados muitos estudos de apoio, documentos e notas sobre questões temáticas relacionadas com a identidade, diversidade cultural e liberdade cultural. Para tal, contámos com o contributo de Lourdes Arizpe, Robert Bach, Rajeev Bhargava, Elie Cohen, Emanuel De Kadt, Carolyn Deere, Nicholas Dirks, K.S. Jomo, Will Kymlicka, Valentine Moghadam, Joy Moncrieffe, Sam Moyo, Brendan O'Leary, Kwesi Kwaa Prah, Barnett R. Rubin, Daniel Sabbagh, Amartya Sen, D.L. Sheth, Rodolfo Stavenhagen, Alfred Stepan, Deborah Yashar e Aristide Zolberg. Para o Capítulo 2, beneficiámos do contributo do Gabinete de Prevenção e Recuperação de Crises, com mapas de países e informação relacionada com conflitos, particularmente do trabalho de Meegan Murray, Preveen Pardeshi e Pablo Ruiz.

Muitas organizações partilharam generosamente as suas séries de dados e outros materiais de investigação: Centro de Análise e Informação sobre o Dióxido de Carbono; Secretariado da Comunidade das Caraíbas; Centro de Comparações Internacionais, na Universidade da Pensilvânia; Comissão Económica e Social para

a Ásia e Pacífico; Organização para a Alimentação e Agricultura; Instituto Internacional de Estudo Estratégicos; Organização Internacional do Trabalho; Fundo Monetário Internacional; Organizações Internacionais para a Migração; União Internacional das Telecomunicações; União Interparlamentar; Programa Conjunto das Nações Unidas para o HIV/SIDA; Estudos de Rendimento do Luxemburgo; Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico; Instituto Internacional de Estocolmo para a Investigação sobre a Paz; Fundo das Nações Unidas para a Infância; Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento; Comissão Económica das Nações Unidas para a América Latina e as Caraíbas; Instituto de Estatística da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura; Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados; Gabinete das Nações Unidas contra a Droga e o Crime; Departamento de Assuntos Legais das Nações Unidas; Divisão das Nações Unidas para a População; Divisão de Estatística das Nações Unidas; Banco Mundial; Organização Mundial de Saúde e Organização Mundial para a Propriedade Intelectual.

A equipa também expressa a sua apreciação pelo apoio que recebeu da Fundação Rockefeller, particularmente de Ram Manikkalingam, Janet Maughan, Joan Shigekawa, Lynn Szwaja, Tomas Ybarro-Frausto, assim como de Gianni Celli e de Nadia Giladroni da Centro de Estudos e Conferências da Fundação Bellagio Rockefeller.

PAINEL CONSULTIVO

O Relatório beneficiou grandemente com o conselho intelectual e a orientação fornecidos por um painel consultivo externo de peritos

eminentes. Do painel fizeram parte Arjun Appadurai, Robert Bach, Seyla Benhabib, Nancy Birdsall, Jody Narandran Kollapen, Mahmood Mamdani, Sónia Picado, Surin Pitsuwan, Jorge F. Quiroga, Paul Streeten, Victoria Tauli-Corpus, Ngaire Woods, Rene Zapata e Antonina Zhelyazkova. Do painel consultivo sobre estatística fizeram parte Sudhir Anand, Paul Cheung, Willem DeVries, Lamine Diop, Carmen Feijo, Andrew Flatt, Paolo Garonna, Robert Johnston, Irena Krizman, Nora Lustig, Ian Macredie, Marion McEwin, Wolf Scott, Tim Smeeding e Michael Ward.

CONSULTAS

Durante a preparação do Relatório foram muitas as pessoas consultadas e que deram o seu valioso conselho, informações e materiais. A equipa do Relatório agradece a Carla Abouzahr, Yamin Ahmad, Patricia Alexander, Serge Allegrezza, Anna Alvazzi del Frate, Shaida Badiee, Yusuf Bangura, Nefise Bazoglu, Grace Bediako, Matt Benjamin, Yonas Biru, Ties Boerma, Eduard Bos, Thomas Buettner, Tony Burton, Rosario Garcia Calderon, Joe Chamie, Shaohua Chen, Paul Cheung, Martin Chungong, David Cieslikowski, Lee Cokorinos, Patrick R. Cornu, Kim Cragin, Trevor Croft, Gaurav Datt, Ian Dennis, Yuri Dikhanov, Dennis Drescher, Asghar Ali Engineer, Hubert Escaith, Kareen Fabre, Yousef Falah, Richard Fix, Karl Franklin, Nancy Fraser, Rodolfo Roque Fuentes, Enrique Ganuza, Peter Ghys, Erlinda Go, Rui Gomes, Ray Gordon, Marilyn Gregerson, Ted Robert Gurr, Brian Hammond, Philomen Harrison, Sabinne Henning, Alan Heston, Misako Hiraga, Frederick W.H. Ho, Joop van Holsteyn, Béla Hovy, Piero Ignazi, Chandika Indikadahena, Jens Johansen, Lawrence Jeff Johnson, Robert Johnston, Vasantha Kandiah, Alison Kennedy, Sio Suat Kheng, Elizabeth Kielman, Taro Komatsu, Karoly Kovacs, Olivier Labe, Frank Laczko, Henrik Larsen, Georges Lemaitre, Denise Lievesley, Rolf Luyendijk, Nyein Nyein Lwin, Doug Lynd, Esperanza C. Magpantay, Mary Mahy, Heikki S. Mattila, Clare Menozzi, Jorge Mernies, Michael Minges, Anjali Mody, Catherine Monagle, Bruno Moro, Ron Morren,

Philip Mukungu, Angela Ferriol Muruaga, Jack Nagel, Keiko Osaki, Jude Padyachy, Sonia Palmieri, Rosario Pardo, Amy Pate, Sulekha Patel, François Pelletier, Bob Pember, Indira Persaud, Francesca Perucci, Rudolphe Petras, Spyridon Pilos, Lionel Pintopontes, William Prince, Lakshmi Puri, Agnès Puymoyen, Hantamalala Rafalimanana, Markandey Rai, Vijayendra Rao, Luca Renda, Clinton Robinson, David Roodman, Ricardo Sibrián, Shaguni Singh, Armin Sirco, Carl Skau, Petter Stalenheim, Elsa Stamatopoulou, Mark Stoker, Diane Stukel, Ilpo Survo, Eric Swanson, Tony Taubman, Benedicte Terryn, Michel Thieren, Anne Thomas, Barbara Trudell, Elisa Tsakiri, Rafael Tuts, Erica Usher, Said Voffal, Rick Wacek, Neff Walker, Steve Walter, Tessa Wardlaw, Jayashree Watal, Glenys Waters, Catherine Watt, Wendy Wendland, Patrick Werquin, Siemon Wezeman, Anders Widfeldt, Boris Wijkström, Jonathan Wilkenfeld, Diane Wroge, A. Sylvester Young, Elizabeth Zaniewski e Hania Zlotnik.

Foi realizada uma consulta informal a Organismos das Nações Unidas, que forneceram à equipa comentários e sugestões muito úteis. Agradecemos à Organização para a Alimentação e Agricultura; ao Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura; à Organização Internacional do Trabalho; ao Fundo Monetário Internacional; Programa Conjunto das Nações Unidas para o HIV/SIDA; ao Fundo das Nações Unidas para a Infância; à Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento; ao Departamento das Nações Unidas para os Assuntos Económicos e Sociais; à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura; ao Programa das Nações Unidas para o Ambiente; ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos; ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados; ao Programa das Nações Unidas para os Povoamentos Humanos; ao Instituto das Nações Unidas para a Formação Profissional e a Investigação; ao Fundo das Nações Unidas para a População; à Organização Mundial de Saúde; à Organização Mundial para a Propriedade Intelectual e ao Banco Mundial.

A equipa gostaria de agradecer a todos os colaboradores da rede de relatórios de desenvolvimento humano do PNUD (HDR-net) e a todos os membros da sociedade civil que participaram com comentários e sugestões perspicazes durante as discussões alargadas que se realizaram.

LEITORES DO PNUD

Um grupo de leitores, constituído por colegas do PNUD, ofereceu os seus valiosos comentários, sugestões e interpretações durante a fase de elaboração do Relatório. A equipa está particularmente agradecida a Randa Aboul-Hosn, Fernando Calderon, Moez Doraid, Gilbert Fossoun Hounbo, Andrey Ivanov, Selim Jahan, Bruce Jenks, Freddy Justiniano, Inge Kaul, Douglas Keh, Thierry Lemaesquier, Lamin Manneh, Saraswathi Menon, Kalman Mizsei, Balasubramaniam Murali, Shoji Nishimoto, Omar Noman, William Orme, Eugenio Ortega, Hilda Paqui, Ravi Rajan, Ramaswamy Sudarshan, Mark Suzman, Júlia V. Taft, Gulden Turkoz-Cosslett, Louisa Vinton, Mourad Wahba e Gita Welch.

EDIÇÃO, PRODUÇÃO E TRADUÇÃO

Como nos anos anteriores, o Relatório beneficiou do trabalho dos revisores da Communications Development Incorporated: Meta de Coquereumont, Elizabeth McCrocklin, Thomas Roncoli, Bruce Ross-Larson e Christopher Trott. O Relatório (incluindo a capa) foi desenhado por Gerald Quinn e paginado por Elaine Wilson. A informação estatística que aparece no Relatório foi desenhada por Grundy & Northedge.

A produção, tradução, distribuição e promoção do Relatório beneficiaram da ajuda e apoio do Gabinete de Comunicações do

Administrador do PNUD: Djibril Diallo, Maureen Lynch, Trygve Olfarnes, Bill Orme, Hilda Paqui bem como Elizabeth Scott Andrews. As traduções foram revistas por Helene Castel, Cielo Morales, Vladimir Scherbov, Andrey Ivanov, e Ali Al-Kasimi.

O Relatório beneficiou ainda do trabalho e dedicação dos estagiários: Valentina Azzarello, Alexandra Lopoukhine, Rachel Sorrentino e Rati Tripathi. Emmanuel Boudard e Jessica Lopatka deram um contributo inestimável ao grupo de estatística.

Liliana Izquierdo e Gerardo Nunez do Gabinete da Nações Unidas para o Serviço de Projectos deram um apoio administrativo e organizativo decisivo.

* * *

A equipa expressa o seu sincero apreço pelo revisor especializado do Relatório, Will Kymlicka, que reviu cuidadosamente os primeiros escritos do Relatório e partilhou a sua sabedoria e perspicácia. A equipa também está grata a Ian Macredie, Lene Mikkelsen e David Pearce, os revisores estatísticos especializados que escrutinaram o uso de dados no Relatório e emprestaram o seu conhecimento estatístico.

Finalmente, os autores estão particularmente agradecidos a Mark Malloch Brown, Administrador do PNUD, pela sua liderança e visão. Apesar de gratos por todo o apoio recebido, os autores assumem a inteira responsabilidade pelas opiniões expressas no Relatório.



Sakiko Fukuda-Parr

Directora

Relatório do Desenvolvimento

Humano 2004

Índice

INTRODUÇÃO Liberdade Cultural num Mundo Diversificado 1

CAPÍTULO 1 Liberdade cultural e desenvolvimento humano 13

- Participação e reconhecimento 14
 - Liberdades, direitos humanos e o papel da diversidade 15
 - Identidade, comunidade e liberdade 16
 - Globalização, assimetria e democracia 19
 - Conclusões 22
-

CAPÍTULO 2 Desafios para a liberdade cultural 27

- Liberdade cultural – uma dimensão desconhecida do desenvolvimento humano 28
 - Promover a liberdade cultural exige o reconhecimento das diferenças de identidade 36
 - Três mitos em torno da liberdade cultural e o desenvolvimento 38
 - Desafios de hoje para a liberdade cultural 44
-

CAPÍTULO 3 Construir democracias multiculturais 47

- Resolver os dilemas do Estado com o reconhecimento da diferença cultural 47
 - Políticas para assegurar a participação política de grupos culturais diversos 50
 - Políticas de religião e prática religiosa 54
 - Políticas acerca do direito consuetudinário e do pluralismo legal 57
 - Políticas acerca do uso de múltiplas línguas 60
 - Políticas para corrigir a exclusão socioeconómica 65
-

CAPÍTULO 4 Enfrentar os movimentos para a dominação cultural 73

- Movimentos para a dominação cultural – os desafios actuais 74
 - Dilemas para as democracias – medidas restritivas ou conciliadoras? 77
-

CAPÍTULO 5 Globalização e escolha cultural 85

- Globalização e multiculturalismo 88
 - Fluxos de investimento e conhecimento – incluir os povos indígenas num mundo globalmente integrado 91
 - Fluxos de bens culturais – alargar as escolhas através da criatividade e da diversidade 96
 - Fluxos de pessoas – identidades múltiplas para cidadãos mundiais 99
-

Notas 107

Nota bibliográfica 110

Bibliografia 112

CONTRIBUIÇÕES ESPECIAIS

- Os direitos humanos incorporam os valores fundamentais das civilizações humanas *Shirin Ebadi* 23
- Diversidade – de divisiva a inclusiva *Nelson Mandela* 43
- O Reconhecimento da Diversidade Linguística na Constituição do Afeganistão *Hamid Karzai* 64
- A diferença não é uma ameaça mas uma fonte de força *John Hume* 82
- Povos indígenas e desenvolvimento *Ole Henrik Magga* 91
-

CAIXAS

- 2.1 Dois aspectos da exclusão cultural 27
- 2.2 A definição de direitos culturais fica para trás em relação aos direitos civis, políticos, económicos e sociais – Porquê? 28
- 2.3 Medir a liberdade cultural 31
- 2.4 O índice de desenvolvimento humano: captar desigualdades entre grupos 36
- 2.5 Políticas culturais – proteger a herança cultural e promover a liberdade cultural 38
- 2.6 Desigualdades entre grupos podem alimentar o conflito e a tensão 41
- 2.7 A diferença étnica nas Ilhas Salomão não é causa de conflito 42
- 3.1 Esboço de um guia do federalismo 50
- 3.2 O desafio do federalismo: trajectória política conturbada e perspectivas da Nigéria 52
- 3.3 Representação proporcional, ou vencedor ganha tudo? A Nova Zelândia muda 55
- 3.4 As muitas formas de Estados seculares e não seculares e os seus efeitos na liberdade religiosa 56
- 3.5 Direito privado hindu e muçulmano: o debate em curso sobre um código civil uniforme 57
- 3.6 Acesso à justiça e reconhecimento cultural na Guatemala 59
- 3.7 Educação multilingue na Papua Nova Guiné 61
- 3.8 Quantas línguas existem em África? 85% dos africanos falam 15 línguas nucleares 63
- 3.9 Direito à terra nas Filipinas 68
- 3.10 Experiências com acção afirmativa na Malásia e na África do Sul 70
- 4.1 Liderança, manipulação ideológica e recrutamento de apoiantes 77
- 4.2 Ásia Central – o perigo de restringir as liberdades políticas e culturais 78
- 4.3 Egipto – distinguir entre moderados e extremistas 80
- 4.4 Argélia – descontentamento, democratização e violência 81
- 4.5 Estados Unidos – visar a intolerância e o ódio 83
- 5.1 Cultura – mudança de paradigma na Antropologia 89
- 5.2 Fontes da ética mundial 90
- 5.3 Empresas privadas e povos indígenas podem trabalhar juntos para o desenvolvimento 94
- 5.4 Utilizar os direitos de propriedade intelectual para proteger o conhecimento tradicional 95
- 5.5 O debate sobre bens culturais e o fiasco do Acordo Multilateral sobre Investimentos 96
- 5.6 O apoio bem sucedido da França às indústrias domésticas da cultura 99
- 5.7 O dilema dos lenços de cabeça em França 101
- 5.8 Contratos temporários – receber bem os trabalhadores, mas não as pessoas, não é solução 103
- 5.9 Como Berlim promove o respeito pela diferença cultural 104
-

QUADROS

- 2.1 Representação política de minorias étnicas em parlamentos seleccionados da OCDE 35

2.2	Integrar políticas multiculturais em estratégias de desenvolvimento humano	37
3.1	Indicadores de rendimento interno e custos das escolas convencionais e bilingues em Burkina Faso	62
4.1	Vítimas causadas pela violência sectária no Paquistão, 1989-2003	75
5.1	População indígena na América Latina	92
5.2	Escolhas de política para a promoção da indústria doméstica de cinema e audiovisual – o mercado e a dimensão da indústria são importantes	98
5.3	As 10 cidades do topo pela parcela da população nascida no estrangeiro, 2000-01	99

FIGURAS

2.1	A maioria dos países é culturalmente diversificada	28
2.2	Os povos indígenas têm uma vida mais curta	29
2.3	Na Europa, a população migrante não europeia tem aumentado significativamente...e os migrantes estão a chegar de mais sítios	30
2.4	Muitos não têm acesso ao ensino primário na sua língua materna	34
2.5	Feridos nacionais são um meio importante de reconhecer – ou ignorar – identidades culturais	35
3.1	Os povos indígenas têm mais probabilidades que os não indígenas de serem pobres, na América Latina	67
3.2	Os não brancos beneficiam menos que os brancos da despesa pública de saúde, na África do Sul	67
3.3	As desigualdades entre grupos declinaram na Malásia, mas não as desigualdades entre pessoas	71
3.4	Os resultados da acção afirmativa nos Estados Unidos são mistos	71
4.1	Movimentos para a dominação cultural – diferente de todos os movimentos fundamentalistas ou violentos	73
4.2	Alguns partidos europeus da extrema-direita ganharam constantemente parcelas crescentes dos votos	74
4.3	A participação democrática pode expor a franja de atracção dos partidos de extrema-direita	82
5.1	Os filmes do topo da distribuição, de todos os tempos, nas salas internacionais (menos EUA) eram filmes dos EUA, Abril de 2004	97
5.2	Crescimento sem precedentes da migração internacional para Europa, América do Norte, Austrália e Nova Zelândia, mas os refugiados permanecem uma pequena proporção, 1990-2000	100
5.3	Mais e mais governos (ricos e pobres) querem controlar a imigração, 1976-2001	100

MAPAS

2.1	Guatemala apresenta sobreposições significativas entre comunidades linguísticas e exclusão social	37
5.1	Muitas actividades de extracção e de infra-estruturas nos países em desenvolvimento são em áreas onde vivem povos indígenas	92

DESTAQUES

2.1	O banco de dados <i>Minorias em Risco</i> – quantificar a exclusão cultural	32
	Figura 1 Discriminação e desvantagem de grupos culturalmente identificados podem ser culturais, políticas e económicas – com sobreposições consideráveis	32
	Figura 2 Exclusão política e económica têm causas diferentes	32
3.1	Unidade do Estado ou identidade etnocultural? Não é uma escolha inevitável	48
	Figura 1 Identidades nacionais múltiplas e complementares	48
	Figura 2 Confiança, apoio e identificação: países pobres e diversificados podem dar-se bem com políticas multiculturais	49
5.1	Que há de novo sobre as implicações da globalização para a política de identidade?	86
	Quadro 1 Dez países do topo segundo a parcela da população migrante, 2000	87

Figura 1 Crescimento rápido dos investimentos em indústrias extractivas nos países em desenvolvimento, 1988-97 86

Figura 2 Menos filmes domésticos, mais filmes dos EUA: evolução da audiência de filmes, 1984-2001 87

Destaque estatístico 1	O estado do desenvolvimento humano	127
Quadro 1	IDH, IPH-1, IPH-2, IDG — Mesmas componentes, medidas diferentes	127
Quadro 2	Erradicação da pobreza: permanecem privações maciças, 2000	129
Quadro 3	Progressos e retrocessos: mortalidade de crianças	132
Quadro 4	Progressos e retrocessos: ensino primário	132
Quadro 5	Progressos e retrocessos: privação de rendimento	132
Quadro 6	Países que estão a viver uma queda no índice de desenvolvimento humano, décadas de 1980 e 1990	132
Figura 1	Mesmo IDH, rendimento diferente	128
Figura 2	Mesmo rendimento, IDH diferente	128
Figura 3	Progresso insuficiente em direcção aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio	130
Figura 4	Cronologia: Quando serão realizados os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio se o progresso não acelerar?	133
Figura 5	Disparidades mundiais no IDH	134
Figura 6	Países de prioridade máxima e alta	134
	Índice dos indicadores dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio nos quadros de indicadores	135
Destaque estatístico 2	Nota para o quadro 1: Sobre o índice de desenvolvimento humano deste ano	137

INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

MONITORIZAR O DESENVOLVIMENTO HUMANO: AUMENTAR AS ESCOLHAS DAS PESSOAS. . .

1	Índice de desenvolvimento humano	139
2	Tendências do índice de desenvolvimento humano	143
3	Pobreza e privação humanas: países em desenvolvimento	147
4	Pobreza e privação humanas: OCDE, Europa Central & do Leste & CEI	150

. . . PARA LEVAREM UMA VIDA LONGA E SAUDAVEL. . .

5	Tendências demográficas	152
6	Compromisso com a saúde: recursos, acesso e serviços	156
7	Água, saneamento e estado da nutrição	160
8	Principais crises e desafios da saúde no mundo	164
9	Sobrevivência: progressos e retrocessos	168

. . . ADQUIRIREM CONHECIMENTO . . .

10	Compromisso com a educação: despesa pública	172
11	Alfabetização e escolarização	176
12	Tecnologia: difusão e criação	180

. . . TEREM ACESSO AOS RECURSOS NECESSARIOS PARA UM NIVEL DE VIDA DIGNO. . .

13	Desempenho económico	184
14	Desigualdade no rendimento ou consumo	188
15	A estrutura do comércio	192
16	Responsabilidades dos países ricos: ajuda	196
17	Responsabilidades dos países ricos: alívio da dívida e comércio	197

18	Fluxos de ajuda, capital privado e dívida	198
19	Prioridades na despesa pública	202
20	Desemprego nos países da OCDE	206

... ENQUANTO O PRESERVAM PARA AS GERAÇÕES FUTURAS ...

21	Energia e ambiente	207
----	--------------------	-----

... PROTEGENDO A SEGURANÇA PESSOAL ...

22	Refugiados e armamentos	211
23	Vítimas da criminalidade	215

... E ALCANÇANDO A IGUALDADE PARA TODAS AS MULHERES E HOMENS

24	Índice de desenvolvimento ajustado ao género	217
25	Medida de participação segundo o género	221
26	Desigualdade de género na educação	225
27	Desigualdade de género na actividade económica	229
28	Género, carga de trabalho e afectação do tempo	233
29	Participação política das mulheres	234

INSTRUMENTOS DOS DIREITOS HUMANOS E DO TRABALHO

30	Estatuto dos principais instrumentos internacionais de direitos humanos	238
31	Estatuto das convenções sobre direitos fundamentais do trabalho	242
32	Índices de desenvolvimento humano: uma perspectiva regional	246
33	Indicadores básicos para outros países membros da ONU	250

Nota sobre as estatísticas no Relatório do Desenvolvimento Humano 251

Notas técnicas

1	Cálculo dos índices de desenvolvimento humano	258
2	Identificação dos países de prioridade máxima e de prioridade alta nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio	265

Definições de termos estatísticos 268

Referências estatísticas 277

Classificação dos países 279

Índice dos indicadores 283



Liberdade Cultural num Mundo Diversificado

Como é que a nova constituição do Iraque irá satisfazer as exigências de justa representação dos Xiitas e dos Curdos? Quais – e quantas – das línguas faladas no Afeganistão deve a nova constituição reconhecer como línguas oficiais do Estado? Como é que o tribunal federal nigeriano lidará com uma determinação da lei da Sharia para punir o adultério com a morte? Aprovará o parlamento francês a proposta de proibição dos lenços e doutros símbolos religiosos nas escolas públicas? Resistirão os hispânicos dos Estados Unidos à assimilação pela cultura americana dominante? Haverá um acordo de paz para pôr termo à luta na Costa do Marfim? Irá o presidente da Bolívia resignar na sequência dos protestos crescentes dos povos indígenas? Concluir-se-ão alguma vez as conversações de paz para pôr termo ao conflito tamil-cingalês no Sri Lanka? Estes são apenas alguns cabeçalhos dos últimos meses. Gerir a diversidade cultural é um dos principais desafios do nosso tempo.

Consideradas durante muito tempo ameaças divisivas à harmonia social, opções como estas – acerca do reconhecimento e da aceitação de etnicidades, religiões, línguas e valores diversos – constituem uma característica incontornável da paisagem política do século XXI. Líderes e teóricos da política, de todos os quadrantes, opuseram-se a qualquer reconhecimento explícito de identidades culturais – étnica, religiosa, linguística, racial. O resultado mais frequente tem sido a supressão das identidades culturais, por vezes de forma brutal, como política de Estado – através de perseguições religiosas e limpezas étnicas, mas também através da habitual exclusão e discriminação económica, social e política.

O que é novo, hoje, é a ascensão das políticas de identidade. Em contextos muito diferentes e de modos muitos diversos – desde os povos indígenas da América Latina às minorias religiosas na Ásia do Sul e às minorias étnicas nos Balcãs e em África, até aos imigrantes na Europa Ocidental – as pessoas estão a mobilizar-se de novo em torno de velhas injustiças segundo linhas étnicas, religiosas, raciais e culturais, exigindo que a sua identidade seja reconhecida,

apreciada e aceite pela sociedade mais ampla. Sofrendo de discriminação e marginalização em relação a oportunidades sociais, económicas e políticas, também exigem justiça social. Igualmente nova é a ascensão de movimentos coercivos que ameaçam a liberdade cultural. E, nesta era de globalização, emergiu um novo tipo de reivindicações e exigências políticas dos indivíduos, comunidades e países que sentem que as suas culturas locais estão a ser eliminadas. Querem manter a sua diversidade num mundo globalizado.

Porquê esses movimentos hoje? Não são movimentos isolados. Fazem parte de um processo histórico de mudança social, de lutas pela liberdade cultural, de novas fronteiras no progresso das liberdades humanas e da democracia. São impulsionados e moldados pela disseminação da democracia, que está a dar aos movimentos mais espaço político para protestar, e pelo avanço da globalização, que está a criar novas redes de alianças e a apresentar novos desafios.

A liberdade cultural é uma parte vital do desenvolvimento humano, porque a capacidade de uma pessoa escolher a sua identidade – quem ela é – sem perder o respeito dos outros, ou ser excluída de outras opções, é importante para uma vida plena. As pessoas querem liberdade para praticar abertamente a sua religião, falar a sua língua, celebrar a sua herança étnica ou religiosa sem medo do ridículo, de punições ou da diminuição de oportunidades. As pessoas querem a liberdade de participar na sociedade sem ter de prescindir das amarras culturais que escolheram. É uma ideia simples, mas profundamente perturbadora.

Os Estados enfrentam um desafio urgente na resposta a estas exigências. Se for bem resolvido, um maior reconhecimento das identidades trará uma maior diversidade cultural à sociedade, enriquecendo a vida das pessoas. Mas também existe um grande risco.

Estas lutas por causa da identidade cultural, se não forem geridas, ou se forem mal geridas, podem tornar-se rapidamente uma das maiores fontes de instabilidade dentro e entre os Estados – e, assim,

A liberdade cultural é uma parte vital do desenvolvimento humano

Este Relatório defende o respeito pela diversidade e a construção de sociedades mais inclusivas, adotando políticas que reconheçam, explicitamente, as diferenças culturais – políticas multiculturais

desencadear conflitos que poderão fazer recuar o desenvolvimento. As políticas de identidade que polarizam pessoas e grupos estão a criar linhas de separação entre “nós” e “eles”. Uma desconfiança e um ódio crescentes ameaçam a paz, o desenvolvimento e as liberdades humanas. Só no último ano, a violência étnica destruiu centenas de casas e de mesquitas no Kosovo e na Sérvia. Terroristas atacaram à bomba um comboio em Espanha matando cerca de 200 pessoas. A violência sectária matou milhares de muçulmanos e obrigou outros milhares a abandonar as suas casas, em Guzarate e noutros pontos da Índia, um país defensor da aceitação cultural. Uma avalanche de crimes de ódio contra imigrantes estilhaçou a crença dos noruegueses no seu inabalável compromisso com a tolerância.

As lutas por causa da identidade também podem levar a políticas repressivas e xenófobas que retardam o desenvolvimento humano. Podem encorajar um refúgio no conservadorismo e uma rejeição da mudança, interrompendo a infusão de ideias e de pessoas que trazem valores cosmopolitas e o conhecimento e qualificações que fazem progredir o desenvolvimento.

Gerir a diversidade e respeitar as identidades culturais não são desafios apenas para alguns “estados multiétnicos”. Quase nenhum país é inteiramente homogéneo. Os quase 200 países do mundo contêm cerca de 5.000 grupos étnicos. Dois terços têm pelo menos uma minoria substancial – um grupo étnico, ou religioso, que constitui pelo menos 10% da população.

Ao mesmo tempo, o ritmo da migração internacional acelerou, com efeitos alarmantes nalguns países e cidades. Quase metade da população de Toronto nasceu fora do Canadá. E muitos mais estrangeiros mantêm ligações mais estreitas com os seus países de origem do que os imigrantes do século passado. De um modo ou de outro, todos os países são hoje sociedades multiculturais, que contêm grupos étnicos, religiosos ou linguísticos com vínculos comuns às suas próprias tradições, culturas, valores e modos de vida.

A diversidade cultural está para ficar – e para crescer. Os Estados têm de encontrar modos de forjar a unidade nacional no meio da diversidade. O mundo, cada vez mais interdependente economicamente, só pode funcionar se as pessoas respeitarem a diversidade e construírem a unidade através de laços comuns de humanidade. Nesta era de globalização, as exigências de reconhecimento cultural já não podem ser ignoradas por nenhum Estado, nem

pela comunidade internacional. E é provável que os confrontos por causa da cultura e da identidade aumentem – a facilidade de comunicações e viagens encolheu o mundo e alterou a paisagem da diversidade cultural e a disseminação da democracia, direitos humanos e novas redes mundiais deu às pessoas mais meios para se mobilizarem em torno de uma causa, para insistirem numa resposta e para a obterem.

Cinco mitos caíram. As políticas de reconhecimento das identidades culturais e de encorajamento do florescimento da diversidade não resultam em fragmentação, conflito, fraco desenvolvimento, ou governo autoritário. Essas políticas são viáveis e necessárias, pois muitas vezes é a supressão de grupos culturalmente identificados que pode levar a tensões.

Este Relatório defende o respeito pela diversidade e a construção de sociedades mais inclusivas, adotando políticas que reconheçam, explicitamente, as diferenças culturais – políticas multiculturais. Mas porque é que muitas identidades culturais foram suprimidas ou ignoradas durante tanto tempo? Uma razão é que muitas pessoas acreditam que o florescimento da diversidade pode ser desejável em abstracto, mas na prática pode enfraquecer o Estado, levar a conflitos e retardar o desenvolvimento. A melhor abordagem da diversidade, deste ponto de vista, é a assimilação em torno de um único padrão nacional, o que pode levar à supressão de identidades culturais. Porém, este Relatório defende que estas não são premissas – são mitos. Na verdade, defende que uma abordagem em termos de política multicultural não só é desejável, mas também é viável e necessária. Sem uma abordagem semelhante, os problemas imaginários da diversidade podem tornar-se profecias cumpridas.

Mito 1. As identidades étnicas das pessoas concorrem com a sua ligação ao Estado, pelo que existe um trade-off entre reconhecer a diversidade e unificar o Estado.

Não é assim. Os indivíduos podem ter e têm múltiplas identidades que são complementares – etnicidade, língua, religião e raça, bem como cidadania. E a identidade não é um jogo de soma zero. Não há uma necessidade inevitável de escolher entre unidade do Estado e reconhecimento de diferenças culturais.

É importante para as pessoas terem um sentido de identidade e de pertença a um grupo com valores partilhados e outros laços culturais. Mas cada pessoa pode identificar-se com muitos grupos diferentes. As pessoas têm uma identidade de cidadania (por exemplo, ser francês), de género (ser mulher), de raça (ser de origem oeste-africana), de língua (ser fluente em tailandês, chinês e inglês), de política (ter ideias de esquerda) e de religião (ser budista).

A identidade também tem um elemento de escolha: dentro dessas filiações, os indivíduos podem escolher a prioridade a dar a uma filiação em relação a outra, em diferentes contextos. Os americanos mexicanos podem torcer pela selecção mexicana de futebol mas servir no exército norte-americano. Muitos brancos sul-africanos optaram por combater o *apartheid* como sul-africanos. Os sociólogos dizem-nos que as pessoas têm fronteiras de identidade que separam “nós” de “eles”, mas essas fronteiras mudam e esbatem-se para incorporar grupos mais amplos de pessoas.

A “construção nacional” foi um objectivo dominante do século XX e a maioria dos países visou a construção de Estados culturalmente homogéneos com identidades singulares. Por vezes conseguiram, mas à custa de repressão e perseguição. Se houve alguma coisa que a história do século XX mostrou, foi que a tentativa de exterminar grupos culturais, ou de os afastar, despertou uma teimosa resiliência. Em contrapartida, o reconhecimento de identidades culturais resolveu tensões infundáveis. Portanto, quer por razões práticas, quer morais, é de longe melhor aceitar os grupos culturais do que fingir que eles não existem.

Os países não têm de escolher entre unidade nacional e diversidade cultural. Há inquéritos que mostram que as duas podem coexistir e muitas vezes coexistem. Na Bélgica, os cidadãos, quando interrogados, responderam por maioria esmagadora que se sentiam tanto belgas como flamengos ou valões e, em Espanha, que se sentiam tanto espanhóis como catalães ou bascos.

Estes e outros países trabalharam muito para harmonizar culturas diversas. Também trabalharam muito para construir a unidade, alimentando o respeito pelas identidades e a confiança nas instituições do Estado. Os Estados mantiveram-se firmes. Os imigrantes não precisam de negar a sua dedicação à família nos seus países de origem quando desenvolvem lealdades aos seus novos países. O receio de que os imigrantes fragmentam o país, se não forem

“assimilados”, não tem fundamento. A assimilação sem opção já não é um modelo viável – ou necessário – de integração.

Não há *trade-off* entre diversidade e unidade do Estado. As políticas multiculturais são um modo de construir estados diversos e unidos.

Mito 2: Os grupos étnicos têm inclinação para o conflito violento mútuo, num choque de valores, pelo que existe um trade-off entre o respeito pela diversidade e a sustentação da paz.

Não. Há poucas provas empíricas de que as diferenças culturais e os choques de valores sejam em si causa de conflito violento.

É verdade, particularmente desde o fim da guerra-fria, que surgiram conflitos violentos entre grupos étnicos, não tanto entre Estados, mas no seu interior. Mas em relação às respectivas causas, as investigações académicas recentes mostram um amplo acordo em que as diferenças culturais não são, por si mesmas, o factor relevante. Alguns argumentam mesmo que a diversidade cultural reduz o risco de conflito, porque torna mais difícil a mobilização de grupo.

Alguns estudos apresentam diversas explicações para essas guerras: as desigualdades económicas entre os grupos, assim como as lutas pelo poder político, pela terra, ou por outros activos económicos. Nas Fidji, os indígenas Fidjianos desencadearam um golpe de estado contra o governo dominado pelos indianos, porque receavam que a terra pudesse ser confiscada. No Sri Lanka, a maioria Cingalesa conquistou o poder político, mas a minoria Tamil tinha acesso a mais recursos económicos, despoletando décadas de conflito civil. No Burundi e Ruanda, em diferentes momentos, Tutsis e Hutus foram excluídos das oportunidades económicas e da participação política.

A identidade cultural desempenha um papel nestes conflitos – não como causa, mas como condutora da mobilização política. Os líderes invocam uma identidade única, os seus símbolos e a sua história de razões de queixa para “reunir as tropas”. E a falta de reconhecimento cultural pode desencadear a mobilização violenta. As desigualdades subjacentes na África do Sul estiveram na base dos distúrbios do Soweto, em 1976, mas estes foram desencadeados por tentativas de impor o africânder nas escolas para negros.

Embora a coexistência de grupos culturalmente distintos não seja, em si mesma, causa de conflito violento, é perigoso deixar que a desigualdade económica

É importante para as pessoas terem um sentido de identidade e de pertença a um grupo com valores partilhados e outros laços culturais. Mas cada pessoa pode identificar-se com muitos grupos diferentes

Liberdade cultural é a capacidade que as pessoas têm de viver e ser o que escolherem

e política entre grupos se aprofunde, ou que elimine as diferenças culturais, porque os grupos culturais são facilmente mobilizados para contestar estas disparidades como injustiça.

Não há *trade-off* entre paz e respeito pela diversidade, mas as políticas de identidade precisam de ser geridas de modo a não se tornarem violentas.

Mito 3. A liberdade cultural exige a defesa das práticas tradicionais, por isso, poderá haver um trade-off entre o reconhecimento da diversidade cultural e outras prioridades do desenvolvimento humano, tais como o progresso no desenvolvimento, na democracia e nos direitos humanos.

Não. Liberdade cultural tem a ver com a expansão das escolhas individuais e não com a preservação de valores e práticas como um fim em si mesmo, com submissão cega à tradição.

Cultura não é um conjunto cristalizado de valores e práticas. Recria-se constantemente, à medida que as pessoas questionam, adaptam e redefinem os seus valores e práticas em função da mudança das realidades e da troca de ideias.

Há quem defenda que o multiculturalismo é uma política de conservação de culturas, e até de práticas que violam os direitos humanos, e que os movimentos a favor do reconhecimento cultural não são governados democraticamente. Mas nem a liberdade cultural, nem o respeito pela diversidade devem ser confundidos com a defesa da tradição. Liberdade cultural é a capacidade que as pessoas têm de viver e ser o que escolherem, com uma oportunidade adequada para considerar outras opções.

“Cultura”, “tradição” e “autenticidade” não são o mesmo que “liberdade cultural”. Não são razões aceitáveis para permitir práticas que neguem a igualdade de oportunidades dos indivíduos e violem os seus direitos humanos – como negar às mulheres a igualdade de direitos à educação.

Grupos de interesses dirigidos por líderes autoneameados podem não reflectir os pontos de vista dos membros em geral. Não é raro para os grupos serem dominados por pessoas que têm interesse na manutenção do *status quo*, com a justificação da “tradição”, e que agem como guardiães do tradicionalismo para congelar as suas culturas. Os que reivindicam a adaptação cultural também têm de se sujeitar aos princípios democráticos e aos objectivos da liberdade humana e dos direitos humanos. Um bom modelo é o povo Sami

da Finlândia, que goza de autonomia num parlamento que tem estruturas democráticas e segue os processos democráticos, mas faz parte do Estado finlandês.

Neste caso, não existe nenhum *trade-off* entre respeito pela diferença cultural e direitos humanos e desenvolvimento. Mas o processo de desenvolvimento envolve a participação activa das pessoas na luta pelos direitos humanos e pela mudança de valores.

Mito 4. Os países etnicamente diversificados são menos capazes de se desenvolver, pelo que existe um trade-off entre o respeito pela diversidade e a promoção do desenvolvimento.

Não. Não há provas de uma relação clara, boa ou má, entre diversidade cultural e desenvolvimento.

Há quem defenda, porém, que a diversidade é um obstáculo ao desenvolvimento. Mas se é inegavelmente verdade que muitas sociedades diversificadas têm baixos níveis de rendimento e desenvolvimento humano, não há provas de que isso esteja relacionado com a diversidade cultural. Um estudo argumenta que a diversidade tem sido uma fonte de mau desempenho económico em África – mas isto está relacionado com a tomada de decisão política, que segue interesses étnicos em vez de interesses nacionais, e não com a diversidade em si mesma. Tal como existem países multiétnicos que estagnaram, há outros que tiveram um êxito espectacular. A Malásia, com 62% do seu povo Malaio e de outros grupos indígenas, 30% chineses e 8% indianos, foi a 10ª economia mundial com mais rápido crescimento no período de 1970-90, anos em que também foi posta em prática uma política de acção afirmativa. As Maurícias estão em 64.º lugar no Índice de Desenvolvimento Humano, o mais alto de um país da África Subsariana. Tem uma população diversificada de origem africana, indiana, chinesa e europeia – com 50% de hindus, 30% de cristãos e 17% de muçulmanos.

Mito 5. Algumas culturas têm mais probabilidades de alcançar progressos desenvolvimentistas do que outras e algumas culturas têm valores democráticos inerentes, enquanto outras não, pelo que existe um trade-off entre a conciliação de certas culturas e a promoção do desenvolvimento e da democracia.

Mais uma vez, não. Não há provas resultantes de análise estatística, nem de estudos históricos, de

uma relação causal entre cultura e progresso económico ou democracia.

O determinismo cultural – a ideia de que a cultura de um grupo explica o desempenho económico e o progresso da democracia – como obstáculo ou facilitador tem um enorme atractivo intuitivo. Mas essas teorias não são apoiadas pela análise econométrica, nem pela história.

Têm sido adiantadas muitas teorias de determinismo cultural, a começar pela explicação de Max Weber da ética protestante como factor fundamental por detrás do crescimento com êxito da economia capitalista. Persuasivas na explicação do passado, essas teorias revelaram-se repetidamente erradas na previsão do futuro. Quando a teoria da ética protestante de Weber andava a ser elogiada, países católicos (França e Itália) estavam a crescer mais depressa do que a Grã-Bretanha e Alemanha protestantes, pelo que a teoria foi alargada para significar Cristão ou Ocidental. Quando o Japão, Coreia do Sul, Tailândia e outros países da Ásia Oriental conseguiram taxas de crescimento recorde, a noção de que os valores confucianos retardam o crescimento teve de ser abandonada.

Entender as tradições culturais pode oferecer perspectivas do comportamento humano e da dinâmica social que influenciem os resultados do desenvolvimento. Mas essas perspectivas não oferecem uma teoria geral da cultura e desenvolvimento. Para explicar as taxas de crescimento económico, por exemplo, considera-se que a política económica, a geografia e o fardo da doença são factores altamente relevantes. Mas a cultura, tal como o facto de uma sociedade ser hindu ou muçulmana, é considerada insignificante.

O mesmo é verdadeiro em relação à democracia. Uma nova onda de determinismo cultural começa a dominar alguns debates políticos, atribuindo os fracassos de democratização no mundo não ocidental a traços culturais inerentes de intolerância e “valores autoritários”. A nível mundial, alguns teóricos têm defendido que o século XXI assistirá a um “choque de civilizações”, que o futuro dos estados democráticos e tolerantes do Ocidente está ameaçado por Estados não ocidentais com valores mais autoritários. Há razões para estar céptico. Por um lado, a teoria exagera as diferenças entre grupos de “civilização” e, por outro, ignora as semelhanças entre eles.

Além disso, o Ocidente não tem o monopólio da democracia nem da tolerância, e não existe uma linha única de divisão histórica entre um Ocidente

tolerante e democrático e um Leste despótico. Platão e Santo Agostinho não eram menos autoritários no seu pensamento do que Confúcio e Kautilya. Não houve defensores da democracia apenas na Europa, mas também em toda a parte. Veja-se Akbar, que pregou a tolerância religiosa na Índia do século XVI, ou o príncipe Shotoku, que introduziu a constituição (*kempo*) no Japão do século VII, onde insistia em que “as decisões sobre assuntos importantes não deviam ser tomadas por uma pessoa só. Deviam ser discutidas por muitos”. Noções de tomada de decisão participativa sobre questões públicas importantes têm sido uma parte central de muitas tradições em África e noutras zonas. E descobertas mais recentes do inquérito Valores do Mundo mostram que as pessoas dos países muçulmanos apoiam tanto os valores democráticos, como as pessoas dos países não muçulmanos.

Um problema básico com estas teorias é o pressuposto subjacente de que a cultura é, em grande medida, fixa e constante, permitindo que o mundo seja metodicamente dividido em “civilizações”, ou “culturas”. Isto ignora o facto de que as culturas também mudam e raramente são homogéneas, ainda que haja uma grande continuidade de valores e tradições nas sociedades. Quase todas as sociedades passaram por mudanças de valores – por exemplo, mudanças de valores em relação ao papel das mulheres e à igualdade entre os sexos, ao longo do século passado. E em toda a parte ocorreram mudanças radicais nas práticas sociais, desde os católicos no Chile aos muçulmanos no Bangladeche, passando pelos budistas na Tailândia. Essas mudanças e tensões dentro das sociedades conduzem a política e as mudanças históricas, de tal forma que o modo como as relações de poder afetam essas dinâmicas domina hoje a investigação em antropologia. Paradoxalmente, na altura em que os antropólogos descartaram o conceito de cultura por ser um fenómeno social limitado e fixo, cresce o interesse político dominante em encontrar valores e traços nucleares de “um povo e da sua cultura”.

As teorias do determinismo cultural merecem uma avaliação crítica, uma vez que têm implicações políticas perigosas. Podem alimentar o apoio a políticas nacionalistas que rebaixem ou oprimam culturas “inferiores”, acusadas de impedir a unidade nacional, a democracia e o desenvolvimento. Esses ataques a valores culturais podem, então, alimentar reacções violentas, capazes de suscitar tensões tanto dentro como entre as nações.

Uma nova onda de determinismo cultural começa a dominar

A liberdade cultural é um direito humano e um aspecto importante do desenvolvimento humano – e, assim, merecedora de atenção e acção do Estado

O desenvolvimento humano exige mais do que saúde, educação, um padrão de vida digno e liberdade política. A identidade cultural dos povos deve ser reconhecida e aceite pelo Estado, e as pessoas devem ser livres de exprimir essa identidade sem serem discriminadas noutros aspectos das suas vidas. Em resumo: a liberdade cultural é um direito humano e um aspecto importante do desenvolvimento humano – e, assim, merecedora de atenção e acção do Estado.

O desenvolvimento humano é o processo de alargamento das escolhas à disposição das pessoas, para elas fazerem e serem o que valorizam na vida. *Relatórios do Desenvolvimento Humano* anteriores concentraram-se na expansão das oportunidades sociais, políticas e económicas para aumentar essas escolhas. Exploraram os modos como as políticas de crescimento equitativo, expansão das oportunidades sociais e aprofundamento da democracia podem melhorar essas opções para toda a gente.

Uma outra dimensão do desenvolvimento humano, difícil de medir e até de definir, é de importância vital: a liberdade cultural é fundamental para a capacidade das pessoas viverem como gostariam. O avanço da liberdade cultural deve ser um aspecto fundamental do desenvolvimento humano, e isso exige que se vá além das oportunidades sociais, políticas e económicas, uma vez que elas não garantem a liberdade cultural.

A liberdade cultural ocupa-se da concessão às pessoas da liberdade de escolherem as suas identidades – e de viverem a vida que valorizam – sem serem excluídas de outras opções importantes para elas (como as da educação, saúde e oportunidades de emprego). Na prática, há duas formas de exclusão cultural. A primeira é a exclusão do modo de vida, que nega o reconhecimento e a aceitação de um estilo de vida que um grupo escolheria e que insiste em que cada um deve viver exactamente como todas as outras pessoas da sociedade. Os exemplos incluem a opressão religiosa, ou a insistência em que os imigrantes abandonem as suas práticas culturais e a sua língua. A segunda é a exclusão da participação, quando as pessoas são discriminadas ou ficam em desvantagem nas oportunidades sociais, políticas e económicas por causa da sua identidade cultural.

Ambos os tipos de exclusão existem, em grande escala, em todos os continentes, em todos os níveis de desenvolvimento, em democracias e em Estados

autoritários. A base de dados *Minorias em Risco*, um projecto de investigação que inclui temas relacionados com a exclusão cultural e que analisou a situação dos grupos minoritários no mundo inteiro, estima que cerca de 900 milhões de pessoas pertence a grupos que estão sujeitos a alguma forma de modo de vida, ou de exclusão da participação, que outros grupos não enfrentam no país – cerca de uma em cada sete pessoas, em todo o mundo.

Claro que a eliminação de liberdade cultural ocupa todo o espectro. Num extremo está a limpeza étnica. Depois, existem as restrições formais à prática religiosa, da língua e da cidadania. Mas, mais frequentemente, a exclusão cultural vem de uma simples falta de reconhecimento ou respeito pela cultura e herança das pessoas – ou de algumas culturas serem consideradas inferiores, primitivas ou incivilizadas. Isto pode estar reflectido tanto em políticas de Estado, como em calendários nacionais que não observam um feriado da minoria religiosa, em manuais escolares que deixam de fora ou depreciam as realizações de líderes da minoria, e no apoio à literatura e a outras artes que celebram as realizações da cultura dominante.

A exclusão do modo de vida sobrepõe-se frequentemente com a exclusão social, económica e política através da discriminação e da desvantagem no emprego, habitação, escolaridade e na representação política. As castas profissionais no Nepal têm taxas de mortalidade de menores de cinco anos superiores a 17%, contra cerca de 7% para os Newar e Brámanes. Na Sérvia e Montenegro, 30% das crianças ciganas nunca frequentaram a escola primária. Os latino-americanos de ascendência europeia exprimem muitas vezes orgulho por serem daltónicos e insistem em que os seus países também o são. Mas por todo o continente, os grupos indígenas são mais pobres e estão menos representados politicamente do que os não indígenas. No México, por exemplo, calcula-se que 81% dos povos indígenas tenham rendimentos inferiores ao limiar da pobreza, contra 18% da população em geral.

No entanto, a exclusão do modo de vida e da participação nem sempre coincidem. Os povos de ascendência chinesa da Ásia do Sudeste, por exemplo, são economicamente dominantes, mas são culturalmente excluídos, sendo as escolas de língua chinesa limitadas, a publicação em chinês proibida e os descendentes de chineses socialmente pressionados para adoptar nomes locais. Mas o mais frequente é a exclusão do modo de vida reforçar a exclusão de outras oportunidades. Isto acontece particularmente com a língua. Muitos grupos,

especialmente grandes minorias como os Curdos, na Turquia, e os povos indígenas da Guatemala, são excluídos da participação política e das oportunidades económicas porque o Estado não reconhece a sua língua nas escolas, nos tribunais e noutros palcos oficiais. É por isso que os grupos lutam tanto para que as respectivas línguas sejam reconhecidas e utilizadas na instrução e em processos políticos e judiciais.

Nada disto é utópico. Incorporar políticas multiculturais nem sempre é fácil. Democracia, desenvolvimento equitativo e coesão do Estado são essenciais, e muitos países estão a desenvolver com êxito políticas multiculturais para enfrentar a exclusão cultural.

A liberdade cultural não aparece espontaneamente, tal como não aparecem espontaneamente a saúde, educação e igualdade entre sexos. Promovê-la deveria ser uma preocupação central dos governos, mesmo onde não existem políticas explícitas de perseguição ou discriminação.

Há quem defenda que garantir às pessoas direitos civis e políticos – como a liberdade de culto, expressão e associação – é suficiente para lhes dar a capacidade de praticar a sua religião, falar a sua língua e não ser discriminado no emprego, na escola e muitos outros tipos de exclusão. Argumentam que a exclusão cultural é um subproduto das exclusões económica e política e que uma vez estas resolvidas, a exclusão cultural desaparecerá espontaneamente.

Isso não aconteceu. Muitos países ricos e democráticos, por exemplo, afirmam tratar igualmente todos os cidadãos, mas, todavia, acolhem minorias que carecem de representação adequada na política, para as quais a perseguição e a dificuldade de acesso aos serviços públicos são o pão de cada dia.

A expansão das liberdades culturais exige políticas explícitas para resolver a negação dos direitos culturais – políticas multiculturais. Para fazê-lo, os Estados precisam de reconhecer as diferenças culturais nas respectivas constituições, leis e instituições. Também precisam de formular políticas para garantir que os interesses de grupos particulares – minorias ou maiorias historicamente marginalizadas – não sejam ignorados, nem menosprezados pela maioria, ou por grupos dominantes. E precisam de fazê-lo de modo que não contradiga outros objectivos e estratégias de desenvolvimento humano, como a

consolidação da democracia, a construção de um Estado capaz e a garantia de oportunidades iguais para todos os cidadãos. Isto não é fácil, mas há muitos exemplos de países, em todo o mundo, que adoptam abordagens inovadoras para gerir a diversidade cultural. Este Relatório incide particularmente em cinco áreas centrais de política: participação política, religião, acesso à justiça, língua e acesso a oportunidades socioeconómicas.

Políticas para assegurar a participação política

Muitos grupos historicamente marginalizados continuam a ser excluídos do poder político real e, por isso, sentem-se frequentemente alienados pelo Estado. Nalguns casos, a exclusão deve-se à falta de democracia, ou à negação de direitos políticos. Se assim é, a democratização seria um primeiro passo essencial. Porém, é preciso algo mais, porque mesmo quando os membros das minorias têm direitos políticos iguais numa democracia, podem estar consistentemente sub-representados ou vencidos pelos votos e, assim, ver o governo central como alheio ou opressivo. Não surpreende que muitas minorias resistam às regras alheias ou opressivas e procurem mais poder político. É por isso que muitas vezes é necessária uma concepção “multicultural” da democracia.

Vários modelos emergentes de democracia multicultural proporcionam mecanismos eficazes de partilha de poder entre grupos culturalmente diversos. Este tipo de arranjos de partilha de poder é crucial para garantir os direitos de diversos grupos e minorias culturais e para evitar violações – quer por imposição maioritária, quer por domínio da elite política no poder.

Reformas eleitorais resolveram a crónica sub-representação dos Maoris na Nova Zelândia. Com a introdução da representação proporcional em vez da fórmula “quem ganha, ganha tudo”, a representação maori cresceu de 3% em 1993 para 16% nas eleições de 2002, conforme com a sua percentagem da população. Lugares reservados e quotas foram fundamentais para garantir que as castas e tribos classificadas tivessem voz na Índia e que as minorias étnicas estivessem representadas na Croácia.

Os arranjos federais são uma abordagem importante da partilha do poder. Quase todos os doze países etnicamente diversificados que há muito são democracias têm arranjos federais assimétricos, em que as subunidades do Estado federal não têm todas os mesmos poderes. Este arranjo responde com mais

Vários modelos emergentes de democracia multicultural proporcionam mecanismos eficazes de partilha de poder entre grupos culturalmente diversos

Os arranjos de partilha de poder provaram, amplamente, ser fundamentais para resolver tensões

flexibilidade às necessidades de grupos diferentes. Por exemplo, os Sabah e os Sarawak têm um estatuto especial na Malásia, tal como os Bascos e 14 outras *comunidades autónomas* em Espanha, com autonomia em áreas como a educação, língua e cultura.

Alguns povos indígenas como os Esquimós, no Canadá, negociaram territórios com autogoverno. A lição é de que esses arranjos de partilha de poder provaram, amplamente, ser fundamentais para resolver tensões em países historicamente confrontados com movimentos secessionistas, como na Espanha. Se introduzidos suficientemente cedo, podem prevenir o conflito violento quando as tensões estão a crescer.

Políticas para assegurar a liberdade religiosa

Muitas minorias religiosas sofrem várias formas de exclusão, por vezes devido à eliminação explícita da liberdade religiosa, ou à discriminação contra o grupo – problema particularmente vulgar em países não seculares onde o Estado apoia uma religião existente.

Mas noutros casos, a exclusão pode ser menos directa e muitas vezes involuntária, como quando o calendário público não reconhece os feriados religiosos de uma minoria. A Índia celebra oficialmente 5 feriados hindus, mas também 4 muçulmanos, 2 cristãos, 1 budista, 1 *jain* e 1 *sikh*, em reconhecimento de uma população diversificada. A França celebra 11 feriados nacionais, dos quais 5 não confessionais e 6 religiosos, todos estes celebrando eventos do calendário cristão, embora 7% da população seja muçulmana e 1% judia. Da mesma forma, os códigos de vestuário nas instituições públicas podem entrar em conflito com o traje religioso de uma minoria. Ou as regras do Estado sobre casamento e herança podem diferir das dos códigos religiosos. Ou os regulamentos regionais podem colidir com as práticas de funeral de uma minoria.

Estes tipos de conflitos podem surgir mesmo em estados seculares com fortes instituições democráticas que protegem os direitos civis e políticos. Dada a profunda importância da religião para a identidade dos povos, não surpreende que muitas vezes as minorias religiosas se mobilizem para contestar essas exclusões. Algumas práticas religiosas não são difíceis de aceitar, mas muitas vezes apresentam opções e compromissos difíceis. A França está a discutir, acaloradamente, se os lenços na cabeça em escolas estatais violam princípios de secularismo do Estado e os valores democráticos de igualdade entre sexos que a educação do Estado pretende transmi-

tir. A Nigéria está a discutir se há-de apoiar uma sentença do tribunal da Sharia num caso de adultério.

O que é importante do ponto de vista do desenvolvimento humano é expandir as liberdades e os direitos humanos – e reconhecer a igualdade. É mais provável que esses objectivos sejam atingidos em países seculares e democráticos, onde o Estado proporciona uma aceitação razoável das práticas religiosas, em que todas as religiões têm a mesma relação com o Estado e em que este protege os direitos humanos.

Políticas para o pluralismo legal

Em muitas sociedades multiculturais, pessoas indígenas e pessoas de outros grupos culturais têm feito pressão a favor do reconhecimento dos respectivos sistemas legais tradicionais, para ganharem acesso à justiça. Por exemplo, na Guatemala, os Maias sofreram séculos de opressão e o sistema legal do Estado tornou-se parte da opressão a que estavam sujeitos. As comunidades perderam a fé no sistema estatal do Estado de Direito, porque não garantia justiça e porque não estava incrustado na sociedade nem nos seus valores.

Vários países como a Guatemala, Índia e África do Sul estão a desenvolver abordagens do pluralismo legal, reconhecendo, de diferentes formas, o papel das normas judiciais e das instituições das comunidades. As reivindicações de pluralismo legal enfrentam a oposição daqueles que receiam que isso mine o princípio de um sistema legal unificado, ou que possa promover práticas tradicionais contrárias à democracia e aos direitos humanos. Claro que surgem conflitos – a África do Sul, por exemplo, está a debater-se com o conflito entre os direitos das mulheres à herança ao abrigo da constituição do Estado e os direitos negados ao abrigo do direito consuetudinário. Há verdadeiros *trade-offs* que as sociedades têm de enfrentar, mas o pluralismo legal não exige a adopção global de todas as práticas tradicionais. A cultura evolui e a liberdade cultural não é uma defesa maquinaal da tradição.

Políticas da língua

A língua é frequentemente a questão mais contestada nos Estados multiculturais. Alguns países tentaram eliminar as línguas populares, rotulando o seu uso como subversivo. Mas a fonte mais frequente de exclusão generalizada, mesmo em democracias bem firmadas, é a política monolíngüística. A escolha da língua oficial – a língua de instrução nas escolas, a lín-

gua dos debates legislativos e da participação cívica, a língua de comércio – molda as barreiras e as vantagens que as pessoas enfrentam na vida – política, social, económica e cultural. No Malawi, a constituição exige que todos os parlamentares falem e leiam inglês. O inglês e o africânder ainda são línguas de *facto* usadas nos tribunais da África do Sul, ainda que nove outras línguas sejam agora oficialmente reconhecidas. Reconhecer uma língua significa mais do que o simples uso dessa língua. Simboliza respeito pelas pessoas que a falam, pela sua cultura e pela sua inclusão integral na sociedade.

O Estado pode ser cego em relação à religião, mas não pode ser mudo em relação à língua. Os cidadãos precisam de comunicar para terem um sentimento de pertença e a escolha da língua oficial simboliza a identidade nacional. É por isso que muitos Estados resistem ao reconhecimento de múltiplas línguas, mesmo quando defendem as liberdades cívicas e políticas.

Muitos países estão a encontrar modos de conciliar os objectivos gémeos de unidade e diversidade, adoptando duas ou três línguas, reconhecendo uma língua nacional unificadora e línguas locais. Em muitos países colonizados isso significou o reconhecimento da língua de administração (como o inglês, ou o francês), a língua local mais usada e uma língua materna a nível local. Tanzânia promoveu o uso do *kiswahili*, juntamente com o inglês nas escolas e no governo. A Índia praticou uma fórmula de três-línguas durante décadas; as crianças eram ensinadas na língua oficial do seu Estado (bengali em Bengala Ocidental, por exemplo) e também aprendiam as outras duas línguas oficiais do país, o hindi e o inglês.

Política socioeconómica

As injustiças e desigualdades socioeconómicas nos resultados do rendimento, educação e saúde têm sido a característica definidora de muitas sociedades multi-étnicas com grupos marginais – negros na África do Sul e povos indígenas na Guatemala e Canadá. Essas exclusões reflectem longas raízes históricas de conquista e colonização – bem como estruturas hierárquicas arreigadas, como os sistemas de castas.

Políticas económicas e sociais que promovem a igualdade são fundamentais para a solução destas desigualdades. A correcção dos enviesamentos na despesa pública, bem como a orientação de serviços básicos para pessoas com menores resultados na saúde e educação ajudariam – mas não seriam suficientes. São necessárias

políticas multiculturais que reconheçam diferenças entre grupos para resolver as injustiças que estão historicamente enraizadas e socialmente arreigadas. Por exemplo, apenas gastar mais na educação de crianças de grupos indígenas não seria suficiente, pois elas ficam em desvantagem se todas as escolas ensinarem apenas na língua oficial. A educação bilingue ajudaria. As reivindicações de terras – como as reivindicações dos indígenas sobre terras com recursos minerais, ou terra povoada pelos colonizadores brancos na África do Sul – não podem ser resolvidas com políticas de expansão das oportunidades socioeconómicas.

A experiência da Índia, Malásia, África do Sul e Estados Unidos mostra que uma acção afirmativa pode reduzir as desigualdades entre grupos. Na Malásia, o rácio do rendimento médio entre as populações chinesa e malaia baixou de 2,3 em 1970 para 1,7 em 1990. Nos Estados Unidos, para a população negra, a proporção de advogados subiu de 1,2% para 5,1% do total e a proporção de médicos de 2% para 5,6%. Na Índia, a afectação de empregos governamentais, a admissão no ensino superior e os assentos parlamentares das castas e tribos existentes ajudou membros desses grupos a sair da pobreza e a entrar na classe média.

Nenhuma dessas políticas é isenta de complexidade, mas a experiência de muitos países mostra que há soluções possíveis. A educação bilingue pode ser contestada por ser ineficaz, mas isso é porque recebe apoio insuficiente para garantir a qualidade. Os programas de acção afirmativa podem ser contestados por criarem fontes permanentes de desigualdade, ou por se tornarem uma fonte de clientelismo – mas podem ser melhor geridos. Estes são modos de corresponder às exigências de inclusão cultural. Mas também temos de reconhecer que no mundo de hoje existem mais movimentos a favor da dominação cultural, que procuram eliminar a diversidade.

Os movimentos para a dominação cultural ameaçam a liberdade cultural. Combatê-los com medidas ilegais e não democráticas viola os direitos humanos e não faz desaparecer o problema. A conciliação democrática é mais eficaz para denunciar as agendas intolerantes desses movimentos e minar o respectivo apelo.

As pessoas que lideram movimentos para a dominação cultural acreditam na sua própria superioridade

São necessárias políticas multiculturais que reconheçam diferenças entre grupos para resolver as injustiças que estão historicamente enraizadas e socialmente arreigadas

A manutenção de uma sociedade liberal depende do respeito pelo Estado de Direito, da atenção dada às reivindicações políticas e da protecção dos direitos humanos fundamentais – mesmo os das pessoas más

dade cultural e tentam impor a sua ideologia aos outros, tanto dentro como fora da sua comunidade. Nem todos esses movimentos são violentos. Alguns coagem outros utilizando campanhas políticas, ameaças e perseguição. No extremo, também usam meios violentos – ataques de ódio, expulsões, limpeza étnica e genocídio. Como força política, a intolerância está a ameaçar esmagar processos políticos em países de todo o mundo. Os movimentos para a dominação cultural revestem-se de diversas formas: partidos políticos, milícias, grupos violentos, redes internacionais e até o Estado. É ingénuo presumir que as sociedades democráticas são imunes à intolerância e ao ódio.

As causas subjacentes ao aparecimento de movimentos a favor da dominação cultural incluem, muitas vezes, liderança manipuladora, pobreza e desigualdade, estados fracos ou ineficazes, intervenções políticas externas e ligações com a diáspora. Esses factores também podem inspirar movimentos nacionalistas – digamos, a favor da autonomia ou da secessão. Mas os movimentos para a autonomia nacional não são idênticos aos movimentos para a dominação cultural. Desde logo, estes últimos podem aparecer frequentemente dentro do grupo maioritário que já domina o Estado – como os partidos de extrema-direita em muitos países europeus. Pelo contrário, muitos movimentos para a autonomia podem ser bastante liberais, reconhecendo a importância de harmonizar a diversidade num território autónomo e procurando apenas o mesmo respeito e o mesmo reconhecimento que outras nações. O que distingue os movimentos para a dominação cultural é a sua afirmação da superioridade cultural e a sua intolerância. Os seus alvos são a liberdade e a diversidade.

A questão é: como lidar com eles? Muitas vezes, os Estados têm tentado enfrentar esses movimentos com métodos repressivos e não democráticos – proibição de partidos, detenções e julgamentos extrajudiciais, legislação que viola direitos fundamentais e, mesmo, força indiscriminada e tortura. Muitas vezes essas medidas eliminam reivindicações e processos políticos legítimos, resultando em reacções muito mais extremas. Quando a Frente Islâmica de Salvação (FIS) venceu a primeira volta das eleições de 1991, na Argélia, os militares intervieram e proibiram o partido. Resultado: uma guerra civil que custou mais de 100.000 vidas e estimulou o crescimento de grupos intolerantes e violentos.

Pelo contrário, a conciliação democrática funciona. Permitir que partidos de extrema-direita con-

corram às eleições pode obrigá-los a moderar as suas posições, como aconteceu, por exemplo, com o Partido da Liberdade (FPÖ) na Áustria, ou com o Partido da Justiça e do Desenvolvimento em Marrocos. A concorrência eleitoral expõe o apelo das franjas de outros grupos (o Partido do Progresso, na Dinamarca). A conciliação democrática também dá aos Estados legitimidade para processar crimes de ódio, reformar o currículo das escolas religiosas (na Indonésia e na Malásia) e fazer experiências com iniciativas comunitárias para melhorar as relações (Moçambique e o Ruanda).

A manutenção de uma sociedade liberal depende do respeito pelo Estado de Direito, da atenção dada às reivindicações políticas e da protecção dos direitos humanos fundamentais – mesmo os das pessoas más. A intolerância é um verdadeiro desafio à liberdade cultural – é por isso que os meios de lidar com ela devem ser legítimos.

A globalização pode ameaçar as identidades nacionais e locais. A solução não é refugiar-se no conservadorismo e no nacionalismo isolacionista – é conceber políticas multiculturais que promovam a diversidade e o pluralismo.

Até aqui, temo-nos concentrado no modo como os Estados devem gerir a diversidade dentro das suas fronteiras. Mas numa era de globalização, os Estados também enfrentam desafios de fora das suas fronteiras, na forma de movimentos internacionais de ideias, capitais, bens e pessoas.

Expandir a liberdade cultural nesta era de globalização apresenta novos desafios e dilemas. Os contactos entre pessoas, seus valores, suas ideias e seus modos de vida têm aumentado e têm-se aprofundado de uma forma sem precedentes. Para muitos, esta nova diversidade é excitante, e mesmo capacitadora. Para outros, ela é perturbadora e incapacitadora. Muitos receiam que a globalização signifique a perda dos seus valores e dos seus modos de vida – uma ameaça à identidade local e nacional. Uma reacção extrema é impedir a entrada de influências estrangeiras, abordagem que não só é xenófoba e conservadora, mas também regressiva, diminuindo em vez de expandir as liberdades e as opções.

Este Relatório defende uma abordagem alternativa que respeita e promove a diversidade, ao mesmo tempo que os países se mantêm abertos aos

fluxos mundiais de capitais, bens e pessoas. Isso exige políticas que reflectem o objectivo da liberdade cultural. As políticas precisam de reconhecer e respeitar explicitamente a diferença cultural. Também precisam de enfrentar os desequilíbrios do poder económico e político, que levam à perda de culturas e identidades.

Essas alternativas estão a ser desenvolvidas e debatidas em três áreas fortemente contestadas:

- Os povos indígenas estão a protestar contra investimentos em sectores extractivos e contra a apropriação indevida do saber tradicional, que ameaça a sua subsistência.
- Os países estão a exigir que os bens culturais (principalmente cinema e produtos audiovisuais) não sejam tratados como qualquer outro produto no comércio internacional, uma vez que a importação de bens culturais pode enfraquecer as indústrias culturais nacionais.
- Os migrantes estão a exigir a aceitação do seu modo de vida e o respeito pelas múltiplas identidades que têm, tanto na comunidade local, como no seu país de origem. Mas as comunidades locais estão a exigir que os imigrantes se integrem, ou que sejam expulsos, pois receiam que as suas comunidades estejam a ficar divididas e que os valores e a identidade nacionais estejam a ser corroídas.

Como é que estas exigências podem ser conciliadas? Como é que se deve respeitar a diversidade e enfrentar as assimetrias?

Povos indígenas, indústrias extractivas e conhecimento tradicional

Os investimentos que não têm em consideração os direitos dos povos indígenas à terra e o seu significado cultural, bem como o seu valor como recurso económico, provocarão inevitavelmente a sua oposição. O mesmo acontecerá com o patentear do conhecimento tradicional em condições semelhantes. Três princípios são fundamentais: reconhecer os direitos dos povos indígenas sobre o conhecimento e a terra, garantir que os grupos indígenas têm voz (procurando o seu consentimento informado prévio) e desenvolver estratégias para partilhar os benefícios.

Empresas e governos nacionais estão a tomar algumas iniciativas, embora ainda limitadas, para trabalhar com comunidades indígenas no desenvolvimento de novos investimentos. No Peru, o governo e

as empresas aprenderam as lições de confrontos anteriores e têm estado, desde 2001, a envolver as comunidades indígenas em processos de tomada de decisão nas minas de zinco e cobre de Antamina. Na Papua Nova Guiné, investimentos em projectos de desenvolvimento comunitário acompanham as actividades de extracção. Projectos de risco desenvolvidos em conjunto por empresas mineiras e povos indígenas na América do Norte e na Austrália produziram lucros monetários, ao mesmo tempo que preservavam os estilos de vida tradicionais.

Muitos governos nacionais estão a tomar medidas para reconhecer o conhecimento tradicional. O Bangladesh reconhece direitos de base comunitária aos recursos biológicos e conhecimento tradicional associado. O Laos documenta o conhecimento no seu Centro de Recursos de Medicamentos Tradicionais. A África do Sul prometeu partilhar com os bosquímanos *San* os rendimentos dos medicamentos desenvolvidos com base no seu conhecimento. Alguns países já encontraram maneiras de utilizar os sistemas de direitos de propriedade intelectual existentes para proteger o conhecimento tradicional. No Cazaquistão, utilizam-se desenhos industriais para patrocinar tapetes e toucados. Na Venezuela e no Vietname, indicações geográficas protegem licores e chás. Na Austrália e no Canadá são utilizados *copyrights* e marcas comerciais para a arte tradicional.

Reconhecer a diversidade significa que diferentes noções de direitos de propriedade e o significado cultural do conhecimento e de formas de arte são conciliadas dentro de regimes mundiais. Isto exige acção internacional. Se os padrões correntes de propriedade intelectual não podem conciliar o conhecimento tradicional comum, ou os seus atributos de propriedade de grupo, as regras deveriam ser revistas. Deveriam ser retirados os empréstimos a países e empresas para projectos que adquirem propriedade de forma injusta, ou não compensem as comunidades.

Bens culturais

Deveriam os bens culturais ser protegidos no comércio internacional para ajudar a proteger a diversidade cultural no mundo? Os filmes e os produtos audiovisuais são bens culturais? Há dois princípios fundamentais: reconhecer o papel dos bens culturais no fomento da criatividade e da diversidade e o reconhecimento da desvantagem das pequenas indústrias cinematográficas e audiovisuais nos mercados mundiais.

Este Relatório defende uma abordagem que respeita e promove a diversidade, ao mesmo tempo que os países se mantêm abertos aos fluxos mundiais de capitais, bens e pessoas

As pessoas têm de deixar cair as identidades rígidas se quiserem tornar-se parte de sociedades diversificadas e defender valores cosmopolitas de tolerância e respeito pelos direitos humanos universais

A diversidade nos bens culturais tem o seu valor próprio porque aumenta a escolha do consumidor e enriquece a experiência cultural popular. Mas os bens culturais também gozam de economias de escala. Assim, os produtos dos grandes produtores tendem a afastar os produtos dos produtores mais pequenos, particularmente nos países mais pobres.

Como é que pode ser promovida a diversidade? Montar barreiras ao comércio não é a resposta, uma vez que isso reduz a escolha. O apoio às indústrias culturais em vez de direitos aduaneiros faria mais pela diversidade. Argentina, Brasil e França experimentaram, com êxito, subsídios à produção e reduções fiscais para as indústrias culturais, sem parar os fluxos de produtos culturais do estrangeiro para os mercados locais. A Hungria desvia 6% das receitas da televisão para promover filmes domésticos. O Egipto usa parcerias público-privado para financiar a infra-estrutura de produção de filmes.

Imigração

Os imigrantes devem assimilar-se, ou as suas culturas devem ser reconhecidas? Há três princípios fundamentais: respeitar a diversidade, reconhecer múltiplas identidades e criar laços comuns de pertença com a comunidade local. Nenhum país progrediu fechando as suas fronteiras. A migração internacional traz qualificações, trabalho e ideias, enriquecendo a vida das pessoas. Tal como não se pode defender o tradicionalismo e as práticas religiosas que violam os direitos humanos, a assimilação forçada não pode ser uma solução viável.

Identidades não são um jogo de soma zero. Veja-se esta declaração de um malaio na Noruega: “Perguntam-me, muitas vezes, há quanto tempo eu vivo aqui; ‘20 anos’, digo eu. Frequentemente, a observação seguinte é: ‘Ah! Então é quase norueguês’. O pressuposto aqui é que me tornei menos malaio porque é vulgar pensar na identidade como um jogo de soma zero; se tivermos mais de uma identidade, temos menos de outra. A identidade é, de alguma forma, imaginada como uma caixa quadrada com um tamanho fixo.”

Duas abordagens da imigração dominam as políticas da maioria dos países: o diferencialismo (migrantes que mantêm a respectiva identidade, mas não se integram no resto da sociedade) e assimilação (sem a opção de manter a antiga identidade). Mas estão a ser introduzidas novas abordagens de multiculturalismo

que reconhecem múltiplas identidades. Isso envolve a promoção da tolerância e do entendimento cultural, mas também aceitando explicitamente a prática religiosa, o vestuário e outros aspectos da vida quotidiana. Também envolve o reconhecimento de que os imigrantes não têm voz, nem segurança, face à exploração e à concessão de apoio à integração, como o treino da língua e serviços de procura de emprego.

Alguns países estão a aumentar os direitos de participação dos que não são cidadãos – “cidadania de residência” (Bélgica, Suécia). E mais de 30 países aceitam hoje a dupla cidadania. Para reduzir conceitos errados e preconceitos, o Gabinete do Comissário do Senado de Berlim para a Integração e Migração financia organizações de imigrantes, utiliza campanhas de informação pública e oferece consultas jurídicas em 12 línguas, para ajudar nos empregos e no combate à discriminação.

Mas essas políticas são contestadas. A educação bilingue nos Estados Unidos e o uso de lenços de cabeça em França são temas divisivos. Alguns receiam que estes desafiem alguns dos valores mais fundamentais da sociedade – como o compromisso de adotar a cultura americana, ou os princípios franceses de secularismo e igualdade entre os sexos.

* * *

Expandir as liberdades culturais é um objectivo importante do desenvolvimento humano – um objectivo que precisa de atenção urgente no século XXI. Todas as pessoas querem ter a liberdade de ser o que são. Todas as pessoas querem ser livres para serem quem são. Todas as pessoas querem ter a liberdade de exprimir as suas identidades como membros de um grupo com compromissos e valores partilhados – sejam eles a nacionalidade, a etnicidade, a língua ou a religião, a família, a profissão ou o lazer.

A globalização está a desencadear interacções cada vez maiores entre a população mundial. Este mundo precisa de maior respeito pela diversidade e de um compromisso mais forte na unidade. As pessoas têm de deixar cair as identidades rígidas se quiserem tornar-se parte de sociedades diversificadas e defender valores cosmopolitas de tolerância e respeito pelos direitos humanos universais. Este Relatório fornece uma base para discutir o modo como os países podem fazer com que isso aconteça. Se a curta história do século XXI não nos ensinou mais nada, mostrou-nos que fugir a estas questões não é uma opção.



Liberdade cultural e desenvolvimento humano

A privação humana pode ocorrer de muitos modos, uns mais remediáveis do que outros. A abordagem do desenvolvimento humano tem sido muito usada na literatura do desenvolvimento (incluindo os primeiros *Relatórios do Desenvolvimento Humano*) para analisar várias fontes relevantes de sofrimento, que vão desde o analfabetismo e falta de cuidados de saúde ao desemprego e à indigência. No Relatório deste ano, há uma expansão substancial da cobertura e do âmbito, com particular incidência na importância da liberdade cultural e no prejuízo pessoal e social que pode resultar da penúria.

Esta reorientação não abandona os compromissos básicos da abordagem do desenvolvimento humano. A motivação subjacente continua a ser a busca de caminhos para melhorar a vida das pessoas e as liberdades de que podem desfrutar. A negação da liberdade cultural pode gerar privações significativas, empobrecendo vidas humanas e excluindo pessoas das ligações culturais que elas têm direito de procurar. Portanto, a perspectiva do desenvolvimento humano pode ser ampliada para acolher a importância da liberdade cultural.

As dimensões culturais do desenvolvimento exigem cuidadosa atenção por três razões. Primeiro, a liberdade cultural é um aspecto importante da liberdade humana, fundamental para a capacidade das pessoas viverem como querem e terem a oportunidade de escolher entre as opções que têm – ou podem ter. O avanço da liberdade cultural deve ser um aspecto central do desenvolvimento humano e exige que vamos para lá das oportunidades sociais, políticas e económicas, uma vez que por si sós não garantem liberdade cultural.

Segundo, ainda que tenha havido muita discussão nos últimos anos acerca da cultura e da civilização, houve menos incidência na liberdade cultural do que no reconhecimento – e até na celebração – do conservadorismo cultural. A abordagem do desenvolvimento humano tem algo para oferecer em matéria de clarificação da importância da liberdade humana nas esferas culturais. Em vez de glorificar o

aval excessivo às tradições herdadas, ou de avisar o mundo acerca da alegada inevitabilidade dos choques de civilizações, a perspectiva do desenvolvimento humano exige que a atenção vá para a importância da liberdade nas esferas culturais (tal como noutras) e para os modos de defender e expandir as liberdades culturais de que as pessoas gozam. A questão crítica não é apenas o significado da cultura tradicional – é a importância do grande alcance das escolhas e liberdades culturais.

Terceiro, a liberdade cultural é importante não só na esfera cultural, mas também nos êxitos e fracassos das esferas social, política e económica. As diferentes dimensões da vida humana têm fortes inter-relações. Mesmo a pobreza, uma ideia económica central, não pode ser devidamente entendida sem introduzir considerações culturais. Na verdade, a ligação estreita entre privação cultural e pobreza económica foi assinalada por um economista tão importante com Adam Smith, cujas obras esclareceram a relevância do desenvolvimento humano.

Smith não só defendeu que a pobreza assume a forma bruta de fome e privação física, mas também que ela pode surgir nas dificuldades que alguns grupos experimentam em tomar parte na vida social e cultural da comunidade. Em particular, a análise da pobreza e o diagnóstico das mercadorias que contam como “necessidades” não podem ser independentes (defendeu Smith) das exigências da cultura local. Escreveu ele: “Por bens de primeira necessidade entendo não só os que são indispensáveis para o sustento, mas todos os que o costume do país considera indigno para as pessoas não os possuírem, mesmo as das classes mais baixas. (...) O hábito, do mesmo modo, tornou os sapatos de cabedal uma necessidade na Inglaterra. A pessoa digna mais pobre de ambos os sexos ficaria com vergonha de aparecer sem eles em público.”¹

Na verdade, a cultura estabelece uma relação importante entre rendimentos relativos e capacidades humanas absolutas. A privação relativa de rendimentos na comunidade local pode levar à privação

A motivação subjacente continua a ser a busca de caminhos para melhorar a vida das pessoas e as liberdades de que podem desfrutar

Ainda que os atributos culturais muitas vezes sejam falsos, abrem caminho à discriminação e à exclusão

social absoluta. Por exemplo, ser relativamente pobre de rendimentos numa sociedade rica pode gerar pobreza absoluta, por causa da incapacidade de uma pessoa adquirir as mercadorias que o estilo de vida estabelecido nessa sociedade exige – mesmo que a pessoa possa ter um rendimento mais alto do que a maioria das pessoas nos países pobres do resto do mundo. Portanto, a própria noção de pobreza humana exige investigação cultural. Ao dar o reconhecimento adequado à liberdade cultural e às influências culturais no desenvolvimento humano, temos de prestar atenção ao poder das culturas estabelecidas nas nossas vidas e ao significado das interligações entre os aspectos culturais da vida humana e os outros aspectos.

PARTICIPAÇÃO E RECONHECIMENTO

A privação da liberdade, incluindo a liberdade cultural, assume muitas formas. O mesmo acontece com a discriminação, que pode levar a uma perda de liberdade. Como se discute neste Relatório, partes da população podem estar sujeitas a discriminação em diferentes esferas: política, socioeconómica e cultural. As muitas dimensões da privação – e da discriminação – exigem a compreensão das distinções entre os diferentes processos, se interrelacionados, através dos quais as liberdades das pessoas são coarctadas.

A privação funciona muitas vezes através do processo de exclusão. A exclusão cultural tem recebido ultimamente muita atenção. Mas temos de distinguir, claramente, duas formas de exclusão cultural.

EXCLUSÃO DA PARTICIPAÇÃO

Primeiro, a exclusão cultural de uma pessoa, ou grupo, pode assumir, por vezes, a forma de não permissão a essa pessoa, ou grupo, de participar na sociedade tal como se permite e se encoraja os outros a fazê-lo. Isto pode ser chamado de “exclusão da participação”. Excluir as pessoas da participação pode estar ligado a várias características das pessoas envolvidas, como género, etnicidade ou religião.

Em muitos casos de exclusão da participação, a principal base de discriminação é a filiação cultural das pessoas envolvidas, resultando na sua exclusão de participação na educação, emprego ou tomada de decisão política. Os argumentos utilizados para justificar essa exclusão tendem a invocar alegados atribu-

tos dos grupos envolvidos. Grupos étnicos específicos são referidos como preguiçosos, desordeiros ou irresponsáveis, membros de religiões minoritárias são suspeitos de ter lealdades contraditórias com as autoridades religiosas e o Estado, etc. Ainda que esses atributos culturais sejam muitas vezes falsos, abrem caminho à discriminação e à exclusão. Nalguns casos, as características identificadoras utilizadas na política discriminatória invocam directamente atributos culturais. Isto acontece, em particular, com a discriminação contra comunidades religiosas, mas também pode aplicar-se a grupos definidos pela língua, origem social, ou outra característica identificadora.

EXCLUSÃO DO MODO DE VIDA

Uma segunda forma de exclusão cultural nega o reconhecimento de um estilo de vida que um grupo pode optar por ter. E essa intolerância pode ser acompanhada pela insistência em que os membros do grupo têm de viver exactamente como os outros na sociedade. Esta “exclusão do modo de vida” exprime-se principalmente na intolerância religiosa – um importante desafio tratado por John Stuart Mill no seu famoso ensaio, “On Liberty” (1859).

As exclusões do modo de vida continuam a ser fortes em muitos contextos actuais, com várias manifestações. A intolerância religiosa, obviamente, continua a ser um tipo importante de exclusão. A intolerância de alguns padrões de comportamento na vida puramente pessoal é outro exemplo: o tratamento discriminatório de gays e lésbicas é uma forma comum de exclusão do modo de vida. Estas exclusões envolvem a violação directa da liberdade cultural, e aqui a violação da liberdade acompanha também uma negação da diversidade.

Este tipo de exclusão também pode ser uma questão grave em sociedades multiculturais com diversidade étnica, particularmente em relação a populações imigrantes recém-chegadas. A insistência em que os imigrantes abdicuem do seu estilo de vida tradicional e adoptem o estilo dominante na sociedade para onde emigraram ilustra uma forma comum de intolerância do estilo de vida no mundo contemporâneo.

Essa exigência pode estender-se mesmo a questões comportamentais insignificantes relativas à conduta dos imigrantes, como ficou famoso na Grã-Bretanha pelo significativo “teste de *cricket*” de Lorde Tebbit (um imigrante legítimo deve torcer

pela Inglaterra em provas de competição contra o seu país de origem). O teste de Tebbit tem o mérito da precisão, o que também pode ser um problema numa sociedade multicultural para identificar qual é realmente o estilo de vida dominante. Por exemplo, agora que o caril foi classificado como um “alimento britânico autêntico” pelo Conselho de Turismo Britânico (de acordo com os padrões de consumo correntes dos nativos da ilha), um imigrante da Ásia do Sul na Grã-Bretanha pode ter alguma dificuldade, sem a ajuda algorítmica de Tebbit, em determinar qual é o padrão de comportamento ao qual lhe pedem para se adaptar!

A exclusão do modo de vida pode ser uma área séria de injustiça.² Isto tem sido objecto de muito trabalho recente, incluindo as chamadas “políticas de reconhecimento”, que abrangem “a reivindicação do reconhecimento das perspectivas distintivas das minorias étnicas, ‘raciais’ e sexuais, bem como da diferença de género”.³ Na verdade, estas considerações são importantes para uma visão devidamente alargada da justiça, mas no contexto do desenvolvimento humano são vistas, mais imediatamente, como relevantes para o exercício da liberdade cultural, que – tal como outras liberdades – deve figurar na avaliação do desenvolvimento humano e na apreciação das suas falhas.

LIBERDADES, DIREITOS HUMANOS E O PAPEL DA DIVERSIDADE

A importância das liberdades humanas pode ser a base da sua ligação à ideia de direitos humanos. O reconhecimento dos direitos humanos não precisa de esperar pela sua legalização na forma de títulos legais. Muitas vezes, fornecem a motivação para essa legislação. Na verdade, mesmo a nomeação de algumas leis como “leis dos direitos humanos” indica essa ligação. Como Herbert Hart, o distinto teórico do direito, disse num famoso ensaio, as pessoas “falam dos seus direitos morais principalmente quando estão a defender a sua incorporação num sistema legal”.⁴

Na verdade, indo mais longe, o reconhecimento ético dos direitos humanos, sustentado pela discussão e argumentação públicas, pode ir – e vai – além de uma simples base para uma legislação possível.⁵ Através do activismo de indivíduos e grupos (incluindo organizações dedicadas aos direitos humanos), as liberdades reflectidas no reconhecimento dos direitos humanos pode proporcionar o terreno

para exigências públicas e até para agitação e acção colectiva generalizada (por exemplo, a favor do direito das minorias terem a liberdade de escolher o seu próprio estilo de vida). As próprias Nações Unidas têm-se empenhado fortemente na prossecução dos direitos humanos (em particular através dos Altos Comissariados das Nações Unidas para os Direitos Humanos e para os Refugiados), mesmo quando a legislação nacional deixou para trás normas éticas.

Como declarações formais de ética social, sustentadas pela argumentação pública aberta, os direitos humanos exigem diversas formas de execução. As liberdades subjacentes podem progredir através de várias acções públicas, incluindo o reconhecimento, a monitorização e a agitação, além da legislação e dos compromissos morais das pessoas envolvidas. A afirmação dos direitos humanos, baseada na importância da liberdade humana sob diversas formas, acompanha a necessidade de avaliar as razões para compreender as obrigações correspondentes. Uma vez, as obrigações estão especificadas exactamente, mas outras vezes apenas estão caracterizadas genericamente (incluem tanto “obrigações perfeitas”, como “obrigações imperfeitas”, para usar uma velha distinção Kantiana). A natureza e as exigências dos direitos humanos foram muito exploradas no *Relatório do Desenvolvimento Humano*.

Podemos destacar aqui o reconhecimento básico de que a ideia de direitos humanos se liga directamente à salvaguarda e ao progresso das liberdades humanas. Isso dá razão suficiente, dependendo das circunstâncias, para defender e promover instituições particulares e arranjos sociais. Mas esses programas só têm valor derivado e contingente e têm de ser avaliados em função do que realmente fazem pelos direitos humanos. A força ética dos direitos humanos depende, em última análise, da importância das liberdades humanas e não pode ser separada dessa ligação. Este reconhecimento elementar tem um amplo alcance.⁶

Um dos temas que tem recebido uma atenção considerável na literatura cultural contemporânea é a diversidade cultural. Por vezes, até se considera como direito humano o direito que grupos de pessoas têm, no seu conjunto. Os direitos de grupo têm muitas ambiguidades, mas não é difícil defender que, para serem levados a sério, o seu papel no alargamento das liberdades dos seres humanos tem de ser demonstrado. Mesmo sem entrar a fundo nos complexos debates que rodeiam a ideia de direitos

A intolerância pode ser acompanhada pela insistência em que os membros do grupo têm de viver exactamente como os outros na sociedade

Defender a diversidade cultural sob o pretexto de que foi isso que os diferentes grupos de pessoas herdaram é, claramente, não raciocinar com base na liberdade cultural

de grupo, a necessidade básica de ligar direitos a liberdades pode ser prontamente reconhecida.

Isto levanta, imediatamente, questões acerca do valor da diversidade cultural, uma vez que ela não é, em si, uma característica das liberdades humanas. Contudo, é fácil mostrar que a diversidade pode ser importante na esfera cultural. Se não for permitida a diversidade, muitas escolhas tornam-se inviáveis. Todavia, se nos concentrarmos na liberdade (incluindo a liberdade cultural), o significado de diversidade cultural deve variar juntamente com as suas ligações causais à liberdade humana.

Muito frequentemente, essas ligações são positivas e fortes. Na verdade, a diversidade pode ser tanto uma consequência do exercício da liberdade humana (particularmente da liberdade cultural) como uma fonte de enriquecimento social (particularmente de enriquecimento cultural). A diversidade cultural pode resultar bem se as pessoas forem autorizadas e encorajadas a viver como gostariam de viver. Isso poderia decorrer da discussão anterior acerca da inclusão do modo de vida. Por exemplo, a persistência de estilos de vida etnicamente diferentes e o reconhecimento, e respeito, das minorias sexuais pode tornar a sociedade culturalmente mais diversa, precisamente como resultado do exercício da liberdade cultural. Nestes casos, a importância da diversidade cultural decorrerá directamente do valor da liberdade cultural, uma vez que a primeira é consequência da segunda.

A diversidade cultural em si mesma também pode desempenhar um papel positivo. Por exemplo, uma sociedade culturalmente diversificada pode trazer benefícios a outras sociedades através da variedade de experiências que estas estão, por conseguinte, em situação de gozar. Por exemplo, pode defender-se plausivelmente que a rica tradição da música afro-americana – com a sua linhagem africana e evolução americana – não só ajudou a aumentar a liberdade cultural e o amor-próprio dos afro-americanos, mas também aumentou as opções culturais de todas as pessoas (afro-americanas ou não) e enriqueceu a paisagem cultural da América e, na verdade, do mundo.

Porém, a relação entre liberdade cultural e diversidade cultural exige exame mais profundo. O modo mais simples de ter diversidade cultural pode muito bem ser uma continuação conservadora da variedade de culturas que existe actualmente. Pode dizer-se coisa semelhante acerca da diversidade cultural den-

tro de um país específico, se tiver uma variedade de culturas dentro das suas fronteiras. Exigirá a defesa da diversidade cultural o apoio ao conservadorismo cultural, pedindo às pessoas que se agarrem à sua origem cultural e não tentem mudar para outros estilos de vida? Isso colocar-nos-ia imediatamente numa posição antiliberdade, a qual procuraria maneiras de bloquear a escolha de um modo de vida diferente que muitas pessoas podem desejar ter. Na verdade, poderíamos também estar no campo de um tipo diferente de exclusão: exclusão da participação, por oposição a exclusão do modo de vida, uma vez que as pessoas de culturas minoritárias seriam excluídas da participação no campo maioritário.

A insistência no conservadorismo cultural pode desencorajar – ou impedir – as pessoas de adoptarem um estilo de vida diferente e, mesmo, de aderir ao estilo de vida que outros, com origens culturalmente diferentes, normalmente seguem na sociedade em questão. A diversidade seria, então, realizada à custa da liberdade cultural. Se o importante, em última análise, for a liberdade cultural, a valorização da diversidade cultural deve então assumir uma forma contingente e condicional. Muita coisa dependerá do modo como essa diversidade for produzida e sustentada.

Na verdade, defender a diversidade cultural sob o pretexto de que foi isso que os diferentes grupos de pessoas herdaram é, claramente, não raciocinar com base na liberdade cultural (ainda que esse argumento seja apresentado por vezes como se fosse um raciocínio em favor da liberdade). Nada pode ser justificado em nome da liberdade sem realmente dar uma oportunidade para o exercício dessa liberdade ou, pelo menos, sem avaliar como seria utilizada uma oportunidade de escolha se ela estivesse disponível. A diversidade pode muito bem ser perseguida por outras razões que não a liberdade cultural. Mas justificar a manutenção das diversidades preexistentes na suposta base da liberdade cultural deve, na ausência de outros argumentos, ser um claro *non sequitur*.

IDENTIDADE, COMUNIDADE E LIBERDADE

As razões do cepticismo em dar prioridade automática à cultura herdada podem ser vistas em termos de quem faz que escolhas. Nascer num meio cultural específico não é um exercício de liberdade – muito pelo contrário. Só se associa com a liberdade cultural se a pessoa optar por continuar a viver nos termos dessa

cultura e se o fizer tendo tido a oportunidade de considerar outras alternativas. A questão central na liberdade cultural é a capacidade das pessoas viverem do modo como escolheram, com oportunidade suficiente de considerar outras opções. O peso normativo da liberdade dificilmente pode ser invocado quando nenhuma escolha – real ou potencial – é realmente considerada.

Acontece que algumas teorias comunitárias glorificaram a ausência de opção envolvida na “descoberta” da verdadeira identidade de uma pessoa. Michael Sandel explicou proveitosamente esta afirmação, que faz parte do “conceito constitutivo” de comunidade: “comunidade descreve não só o que eles *têm* enquanto concidadãos mas também o que *são*, não uma relação que escolhem (como na associação voluntária) mas uma vinculação que descobrem, não meramente um atributo mas um constituinte da sua identidade.”⁷ “O eu consegui os seus fins”, explica ainda Sandel, “não por opção mas por reflexão, de sujeito sabedor (ou inquiridor) para objecto de (auto) compreensão.”⁸ Nesta perspectiva, a organização social pode ser vista (como diz Crowley, outro autor comunitário) como tentativas para “criar oportunidades para os homens darem voz ao que descobriram acerca de si mesmos e do mundo e para persuadirem terceiros do seu valor”.⁹

A reivindicação de que a identidade não é uma questão de escolha mas, em última análise, uma questão de descoberta, requer uma análise mais profunda, e essa questão mais ampla será abordada mais adiante. Em relação à presente discussão, é relevante notar que a importância especial e a gravidade excepcional que estão ligadas, nesta perspectiva comunitária, a filiações e vinculações herdadas, se referem à sua criação baseada na descoberta, por oposição a coisas que são “meramente escolhidas”. Seja qual for o poder persuasivo dessa afirmação (certamente precisa de alguma justificação), ela está em conflito real com a importância atribuída à escolha e à liberdade de escolher.

Os comunitários têm razão, porém, em enfatizar a importância de um sentido de identidade na vida de uma pessoa. Menos claro é como a identidade pode ser uma questão de simples descoberta de algo acerca de si mesmo, em vez de, explícita ou implicitamente, exercer uma escolha. Essas escolhas são feitas constantemente – muitas vezes implicitamente, mas por vezes explicitamente, com clara consciência. Por exemplo, quando Mohandas Ghandi decidiu, depois de considerável reflexão, dar prioridade à sua identificação

com os indianos que procuravam a independência do regime britânico, em vez da sua identidade de causídico experiente dedicado à justiça inglesa, não pode haver dúvida de que ele estava, consciente e firmemente, a fazer uma opção. Noutros casos, a opção pode ser implícita ou obscura, e também defendida com muito menos grandiosidade do que a decisão de Ghandi, mas a opção pode não ser menos autêntica por essa razão.

Normalmente, cada indivíduo pode identificar-se com muitos grupos diferentes. Uma pessoa pode ter uma identidade de cidadania (por exemplo, ser francesa), de sexo (ser mulher), de raça (ser de origem chinesa), de origem regional (ser proveniente da Tailândia), de língua (ser fluente em tailandês, chinês e inglês, além de francês), política (ter ideias de esquerda), religiosa (ser budista), profissional (ser advogado), de localização (ser residente em Paris), de filiação desportiva (ser jogador de badminton e fã de golfe), de gosto musical (adorar jazz e hip-hop), de preferência literária (gostar de romances policiais), de hábitos alimentares (ser vegetariana), etc.

As escolhas não são ilimitadas (não se pode escolher a identidade, por exemplo, de esquimó ou de lutador de sumo, se não se for um deles). Mas dentro da gama de filiações que um indivíduo tem, pode escolher que prioridade dar a uma ou a outra, num contexto particular. O facto de ter todas estas filiações – e muitas outras – pode ser uma questão de “descoberta”, mas, mesmo assim, o indivíduo tem de pensar e decidir que prioridade relativa dar às suas várias filiações. O facto de ocorrerem descobertas não o isenta da necessidade de escolher, mesmo que a escolha seja feita implicitamente.¹⁰

A possibilidade de escolha é importante para evitar o que Anthony Appiah chamou de “novas tiranias”, na forma de identidades recém-reivindicadas, que podem tyrannizar pela eliminação das reivindicações de outras identidades que também podemos ter razões para aceitar e respeitar. Appiah exemplifica isto com a identidade de ser afro-americano. Essa identidade certamente ajudou no passado – e continua a ajudar hoje em dia – a procurar justiça racial na América. Mas também pode ser opressiva se for tomada como a única identidade que uma pessoa preta tem, sem ligar a outras reivindicações. Appiah põe assim a questão:

Para controlar este imperialismo da identidade – um imperialismo tão visível nas identidades raciais como em tudo o mais – é crucial lembrarmo-nos sempre de que não somos simplesmente pretos, brancos, amare-

Dentro da gama de filiações que um indivíduo tem, pode escolher que prioridade dar a uma, ou outra, num contexto particular

As críticas culturais das vítimas podem ser utilizadas pelos governantes para justificar tiranias altamente ineficientes – assim como profundamente iníquas

los, castanhos, *gays*, heterossexuais, bissexuais, judeus, cristãos, muçulmanos, budistas, confucionistas, mas também irmãos e irmãs; pais e filhos; liberais, conservadores e esquerdistas; professores e advogados, construtores de automóveis e jardineiros; fãs dos Padres e dos Bruins; apreciadores de *grunge rock* e apaixonados por Wagner; entusiastas de cinema; MTV-ólicos, leitores de histórias de mistério; surfistas e cantores; poetas e amigos dos animais; estudantes e professores; amigos e amantes. A identidade racial pode ser a base da resistência ao racismo – e embora tenhamos feito grandes progressos, ainda temos muito caminho a percorrer – mas não deixemos que as nossas identidades raciais nos sujeitem a novas tiranias.¹¹

Vejamos um exemplo diferente – e mais sinistro. Quando, há uma década, os instigadores hutus tentaram (e em certa medida conseguiram) persuadir outros membros da comunidade hutu do Ruanda de que podiam ver perfeitamente que eles eram indubitavelmente hutus (a não confundir com “aqueles horríveis tutsis”), podia-se ter resistido aos assassínios absurdos que se seguiram invocando identidades mais amplas dos hutus, por exemplo, como ruandeses, ou como africanos, ou de modo ainda mais amplo como seres humanos. Ver a identidade meramente como uma questão de descoberta pode não ser só uma confusão conceptual. Também pode levar ao abandono de um dever dos seres humanos ponderados – o dever moral de considerar como gostariam de se ver e com quem gostariam de se identificar (se apenas com a comunidade de hutus, ou também com a nação dos ruandeses, com a categoria de africanos, ou com a colectividade de seres humanos). A liberdade de escolher é importante não só para os indivíduos que podem fazer a escolha, mas também pode ser importante para outros, quando a responsabilidade que acompanha a escolha for adequadamente compreendida.

INTOLERANCIA E ALIENAÇÃO

Uma teoria complicada pode, por vezes, reforçar uma intolerância sem complicações e tornar o mundo num lugar mais combustível do que seria de outra maneira.¹² As generalizações culturais apressadas podem tirar o lugar a um entendimento mais profundo da cultura e servir de instrumento ao preconceito sectário, à discriminação social e até à tirania política. Simples gene-

ralizações culturais, com grande poder na moldagem de modos de pensar, abundam nas crenças populares e na comunicação informal. Objecto de muitas anedotas e calúnias étnicas, estas crenças mal examinadas também podem aflorar como grandes teorias perniciosas. Uma correlação acidental entre preconceito e observação social (mesmo que seja fortuita) leva ao nascimento de uma teoria que pode manter-se mesmo depois de desaparecer a correlação ocasional.

Por exemplo, anedotas acerca de irlandeses (como aquela “Quantos irlandeses são precisos para mudar uma lâmpada?”) tiveram alguma circulação em Inglaterra durante muito tempo. Pareciam ajustar-se bem à difícil situação depressiva da economia irlandesa, quando esteve numa longa depressão. Mas quando a economia começou a crescer com espantosa velocidade, a estereotipia cultural e a sua relevância económica e social alegadamente profunda não desapareceram. As teorias têm vida própria, muitas vezes em oposição ao mundo que na realidade pode ser observado.

As ligações entre intolerância cultural e tirania política também podem ser muito estreitas. A assimetria de poder entre governante e governado, quando combinada com preconceitos culturais, pode resultar em fracassos injuriosos da governação, como se observou, de modo devastador, nas fomes irlandesas da década de 1840. Como disse Richard Lebow, a pobreza na Irlanda era geralmente vista em Inglaterra como sendo provocada pela preguiça, indiferença e inaptidão, pelo que a “missão da Grã-Bretanha” não era vista como sendo para “aliviar as dificuldades irlandesas mas civilizar o seu povo e levá-lo a sentir-se e a agir como seres humanos”.¹³ Utilizações similares do preconceito cultural para fins políticos podem ser vistas na história dos impérios europeus em África e na Ásia. A famosa observação de Winston Churchill de que as fomes de Bengala, de 1943, foram causadas pela tendência das pessoas nativas para se “reproduzirem como coelhos” pertence a essa tradição geral de culpar a vítima colonial. E teve um efeito profundo nos esforços de socorro durante essa fome desastrosa. As críticas culturais das vítimas podem ser utilizadas pelos governantes para justificar tiranias altamente ineficientes – assim como profundamente iníquas.

DETERMINISMO CULTURAL

Embora o casamento entre o preconceito cultural e a assimetria política possa ser letal, a necessidade de

ter cuidado com o salto para conclusões culturais é mais penetrante.¹⁴ Pressupostos culturais não examinados até podem influenciar o modo como os peritos vêem o desenvolvimento económico. As teorias são muitas vezes extraídas de provas insuficientes. Meias verdades, ou quartos de verdade, podem enganar grosseiramente – por vezes ainda mais do que a falsidade total, que é mais fácil de denunciar.

Vejamos este argumento do influente livro, *Culture Matters*, editado conjuntamente por Lawrence Harrison e Samuel Huntington. No ensaio introdutório, “As Culturas Contam”, Huntington escreve:

“No princípio dos anos de 1990, aconteceu que encontrei dados económicos sobre o Gana e a Coreia do Sul do princípio dos anos de 1960 e fiquei espantado por ver como as duas economias eram semelhantes naquela altura. (...) Trinta anos mais tarde, a Coreia do Sul tinha-se tornado num gigante industrial, com a décima quarta maior economia do mundo, empresas multinacionais, importantes exportações de automóveis, equipamento electrónico e outros produtos sofisticados e um rendimento per capita aproximadamente igual ao da Grécia. Além disso, estava a caminho da consolidação de instituições democráticas. Não tinham ocorrido mudanças dessas no Gana, cujo rendimento per capita era agora de cerca de um quinto do da Coreia do Sul. Como poderia ser explicada esta extraordinária diferença de desenvolvimento? Indubitavelmente, muitos factores desempenharam um papel, mas parecia-me que a cultura tinha de constituir uma grande parte da explicação. Os sul-coreanos valorizavam a poupança, o investimento, muito trabalho, a educação, a organização e a disciplina. Os ganeses tinham valores diferentes. Em suma, as culturas contam.¹⁵

É bem possível que haja algo de interesse nesta sedutora comparação (talvez até um quarto de verdade retirado do contexto) e a comparação pede uma investigação. Mas a história causal é profundamente enganadora. Havia muitas diferenças importantes – para além das predisposições culturais – entre o Gana e a Coreia do Sul nos anos de 1960, quando os países pareceram a Huntington muito semelhantes, excepto quanto à cultura. As estruturas de classe dos dois países eram muito diferentes, tendo as classes empresariais da Coreia um papel muito maior. A política também era muito diferente, com o governo da Coreia ansioso por desempenhar um papel di-

namizador no lançamento do desenvolvimento económico baseado nas empresas, de um modo que não se aplicava ao Gana. A estreita relação entre a economia coreana e as economias japonesa e norte-americana também fez uma grande diferença, pelo menos nas primeiras fases do desenvolvimento coreano. O mais importante talvez fosse que, nos anos de 1960, a Coreia tinha uma taxa de alfabetização muito mais alta e um sistema escolar mais extenso do que o Gana. As mudanças coreanas tinham sido ocasionadas em grande medida através de uma política pública resoluta desde a Segunda Guerra Mundial e não eram simplesmente um reflexo da muito antiga cultura coreana.

Claro que houve tentativas anteriores de utilizar o determinismo cultural para explicar o desenvolvimento económico. Há um século, Max Weber (1930) apresentou uma importante tese sobre o papel decisivo da ética protestante (em particular, do calvinismo) no desenvolvimento com êxito de uma economia industrial capitalista. A análise de Weber sobre o papel da cultura na emergência do capitalismo resultava da forma como ele observava o mundo no fim do século XIX. A sua análise é de particular interesse no mundo contemporâneo, especialmente à luz do recente êxito das economias de mercado em sociedades não protestantes.

Pode haver muito a aprender com essas teorias, e as ligações empíricas que patenteiam podem ser muito perspicazes. Todavia, também é notável a frequência com que aspectos específicos de explicações culturais, baseadas na observação do passado, foram minados por experiências posteriores. Na verdade, as teorias do determinismo cultural têm estado, muitas vezes, um passo atrás do mundo real.

GLOBALIZAÇÃO, ASSIMETRIA E DEMOCRACIA

Há mais a dizer acerca da escolha de identidade, em particular sobre os problemas de equidade – e de justiça distributiva – que têm de ser enfrentados na análise das implicações da inclusão cultural, bem como da diversidade cultural. Mas antes de o fazer, é útil examinar dois fenómenos especiais – ou alegados fenómenos – do mundo contemporâneo, que têm exercido considerável influência em recentes discussões da identidade cultural. Podem ser denominados conjuntamente – na falta de melhor expressão – como o futuro da diversidade cultural no mundo globalizado. Tratam do impacte da globalização, e

As teorias do determinismo cultural têm estado, muitas vezes, um passo atrás do mundo real

A necessidade da tomada de decisão participativa sobre o tipo de sociedade em que as pessoas querem viver deve ter um valor compreensivo

do poder assimétrico que a acompanha, e da tese de que existe uma tendência persistente para as civilizações se chocarem, o que pode tornar o mundo num local muito violento e perturbador.

PODER ASSIMÉTRICO DA GLOBALIZAÇÃO?

Uma das preocupações que muitas pessoas têm ao pensar hoje em dia na salvaguarda da liberdade cultural diz respeito à influência esmagadora da cultura ocidental, especialmente do seu “consumismo”, no mundo globalizado em que vivemos. Põe-se muitas vezes a questão, de modo plausível, de que ser livre para escolher um estilo de vida não é, no mundo actual, apenas uma questão de ser autorizado a escolher livremente. Também é uma questão de saber se as pessoas de civilizações mais marginalizadas conseguem resistir à influência do Ocidente. Esta preocupação merece certamente atenção, dada a evidente precariedade das culturas locais num mundo tão dominado pela ameaçadora exposição às influências ocidentais.

Há pelo menos duas questões que são aqui de particular interesse. Primeiro, há o poder e a força da cultura de mercado em geral, que é parte e parcela da forma que, cada vez mais, a globalização económica tem tomado. Os que acham que os valores e as prioridades das culturas relacionadas com o mercado são vulgares e empobrecedores (mesmo muitas pessoas do Ocidente têm este ponto de vista) tendem a achar a própria globalização muito censurável. Todavia, também é muito frequente acharem difícil resistir à globalização baseada no mercado, dado o alcance e a força da economia de mercado e o grande volume de recursos que pode aplicar na remodelação do mundo.

O segundo problema diz respeito à assimetria do poder entre o Ocidente e outros países e à probabilidade de essa assimetria vir a traduzir-se na destruição de culturas locais (poesia, teatro, música, dança, hábitos alimentares, etc.). Uma tal perda, argumenta-se plausivelmente, empobreceria culturalmente as sociedades não ocidentais. Dado o constante bombardeamento cultural que tende a vir das metrópoles ocidentais (desde o *fast food* até à *blast music*), há genuínos receios de que as tradições nativas possam ser esmagadas pela fuzilaria.

Essas ameaças são indubitavelmente reais e, em grande medida, também pode ser difícil combatê-las. A solução dificilmente pode consistir numa travagem

da globalização do comércio e das trocas, quer porque o comércio internacional pode trazer vantagens económicas que muitos países valorizam muito, quer porque é difícil resistir às forças de intercâmbio económico e da divisão do trabalho num mundo em interacção.

Uma linha plausível de resposta ao problema da assimetria pode, porém, tomar a forma de reforço das oportunidades construtivas que as culturas locais têm – e podem ser ajudadas a ter – para se protegerem e resistirem à possibilidade de serem ultrapassadas em armas pelas forças da invasão cultural. Se as importações estrangeiras dominam por causa do maior controlo das ondas de rádio, canais de televisão, etc., uma política de neutralização deve, seguramente, envolver o aumento das facilidades disponíveis para a cultura local apresentar as suas próprias criações, tanto localmente como no exterior. Os custos envolvidos no seguimento desse caminho construtivo podem não ser tão proibitivos como as pessoas poderiam pensar, uma vez que as comunicações se tornaram muito mais baratas no mundo contemporâneo. Isto também seria uma resposta positiva, diferente da tentação, que aflora com alguma frequência, de proibir a influência estrangeira através de legislação ou de decreto governamental.

A possibilidade construtiva de dar muito mais apoio às actividades culturais locais não só ajudaria a fortalecê-las – também lhes permitiria enfrentar uma concorrência mais igual. Na perspectiva favorável à liberdade, há muito mérito em tomar esse caminho, em vez de fazer as culturas locais prevalecer simplesmente através da proscrição da concorrência. É importante assegurar que o bebé da liberdade cultural não seja deitado fora com a água do banho da concorrência desigual.

A questão decisiva, em última análise, tem de ser uma questão de democracia. A necessidade da tomada de decisão participativa sobre o tipo de sociedade em que as pessoas querem viver deve ter um valor compreensivo, baseado numa discussão aberta, com oportunidades adequadas para a expressão das posições minoritárias. A questão da inclusão política (dar às pessoas a liberdade de participar nas escolhas políticas, em vez de serem ignoradas por potentados autoritários) é particularmente relevante aqui, na salvaguarda da liberdade cultural (na liberdade das pessoas escolherem o seu próprio estilo de vida). Não podemos, ao mesmo tempo, querer a democracia e, apesar disso, excluir certas escolhas, com pretextos

tos tradicionalistas, por causa do seu carácter estranho (independentemente do que as pessoas escolhessem, de modo informado e ponderado). O valor da democracia tem de resistir à exclusão da liberdade de escolha dos cidadãos através da sanção oficial das autoridades políticas (ou de ordens das instituições religiosas, ou de pronunciamentos dos grandes guardiões do “gosto nacional”), independentemente de essas autoridades (ou instituições, ou guardiões) acharem inadequadas as novas predileções. Este é um campo, entre outros, em que a liberdade cultural e a liberdade política podem com vantagem ser vistas juntas.¹⁶

CIVILIZAÇÕES E HISTÓRIA MUNDIAL

Se o medo da globalização é uma preocupação geral que muitas pessoas exprimem ao lidar com a liberdade cultural, o pavor de um “choque de civilizações” (como Huntington lhe chama) é outra preocupação que tem sido muito referido nos últimos anos. A tese tem muitas componentes, mas parece ser uma preocupação geral que a pluralista e tolerante civilização ocidental esteja actualmente sob ameaça constante de culturas menos tolerantes e mais autoritárias.

Na verdade, se assumíssemos que as pessoas nas civilizações não ocidentais são constantemente tentadas por valores autoritários (e talvez até pelo engodo da violência), então não seria difícil de entender o medo de que a diversidade cultural do mundo tenha graves consequências. Mas até que ponto é razoável a análise cultural que está subjacente a esse medo? E até que ponto é fiável a leitura da história que sustenta essa análise cultural? Há razões para ser céptico em relação a ambas. As categorias civilizacionais estão longe de ser bem definidas e a história simulada que acompanha a tese do choque das civilizações exagera esses contrastes, em parte negligenciando as heterogeneidades dentro de cada cultura, mas também ignorando interações históricas entre as diferentes culturas.

A reivindicação específica de que a tolerância é uma característica especial – e quase ímpar – da civilização ocidental, que se estende ao longo do tempo na história, é particularmente difícil de sustentar. Não se trata de negar que a tolerância e a liberdade estão entre as importantes realizações da Europa moderna (a despeito de algumas aberrações, como os regimes imperialistas brutais ao longo de dois séculos e as atrocidades nazis de há seis décadas). Na

verdade, o mundo tem muito que aprender com a história recente da Europa e do mundo ocidental, particularmente desde o período do Iluminismo europeu. Mas ver aí uma única linha de divisão histórica – que recua ao longo da história – é marcadamente fantasista. A história do mundo não sugere nada como uma divisão entre uma história de longo prazo da tolerância ocidental e a do despotismo não ocidental.

A liberdade política e a tolerância, na sua ampla forma contemporânea, não constituem uma velha característica histórica em nenhum país, ou civilização. Platão e Santo Agostinho não tinham um pensamento menos autoritário do que Confúcio e Kautilya. Claro que havia defensores da tolerância no pensamento clássico europeu, mas também há muitos exemplos semelhantes noutras culturas. Por exemplo, na Índia, a dedicada defesa da tolerância, incluindo a religiosa, feita pelo imperador Achoka no século III AC (argumentando que “todas as seitas dos outros povos merecem reverência por uma razão ou outra”) está certamente entre as primeiras defesas políticas da tolerância, seja onde for. Igualmente, quando um imperador indiano posterior, Aqbar, o Grão-Mogol, fazia proclamações comparáveis sobre tolerância religiosa, no fim do século XVI (como: “não se interferirá com ninguém por motivo da religião e qualquer pessoa será autorizada a passar para uma religião que lhe agrade”), a Inquisição estava no auge na Europa. Pegando noutra exemplo, quando o filósofo judeu Meimónidas foi obrigado a emigrar de uma Europa intolerante no século XII, encontrou um refúgio tolerante no mundo árabe e foi-lhe dada uma posição de honra e influente na corte do imperador Saladino, no Cairo. O seu tolerante anfitrião foi o mesmo Saladino que lutou muito pelo Islão nas Cruzadas.

Na verdade, a própria ideia de democracia, na forma de argumentação pública participativa, apareceu em diferentes civilizações e em diferentes períodos da história mundial.¹⁷ No Japão do princípio do século VII, o príncipe budista Shotoku, regente da mãe, a imperatriz Suiko, introduziu uma constituição relativamente liberal ou *kempo* (conhecida como “a constituição de 17 artigos”) em 604 DC. No espírito da Magna Carta (assinada seis séculos depois, em 1215 DC), a *kempo* insistia: “As decisões sobre questões importantes não devem ser tomadas só por uma pessoa. Devem ser discutidas com muitas.” Acerca da tolerância, diz: “Não fiquemos sentidos

A reivindicação específica de que a tolerância é uma característica especial da civilização ocidental, que se estende ao longo do tempo na história, é particularmente difícil de sustentar

A construção de sociedades justas e humanas exige o reconhecimento adequado da importância das liberdades em geral, que incluem a liberdade cultural

quando outros diferem de nós. Porque todos os homens têm coração, e cada coração tem as suas próprias inclinações. O que está certo para eles está errado para nós, e o que está certo para nós está errado para eles.”¹⁸

Exemplos de defesa da discussão pública e de procura de pontos de vista diferentes – e conflituantes – figuram na história de outros países do mundo, tanto no Ocidente como fora dele. Continuam a ser de relevância contemporânea no pensamento acerca da viabilidade de uma democracia tolerante no mundo de hoje. Quando a Índia se tornou independente, em 1947, a comissão que redigiu a sua constituição, liderada por B. R. Ambedkar, teve de considerar as próprias tradições da Índia (incluindo as de tolerância política e democracia local), além de aprender com a emergência gradual de democracias ocidentais ao longo dos últimos dois séculos.

Igualmente, Nelson Mandela, na sua autobiografia *Long Walk to Freedom*, descreve como foi influenciado, quando jovem, pela natureza democrática das reuniões locais que se realizavam na casa do regente, em Mqhekezweni:

Toda a gente que quisesse falar falava. Era democracia na sua forma mais pura. Podia haver uma hierarquia de importância entre os oradores, mas toda a gente era ouvida, chefe e súbdito, guerreiro e curandeiro, lojista e agricultor, proprietário e trabalhador... O fundamento do autogoverno era que todos os homens eram livres de exprimir as suas opiniões e iguais no seu valor como cidadãos.¹⁹

As grandes linhas que recentemente foram traçadas para dar forma ao medo de um choque de civilizações são especialmente cegas em relação à história do mundo. As classificações baseiam-se, frequentemente, numa inocência histórica extraordinariamente cruel e extrema. A diversidade de tradições dentro de civilizações distintas é efectivamente ignorada, e fazem-se desaparecer importantes intervenções mundiais na ciência, tecnologia, matemática e na literatura, ao longo de milénios, para dar crédito a uma visão paroquial do carácter ímpar da civilização ocidental.

Há um problema metodológico fundamental na assunção de que uma civilização segmentada é a única distinção relevante e que deve sobrepor-se a outros modos de identificar pessoas. Outras divisões (digamos, entre ricos e pobres, entre membros de

diferentes classes e profissões, entre pessoas de diferentes opiniões políticas, entre nacionalidades e locais de residência distintos, entre grupos linguísticos, etc.) são submergidas por este modo alegadamente superior de ver as diferenças entre as pessoas. Não basta que aqueles que poderiam fomentar a confrontação global, ou a violência sectária local, tentem impor uma identidade unitária e divisiva pré-seleccionada às pessoas que são recrutadas como soldados rasos da brutalidade política. São indirectamente ajudados nessa tarefa pelo apoio implícito que os guerreiros recebem de teorias de categorização singular das pessoas do mundo.

Há uma omissão notável do papel da escolha e da argumentação nas decisões acerca da importância a atribuir à filiação em qualquer grupo específico, ou qualquer identidade específica. Adoptando um modo único e alegadamente superior de categorizar as pessoas, a segmentação da civilização pode contribuir materialmente para o conflito no mundo. Negar a escolha quando ela existe não é apenas uma má compreensão do que é o mundo. É, também, delinquência ética e negligência política da responsabilidade.

CONCLUSÕES

A construção de sociedades justas e humanas exige o reconhecimento adequado da importância das liberdades em geral, que incluem a liberdade cultural. Isso exige que sejam asseguradas e aumentadas construtivamente as oportunidades que as pessoas têm para escolher como hão-de viver e para considerar estilos de vida alternativos. As considerações culturais podem figurar de forma proeminente nessas escolhas.

Enfatizar a liberdade cultural não é exactamente o mesmo que fazer tudo para alcançar a diversidade cultural. É certamente verdade que permitir a diversidade das práticas culturais pode ser extremamente importante, uma vez que o exercício da liberdade cultural depende disso. Isto, porém, não é o mesmo que defender a diversidade cultural por si só. Muito coisa dependeria do modo como a diversidade cultural surgisse e do grau em que as pessoas envolvidas pudessem exercer a sua liberdade. Seria um grave erro olhar a diversidade cultural como valiosa independentemente da maneira como surgisse. Na verdade, a diversidade cultural não pode ser avaliada, em particular na perspectiva do desen-

CONTRIBUIÇÃO ESPECIAL

Os direitos humanos incorporam os valores fundamentais das civilizações humanas

As pessoas são diferentes, como diferentes são as suas culturas.

As pessoas vivem de modos diferentes e as civilizações também diferem.

As pessoas falam em várias línguas.

As pessoas são guiadas por diversas religiões.

As pessoas nascem com cores diferentes e muitas tradições influenciam a sua vida, com cores e sombras variadas.

As pessoas vestem-se de modo diferente e adaptam-se ao seu ambiente de forma diferente.

As pessoas exprimem-se de modo diferente. A música, literatura e arte também reflectem estilos diferentes.

Mas apesar dessas diferenças, todas as pessoas têm em comum um atributo simples: são seres humanos, nada mais, nada menos.

E por mais diferentes que sejam, todas as culturas incluem certos princípios comuns:

Nenhuma cultura tolera a exploração de seres humanos.

Nenhuma religião permite que se mate o inocente.

Nenhuma civilização aceita a violência ou o terror.

A tortura é repugnante para a consciência humana.

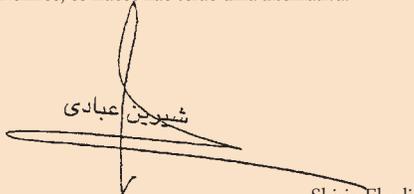
A brutalidade e a crueldade são horríveis em todas as tradições.

Em suma, estes princípios comuns, que são partilhados por todas as civilizações, reflectem os nossos direitos humanos fundamentais. Estes direitos são muito apreciados e acarinhados por toda a gente, em toda a parte.

Assim, a relatividade cultural nunca devia ser usada como pretexto para violar os direitos humanos, uma vez que estes direitos incorporam os valores mais

fundamentais das civilizações humanas. É preciso que a Declaração Universal dos Direitos Humanos seja universal, aplicável tanto a Leste como a Oeste. É compatível com toda a fé e religião. Fracassar no respeito pelos direitos humanos só mina a nossa humanidade.

Não destruamos esta verdade fundamental; se o fizermos, os fracos não terão uma alternativa.



Shirin Ebadi
Vencedor do Prémio Nobel da Paz de 2003

volvimento humano, sem ter em conta os processos envolvidos e o papel da liberdade humana na maneira como as coisas são decididas.

A análise neste capítulo leva a algumas conclusões claras, prosseguidas de perto nos capítulos seguintes. Primeiro, uma maior extensão da diversidade cultural pode ser consequência do exercício da liberdade cultural por todos (incluindo as minorias étnicas, sexuais ou sociais). Quando for esse o caso, haverá uma razão forte para celebrar a diversidade cultural e para fazer o que for preciso para a defender. A aclamação da diversidade, nesta argumentação, vem do valor da liberdade cultural – um valor que se conforma totalmente com a importância das liberdades em geral.

Segundo, a diversidade cultural numa sociedade também pode dar a todas as pessoas dessa sociedade – independentemente do seu meio – a oportunidade para desfrutar de uma ampla gama de escolhas culturais. Isto também se articula, em última instância, com a liberdade cultural, neste caso como facilitadora e não como consequência do exercício da liberdade cultural, como no último caso. Também aqui a diversidade cultural deveria merecer aplausos, ao expandir a gama cultural da vida social e, assim, aumentar as opções de que as pessoas realmente dispõem para escolher a sua maneira de viver. Isto também faz parte de uma defesa da diversidade cultural baseada na liberdade.

Terceiro, o exercício da liberdade cultural pode, por vezes, levar a uma redução da diversidade cul-

tural – em vez do seu aumento –, quando as pessoas se adaptam aos estilos de vida dos outros e escolhem, de modo ponderado, seguir esse caminho (sem o estorvo da exclusão do modo de vida). Quando isso ocorre, opor-se à liberdade cultural sob o pretexto de ela reduzir a diversidade cultural seria um disparate, uma vez que a liberdade tem uma importância constitutiva – e intrínseca – própria que a diversidade não tem.

Relacionada com esta questão está a valorização do conservadorismo cultural, muitas vezes defendido sob o pretexto de que reter a cultura “própria” de uma pessoa é uma medida a favor da liberdade. Mas assumir que uma compulsão para reter a cultura ancestral e herdada deve ser, de algum modo, um exercício de liberdade é uma confusão conceptual. Esse assunto também está relacionado com o papel da escolha na determinação da identidade. Uma vez que todos os indivíduos pertencem a muitos grupos, que têm muitos modos diferentes de se identificar e que têm de decidir como lidar com as diferentes prioridades correspondentes – possivelmente contraditórias –, não há maneira de evitar a escolha (mesmo que ela seja feita implicitamente e, talvez, imperceptivelmente). Isto não nega que, frequentemente, sejam feitas “descobertas” sobre se uma pessoa pertence a um grupo, ou outro (e podem ser descobertas importantes), mas isso não elimina a necessidade de escolha.

Negar a escolha quando ela existe não é apenas um erro factual, também pode ter graves conse-

É particularmente importante não cair na confusão de considerar o tradicionalismo não examinado como parte do exercício da liberdade cultural

quências morais num mundo em que são vulgares os conflitos – e brutalidades – baseados na identidade. A natureza inclusiva de uma sociedade dependerá muito da clarificação do papel da escolha na identidade e da necessidade de “raciocinar perante a identidade”. Na verdade, entender a responsabilidade da escolha pode ajudar muito a garantir que as questões morais relevantes relacionadas com a existência social de uma pessoa sejam adequadamente tratadas.

A importância da liberdade liga bem com a necessidade de equidade na procura da liberdade. Estão envolvidas as liberdades de diferentes pessoas e focar a liberdade exige que seja prestada atenção às liberdades de todos – e isto articula-se com considerações de equidade. É importante ter sempre em vista a questão da equidade, por causa do seu grande alcance. Não há tensão básica – como por vezes se alega – entre liberdade e equidade. Na verdade, a equidade pode ser vista em termos de progresso equitativo das liberdades de todas as pessoas (em vez da mera perspectiva da distribuição do rendimento, ou da perspectiva ainda mais limitada da “redistribuição” a partir de um ponto de partida essencialmente arbitrário). Visto deste modo, é possível usar consistentemente os conceitos básicos de liberdade e equidade na avaliação das exigências de inclusão social e dos méritos contingentes da diversidade cultural.

Podemos considerar rapidamente um caso difícil – ou alegadamente difícil – para exemplificar os argumentos que podem ser invocados. Tem sido feita, com bastante perspicácia, a seguinte pergunta: “O multiculturalismo é mau para as mulheres?”²⁰ Essa questão relaciona-se com o facto muito discutido de que a continuação de muitas das práticas da sociedade tradicional dominada pelos homens pode ir contra os interesses e as oportunidades das mulheres. Defender a sua conservação sob o pretexto da importância do multiculturalismo não serve bem os interesses das mulheres. Casos extremos deste tipo de conflito podem envolver práticas específicas (como mutilações físicas) que são sancionadas pelas leis de algumas culturas predominantes, mas que podem ser especialmente prejudiciais para a capacidade das mulheres conduzirem a sua própria vida e exercerem as suas próprias liberdades.

Ao tratar esta questão, é importante ver a liberdade numa perspectiva suficientemente ampla. Em defesa de práticas correntes, salienta-se, por vezes, que as próprias mulheres aceitam normalmente essas

regras culturais sem protestar. Mas muitas iniquidades continuam a sobreviver e a prosperar no mundo, fazendo-se de aliadas das vítimas, negando-lhes a oportunidade de considerar alternativas e obstruindo o conhecimento de outros arranjos viáveis noutras comunidades. Portanto, é particularmente importante não cair na confusão de considerar o tradicionalismo não examinado como parte do exercício da liberdade cultural. É necessário perguntar se os mais fracos da sociedade – neste caso, as mulheres cujas vidas podem ser afectadas negativamente por essas práticas – tiveram oportunidade de considerar outras alternativas e a liberdade de saber como vivem as pessoas do resto do mundo. A necessidade da argumentação e da liberdade é central na perspectiva que aqui tem sido usada.

As defesas putativas do tradicionalismo conservador poderiam ser – e têm sido – propostas noutras bases. Poderão essas práticas ser defendidas com base no valor do multiculturalismo? Poderão ser defendidas na causa da diversidade cultural? A segunda pergunta é de resposta bastante fácil. A diversidade cultural não é, como já se disse, um valor em si mesma, pelo menos não na abordagem do desenvolvimento humano (com o seu enfoque nas liberdades humanas e no seu progresso equitativo). O valor da diversidade cultural assenta na sua articulação positiva – como é muitas vezes o caso – com a liberdade cultural. Invocar o valor contingente da diversidade cultural em defesa de práticas que negam às mulheres a sua liberdade básica de escolher seria manifestamente perverso, uma vez que a liberdade das mulheres envolvidas é violada, e não promovida, através desses arranjos. Nem a equidade, no sentido da equidade das liberdades, pode ser promovida desse modo.

Se, porém, a expansão da diversidade cultural, ou qualquer crescimento do “multiculturalismo”, for considerada como um objecto de valor em si mesma – independentemente do que fizer à vida das pessoas envolvidas – então estaremos num território cujos limites já foram muito discutidos na literatura do desenvolvimento humano. Mesmo a opulência económica – importante como é – pode não ser considerada valiosa em si mesma e só pode ser vista como muito importante na medida em que se conforme com aquilo cuja posse as pessoas valorizam. Na perspectiva do desenvolvimento humano, o multiculturalismo tem de ser avaliado pelo que faz à vida e às liberdades das pessoas envolvidas.

Na verdade, ver a expansão do multiculturalismo como um fim em si mesma pode produzir, com facilidade, uma situação em que as liberdades dos membros individuais de uma comunidade – neste caso, os membros femininos – são gravemente violadas. Isto vai profundamente contra a importância da liberdade humana, que se aplica tanto às mulheres como aos homens, e tanto aos mais fracos de uma sociedade tradicional como aos seus chefes e porta-vozes ameaçadores. A necessidade de equidade aponta para as dificuldades fundamentais envolvidas quando se toma o alargamento do multiculturalismo como um fim em si mesmo.

Como este capítulo mostra, a privação da liberdade humana pode surgir de muitas causas e refletir diversas formas de discriminação, envolvendo

influências culturais, políticas e socioeconômicas sobre a vida humana. Nos capítulos seguintes, as diferentes formas de exclusão e as suas implicações na privação humana são extensamente investigadas e avaliadas. Presta-se atenção tanto às características institucionais como aos valores que influenciam profundamente a vida humana.

A importância prática do multiculturalismo e da diversidade cultural está presente nestas análises. O seu mérito, que certamente pode ser muito grande, depende das suas ligações com as liberdades das pessoas envolvidas, incluindo a equidade e a justiça da distribuição das suas liberdades. Esse princípio básico é uma característica central da abordagem do desenvolvimento humano.



Desafios para a liberdade cultural

Alguns dos debates que causam hoje mais divisões sociais são acerca da identidade e da diversidade culturais – em contextos muitíssimo diferentes e de modos muito diferentes. Esses debates podem ser acerca da escolha da língua oficial (nova Constituição do Afeganistão), da representação política de grupos étnicos ou religiosos (sunitas e xiitas no Iraque), das relações entre o Estado e a religião (muçulmanos em França), das reclamações dos povos indígenas contra o exercício da indústria mineira por empresas multinacionais (região amazônica do Brasil), das políticas de imigração (Reino Unido), ou dos procedimentos de naturalização (Alemanha). Essas tensões também podem estar no centro de violentos conflitos (Ruanda, Jugoslávia). A globalização acrescenta ainda uma outra dimensão, na medida em que grupos étnicos, povos indígenas e estados-nação desafiam acordos internacionais sobre comércio e investimento, sob o pretexto de que diminuem a diversidade cultural.

Em todo o mundo, as pessoas são mais afirmativas a exigir respeito pela sua identidade cultural. Muitas vezes, o que exigem é justiça social e mais voz política. Mas não é tudo. Também exigem reconhecimento e respeito (caixa 2.1). As pessoas importam-se com empregos e escolas. Mas também se importam em saber se a sua história é reconhecida, se os seus heróis são respeitados e se as suas celebrações religiosas são reconhecidas como feriados oficiais. E importam-se em saber se eles e os filhos viverão numa sociedade diversificada, ou numa sociedade em que se espera que toda a gente se conforme com uma única cultura dominante.

Muitos Estados enfrentam um desafio urgente para responder a estas exigências. Mas responder pode ameaçar as elites no poder, que impõem a sua língua, religião e modos de vida para consolidar o poder e controlar o Estado. E muitos Estados receiam que o reconhecimento de diversas identidades se atravesse no caminho de outros objectivos importantes: unidade do Estado, crescimento económico, desenvolvimento, democracia, paz e estabilidade.

As pessoas têm sido perseguidas por causa das suas identidades, desde há milénios. Mas eliminar as identidades está a tornar-se mais difícil no mundo de hoje. Os movimentos políticos para o reconhecimento cultural são difíceis de eliminar sem recorrer à repressão extrema, ou à violência, estratégias que são menos viáveis no mundo de hoje, de comunicação instantânea e de fortes redes internacionais dos direitos humanos.

Todos os países, e o mundo como um todo, enfrentam os desafios de promover a diversidade e expandir as escolhas culturais de todas as pessoas. Estes não são desafios apenas para alguns “estados multi-étnicos”, pois quase nenhum país é homogéneo. Os quase 200 países do mundo incluem cerca de 5.000 grupos étnicos.¹ Dois terços dos países têm mais do que um grupo étnico, ou religioso, constituindo pelo menos 10% da população.² Muitos países têm grandes

Em todo o mundo, as pessoas são mais afirmativas a exigir respeito pela sua identidade cultural

CAIXA 2.1

Dois aspectos da exclusão cultural

Liberdade cultural é a liberdade que as pessoas têm para escolher a sua identidade – ser quem são e quem querem ser – e para viver sem serem excluídas de outras opções que são importantes para elas. A liberdade cultural é violada pela falta de respeito ou de reconhecimento dos valores, instituições e modos de vida de grupos culturais e pela discriminação e desvantagem baseadas na identidade cultural.

Exclusão do modo de vida

A exclusão do modo de vida ocorre quando o Estado, ou costume social, rebaixa ou elimina a cultura de um grupo, incluindo a sua língua, religião ou costumes tradicionais, ou o seu estilo de vida. São necessárias políticas que dêem alguma forma de reconhecimento público, acolhimento e apoio à cultura de um grupo. Através dessas políticas de inclusão cultural, os membros do grupo vêem a sua cultura nos símbolos e nas instituições do Estado e no respeito da sociedade.

Exclusão da participação

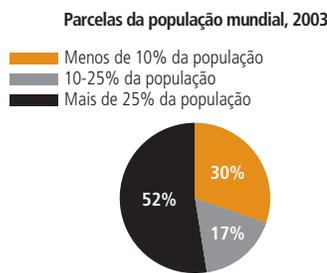
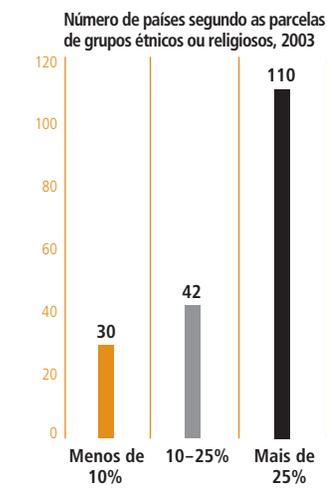
Fonte: Capítulo 1 e Kymlicka 2004.

A exclusão da participação – exclusão social, económica e política segundo linhas étnicas, linguísticas ou religiosas – refere-se à discriminação ou desvantagem baseada na identidade cultural. Essas exclusões funcionam através de políticas discriminatórias aplicadas pelo Estado (como a negação da cidadania, ou do direito de votar, ou de se candidatar), da discriminação anterior que não foi remediada (desempenho inferior na educação), ou da prática social (menos acesso dos pontos de vista de um grupo cultural aos meios de comunicação, ou discriminação em entrevistas de emprego). São necessárias abordagens que integrem políticas multiculturais com estratégias de desenvolvimento humano.

Remédios específicos necessários

Há um grande reforço entre exclusão do modo de vida e exclusão social, económica e política, e algumas das suas causas (ver algumas culturas como “atrasadas”). Cada tipo de exclusão precisa da sua própria análise e dos seus próprios remédios.

Figura 2.1 A maioria dos países é culturalmente diversificada



Nota: As percentagens referem-se a todos os grupos étnicos ou religiosos, excepto o maior.
Fonte: CIA 2003.

populações indígenas que foram marginalizadas pela colonização e pelos colonos.

O ritmo da migração internacional acelerou, com efeitos espantosos nalgumas cidades. Em Toronto, 44% da população nasceu fora do Canadá.³ De um modo, ou de outro, cada país é uma sociedade multicultural – contendo grupos étnicos, religiosos, linguísticos e raciais que têm vínculos comuns a uma herança, cultura, valores e a um modo de vida.

Na agenda do desenvolvimento humano no século XXI, expandir a liberdade cultural é um desafio importante e muitas vezes esquecido (caixa 2.2). Este capítulo explora a natureza desse desafio.

LIBERDADE CULTURAL – UMA DIMENSÃO DESCONHECIDA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

O desenvolvimento humano tem a ver com pessoas. Tem a ver com o alargamento das opções que as pessoas têm para ser e fazer o que dão valor na vida. Grande parte do trabalho sobre o desenvolvimento humano – incluindo o índice de desenvolvimento humano e os *Relatórios do Desenvolvimento Humano* anteriores – tem-se concentrado no maior acesso à saúde e educação, no crescimento económico a favor dos pobres e na democratização, como principais desafios. Mas como explica o capítulo 1, as pes-

soas também devem ter liberdade de ser o que são e de escolher a sua identidade cultural, em conformidade – como tailandês, *quaker*, falante de *wolof*, sul-africano de descendência indiana – e de gozar do respeito dos outros e viver com dignidade. Também devem ter liberdade de fazer escolhas culturais sem penalizações, sem serem excluídas de outras escolhas – de empregos, escolaridade, alojamento, cuidados de saúde, voz política e de muitas outras oportunidades fundamentais para o bem-estar humano. Devem ter permissão para escolher múltiplas identidades – como tailandês e muçulmano, por exemplo, ou como *wolof* e senegalês.

O argumento central deste Relatório é que as sociedades deviam abraçar, e não eliminar, essas identidades múltiplas e complementares. O desafio para os decisores políticos no século XXI é alargar as escolhas – de modo que as pessoas não precisem de renunciar às suas identidades para terem acesso a toda a gama de oportunidades sociais e económicas.

FORMAS DIVERSAS E ORIGEM DAS REIVINDICAÇÕES DE LIBERDADE CULTURAL

Ao longo da história, em todas as regiões do mundo, foram eliminadas identidades culturais. Tanto conquistadores, como colonizadores, déspotas e gover-

CAIXA 2.2

A definição de direitos culturais fica para trás em relação aos direitos civis, políticos, económicos e sociais – Porquê?

Das cinco categorias de direitos humanos – civis, culturais, económicos, sociais e políticos – foram os direitos culturais que receberam menos atenção. A primeira resolução de sempre sobre direitos culturais aprovada pela Comissão dos Direitos Humanos foi em 2002, sobre “Promoção do gozo de direitos culturais de todos e respeito pelas diferentes identidades culturais”.

Esta negligência tem as suas raízes nos acalorados debates que surgiram durante a elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos. A questão era saber se os direitos culturais deveriam reconhecer explicitamente os direitos das minorias. O Canadá, a maioria dos países latino-americanos e os Estados Unidos estavam contra os direitos das minorias, enquanto os países do bloco do Leste e a Índia os defendiam. No fim, os direitos das minorias não foram reconhecidos na redacção final. Foi só em 1966 que o Convénio Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos reconheceu que às pessoas pertencentes a minorias étnicas, linguísticas e religiosas “não será negado

o direito de, em comunhão com outros membros do seu grupo, gozar a sua cultura, professar e praticar a sua religião, ou usar a sua própria língua”.

Estas reservas reflectem o desconforto que rodeia a noção de direitos culturais:

- Os direitos culturais podem provocar argumentos sobre relativismo cultural, argumentos que usam a cultura para defender as violações dos direitos humanos.
- Os direitos culturais são difíceis de operacionalizar, porque estão ligados ao conceito de cultura, que é um alvo móvel.
- Os direitos culturais, segundo alguns, são um “luxo”, que deve ser tratado depois de realizados os outros direitos.
- Os direitos culturais não podem ser enfrentados sem confrontar os “males” culturais que existem nas sociedades. Esses males são tradições e práticas que violam os direitos humanos. Os Estados são cautelosos em relação ao reconhecimento desses males.
- Os direitos culturais evocam o espectro alarmante das

identidades de grupo e dos direitos de grupo, que algumas pessoas temem que ameacem o estado-nação.

Alguns teóricos dos direitos humanos e da filosofia política defendem que a garantia dos direitos políticos dos indivíduos – como a liberdade de culto, expressão e associação – é suficiente para permitir que os indivíduos sigam livremente as suas crenças e práticas culturais.

Embora lento a arrancar, o trabalho dos organismos dos direitos humanos deu passos importantes para clarificar os elementos dos direitos humanos de participação na vida cultural, incluindo a igualdade e a não discriminação, ausência de interferências no gozo da vida cultural e liberdade de criar e contribuir para ela, liberdade de escolher em que cultura e em que vida cultural participar, liberdade de divulgar, liberdade de cooperar internacionalmente e liberdade de participar na definição e execução de políticas relacionadas com a cultura. Acima de todos estes elementos está o princípio fundamental de que os direitos culturais são uma parte indivisível dos direitos humanos, embora nem todos os costumes ou práticas sejam um direito.

Fontes: Stamatopoulou 2002; Kymlicka 2004; e Arizpe 2004.

nos democraticamente eleitos tentaram impor uma língua, uma religião, ou um modo de vida aos povos sob o seu domínio. Nalguns locais, culturas não favorecidas foram rotuladas de “inferiores”, ou “atrasadas”. Noutros, como na África do Sul do *apartheid*, os governantes procuraram manter as pessoas separadas, em parte negando a alguns grupos os mesmos direitos de cidadania e participação de que outros gozavam. O pior de tudo são os locais que tentaram eliminar grupos através do genocídio, como na Alemanha nazi e no Ruanda.

O resultado é um legado de exclusão cultural generalizada, tanto de exclusão do modo de vida, como de exclusão da participação política, social e económica em função da língua ou da religião (exclusão da participação). Este Relatório explora essas exclusões em três categorias: minorias em Estados multiétnicos, povos indígenas e migrantes.

Minorias em estados multiétnicos. Mais de 150 países têm minorias étnicas ou grupos religiosos significativos e apenas 30 países não têm uma minoria religiosa ou étnica que constitua pelo menos 10% da população (figura 2.1). Um exemplo é o dos grupos étnicos em antigos estados coloniais, especialmente em África, onde as fronteiras não coincidiam com identidades étnicas, criando Estados altamente diversificados. Na maioria desses grupos, os membros partilham uma história comum, ou pelo menos têm uma experiência partilhada.

Nem todos esses grupos são discriminados ou prejudicados e as situações que enfrentam variam muito. Os afro-americanos têm o dobro da taxa de desemprego dos seus homólogos brancos e quase três vezes a taxa de mortalidade infantil (ver figura 3.4 do capítulo 3). Também estão sub-representados politicamente nas câmaras alta e baixa do parlamento. Mas as lutas dos direitos cívicos levaram a um maior respeito pela cultura afro-americana e à afirmação da identidade afro-americana como motivo de orgulho. Outras minorias podem ser economicamente privilegiadas, mas cultural ou politicamente marginalizadas. Na Indonésia, a etnia chinesa constitui 3% da população, mas controla cerca de 70% da economia privada.⁴ Apesar do seu poder económico, enfrentam restrições na educação e publicação em língua chinesa. Em muitos países da Ásia do Sudeste, os residentes de descendência chinesa são considerados “estrangeiros”, mesmo quando lá vivem há três gerações.

Para alguns grupos, a discriminação está mais disseminada. Os ciganos da Europa do Leste têm taxas

de desemprego que rondam os 45% e, nalgumas áreas, ultrapassam os 60%. Também vivem em condições de saúde e de vida abaixo do padrão.⁵ Apenas uma em cada três crianças ciganas da Sérvia e Montenegro frequentou alguma vez a escola primária e apenas 0,4% dos ciganos sérvios têm educação universitária.⁶ Frequentemente considerados como preguiçosos, pouco asseados, mal-educados e pequenos ladrões, os ciganos são vítimas, de forma desproporcionada, de ataques violentos em países como a Bulgária, República Checa e a Eslováquia.⁷

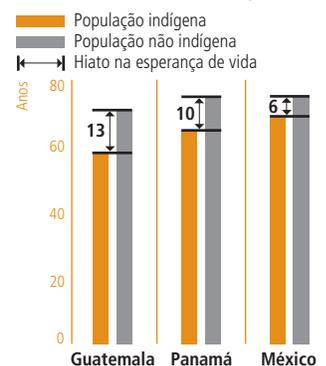
Povos indígenas. Cerca de 300 milhões de pessoas pertencem aos grupos indígenas do mundo,⁸ representando cerca de 4.000 línguas em mais de 70 países.⁹ Os 50 milhões de indígenas da América Latina constituem 11% da população da região. Os povos indígenas nem sempre são minoritários.¹⁰ Na Bolívia e na Guatemala, constituem mais de metade da população.¹¹

Estes grupos são herdeiros de culturas únicas e de formas únicas de relacionamento com outros povos e com o ambiente. Conservam características políticas, culturais e económicas diferentes da sociedade predominante. Na Australásia, nas Américas e outras zonas do mundo, o som de pés estrangeiros em território indígena foi, demasiadas vezes, indício de morte. A conquista militar, a destruição ecológica, o trabalho forçado e doenças letais reduziram as populações indígenas das Américas e da Austrália em cerca de 95%.¹² Só na Austrália, perderam-se cerca de 500 línguas desde a chegada dos europeus.¹³

Para os que restam, a luta continua. Os povos indígenas do mundo partilham muitos desafios, como a pobreza, má saúde (figura 2.2) e má educação. Enquanto muitos grupos culturalmente identificáveis enfrentam desigualdades nestas áreas, os povos indígenas partilham alguns problemas distintos. Muitas vezes, as terras que usam para fins produtivos e para manter laços históricos e espirituais não estão protegidas e, por isso, estão a ser tomadas para abate de madeiras, actividades mineiras, turismo e infra-estruturas. De uma ocupação da maioria dos ecossistemas da Terra, há dois séculos, os povos indígenas têm, hoje, o direito legal ao uso de cerca de 6% do território da Terra. E em muitos casos, os direitos são parciais ou limitados.¹⁴ Na maioria dos países da Ásia do Sudeste, por exemplo, não há leis que concedam aos povos indígenas o direito à sua terra. E não é só a sua terra que está a ser cobijada e tomada – mas também o seu saber. Empresas multinacionais descobriram o seu po-

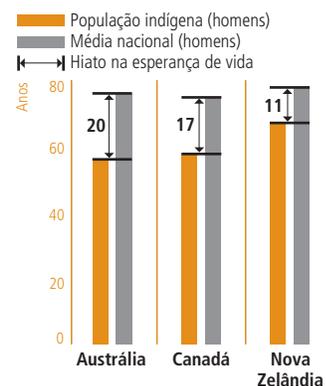
Figura 2.2 Os povos indígenas têm uma vida mais curta

Hiato na esperança de vida em países em desenvolvimento seleccionados, 1997-2000



Fonte: During 1993 (parcela dos povos indígenas); WHO 2001 (Guatemala); UNDP 2002b (Panamá); Mexico Ministry of Health 2004 (México).

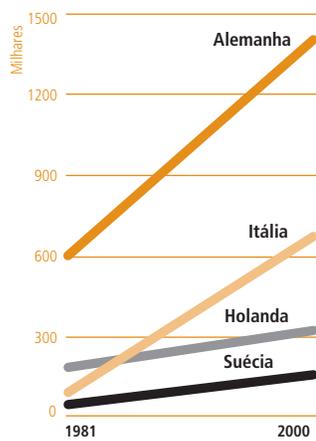
Hiato na esperança de vida em países industrializados seleccionados, 1997-2000



Nota: Os dados referem-se ao ano mais recente disponível durante o período indicado.
Fonte: Australian Bureau of Statistics 2004 (Austrália); Justiniano e Litchfield 2003 (Canadá); WHO 2001 (Nova Zelândia).

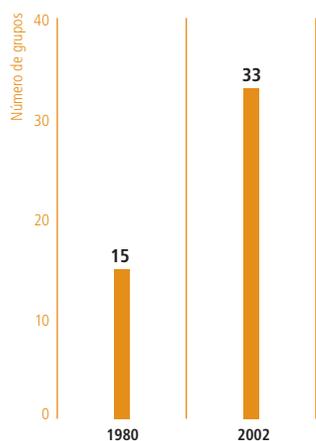
Figura 2.3 Na Europa, a população migrante não europeia tem aumentado significativamente ...

População nascida no estrangeiro, fora da Europa



... e os migrantes estão a chegar de mais sítios

Grupos de migrantes na Suécia com populações superiores a 1.000



Fonte: Wanner 2002; Statistics Sweden 2004.

tencial comercial e começaram a corrida às patentes, privatização e apropriação.

Migrantes. O número de migrantes internacionais – definidos como pessoas que vivem fora do seu país natal – mais do que duplicou desde meados dos anos de 1970 – para cerca de 175 milhões.¹⁵ Os números aumentaram de forma mais significativa nos países mais ricos. O número de migrantes para a União Europeia provenientes de fora da Europa subiu 75% desde 1980.¹⁶ Os migrantes também são provenientes de uma gama mais alargada de países, de modo que estão a viver juntas mais pessoas de culturas diferentes. Em Londres, as crianças das escolas estatais falam cerca de 300 línguas diferentes.¹⁷ E na Suécia, os migrantes vêm do dobro dos países donde vinham em 1980 (ver figura 2.3 e destaque 5.1 no capítulo 5).¹⁸

Embora o influxo seja mais rápido nos países mais ricos, no entanto, a migração é um assunto de todas as regiões. As pessoas mudaram-se de países mais pobres para países em desenvolvimento mais prósperos (tal como a migração para os países ricos em petróleo, nas décadas de 1970 e 1980) e de países que vivem convulsões ou perseguições políticas para países vizinhos (ver figura 5.2 no capítulo 5). Como resultado, os países em desenvolvimento constituem 10 dos 15 países com maior proporção de residentes estrangeiros, incluindo os três primeiros (Emiratos Árabes Unidos, Kuwait e Jordânia).¹⁹ A Arábia Saudita tem a quinta maior população estrangeira, com mais de 5 milhões de pessoas.²⁰

Tanto nos países mais ricos como nos mais pobres, um dos maiores desafios para os migrantes é o seu estatuto legal no país de acolhimento. Para os imigrantes há um mar de cinzento entre a plena cidadania e o estatuto ilegal. Esta incerteza afecta a sua participação cívica, como receber serviços de saúde e educação, poder conduzir legalmente e poder integrar a força de trabalho sem ser sujeito a discriminação. Muitas vezes, o estatuto legal incerto dos imigrantes culmina na ausência de voz política e na sua vulnerabilidade aos abusos dos direitos humanos. O seu estatuto incerto também põe em perigo o reconhecimento da sua identidade cultural. Os imigrantes, particularmente os que são considerados ilegítimos, podem enfrentar graves restrições à construção de casas de culto, celebração de feriados e uso das suas roupas ou símbolos tradicionais ou religiosos. No reino Unido, por exemplo, 69% dos muçulmanos inquiridos sentia que o resto da sociedade não os considerava sua parte integrante.²¹

A EXCLUSÃO CULTURAL É GENERALIZADA

Em muitas áreas do desenvolvimento humano, tem sido feito muito trabalho para documentar o desempenho e a natureza e dimensão dos problemas a ultrapassar. Técnicas de medição desenvolvidas ao longo de décadas de investigação e tradições estabelecidas na recolha de dados fornecem a prova numérica: 1,2 mil milhões de pessoas vivem com menos de 1 dólar por dia²², 828 milhões vão para a cama com fome²³, 114 milhões de crianças em idade da escola primária não andam na escola²⁴, 11 milhões de crianças morrem todos os anos de causas evitáveis²⁵ e 1,8 mil milhões de pessoas vivem em países onde faltam os elementos fundamentais da democracia formal.²⁶

Controlar a exclusão do modo de vida é intrinsecamente mais difícil do que controlar a exclusão social, económica e política. A exclusão do modo de vida acontece quando é negado o reconhecimento e respeito à cultura de um grupo – étnico, linguístico ou religioso. E é reflectida, muitas vezes, numa cultura que se considera “inferior”, ou nas suas práticas que não são reconhecidas. As formas mais extremas de exclusão resultam de políticas estatais de eliminação ou proibição do uso de línguas, de práticas religiosas, ou de outras práticas importantes como o vestuário, que são marcas visíveis de identidade – por exemplo, os turbantes usados pelos *Sikhs*, ou o lenço na cabeça usado por algumas mulheres muçulmanas.

As políticas estatais de exclusão de modo de vida incluem leis para a língua oficial – em que deve ser usada uma língua oficial na burocracia, tribunais, serviços públicos e educação – e restrições das liberdades religiosas. As políticas de exclusão também incluem a promoção de símbolos estatais celebrando a história e a cultura de grupos dominantes, através de feriados nacionais e da atribuição de nomes a ruas e edifícios, enquanto ignoram a história e a cultura de outros grupos.²⁷

É difícil representar a exclusão de modo de vida (caixa 2.3). Poucas agências estatísticas nacionais ou internacionais medem essa exclusão. Tal como em relação aos dados sobre género e sobre o ambiente – outrora também uma novidade para os serviços estatísticos – isso tem que mudar. Mas os desafios são enormes e não apenas nos aspectos técnicos. Língua, religião, história, vestuário, costumes, cerimónias e culinária são apenas algumas das áreas que definem a identidade cultural. Tal como existem inúmeras formas de entender “cultura”, também existem

inúmeras formas de coarctar a liberdade cultural e de não reconhecer as identidades culturais. Um entendimento abrangente da cultura e da liberdade cultural estará sempre fora do alcance estatístico.

Mas podem fazer-se tentativas para obter uma ideia aproximada da dimensão do problema, com base nalgumas marcas culturais fundamentais como a religião, língua e práticas cerimoniais. O banco de dados *Minorias em Risco* tenta captar a exclusão de pessoas e grupos com base na identidade cultural (ver destaque 2.1). Calcula que quase 900 milhões de pessoas – cerca de uma em cada sete – pertencem a grupos que são discriminados, ou prejudicados como resultado da sua identidade, enfrentando a exclusão cultural, económica e política. Claro que estas categorias se sobrepõem frequentemente e muitas pessoas desses grupos enfrentam alguma combinação destas exclusões. Estima-se que cerca de 518 milhões dessas pessoas per-

tencem a grupos que enfrentam a exclusão de modo de vida, incluindo restrições de religião, língua, cerimónias e de aparência (ver figura 1 no destaque 2.1).

Reconhecimento da religião. A história está cheia de exemplos de perseguição religiosa. No século XIV AC, o faraó egípcio Akhenaton proclamou que não havia deus, mas sim Ra, e ordenou que as referências a todos os outros deuses fossem expurgadas, proibindo até o uso da forma do plural da palavra *deus*.²⁸ A infame Inquisição espanhola do século XV procurava descobrir e punir judeus e mouros que se tivessem convertido publicamente ao Cristianismo, sob coação, mas continuassem a praticar as suas verdadeiras crenças. Na Coreia de meados do século XIX, várias centenas de cristãos foram mortas por causa da sua crença. E confissões que não fossem cristãs católicas só passaram a ser reconhecidas em Itália em 1984 e em Espanha em 1992.²⁹

CAIXA 2.3

Medir a liberdade cultural

Até à data, as estatísticas culturais têm lidado principalmente com a produção e o consumo de “bens culturais” – filmes, livros e teatro. Mas a liberdade cultural – e os seus opostos, exclusão do modo de vida e exclusão social, económica e política segundo linhas étnicas, linguísticas e religiosas – pode ser medida?

Medir a exclusão do modo de vida

Língua, religião, história, vestuário, costumes, cerimónias, culinária e valores, entre outros, interagem para definir a identidade cultural. Todas estas formas de entender a cultura proporcionam modos de excluir identidades culturais, tais como políticas de língua, tratamento de diferentes religiões, currículos escolares e atitudes dentro da sociedade. Informação sobre estas matérias pode ser coligida, mas é raro. Para além dos problemas de disponibilidade de dados simples, estão os desafios analíticos de conversão da informação em números estatisticamente úteis. Uma abordagem possível são as avaliações qualitativas – avaliações da gravidade da situação feitas por peritos – sobre questões importantes para muitas identidades culturais, como a língua e a religião. Este Relatório, por exemplo, inclui informação do banco de dados *Minorias em Risco*, da Universidade de Maryland (ver destaque 2.1), que não capta todos os pormenores, nem o âmbito das exclusões culturais, mas pode fornecer provas úteis para a compreensão do problema.

Medir a exclusão da participação

A medição das exclusões sociais, económicas e, em menor extensão, políticas segundo linhas étnicas, lin-

guísticas e religiosas está mais avançada. Contudo, o que muitas vezes falta é uma decomposição por grupos culturalmente identificados. Algumas recolhas de dados incluem perguntas sobre a identidade religiosa, étnica e linguística e alguns inquéritos pós-censos incidem especificamente nesses grupos culturais, mas podiam ser muito mais compreensivos e comparáveis. Uma questão importante é permitir que as pessoas registem múltiplas identidades. A exclusão política é mais difícil de captar. Há alguns dados brutos, como a representação parlamentar e a participação eleitoral (embora pudessem ser mais desagregados), mas há outras questões, como a liberdade de expressão, movimento e organização, que são mais difíceis de captar e que exigem abordagens qualitativas.

Próximos passos

Há mais trabalho a fazer a nível de país, onde o entendimento das coisas pode ser maior. Isto poderia envolver melhorias na recolha e monitorização dos dados – como incluir perguntas sobre identidades nos questionários de inquérito e nos inquéritos pós-censo dirigidas a grupos culturais específicos – bem como avaliações qualitativas.

A nível internacional, a liderança de um organismo estatístico internacional poderia proporcionar maior concentração naquilo que é uma tarefa formidável e urgente. Por exemplo, o Instituto de Estatísticas da UNESCO já fez muito trabalho na medição da cultura. A instituição coordenadora poderia apoiar na recolha de informação, tal como a inclusão nos inquéritos nacionais de perguntas sobre identidade cul-

tural, e poderia ser o principal depositário desses dados. Em áreas mais qualitativas das exclusões culturais e políticas, poderiam resultar grandes benefícios da existência de uma instituição internacional que tomasse a iniciativa em abordagens compreensivas destes temas complexos a nível de país.

Nenhum índice de liberdade cultural

Há pedidos não só para a produção de estatísticas sobre temas de cultura, mas também para se avançar no sentido da produção de um índice de liberdade cultural. Uma lição do índice de desenvolvimento humano e de outros indicadores compostos é que esses índices devem ser baseados num quadro conceptual e têm de ser politicamente relevantes, assim como mensuráveis e comparáveis.

Como este Relatório reconhece, os dados sobre questões de liberdade cultural são extremamente limitados. E são enormes os desafios conceptuais e metodológicos para captar temas como a política discriminatória e a prática social, ou a dimensão da negligência histórica que os grupos culturais enfrentam.

E o problema é mais do que empírico. Ao contrário de alguns outros aspectos do desenvolvimento humano, como a saúde e educação, em que muitos países enfrentam desafios comuns, os desafios ao tratamento da exclusão cultural são mais diversificados. Nunca será totalmente possível comparar o homogéneo Japão com a diversificada Índia, ou a maneira como a Europa está a lidar com os problemas postos pela imigração com a maneira como a América Latina está a satisfazer as exigências de terras e autonomia dos povos indígenas.

Fontes: Goldstone 1998; Fukuda-Parr 2001; Kymlicka 2004; e Valdés 2002.

Destaque 2.1 O banco de dados *Minorias em Risco* – quantificar a exclusão cultural

O banco de dados *Minorias em Risco*, criado por investigadores do Centro de Desenvolvimento Internacional e Gestão de Conflitos da Universidade de Maryland, recolhe dados sobre grupos que sofrem discriminação e desvantagem e que se organizam politicamente com base na sua identidade de grupo. A discriminação e a desvantagem incluem a exclusão através da política pública e através da prática social, ambas como efeitos actuais e prolongados de padrões históricos de discriminação.

Estes dados traçam o estatuto de um grupo em relação ao da maioria. Se os grupos minoritários não viverem pior do que outros grupos do país, a sua situação não se reflecte nos dados. Ainda que isto possa omitir muitas pessoas que vivem em países onde a liberdade cultural é restrita para todos, a incidência na discriminação está no cerne deste Relatório – captando o tratamento diferente de grupos culturais na sociedade e a eliminação de identidades culturais.

O que é uma minoria em risco?

O projecto trata de “grupos comunitários” cujos membros partilham uma “identidade colectiva distinta e resistente”, baseada na história, religião, língua, etnicidade e outros factores partilhados. A identidade de grupo não é vista como rígida, imutável ou inextricavelmente ligada a uma característica particular do grupo, mas como uma percepção partilhada pelo grupo ou pela sociedade.

Embora o projecto avalie muitas variáveis por cada grupo, são as variáveis da desvantagem e discriminação cultural (modo de vida), política e socioeconómica que se revestem de particular interesse para este Relatório. Os dados usados aqui são de 2000 e extraídos do mais recente inquérito mundial do projecto, concluído em 2002.

- *A desvantagem e a discriminação cultural (do modo de vida)* foram avaliadas de acordo com políticas e práticas discriminatórias em vários campos: restrições à religião (afectando grupos com cerca de 359 milhões de membros); ao uso da língua, incluindo a instrução (334 milhões); às cerimónias (305 milhões), aparência e vida familiar (144 milhões); e às organizações culturais. Para cada categoria, o projecto avaliou as restrições, dando um valor de zero (sem restrições) a três (actividades fortemente restringidas). Os resultados foram somados para dar uma visão alargada das restrições culturais. O projecto concluiu que 129 grupos com cerca de 518 milhões de pessoas enfrentam pelo menos uma destas restrições (figura 1).
- *A desvantagem e a discriminação política* foram classificadas numa escala de cinco pontos. Zero significa ausência de discriminação e um significa uma situação em que as políticas públicas estão, activamente, a tentar remediar padrões históricos de discriminação. Dois refere-se a situações em que há padrões históricos de discriminação, mas não há política pública correctiva. Três refere-se à

Figura 1 Discriminação e desvantagem de grupos culturalmente identificados podem ser culturais, políticas e económicas – com sobreposições consideráveis



exclusão baseada na prática social dominante, sem política correctiva. E quatro refere-se a casos em que a política pública discrimina activamente um grupo. Também foram feitas avaliações pormenorizadas da discriminação em direitos políticos fundamentais: liberdade de expressão, liberdade de movimento, direitos em procedimentos judiciais, liberdade de organização, direito de voto e acesso à polícia e forças armadas, ao funcionalismo público e altos cargos. Em relação ao último caso, a ausência de minorias nestes campos não é suficiente para assinalar discriminação. É preciso haver provas de política ou prática governamental discriminatória. De acordo com o projecto, 191 grupos com cerca de 832 milhões de pessoas foram considerados politicamente discriminados (figura 2).

- *A desvantagem e a discriminação económica* também foram classificadas numa escala de cinco pontos. Relativamente aos 189 grupos com cerca de 750 milhões de pessoas que enfrentavam discriminação económica, zero refere-se ao caso em que a política

pública visa reduzir as desvantagens, por exemplo, através de acção afirmativa. Quatro refere-se ao caso em que tanto a política como a prática social dominante discriminam activamente o grupo.

Os dados do banco de dados *Minorias em Risco* podem ser usados para revelar muitos aspectos das exclusões do modo de vida e da participação enfrentadas por membros de grupos culturalmente identificados, mostrando não só a extensão dessas exclusões, mas também a frequência das sobreposições (ver figura 1). O banco de dados também pode revelar alguns aspectos específicos da exclusão do modo de vida que algumas minorias enfrentam, bem como as várias causas – desde a discriminação pelo Estado à negligência histórica em relação a grupos culturais que não foi remediada. (ver figura 2).

Avisos

O banco de dados é um esforço pioneiro de medição das condições que os grupos minoritários experimentam e das políticas que os afectam. Dados subjectivos captam aspectos das características e dos desafios dos grupos que não estão disponíveis através de outros meios. O Projecto Minorias em Risco consulta múltiplas fontes – incluindo peças jornalísticas, relatórios de organizações internacionais e opiniões de especialistas – ao classificar os grupos quanto às suas várias características. Fazem-se todos os esforços para garantir uma codificação consistente para todos os casos e minimizar os perigos de influência ideológica. Informações adicionais sobre o projecto estão disponíveis em linha, em www.cidcm.umd.edu/inscr/mar. Dados actualizados para 2003 estarão disponíveis no fim de 2004.

Este Relatório usa os dados cuidadosamente, para dar uma visão alargada dos imensos desafios da discriminação cultural, e não numa tentativa de classificar ou avaliar países específicos pelas suas políticas. Usado desta maneira, o banco de dados é uma ferramenta útil e um grande passo em frente na medição.

Fontes: Gurr 1993, 2000; MAR 2003; Kymlicka 2004.

Figura 2 Exclusão política e económica têm causas diferentes



Nalguns países, as restrições religiosas podem afectar toda a gente; noutros, elas incidem em pessoas com certas crenças. O banco de dados *Minorias em Risco* apurou que cerca de 359 milhões de pessoas (das 518 milhões que pertencem a grupos que enfrentam alguma forma de exclusão cultural) são prejudicadas ou discriminadas em relação a outras do mesmo Estado, por seguirem as suas crenças (ver destaque 2.1).

Em muitos casos, as actividades religiosas de grupos discriminados são estreitamente controladas. Por exemplo, as actividades e as organizações religiosas dos 80% de muçulmanos da população do Usbequistão são proibidas, a menos que o grupo esteja registado, permitindo que o Estado exerça apertado controlo sobre a religião. Noutros casos, a discriminação contra a religião é mais activa.³⁰ Desde 1997, o Turquemenistão só permitiu oficialmente actividades religiosas de duas confissões – o Islão sunita e o Cristianismo Ortodoxo. Todas as outras religiões foram severamente perseguidas, incluindo Testemunhas de Jeová, Pentecostais, Baptistas, Adventistas e *Hare Krishnas*, e foi negado o registo à comunidade xiíta. Porém, a exigência de registo foi formalmente levantada pelo presidente no início de 2004.³¹ No Irão, a comunidade *Baba'i* – a maior minoria religiosa, com 300.000 membros – não é reconhecida na Constituição, que considera os seus membros essencialmente como “não pessoas”.³²

Estes são apenas três exemplos. O problema está muito espalhado e é uma preocupação directa para a liberdade cultural e o desenvolvimento humano. Mas também é um tema controverso e sensível. Das muitas reivindicações não satisfeitas dos actuais movimentos políticos, a liberdade religiosa é, frequentemente, a reivindicação central.

Reconhecimento da língua. A língua é, muitas vezes, um elemento fundamental de uma identidade cultural individual. As limitações na faculdade das pessoas usarem a sua língua materna – e a limitada fluência na língua nacional dominante, ou oficial – pode excluir pessoas da educação, da vida política e do acesso à justiça. Não há meios mais poderosos de “encorajar” pessoas a assimilar a cultura dominante do que prejudicá-las nos seus interesses económicos, sociais e políticos por causa da sua língua materna. Essa assimilação não é livremente escolhida se a opção de uma pessoa for entre a sua língua materna e o seu futuro. Na Bélgica do século XIX, por exemplo, os flamengos que lutavam pela

mobilidade ascendente tinham poucas opções que não fossem aprender francês – a única língua oficial – e, nessa altura, muitos abandonaram totalmente a sua língua ancestral.³³ Essas pressões não desapareceram noutros países: os povos indígenas da Guatemala têm muito mais probabilidades de prosperar se falarem espanhol.

Uma indicação da assimilação que daí resulta é a morte das línguas no mundo. Das 10.000 línguas que se calcula tenham existido ao longo dos tempos, apenas cerca de 6.000 são faladas hoje em dia.³⁴ E há projecções segundo as quais esse número descerá 50% a 90% nos próximos 100 anos.³⁵

Os desafios são maiores onde a diversidade linguística é maior. A África Subsariana tem mais de 2.500 línguas (embora, como mostra o capítulo 3, muitas dessas línguas partilhem elementos comuns), mas a capacidade de muitas pessoas usarem a sua língua na educação e nas relações com o Estado é particularmente limitada. Em mais de 30 países da região – com 518 milhões de pessoas, 80% do total da região – a língua oficial é diferente da mais vulgarmente usada.³⁶ Apenas 13% das crianças que recebem educação primária aprendem na sua língua materna (figura 2.4).

A falta de educação na língua materna atrasa o desenvolvimento? Investigações sugerem que a resposta talvez seja sim. Nos Estados Unidos, crianças educadas na sua língua materna durante os primeiros seis anos de escolaridade têm um desempenho muito melhor do que aquelas que são mergulhadas imediatamente no inglês. E há todas as razões para acreditar que o processo de aprendizagem seguiria um padrão semelhante nos países em desenvolvimento (capítulo 3).³⁷

Se a faculdade de uma pessoa usar a sua língua materna, tanto em público, como em privado é importante, isso não torna fácil, ou prático, o uso de múltiplas línguas no governo, nos tribunais e na educação. O capítulo 3 analisa em pormenor os custos e benefícios que o Estado enfrenta na sua política linguística.

Outros aspectos da exclusão do modo de vida. A língua e a religião são muitas vezes partes importantes da identidade cultural de uma pessoa, mas há muitos modos de as culturas diferentes serem respeitadas e reconhecidas. Segundo o banco de dados *Minorias em Risco*, 60% das pessoas que enfrentam discriminação cultural sofrem restrições na realização de cerimónias. Outros 25% enfrentam restrições no

Não há meios mais poderosos de «encorajar» pessoas a assimilar a cultura dominante do que prejudicá-las nos seus interesses económicos, sociais e políticos por causa da sua língua materna

Figura 2.4 Muitos não têm acesso ao ensino primário na sua língua materna

Região ou grupo	Número de línguas faladas	População com acesso ao ensino na língua materna, em 2000	População total (milhões)
África Subsariana	2.632	13%	641
Ásia Oriental e Pacífico	2.815	62%	1.918
Ásia do Sul	811	66%	1.480
Europa Central e do Leste e a CEI	625	74%	409
OCDE de rendimento elevado	1.299	87%	912
América Latina e Caraíbas	1.086	91%	530

Fonte: SIL International 2004b.

vestuário que usam e no modo como podem aparecer em público, incluindo muitos povos indígenas da América Latina e os ciganos em regiões da Europa do Leste.³⁸

Igualmente importante é a maneira como o Estado reconhece e respeita a história de diferentes grupos culturais dentro das suas fronteiras. Esta não é uma matéria fácil para coligir dados, particularmente por região ou cidade. Uma maneira de avaliar como são reconhecidos e aceites grupos diferentes é pelo modo como os feriados nacionais celebram momentos fundamentais da história ou da religião de grupos culturais num país, ou pelo modo como se dá o nome às ruas.

Nos Estados Unidos, a maioria dos feriados nacionais não é confessional. Na Índia, os funcionários do governo central têm 17 feriados, 14 dos quais celebram a diversidade das suas religiões (figura 2.5). Mas em França, 6 dos 11 feriados nacionais são de origem religiosa, todos cristãos, e 5 não são confessionais, embora quase 1 em 13 cidadãos franceses seja muçulmano.

*EXCLUSÃO POLITICA, ECONOMICA E SOCIAL
BASEADA NA IDENTIDADE CULTURAL*

Enfrentar restrições na expressão da identidade de uma pessoa (exclusão do modo de vida) é apenas parte do desafio para a liberdade cultural. Muitos grupos, por causa da sua identidade cultural, enfrentam discriminação ou desvantagem noutros aspectos do desenvolvimento humano. Calcula-se que mais de 750 milhões de pessoas pertençam a grupos que são prejudicados ou discriminados na vida económica ou política (ver destaque 2.1).

Participação política. Os limites da participação política são óbvios nas ditaduras, ou nos Estados de partido único. Mas as desigualdades na participação política podem estar generalizadas mesmo nas democracias bem firmadas. Os processos políticos podem ser adulterados ou restringidos de muitos modos, para criar obstáculos a membros de certos grupos étnicos, linguísticos e religiosos. O banco de dados *Minorias em Risco* calcula que mais de 300 milhões de pessoas pertençam a grupos que, em relação a outros no mesmo Estado, enfrentam restrições do acesso a cargos mais altos, devido à sua identidade. Pouco menos de 300 milhões pertencem a grupos que têm acesso restrito ao funcionalismo público. Cerca de 250 milhões pertencem a grupos que não têm direitos iguais de organização. Cerca de 280 milhões pertencem a grupos que não gozam de liberdade de expressão igual. E 83 milhões pertencem a grupos que não têm direitos de voto iguais.³⁹

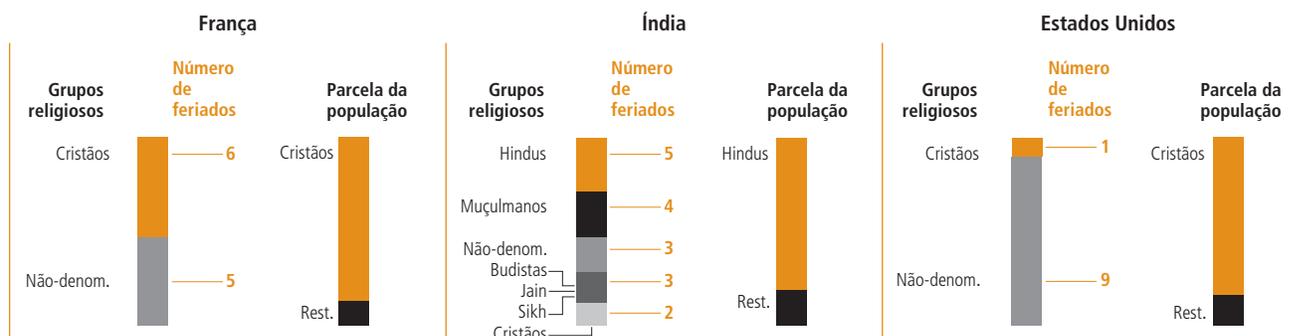
A recusa da cidadania é um dos modos mais directos de excluir grupos de pessoas do processo político. Mais de 300.000 pessoas da “tribo dos montes”, minoritária na Tailândia, viram recusada a nacionalidade e os direitos e privilégios concedidos aos cidadãos de pleno direito; e Mianmar recusou a cidadania a mais de 250.000 muçulmanos *rohingya* que tinham fugido anteriormente do país por causa de perseguição. Apesar do crescente *lobby* parlamentar, o Kuwait continua a recusar a cidadania a mais de 100.000 beduínos, muitos dos quais vivem no país há várias gerações.⁴⁰

Garantir a igualdade em todas as fases do processo político é vital para evitar a discriminação contra grupos culturalmente identificados, mas é difícil de avaliar. Olhar para os resultados, que são mais fáceis de definir e de medir, pode ser mais revelador. Dos países de rendimento elevado da OCDE com dados, apenas na Holanda a proporção das minorias étnicas no parlamento é semelhante à sua parcela da população. Os Estados Unidos vêm em segundo e a Bélgica em terceiro (quadro 2.1).

O problema é muito mais amplo, claro. No Brasil, apenas 2 dos 33 membros do governo são afro-brasileiros, ainda que estes representem quase metade da população.⁴¹ No Quênia, o número de membros *kikuyus* do governo baixou de 31% em 1979 para 3% em 1998, ainda que a sua quota na população se tenha mantido firme em torno dos 20%.⁴² A situação voltou a mudar nas eleições de 2003. Em Fidji, a etnia fidjiana ocupava 19 dos 21 lugares do governo

Figura 2.5 Feriados nacionais são um meio importante de reconhecer – ou ignorar – identidades culturais

Religiões reflectidas em feriados nacionais, 2003



Fonte: Feriados nacionais: France 2004; Índia, Ministry of Personnel 2004; Office of Personnel Management 2003; populações religiosas: Índia, Office of the Registrar General 2004; França e Estados Unidos, CIA 2003.

em 2001, embora representasse apenas metade da população.⁴³ Em Trindade e Tobago, cidadãos de origem indiana (especialmente hindus) foram essencialmente excluídos de lugares no governo, de 1961 a 1986 (a situação melhorou desde então).⁴⁴

O banco de dados *Minorias em Risco* calcula que mais de 800 milhões de pessoas façam parte dos mais de 200 grupos culturalmente identificados que enfrentam discriminação, ou desvantagem política com base em identidades étnicas, linguísticas, ou religiosas;⁴⁵ e que cerca de 130 milhões enfrentam directamente uma política pública discriminatória. O resto é discriminado por causa de costumes sociais do país, ou por arrastamento dos efeitos da discriminação histórica (ver destaque 2.1).

É vital remediar isto. Política é poder. Desigualdades na participação política estão, muito frequentemente, no cerne das reivindicações não resolvidas de grupos culturais, as quais são discutidas no resto deste Relatório.

Saúde, educação e rendimento. Raramente os níveis do desenvolvimento humano – ou o seu progresso – se estendem uniformemente por um país. Certos grupos religiosos, étnicos e linguísticos são muitas vezes deixados para trás (caixa 2.4). Essas bolsas de pobreza têm importância, por direito próprio. Mas as desigualdades em termos culturais podem ser uma fonte fundamental de tensão na sociedade.

Poucos Estados recolhem informação sobre esperança de vida, mortalidade infantil, alfabetização, ou escolarização por grupo étnico, linguístico e religioso, ainda que os censos da população possam ser um meio eficaz de recolher essa informação.

Os dados disponíveis mostram padrões consistentes de desigualdade. De acordo com o banco de

QUADRO 2.1
Representação política de minorias étnicas em parlamentos seleccionados da OCDE

País (ano da última eleição com data)	Minorias étnicas nos parlamentos ^a			
	Número na câmara baixa/total	Parcela da câmara baixa (%)	Parcela da população (%)	Rácio na câmara para rácio na população
Holanda (2003)	13/150	8,7	9,0	1.0
Estados Unidos (2002)	69/440	15,7	28,1	0.6
Bélgica (1999)	6/150	4,0	10,0	0.4
Canadá (2000)	12/301	4,3	13,4	0.3
Reino Unido (2001)	12/659	1,8	8,7	0.2
Nova Zelândia (1999)	2/120	1,7	10,9	0.2
Dinamarca (2001)	2/179	1,1	5,8	0.2
Austrália (2001)	1/150	0,7	6,0	0.1
Alemanha (2002)	5/603	0,8	8,5	0.1
França (2002)	0/577	0,0	8,0	0.0
Suíça (1999)	0/200	0,0	6,0	0.0

a. Refere-se a minorias étnicas visíveis, com base em censos ou relatórios académicos. Os imigrantes não visíveis (de descendência europeia) não estão incluídos. É provável que a parcela das minorias étnicas seja menor que os valores apresentados, porque os relatórios incluem cidadãos e não cidadãos e os grupos étnicos minoritários tendem a ser desproporcionadamente jovens em comparação com a população maioritária. Não inclui aborígenes, ou membros de línguas dominantes, ou grupos nacionais minoritários.

Fonte: Bird 2003.

dados *Minorias em Risco*, cerca de 750 milhões de pessoas no mundo pertencem a grupos que enfrentam discriminação, ou prejuízos socioeconómicos, por causa da sua identidade cultural. Muitos grupos enfrentam ambos os tipos de discriminação (ver destaque 2.1). Para cerca de 68 milhões, isso é um resultado de políticas governamentais directas de discriminação. Mas as causas mais comuns são práticas sociais discriminatórias, ou omissões não corrigidas.

Em todo o mundo, pessoas com identidades culturais diferentes vivem lado a lado, mas muitas vezes em mundos diferentes. Os sul-africanos negros ainda ganham cerca de um quinto dos rendimentos dos brancos.⁴⁶ Os ciganos da República Checa, Hungria e Eslováquia acham que a sua etnicidade é a principal razão por que não conseguem arranjar emprego.⁴⁷ Mulheres e homens negros de São Paulo, Brasil, têm

metade dos salários dos brancos.⁴⁸ Na Guatemala, há claras coincidências entre grupos indígenas e exclusão social (mapa 2.1).

Na saúde e na educação encontram-se os mesmos padrões. A esperança de vida é consistentemente mais baixa para os povos indígenas do que para

os não indígenas (ver figura 2.2). A população *Dalit*, do Nepal, tem uma esperança de vida quase 20 anos inferior à média nacional.⁴⁹ Das crianças ciganas da Sérvia e Montenegro, 30% nunca frequentaram a escola primária e uma em cada cinco das que frequentam acabarão por abandonar.⁵⁰ Na África do Sul, quase um quarto da população negra nunca esteve escolarizada.⁵¹

PROMOVER A LIBERDADE CULTURAL EXIGE O RECONHECIMENTO DAS DIFERENÇAS DE IDENTIDADE

A exclusão do modo de vida e a exclusão da participação exigem diferentes soluções políticas. As abordagens políticas tradicionais não podem, sozinhas, resolver a exclusão da participação na vida social, económica e política, e remover barreiras à participação social, económica e política não eliminará os casos de exclusão de modo de vida. São precisas novas abordagens que integrem políticas multiculturais nas estratégias de desenvolvimento humano (quadro 2.2).

AS EXCLUSÕES CULTURAIS EXIGEM ABORDAGENS POLITICAS PROPRIAS

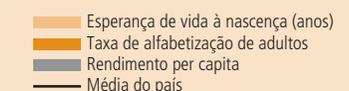
Não há provas de que a eliminação das desigualdades económicas e políticas apagaria as desigualdades de modo de vida. Alguns grupos são economicamente privilegiados, mas culturalmente (e politicamente) marginalizados, como os chineses na Ásia do Sudeste.⁵² Minorias nacionalistas como os Catalães em Espanha, ou os Quebequenses no Canadá gozam do mesmo padrão de vida que a maioria, e nalguns casos de um rendimento superior à média, e o seu direito a participar no processo político está bem protegido. Todavia, sofreram exclusão do modo de vida quando a sua língua e as suas tradições foram marginalizadas pelo governo central.⁵³

Portanto, se é vulgar a exclusão do modo de vida e a exclusão política ou económica andarem juntas, elas são diferentes (ver capítulo 1). A exclusão do modo de vida exige a sua própria análise e os seus próprios remédios. É muito frequente a política cultural estar mais preocupada com a promoção das artes e a protecção da herança cultural, do que com a promoção da liberdade cultural. Ainda hoje, os debates fundamentais sobre políticas culturais incidem largamente na protecção da herança cultural. Mas embora essas questões sejam importantes, no en-

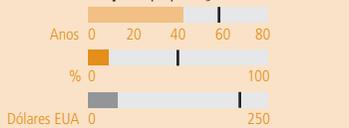
CAIXA 2.4

O índice de desenvolvimento humano: captar desigualdades entre grupos

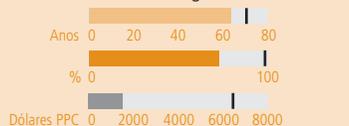
Existem grandes disparidades entre grupos culturais no interior dos países 2000



Nepal população Dalit



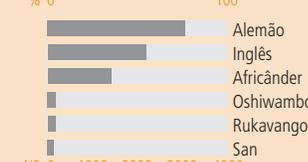
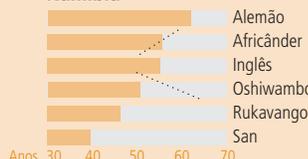
Roménia Ciganos



IDH

Média romena	.778
Ciganos	.570

Namíbia



IDH

Alemão	.960
Inglês	.895
Africânder	.885
Oshiwambo	.641
Média da Namíbia	.607
Rukavango	.585
San	.326

O índice de desenvolvimento humano tornou-se uma ferramenta inestimável para captar o desenvolvimento humano e o desempenho – aproximado – do desenvolvimento de um país num único número.

Uma das utilizações mais eficazes do índice é na comparação do desempenho de países vizinhos ou semelhantes, criando um sentido de competição saudável. Enquanto não for possível criar um índice semelhante para a liberdade cultural (ver caixa 2.3), ou incluir a liberdade cultural no índice de desenvolvimento humano, a desagregação do índice de desenvolvimento humano por grupos étnicos, linguísticos ou religiosos pode lançar alguma luz sobre a exclusão na saúde, educação e rendimento. Contudo, raramente é feito.

Nos poucos casos em que o índice de desenvolvimento humano é calculado por grupo cultural, aparece frequentemente um quadro revelador. Os ciganos da Roménia, por exemplo, têm um índice de desenvolvimento humano bem abaixo da média romena (ver figura). A Roménia tem a posição 72 no índice de desenvolvimento humano, mas a sua população cigana ficaria na posição 128.

A Namíbia é o único país que tem o índice de desenvolvimento humano calculado por grupo linguístico. Mais uma vez, as diferenças são espantosas. A população de língua alemã ficaria confortavelmente à frente da Noruega, no topo da classificação, com os falantes de inglês e africânder não muito atrás. Os falantes de *san* ficariam 174 lugares abaixo, com os falantes de *tsuana*, *otjiherero*, *ochiwambo*, *rukavango*, *caprivi-lozi* e *nama-damara* entre uns e outros.

Estes exemplos mostram que os desafios são enormes. Destacar estes desafios é o primeiro passo para os resolver. Muitas vezes, os governos têm relutância em recolher e divulgar este tipo de informação. Onde estiverem disponíveis, os dados devem ser considerados um importante primeiro passo e não uma revelação prejudicial.

Fonte: Sen 2004b; UNDP 2000b.

tanto, a questão fundamental da promoção da liberdade cultural tem sido largamente esquecida (caixa 2.5).⁵⁴ Para promover a liberdade cultural, as políticas de inclusão cultural precisam reconhecer, aceitar e apoiar publicamente as identidades culturais eliminadas. Quando isso acontecer, os grupos culturais prejudicados poderão ver as suas identidades reflectidas nos símbolos e nas instituições do Estado, eliminando muitas das fontes do seu descontentamento.

INCORPORAR O MULTICULTURALISMO NAS ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

Muitas abordagens tradicionais da igualdade social, económica e política basearam-se na assimilação. Espera-se que os grupos aceitem a língua da cultura dominante à custa da sua própria língua e, por vezes, têm de negar as suas tradições religiosas e outras para ter êxito. Não é nada errado identificar-se com uma cultura dominante, mas as pessoas não deviam ser forçadas a fazer uma opção absoluta entre as suas identidades e o progresso económico e político. A liberdade cultural e o desenvolvimento humano exigem que as pessoas sejam tão livres de manter as

suas identidades como de as alterar. Para isso, as políticas multiculturais precisam de ser integradas em estratégias de desenvolvimento humano (ver quadro 2.2).

Por exemplo, se a democracia é a única forma de governo consistente com todas as liberdades (incluindo as liberdades culturais), as regras maioritárias nem sempre protegem as reivindicações de reconhecimento e respeito cultural. Como se defende no capítulo 3, o federalismo assimétrico (direitos diferentes – como direitos linguísticos – para diferentes regiões, baseados na necessidade cultural) e a partilha do poder através da proporcionalidade e de arranjos eleitorais representativos são opções a considerar quando a democracia maioritária é insuficiente. A exclusão socioeconómica também não pode ser resolvida simplesmente através de políticas de crescimento a favor dos pobres e de redistribuição. Programas especiais podem ser apropriados, e mesmo essenciais, para vencer a discriminação e emendar erros do passado. A educação bilingue pode dar oportunidades iguais a grupos de língua não dominantes. Na essência, as políticas multiculturais exigem que se olhe a equidade de um novo modo. Quando há grupos com necessidades culturais específicas, ou

Mapa 2.1 Guatemala apresenta sobreposições significativas entre comunidades linguísticas e exclusão social



QUADRO 2.2
Integrar políticas multiculturais em estratégias de desenvolvimento humano

Três pilares da estratégia de desenvolvimento humano	Necessário para a liberdade cultural	Mas não suficiente para a liberdade cultural	Políticas multiculturais adicionais	Contradições potenciais entre objectivos de multiculturalismo e os três pilares
Democracia	A democracia é a única forma de governo consistente com todas as liberdades humanas e os direitos humanos, incluindo liberdades e direitos culturais.	A democracia faz pouco para acolher interesses minoritários. Democracias muito desenvolvidas têm ignorado reivindicações de reconhecimento cultural de grupos étnicos, linguísticos e religiosos, incluindo grupos indígenas e imigrantes. A democracia também permite o aparecimento de grupos extremistas violentos.	Incorporar o acolhimento de identidades minoritárias e adoptar políticas de multiculturalismo. Considerar o federalismo assimétrico e a partilha do poder executivo. Reconhecer múltiplas identidades e a cidadania múltipla.	Reivindicações de reconhecimento cultural feitas muitas vezes por grupos não democráticos. As exigências podem ser antitéticas da construção da democracia, paralisando práticas tradicionais que são opressivas em nome da "autenticidade", e podem não ser apoiadas por muitos membros do grupo relevante.
Crescimento a favor dos pobres	O crescimento a favor dos pobres é necessário para compensar a exclusão socioeconómica (exclusão da participação) de grupos culturais.	O crescimento a favor dos pobres não é suficiente para vencer a discriminação e compensar erros do passado.	Desenvolver programas especiais de apoio ao emprego, à formação e ao crédito. Instituir programas de acção afirmativa.	A acção afirmativa é contrária aos princípios da igualdade. Serão os programas especiais uma alternativa à acção afirmativa?
Expansão equitativa de oportunidades sociais	A expansão equitativa de oportunidades sociais é necessária para compensar a exclusão socioeconómica de grupos culturais.	A expansão equitativa de oportunidades sociais não é suficiente para vencer a discriminação e compensar erros do passado. Também não enfrenta a procura de diferentes oportunidades, tais como diferentes tipos de educação.	Desenvolver programas especiais de apoio para grupos excluídos. Instituir programas de acção afirmativa. Oferecer diferentes provisões financiadas publicamente, tais como escolas.	A acção afirmativa é contrária aos princípios de igualdade. Serão os programas especiais uma alternativa à acção afirmativa? Pode envolver a "inclusão injusta" e a exclusão de muitas opções e oportunidades abertas a todos os outros cidadãos.

Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano.

Políticas culturais – proteger a herança cultural e promover a liberdade cultural

Em 1969, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) introduziu a noção de “políticas culturais”, apelando aos governos para, explicitamente, reconhecerem as acções culturais como um importante fim da política pública. A comunidade mundial acolheu este apelo, passo a passo: a Conferência Mundial sobre Políticas Culturais, de 1982, no México; a declaração, pela ONU, da década de 1988 a 1997 como Década da Cultura e Desenvolvimento; a Conferência Intergovernamental de Estocolmo sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento, de 1998; e o número crescente de Estados que criam ministérios da Cultura. Tudo isto é prova da compreensão de que cultura é desenvolvimento e vice-versa.

Fonte: Arizpe 2004.

No princípio, a noção de política cultural estava relacionada com a promoção das artes e a protecção da herança cultural. Actualmente está cada vez mais relacionada com a liberdade cultural, tal como a Comissão Mundial para a Cultura e Desenvolvimento propôs no seu relatório de 1995, *Our Creative Diversity*. A liberdade cultural é inseparável do respeito e do reconhecimento da diversidade cultural e da salvaguarda da herança cultural, tanto física como intangível.

O ciclo da política cultural tem de terminar onde começou há um quarto de século, assumindo as pessoas e a sua liberdade e realização cultural como objectivos principais da tomada de decisão política no domínio cultural.

grupos prejudicados devido a erros do passado, abordagens políticas idênticas não produzirão oportunidades iguais – são necessárias abordagens políticas diferenciadas (ver quadro 2.2).

TRES MITOS EM TORNO DA LIBERDADE CULTURAL E O DESENVOLVIMENTO

Poucos países têm tentado políticas multiculturais oficiais. A maioria dos países resistiu-lhes. Cientistas políticos e filósofos têm discutido se o multiculturalismo é consistente com a democracia e os direitos humanos. Parte dos motivos reside nas realidades da política maioritária. Os vulneráveis são fáceis de ignorar. Os decisores políticos têm preocupações sérias com o efeito dessas políticas no conjunto do país. Persiste a percepção de que garantir a liberdade cultural é um luxo: seria bom, mas os custos são demasiado elevados.

Muitas dessas percepções baseiam-se em conceitos errados acerca do papel que a liberdade cultural, a diversidade cultural e mesmo as próprias culturas desempenham no desenvolvimento de uma sociedade. Examinam-se aqui, em pormenor, três desses mitos:

- Algumas culturas têm mais probabilidades, do que outras, de fazer progredir o desenvolvimento.
- A diversidade cultural leva inevitavelmente a choques de valores.
- A diversidade cultural é um obstáculo ao desenvolvimento.

MITO 1: ALGUMAS CULTURAS TEM MAIS PROBABILIDADES, DO QUE OUTRAS, DE FAZER PROGREDIR O DESENVOLVIMENTO

Não existe nenhuma relação clara entre cultura e desenvolvimento.⁵⁵ A ideia de que a cultura de um grupo tem importância para o seu desenvolvimento é intuitivamente atractivo, permitindo que estereótipos culturais se transformem em explicações para o estado do mundo. Esta ideia não é nova. Remonta, pelo menos, até à visão de Tocqueville da democracia americana, no princípio do século XIX, e à idealização de Weber da ética do trabalho protestante. Mas está a emergir uma nova onda de determinismo cultural – atribuindo os fracassos de crescimento e democratização a defeitos inerentes nos traços culturais.

Estas ideias são perigosas – e podem levar a conclusões políticas extremas. Se se acha que algumas culturas da sociedade não estão sintonizadas com o crescimento económico, ou a democracia, não é preciso dar um grande passo para defender que elas têm de ser eliminadas, ou assimiladas. Generalizando excessivamente, se o fracasso da África em progredir pode ser atribuído à cultura, por que havemos de nos incomodar com as políticas, nomeadamente a económica, ou com o auxílio externo?

Os defensores do determinismo cultural rotulam, muitas vezes, grandes regiões do mundo como simplesmente “africanas” ou “islâmicas”.⁵⁶ Mas a cultura não é um atributo homogéneo. Há enormes variações de língua, religião, literatura, arte e estilos de vida dentro do mesmo “grupo” cultural.⁵⁷ Além disso, a cultura não é o único elemento central na determinação da nossa vida e da nossa identidade. Classe, género, profissão e política também têm uma grande importância. Sem conseguir identificar estes traços culturais claros e comuns, uma teoria significativa do determinismo cultural tem dificuldades em descolar.⁵⁸

Pode haver grande continuidade numa cultura, mas mesmo em culturas com tradições muito longas podem ocorrer mudanças rápidas em uma ou duas gerações.⁵⁹ Por exemplo, é difícil atribuir o desenvolvimento do Japão à “cultura japonesa” quando a interacção com o Ocidente em industrialização de meados do século XIX levou à restauração *Meiji* e à determinação de mudar a face da educação japonesa. Mesmo aspectos de cultura que parecem enraizados podem ser alterados. O Bangladeche, por exemplo, deu grandes passos na redução das práticas de de-

sigualdade entre sexos. Porque as culturas evoluem, a cultura de uma sociedade hoje não pode determinar muito do seu futuro desenvolvimento. E estas mudanças não acontecem como resultado de políticas de mudança cultural dirigidas, como os deterministas culturais poderiam defender. Acontecem através de interações económicas e políticas com outras culturas e através de melhor educação – uma conclusão de política que difere pouco das de outras áreas da teoria do desenvolvimento.⁶⁰

Mesmo o que, numa cultura, é considerado valioso para o desenvolvimento pode mudar e já não se pode assumir que as economias ocidentais sejam o modelo para o mundo.⁶¹ Veja-se outra vez o Japão, que foi beber numa classe de valores culturais diferentes dos do Ocidente para operações económicas, enfatizando a lealdade à empresa, responsabilidade, confiança interpessoal e contratos implícitos para conduzir um enorme progresso económico no século XX – valores actualmente adoptados no Ocidente em todos os cursos de formação em gestão. Mas nem sempre foi assim. Portanto, prever o valor – e o futuro – dos traços culturais está longe de ser linear.

Não é que a cultura não ofereça perspectivas para o processo de desenvolvimento – as influências culturais podem fazer a diferença. Algumas análises descobriram, por exemplo, que a ética do trabalho, a parcimónia, honestidade e a abertura aos estrangeiros podem ter um papel no crescimento económico.⁶² E quando essas influências são entendidas como variadas e cambiáveis e uma fonte de influência entre muitas, a cultura pode proporcionar perspectivas construtivas no comportamento humano e desenvolvimento. Mas não existe aqui uma teoria cultural geral do desenvolvimento. As provas econométricas sublinham isso. Na explicação das taxas de crescimento, por exemplo, a política económica, a geografia e o fardo da doença foram todos considerados altamente relevantes. Os factores culturais – como se a sociedade é hindu ou muçulmana – foram considerados insignificantes.⁶³

Portanto, ainda que a análise estatística possa ajudar na avaliação da validade de uma teoria, talvez seja a história o seu grande juiz: e até aqui a história do determinismo cultural mostra uma teoria um passo atrás do mundo real. Na altura em que a brilhante avaliação da ética protestante de Weber estava a ser reconhecida, muitos países católicos (França, Itália) estavam a crescer mais depressa do que a Grã-Bretanha e Alemanha protestantes. A teoria foi então ex-

pandida para se tornar mais genericamente cristã e ocidental. Mas então teve que se incluir o Japão. E não demorou que a Ásia Oriental estivesse a crescer mais depressa e os velhos pontos de vista de que os valores confucionistas não promovem as condições para o crescimento tiveram que ser abandonadas rapidamente. Depois a Tailândia, essencialmente budista, tornou-se no país de mais rápido crescimento, pelo que a teoria teve de ser alterada outra vez.⁶⁴ Até aqui, portanto, o determinismo cultural não tem sido capaz de acompanhar. Estarão as concepções de hoje mais fundamentadas e mais capazes de prever a influência de uma cultura no desenvolvimento – digamos, em África – ou a compatibilidade de algumas religiões com a democracia – digamos, o Islão?

Crescimento e desenvolvimento em África. Há quem defenda que a cultura está a determinar o desenvolvimento na África Subariana. Uma “cultura africana” problemática, argumentam, é inadequada ao desenvolvimento económico, político e social.⁶⁵

É uma tautologia conveniente para o determinista cultural combinar a ideia de uma “cultura africana” com o facto de a África estar a falhar. Mas os países africanos têm muito mais em comum do que as suas culturas, e muitos desses factores podem ser mais relevantes nas suas luta pelo desenvolvimento.

O *Relatório do Desenvolvimento Humano 2003* identificou 38 países “prioritários” na África Subariana, que têm níveis baixos de desenvolvimento e um progresso fraco em direcção aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ver destaque estatístico 1, *O estado do desenvolvimento humano*). Desses, 21 são países interiores, ou têm uma grande parte da sua população a viver longe da costa. E na sua maioria são pequenos – apenas 4 têm mais de 40 milhões de pessoas. Esses países também são altamente dependentes de produtos primários, que representam mais de dois terços das exportações para 16 dos 23 países com dados. O fardo da doença nesses países também é extremo: em 22, mais de 5% da população tem HIV/SIDA e a malária continua a prevalecer.

Nos exemplos tipo apresentados para defender o papel decisivo da cultura no desenvolvimento, realidades como estas ficam muitas vezes enterradas. Um exemplo frequentemente citado, discutido em pormenor no capítulo 1, é o da Coreia do Sul e do Gana na década de 1960, cuja rápida divergência nas décadas seguintes tem sido muitas vezes atribuída a

Na altura em que a brilhante avaliação da ética protestante de Weber estava a ser reconhecida, muitos países católicos (França, Itália) estavam a crescer mais depressa do que a Grã-Bretanha e Alemanha protestantes

Todas as religiões contêm algumas ideias que podem ser úteis para o desenvolvimento e outras que podem ser prejudiciais

diferenças culturais. Mas a análise, como salienta o capítulo 1, mostrou diferenças mais importantes, como os níveis de investimento na educação.⁶⁶ O exemplo demonstra que a política económica e social pode ter uma influência enorme. Concentrar recursos internos e externos na saúde e na educação é o primeiro passo para sair da armadilha da pobreza. Mesmo as desvantagens geográficas – como pequenos mercados internos e acesso limitado às rotas comerciais mundiais – podem ser resolvidas através da integração e da cooperação regionais.

Estão a emergir histórias africanas de sucesso. Em Cabo Verde, Maurícias, Moçambique e Uganda, o PIB per capita cresceu a mais de 3% na década de 1990.⁶⁷ Benim, Mali e Senegal aumentaram as taxas de escolarização primária em mais de 15 pontos percentuais.⁶⁸ Apesar da crescente epidemia de HIV/SIDA em África, Guiné e Níger reduziram as taxas de mortalidade infantil em mais de 5 pontos percentuais.⁶⁹

O mundo tem os conhecimentos e os recursos necessários para vencer esses desafios de política, proporcionando a possibilidade de a África assumir o seu lugar como parceiro de corpo inteiro na economia mundial. Não seria a primeira vez que a tese do determinismo cultural teria de se adaptar – desta vez trazendo a “cultura africana” para o rebanho.

Islão e democracia. Todas as religiões contêm algumas ideias que podem ser úteis para o desenvolvimento e outras que podem ser prejudiciais.⁷⁰ Diz-se por vezes que o Islão é incompatível com democracia, outro modo de dizer que a cultura determina o desenvolvimento (ver também capítulo 1). Todavia, há princípios islâmicos básicos que lançam bases para a democracia, incluindo a *shura* (consulta), o *ijtihad* (argumentação independente), o *ijma* (consenso) e a injunção alcorânica de que não existe compulsão em matéria de religião.⁷¹

A ideia de que o Islão é incompatível com democracia vai não só contra a palavra do Islão, mas também contra a prática de Estados com maiorias muçulmanas. Este mal-entendido talvez seja motivado pela coincidência de muitos países árabes serem islâmicos e terem regimes não democráticos. Mas a diferença entre países árabes com maiorias muçulmanas e países não árabes com maiorias muçulmanas é completa. Nenhum dos países árabes que são predominantemente muçulmanos teve cinco anos consecutivos de direitos políticos e eleitorais moderados, ou fortes, no último quarto de século. No mundo islâmico não árabe, 8 dos 29 países gozaram desses direitos.

Com um conjunto de países islâmicos observando um desempenho pobre em democracia e outros com forte desempenho, a sua característica comum, o Islão, não pode ser a única razão para um fracasso da democracia. Os factos mostram que os países islâmicos podem ter um desempenho tão forte como os países não islâmicos nos indicadores da democracia. Entre os países mais pobres do mundo (controlo pelo rendimento porque os países mais ricos têm mais probabilidades de ser democráticos) os países islâmicos não árabes têm tantas probabilidades de ser democracias como os países não islâmicos.⁷²

O *Relatório Árabe do Desenvolvimento Humano 2003* identificou um défice de liberdade na região árabe em relação a outras regiões do mundo. A razão desse défice não parece residir nos povos dos estados árabes, nem numa cultura antidemocrática: sondagens mostraram que tantas ou mais pessoas nos países árabes acreditam que a democracia é a melhor forma de governo, tal como em qualquer outra parte do mundo, incluindo os Estados Unidos e a Europa.⁷³ Talvez a resposta esteja na história das políticas de poder. E numa falta de abertura a ideias e culturas de fora da região – em todo o mundo árabe, em 1995, apenas 330 livros foram traduzidos para árabe. Em grego, uma língua com um duodécimo do número de falantes, foram traduzidos cinco vezes mais livros.⁷⁴

MITO 2: A DIVERSIDADE CULTURAL LEVA INEVITAVELMENTE A CHOQUES DE VALORES

Há poucas provas que justifiquem esta afirmação. Desde a década de 1950, 70 grupos étnicos territorialmente concentrados envolveram-se em conflitos violentos.⁷⁵ Este tipo de conflitos aumentou fortemente com o fim da guerra-fria, duplicando entre a década de 1970 e a década de 1980 e atingindo um pico de 48 em 1991. No princípio de 2003, prosseguíam 22 conflitos desses e outros 76 grupos procuravam maior autonomia, mas usavam táticas sem guerra aberta (como protestos, ou actos isolados de violência).⁷⁶

Uma explicação popular para essa violência aponta para diferenças culturais ou étnicas como fundamentalmente responsáveis – sustentando uma certa propensão inata de pessoas de culturas diferentes para lutar umas contra as outras pela dominação e pela autonomia, por causa de diferenças de valores que são incompatíveis. Este ponto de vista é captado pela pre-

visão bem conhecida de um “choque de civilizações” de Samuel Huntington.⁷⁷ Estas ideias também foram usadas para explicar os conflitos interétnicos no interior de países, como na Libéria e na antiga Jugoslávia.

É certamente verdade que muitos conflitos têm uma dimensão cultural. Os grupos opositores consideram-se pertencentes a uma cultura comum (etnicidade ou religião) e a combater (pelo menos em parte) pela autonomia cultural. Por esta razão os conflitos são atribuídos a paixões étnicas primordiais, o que faz com que os conflitos pareçam inevitáveis e espírios.⁷⁸

O capítulo 1 salienta as graves falhas desta abordagem, baseada como é numa visão incorrecta da formação, do papel e da maleabilidade das identidades. Esta argumentação também desvia a atenção de importantes factores económicos e políticos. Muitas provas de como as identidades se formam e se alteram e da razão por que a sua proeminência varia com o tempo indicam que se uma cultura é herdada, também é construída e escolhida. Muitas pessoas têm

múltiplas identidades.⁷⁹ As diferenças culturais não são a principal causa de conflito. E nalguns casos, a diversidade pode até reduzir o risco de conflito, tornando mais difícil a mobilização do grupo.⁸⁰ Portanto, o que é que causa essas tensões?

Conflitos étnicos – ou cobiça e desigualdade?

Muitos conflitos têm a ver com questões culturais, porque as pessoas envolvidas em cada lado dessas guerras consideram que pertencem a uma cultura comum. Mas as causas mais profundas raramente são as culturas em si mesmas, ou uma incompatibilidade de valores. Investigações recentes dão outras duas explicações: cobiça e desigualdades horizontais. A luta pelo controlo de recursos naturais valiosos, como o petróleo bruto ou os diamantes, pode estar no centro da guerra étnica, como na Libéria, Serra Leoa e Sudão. O que muitas vezes parece ser um conflito étnico pode ser, simplesmente, uma apropriação de recursos por grupos de elite que manipularam lealdades étnicas.

O declínio do desempenho económico e elevados níveis de pobreza são outros incitamentos im-

CAIXA 2.6

Desigualdades entre grupos podem alimentar o conflito e a tensão

As causas mais profundas do conflito violento raramente são simples. Mas como mostram os exemplos que se seguem, um tema comum está a emergir de investigações recentes sobre o conflito: o papel que as desigualdades socioeconómicas e políticas entre grupos pode ter como causa de tensões e violência. Menos investigação tem sido feita acerca do papel que as exclusões culturais de grupos podem ter (como o não reconhecimento de línguas, ou práticas religiosas), mas como defende este Relatório, também há temas que podem levar à mobilização e protestos e, portanto, também podem ser importantes causas profundas ou detonadoras de conflitos.

- Graves distúrbios contra os chineses da **Malásia**, no fim da década de 1960, foram atribuídos, em grande parte, à animosidade que a maioria bumiputera, politicamente dominante mas economicamente marginalizada, sente contra a minoria chinesa, economicamente dominante.
- A guerra civil no **Sri Lanka**, desde o início da década de 1980, tem estado ligada a tensões resultantes de desigualdades entre a minoria tamil e a maioria cingalesa. Os administradores coloniais favoreceram economicamente a minoria tamil, mas essa vantagem foi seriamente revertida quando os cingaleses conquistaram o poder e marginalizaram cada vez mais a minoria tamil, em áreas como as oportunidades de educação, o recrutamento para

o funcionalismo público, ou a política linguística.

- No **Uganda**, os falantes de banto (principalmente no centro e no sul) têm sido economicamente dominantes, mas politicamente marginalizados, em comparação com os povos que não falam banto (sobretudo no norte). Estas desigualdades económicas e políticas desempenharam o seu papel nos principais conflitos, incluindo a violência desencadeada por Idi Amin (década de 1970) e pelo segundo regime de Obote (1983-85).
- Os povos indígenas do Estado de Chiapas, no **México**, sofreram durante muito tempo privações políticas e socioeconómicas. Exigiram maior autonomia política, melhores condições socioeconómicas e protecção da sua herança cultural, culminando em levantamentos contra o Estado mexicano em quatro municípios.
- Na **África do Sul**, antes de 1994, a maioria negra estava em grave desvantagem política e socioeconómica. Isso levou a muitos levantamentos entre 1976 e a transferência do poder, em 1993.
- Os católicos da **Irlanda do Norte** sofreram enormes privações económicas e políticas desde o século XVI. O estabelecimento da Irlanda do Norte como parte do Reino Unido, na década de 1920, garantiu que os protestantes gozariam de domínio político e económico permanente – alimentando as exigências dos católicos do norte de

se tornarem parte da República da Irlanda, predominantemente católica. O conflito violento começou no fim da década de 1960 e começou a ceder na década de 1990, na sequência de esforços sistemáticos para reduzir essas desigualdades.

- Crises constitucionais e golpes de Estado ocorreram nas **Fidji**, nomeadamente em 1987 e 1999, quando os fidjianos indígenas, economicamente marginalizados, recebiam perder o controlo político para os fidjianos de origem indiana, economicamente dominantes.
- Em meados das década de 1990, começaram a revelar-se tensões crescentes entre muçulmanos e cristãos em Poso, Sulawesi Central, **Indonésia**, quando a comunidade muçulmana começou a beneficiar cada vez mais com as novas políticas económicas, em detrimento dos cristãos indígenas.
- Os povos indígenas da **Guatemala** têm sofrido discriminação política e económica desde os tempos coloniais, o que contribuiu para os conflitos que ocorrem no país.
- A insurreição maoísta lançada no **Nepal**, em 1996, pode ser atribuída a profundas razões de queixa resultantes da marginalização sistemática de certos grupos étnicos, castas e mulheres.

Fonte: Stewart 2002; UNDP 2004; Fraenkel 2003.

Criar um ambiente em que prosperem múltiplas identidades começa com o encorajamento da liberdade cultural e da igualdade entre grupos nas oportunidades culturais, políticas e socioeconómicas

portantes à guerra, como na Serra Leoa e Somália. Por trás de muitos outros conflitos estão desigualdades entre grupos étnicos, religiosos ou linguísticos (desigualdades horizontais). Quando as reivindicações culturais, políticas ou socioeconómicas de diferentes grupos continuam por satisfazer, a tensão aumenta e pode transformar-se em violência.

Investigações recentes mostram que muitos conflitos irromperam quando grupos tiveram acesso desigual aos activos económicos, rendimentos ou oportunidades de emprego, serviços sociais ou oportunidades políticas (caixa 2.6). O trabalho do Gabinete de Prevenção e Recuperação de Conflitos do PNUD mostra que a probabilidade de conflito aumenta com o aumento da desigualdade entre grupos, como na Indonésia e Nepal. A raiz do conflito nas ilhas Salomão foi a luta por recursos escassos e mal geridos (caixa 2.7). Na Bolívia, o governo de Gonzalo Sanchez de Lozada foi obrigado a demitir-se, em Outubro de 2003, em grande medida por causa do activismo e dos levantamentos da maioria indígena e dos seus apoiantes, provocados pela sua pobreza e marginalização política. Também no Equador, grupos indígenas mobilizaram-se em torno de questões de pobreza e desigualdade e juntaram-se a outros grupos em protesto contra o governo de Jamil Mahuad, que foi obrigado a demitir-se em Janeiro de 2000.⁸¹ Nalguns casos, há grupos que têm pri-

vações económicas e políticas (como no México e África do Sul), enquanto noutros casos, um grupo pode ser politicamente dominante, mas economicamente carenciado (como na Malásia, Sri Lanka e Uganda).

O mundo industrializado não é imune a este tipo de violência. Os distúrbios raciais nas cidades dos E.U.A. têm estado ligados a graves disparidades raciais no rendimento e no investimento público.⁸² Na Irlanda do Norte, a minoria católica sofreu discriminação económica e política. Há provas estatísticas que apoiam esta investigação profunda. Um estudo de 233 grupos em 93 países apoia fortemente a hipótese de que essas desigualdades entre grupos são responsáveis por levar à violência.

A maior parte da investigação acerca destes conflitos concentrou-se nas desigualdades económicas e políticas, mas a falta de reconhecimento cultural também pode ser importante. A introdução da política linguística de “só cingalês” foi um impulso importante para a escalada dramática do conflito no Sri Lanka. A política linguística também desempenhou um papel na guerra civil na Moldávia. E os distúrbios do Soweto, na África do Sul, foram desencadeados não por novas privações económicas ou políticas, mas por tentativas de impor o africânder nas escolas de negros. O acordo de paz que pôs termo a mais de 30 anos de luta na Guatemala incluiu o Acordo sobre a Identidade e os Direitos do Povo Indígena (como parte dos acordos gerais de paz), o que deu reconhecimento oficial à multiétnicidade do país.

A resposta típica do Estado às diferenças culturais é a eliminação e a assimilação – construir uma nação homogénea. Mas a eliminação da liberdade cultural é um ataque ao desenvolvimento humano. E as tentativas de eliminar e assimilar podem aumentar as tensões na sociedade – tanto que transbordam em conflito violento.

Identidades múltiplas podem reduzir os conflitos. As identidades baseadas numa característica cultural comum, como a religião, língua ou etnicidade, parecem promover uma lealdade mais forte entre membros do grupo do que as identidades baseadas noutras características. Daí que os líderes tenham aprendido que unir grupos baseados num único vínculo cultural pode ser a melhor maneira de “reagrupar as tropas”. A ideia de que as pessoas têm uma única identidade rígida provoca divisões e confrontos. É inquestionável que isto é importante em muitos conflitos.

CAIXA 2.7

A diferença étnica nas Ilhas Salomão não é causa de conflito

No conflito das Ilhas Salomão, as questões de etnicidade desviaram a atenção das questões nucleares da posse da terra, do desenvolvimento económico e de uma governação mais responsável, que marcaram os protestos. O acordo de paz, por exemplo, refere-se às vítimas de “agitação étnica” e à necessidade de restabelecer a “harmonia étnica” nas Ilhas Salomão. Mas é uma ingenuidade e potencialmente perigoso para os pretensos pacificadores ver o conflito apenas através do prisma da hostilidade interétnica. Situadas numa região culturalmente diversificada, com mais de 1.000 línguas, as Ilhas Salomão (onde se falam pelo menos 70 línguas diferentes) são um Estado moderno fraco e empobrecido, incapaz de receber impostos ou de prestar serviços básicos. Com centenas de grupos tribais e pequenos clãs conhecidos como *wantoks*, o conceito de lealdades étnicas alargadas é quase tão estranho e artificial como a noção de Estado.

Embora à superfície seja um feudo étnico, a recente agitação social intensa nas Ilhas Salomão provém mais da luta por recursos escassos e mal geridos, cuja propriedade era antigamente do clã, tribo ou linhagem. Na década de 1990, com a chegada de números crescentes de trabalhadores migrantes à ilha de Guadalcanal, rica em recursos, cresceu o ressentimento entre os povoadores nativos da ilha. A partir de 1998, grupos armados da juventude de Guadalcanal (conhecidos como Movimento de Libertação de Isatabu, ou IFM) lançaram-se em acções belicosas, que resultaram no deslocamento interno de mais de 35.000 habitantes das Ilhas Salomão. Seguiram-se confrontos, especialmente com habitantes da vizinha ilha de Malaita, que se prolongaram até ao fim de 2000 e, depois, a assinatura de um acordo de paz promovido pela Austrália.

Fonte: Ponzio 2004, citando Reilly 2002, Schoorl e Friesen 2003.

CONTRIBUIÇÃO ESPECIAL

Diversidade – de divisiva a inclusiva

Em 27 de Abril de 1994, o povo da África do Sul fundou uma nação com o compromisso de que anularíamos a herança do nosso passado dividido, a fim de construirmos uma vida melhor para todos.

Não foi um compromisso assumido de ânimo leve.

Ao longo de gerações, milhões de pessoas tinham sido deliberadamente reduzidas à pobreza. E para se perpetuar, o sistema do *apartheid*, que afirmava ser ordenado pelo Céu, apenas se mantinha por meio da força bruta, despojando-nos de toda a nossa humanidade – tanto oprimidos como opressores.

Durante décadas, lutámos por uma sociedade não racista nem sexista, e mesmo antes de chegarmos ao poder nas históricas eleições de 1994, a nossa visão da democracia foi definida pelo princípio, entre outros, de que nenhuma pessoa ou grupo de pessoas será sujeita a opressão, dominação ou discriminação por virtude de raça, género, origem étnica, cor ou credo. Uma vez que conquistámos o poder, optámos por olhar a diversidade de cores e línguas, que outrora tinha sido usada para nos dividir, como uma fonte de

força. Assegurámos que a lei básica da nossa terra, a nossa Constituição e Lei dos Direitos, promovesse a unidade e desse especial atenção aos direitos económicos e sociais. O nosso caminho de integração não era novo, nem tinha sido escolhido à pressa. Durante décadas, o Congresso Nacional Africano promovera a unidade nacional e mesmo no auge da opressão, quando a interação racial levava à prisão e à morte, nunca desistimos do nosso objectivo de construir uma sociedade baseada na amizade e na bondade comum.

Agora, embora as leis já não imponham as antigas divisões, estas ainda são visíveis na vida económica e social, nas nossas zonas residenciais, nos nossos locais de trabalho e na crescente desigualdade entre ricos e pobres.

Quando assumimos o projecto de transformar a nossa sociedade, uma das nossas palavras de ordem era “não à privação”. O nosso objectivo era banir a fome, o analfabetismo e a falta de abrigo e garantir que todos tivessem acesso a comida, educação e alojamento. Considerávamos a liberdade inseparável da dignidade e da igualdade humana. Já foram lançadas as fun-

dações de uma vida melhor e a construção começou. Temos absoluta consciência de que a nossa liberdade e os nossos direitos só adquirirão o seu pleno significado quando conseguirmos, em conjunto, vencer as divisões e desigualdades do nosso passado e melhorar a vida de todos, especialmente dos pobres. Hoje, começamos a colher alguns dos frutos da sementeira feita no fim de uma fome sul-africana.

Há muita gente na comunidade internacional que, observando à distância o modo como a nossa sociedade desafiou os profetas da desgraça e as suas previsões de um conflito interminável, falou de milagre. Todavia, os que estiveram intimamente envolvidos na transição saberão que foi o resultado da decisão humana.



Nelson Mandela

Vencedor do Prémio Nobel da Paz de 1993

Criar um ambiente em que prosperem múltiplas identidades não é tarefa fácil. Começa com o encorajamento da liberdade cultural e da igualdade entre grupos nas oportunidades culturais, políticas e socioeconómicas. As pessoas devem ser livres de escolher o modo de se definirem e devem usufruir dos mesmos direitos e oportunidades que os seus vizinhos gozam. Este Relatório afirma que a principal esperança de harmonia reside na promoção das nossas múltiplas identidades.

MITO 3: A DIVERSIDADE CULTURAL É UM OBSTACULO AO DESENVOLVIMENTO

Não existe uma relação clara, boa ou má, entre diversidade e desenvolvimento. Um argumento a favor da eliminação de grupos culturais e do encorajamento da assimilação é que a diversidade cultural dificulta o desenvolvimento. Historicamente, uma das colunas dorsais ideológicas do estado-nação é que funciona muito mais eficazmente se tiver uma única identidade cultural.

Muito apoio a este argumento vem, hoje, da África Subsariana. Uma região rica em diversidade, mas a lutar com o crescimento económico e o desenvolvimento leva a especular que talvez seja a diversi-

dade a causa do problema. Mas a literatura revela uma distinção importante: os problemas não aparecem apenas quando grupos diferentes vivem juntos, mas também quando as tensões entre esses grupos levam a tomadas de decisão política ineficientes e a acesso desproporcionado de um ou mais grupos a recursos materiais e a favores políticos.⁸⁴

No Quênia, por exemplo, o presidente Daniel Arap Moi sucedeu a Jomo Kenyatta em 1978. Até 1988, a parte da construção de estradas nas “regiões natais” da coligação de Kenyatta foi um terço da que era no fim dos anos deste presidente, enquanto a construção de estradas nas regiões natais de Moi quase duplicou. A situação era semelhante em relação ao investimento na saúde, em 1988, que foi de 18% nas regiões da coligação de Kenyatta e de 49% nas regiões da coligação de Moi.⁸⁵

O caminho para o crescimento económico global, e para altos níveis de saúde e educação, é a formulação de políticas para o país e não para grupos de interesses. As políticas para grupos de interesses são um problema em todos os países e não só nos culturalmente diversificados. Na verdade, o objectivo das democracias é gerir interesses opostos através de um sistema político transparente e do diálogo aberto. Muitas democracias estabilizadas e prósperas estão

As tentativas para eliminar e assimilar grupos culturais diferentes não são apenas moralmente erradas – são muitas vezes ineficazes, aumentando as tensões

constantemente a equilibrar os interesses de grupos poderosos com os do país.

Em países culturalmente diversificados que têm um desempenho pobre, em que medida pode ser culpada a diversidade? Muitos dos países mais pobres enfrentam enormes barreiras: altos níveis de HIV/SIDA e malária, baixos níveis de educação, uma localização longe dos mercados mundiais. É claro que a resolução das tensões entre grupos não vai solucionar esses problemas. Veja-se o Botswana, um país homogêneo com uma situação política estável – e a mais elevada prevalência de HIV/SIDA no mundo.

Mais uma vez, a ideia de que a diversidade é má para o desenvolvimento é demolida pelas muitas histórias de sucesso de sociedades que reconhecem a diversidade. A Malásia, com uma população constituída por 62% de malaios e outros grupos indígenas, 30% de etnia chinesa e 8% de indianos, foi a 10ª economia com crescimento mais rápido no mundo durante o período de 1970-90, anos em que executou uma vasta gama de políticas de acção afirmativas.⁸⁶ A Índia geriu as suas diversas culturas com políticas pluralistas e 15 línguas oficiais – e fez progressos notáveis no crescimento económico e na saúde e educação.

Estas histórias de sucesso de países culturalmente diversificados apontam para a importância de políticas pluralistas. Na medida em que a diversidade cultural pode levar a tensões entre grupos e a tomadas de decisão política ineficientes, a solução reside na redução dessas tensões. Como este Relatório argumenta do princípio ao fim, as tentativas para eliminar e assimilar grupos culturais diferentes não são apenas moralmente erradas – são muitas vezes ineficazes, aumentando as tensões. Em vez disso, é necessário favorecer políticas pluralistas para incorporar pessoas com identidades culturais diferentes na sociedade.

Benefícios económicos da migração. Um caso especial da relação entre diversidade e desenvolvimento é a migração para os países mais desenvolvidos. Ao contrário de gerir a diversidade existente, aceitar migrantes económicos – ou fazer vista grossa aos imigrantes ilegais à procura de trabalho – é uma clara decisão política de aumentar a diversidade para gerar ganhos económicos.

O impacto positivo da migração no perfil demográfico envelhecido do Ocidente está por trás de abordagens mais brandas da migração económica. São

necessários grandes fluxos de imigrantes para os países manterem o quociente entre cidadãos trabalhadores e não trabalhadores – a União Europeia precisa de cerca de 3 milhões de imigrantes por ano, mais ou menos o dobro do número actual.⁸⁷ Os imigrantes também trazem competências empresariais – em 1995-98, 30% das novas empresas de Silicon Valley, na Califórnia, foram lançadas por imigrantes chineses e indianos (estas ideias estão mais desenvolvidas no capítulo 5).⁸⁸

E embora continue a discussão acerca da drenagem de cérebros dos países em desenvolvimento, as vantagens económicas da migração não são de sentido único. As remessas de emigrantes dispararam, com um valor de 80 mil milhões de dólares em 2002, ultrapassando a ajuda externa e proporcionando uma das maiores fontes de rendimentos para alguns países pobres.⁸⁹

Mas há vencidos e vencedores. As pessoas que já residem no país sentem-se ameaçadas pelos novos imigrantes e tratadas injustamente, através de percepções sobre um impacto depressivo nos salários e no emprego. Também se levantam questões fundamentais para os imigrantes. Necessários por causa do seu trabalho e não da sua cultura, as suas liberdades culturais muitas vezes não são protegidas. O capítulo 5 debruça-se sobre os delicados equilíbrios políticos para assegurar os benefícios da migração e, ao mesmo tempo, evitar tensões crescentes entre grupos dentro de um país e as consequências negativas que podem decorrer.

Diversidade e dinamismo através de uma troca de ideias. As sociedades diversificadas podem colher benefícios reais através do dinamismo e criatividade provenientes da interacção de diferentes grupos culturais. Esses efeitos não são fáceis de captar. São mais visíveis a nível internacional, onde os benefícios podem aumentar com as interacções entre países através do comércio e de uma partilha de experiências. Um elemento decisivo na emergência do Japão como uma das economias mais ricas do mundo foi uma reversão das políticas isolacionistas, com um firme empenho em “procurar conhecimento em todo o mundo”.^{90, 91} E o *Relatório Árabe do Desenvolvimento Humano 2003* identifica a falta de abertura a ideias como um dos factores principais que impedem o progresso naquela região.⁹²

Os efeitos no interior dos países podem ser semelhantes. Os Estados Unidos são o principal exemplo de um país fundado sobre a diversidade e a tolerância

cia, onde se seguiu um enorme sucesso económico. Os benefícios podem vir directamente da interacção entre grupos. E os negócios e empresários podem ser atraídos para cidades e sociedades onde a liberdade e a diversidade cultural prosperam. Um estudo da Brookings Institution conclui que 11 das áreas metropolitanas dos Estados Unidos com diversidade global mais elevada estão entre as 15 zonas de topo em alta tecnologia.⁹³ A implicação é que ambientes diversificados e tolerantes fomentam a criação e a inovação necessárias para indústrias de alta tecnologia.

DESAFIOS DE HOJE PARA A LIBERDADE CULTURAL

Este Relatório defende que as abordagens multiculturais da gestão da diversidade (ver quadro 2.2) não têm que terminar em conflito, fragmentação e fraco desenvolvimento. Na verdade, essas abordagens podem ajudar a evitar problemas reduzindo tensões antes que se tornem agudas. No plano geral, os argumentos a favor dessas políticas são claros. Mas para os decisores políticos as contradições, compromissos e choques com outros aspectos do desenvolvimento humano podem monopolizar a sua atenção.

Por exemplo, deveria Londres prover o ensino nas 300 línguas diferentes que os alunos das suas escolas estatais falam, quando há tanta procura de recursos noutros sítios? A acção afirmativa viola princípios de equidade? Como pode um Estado secular equilibrar as necessidades variadas de grupos religiosos? Estas são perguntas difíceis. Mas ignorar o problema não o fará desaparecer.

Nalgumas áreas, as políticas para o reconhecimento cultural não interferirão no desenvolvimento humano. Noutras, são precisas soluções políticas inovadoras para gerir os compromissos. Como os capítulos seguintes mostram, as tensões e as políticas de compromisso podem ser geridas, apesar do que pode sugerir o discurso actual, em particular onde os custos têm sido exagerados e os benefícios ignorados.

Num mundo em que cerca de 900 milhões de pessoas pertencem a grupos que experimentam alguma forma de exclusão cultural, promover a liberdade cultural é um enorme desafio. Quase o dobro das pessoas é discriminado ou prejudicado social, económica ou politicamente. O resto deste Relatório foca as questões políticas para enfrentar os desafios da liberdade cultural.



Construir democracias multiculturais

O capítulo 2 faz a crónica da eliminação generalizada da liberdade e da discriminação cultural com base na identidade cultural – étnica, religiosa e linguística. Como é que os Estados podem ser mais inclusivos? A democracia, o desenvolvimento equitativo e a coesão do Estado são essenciais. Mas também são necessárias políticas culturais que reconheçam explicitamente as diferenças culturais. Mas há resistência a essas políticas porque as elites dirigentes querem manter o seu poder e, por isso, apostam nos pressupostos falsos dos “mitos” pormenorizados no capítulo 2. E essas políticas são postas em causa por serem antidemocráticas e injustas. Este capítulo defende que as políticas multiculturais não só são desejáveis, mas também viáveis e necessárias. Que as pessoas podem ter identidades múltiplas e complementares. Que as culturas, longe de serem fixas, estão a evoluir constantemente. E que podem ser atingidos resultados equitativos reconhecendo diferenças culturais.

Este capítulo também defende que os Estados podem formular políticas de reconhecimento cultural de modo a não contradizer outros objectivos e estratégias do desenvolvimento humano, como consolidar a democracia, construir um Estado capaz e promover oportunidades socioeconómicas mais iguais. Para isso, os Estados precisam de reconhecer as diferenças culturais na sua constituição, nas suas leis e nas suas instituições.¹ Também precisam de formular políticas para assegurar que os interesses de grupos particulares – sejam eles minorias ou maiorias historicamente marginalizadas – não são ignorados ou menosprezados pela maioria, ou por outros grupos dominantes.²

RESOLVER OS DILEMAS DO ESTADO COM O RECONHECIMENTO DA DIFERENÇA CULTURAL

Prosseguir políticas multiculturais não é fácil – dadas as complexidades e os *trade-offs* controversos – e os adversários dessas políticas criticam as intervenções multiculturais em diversos aspectos. Uns acreditam

que essas políticas minam a construção de um Estado-nação coeso, com uma identidade cultural homogénea, o projecto político dominante do século XX. A maioria dos Estados influenciados por este pensamento estava profundamente empenhada em promover uma identidade nacional única e homogénea, com um sentido partilhado da história, valores e crenças. O reconhecimento da diversidade etnocultural, em especial de grupos e minorias organizados, politicamente activos e culturalmente diferenciados, era visto como uma séria ameaça à unidade do Estado, desestabilizadora da unidade política e social conseguida após lutas históricas³ (Destaque 3.1). Outros críticos, muitas vezes liberais clássicos, argumentam que as distinções de grupo – como lugares reservados nos parlamentos para grupos étnicos, vantagens especiais no acesso a empregos, ou o uso de símbolos religiosos – contradizem princípios de igualdade individual.

As questões em jogo tornam-se mais complicadas pelas exigências de reconhecimento cultural de grupos que, internamente, não são democráticos ou representativos da totalidade dos seus membros, ou por exigências que restringem em vez de expandirem as liberdades. As exigências de continuação das práticas tradicionais – como as hierarquias de castas na sociedade hindu – podem reflectir os interesses do grupo dominante na intenção de preservar fontes tradicionais de poder e autoridade, em vez dos interesses de todos os membros do grupo.⁴ Ao legitimar essas reivindicações poderia correr-se o risco de consolidar práticas antidemocráticas em nome da “tradição” e da “autenticidade”.⁵ Responder a estes tipos de reivindicações políticas constitui um desafio contínuo.

Em todo o mundo, essas exigências de reconhecimento cultural e as reacções críticas que elas suscitam, também reflectem injustiças e desigualdades históricas. Em grande parte do mundo em desenvolvimento, as complicações contemporâneas da identidade cultural estão interligadas com longas histórias de regime colonial e com as suas conse-

Como é que os Estados podem ser mais inclusivos? A democracia, o desenvolvimento equitativo e a coesão do Estado são essenciais. Mas também são necessárias políticas culturais que reconheçam explicitamente as diferenças

Destaque 3.1 Unidade do Estado ou identidade etnocultural? Não é uma escolha inevitável

Historicamente, os Estados têm tentado estabelecer e aumentar a sua legitimidade política através de estratégias de construção da nação. Procuraram garantir os seus territórios e as suas fronteiras, expandir o alcance administrativo das suas instituições e adquirir a lealdade e a obediência dos seus cidadãos através de políticas de assimilação ou integração. Atingir esses objectivos não foi fácil, especialmente num contexto de diversidade cultural, onde os cidadãos, além da sua identificação com o país, também podem ter um forte sentimento de identidade com a sua comunidade – étnica, religiosa, linguística, etc.

A maioria dos Estados receava que o reconhecimento dessa diferença pudesse levar à fragmentação social e prevenir a criação de uma sociedade harmoniosa. Em suma, essa política de identidade foi considerada uma ameaça à unidade do Estado. Além disso, conciliar essas diferenças é um desafio político e, por isso, muitos Estados recorreram à eliminação dessas diversas identidades, ou então, ignoraram-nas no domínio político.

As políticas de assimilação – envolvendo muitas vezes a completa eliminação das identidades de grupos étnicos, religiosos ou linguísticos – tentam corroer as diferenças culturais entre grupos. As políticas de integração procuram afirmar uma identidade nacional única, tentando eliminar as diferenças etnonacionais e culturais da arena pública e política, mas permitindo-as no domínio privado.¹ Ambos os conjuntos de políticas assumem uma identidade nacional singular.

Estratégias de construção da nação que privilegiam identidades singulares

As estratégias de assimilação e de integração tentam estabelecer identidades nacionais singulares através de várias intervenções:²

- Centralização do poder político, eliminando formas de soberania ou autonomia locais de que beneficiam, historicamente, os grupos minoritários, para que todas as decisões importantes sejam tomadas em foros onde o grupo dominante é maioritário.
- Construção de um sistema legal e judicial unificado, funcionando na língua do grupo dominante e segundo as suas tradições legais, e abolição de quaisquer sistemas legais preexistentes usados por grupos minoritários.
- Adopção de leis da língua oficial, que definem a língua do grupo dominante como a única língua nacional oficial a ser usada na burocracia, tribunais, serviços públicos, exército, ensino superior e outras instituições oficiais.
- Construção de um sistema nacional de ensino obrigatório, promovendo currículos normalizados e o ensino da língua, literatura e história do grupo dominante e definindo-as como língua, literatura e história “nacionais”.
- Difusão da língua e cultura do grupo dominante através de instituições culturais nacionais, in-

cluindo meios de comunicação e museus públicos dirigidos pelo Estado.

- Adopção de símbolos do Estado celebrando a história, os heróis e a cultura do grupo dominante, reflectida em coisas como a escolha dos feriados nacionais, ou a atribuição de os nomes às ruas, edifícios e características geográficas.
- Confisco de terras, florestas e pesqueiros de grupos minoritários e povos indígenas, declarando-os como recursos “nacionais”.
- Adopção de políticas de povoamento, encorajando os membros do grupo nacional dominante a fixarem-se em áreas onde os grupos minoritários residiam historicamente.
- Adopção de políticas de imigração, dando preferência aos imigrantes que partilham a mesma língua, religião ou etnicidade do grupo dominante.

Estas estratégias de assimilação e integração funcionaram, por vezes, para assegurar a estabilidade política, mas correndo o risco de terríveis custos humanos e da negação da escolha humana. Nos casos piores, a assimilação coerciva envolveu ataques genocidas e expulsão de certos grupos. Em casos menos extremos, estas estratégias envolveram muitas formas de exclusão cultural, como está documentado no capítulo 2, que tornaram difícil às pessoas manterem o seu modo de vida, língua e religião, ou transmitir os seus

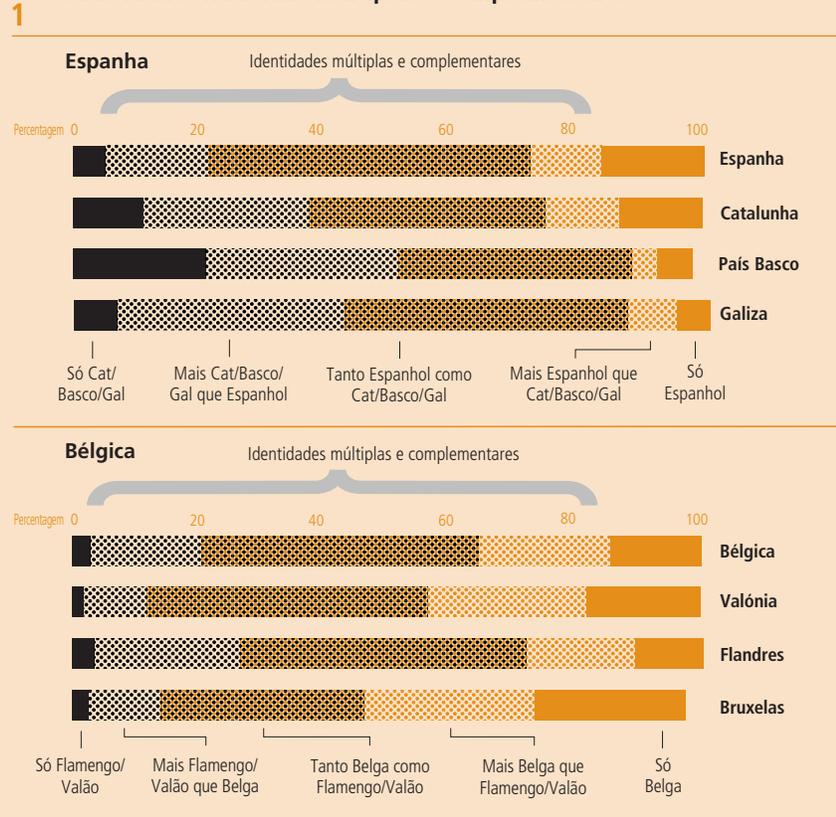
valores aos filhos. As pessoas sentem essas coisas fortemente e, por isso, os ressentimentos inflamam-se com frequência. No mundo de hoje, com o crescimento da democratização e das redes mundiais, as políticas que negam as liberdades culturais são cada vez menos aceitáveis. As pessoas são cada vez mais afirmativas em relação aos protestos contra a assimilação sem escolha.

As políticas de assimilação eram mais fáceis de prosseguir com populações camponesas analfabetas, como no caso da reforma linguística da Turquia, em 1928, que propagou uma única língua e uma única escrita. Mas com a rápida disseminação de uma cultura de direitos humanos universais, essas condições estão a desaparecer rapidamente. Os esforços para impor essa estratégia seriam, hoje, fortemente postos em causa. Em qualquer caso, a evidência histórica sugere que não tem de haver contradição entre um compromisso com uma identidade nacional e o reconhecimento de identidades étnicas, religiosas e linguísticas diversificadas.³

Apoiar identidades múltiplas e complementares

Se a constituição de um país insiste na noção de um único povo, como em Israel e na Eslováquia, torna-se difícil encontrar o espaço político para articular as exigências de outras minorias étnicas, religiosas, ou linguísticas e de povos indígenas. As constituições

Figura 1 Identidades nacionais múltiplas e complementares



que reconhecem identidades múltiplas e complementares, como na África do Sul,⁴ permitem o reconhecimento político, cultural e socioeconómico de grupos distintos.

Um olhar rápido à volta do mundo mostra que a identidade nacional não tem de implicar uma única identidade cultural homogénea. Os esforços para impor uma podem levar a tensões e conflitos sociais. Um Estado pode ser multiétnico, multilingue e multi-religioso.⁵ Pode ser explicitamente binacional (Bélgica) ou multiétnico (Índia). Os cidadãos podem ter, simultaneamente, um compromisso sólido com a sua identidade estatal e com a sua própria identidade cultural (ou nacional distinta).⁶

A Bélgica e a Espanha mostram como as políticas apropriadas podem fomentar identidades múltiplas e complementares (figura 1). Políticas apropriadas – empreendidas pela Bélgica, desde a década de 1830 e pela Espanha, desde a Constituição de 1978 – podem diminuir a polarização entre grupos dentro da sociedade, com a maioria dos cidadãos a afirmar, agora, identidades múltiplas e complementares.

Obviamente, se as pessoas só sentissem lealdade e afecto em relação ao seu próprio grupo, até o maior dos Estados poderia desmoronar-se – veja-se a antiga Jugoslávia. Países como a Islândia, Coreia do Sul e Portugal estão perto do ideal de um estado-nação culturalmente homogéneo. Mas com o tempo, até países

conhecidos pela sua homogeneidade podem ser desafiados por ondas de imigração, como aconteceu na Holanda e na Suécia.

Promover a confiança, apoio e identificação entre todos os grupos para construir um “estado-nação” democrático

A solução poderá ser a construção de instituições e políticas que permitam, ao mesmo tempo, um governo próprio, que crie um sentido de pertença e um orgulho no grupo étnico de cada um, e um poder partilhado, que crie ligações a um conjunto de instituições e símbolos comuns. Uma alternativa ao estado-nação é, então, a “nação-estado”, em que várias “nações” – sejam elas identidades étnicas, religiosas, linguísticas, ou indígenas – podem coexistir pacífica e cooperativamente numa única organização política do Estado.⁷

Estudos e análises de casos demonstram que podem ser estabelecidas democracias resistentes em organizações políticas multiculturais. São necessários esforços explícitos para acabar com a exclusão cultural de grupos diversificados (como é evidenciado nos casos espanhol e belga) e para construir identidades múltiplas e complementares. Essas políticas compreensivas dão incentivos para construir um sentimento de unidade na diversidade – um sentimento de “nós”. Os cidadãos podem encontrar o espaço insti-

tucional e político para se identificarem, quer com o seu país, quer com as suas outras identidades culturais, para construírem a sua confiança nas instituições comuns e para apoiarem e participarem na política democrática. Tudo isto são factores fundamentais para a consolidação e aprofundamento das democracias e para a construção de “nações-estado” resistentes.

A constituição da Índia incorpora esta noção. Embora a Índia seja culturalmente diversificada, inquéritos comparativos de democracias há muito estabilizadas, incluindo a Índia, mostram que ela tem sido muito coesa, a despeito da diversidade. Mas a Índia moderna está a enfrentar um desafio crítico ao seu compromisso constitucional de identidades múltiplas e complementares, com o aparecimento de grupos que procuram impor uma única identidade hindu no país. Essas ameaças minam o sentido de inclusão e violam os direitos das minorias na Índia de hoje.⁸ A recente violência comunitária suscita fortes preocupações com as perspectivas relativas à harmonia social e ameaça minar as anteriores realizações do país.

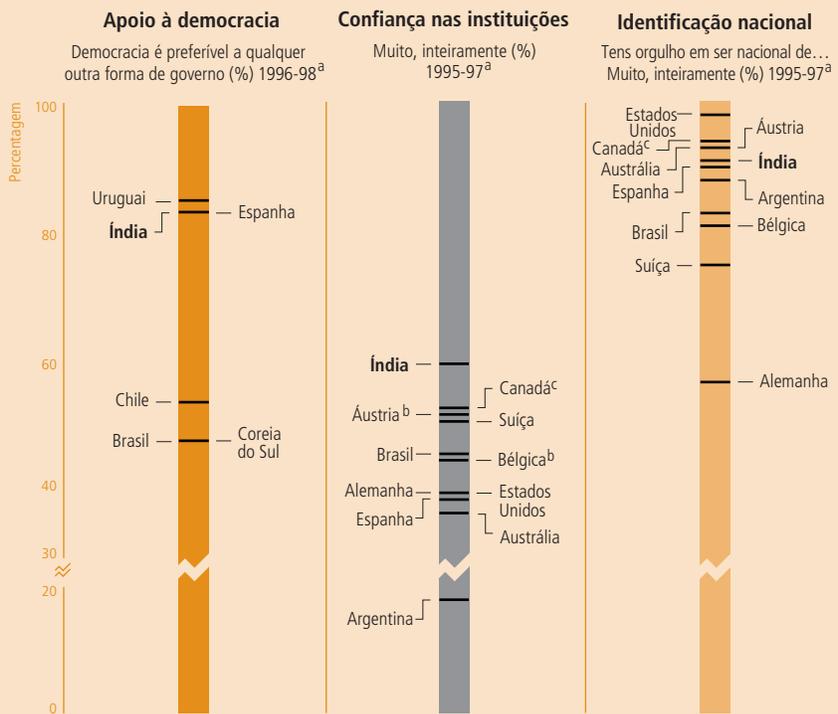
Essas realizações foram consideráveis. Historicamente, o projecto constitucional da Índia reconheceu e respondeu às reivindicações de grupos distintos e permitiu que se mantivesse a organização política, apesar da enorme diversidade regional, linguística e cultural.⁹ Como é visível no desempenho da Índia em indicadores de identificação, confiança e apoio (figura 2), os seus cidadãos estão profundamente comprometidos com o país e a democracia, apesar da sociedade diversificada e altamente estratificada do país. Esse desempenho é particularmente impressionante quando comparado com o de outras democracias há muito estabilizadas – e mais ricas. O desafio está em revigorar o empenhamento da Índia em práticas de pluralismo, harmonização institucional e resolução de conflitos através de meios democráticos.

O reconhecimento dos defeitos dos exercícios históricos de construção nacional e dos benefícios de identidades múltiplas e complementares é decisivo para a construção de uma democracia multicultural. Também importantes são os esforços para construir as lealdades de todos os grupos da sociedade, através da identificação, confiança e apoio.

A coesão nacional não exige a imposição de uma identidade única e a denúncia da diversidade. Estratégias bem sucedidas de construção de “nações-estado” podem e devem conciliar construtivamente a diversidade, com políticas compreensivas de reconhecimento cultural habilmente construídas. São soluções eficazes para garantir, a mais longo prazo, os objectivos de estabilidade política e harmonia social.

Fonte: Bhargava 2004; Spellina 2004; Stepan, Linz e Yadav 2004.

Figura 2 **Confiança, apoio e identificação: países pobres e diversificados podem dar-se bem com políticas multiculturais**



Nota: Percentagens excluem as respostas “não sabe/não responde”. a. O ano mais recente disponível durante o período indicado. b. Os dados referem-se a 1992. c. O ano mais recente durante o período 1990-93.

Reparar a exclusão cultural das minorias e de outros grupos marginalizados exige políticas multiculturais explícitas para garantir o reconhecimento cultural.

quências sociais. A visão colonial dos grupos culturais como categorias fixas, formalizada através de políticas coloniais de dividir para reinar (categorias raciais e étnicas nas Caraíbas⁶, ou categorias religiosas no Ásia do Sul, por exemplo), continuam a ter profundas consequências.⁷ Os Estados contemporâneos não podem esperar resolver estes problemas sem uma avaliação dos legados históricos do racismo, da escravatura e da conquista colonial.

Mas se as políticas culturais devem, assim, enfrentar a complexidade e os desafios do equilíbrio entre o reconhecimento cultural e a unidade do Estado, há soluções possíveis bem sucedidas (ver destaque 3.1). Muitos Estados acolheram grupos diversos e aplicaram-lhes as suas liberdades culturais sem comprometerem a sua unidade ou integridade territorial. As intervenções políticas para minimizar identidades políticas exclusivas e conflituais evitaram muitas vezes o conflito violento, ou ajudaram a pôr-lhe termo. As políticas de conciliação multicultural também melhoraram a capacidade do Estado e promoveram a harmonia social, reforçando identidades múltiplas e complementares.

Reparar a exclusão cultural das minorias e de outros grupos marginalizados exige mais do que prover as suas liberdades cívicas e políticas através de ins-

trumentos de democracia maioritária e de políticas socioeconómicas equitativas.⁸ Exige políticas multiculturais explícitas para garantir o reconhecimento cultural.⁹ Este capítulo explora o modo como os Estados estão a integrar o reconhecimento cultural nas suas estratégias de desenvolvimento humano, em cinco áreas:

- Políticas para assegurar a participação política de grupos culturais diversos.
- Políticas sobre religião e prática religiosa.
- Políticas sobre direito consuetudinário e pluralismo legal.
- Políticas sobre o uso de múltiplas línguas.
- Políticas para reparar a exclusão socioeconómica.

POLÍTICAS PARA ASSEGURAR A PARTICIPAÇÃO POLITICA DE GRUPOS CULTURAIS DIVERSOS

Muitas minorias e outros grupos historicamente marginalizados são excluídos do verdadeiro poder político e sentem-se assim alienados do Estado (capítulo 2). Nalguns casos, a exclusão deve-se a uma falta de democracia, ou a uma negação de direitos políticos. Se assim for, será útil caminhar para a democracia. Mas é preciso algo mais, porque mesmo quando os membros desses grupos têm direitos políticos iguais numa democracia, podem estar consistentemente sub-representados, ou em minoria de votos e, assim, considerar o governo central estranho e opressivo. Não surpreende que muitas minorias resistam a regimes estranhos e opressivos e procurem mais poder político. É por isso que muitas vezes é preciso um conceito multicultural de democracia. Nos últimos anos, foram desenvolvidos vários modelos de democracias multiculturais, que fornecem mecanismos eficazes de partilha do poder entre grupos culturalmente diferentes. Esses arranjos são cruciais para assegurar os direitos dos grupos culturalmente diferentes e para prevenir violações desses direitos por imposição maioritária, ou por dominação política da elite dirigente.

São aqui consideradas duas grandes categorias de arranjos democráticos, através das quais grupos culturalmente diferentes e minorias podem partilhar o poder em processos políticos e instituições estatais. A primeira envolve a partilha territorial do poder através do federalismo e das suas várias formas. Os arranjos federais envolvem a criação de subunidades territoriais dentro de um Estado, onde as minorias poderão exercer uma autonomia considerável

CAIXA 3.1

Esboço de um guia do federalismo

O federalismo é um sistema de organização política baseado num equilíbrio constitucionalmente garantido entre governo partilhado e governo próprio. Envolve pelo menos dois níveis de governo – uma autoridade central e as suas unidades regionais constituintes. As unidades constituintes gozam de autonomia e poder em matérias constitucionalmente definidas – também podem desempenhar um papel na concepção das políticas do governo central. O grau e o âmbito da autonomia varia grandemente. Alguns países, como o Brasil, concedem poderes consideráveis às suas regiões. Outros, como a Argentina, mantêm um controlo dominante no centro.

Algumas outras distinções importantes:

Juntar ou unir. Nos arranjos federais de tipo “juntar”, como na Austrália e na Suíça, as regiões optam por formar uma única organização política federal. Nos arranjos de tipo “unir”, como na Bélgica, no Canadá e em Espanha, o governo central transfere autoridade política para as regiões para manter um único estado unificado.

Uma identidade ou muitas. Federações “mononacionais” ou “nacionais” afirmam uma única identidade nacional, como na Austrália, Áustria e Alemanha. Federações “multinacionais”, como a Malásia e a Suíça, reconhecem constitucionalmente múltiplas identidades. Outros Estados conjugam as duas. A Índia e a Espanha afirmam uma única identidade nacional, mas reconhecem aspectos plurais da sua constituição política heterogénea – digamos, conciliando grupos linguísticos diversos.

Simétrico ou assimétrico. No federalismo simétrico, as unidades constituintes têm poderes idênticos – isto é, simétricos –, relações e obrigações para com a autoridade central e de umas com as outras, como na Austrália. No federalismo assimétrico, algumas províncias gozam de poderes diferentes. No Canadá, por exemplo, os poderes federais assimétricos forneceram um modo de reconciliar o Quebec com o sistema federal, atribuindo-lhe poderes específicos ligados à protecção e à promoção da língua e da cultura franco-canadiana.

Fonte: Stepan 2001.

(caixa 3.1). Esta forma de arranjo da partilha do poder é relevante onde as minorias estão territorialmente concentradas e onde têm uma tradição de autogoverno, de que não estão dispostas a abdicar.

A segunda categoria de arranjos envolve a partilha do poder através de consociações, usando uma série de instrumentos para garantir a participação de grupos culturalmente diversos e dispersos por todo o país. Esses arranjos resolvem as reivindicações feitas por grupos que não estão territorialmente concentrados, ou que não pedem autonomia ou autogoverno. As consociações baseiam-se no princípio da proporcionalidade: a composição étnica ou cultural da sociedade é espelhada proporcionalmente nas instituições do Estado. Chegar à proporcionalidade exige mecanismos e políticas específicas. Arranjos eleitorais como a representação proporcional podem reflectir melhor a composição do grupo, tal como o uso de quotas e assentos reservados no governo e no parlamento.

Tanto o tipo federal, como o tipo consociativo de arranjos da partilha do poder são vulgares em todo o mundo. Nenhum deles é uma panaceia, mas há muitos exemplos bem sucedidos de ambos. Este capítulo analisa um tipo particular de arranjo federal e alguns mecanismos específicos de consociação, que são particularmente adequados para possibilitar a participação política de grupos culturais diversos.

PARTILHA DO PODER ATRAVÉS DE ARRANJOS FEDERAIS: FEDERALISMO ASSIMÉTRICO

O federalismo proporciona formas práticas para gerir conflitos em sociedades multiculturais¹⁰ através de instituições democráticas e representativas – e para habilitar as pessoas a viverem juntas, mesmo mantendo a sua diversidade.¹¹ Por vezes, as exigências políticas de grupos culturalmente diferentes podem ser conciliadas reconhecendo, explicitamente, a diversidade de grupos e tratando regiões particulares de modo diferente de outras em matérias específicas. Nos sistemas federais “assimétricos”, os poderes concedidos às subunidades não são idênticos. Algumas regiões têm áreas de autonomia diferentes das outras. Os Estados federais podem, assim, conciliar algumas subunidades reconhecendo diferenças específicas nas suas estruturas políticas, administrativas e económicas, como fez a Malásia quando os Estados de Sabah e Sarawak, de Bornéu, aderiram à federação, em 1963. Isto permite maior flexibilidade para responder a exigências diferentes e conciliar a diversidade. Estas medidas

especiais permitem que as diferenças do grupo territorialmente concentrado coexistam politicamente com a autoridade central, reduzindo assim choques violentos e exigências de secessão.

Há vários exemplos florescentes de entidades como essas. Quase todas as democracias pacíficas, duradouras e etnicamente diversificadas, não só são federais, como também assimétricas. A Bélgica está dividida em três regiões (a valoa, a flamenga e a região de Bruxelas-capital), duas criadas de acordo com critérios linguísticos (a região valoa para falantes de francês e alemão e a região flamenga para falantes de holandês). A federação Suíça também engloba diferentes identidades linguísticas e culturais.

Em Espanha, foi atribuído o estatuto de “comunidades autónomas” ao País Basco, Catalunha, Galiza e mais 14 outras entidades. Foi concedido às comunidades uma ampla e muito variável gama de poderes autónomos em áreas como a cultura, educação, língua e economia. Às três regiões históricas foram dadas diferentes áreas de autonomia e de autogoverno. Ao País Basco e Navarra foram concedidos poderes fiscais e de investimento explícitos, que vão além dos poderes das outras comunidades autónomas. A vontade da Espanha conciliar as diferentes exigências das suas regiões ajudou a mitigar conflitos e movimentos separatistas. Essas intervenções pró-ativas ajudaram a promover a aceitação de múltiplas identidades e a marginalizar as identidades exclusivas – unicamente basca, galega, catalã ou espanhola (ver destaque 3.1).

Contudo, muitas federações falharam.¹² Os arranjos federais que tentaram criar subterritórios mononacionais etnicamente “puros” ruíram em muitas partes do mundo. A Jugoslávia é um exemplo proeminente. Os arranjos federais não eram democráticos. As unidades da federação tinham sido “juntadas” e eram governadas com partilhas altamente desiguais de poder político e económico entre os grupos fundamentais, um arranjo que promoveu o conflito étnico, acabando por se transformar num conflito territorial e por conduzir ao desmoronamento da federação. Este colapso é, por vezes, atribuído a um desenho federal defeituoso, que fracassou no estabelecimento de processos livres e democráticos e de instituições que permitissem aos grupos étnicos articular múltiplas identidades e construir complementaridade. Em vez disso, reforçou as exigências de separação, acabando assim em desintegração política.

*Vários modelos de
democracias
multiculturais fornecem
mecanismos eficazes de
partilha de poder entre
grupos culturalmente
diferentes*

O sucesso dos arranjos federais depende de um desenho cuidadoso e da vontade política de melhorar o funcionamento democrático do sistema

O sucesso dos arranjos federais depende de um desenho cuidadoso e da vontade política de melhorar o funcionamento democrático do sistema. O que importa é se os arranjos conciliam diferenças importantes, se bem que reforçando as lealdades nacionais. Por exemplo, as estruturas federais que correspondem meramente a exigências de designação de repúblicas internas “exclusivas” ou “mononacionais” para grupos étnicos, podem ir contra a ideia de identidades múltiplas e complementares. Esses acordos políticos e as concessões comunitárias que não promovem a lealdade às instituições comuns podem introduzir tendências divisivas na comunidade política, as quais apresentam desafios contínuos, como no caso da Nigéria (caixa 3.2).

Além disso, a história mostra que o federalismo assimétrico, quando introduzido suficientemente cedo, pode ajudar a reduzir a probabilidade de movimentos secessionistas violentos. A prevenção do conflito violento através de vários arranjos federais introduzidos nas primeiras fases de movimentos se-

cessionistas emergentes vale, frequentemente, muito mais do que os custos administrativos que esses arranjos implicam.¹³

Muitos Estados receiam que o autogoverno, ou “autonomia administrativa”, possa minar a sua unidade e integridade. Todavia, muitos Estados concederam autonomia territorial sem consequências negativas. Esses esforços para melhorar a representação e a participação dos grupos evitaram, por vezes, a violência política e movimentos secessionistas. Por exemplo, depois de décadas de luta, o povo das Primeiras Nações do Norte do Canadá negociou um acordo político¹⁴ com o governo federal para criar o território autogovernado de Nunavut, em 1999.¹⁵ No Panamá, vários povos indígenas – os Bri Bri, Bugle, Embera, Kuna, Naso, Ngobe e Wounaan – constituíram regiões semi-autônomas governadas por conselhos locais.

O artigo 1 do Convênio Internacional sobre os Direitos Cívicos e Políticos exprime o acordo mundial em que “Todos os povos têm o direito à autodeterminação. Em virtude desse direito, determinam livre-

CAIXA 3.2

O desafio do federalismo: trajetória política conturbada e perspectivas da Nigéria

A Nigéria abriga mais de 350 grupos étnicos, mas mais de metade dos 121 milhões de pessoas pertencem a três grupos principais: os Haúças-Fulanis, muçulmanos do Norte; os Iorubas, no Sudoeste, seguidores tanto da fé cristã como da islâmica; e os Ibo, no Sudeste, a maioria dos quais são cristãos. Grupos mais pequenos têm vindo a agregar-se em torno destes três, criando políticas instáveis e etnicamente divisivas.

É o maior país da África e tem uma história política conturbada, marcada por golpes de estado militares e governos civis fracassados. O país teve governos militares durante 28 dos seus 44 anos de independência. A Nigéria está a tentar garantir que o seu regresso ao regime civil, após 16 anos de ditadura sob o regime Abacha, seja um processo genuíno de consolidação democrática.

A Constituição de 1999 enfrenta, quer as preocupações de um centro excessivamente poderoso, quer as preocupações paroquiais a nível dos estados, bem como a dinâmica malsã de favores políticos, procura de renda e de concorrência entre esses níveis. Institui várias reformas, incluindo:

- A dissolução gradual dos três regimes federais herdados da era colonial, substituindo-os por um sistema descentralizado de 36 estados e 775 governos locais. As três regiões foram transformadas em quatro, em 1963. As 4 regiões tornaram-se 12 estados, em 1967, 19 em 1976, 21 em 1987, 30 em

1991 e 36 em 1999. A esperança era de que isso encorajasse lealdades e alianças étnicas mais flexíveis. Mais imediatamente, esta expansão da estrutura federal ajudou a conter disputas étnicas locais, difundindo o poder dos três principais grupos étnicos e prevenindo o domínio absoluto dos mais de 350 grupos minoritários mais pequenos.

- A concepção de regras eleitorais para produzir governos que gozem de apoio amplamente nacional e maioritário. Nas eleições de 1979-83 para a Segunda República, um candidato presidencial com uma pluralidade de votos só podia ser declarado vencedor depois de obter pelo menos 25% dos votos em dois terços dos estados. A Constituição de 1999 actualizou a regra do limiar: para concorrer às eleições, um partido tem de assegurar pelo menos 5% dos votos expressos em pelo menos 25 dos 36 estados, nas eleições do governo local. Embora a regra do limiar relativa à formação de partidos tenha sido revogada em 2003, a regra do limiar para declarar um partido vencedor, e assim formar governo, mantém-se, encorajando a formação de partidos multiétnicos. Muitas outras questões das relações federais introduzidas pela Constituição de 1999 continuam a ser fortemente contestadas, incluindo as que respeitam aos rendi-

mentos, direitos de propriedade, códigos legais e prerrogativas dos estados.

- A instituição de políticas de acção afirmativa na educação e no funcionalismo público. Isso chegou a incluir a rotação da presidência entre seis zonas geopolíticas: noroeste, nordeste, centro-norte, sudoeste, sudeste e centro-sul; bem como a nomeação de pelo menos um ministro federal de cada um dos 36 estados, segundo o princípio da divisão em zonas. Estas medidas proporcionam um enquadramento funcional para a distribuição económica, que tenta evitar excessos unitários e centralizadores e a dominação pelo centro.

O regresso da democracia tem reanimado identidades regionais, étnicas, religiosas e locais e intensificado a mobilização comunitária. Isso levou à violência social que submergiu o país desde o regresso ao regime civil, conflitos que antes eram coercivamente suprimidos pelos regimes militares. A estabilidade política na Nigéria ainda é ameaçada por grandes desigualdades socioeconómicas estruturais entre o Norte e o Sul, pelo alto nível de dependência do Estado em relação às receitas do petróleo recebidas a nível federal e pela intensa concorrência e corrupção da vida pública ligadas à sua distribuição; e pela questão não resolvida da rotação da presidência entre as seis zonas etnopolíticas, o que tem incitado à violência e a clivagens étnicas. Os desafios são tremendos – e contínuos.

Fonte: Bangura 2004; Lewis 2003; Rotimi 2001.

mente o seu estatuto político e prosseguem livremente o seu desenvolvimento económico, social e cultural”. A aplicação deste princípio a povos no interior de Estados independentes e a povos indígenas continua a ser controversa. As constituições de países como o México e as Filipinas deram alguns passos no sentido de reconhecer os direitos dos povos indígenas à autodeterminação, mas outras evitam fazê-lo.

Um dos instrumentos legais que os povos indígenas têm usado para se mobilizarem à volta destas questões é a Convenção (169) da Organização Internacional do Trabalho Relativa aos Povos Indígenas e Tribais nos Países Independentes, aprovada em 1989 e aberta a ratificações desde 1990.¹⁶ Em 2003 tinha apenas 17 signatários – Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Dinamarca, Equador, Fiji, Guatemala, Holanda, Honduras, México, Noruega, Paraguai, Peru, República Dominicana e Venezuela.¹⁷ O Congresso do Chile tem votado contra várias iniciativas neste sentido. A Organização da Unidade Africana aprovou a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, mas o termo “povo” não está definido em parte nenhuma.

Outro sinal de que estas lutas pelo reconhecimento cultural entraram no debate mundial são as últimas reuniões do Fórum Permanente sobre Questões Indígenas nas Nações Unidas. Os desenvolvimentos políticos parecem estar concentrados em regiões do mundo que reconheceram explicitamente as reivindicações de povos indígenas que se mobilizaram para contestar a sua exclusão. Há quem considere essas mobilizações como politicamente desagregadoras – e as suas versões violentas e reacionárias podem sê-lo – mas esses movimentos também reflectem maior consciência de liberdade cultural. Os Estados não podem continuar a ignorar ou eliminar essas reivindicações.

Tem havido algumas iniciativas imaginosas para conceder autonomia e autogoverno, em particular quando se trata de grupos que se estendem para além das fronteiras nacionais. Um exemplo é o Conselho de Cooperação em questões dos Sami, criado conjuntamente pela Finlândia, Noruega e Suécia.

PARTILHA DE PODER ATRAVÉS DE CONSOCIAÇÕES: PROPORCIONALIDADE E ARRANJOS ELEITORAIS REPRESENTATIVOS

A consociação aplica o princípio da proporcionalidade em quatro áreas fundamentais: através da par-

tilha do poder executivo, representação proporcional em sistemas eleitorais, disposições a favor da autonomia cultural e das salvaguardas na forma de vetos mútuos. Estes instrumentos podem ajudar a prevenir que um segmento da sociedade imponha os seus pontos de vista a outro. Na sua forma mais eficaz, podem ajudar a reflectir a composição cultural diversificada de uma sociedade nas suas instituições do Estado. Os arranjos de consociação são por vezes acusados de antidemocráticos porque são vistos como um instrumento de domínio da elite, através da cooptação da oposição, ou de grupos vulneráveis.¹⁸ Mas não têm de envolver uma “grande coligação” de partidos: apenas exigem representação transversal da comunidade no governo e no parlamento. O desafio é assegurar que nem o autogoverno (para as minorias), nem o poder partilhado (do Estado como um todo) prevaleçam um sobre o outro. Estes arranjos também têm de ser abordados através de políticas prudentes e responsáveis.

Esta secção foca dois mecanismos de consociação – partilha do poder executivo e representação proporcional – que previnem o domínio de uma comunidade maioritária.¹⁹ Do ponto de vista constitucional, medidas que privilegiem as minorias em processos eleitorais levantam questões de igualdade de tratamento. Mas as minorias pequenas e disseminadas não têm nenhuma possibilidade de estar representadas em democracias maioritárias sem ajuda. A partilha do poder executivo pode proteger os seus interesses. A proporcionalidade em tais arranjos políticos e executivos espelha a composição diversificada da sociedade nas suas instituições estatais.

Belize, Guiana, Suriname e Trindade e Tobago usam, há muito, mecanismos de partilha do poder para resolver divisões raciais e étnicas, com diferentes graus de êxito.²⁰ Os mecanismos envolvem elementos de autonomia (autogoverno para cada comunidade) e de integração (governo conjunto de todas as comunidades). O poder político é partilhado nos governos, parlamentos e (em princípio) no poder judicial.²¹

É preciso ter cuidado para garantir que não é sabotado o potencial de uma minoria conquistar o número adequado de assentos – como na Irlanda do Norte. Durante o tempo do “autonomia administrativa”, de 1920 a 1972, os círculos eleitorais eram repetidamente definidos de forma arbitrária, para desfavorecer os partidos nacionalistas católicos e outros e favorecer o Partido Unionista do Ulster, domi-

Outro sinal de que estas lutas pelo reconhecimento cultural entraram no debate mundial são as últimas reuniões do Fórum Permanente sobre Questões Indígenas nas Nações Unidas

A exclusão pode ser menos directa e talvez até involuntária, como quando o calendário público não reconhece feriados religiosos de uma minoria

nante, que governou ininterruptamente, muitas vezes sem ter em conta os interesses da minoria nacionalista. Isso acabou por provocar uma reacção duradoura de conflito e violência. O Acordo de Sexta-feira Santa, de 1998, procurou evitar a repetição desta história. O acordo apela para que decisões fundamentais da Assembleia da Irlanda do Norte sejam tomadas numa “base transcomunitária”. Isso exige o consentimento paralelo de ambos os blocos, separadamente, ou numa maioria ponderada de 60% de votos, com 40% de votantes de cada bloco.²² A ideia é que nenhuma decisão importante possa ser tomada sem apoio de ambos os lados, proporcionando um enquadramento para a negociação.

Na Bélgica, a Assembleia e o Senado estão divididos em grupos linguísticos – um grupo de expressão holandesa e um de expressão francesa, com o grupo de expressão alemã definido como parte do grupo francês. Certas questões fundamentais têm de ser decididas por uma maioria em cada grupo e por uma maioria global de dois terços dos votos. Na democracia maioritária, decide a maioria; nas democracias consociativas, decidem as maiorias de todos os grupos que partilham o poder.

A representação proporcional, outro instrumento de consociação, permite que cada comunidade significativa seja representada politicamente, mais ou menos de acordo com a sua parcela da população, particularmente quando os partidos são de base étnica. Mesmo quando não são, a representação proporcional dá maiores incentivos para os partidos políticos procurarem votos de grupos dispersos que não formam maiorias em nenhum círculo eleitoral geográfico particular – e isso também aumenta a representação da minoria. A representação proporcional não garante uma harmonização bem sucedida, e um sistema de vencedor-ganha-tudo pode, por vezes, ser compatível com federações multinacionais e multilingues, como o Canadá e Índia demonstraram. Mas ambos os países também usam outras medidas para garantir a representação política de vários grupos, e os sistemas de vencedor-ganha-tudo também podem levar a tiranias da maioria.

Nenhuma das muitas regras de representação proporcional fornece uma proporcionalidade perfeita. Mas podem resolver o problema dos sistemas de vencedor-ganha-tudo e possibilitar uma maior representação das minorias e de outros grupos, como foi demonstrado com o impacte das recentes reformas na Nova Zelândia (caixa 3.3).²³ A representação pro-

porcional é principalmente eficaz em democracias estáveis e pode remediar algumas das principais deficiências dos sistemas eleitorais maioritários, reforçando a voz eleitoral das minorias. A representação proporcional não é a única solução em todas as circunstâncias. As inovações dos sistemas de vencedor-ganha-tudo também podem reforçar a voz das minorias, embora esses arranjos sejam consideravelmente mais difíceis de fazer.

Outras abordagens para garantir a representação de minorias culturais incluem a reserva de assentos para certos grupos, como a Nova Zelândia faz para os Maoris,²⁴ a Índia para certas tribos e castas e a Croácia para os húngaros, italianos, alemães e outros. A reserva de assentos e as quotas são por vezes criticadas por “fixarem” as identidades e as preferências dos povos no mecanismo eleitoral. E negociar quotas e reservas pode levar a conflitos e razões de queixa. No Líbano, as queixas muçulmanas contra uma quota de 6 por 5 assentos no parlamento entre cristãos e muçulmanos, fixada com base no censo de 1932, tornou-se uma fonte importante de tensão e levou à guerra civil quando o peso demográfico das duas comunidades se alterou.²⁵ Estas abordagens podem ser mais problemáticas do que os sistemas eleitorais proporcionais, que deixam os povos livres para escolher as suas identificações.

POLITICAS DE RELIGIÃO E PRÁTICA RELIGIOSA

Como o capítulo 2 mostra, muitas minorias religiosas de todo o mundo sofrem várias formas de exclusão. Nalguns casos, isto deve-se à discriminação explícita de uma minoria religiosa – problema muito comum em países não seculares, onde o Estado tem a missão de apoiar e promover uma religião oficial. Mas noutros casos, a exclusão pode ser menos directa e talvez até involuntária, como quando o calendário público não reconhece feriados religiosos de uma minoria, quando os códigos de vestuário nas instituições públicas entram em conflito com o vestuário de uma minoria religiosa, quando as leis do Estado sobre o casamento e heranças diferem das de uma religião minoritária ou quando os regulamentos locais entram em conflito com as práticas fúnebres de uma minoria. Estes tipos de conflitos podem surgir mesmo em Estados seculares. Dada a profunda importância da religião para as identidades das pessoas, não surpreende que as minorias religiosas se mobilizem muitas vezes para contestar essas exclusões. Se não

Representação proporcional, ou vencedor ganha tudo? A Nova Zelândia muda

As democracias maioritárias têm uma triste história quanto à participação política das minorias, com a sub-representação e marginalização da sua voz eleitoral. Como é que as sociedades multiculturais podem ser mais inclusivas e assegurar uma participação adequada das minorias e outros grupos culturais marginalizados? Um modo é através da representação proporcional, em vez de sistemas em que o vencedor ganha tudo. Nos sistemas de tipo “vencedor-ganha-tudo”, o partido político com maior número de votos obtém uma maioria dos assentos legislativos. No Reino Unido, por exemplo, um partido pode (e muitas vezes acontece) obter menos de 50% dos votos, mas conquistar uma parte muito maior dos assentos na Câmara dos Comuns. Nas eleições de 2001, o partido Trabalhista obteve 41% dos votos e ficou com 61% dos assentos. Nas mesmas eleições, os Democratas Liberais receberam 19,4% dos votos, mas apenas 7,5% dos assentos. Nos sistemas de representação proporcional, os parlamentos são eleitos por círculos com vários assentos, na proporção do número de votos recebidos: 20% do voto popular conquista 20% dos lugares.

Porque os sistemas de tipo “vencedor-ganha-tudo” excluem aqueles que não apoiam os pontos de vista do partido no poder, não são próprios para ambientes culturalmente inclusivos. Mas nos sistemas de representação proporcional, é provável que os partidos que obtêm um número significativo de votos conquistem uma fatia do poder. Como regra, portanto, os sistemas eleitorais de representação proporcional dão uma imagem mais exacta da opinião pública e é provável que promovam a inclusão das minorias (desde que as minorias se organizem de forma política).

Vários Estados multiculturais confiam nos sistemas de representação proporcional, incluindo Angola, Bósnia-Herzegovina, Guiana e Letónia. Na Europa Ocidental, 21 dos 28 países utilizam uma forma de representação proporcional.

Os críticos da representação proporcional argumentam que a incorporação de grupos fragmentados pode levar a governos instáveis e ineficientes, com coligações mutáveis; cita-se frequentemente a Itália. Mas esses problemas não são endémicos, nem inultrapassáveis. Na verdade, há vários mecanismos que podem evitar impasses e becos sem saída. Por exemplo, instituir a exigência de votações mínimas, como na Alemanha, ou alterar o número de círculos eleitorais para reflectir a dispersão geográfica da opinião pública pode aliviar esses problemas, mantendo, ao mesmo tempo, sistemas legislativos inclusivos. E um impasse, ou um beco sem saída, pode ser preferível à imposição da vontade de uma minoria a uma maioria – como acontece, muitas vezes, com governos eleitos segundo sistemas de “vencedor-ganha-tudo”.

Outros resistem a estas políticas argumentando que as mudanças acarretariam tremendas convulsões e instabilidade política – como receia a elite política de muitos países latino-americanos, onde as populações indígenas exigem cada vez mais voz e representação políticas. Porém, este argumento não pode ser usado para defender políticas que resultam na contínua exclusão de certos grupos e sectores. A transição para políticas prudentes que encorajam uma maior participação e permitem uma representação mais efectiva é possível, como mostra a experiência de outros países democráticos.

Em grande medida para resolver a sub-representação da população indígena Maori, a Nova Zelândia votou uma grande reforma eleitoral, em 1993, passando de vencedor ganha tudo para representação proporcional. A legislação colonial, que datava de 1867, atribuía 4 dos 99 assentos no governo aos Maori, a grande distância dos 15% da população que representam. Os eleitores optaram por um sistema proporcional de membros mistos, um híbrido em que metade dos assentos legislativos vêm de círculos uninominais em que “o vencedor ganha tudo” e a outra metade é atribuída segundo a percentagem de votos conquistados por cada partido.

A Nova Zelândia também incorporou um sistema de “círculo eleitoral duplo”, em que os descendentes de maoris têm a opção de votar numa pessoa da lista maori, ou numa pessoa da lista eleitoral geral. Os assentos dos Maoris são atribuídos com base no censo da população e em função da proporção de indivíduos que optam por se registar na lista maori.

As primeiras eleições da Nova Zelândia em regime de representação proporcional (em 1996) foram difíceis. Demorou nove meses a formar-se uma coligação maioritária e a opinião pública quase voltou a preferir o sistema “vencedor-ganha-tudo”. Mas as eleições de 1999 e 2002 correram sem sobressaltos, restabelecendo o apoio público à representação proporcional. A representação política maori aumentou de cerca de 3%, em 1993, para quase 16%, em 2002. Apesar dos problemas encontrados, é claro que a transição eleitoral percorreu um longo caminho na melhoria da representação da população Maori na Nova Zelândia.

Fonte: O’Leary 2004; Boothroyd 2004; Nagel 2004.

forem bem geridas, essas mobilizações podem tornar-se violentas. Por isso, é vital que os Estados aprendam a gerir essas reivindicações.

O Estado é responsável por garantir políticas e mecanismos que protejam as escolhas individuais. A melhor maneira de o conseguir é quando as instituições públicas não fazem discriminação entre crentes e não-crentes, e não só entre seguidores de religiões diferentes. Os princípios seculares têm provado que funcionam melhor para estes objectivos, mas nenhum modelo individual de secularismo é provavelmente melhor do que os outros em todas as circunstâncias. Várias ligações entre Estado e autoridades religiosas evoluíram ao longo do tempo. Do mesmo modo, os Estados que se afirmam seculares fazem-no de modos diferentes, tanto nos princípios, como na prática. E essas diferenças têm implicações na capacidade do

Estado proteger as escolhas individuais e a liberdade religiosa (caixa 3.4).

Por vezes, surgem problemas devido a muitas ligações formais entre regiões e o Estado, ou demasiada influência das autoridades religiosas em questões de Estado. Isto pode acontecer quando, digamos, uma pequena elite eclesial controla as instituições do Estado de acordo com o que considera ser leis ditadas por Deus, como no Afeganistão do tempo dos talibã. É improvável que essas elites religiosas politicamente dominantes tolerem divergências internas, quanto mais dissensões, como é improvável que concedam liberdades aos seus próprios membros de fora da pequena elite governante, muito menos a membros de outros grupos religiosos. Esses Estados não acolhem outros grupos religiosos nem dissidentes, nem os tratam em pé de igualdade.

As muitas formas de Estados seculares e não seculares e os seus efeitos na liberdade religiosa

Os Estados têm tratado a religião de modos diferentes.

Estados não seculares

Um Estado não secular reconhece oficialmente religiões específicas e pode assumir diferentes formas, dependendo das suas ligações formais e substantivas com a autoridade religiosa.

- Um Estado governado pela lei divina – isto é, uma teocracia, como a República Islâmica do Irão governada pelos Aiatolas, ou o Afeganistão governado pelos Talibã.
- Um Estado em que uma religião beneficia de uma aliança formal com o governo – isto é, existe uma religião “oficializada”. São exemplos, entre outros, o Islão no Bangladeche, Líbia e Malásia; o hinduísmo no Nepal; o catolicismo na Argentina, Bolívia e Costa Rica; e o budismo no Butão, Birmânia e Tailândia.
- Um Estado que tem uma igreja, ou uma religião oficializada, mas que ainda assim respeita mais do que uma religião, que reconhece e, talvez, tenta cultivar todas as religiões, sem qualquer preferência por uma em detrimento de outra. Esses Estados podem cobrar um imposto religioso a todos os cidadãos e, ainda assim, dar-lhes a liberdade de remeter o dinheiro do imposto para as organizações religiosas da sua preferência. Podem ajudar financeiramente escolas dirigidas por instituições religiosas, mas de um modo não discriminatório. Exemplos desses incluem a Suécia e o Reino Unido. Ambos são virtualmente seculares e só nominalmente têm religiões oficializadas. Outros exemplos deste modelo de Estados não seculares são a Dinamarca, Islândia e Noruega.

Estados seculares anti-religiosos

O Estado exclui a religião dos seus assuntos, sem se excluir dos assuntos da religião. Num Estado desses, o direito à liberdade religiosa é muito limitado e muitas vezes o Estado intervém para restringir as liberdades e a prática religiosas. São exemplos, o regime comunista da China e os antigos regimes comunistas da União Soviética e da Europa do Leste.

Estados neutros ou descomprometidos

Há dois modos de exprimir este tipo de neutralidade. O Estado pode professar uma política de “exclusão mútua”, ou a “estrita separação da religião e do Estado”. Isto significa que o Estado não só previne a intervenção das autoridades religiosas nos seus assuntos, mas também evita interferir nos assuntos internos dos grupos religiosos. Uma consequência desta exclusão mútua é que o Estado pode não querer, ou ser incapaz, de interferir em práticas designadas como “religiosas”, mesmo quando ameaçam direitos individuais e valores democráticos. O Estado também pode ter uma política de neutralidade para com todas as religiões. Os exemplos mais claros são o Estado da Virgínia (depois da Igreja Anglicana perder a condição de oficializada, em 1786), os Estados Unidos (em particular depois da Primeira Emenda da sua Constituição, em 1791) e a França, sobretudo depois da Lei da Separação de 1905.

Estados seculares que afirmam respeito igual e distância por princípio

O Estado é secular, no sentido em que não tem uma igreja oficializada e não promove uma religião em detrimento de outras, mas antes dedica igual respeito a todas as religiões (e aos não crentes). Porém, quer

defender princípios universais dos direitos humanos e de igualdade de cidadania e é capaz de intervir nos assuntos internos de grupos religiosos com base no que se pode chamar de “distância por princípio”. Este compromisso pode assumir a forma de apoio igual às religiões (como financiamento público de escolas religiosas, ou reconhecimento pelo Estado do direito privado religioso), ou até de intervenção para acompanhar e reformar práticas religiosas que contradigam os direitos humanos (como regulamentar escolas religiosas, ou reformar direitos privados para assegurar a igualdade entre sexos). Com a distância por princípio, se o Estado intervém, ou se abstém de interferir, depende das medidas que realmente fortalecem a liberdade religiosa e a igualdade da cidadania. O Estado pode não se relacionar com todas as religiões exactamente do mesmo modo, ou não intervir no mesmo grau, ou da mesma maneira. Mas assegura que as relações entre instituições políticas e religiosas são orientadas por princípios consistentes, e não sectários, de liberdade e de direitos humanos.

Um exemplo é a concepção secular na Constituição Indiana. Se, hoje em dia, o aumento da violência torna os observadores cépticos em relação às credenciais seculares dos políticos indianos, contudo, a Constituição estabeleceu que a Índia é um estado secular. Foi essa política de secularismo, com a distância por princípio, que permitiu ao Estado indiano, nos primeiros anos após a independência, reconhecer o direito consuetudinário, os códigos e as práticas de comunidades religiosas minoritárias e facilitar a sua integração cultural. Permitiu intervenções positivas em defesa de princípios de igualdade e liberdade, reformando uma gama de práticas consuetudinárias, tais como proibir antigos “intocáveis” de entrar em templos.

Fonte: Bhargava 2004.

Noutros casos, o Estado pode professar a neutralidade, abster-se propositadamente das questões religiosas e excluir a religião das questões de Estado – uma política de “exclusão mútua”. Mas, na realidade, essa posição pode ser distorcida através de políticas que façam vista grossa a violações reais das liberdades religiosas, ou através de intervenções *ad hoc* motivadas por oportunismo político.

Sejam quais forem os laços históricos com a religião, os Estados têm a responsabilidade de proteger direitos e garantir liberdades a todos os seus membros e de não discriminar (positiva ou negativamente) com base na religião. É difícil propor um desenho óptimo para as relações entre instituições estatais e autoridade religiosa. Mas os Estados não

discriminatórios deveriam proteger três dimensões da liberdade religiosa e das escolhas individuais:

- Todo o indivíduo, ou seja, dentro de um grupo religioso deve ter o direito de criticar, alterar, ou desafiar o domínio de uma interpretação particular das crenças fundamentais. Todas as religiões têm numerosas interpretações e práticas – são multívocas – e nenhuma interpretação deve ser patrocinada pelo Estado. O clero ou outras hierarquias religiosas devem ter o mesmo estatuto que outros cidadãos e não devem reivindicar maiores privilégios políticos ou sociais.
- Os Estados têm de dar espaço a todas as religiões para a discussão inter-religiosa e, dentro de certos limites, para críticas. As pessoas de uma re-

ligião devem ter permissão para serem responsabilmente críticas das práticas e das crenças de outras religiões.

- Os indivíduos têm de ser livres não só de criticar a religião em que nasceram, mas também de a rejeitar, trocando-a por outra, ou ficando sem nenhuma.

Alguns desafios ao secularismo surgem das ligações históricas de um país com a religião, ou da herança do colonialismo. As políticas britânicas de dividir para reinar na Ásia do Sul, que tentaram classificar identidades religiosas e culturais, estabelecendo as respectivas posições relativas na comunidade política e na sociedade, foram uma fonte de conflitos políticos contínuos, mesmo depois das divisões territoriais na região.²⁶ Essas divisões historicamente enraizadas, continuam a ser graves barreiras às políticas seculares numa região que tem testemunhado tantos traumas comunitários. Os governantes coloniais espanhóis, com as suas ligações históricas à Igreja Católica, deixaram uma herança de ligações semelhantes entre o Estado e a Igreja nas suas antigas colónias, especialmente na América Latina, com implicações no que respeita à igualdade entre sexos, entre outras.

Por vezes, a herança histórica aparece em dilemas contemporâneos – de como reconhecer leis religiosas diferentes, num ambiente democrático em que todos os cidadãos têm igualdade perante a lei. Como mostram os debates que prosseguem acerca do código civil uniforme na Índia, os argumentos a favor dos direitos das mulheres e dos princípios de igualdade ficam misturados com preocupações com os direitos das minorias e o reconhecimento cultural (caixa 3.5). Criar consensos acerca destas questões para fazer avançar os princípios universais dos direitos humanos, igualdade entre sexos e desenvolvimento humano tem de ser o princípio orientador para as resolver.²⁷

POLÍTICAS ACERCA DO DIREITO CONSUETUDINÁRIO E DO PLURALISMO LEGAL

Certas minorias religiosas e étnicas e grupos indígenas sentem-se alienados do sistema legal mais alargado, por uma série de razões. Nalguns países, historicamente, juizes e outros funcionários dos tribunais têm tido preconceitos contra eles, ou têm ignorado as suas condições, o que resulta numa apli-

Os argumentos a favor dos direitos das mulheres e dos princípios de igualdade ficam misturados com preocupações com os direitos das minorias e o reconhecimento cultural

CAIXA 3.5

Direito privado hindu e muçulmano: o debate em curso sobre um código civil uniforme

Pluralismo legal e universalismo legal são fortemente debatidos na Índia, hoje em dia. Deve aplicar-se um sistema legal único aos membros de todas as comunidades? As diferenças destacam a aparente contradição do reconhecimento constitucional dos direitos privados hindu e muçulmano e o compromisso constitucional paralelo de um código civil uniforme. O debate está assim inserido em preocupações mais amplas sobre a Índia como Estado secular multicultural.

Os direitos privados, específicos das diferentes comunidades religiosas, governam o casamento, divórcio, tutela, adopção, herança e a sucessão. Variam muito entre comunidades e até dentro da mesma comunidade. Os casos judiciais que envolvem direito privado também levantam os seus próprios problemas mais particulares, opondo por vezes os direitos de grupos religiosos minoritários aos direitos das mulheres.

O debate sobre direito privado resume-se muitas vezes ao seguinte:

- *Igualdade entre sexos* – o modo como os costumes e as leis patriarcais, sejam hindus ou muçulmanas, tratam os homens e as mulheres, diferentemente, em termos dos seus direitos legais.
- *Liberdades culturais e direitos das minorias* – se o Estado deve reservar o direito de intervir em

questões de prática religiosa para afirmar a liberdade e a igualdade, ao mesmo tempo que protege o direito dos grupos praticarem a sua religião.

É importante entender o debate num contexto histórico. Na altura da independência, a liderança indiana estava empenhada numa Índia secular e não apenas num Estado para a sua maioria hindu. Isto era imperativo politicamente, dados os receios da minoria muçulmana imediatamente após a brutal partilha do subcontinente. A Constituição indiana reconheceu e conciliou o sistema de pluralismo legal, uma herança colonial, com a sua realidade multicultural. O objectivo final de um código civil unificado estava incluído na Constituição e a Lei Especial dos Casamentos, de 1954, oferecia aos casais uma alternativa não religiosa aos direitos privados.

Uma breve análise dos desenvolvimentos legais, nas décadas de 1980 e 1990, esclarece a maneira como os argumentos a favor da uniformidade menosprezaram preocupações com a igualdade – e como a agenda secular foi apresentada como antitética do princípio do reconhecimento especial dos direitos culturais das minorias. O debate em curso é importante por causa do contexto político contemporâneo. Os apoiantes do código afirmam princípios de igualdade perante a

lei, mas falham na apreciação da posição difícil das minorias. Isto é particularmente relevante à luz das crescentes tensões comunitárias. A minoria muçulmana vê o código, muitas vezes, como uma abolição disfarçada da sua liberdade cultural.

O direito privado de todas as comunidades tem sido criticado por prejudicar as mulheres e há fortes argumentos a favor da reforma de quase todas as leis e costumes tradicionais (e normalmente patriarcais) do país, fazendo alinhar o direito privado e consuetudinário hindu e muçulmano com a igualdade entre sexos e os direitos humanos universais. Mas pôr em prática a igualdade – um objectivo central das preocupações com o desenvolvimento humano – não é a mesma coisa que pôr em prática a uniformidade.

O que é preciso é uma reforma interna de todas as leis consuetudinárias, defendendo a igualdade entre sexos em vez de impor a todas as comunidades leis judiciais e igualmente enviesadas em relação ao género. O que é crucial é um esforço genuíno para estabelecer consenso sobre o código. Uma legislação impondo uniformidade só aumentará a divisão entre a maioria e a minoria – em detrimento, quer da harmonia comunitária, quer da igualdade entre sexos.

Fonte: Engineer 2003; Mody 2003; Rudolph 2001.

Todos os sistemas legais têm de se conformar com os padrões internacionais de direitos humanos, incluindo a igualdade entre os sexos

cação injusta e enviesada da lei. Em muitos países, os povos indígenas estão quase inteiramente sub-representados no poder judicial. Esta realidade de enviesamento e exclusão é exacerbada pela inacessibilidade do sistema legal para esses grupos, por mais algumas razões, como a distância geográfica, o custo financeiro e a língua, ou outras barreiras culturais.

Os sistemas legais plurais podem contrariar essa exclusão. Mas alguns críticos defendem que estes sistemas podem legitimar práticas tradicionais que são inconsistentes com a expansão das liberdades. Muitas práticas tradicionais rejeitam a igualdade das mulheres, por exemplo, nos direitos de propriedade, na herança, no direito de família e noutros campos.²⁸ Mas o pluralismo legal não exige a adopção em bloco de todas as práticas reivindicadas como “tradicionais”. A harmonização do direito consuetudinário não pode ser vista como uma autorização para manter práticas que violam os direitos humanos, independentemente de quão “tradicional” ou “autêntico” elas reivindicam ser.²⁹ Numa perspectiva de desenvolvimento humano, todos os sistemas legais – sejam unitários, ou plurais – têm de se conformar com os padrões internacionais de direitos humanos, incluindo a igualdade entre sexos. Por isso, outros críticos argumentam que se o sistema legal da sociedade mais alargada respeitar as normas dos direitos humanos e se os povos indígenas aceitarem essas normas, não há necessidade de manter o pluralismo legal. Mas mesmo onde haja consenso sobre as normas dos direitos humanos, pode continuar a haver um papel válido para o pluralismo legal.

Em quase todas as sociedades existem sistemas legais plurais, que evoluíram à medida que tradições locais eram historicamente harmonizadas com outros sistemas formais de jurisprudência.³⁰ As práticas consuetudinárias, que com o tempo adquiriram força de lei, coexistiram com sistemas de jurisprudência introduzidos. Esse pluralismo legal muitas vezes teve raízes na lógica colonial de protecção dos direitos da minoria, que permitia que certos sistemas consuetudinários continuassem, ao mesmo tempo que impunha as próprias leis do colonizador.

CONSTRUÇÕES COLONIAIS, E CONTUDO REALIDADES CONTEMPORANEAS

A marca colonial pode ser evidente. Na verdade, muitas vezes é difícil determinar que processos legais

são genuinamente tradicionais e quais podem ser vistos como subprodutos híbridos da manipulação e do controlo colonial. Outra complicação adicional na separação entre práticas autênticas e impostas é que o regime colonial e a sua “missão civilizadora” reclamavam unilateralmente a responsabilidade de introduzir valores, crenças e instituições modernas nas colónias.³¹

Em África, os colonialistas europeus introduziram a lei e o sistema de tribunais metropolitanos. Mas mantiveram muito do direito consuetudinário e muitos elementos do processo judicial africano, que consideravam consistentes com o seu sentido de justiça e de moralidade. Os tribunais de tipo ocidental eram presididos por magistrados e juizes expatriados, cuja jurisdição se estendia a todas as pessoas, africanas ou não, em matéria criminal e cível. Muitas vezes referidos como “tribunais gerais”, aplicavam o direito europeu e leis locais baseadas em práticas europeias. Um segundo grupo de “tribunais de autoridade nativa”, “tribunais africanos” ou “tribunais populares” incluíam tanto os chefes tradicionais, como anciões locais. Estes tribunais apenas tinham jurisdição sobre africanos e, no essencial, aplicavam o direito consuetudinário predominante. Ao longo da história colonial do Malawi, por exemplo, a jurisdição sobre os africanos foi deixada aos tribunais tradicionais, no que respeitava a processos que envolviam direito consuetudinário e a processos criminais simples.³²

Para o fim do período colonial, os funcionários começaram a integrar o sistema dual de tribunais, com os tribunais gerais a supervisionar o funcionamento dos tribunais consuetudinários. As colónias anglófonas mantiveram muito da estrutura legal dupla criada durante o regime colonial, ao mesmo tempo que tentavam reformar e adaptar o direito consuetudinário às noções do direito inglês. As colónias francófonas e lusófonas tentaram absorver o direito consuetudinário no direito geral. Etiópia e Tunísia aboliram alguns aspectos do direito consuetudinário. Mas nenhum país africano ignorou ou proscreeu totalmente o direito consuetudinário, quer durante, quer após a era colonial.

O DIREITO CONSUETUDINARIO PODE PROMOVER O ACESSO AOS SISTEMAS DE JUSTIÇA

Harmonizar o direito consuetudinário pode ajudar a proteger os direitos dos povos indígenas e a garantir uma aplicação mais justa do Estado de direito. Es-

forços para conceder reconhecimento público ao direito consuetudinário podem ajudar a criar um sentido de inclusão na sociedade mais alargada. Muitas vezes, o problema mais usual para o direito consuetudinário, especialmente em partes de Estados fracassados, é que a opção é apenas entre o direito consuetudinário e nenhuma lei. Reconhecer a capacidade do povo indígena para adoptar e administrar as suas próprias leis, também é um repúdio do preconceito histórico – e pode ser uma parte importante do autogoverno do povo indígena.³³

Países desde a Austrália ao Canadá, passando pela Guatemala e África do Sul reconheceram o pluralismo legal. Na Austrália, tem estado de novo em foco o reconhecimento do direito consuetudinário aborígine e do Ilhéu do Estreito de Torres, o que abriu caminho a mecanismos de justiça da comunidade indígena, a tribunais aborígenes, a uma maior autonomia regional e ao governo indígena. No Canadá, a maioria das questões criminais locais é tratada pela comunidade indígena, de modo que o acusado possa ser julgado por jurados seus iguais, que partilhem as mesmas normas culturais. Na Guatemala, os acordos de paz de 1996 admitiram a necessidade de reconhecer a lei Maia como parte importante de uma reforma genuína (caixa 3.6).

Na África do Sul pós-*apartheid*, uma vaga de inovação está a instilar uma nova autoridade, recursos e dignidade no direito consuetudinário. O objectivo é reconstruir a confiança no sistema de justiça criminal e respeito pelo Estado de direito e reconhecer as leis consuetudinárias. O desafio reside em integrar o direito comum e o direito consuetudinário de acordo com a nova constituição, consagrando princípios como o da igualdade entre sexos. Este processo de harmonização assinala um grande passo na enorme tarefa de reforma judicial na África do Sul. O primeiro passo foi repelir as leis do *apartheid*. A seguir, foi reconstituir a Comissão do Direito, dominada por juízes conservadores do antigo regime. Agora, a África do Sul tem que moldar novas leis para governar uma nova ordem social.

O direito consuetudinário é, muitas vezes, a única forma de justiça conhecida por muitos sul-africanos. Cerca de metade da população vive no campo, onde os tribunais tradicionais administram o direito consuetudinário em mais de 80% das aldeias.³⁴ Estes tribunais, que também se encontram nalguns municípios urbanos, tratam de pequenos roubos, discórdias sobre propriedade e assuntos

domésticos – desde o casamento até ao divórcio e às heranças. A justiça é rápida e barata, na medida em que os tribunais funcionam com o mínimo de formalidades, em locais próximos da casa dos litigantes e cobram menos de um dólar por uma audiência. Os juízes usam a linguagem do dia-a-dia e as regras da prova permitem à comunidade interromper e questionar a testemunha.

O sistema tem os seus críticos – particularmente mulheres, que estão impedidas de ser juízes e muitas vezes são discriminadas enquanto litigantes. Mesmo assim, grupos de mulheres, no âmbito do Movimento das Mulheres Rurais, estão na vanguarda dos esforços para reconhecer o direito consuetudinário e adaptá-lo à sociedade pós-*apartheid*. Estão a liderar debates sobre a maneira de promover o direito consuetudinário e de o tornar mais justo para as mulheres.

Contudo, continua a ser uma preocupação a maneira como o direito consuetudinário compromete ou garante os direitos humanos.³⁵ Qualquer sistema legal – convencional ou consuetudinário – está aberto

Harmonizar o direito consuetudinário pode ajudar a proteger os direitos dos povos indígenas e a garantir uma aplicação mais justa do Estado de direito

CAIXA 3.6

Acesso à justiça e reconhecimento cultural na Guatemala

Durante os mais de 500 anos desde a chegada dos conquistadores espanhóis, o povo indígena da Guatemala tem sofrido violenta subordinação e exclusão. O conflito armado interno que durou desde 1960 até à assinatura dos acordos de paz, em 1996, foi particularmente devastador. O povo indígena, que constitui mais de metade da população, resistiu a massacres e a graves violações dos direitos humanos. A ditadura militar de 1970-85 minou a independência das autoridades comunitárias locais.

É, portanto, pouco surpreendente que as comunidades rurais tenham perdido a fé no sistema judicial e no Estado de Direito. Linchamentos públicos tornaram-se a alternativa ao sistema de justiça formal, notório pela sua incapacidade de condenar os perpetradores dos crimes e pela sua tendência para libertar criminosos através de uma tradição de corrupção nas fianças. Cinicamente, a classe dirigente apresenta incorrectamente os linchamentos como práticas tradicionais do povo indígena.

Os acordos de 1996 reconheceram a necessidade de uma reforma genuína, com compromissos para reconhecer o direito e a autoridade tradicionais do povo Maia. O Acordo sobre a Identidade e os Direitos dos Indígenas, por exem-

plo, afirma que “a falta de conhecimento pelo órgão legislativo nacional das normas consuetudinárias que regulam a vida da comunidade indígena, assim como a falta de acesso que a população indígena tem aos recursos do sistema nacional de justiça, causaram negação de direitos, discriminação e marginalização”.

O governo e a oposição concordaram em:

- Reconhecer a gestão das questões internas das comunidades indígenas de acordo com as suas próprias normas jurídicas.
- Incluir considerações de natureza cultural na prática do direito.
- Desenvolver um programa permanente para juízes e membros do Ministério Público sobre a cultura e identidade dos povos indígenas.
- Garantir serviços gratuitos de aconselhamento jurídico às pessoas com recursos limitados.
- Oferecer serviços gratuitos de tradução de processos judiciais em línguas indígenas.

Estes desenvolvimentos são os primeiros passos no reconhecimento das culturas distintas dos povos indígenas na Guatemala. O desafio, agora, é desenvolver os sistemas consuetudinários de modo consistente com os direitos humanos e a igualdade entre sexos.

Fonte: Buvollen 2002.

Os conflitos linguísticos podem ser geridos provendo algumas esferas em que as línguas minoritárias são utilizadas livremente e criando incentivos para a aprendizagem de outras línguas, especialmente uma língua nacional ou oficial

à crítica sobre a sua formulação. Uma tradição legal é um conjunto de atitudes profundamente enraizadas e historicamente condicionadas acerca da natureza da lei, do papel do direito na sociedade, da organização e do funcionamento correcto de um sistema judicial e acerca do modo como a lei devia ser feita, aplicada, estudada, aperfeiçoada e ensinada.

POLITICAS ACERCA DO USO DE MULTIPLAS LINGUAS

Ao escolher uma ou várias línguas, em prejuízo de outras, muitas vezes um Estado assinala o predomínio daqueles para quem a língua oficial é a sua língua materna. Esta opção pode limitar a liberdade de muitos grupos não dominantes – alimentando tensões entre grupos (ver capítulo 2). Torna-se um modo de excluir pessoas da política, educação, acesso à justiça e muitos outros aspectos da vida cívica. Pode acentuar desigualdades socioeconómicas entre grupos. Pode tornar-se numa questão política divisiva, como no Sri Lanka, onde, em vez do inglês, o cingalês (falado pela maioria) foi tornado única língua oficial, em 1956, a despeito da oposição da minoria Tamil, que queria reconhecidos tanto o cingalês como o tamil.

Ainda que seja possível, e até desejável, um Estado manter-se “neutro” quanto à etnicidade e à religião, isso não é prático em relação à língua. A cidadania precisa de uma língua comum para promover o entendimento mútuo e a comunicação eficaz. E nenhum Estado pode assumir o esforço de fornecer serviços e documentos oficiais em todas as línguas faladas no seu território. A dificuldade, porém, é que a maioria dos Estados é multilíngue, especialmente no mundo em desenvolvimento e na Europa do Leste – e são objecto de grande parte da discussão que aqui se faz. Mais uma vez, são necessárias políticas multiculturais.

Nas sociedades multilíngues, as políticas linguísticas pluralistas permitem o reconhecimento de grupos linguísticos distintos. Essas políticas salvagam o uso paralelo de duas ou mais línguas dizendo, no essencial: “Vamos, cada um de nós, manter a sua própria língua em certas esferas, como escolas e universidades, mas vamos ter, também, uma língua comum para actividades conjuntas, especialmente na vida civil”. Os conflitos linguísticos podem ser geridos provendo algumas esferas em que as línguas minoritárias são utilizadas livremente e criando incentivos para a aprendizagem de outras línguas, es-

pecialmente uma língua nacional ou oficial. Isto pode ser promovido por meio de uma estrutura de recompensa social apropriada, como tornar o desembaraço numa língua nacional num critério de qualificação e promoção profissional.

Não existe um “direito à língua” universal.³⁶ Mas existem direitos humanos com um conteúdo linguístico implícito, que os Estados multilíngues têm de reconhecer para cumprirem as suas obrigações internacionais ao abrigo de instrumentos como a Convenção Internacional sobre os Direitos Cívicos e Políticos. Especialmente importantes são os direitos à liberdade de expressão e à igualdade. A liberdade de expressão e o uso de uma língua são inseparáveis. Este é o exemplo mais óbvio da importância da língua em matéria de direito. Por exemplo, até 1994, os membros da minoria Curda da Turquia eram proibidos por lei de usar a sua língua em público. A reforma dessa lei foi um elemento importante da resposta do governo às exigências da minoria. Em 2002, o parlamento turco aprovou legislação que permitia que as instituições privadas ensinassem a língua curda e, em Março de 2004, abriu o primeiro centro de ensino em Batman, no Sudeste.

Experiências em todo o mundo mostram que as políticas linguísticas pluralistas podem expandir as oportunidades das pessoas de muitas maneiras, se houver um esforço deliberado para ensinar a todos os cidadãos algumas das principais línguas do país (caixa 3.7). Frequentemente, o que os países multilíngues precisam é de uma fórmula de três línguas (como recomenda a UNESCO), que dê reconhecimento público ao uso de três línguas:

- Uma língua internacional – nos antigos países coloniais era, muitas vezes, a língua oficial da administração. Nesta era de globalização, todos os países precisam de ser proficientes numa língua internacional para participarem na economia e nas redes mundiais.
- Uma língua franca – uma língua veicular local facilita a comunicação entre grupos linguísticos diferentes, como o *swahili*, nos países da África Oriental, onde também são faladas muitas outras línguas.
- A língua materna – as pessoas querem e precisam de ser capazes de usar a sua língua materna quando esta não for, nem a língua franca, nem a língua internacional.

Os países precisam de reconhecer as três línguas oficiais ou, pelo menos, de reconhecer o seu uso e

Educação multilíngue na Papua Nova Guiné

Aninhada entre o Oceano Pacífico Sul e o Mar de Coral, a Papua Nova Guiné é o país linguística e culturalmente mais diversificado do mundo, com aproximadamente um sexto das 6.000 línguas do mundo. Um século de ocupação colonial criou uma língua franca, um pidgin neomelanésio, o *tok pisin*, derivado do inglês, alemão, espanhol, malaio e das próprias línguas da Papua Nova Guiné e falado por metade da população de 5 milhões de pessoas.

Para satisfazer as necessidades de educação básica relevante dos povos indígenas, o Ministério da Educação executou uma importante reforma da educação, em 1993, introduzindo a instrução na língua materna nos três primeiros anos de escolaridade. Depois disso, a língua de instrução é o inglês. Até 2001, tinham sido introduzidas 369 línguas indígenas em 3.600 escolas primárias. Um terço das crianças inicia agora a escola primária na sua língua materna.

Não foi feito nenhum estudo estatístico, mas há muitas provas anedóticas de que as crianças se alfabetizam e aprendem inglês mais depressa e com mais facilidade quando iniciam a sua escolarização na língua materna. O acesso está a melhorar e a taxa de abandono baixou, particularmente no caso das raparigas. Mais de 70% dos alunos do 6º ano passam para o 7º, contra menos de 40% em 1992. O número de matrículas no primeiro ciclo do secundário duplicou desde 1992, e os números do segundo ciclo quadruplicaram. Os professores dizem que as crianças parecem mais autoconfiantes e curiosas.

A reforma da educação chegou após 20 anos de consulta pública generalizada e a sua execução foi gradual. Organizações não governamentais receberam subsídios para desenvolver um sistema de escrita para algumas línguas que nunca tinham sido escritas. As comunidades que quisessem converter as suas esco-

las para a língua local tinham de concordar em construir novas instalações, ajudar na vida da escola, ou partilhar a sua cultura com as crianças. O material de aprendizagem é deliberadamente simples: exemplares de um protótipo de manual são impressos com linhas em branco para serem preenchidas com a língua local. Os custos foram controlados usando texto a preto e branco e capas moles. As comunidades escolhem para professores pessoas locais com pelo menos o 10.º ano. Pagam-lhes menos do que aos professores diplomados recrutados a nível nacional, mas muitos gostam de estar a fazer trabalho válido por um rendimento estável.

A Papua Nova Guiné procurou e obteve grande apoio em donativos da Austrália para introduzir a reforma, mas espera-se que o sistema seja rentável e sustentável a longo prazo. Estão em curso estudos para avaliar os seus resultados.

Fonte: Klaus 2003; SIL International 2004a; CRIP 2004.

relevância em diferentes circunstâncias, como nos tribunais, ou nas escolas. Há muitas versões dessas fórmulas de três línguas, dependendo do país.

As principais questões que os Estados enfrentam em matéria de política linguística relacionam-se com a língua de instrução nas escolas e com a língua usada em instituições governamentais.

POLÍTICA LINGUÍSTICA NAS ESCOLAS

Realização educacional baixa continua a ser uma grande fonte de exclusão de imigrantes, grupos étnicos e povos indígenas. Nesses casos, oferecer uma educação bilingue não só reconhece as suas tradições culturais, mas também pode melhorar a aprendizagem e reduzir as disparidades educacionais – aumentando as escolhas das pessoas (ver caixa 3.7).

As crianças aprendem melhor quando são ensinadas na sua língua materna, particularmente nos primeiros anos. Experiências em muitos países mostram que a educação bilingue, que conjuga a instrução na língua materna com o ensino na língua nacional predominante, pode abrir oportunidades educativas e outras oportunidades. Nas Filipinas, os estudantes proficientes nas duas línguas da política educativa bilingue (*tagalog* e inglês) superaram o desempenho dos estudantes que não falavam *tagalog* em casa. No Canadá, os estudantes da maioria anglofona em programas de imersão bilingues têm me-

lhor desempenho do que os seus colegas em programas tradicionais de aprendizagem na segunda língua (francês). Nos Estados Unidos, os estudantes *navajos* instruídos ao longo dos anos de escola primária, tanto na sua primeira língua (*navajo*), como na segunda (inglês), tiveram melhor desempenho do que os seus colegas falantes de *navajo* educados apenas em inglês.³⁷

Na América Latina, o bilinguismo é uma estratégia estabelecida para reduzir a exclusão educativa das crianças indígenas, que têm os piores índices educativos. Estudos realizados na Bolívia, Brasil, Guatemala, México, Paraguai e no Peru mostram que prover a instrução de grupos minoritários na sua própria língua e utilizar professores do mesmo grupo é altamente eficaz. A educação bilingue leva a muito menos repetência, a taxas mais baixas de abandono escolar e a uma maior realização educacional entre as crianças indígenas. Na Guatemala, as comunidades *Q'eqchi*, que tinham menos oportunidades de educação bilingue do que três outros grupos indígenas inquiridos, tinham taxas de abandono e de repetência muito mais elevadas.³⁸

Estudos realizados em África chegam aos mesmos resultados, com as escolas bilingues mais eficazes do que as escolas monolíngues convencionais, como no Burkina Faso (quadro 3.1). Estudos da educação bilingue realizados no Mali, Níger, Nigéria e Zâmbia concluem que ela assegura a continuidade entre

QUADRO 3.1

Indicadores de rendimento interno e custos das escolas convencionais e bilingues em Burkina Faso

Indicador	Escola bilingue	Escola monolíngue convencional
Possibilidades de sucesso na obtenção de um diploma de ensino primário	72%	14%
Tempo médio para obter um diploma	6 anos escolares	37 anos escolares
Taxa de rendimento interno (considerando repetência e abandono escolar)	68%	16%
Custos recorrentes anuais (professores, fornecimentos, manutenção) por aluno (custos recorrentes totais dividido pelo número de alunos)	77,447 francos CFA	104,962 francos CFA

Fonte: Ndoye 2003.

famílias, comunidades e escolas, reforçando interações entre elas. Estimula a produção de materiais escolares e culturais na segunda língua, alargando o corpo de conhecimentos e facilitando a integração dos estudantes na vida social e cultural. E encoraja uma mistura de culturas, uma vez que melhora tanto a posição das línguas como a das culturas que veiculam. As escolas monolíngues, seja numa língua ocidental, ou numa língua africana, têm um desempenho muito menos bom.³⁹

Também a Índia tem uma grande experiência com educação multilíngue. Tem, há quatro décadas, uma fórmula de três línguas, em que cada criança é ensinada na língua oficial do Estado (bengali no Bengala Ocidental, por exemplo), com as duas línguas nacionais oficiais (inglês e hindi) como segunda e terceira línguas. As fronteiras dos Estados da Índia estão traçadas segundo linhas linguísticas desde 1956, pelo que cada Estado tem uma língua dominante, cada uma com a sua própria escrita, o seu rico vocabulário e a sua literatura, que remonta a centenas, se não milhares de anos.

Muitas vezes, a educação bilingue é estigmatizada como se fosse de qualidade inferior, especialmente nas actividades económicas e políticas do país. Pode, então, pensar-se que a educação bilingue restringe as oportunidades. Inquéritos aos hispânicos do Sueste Americano mostram que a maioria prefere aulas só em inglês e vêem as “restrições” ao acesso mais cedo dos filhos ao inglês como uma privação. O bilinguismo só deveria ser introduzido onde houvesse procura. Porém, as provas sugerem que não há *trade-off* entre as duas metas da educação bilingue e a educação de alta qualidade, especialmente no ensino da língua dominante.

Nem o custo é uma verdadeira questão. Um exame dos custos e benefícios da educação bilingue para os povos indígenas da Guatemala estimou que

poderia haver poupanças de 5 milhões de dólares graças à redução da repetência, poupanças essas iguais ao custo da educação primária para cerca de 100.000 alunos por ano.⁴⁰

É verdade que os custos unitários da produção de materiais em língua local são, muitas vezes, mais altos do que os de produzir materiais na língua maioritária, porque as quantidades são menores. Mas a partilha dos custos pelos países com a mesma língua local pode ajudar a manter valores unitários baixos. Os custos incluem os da modernização e normalização da ortografia da língua local e os do desenvolvimento de materiais, formação de professores e respectiva distribuição. Estes custos financeiros têm de ser comparados com os custos sociais e políticos da desigualdade e da injustiça. E uma vez que os materiais em línguas locais são produzidos em pequenas quantidades, têm pouco efeito no custo unitário médio da produção de materiais em todas as línguas. No Senegal, a produção de materiais em *wolof* e noutras línguas locais não aumenta praticamente o custo unitário médio da produção de materiais em todas as línguas, uma vez que o número de livros em francês produzidos é muito mais elevado do que o número de livros em língua *wolof* ou *pulaar*.

A educação bilingue é um investimento a longo prazo, mas os custos não parecem proibitivos em parte nenhuma. Na Guatemala, a educação bilingue representou 0,13% do orçamento recorrente da educação primária, aumentando o custo unitário da educação primária em 9% por ano (em relação ao sistema de instrução tradicional em espanhol).⁴¹ Na Índia, a produção de materiais em línguas locais acrescenta 5% a 10% ao custo recorrente total.⁴² Mas como se assinalou anteriormente, os ganhos podem ser substanciais devido à redução dos abandonos e da repetência.

A maioria dos países da África subsariana tem educação em língua local nas escolas, nos três primeiros anos, mas depois, quase todos os países usam o francês, inglês ou português. Esses países podem achar a introdução da educação em língua local particularmente difícil, por causa das muitas línguas faladas. Mas a maioria das línguas estão relacionadas umas com as outras e há apenas 15 grupos linguísticos nucleares nos 45 países subsarianos (caixa 3.8). Desenvolver a educação em língua local exigiria maior investimento e cooperação regional para normalizar e desenvolver essas línguas. A normalização exigiria a tradução de textos para essas línguas e a introdução dos textos para educação nos níveis mais

altos. Esses custos poderiam ser suportados através de algum apoio adicional dos doadores.

A normalização de textos e a tradução nas 15 línguas nucleares partilhada por comunidades espalhadas por vários países ajudaria a manter os custos baixos, através de economias de escala. Seria necessária cooperação entre países da região para fazer esse trabalho. A médio prazo, essa normalização ajudaria a reforçar o papel dessas 15 línguas nucleares como línguas francas e como línguas de educação e dos sistemas administrativos (legislativo e judicial) do Estado.

A escolarização bilingue pode começar a ter apreciações desfavoráveis, problemas de transição da primeira para a segunda língua e maus sistemas de acompanhamento, avaliação e apoio. Mas a maioria desses problemas está ligada a mau planeamento e à falta de ajustamentos nos currículos, no ensino, e na formação e promoção do uso da língua nas esferas oficial e pública.⁴³ Uma vez satisfeitas essas condições, as estratégias bilingues melhoram a aprendizagem, contribuem para uma identidade multicultural e têm um efeito transformador na sociedade.

Uma vez que o conhecimento das línguas ocidentais é muitas vezes um meio de mobilidade ascendente, o objectivo não é eliminar as línguas ocidentais, o que estreitaria as escolhas e o acesso ao conhecimento internacional. O objectivo é dar às línguas locais estatuto igual ou superior. Isso reduz o pesado fardo da repetência e do abandono e, assim, cria qualificações humanas.

POLITICA LINGUISTICA NAS INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS

Nas sociedades multilingues, uma política de múltiplas línguas é o único meio de assegurar a participação democrática total. De outro modo, grande parte da população de um país pode ser excluída por incapacidade de falar a língua oficial do Estado. O Parlamento do Malawi usa exclusivamente o inglês e a Constituição (1994) exige que todos os candidatos ao Parlamento saibam “falar e ler a língua inglesa suficientemente bem para ter parte activa nos trabalhos do Parlamento” (ver capítulo 5).⁴⁴ As actas dos trabalhos parlamentares também são publicadas em inglês. O único modo das pessoas que não sabem inglês estarem informadas acerca dos trabalhos parlamentares é através da rádio nacional, que dá versões altamente sintetizadas em *chichewa*.

O uso exclusivo do inglês cria uma barreira entre a elite política e as massas e reduz a reserva de possíveis legisladores. As mulheres, em particular, podem ser colocadas em desvantagem, porque é menos provável que sejam alfabetizadas, ou fluentes em inglês. A Tanzânia estendeu a participação política na legislatura à maioria, deliberando que fosse usada a sua língua franca nacional, o *kiswahili*.

As políticas linguísticas para o sistema judicial não devem negar a justiça. O uso do inglês como principal língua do discurso legal é vulgar na África anglófona, onde os sistemas judiciais se baseiam no sistema legal britânico. Muitas vezes, isso afasta as pessoas do direito, uma vez que na sua maioria têm pouca ou nenhuma fluência em inglês.

A África do Sul tentou alargar as escolhas dos que não são falantes de inglês, nem de africânder, requerendo 11 línguas oficiais reconhecidas constitucionalmente (desde 1994) – 9 indígenas, mais inglês e africânder. A despeito de um ambicioso programa de intérpretes nos tribunais, que envergonha a maioria dos outros países, ainda há uma tendência para o inglês. Um estudo dos tribunais de *Qwaqwa*, no Estado Livre, área predominantemente de falantes de *sesotjo*, conclui que até quando o magistrado, o promotor de justiça e o réu eram africanos falantes de *sotho* como língua materna, os processos eram conduzidos “em inglês medíocre com a ajuda de um in-

Nas sociedades multilingues, uma política de múltiplas línguas é o único meio de assegurar a participação democrática total

CAIXA 3.8

Quantas línguas existem em África? 85% dos africanos falam 15 línguas nucleares

A profusão de línguas em África dá a impressão de uma fragmentação sem fim. Um exame mais atento revela convergências e semelhanças estruturais em relação a culturas, clãs e línguas superficialmente distintas. Os administradores coloniais e os missionários, umas vezes por conveniência administrativa e outras por razões de proselitismo (traduções bíblicas, em particular), elevaram pequenos dialectos ao estatuto de línguas e pequenos grupos locais ao estatuto de tribos. Tal como etnólogos da era colonial “descobriam” avidamente tribos, que muitas vezes eram mais propriamente partes de grupos muito maiores, também as línguas em África têm uma afinidade muito maior entre si do que vulgarmente se pensa.

Muitas das línguas inventariadas como distintas em África são, na realidade, dialectos de

línguas nucleares. Como falantes de primeira, segunda ou terceira língua (a maioria dos africanos é multilingue), mais de 75% dos africanos falam 12 línguas nucleares: nguni, soto-tswana, suahili, amárico, fulful, mandingas, ibo, haúça, ioruba, luo, interlacustre oriental e interlacustre ocidental (kitara). Cerca de 85% da população africana do continente fala 15 línguas nucleares (as outras três línguas são o somali-samburu-rendille, o oroma-borana e o gur). Embora lexicalmente diferentes, estas línguas são morfológica, sintáctica e foneticamente semelhantes.

Se os linguistas dos diferentes países da África Subsariana cooperassem para normalizar vocabulários, seria possível usar essas línguas para ensinar, não só nos três primeiros anos da escola primária, mas até nos anos mais adiantados.

Fonte: Prah 2004.

O Reconhecimento da Diversidade Linguística na Constituição do Afeganistão

Em 4 de Janeiro de 2004, a nova Constituição do Afeganistão foi aprovada por uma *Loya Jirga* (ou grande assembleia) de 502 representantes de todos os pontos do Afeganistão. Se a aprovação em si é um marco significativo que se atingiu nos últimos dois anos, no entanto, certos aspectos da nova Constituição são particularmente dignos de nota. Por exemplo, ao reconhecer a diversidade linguística no Afeganistão, a Constituição dá um passo que não tem precedentes, não só na história do Afeganistão, mas da região no seu conjunto.

O Afeganistão tem duas grandes línguas oficiais, o *pashto* e o *dari*, que temos falado orgulhosamente durante séculos. A Constituição determina a igual aplicação dessas duas línguas como meio oficial de comunicação em todas as organizações do Estado. Muitas instituições estatais terão de trabalhar para pôr isto em prática, mas outras, incluindo o meu próprio Gabinete, já o fazem. É gratificante para mim, como afegão e como Presidente, poder passar do *dari* para o *pashto* e vice-versa, ao falar publicamente, conforme a ocasião exigir.

Além das duas grandes línguas oficiais, os delegados à *Loya Jirga* concordaram em dar estatuto oficial a todas as línguas minoritárias, nas áreas em que elas são faladas. Isto é um passo importante que, penso, só tem precedentes em sociedades que são

fortes e sólidas. É uma poderosa indicação de que temos a coragem e a abertura de espírito para sermos inclusivos e reconhecermos a diversidade, ainda que sejamos uma sociedade que acabou de emergir da guerra e da desordem. É, hoje, motivo de orgulho para nós que os beluchis, nuristanis, pamires, pashais, turcomanos e usbeques, nossos companheiros afegãos, gozem do direito de usar as suas próprias línguas e de as terem reconhecidas como oficiais. Estou confiante que este passo tornará o Afeganistão uma nação mais forte, mais orgulhosa do que antes, e uma nação exemplar na região.

Tendo dado o primeiro passo, o Afeganistão precisa agora de trabalhar para tornar as palavras da Constituição numa realidade. Se estamos confiantes em relação à viabilidade de transformar as línguas regionais em oficiais nas respectivas regiões, no entanto, instalar as infra-estruturas para esse fim não é, na verdade, uma tarefa fácil. Ensinar as pessoas a ler e a escrever na sua língua materna exige a incorporação da língua no currículo escolar. Isto exigirá alterações na estrutura convencional do nosso sistema educativo. Precisaremos de formar mais professores e de imprimir mais livros.

Mas, acima de tudo, precisamos de avançar cuidadosamente para garantir que a transformação das línguas

regionais em oficiais contribui para a integração nacional, em vez de reforçar o isolamento das comunidades. No século XXI, as pessoas de todo o mundo estão cada vez mais à procura de coisas comuns, incluindo a comunidade da língua. Aprender uma língua local não deve tornar-se uma contracorrente. E não deve reduzir a qualidade da educação das nossas crianças.

Os representantes da *Loya Jirga* asseguraram que a nossa nova Constituição representa não só as aspirações profundas da nação, mas também as preferências diversas do povo do Afeganistão. Transformar a sua visão em realidade pode, na verdade, ser um desafio, mas é um desafio que estamos confiantes de poder enfrentar. Reconhecermos a nossa diversidade, ao mesmo tempo que afirmamos a nossa nação, consolidará ainda mais as fundações de um Afeganistão democrático.



Hamid Karzai
Presidente

Estado Islâmico do Afeganistão (em transição)

térprete do tribunal, que traduzia de e para *sesotho* para benefício do réu”.⁴⁵

Na Tanzânia, em contrapartida, o *kiswabili* é a língua judicial nos tribunais de primeira instância. As leis chegam ao Parlamento em inglês, mas são debatidas em *kiswabili*, antes de serem definitivamente redigidas em inglês. Em 1980, o *kiswabili* era usado nos tribunais inferiores em 80% dos casos; no Supremo Tribunal apenas se usa o inglês.⁴⁶

Em 1987, a Nova Zelândia, com 14% de população indígena Maori, declarou o *maori* língua oficial, dando a qualquer pessoa (e não só ao réu) o direito de falar *maori* em qualquer processo judicial, independentemente da sua proficiência em inglês.⁴⁷ É da responsabilidade do juiz assegurar que esteja disponível um intérprete competente. Uma vez que a maioria dos Maoris fala inglês como primeira língua, esta disposição vê a língua como um direito e não como um problema, como a maioria dos outros países.

Quando uma nova política de língua está a ser explorada ou executada, deveria ser criado um conselho linguístico especial do Estado, como se fez no Quebec, Catalunha e nos Estados Bálticos. Esse

conselho deveria incluir especialistas para analisarem a situação sociolinguística, elaborarem propostas políticas e organizarem programas de ensino da língua, especialmente necessários se a nova política linguística incluir a exigência da língua para os empregos no funcionalismo público, emissão de licenças e naturalização. Se o Estado reconhecer abertamente que a fluência numa língua é necessária para o acesso aos serviços públicos, tem a obrigação de ajudar e monitorizar a aquisição dessa língua – de outro modo, são inevitáveis os conflitos entre os que a dominam e os que não a dominam. Um conselho linguístico estatal com comissões especializadas e pessoal permanente exige, naturalmente, recursos substanciais, como os programas de ensino da língua.

Com os novos Estados, pode haver oportunidades sem precedentes de resolver conflitos étnicos, negociando um acordo que envolva compromissos com vários grupos. Por exemplo, pode ser possível negociar maior autonomia linguística em troca de menos autogoverno do território. Ao abrigo do recente acordo de Ohrid, os albaneses da Macedónia desistiram das reivindicações de autonomia territo-

rial em troca do estatuto de língua oficial em todo o país. Na recém-independente Malásia, em 1956, os chineses aceitaram o predomínio público da língua malaia em troca de uma política liberal de naturalização. A diáspora chinesa salvaguarda a sobrevivência das suas línguas importando livros, apoiando associações culturais e mandando estudantes para universidades chinesas no estrangeiro. Além disso, também há escolas de língua chinesa, onde a comunidade pode estudar em chinês como meio de instrução. Aos estudantes dessas escolas é simplesmente exigido que se submetam a um exame em língua nacional, o *babasa* malaio.

Na Letónia soviética, o russo era a língua dominante e o letão raramente era usado em assuntos oficiais. Desde a independência, em 1991, o letão tornou-se a língua do Estado e de outros assuntos públicos. Foi lançado um grande programa linguístico patrocinado pelo Estado, de modo que os residentes russos pudessem aprender letão, a fim de pôr termo a uma situação em que os Letões, maioritariamente bilingues, tinham de se adaptar aos russos monolíngues. Mas os russos podem continuar a escolarização em escolas públicas de língua russa.

Não é que as tensões se tenham dissipado completamente. Há restrições ao uso do russo em marcas e cartazes eleitorais públicos e há quotas de tempo para russo na rádio e na televisão.⁴⁸

Além das questões do uso da língua nas instituições nacionais, há também o risco de que os meios de informação nacionais possam ser monopolizados por falantes de uma (ou duas) línguas dominantes. Embora a maioria dos países que conquistaram a independência após o colapso da União Soviética tenha grandes minorias russas, os nacionalistas tentam proteger o espaço informativo sob seu controlo da influência “estrangeira” – isto é, do impacte dos meios de comunicação russos – limitando os jornais e as emissões em línguas que não sejam do Estado (russo). Isso reduz as escolhas das pessoas, embora as antenas parabólicas possam aumentá-las, dando acesso a programas de televisão em russo.

POLITICAS PARA CORRIGIR A EXCLUSÃO SOCIOECONOMICA

As minorias étnicas e os povos indígenas são, muitas vezes, os grupos mais pobres na maior parte do mundo. Como o capítulo 2 documenta, têm menor esperança de vida e baixa realização educacional,

tal como noutros indicadores sociais. Também têm mais probabilidade de sofrer a exclusão socioeconómica. Para corrigir essa exclusão é necessária a conjugação de várias políticas, incluindo:

- Enfrentar os investimentos sociais desiguais para atingir a igualdade de oportunidades.
- Reconhecer as reivindicações colectivas legítimas de terra e modos de subsistência.
- Agir afirmativamente a favor dos grupos prejudicados.

Mas as minorias nem sempre são prejudicadas no acesso a oportunidades económicas e sociais. De facto, talvez a exclusão politicamente mais perigosa ocorra quando uma minoria étnica detém grande parte da riqueza (terras agrícolas, indústrias e serviços fundamentais). Por exemplo, os chineses de Mianmar, Indonésia, Malásia, Filipinas e Tailândia são proprietários de uma grande parte da indústria nestes países.⁴⁹ O seu domínio económico tem sido um factor de conflito civil, por exemplo, quando o regime de Suharto foi substituído na Indonésia. De igual modo, os colonos brancos da África Austral têm o controlo dominante das terras agrícolas. É provável que a reacção a essa dominação, seja ela induzida pelo mercado ou pelo Estado colonial, assuma a forma de acção afirmativa a favor da maioria prejudicada.

ENFRENTAR OS INVESTIMENTOS SOCIAIS DESIGUAIS PARA ATINGIR A IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

São necessárias políticas que promovam o crescimento com igualdade para conseguir a inclusão socioeconómica de todos os grupos. Para a maioria dos países em desenvolvimento, isso deveria incluir o investimento na agricultura e noutros sectores trabalho-intensivos e o alargamento do acesso aos activos, em especial os terrenos agrícolas. Mas é muito frequente as políticas de desenvolvimento tornarem-se fonte de tensão entre grupos. Por outras palavras, o próprio desenvolvimento pode criar, sustentar e, muitas vezes, intensificar desigualdades entre grupos e entre pessoas.

Em muitos países africanos, o controlo e distribuição estatais dos recursos minerais tornou-se uma fonte fundamental de diferenças etno-regionais de riqueza. Assim, no Sudão, a descoberta e a exploração de petróleo tornou-se a principal fonte de conflitos depois da independência, com o governo a anexar as terras ricas em petróleo, no Sul. E na Nigéria, os recur-

Além das questões do uso da língua nas instituições nacionais, há também o risco de que os meios de informação nacionais possam ser monopolizados por falantes de uma (ou duas) línguas dominantes

Em muitos países, a despesa pública em serviços sociais básicos discrimina sistematicamente as minorias e os povos indígenas

so petrolíferos do Sudeste e a utilização das receitas do petróleo agravaram as tensões étnicas, desencadeando a guerra civil no Biafra. O Botswana, em contrapartida, utilizou a sua riqueza mineral para investir em infra-estruturas sociais e no desenvolvimento humano – talvez, precisamente, por ser quase inteiramente constituído por um único grupo étnico, o Batswana.⁵⁰

Como foi assinalado anteriormente, a governação colonial enraizou identidades étnicas em África. Também promoveu a dominação étnica através de estruturas de poder estatal, que deram predominância a algumas identidades étnicas e não a outras.⁵¹ Os factores externos continuam, ainda hoje, a ser críticos. As forças externas são normalmente sub-regionais, ou intervenções de Estados vizinhos, como na República Democrática do Congo, Libéria, Moçambique e na Nigéria. Mas as intervenções de governos, ou de multinacionais de países desenvolvidos (muitas vezes o antigo país metropolitano) são mais generalizadas em África, ainda que mais proeminentes nos Estados africanos ricos em recursos (Angola, República Democrática do Congo, Libéria, Serra Leoa).

Uma vez que as empresas multinacionais estão normalmente envolvidas nas indústrias extractivas, na maioria dos países em desenvolvimento, as empresas deviam aderir à campanha “Publique o que paga” – revelando publicamente o que pagam aos governos dos países em desenvolvimento sob a forma de impostos, *royalties* e outros encargos. Essa informação tornaria muito mais difícil para os governos desses países a utilização de receitas e de rendas dos recursos minerais para beneficiar grupos étnicos, ou indivíduos específicos. Quando essa informação está disponível publicamente, as comunidades afectadas podem rastrear os fluxos e a utilização dos recursos. Podem questionar se os recursos beneficiam apenas elites locais ou nacionais. E podem exigir que os recursos também sejam disponibilizados para investimentos na sua área.

Os povos indígenas têm mais probabilidades de ser pobres do que os não indígenas (figura 3.1). Um estudo do Banco Mundial feito na Bolívia, Guatemala, México e Peru sugere que se as características do capital humano (serviços de saúde e educação e sua utilização) fossem igualizadas, muitas das diferenças de rendimentos entre trabalhadores indígenas e não indígenas desapareceriam.⁵² A distância não pode servir de desculpa para a falta de prestação de serviços: se as infra-estruturas para abate de árvores

e para a indústria mineira podem ser fornecidas nos recantos mais remotos da bacia hidrográfica do Amazonas, as infra-estruturas sociais também podem.⁵³

Em muitos países, a despesa pública em serviços sociais básicos discrimina sistematicamente as minorias e os povos indígenas. A reduzida prestação de serviços pode ser resultado de dotações financeiras mais baixas, ou da distância e do isolamento. Os povos indígenas recebem, muitas vezes, menos cuidados de saúde e têm piores resultados na saúde, do que a média da população. O governo brasileiro gastou 7 dólares *per capita* em cuidados de saúde para a população indígena, contra 33 dólares de média para o país.⁵⁴ Os povos indígenas também podem ser mal servidos, porque as infra-estruturas de saúde e o pessoal médico estão concentrados nas áreas urbanas. Na África do Sul, a raça está associada às principais diferenças nas taxas de mortalidade infantil e nas enormes desigualdades dos recursos afectados por intervenção sanitária (figura 3.2). No México, há 79 camas de hospital e 96 médicos por 100.000 habitantes a nível nacional, mas o número de camas de hospital cai para 8 e o de médicos para 14 por 100.000 habitantes nas áreas em que os povos indígenas constituem mais de dois quintos da população.⁵⁵

Na Bolívia e no Peru, inquéritos mostram que os indígenas têm mais probabilidades de ter estado doentes no mês anterior do que os não indígenas, mas têm muito menos probabilidades de consultar um médico.⁵⁶ Um menor recurso dos povos indígenas aos serviços de saúde pode, por vezes, reflectir a sua visão de que os serviços são culturalmente inadequados, porque não têm em consideração as dimensões espirituais da boa saúde, ou não incorporam a sua medicina tradicional, baseada em ervas e noutras plantas. Estas questões precisam de ser resolvidas para que melhore a saúde dos povos indígenas, e isso pode fazer-se sem recursos financeiros adicionais.

O direito à educação também está, muitas vezes, comprometido para os povos indígenas. A educação bilingue, embora possa ser muito eficaz, continua muitas vezes a ter falta de recursos e a ser, por isso, de má qualidade. A escolarização das crianças indígenas também sofre da falta de instalações escolares nas áreas onde elas vivem e de uma escassez de professores qualificados, em parte porque é dada uma menor prioridade à educação indígena. O problema é, muitas vezes, a pouca relevância do conteúdo do ensino, especialmente se os professores não são oriundos de comunidades indígenas.

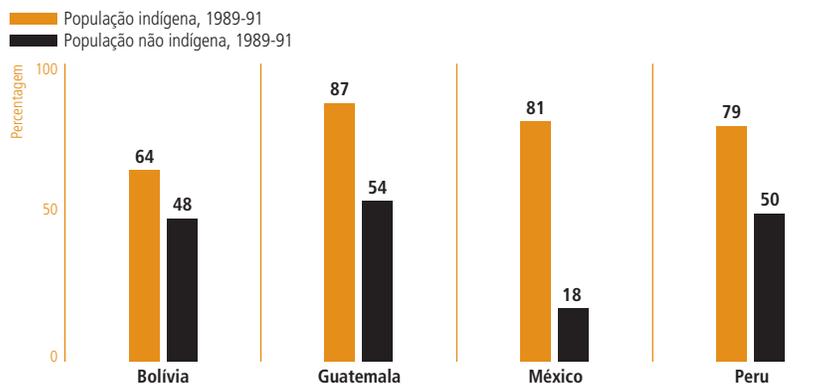
Não é fácil universalizar o acesso a serviços básicos onde existe fragmentação étnica e as identidades foram politizadas. Um estudo realizado no Quênia encontrou menor financiamento do ensino primário nos distritos etnicamente mais diversificados.⁵⁷ Usando uma amostra de cidades dos E.U.A., um estudo conclui que o nível e a variedade de bens públicos fornecidos piora à medida que aumenta a diversidade étnica.⁵⁸ Outro estudo realizado nos E.U.A. mostra que o apoio das pessoas à despesa pública na segurança social aumenta se uma fracção maior dos beneficiários na respectiva área pertencer ao seu grupo racial.⁵⁹ Portanto, ainda que as minorias, ou grupos, comparativamente prejudicados possam precisar de políticas públicas favoráveis para terem possibilidade de escapar à privação, essas políticas podem não surgir, por causa da ausência de um consenso nacional e da necessária base contributiva para financiar essas políticas.

RECONHECER REIVINDICAÇÕES LEGÍTIMAS DE
TERRAS E MEIOS DE SUBSISTÊNCIA

Direito às terras tradicionais. Uma importante tendência política da última década tem sido o aparecimento de movimentos indígenas poderosos em todo o mundo – da Bolívia ao Camboja, passando pelo Canadá e pelo Equador. No centro desses movimentos está a exigência de protecção do direito dos povos indígenas às terras históricas e à riqueza mineral. Essas reivindicações têm de ser reconhecidas pelo que são: reivindicações da propriedade da terra e do direito de usar o seu solo e os seus recursos (água, minerais, plantas, florestas). Só então é que os instrumentos políticos poderão enfrentar adequadamente as reivindicações. Os povos indígenas têm, muitas vezes, uma relação especial com a terra – para muitos, ela continua a ser a sua fonte de subsistência e de sustentação e a base da sua existência como comunidade. O direito de possuir, ocupar e usar a terra colectivamente é inerente à autoconcepção dos povos indígenas e esse direito normalmente não é atribuído ao indivíduo, mas à comunidade local, a tribo, ou a nação indígena.

A Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, adoptada em 1989, pede aos Estados que respeitem as terras e os territórios indígenas e proclama o direito dos povos indígenas a controlar os seus recursos naturais. Mas foi ratificada apenas por 17 países (principalmente na América Latina).

Figura 3.1 Os povos indígenas têm mais probabilidades que os não indígenas de serem pobres, na América Latina



Fonte: Psacharopoulos e Patrinos 1994; Helwege 1995.

Figura 3.2 Os não brancos beneficiam menos que os brancos da despesa pública de saúde, na África do Sul

Meados dos anos 90	Despesa pública de saúde por pessoa (rand)	Taxa de mortalidade infantil (por 1.000)
Branços	597.1	7.3
Indianos	356.2	9.9
Mestiços	340.2	36.3
Africanos	137.8	54.3

Fonte: Mehrotra e Delamónica, a publicar.

Muitos dos conflitos actuais por causa de terras e território estão relacionados com a posse, controlo, exploração e uso de recursos naturais. Em muitos países, o Estado reclama o direito de controlar esses recursos. E em muitos casos, empresas multinacionais defendem os seus próprios interesses económicos, desencadeando conflitos. No Chile, uma lei reconhece os direitos dos povos indígenas sobre as suas terras, mas outras leis permitem que qualquer particular reclame a posse do subsolo e dos recursos de água dessas terras, tornando difícil para as comunidades indígenas defender as suas reivindicações ancestrais.

Alguns países protegem essas reivindicações através de legislação, mas em muitos locais os povos indígenas não dispõem de títulos de propriedade privada. Poderosos interesses económicos transformam muitas vezes a posse comunitária em propriedade privada. Do Sul do Chile à bacia do Amazonas e às florestas do Norte do Canadá, passando pelas florestas tropicais do Sudeste Asiático e pelo sertão do Sul da África, não há território que não seja cobiçado por alguma empresa internacional. É cobiçado pela sua riqueza mineral, pelos depósitos de petróleo, pastos, florestas, plantas medicinais, pelo seu inte-

*As lutas de libertação
contra o colonialismo
também foram lutas pelo
acesso à terra*

resse para plantações comerciais, pelos recursos de água, ou pelo seu potencial turístico. Quando o governo nacional assina acordos com companhias internacionais sobre recursos (madeira, minas) em terras habitadas por povos indígenas, sem a sua participação na tomada de decisão, os povos indígenas tornam-se vítimas do desenvolvimento globalizado (ver capítulo 5 para uma discussão mais pormenorizada desta questão).

As reivindicações dos povos indígenas sobre a terra e os recursos naturais são colectivas e, por isso, complexas. A ideia de direitos colectivos é perturbadora numa democracia, porque parece contradizer os direitos individuais. Mas a falta de reconhecimento legal dos direitos colectivos viola direitos individuais. Países como a Bolívia, Colômbia, Equador e México têm encontrado formas de reconhecer a diversidade nas respectivas constituições. Países como a Bolívia, Equador e México também reconheceram graus de autonomia territorial. Países como a Bolívia, Brasil e Guatemala criaram instituições para enfrentar a confusão da titularidade incompleta, ou contraditória, da terra e o desafio da reforma agrária. E países como as Filipinas reconheceram os direitos à terra dos povos indígenas (caixa 3.9).

Em África, o problema é semelhante, mas com raízes diferentes. A despeito das movimentações em direcção à democracia, durante a última década, em muitos casos, regimes autoritários mantiveram amplo controlo das forças de segurança, dos recursos

económicos e do financiamento proveniente de países industrializados e de instituições multilaterais. Programas de austeridade económica foram, muitas vezes, usados em benefício das elites dirigentes. E o desmantelamento de partes significativas do sector público, que as reformas orientadas para o mercado normalmente exigem, sem primeiro criar um verdadeiro mercado, voltou a centralizar o poder, em muitos casos. Nesse sentido, poderia dizer-se que os ajustamentos estruturais das décadas de 1980 e 1990 tiveram resultados semelhantes às nacionalizações das décadas de 1960 e 1970.

Propriedade desigual da terra. A independência e as políticas de reconciliação na Namíbia e no Zimbabué e o fim do *apartheid* na África do Sul levaram muitas pessoas a acreditar que os conflitos raciais poderiam ser mitigados. As lutas de libertação contra o colonialismo também foram lutas pelo acesso à terra, expropriada ilegalmente durante os tempos coloniais. Mas o fracasso pós-colonial dos governos nacionais e dos seus parceiros internacionais em mobilizar financiamento para adquirir terrenos no mercado, alimentou a percepção de que os proprietários brancos têm sido protegidos. O legado do controlo racialmente desigual da terra aflige as principais áreas de colonizadores agrícolas da Namíbia, África do Sul e Zimbabué, bem como do Botswana, Malawi e Suazilândia. E a mudança para o mercado trouxe novas migrações de agricultores brancos para Moçambique e para a Zâmbia.

CAIXA 3.9

Direito à terra nas Filipinas

Após décadas de luta, o governo filipino aprovou a Lei dos Direitos do Povo Indígena, em 1997. Esta foi a primeira vez que um Estado da região reconheceu explicitamente os direitos do povo indígena às suas terras ancestrais, à autodeterminação e ao livre exercício da sua cultura. A lei afirma que o título nativo é a principal base dos direitos do povo indígena às terras ancestrais. Oferece a opção de pedir um Certificado de Título de Propriedade Ancestral, que reconhece oficialmente esses direitos.

A Comissão Nacional do Povo Indígena anunciou que, desde Julho de 2003, tinham sido atribuídos Certificados de Títulos de Propriedade Ancestral, abrangendo 367.000 hectares. Cerca de 76.000 indígenas são beneficiários directos desses certificados, uma pequena parte da população indígena total de 8 milhões.

A lei define propriedade ancestral como todas as áreas pertencentes às comunidades culturais indígenas e ao povo indígena. Isso inclui terra, águas interiores e áreas costeiras ocupadas, ou possuídas, por indígenas desde tempos imemoriais. A interrupção dessa posse por causa de guerra, força maior, fraude, ou projectos governamentais não invalida o direito. A propriedade ancestral também inclui florestas, pastos, cemitérios, áreas de culto, recursos minerais e outros que o povo indígena já não pode ocupar e usar exclusivamente, mas ao qual tinham acesso para a sua subsistência e para actividades tradicionais.

Esta disposição é importante porque reconhece claramente a ligação integral das culturas e tradições indígenas à terra. Isto é consistente com o artigo 27 do Convénio Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos, que protege os direitos linguísticos, cul-

turais e religiosos e, em relação aos indígenas, inclui os direitos à terra, recursos, subsistência e participação.

A lei reconhece os direitos culturais dos que foram despossuados das suas terras. Também reconhece o seu direito inerente à autodeterminação e autogoverno e respeita a integridade dos seus valores, práticas e instituições. O Estado garante, assim, o seu direito a prosseguir livremente o seu desenvolvimento económico, social e cultural.

Porém, a aplicação da lei também se revelou difícil, principalmente por causa das inadequações burocráticas e do comportamento discriminatório de políticos e funcionários públicos. Os indígenas e os seus defensores devem estar vigilantes quanto à conversão das palavras em actos. A comunidade internacional pode ajudar.

Fonte: National Commission on Indigenous Peoples 2004a, 2004b; UN 1994.

A maior parte da agricultura de colonos é em grandes fazendas, consideradas mais eficientes do que as pequenas quintas de subsistência dos agricultores negros. O facto de as grandes fazendas fornecerem a maioria dos excedentes agrícolas para exportação e consumo urbano ignora a investigação bem fundamentada em economia agrária: as quintas pequenas são mais eficientes do que as grandes. A reforma agrária tem, assim, de se tornar numa grande prioridade do Estado na região.

Todavia, as expropriações de terras coloniais continuam a ser reforçadas por novas concessões de terras a investidores estrangeiros. Alguns dos maiores proprietários da África Austral são companhias multinacionais com fazendas de gado e concessões mineiras. Essas companhias controlam agora os parques de vida selvagem e de safaris – em nome do ecoturismo – que estão a crescer em Moçambique, Namíbia, África do Sul e Zimbabué. Dos benefícios dessas actividades, pouco vai para os habitantes locais. Em resposta, alguns desses países começaram a tomar medidas para alterar a situação, como criar parques de caça mais pequenos que não são controlados por grandes companhias.

Até à data, a reforma agrária na África Austral tem sido lenta e acelerar o processo exigirá o apoio dos doadores. A reforma agrária deveria ser feita de uma maneira muito transparente, para permitir aos grupos indígenas pobres uma utilização justa e produtiva da terra, o que, além de ser um activo económico decisivo, é um poderoso símbolo político.

As questões da terra também continuaram a ser relevantes para as relações raciais na América Latina. Em meados do século XX, no âmbito de um modelo de Estado corporativo, as leis reconheceram os povos indígenas como candidatos à cidadania, em vez de objectos de controlo local. Quando o Estado corporativo concedeu títulos de terras de comunidades indígenas e forneceu serviços sociais, deu-lhes os meios para assegurarem um padrão de vida básico. E as federações de camponeses forneceram aos índios vias institucionais para acederem e interagirem com o Estado.

Porém, nas décadas de 1980 e 1990, houve uma erosão constante dos regimes de cidadania dos Estados corporativos e uma politização simultânea das clivagens étnicas nos países andinos e mesoamericanos da Bolívia, Equador, Guatemala, México e Peru. O desmantelamento de programas rurais (incluindo reformas agrárias e programas de crédito) aumentou

a incerteza sobre os regimes de propriedade entre os camponeses índios. Os Estados liberalizadores tornaram claro que não iriam manter (na Bolívia, Equador e México), ou restabelecer (na Guatemala e Peru), formas especiais de direitos de propriedade, crédito e subsídios para camponeses índios. Assim, no período actual, está em causa o acesso dos povos indígenas pobres ao Estado e aos seus recursos. A organização rural e os protestos respondem a esta incerteza material, na medida em que os camponeses receiam o endividamento, o declínio dos rendimentos e a perda da terra. A menos que estas questões sejam resolvidas, os povos indígenas não podem cumprir a promessa de democracia na região. A possibilidade de perda da terra também afecta a viabilidade e a autonomia das instituições políticas locais.⁶⁰

ACÇÃO AFIRMATIVA A FAVOR DE GRUPOS EM SITUAÇÃO DESFAVORAVEL

As políticas de acção afirmativa fazem a afectação de empregos, promoções, contratos públicos, empréstimos comerciais, admissões no ensino superior e assentos parlamentares, com base na pertença a um grupo em condição desfavorável. Essas políticas são necessárias quando a desvantagem é a exclusão cultural. Dependem apenas de políticas gerais de crescimento económico equitativo para eliminar essas desigualdades de grupo exigiria um tempo excessivamente longo, levando ao ressentimento, ou mesmo, ao conflito civil.

Algumas políticas de acção afirmativa atribuem quotas numéricas; outras fixam objectivos definidos com mais flexibilidade. A acção afirmativa pode ser administrada voluntariamente, ou por via legislativa. Nalguns países, como a Malásia, a acção afirmativa tem sido usada como política para enfrentar a exclusão da participação – para eliminar distinções entre grupos, de modo que a identificação racial, étnica ou linguística não seja idêntica a baixo estatuto socioeconómico. Noutros países, como a África do Sul, faz parte de uma política de correcção de erros do passado e de redução das desigualdades entre grupos (caixa 3.10).

A acção afirmativa reduziu as desigualdades entre grupos nos locais onde tem sido eficazmente executada. Mas estudos de países com dados recolhidos extensivamente e com uma longa história de acção afirmativa – Índia, Malásia e Estados Unidos e, num período mais curto, a África do Sul – mostram que as desigualdades entre as pessoas (desigualdades

Depender apenas de políticas gerais de crescimento económico equitativo para eliminar as desigualdades de grupo exigiria um tempo excessivamente longo, levando ao ressentimento, ou mesmo, ao conflito civil

Experiências com acção afirmativa na Malásia e na África do Sul

A acção afirmativa, definida como política pública para reduzir as desigualdades entre grupos, assume diferentes formas. Na África do Sul, na última década, e na Malásia, nas últimas três décadas, a acção afirmativa aumentou a representação dos grupos designados na elite e nas classes médias, mas o progresso não impediu o aumento da desigualdade entre ricos e pobres, tanto dentro dos grupos anteriormente prejudicados, como na sociedade em geral.

Malásia

No momento da independência, no fim da década de 1950, os Malaio e outros grupos indígenas (bumiputera), embora em maioria numérica, estavam economicamente muito atrás da minoria chinesa. Os Malaio detinham apenas 10% das empresas registadas e 1,5% do capital investido. A Constituição concedeu a cidadania aos residentes chineses e indianos e, ao mesmo tempo, conferiu aos Malaio direitos especiais à propriedade da terra, empregos governamentais, educação e alvarás para empresas.

Na sequência de motins interétnicos de Maio de 1969, o governo adoptou a Nova Política Económica para erradicar a pobreza entre todos os Malaio e para reestruturar a sociedade Malaia, de modo que a identificação da raça com a função económica e a localização geográfica fosse reduzida e, finalmente, eliminada através de uma rápida expansão económica. O governo decretou quotas malaio para as licenças de comércio e negócios e para a propriedade do capital e forneceu assistência especial através de crédito, formação e locais para as empresas. Também adquiriu acções de empresas privadas em nome dos bumiputera, com vista a atingir a propriedade de 30% das empresas.

Enquanto os rendimentos de todos os grupos aumentaram desde 1969, as disparidades de rendimento entre grupos diminuíram, o que é uma realização impressionante. Mas a desigualdade de rendimentos dentro dos grupos aumentou desde o fim da década

de 1980, especialmente entre os bumiputera, onde o fosso entre ricos e pobres se alargou substancialmente.

O crescente abuso de privilégios étnicos, especialmente pelos que têm boas ligações políticas, contribuiu provavelmente para a alienação cultural das últimas décadas, com a divergência a exprimir-se entre malaio. Com as oportunidades de privatização, a partir de meados da década de 1980, decididas em grande medida pelo governo numa base discricionária, tem havido acusações de procura de rendas. Assim, enquanto os objectivos socioeconómicos específicos do Novo Programa Económico foram em grande medida atingidos, a unidade nacional continuou a ser algo ilusória. A identificação da melhoria das relações interétnicas quase exclusivamente com a redução das disparidades na participação em comunidades de negócios e na classe média, acabou por gerar maior ressentimento étnico e suspeitas de ambos os lados.

África do Sul

No fim da era do apartheid, em 1995, os brancos eram cerca de 13% da população e ganhavam 59% dos rendimentos pessoais; os africanos, 76% da população, ganhavam 29%.¹ Num inquérito de 2000 para 161 grandes empresas que empregavam 560.000 trabalhadores, os brancos ainda detinham 80% das posições de gestão. O diferencial racial de salário também era substancial, embora muito mais pequeno do que antes: no fim da década de 1990, os trabalhadores brancos ganhavam em média cinco vezes mais do que os africanos (embora metade dessa discrepância se explicasse por uma diferença de educação e localização).

Na era pós-apartheid, o governo democrático introduziu uma gama de programas concebidos para estreitar estes hiatos. A Lei da Igualdade de Emprego, de 1998, exige que os empregadores apresentem dados sobre remunerações e regalias para cada categoria ocupacional, por raça e sexo, e que tomem as medidas apropriadas se existirem diferenciais despropor-

cionados. Empresas acima de uma certa dimensão são obrigadas a fornecer ao governo relatórios anuais, explicando como planeiam tornar a sua força de trabalho demograficamente mais representativa, a todos os níveis. A lei também afirma que a falta de “experiência” necessária de um membro de um grupo protegido não é razão suficiente para contratar outra pessoa, desde que o candidato tenha a “capacidade para adquirir, num período de tempo razoável, a competência para desempenhar a função”.² Além disso, “cartas de capacitação dos negros” para cada sector, fixam objectivos em relação à proporção de acções que devem ser transferidas para negros (africanos indígenas, mestiços e asiáticos). Já foram publicadas cartas para os sectores do petróleo, minas e banca. A intenção é que cerca de um quarto das acções sul-africanas estejam nas mãos de negros dentro de cerca de uma década.

Como é que funcionaram estes esforços? Cerca de metade dos gestores médios da África do Sul e um quarto dos gestores de topo são negros, contra quase nenhum há uma década. Os negros foram promovidos especialmente depressa no sector público – o governo não enfrenta concorrentes. Porém, uma vez que têm sido promovidas muitas pessoas com qualificações insuficientes, o governo teve que contratar um grande número de consultores para as ajudar, mas essa situação está a mudar. A eficiência é um problema. Ao abrigo das regras de compras, as empresas propriedade de negros podem levar mais caro e, ainda assim, ganhar contratos do governo, deixando menos dinheiro para bens públicos como estradas, pontes e casas. Quanto às cartas de capacitação, ainda não é claro como será financiada essa transferência de acções. A prática corrente de capacitação dos negros “não criou novos produtos nem novas companhias independentes que não estejam apoiadas em grandes empresas de brancos”, segundo Moeletsi Mbeki, um comentador muito conhecido.

1. Os “mestiços” e “asiáticos” constituíam 11% da população.

2. O empregador “não pode discriminar injustamente uma pessoa apenas com base na falta de experiência relevante dessa pessoa”, South Africa Employment Equity Act, n.º 55 de 1998, secção 20 (5).
Fonte: Sabbagh 2004; Jomo 2004; *The Economist* 2004a; van der Westhuizen. 2002; Schultz e Mwabo 1998.

verticais), por oposição às desigualdades entre grupos (desigualdades horizontais), aumentaram ou mantiveram-se estáveis. O quociente de disparidade entre os chineses e os bumiputeras, em termos de rendimento mensal médio das famílias, diminuiu de 2,3 em 1970 para 1,8 em 2000, e entre indianos e bumiputeras caiu de 1,73 para 1,3 (figura 3.3). E após décadas de políticas de acção afirmativa nos Estados Unidos, a percentagem de afro-americanos nas profissões especializadas – advogados, juizes, médicos, engenheiros, professores universitários – aumentou (figura 3.4). Assim, o tamanho da elite afro-americana

aumentou e o dilema, agora, pode ser se a segunda geração dessa elite continuará a receber os benefícios. De facto, nas admissões à universidade, a passagem da acção afirmativa para políticas insensíveis à raça, como as que entraram em vigor no Texas e na Califórnia, desde 1996, tem levado a significativas quedas nas matrículas de minorias em instituições de elite.

A Índia tem uma das histórias mais longas na execução de políticas de acção afirmativa. As regras da acção afirmativa (também conhecidas por “reservas”) aplicam-se a três grupos: as castas classificadas (intocáveis hindus e segmentos de minorias religiosas

com privações), tribos classificadas e “outras classes atrasadas” (grupos de castas que estão entre os intocáveis e os renascidos *djiva*). Os regimes coloniais excluíram estes três grupos da estrutura do poder. O resultado foi que, durante séculos, a pobreza foi sistematicamente concentrada em certos grupos sociais. As reservas, que abrangem cerca de 65% da população, destinam-se a dar poder a essas pessoas.

Há quotas para as castas classificadas (15% da população) e para as tribos classificadas (8%) em órgãos legislativos, a todos os níveis do governo (local, provincial e nacional), em empregos do governo e em instituições de educação.⁶¹ Desde 1991, as outras classes atrasadas, o grupo maior e mais heterogéneo, tiveram quotas nos empregos do governo e nas instituições de ensino superior (27% a níveis nacional e estadual, um pouco mais de metade da sua proporção na população), mas não nos órgãos legislativos, uma vez que constituem uma maioria em muitos Estados da Índia e a sua representação nos parlamentos aumentou grandemente através dos processos normais de política concorrencial.

As reservas alteraram a natureza e a composição da classe média indiana. Actualmente, uma parte significativa da classe média é constituída pelas segunda e terceira gerações beneficiárias das reservas. Na altura da independência, as castas e tribos classificados e outras classes atrasadas só podiam aspirar a um grau limitado de mobilidade ascendente. As reservas alargaram as suas oportunidades. A educação tornou-se um valor social e cultural, ajudando a criar uma classe social mais elevada, cujos membros servem tanto de modelo funcional, como de “pontas de lança” para os seus povos entrarem nos campos económico e político dominantes.⁶² Um resultado é que a identidade da classe média já não é vista em termos de estatuto ritual.

As reservas educativas e ocupacionais também tiveram um impacte duradouro no sistema político da Índia. Toda a estrutura do poder político mudou desde a independência, a começar pelos estados indianos do Sul. Apareceu uma nova liderança política de entre as castas e tribos classificados e outras classes atrasadas. Em quase todos os Estados, os beneficiários das reservas ocupam importantes posições no governo e posições em níveis inferiores da burocracia. Esta nova classe política pôs termo ao monopólio do poder do Partido do Congresso.

Ainda que as políticas de acção afirmativa tenham muitos êxitos, as desigualdades de rendimento entre

Figura 3.3 As desigualdades entre grupos declinaram na Malásia, mas não as desigualdades entre pessoas

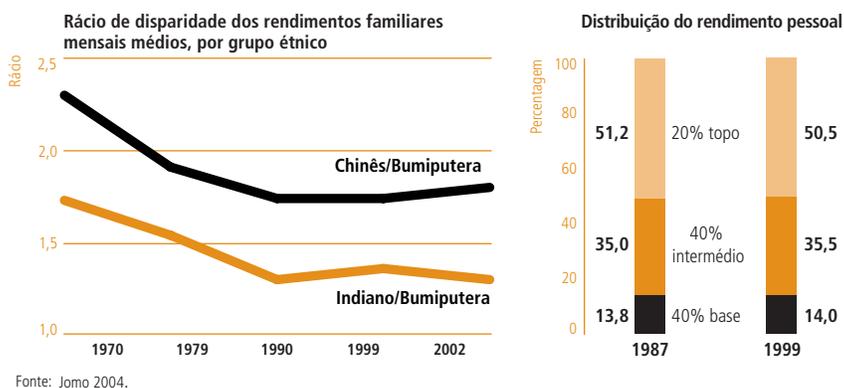
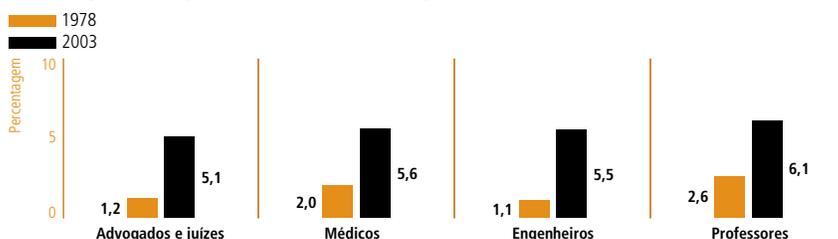


Figura 3.4 Os resultados da acção afirmativa nos Estados Unidos são mistos

Ficha de registos sobre igualdade

	Cerca de 1980		Cerca de 2000	
	Branco	Negro	Branco	Negro
Esperança de vida (anos)	74,4	68,1	77,7	72,2
Óbitos maternos (por mil nascimentos)	6,7	21,5	5,1	17,1
Taxa de mortalidade infantil (por mil nascimentos)	10,9	22,2	5,2	14
População abaixo da linha de pobreza (percentagem)	10,2	32,5	9,5	22,5
Taxa de desemprego (16 e mais velhos)	6,3	14,3	3,5	7,6
Taxa de desemprego (16 a 19 anos)	15,5	38,5	11,4	24,5

Negros como parte dos trabalhadores especializados (percentagem)



Fonte: U.S. Census Bureau 2004b; Department of Labor 2004.

indivíduos continuaram a aumentar, mesmo em sociedades que tentaram reduzir as desigualdades entre grupos através da acção afirmativa (Índia, Malásia, África do Sul e Estados Unidos). É verdade que essas desigualdades poderiam ter piorado sem as políticas de acção afirmativa. Mas para reduzir as desigualdades individuais e construir sociedades verdadeiramente inclusivas e equitativas, são necessárias outras políticas – do tipo discutido em anteriores *Relatórios do Desenvolvimento Humano* – como as políticas que promovem o desenvolvimento económico equitativo.

O fundamento original da acção afirmativa era corrigir erros raciais do passado. Os negros dos E.U.A. foram vítimas, primeiro, da escravatura e, depois, de um século de discriminação legal e frequentemente violenta. A acção afirmativa era en-

A maior parte dos países que adotaram essas políticas também experimentou um aumento nas desigualdades totais do rendimento pessoal

tendida como uma medida temporária. Em vez disso, tornou-se uma característica da vida dos E.U.A. Agora, o seu fundamento, apoiado não só por universidades de topo, mas também pela maioria das grandes empresas e até pelas forças armadas, é a prossecução da “diversidade”. Os Estados Unidos estão a encaminhar-se lentamente para um modelo de políticas formalmente insensível à raça, cuja característica mais distintiva é uma negação de princípio da raça como categoria legal. Por exemplo, uma medida de política sugerida é transformar as preferências baseadas na raça em preferências baseadas na classe económica. Em relação às admissões na universidade, porém, dado que o número de estudantes brancos pobres com elevadas classificações nos testes é seis vezes maior do que o de hispânicos e negros, a preferência baseada na classe não promoverá a igualdade racial.⁶³

Na Índia, a intenção era pôr termo às reservas logo que os grupos afectados melhorassem. Isso não aconteceu. Em vez disso, as preferências tornaram-se auto-perpetuadoras. As esferas legislativas reservadas, que deviam acabar 10 anos depois da Constituição de 1950, têm sido prorrogadas de 10 em 10 anos. Seguindo uma estratégia de “nós estamos mais atrasados do que vocês”, as pessoas tentam ser classificadas como membros das castas designadas para serem elegíveis para as preferências. As reservas abrangem actualmente cerca de 65% da população.

Essa aposta generalizada do sistema aumentou o rancor, que roça a animosidade, das castas e classes “avançadas” para com as “atrasadas”. Vários con-

frontos resultaram na destruição de propriedades e perda de vidas, levantando a questão de saber em que medida a polarização vale a preferência. As razões:

- O âmbito das reservas no emprego público foi alargado do recrutamento às promoções.
- O alargamento das reservas restringe as oportunidades das castas avançadas.
- Os governos têm usado as reservas como uma política populista para obter votos.
- As reservas levaram ao relaxamento dos padrões de admissão de membros das classes designadas nas escolas profissionais.

Apesar destas preocupações, as políticas de acção afirmativa têm tido bastante êxito na realização dos seus objectivos e, provavelmente, considerações de natureza política impedirão a sua eliminação. E sem elas, é provável que as desigualdades e exclusões socioeconómicas de grupos fossem piores do que são hoje. Por isso, não há dúvida de que a acção afirmativa tem sido necessária nos países aqui examinados.

Permanece um aspecto preocupante. A maior parte dos países que adoptaram essas políticas também experimentou um aumento nas desigualdades totais do rendimento pessoal (acompanhadas de desigualdade crescente dentro do grupo subprivilegiado). Isso sugere fortemente que muitas outras forças exigem acção numa frente mais alargada: desigualdades na posse da terra e de recursos, desigualdades na prestação de serviços sociais básicos e padrões de desenvolvimento que exploram ou excluem a população indígena – exactamente os factores subjacentes à exclusão socioeconómica culturalmente conduzida.



Enfrentar os movimentos para a dominação cultural

Este Relatório defende que as pessoas deviam ser livres de ser o que são, de escolher as suas identidades e de viver em conformidade. Mais, defende que o reconhecimento de identidades múltiplas e complementares – com indivíduos que se identificam como cidadãos de um Estado e como membros de grupos étnicos, grupos religiosos e outros grupos culturais – é a pedra angular da liberdade cultural. Mas os movimentos hostis a estes princípios procuram eliminar a diversidade em nome da superioridade cultural. Esses movimentos e as fontes de apoio que lhes estão subjacentes devem ser enfrentados. A pergunta é: Como?

Este capítulo trata dos movimentos coercivos a favor da dominação cultural – aqueles que são motivados por uma ideologia de supremacia e dominação cultural e que usam a coerção para eliminar as identidades culturais dos outros. Esses movimentos são uma parte familiar da paisagem política em muitos países e a sua força até pode estar a crescer.

É importante esclarecer o que é distintivo neste tipo de movimento. Muitos tipos de movimentos usam estratégias coercivas de violência ou intimidação, mas nem todos são movimentos a favor da dominação cultural. Muitos grupos historicamente prejudicados ou subjugados sentem-se compelidos a usar estratégias coercivas, particularmente se são excluídos ou marginalizados do processo político normal. A sua tática pode envolver a coerção, mas o seu objectivo é a prossecução de direitos iguais, partilha do poder, autonomia e uma sociedade mais inclusiva (por exemplo, os Zapatistas no México). Se fossem adoptadas as recomendações discutidas nos capítulos 3 e 5, o uso de estratégias coercivas por esses grupos já não seria necessária ou justificada.

Este capítulo, em contrapartida, foca os movimentos que, tipicamente, procuram criar Estados étnica ou religiosamente “puros”, expulsando, assimilando coercivamente, ou até matando qualquer pessoa vista como “outra”. Para esses movimentos, os tipos de políticas multiculturalistas defendidos neste Relatório são anátemas. É a intolerância, ou o

ódio a outros costumes – e organizar-se para espalhar essa intolerância, negando, ao mesmo tempo, a escolha das pessoas em relação às suas identidades – que torna um movimento coercivo (figura 4.1). Alvo: liberdade e diversidade.

Muitas vezes, esses movimentos são descritos, enganadoramente, como movimentos religiosos “fundamentalistas”. Mas é importante salientar que o enfoque deste capítulo é, ao mesmo tempo, mais ampla e mais restrita do que o fenómeno do fundamentalismo religioso. Por um lado, muitas formas de fundamentalismo religioso não acreditam no uso da violência para atingir os seus objectivos. Nem procuram, necessariamente, impor coercivamente a sua ideologia aos outros. Podem funcionar exclusivamente dentro do sistema democrático. Os monges tibetanos, ou trapistas, têm fortes convicções religiosas, mas não violam a liberdade religiosa dos outros. Por outro lado, há casos de movimentos coercivos para a dominação cultural que não se baseiam principalmente na religião, mas antes em apelos à pureza racial e étnica. Assim, o fundamentalismo religioso não é condição necessária, nem suficiente, para qualificar como coercivo um movimento a favor da dominação cultural.

Este capítulo foca os movimentos que, tipicamente, procuram criar Estados étnica ou religiosamente “puros”, expulsando, assimilando coercivamente, ou até matando qualquer pessoa vista como “outra”

Figura 4.1 Movimentos para a dominação cultural – diferente de todos os movimentos fundamentalistas ou violentos



Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano.

A ausência de democracia cria, muitas vezes, as condições para o aparecimento desses movimentos, enquanto a conciliação política pode, geralmente, moderar as fontes de conflito e fortalecer a democracia liberal

Como é que os Estados podem responder a esses movimentos sem comprometer os seus princípios democráticos? Têm duas opções: reprimir esses movimentos, ou minar as suas bases de apoio, considerando democraticamente as suas preocupações e razões de queixa. Os Estados têm o direito legítimo, e a responsabilidade, de processar actos criminosos. Por vezes, é necessário o uso da força. Mas os Estados têm de assegurar que as medidas para restringir movimentos a favor da dominação cultural não reprimem direitos e liberdades fundamentais. Este capítulo defende que a repressão raramente funciona. A ausência de democracia cria, muitas vezes, as condições para o aparecimento desses movimentos, enquanto a conciliação política pode, geralmente, moderar as fontes de conflito e fortalecer a democracia liberal.

MOVIMENTOS PARA A DOMINAÇÃO CULTURAL — OS DESAFIOS ACTUAIS

Os movimentos coercivos e intolerantes não são novos, mas estão em ascensão. Em muitos países, os movimentos para a dominação cultural estão a tornar-se uma força proeminente na política nacional. Algumas das indicações perturbadoras:

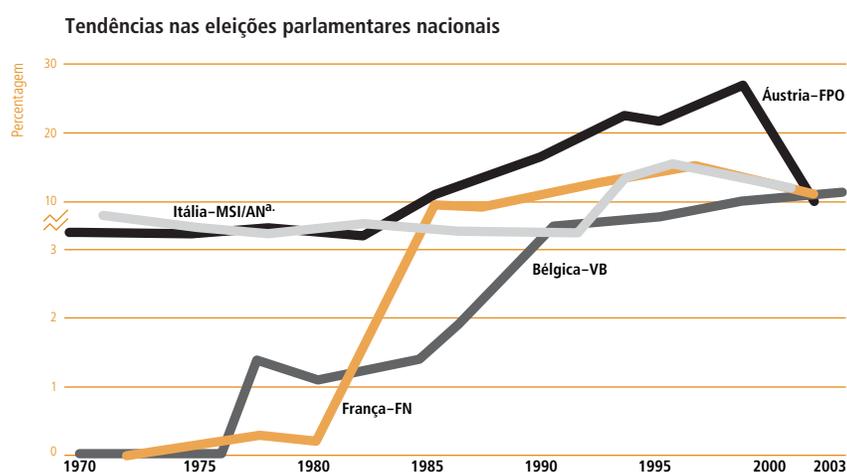
- Na Europa, partidos de extrema-direita tiveram êxitos eleitorais em vários países, obtendo 26,9% dos votos na Áustria, em 1999 (figura 4.2).
- Na América do Norte e na Europa, os crimes de ódio e a violência xenófoba – motivados por pre-

conceitos racistas, étnicos ou religiosos – continuam a ser comuns. Em 2002, houve 12.933 crimes desses na Alemanha e 2.391 na Suécia, 3.597 acusações no Reino Unido e 7.314 delitos nos Estados Unidos.¹ Estes países não são os únicos que experimentam intolerância extrema; estão, porém, entre os poucos que recolhem esses dados.

- Em 2003, 13 dos 65 (um de cada cinco) grupos envolvidos no terrorismo podiam ser identificados como procurando a dominação religiosa ou a limpeza étnica.²
- Na África, o Exército de Resistência do Senhor, que visa instituir um governo baseado nos Dez Mandamentos, tem infligido uma violência brutal no Norte do Uganda, desde 1988, incluindo raptos, tortura e violações. Os rebeldes hutus *interahmwe*, perpetradores do genocídio de 1994, continuam a constituir uma ameaça no Ruanda.
- No Ásia do Sul, aumentaram os ataques organizados e violentos a igrejas e missões cristãs. A Índia, apesar da sua longa tradição secular, tem vivido uma considerável violência comunitária, com intensidade crescente: 36,2% das vítimas de violência comunitária, desde 1954, ocorreu entre 1990 e 2002.³ No Paquistão, certas organizações (o *Sipa-e-Sabá*, o *Lascar-e-Jangvi* e o *Terique-i-Jafariya*) têm alimentado a violência sectária brutal entre sunitas e xiitas, desde 1989 (quadro 4.1).⁴
- No Ásia do Sudeste, o militante *Jemaá Islamiya*, com redes na Indonésia, Malásia, Filipinas e em Singapura, procura instalar um Estado islâmico asiático. Alguns dos seus membros foram condenados pelo ataque à bomba em Bali, em Outubro de 2002.
- Movimentos como esses são muitas vezes marginais, mas também podem ser segmentos de um partido político, ou mesmo de um Estado. Ao procurar impor uma noção particular de ideologia e identidade nacionais, eliminando ao mesmo tempo outras identidades culturais, Estados coercivos cometeram algumas das piores brutalidades da história recente – o genocídio de não comunistas pelos Khmer Vermelhos e a limpeza étnica de muçulmanos pelas forças sérvias no Kosovo.

O activismo político para a dominação cultural existe em todas as principais religiões. Nos Estados Unidos, extremistas cristãos atacam à bomba clínicas

Figura 4.2 Alguns partidos europeus da extrema-direita ganharam constantemente parcelas crescentes dos votos



a. O partido italiano AN estava na aliança eleitoral Casa da Liberdade, que incluía a Força Itália, Liga Norte e o Novo Partido Socialista Italiano (a aliança recebeu 45,4% dos votos). A percentagem de votos indicada refere-se à parte proporcional da eleição, em que foram eleitos 155 dos 630 deputados.

Fonte: Electionworld.org 2004; Ignazi 2003; Jackman e Volpert 1996; Widefeldt 2004.

QUADRO 4.1

Vítimas causadas pela violência sectária no Paquistão, 1989-2003

Ano	Número de mortos	Número de feridos
1989	18	102
1990	32	328
1991	47	263
1992	58	261
1993	39	247
1994	73	326
1995	59	189
1996	86	168
1997	193	219
1998	157	231
1999	86	189
2000	149	..
2001	261	495
2002	121	257
2003	102	103

.. Não disponível.

Nota: Os dados para 2000 são de ataques terroristas usando apenas explosivos. Não estão disponíveis dados sobre vítimas e incidentes de outras atividades terroristas.

Fonte: SATP 2004.

de abortos. Na Índia, extremistas hindus fomentaram a violência antimuçulmana em Guzarate, tal como extremistas muçulmanos tinham visado os hindus. O *Gush Emunim*, um grupo militante de colonos, visa recriar o Israel bíblico e tem usado violência para expulsar palestinianos. O Grupo Islâmico Armado, na Argélia, ameaça matar aqueles que não oram, ou as mulheres que optam por não usar o lenço na cabeça. No Japão, o culto *Aum Shinrikyo*, que afirmava estar associado ao budismo, envenenou os passageiros na rede de metropolitano de Tóquio, em 1995.

A religião também não é a única fonte de extremismo. As brutalidades com base na etnicidade, ou na raça incluem a tentativa de extermínio de judeus pelos nazis na Alemanha e o massacre de tutsis por hutus no Ruanda.

IDENTIFICAR MOVIMENTOS PARA A DOMINAÇÃO CULTURAL

Os movimentos para a dominação cultural partilham alguns elementos fundamentais. Distinguem-se pela sua identidade cultural – seja ela étnica, racial ou religiosa – e tentam impor a sua ideologia coercivamente e até pelo extermínio. Esses movimentos:

- Acreditam na superioridade da sua cultura e rejeitam todas as outras.
- Actuam baseados nessa convicção para impor a sua ideologia aos outros e criar uma sociedade “pura”.
- Muitas vezes, embora nem sempre, recorrem à violência para atingir os seus objectivos.

Os movimentos para a dominação cultural têm um sentimento de supremacia e são, muitas vezes, predadores. Abraçam uma ideologia que demoniza outras identidades para justificar a criação de uma pátria “pura”, sagrada e homogénea. Vêm qualquer pessoa que não pertence à comunidade nuclear como inferior, indesejada e não merecedora de respeito. O *Jemaa Islamiya* culpa os “cafres chineses e cristãos”⁵ dos problemas da Indonésia – é essa a justificação para procurarem criar um Estado islâmico à custa do secularismo indonésio. A Aliança Nacional – a maior organização neonazi dos Estados Unidos – quer criar um novo governo “responsável apenas perante brancos”.⁶

Os movimentos para a dominação cultural são exclusivistas e procuram impor a sua ideologia aos outros. Criam apoio engendrando uma sensação de medo de que os seus próprios valores e identidade estejam sob ameaça (capítulo 1). Um estudo sobre partidos de extrema-direita na Europa revelou características comuns: fomentam a xenofobia, levando a exigências de criação de sociedades monoculturais, de exclusão dos “forasteiros” das políticas de segurança social e de criação de um Estado forte que possa proteger a nação contra as “forças do mal”.⁷ Os movimentos de dominação cultural também visam membros da sua própria comunidade, denegrindo e eliminando opiniões divergentes e questionando a integridade e a lealdade (pureza da fé, ou do patriotismo).

Pode haver outros motivos. Muitos conflitos étnicos também têm a ver com poder político, ou económico (capítulo 2) e a identidade étnica é um modo de mobilizar aliados. O genocídio ruandês, por exemplo, foi uma manifestação da luta pelo poder político e económico entre tutsis, excluídos durante o governo dominado por hutus, e hutus, excluídos durante o regime colonial. O que distingue esses movimentos é que prosseguem a dominação cultural em nome da identidade. Incitando uma ideologia de ódio contra tutsis, os militantes hutus redefiniram a identidade Hutu em termos raciais, afirmando que os Hutus eram os habitantes originais e ridicularizando os Tutsis como “estrangeiros” da Etiópia.

Nem todos os movimentos para a dominação cultural são abertamente violentos. Ameaças, assédio e políticas eleitorais também são tácticas comuns. Além disso, a mesma organização pode usar várias estratégias – propaganda, políticas eleitorais,

Os movimentos para a dominação cultural são exclusivistas e procuram impor a sua ideologia aos outros

Quando o Estado falha, os movimentos coercivos podem intervir, oferecendo educação, segurança, ou lei e ordem

solicitação de apoio externo, exigências violentas de apoio local e campanhas de guerrilha, ou terrorismo. As políticas eleitorais nem sempre são uma alternativa à coerção – muitos partidos instilam medo e insegurança para ganhar votos e para ameaçar membros de outras comunidades. Embora a violência não seja uma característica universal dos movimentos coercivos, ela é uma característica vulgar. As ideologias coercivas espalham a intolerância, o que pode inspirar actos de violência aleatória. O movimento da Identidade Cristã, nos Estados Unidos, inspirou tiroteios e homicídios racistas por membros das Nações Arianas, em 1998.

PORQUE É QUE ESSES MOVIMENTOS EXISTEM – E PORQUE É QUE A SUA INFLUENCIA ESTA A CRESCER?

Ideologia. Discriminação. Pobreza e desigualdade. Liderança manipuladora. Um Estado fraco ou ineficaz. Intervenções políticas do exterior. Ligações com a diáspora alienada. Todas são razões para o aparecimento e a persistência de movimentos coercivos a favor da dominação cultural. Fracassos de desenvolvimento e de governação podem deixar um vazio que os movimentos coercivos estão ansiosos por preencher. Uma característica consistente desses movimentos é que oferecem uma explicação simples (muitas vezes distorcida) para os fracassos do mundo – e um programa simples para os corrigir (expulsar imigrantes, matar membros de outras comunidades).

A política de identidade tem, muitas vezes, explicações económicas subjacentes para as razões de queixa ou de cobiça. Na Europa Ocidental, partidos de extrema-direita conquistaram votos quando houve uma significativa perda de confiança nos partidos dominantes em matérias que vão desde a corrupção à globalização.⁸ Os movimentos religiosos oferecem a salvação doutrinal às pessoas que vêem a modernização como estranha e repressiva, em contextos onde, nem a democratização, nem o desenvolvimento económico tiveram êxito. Portanto, mesmo uma classe média ameaçada e uma *intelligentsia* profissionalmente frustrada podem juntar-se às fileiras dos económica e socialmente marginalizados, em movimentos coercivos. Isto foi evidente no papel da “*intelligentsia* da oposição secular” no aparecimento de muitos movimentos coercivos islamitas até à década de 1970. Nos últimos anos, são clérigos que têm desempenhado o papel dominante.⁹

Quando o Estado falha, os movimentos coercivos podem intervir, oferecendo educação, segurança, ou lei e ordem. Inicialmente, os taliban ajudaram a tornar seguras as rotas comerciais. Durante algum tempo, o *Gush Emunim* forneceu segurança aos colonatos dos seus membros, na Cisjordânia e em Gaza. As brigadas Adolat, no Usbequistão, ganharam popularidade quando tomaram as rédeas da lei para reduzir o crime e fazer baixar os preços dos alimentos.

A falta de recursos para mandar as crianças para escolas seculares (governamentais ou privadas) é uma razão pela qual as pessoas se apoiam nas escolas religiosas, que fornecem educação gratuita. Em princípio, isto não é censurável. As escolas islâmicas, por exemplo, podem proporcionar benefícios culturais e económicos aos alunos que, de outro modo, talvez não recebessem uma educação. Mas nalgumas comunidades, essas escolas também promovem ideologias culturais coercivas e encorajam os alunos a envolver-se em actividades coercivas. Embora se diga que 2% a 3% das escolas islâmicas do Paquistão andem a recrutar crianças para movimentos coercivos, no entanto, só estão oficialmente registadas cerca de metade das 15.000 a 20.000 escolas religiosas estimadas.¹⁰ Torna-se difícil para o Estado supervisionar e regular essas escolas não registadas. Na Tailândia, 300 das 550 escolas islâmicas não oferecem educação secular (o Estado está a investigar o seu envolvimento no recrutamento e formação de militantes).¹¹

Mas mesmo escolas públicas podem pregar a intolerância. O nazismo foi propagado em escolas públicas. As ideologias da supremacia branca faziam parte do currículo na África do Sul, no tempo do regime de *apartheid*. O controlo dos recursos educativos permite que os Estados revejam manuais para distorcer a história, visar comunidades particulares e encorajar estereótipos racistas.

Os líderes definem a ideologia de um movimento. Uma das principais funções é interpretar a doutrina religiosa para persuadir os membros da correcção “divina” dos seus actos. Porque as milícias têm um elevado risco de deserção, os líderes podem exigir que os membros provejam a sua lealdade estudando textos religiosos durante anos, ou cometendo actos de destruição. Também mudam a ideologia, ou o alvo da organização, dependendo das circunstâncias. E os líderes convertem actos arbitrários de coerção num esforço colectivo. Recru-

tam, doutrina e formam os seus quadros (por vezes crianças). Planeiam actos terroristas e preparam materiais de publicidade. E asseguram fundos para compensar os membros da família de quadros que morrem em acção e que são, depois, glorificados como heróis (caixa 4.1).

As comunidades de emigrantes há muito radicadas no estrangeiro podem contribuir para o aparecimento de movimentos coercivos nos seus países de origem. Como membros da diáspora, lutam entre a conservação da sua identidade original e das suas tradições culturais e a adaptação ao seu novo meio ambiente. Quando se sentem inseguros ou incompreendidos, podem separar-se da sociedade dominante. Há provas dessa insatisfação entre populações muçulmanas na Alemanha e na Holanda.¹² Os movimentos coercivos podem explorar esses sentimentos, para pedir à diáspora o seu apoio financeiro e político. No princípio da década de 1990, “combatentes de fim-de-semana” chegavam da Alemanha para combater pelos seus grupos étnicos na Bósnia.¹³

Muitos destes factores que sustentam o aparecimento de movimentos de dominação cultural também inspiram movimentos nacionalistas. Muitos destes factores são as razões pelas quais grupos discriminados lutam por direitos políticos. Mas muitos movimentos a favor da autonomia podem ser liberais e reconhecer a importância de conciliar a diversidade dentro de uma região autónoma. Pelo contrário, os movimentos para a dominação cultural podem aparecer mesmo dentro da maioria e do grupo politicamente dominante. Os racistas não procuram autonomia territorial; em vez disso, visam todos aqueles que são considerados como “outros”, ou inferiores. Os movimentos para a dominação cultural são adeptos da utilização das razões de queixa genuínas das pessoas para obter apoiantes. O que os distingue é a sua agenda de superioridade cultural e de eliminação da diversidade e da tolerância.

DILEMAS PARA AS DEMOCRACIAS – MEDIDAS RESTRITIVAS OU CONCILIADORAS?

Os movimentos coercivos podem ser uma força destabilizadora poderosa. São um desafio para todos os Estados e um dilema particular para os Estados democráticos. Se os movimentos a favor da dominação cultural usam meios violentos, ameaçam a lei e a ordem, ou negam os direitos humanos dos seus membros, os governos têm todo o direito de agir

energicamente contra eles. Mas o problema é muito mais amplo do que crime e castigo. Em Estados que respeitam o direito de livre expressão, os movimentos a favor da dominação cultural usam as liberdades das sociedades democráticas para tentar miná-las. É possível – na verdade, é vulgar – defender a exclusão, a discriminação e a negação de liberdades cívicas e políticas sem nunca infringir a lei.

O dilema é que os Estados democráticos, que preservam os seus valores de liberdade, não querem ser acusados de restringir inadequadamente a liberdade de expressão e o direito de reunião. Nem querem ignorar ameaças à paz da comunidade, ou a intimidação de grupos minoritários. Se os direitos de alguns grupos são restringidos, enquanto o resto da sociedade os goza, há o perigo de provocar reacções extremas e até violentas. O desafio é proteger a liberdade desencorajando, ao mesmo tempo, os movimentos coercivos.

Os movimentos coercivos tendem a ser mais poderosos, e ameaçadores, em Estados não democráticos. Fazem-se ouvir através da violência e do extremismo porque, de outro modo, a esfera pública está fechada para eles. Por definição, os Estados não democráticos incorporam pouca ou nenhuma

Os movimentos coercivos podem ser uma força destabilizadora poderosa

CAIXA 4.1

Liderança, manipulação ideológica e recrutamento de apoiantes

Os líderes dos movimentos para a dominação cultural constroem identidades de grupo e mobilizam os seus seguidores para adoptarem métodos coercivos contra outros. Os líderes usam a sua capacidade organizativa para conquistar apoiantes, modificar as ideologias para satisfazer as suas necessidades, arranjar financiamento no país e no estrangeiro e fornecer armas e formação aos quadros militantes. Esses líderes prosseguem dois objectivos nucleares: criar uma ideologia de intolerância e alterar o equilíbrio do poder político.

O modo mais fácil de alimentar a intolerância é usar interpretações interesseiras da história para descrever e vilipendiar outros grupos. Ao fazê-lo, os líderes enfatizam a procura da justiça e concentram-se nos prejuízos que o seu grupo alegadamente sofreu. O enfoque não é na solução de verdadeiras razões de queixa, mas no uso ostensivo de razões de queixa como apelo para a reunião. O sítio na *Web* do Bajrang Dahl, um grupo extremista hindu, acusa o Estado indiano de satisfazer “elementos antina-

cionais (muçulmanos)” e exige que os muçulmanos indianos “provem que não são os herdeiros e seguidores” de antigos invasores que destruíram templos hindus. Nos Estados Unidos, depois da tragédia de Waco, em 1993, que envolveu agentes do FBI e o culto do Ramo Davidiano, líderes de cultos religiosos e organizações de supremacia branca tentaram reunir apoio atacando o governo federal por ter perpetrado aquilo que afirmavam ter sido uma injustiça.

Os líderes também procuram mudar a estrutura da governação, por exemplo, substituindo a lei teológica por regimes seculares, repudiando processos eleitorais, ou restringindo os direitos constitucionais de outros. Todas estas medidas servem para impor a autoridade e a superioridade de um grupo aos outros. Apesar das violentas actividades dos Tigres Tamil (LTTE) no Sri Lanka, no passado, monges budistas opuseram-se regularmente a quaisquer iniciativas no sentido de conceder a autonomia aos Tamil no Nordeste.

Fonte: ADL 2003; The Economist 2000; Grove e Carter 1999; HinduUnity.org 2004; IRR 2003; Stem 2003.

obediência a valores como a liberdade de expressão, ou o direito de se organizar politicamente. Para os regimes não democráticos, o *trade-off* entre liberdade e repressão é menos agudo, porque desde logo há menos liberdade.

Para os governos não democráticos, avançar para políticas mais liberais pode ser uma estratégia eficaz (caixa 4.2). As sociedades democráticas, mais adequadas para lidar com movimentos de dominação cultural, têm mais opções.

Restringir as actividades dos movimentos coercivos é apenas o primeiro passo

MEDIDAS RESTRITIVAS

Restringir as actividades dos movimentos coercivos é o primeiro passo. Quando esses movimentos ameaçam, intimidam e visam violentamente outros grupos, os Estados precisam de os reprimir, mesmo que isso exija o uso da força. Entre as medidas comuns para reprimir (e, eventualmente, eliminar) as actividades dos movimentos coercivos contam-se:

- Erguer barreiras institucionais contra partidos políticos coercivos.
- Promulgar leis e usar a intervenção judicial.
- Aplicar a força.

Erguer barreiras contra partidos políticos coercivos. As barreiras institucionais que excluem certos tipos de organizações da livre participação em

políticas eleitorais, ou na sociedade civil, são um modo comum das sociedades democráticas impedirem que o extremismo cultural infecte a sociedade mais ampla. Essas barreiras incluem a exigência de uma percentagem mínima de votos para entrar no parlamento, controlar os fundos das campanhas, restringir o acesso a serviços de radiodifusão e proibir certos tipos de partidos políticos através de disposições constitucionais. Os governos não democráticos usam medidas semelhantes para suprimir a oposição, comprometendo a sua capacidade de lidar com movimentos coercivos quando aparece uma ameaça específica, porque não existem linhas de comunicação.

Na Alemanha, um partido político tem de obter 5% dos votos nacionais para conseguir um lugar no parlamento. Este limiar tem ajudado a excluir do poder todos os principais partidos da extrema-direita, desde o fim da Segunda Guerra Mundial – o Partido Nacional Democrático (NPD), o Partido Republicano (REP) e a União do Povo Alemão (DVU). O limiar de 1,5% em Israel, pelo contrário, não foi suficientemente elevado para impedir que o rabi Kahane, do racista Partido *Kach*, conquistasse um lugar no *Knesset*, em 1984. Em resposta, o parlamento aprovou a secção 7A da Lei Básica, que impede a participação de uma lista de candidatos nas

CAIXA 4.2

Ásia Central – o perigo de restringir as liberdades políticas e culturais

No fim do regime soviético na Ásia Central, o Islão estava polarizado e tinham aparecido novos movimentos islamitas. Havia o Islão oficial, tal como fora regulamentado (e eliminado) pelo Estado soviético; o Islão tradicional, tal como se organizara em torno do clero não oficial; e o Islão reformista, tal como fora abraçado pelo *abl-al-Quran* – “o povo da Bíblia” – que queria estabelecer o “Islão puro” e acreditava na estrita adesão à lei da Sharia. Com a repressão dos movimentos que exprimiam as aspirações populares, cada um dos sucessivos movimentos religiosos tornava-se ideologicamente mais extremista e coercivo.

A repressão raramente funciona...

No princípio da década de 1990, o pan-asiático central Partido do Renascimento Islâmico (PRI) procurou purificar o Islão, mas carecia de uma estrutura coerente. Apesar de ser geralmente moderado, o PRI foi banido no Usbequistão, em 1991. Por volta da mesma altura, o movimento Adolat (justiça) tornou-se uma força, exigindo que o Usbequistão se tornasse um Estado is-

lâmico. Ganhou popularidade quando bandos de voluntários patrulhavam o vale de Fergana para reduzir a criminalidade e exigir preços mais baixos dos alimentos. Receando as alegadas ligações ao PRI, as autoridades processaram os líderes do Adolat. Isto só serviu para aumentar o seu poder de atracção popular e obrigou o movimento a passar à clandestinidade. Em 1999-2000, o Movimento Islâmico do Usbequistão (MIU), chefiado por antigos líderes do Adolat, procurou depor o governo usbeque e estabelecer um Estado islâmico.

Outro grupo islamita, o Hizb-ut Tahrir (HT), ganhou apoiantes em toda a região do vale de Fergana do Quirguistão, Tajiquistão e Usbequistão. Quer estabelecer um califado islâmico na Ásia Central. Mas critica fortemente a violência do MIU, confiando, em vez disso, em campanhas populares, distribuição de panfletos e em táticas similares. Porém, o HT também abraça ideias radicais, rejeitando a democracia, impondo a Sharia e ameaçando com o possível uso da força no futuro. O HT foi banido nos três Estados, mas a sua popularidade não vacilou.

...mas a conciliação democrática pode funcionar

A guerra civil do Tajiquistão (1992-97) foi, em grande medida, uma luta pelo poder entre diferentes grupos étnicos. Depois de a Oposição Tajique Unida ter sido expulsa das suas fortalezas, activistas religiosos tomaram a liderança e rebaptizaram o grupo como Movimento para o Renascimento Islâmico do Tajiquistão (MRIT), tentando remodelá-lo como uma força religiosa. Em áreas sob o seu controlo, o MRIT ameaçava punir as pessoas que não orassem e exigia que as mulheres usassem véu. Muitos líderes moderados da oposição saíram do MRIT. Após um acordo de paz em 1997, antigos membros da oposição (incluindo os do relegalizado Partido do Renascimento Islâmico do Tajiquistão) receberam cargos governamentais. Líderes mais moderados aderiram ao partido. O PRIT manteve o seu compromisso – entregar as armas, defender a constituição, apoiar um Estado democrático secular. O PRIT continua a defender a inclusão de valores religiosos no sistema judicial, embora tenha influência política limitada.

Fonte: Cornell e Spector 2002; *The Economist* 2003b; Rotar' 2002; Rubin 2004; Zelkina 1999.

eleições se os seus propósitos incluírem, entre outros, o “incitamento ao racismo”, ou a “negação do caráter democrático do Estado”. O governo banuiu o *Kach* em 1988, por incitar ao racismo e declarou-o organização terrorista, em 1994. Tanto na Alemanha como em Israel, grupos coercivos, ainda que autorizados a concorrer a eleições, viram as suas liberdades restringidas quando as autoridades os identificaram como hostis à constituição.

Essas proibições da participação política podem ser legítimas se um partido estiver implicado em comportamentos criminosos. Mas as restrições aos partidos políticos apenas porque aderem a uma ideologia particular podem não funcionar, por duas razões. Primeiro, um movimento que exprime uma preocupação pública genuína raramente esmorece. Segundo, a oposição ao regime pode aumentar e assumir formas mais extremas se o público considerar ilegítimas essas proibições. A experiência de Marrocos mostra que uma participação política mais alargada pode aumentar a moderação. Depois de alterações constitucionais terem expandido o campo eleitoral, o Partido Islamita da Justiça e do Desenvolvimento tornou-se o principal partido da oposição, em 2002. Um ano depois, os seus líderes estavam a falar menos de impor a lei islâmica e mais de fazer progredir o desenvolvimento.

Promulgar leis e usar a intervenção judicial. As leis que restringem os grupos coercivos diferem no seu âmbito e aplicação. Apesar de leis anti-racistas fortes, o Parlamento da Suécia rejeitou uma proibição de grupos de extrema-direita. Mas por vezes tornam-se necessárias leis severas contra o terrorismo. No Reino Unido, a Lei do Antiterrorismo, Crime e Segurança, de 2001, estendeu o seu âmbito para incluir os crimes agravados racial e religiosamente. Esta lei e a Lei de Prevenção do Terrorismo da Índia, de 2002, prolongam o período de detenção sem julgamento dos suspeitos. A Malásia e Singapura têm utilizado disposições semelhantes, há décadas.

Mas há debates acesos sobre a legislação anti-terrorista em quase toda a parte – Alemanha, Indonésia, Malásia, Nova Zelândia, Rússia, Reino Unido e Estados Unidos – porque também há o perigo de que as leis antiterroristas, promulgadas para enfrentar uma crise, dêem lugar a abusos, ou continuem a ser usadas perpetuamente. É importante rever regularmente essas leis, quanto à sua necessidade e eficácia, para justificar a continuação da sua aplicação.

O governo indiano deixou a sua antiga lei antiterrorista caducar em 1955, após acusações de abusos dos direitos humanos. A lei antiterrorista do Reino Unido foi introduzida como uma medida temporária, em 1974 (no início do terrorismo relacionado com a Irlanda do Norte) e sofreu emendas em 1976, 1984, 1989 e 1996. Quando tornadas permanentes, essas leis comprometem garantias de liberdades cívicas em sociedades democráticas. A legislação do Reino Unido não tem data para expirar.

A eficácia das leis que procuram tirar o tapete aos movimentos a favor da dominação cultural não depende da dimensão em que restringem as liberdades cívicas, mas da dimensão em que as protegem. O papel de um sistema de justiça civil que funcione é decisivo para processar movimentos coercivos e pessoas, mas também para fiscalizar os actos do governo.

Tribunais chegaram a diferentes conclusões sobre o equilíbrio adequado entre a protecção da liberdade e a permissão da difusão do ódio. Em 1996, o Supremo Tribunal sueco interpretou uma lei de 1948 que proibia a agitação contra outros grupos étnicos (*bets mot folkgrupp*) para aprovar a proibição da exibição de emblemas, símbolos, ou vestuário relacionados com ódio racial. Os holandeses também estão a penetrar nessas complexidades. No princípio de 2001, o presidente do município de Kerkrade invocou a Lei dos Eventos Públicos para proibir um desfile da União do Povo da Holanda, um partido da extrema-direita com ideologia racista. Um tribunal de Maastricht anulou a ordem e o desfile realizou-se. A legitimidade das acções assenta na aceitação de leis e normas internacionalmente reconhecidas. Os movimentos coercivos desenvolvem muitas vezes redes internacionais. Se o devido processo legal não for seguido num país, um movimento pode conquistar simpatia e apoio também noutros países.

Aplicar a força. Todos os Estados, democráticos ou não, têm o direito de usar a força quando confrontados com movimentos violentos. O que importa é como a usam. O uso da força perde grande parte, ou a totalidade da sua legitimidade, quando o Estado restringe direitos políticos, evita a jurisdição civil, ou usa a tortura.

Há um argumento prático contra o uso da força como primeira opção: muitas vezes não funciona. No Usbequistão, no princípio da década de 1990, a repressão do Partido do Renascimento Islâmico, geral-

Há um argumento prático contra o uso da força como primeira opção: muitas vezes não funciona

Os Estados devem ir além das medidas restritivas para conter ideologias intolerantes e movimentos coercivos

mente moderado, levou ao crescimento de grupos extremistas como o movimento Adolat e, em 1999, o Movimento Islâmico do Usbequistão estava a tentar derrubar o governo e a engajar-se no terrorismo (ver caixa 4.2).

Garantir que a força é usada legitimamente nem sempre é fácil. A força apenas deve ser usada contra grupos coercivos e não contra grupos que exigem direitos de participação política. Todavia, por vezes é difícil fazer essa distinção. Membros do mesmo movimento podem abraçar diferentes ideologias e objectivos, uns coercivos, outros não. Os Estados estão a tomar consciência de que dar liberdade a um movimento coercivo pode encorajar mais tolerância. O Egipto mostra como é difícil identificar movimentos coercivos – e, mesmo assim, como é importante escolher a resposta política correcta (caixa 4.3).

Mas certas estratégias deviam ser evitadas. Os Estados têm recorrido à tortura, argumentando que ela se justifica em certas circunstâncias. Independentemente da pouca frequência, ou da moderação do uso, há sempre o perigo de abuso quando a lei admite actos desses. Em 1987, uma comissão judicial israelita recomendou que fosse permitida uma “pressão física moderada” nos interrogatórios.¹⁴ Mas o abuso sobre os prisioneiros palestinianos pelo

Shin Bet, o serviço de segurança, tornou-se generalizado. Em 1999, o Supremo Tribunal israelita, reconhecendo esta realidade, declarou todos esses métodos ilegais. Até Março de 2004, 58 dos 191 Estados membros das Nações Unidas não tinham ratificado a Convenção Contra a Tortura e Outras Punições ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes (quadro de indicadores 30).

A maioria dos Estados democráticos, e até alguns não democráticos, aplica cinco princípios básicos nos seus processos judiciais: não à detenção arbitrária, não à tortura, *habeas corpus*, acesso a julgamento por um magistrado civil e acesso a um advogado de defesa. Enfrentar movimentos coercivos não significa que esses princípios tenham de ser comprometidos. Fazê-lo, torna as medidas restritivas repressivas – e até ineficazes.

CONCILIAÇÃO DEMOCRÁTICA

Os Estados devem evitar usar apenas medidas restritivas para conter ideologias intolerantes e movimentos coercivos. Porquê? Porque as medidas podem minar princípios democráticos – e frequentemente são ineficazes. Não há provas, por exemplo, de que a proibição de partidos e movimentos políti-

CAIXA 4.3

Egipto – distinguir entre moderados e extremistas

Os grupos islamitas não são todos iguais. Tratá-los como tal não só é má política, como também é ineficaz para enfrentar as preocupações que os animam. Ao mesmo tempo, fazer a distinção entre grupos e as suas ideologias nem sempre é fácil. Isso pode ser visto claramente no Egipto.

Durante a maior parte de um século, o Egipto combateu movimentos islamitas. A Fraternidade Muçulmana (fundada em 1928), o *al-Jama'a al-Islamiyya* e o *al-Jihad* são os mais proeminentes. Da década de 1940 à de 1960, a Fraternidade Muçulmana teve uma componente violenta, que envolveu assassinios notáveis e conspirações armadas contra o governo. Mas nas últimas duas décadas, alguns dos seus líderes rejeitaram métodos revolucionários e violentos (completamente, dizem eles), sugerindo até que a violência contradiz a Sharia islâmica.

Os objectivos declarados da Fraternidade Islâmica são, actualmente, o estabelecimento de uma democracia islâmica baseada na liberdade e a criação de uma sociedade com justiça social e segurança para todos os cidadãos. Procura um Egipto governado pela lei da

Sharia, ao mesmo tempo que enfatiza a necessidade de funcionar dentro das instituições da democracia.

O Estado egípcio permitiu que a Fraternidade Muçulmana concorresse às eleições, aliada a outros partidos, em 1984 e 1987, sem a reconhecer oficialmente. A Fraternidade concorreu aliada a outros partidos (o Wafd, em 1984 e os partidos Liberal e Socialista dos Trabalhadores, em 1987) e registou ganhos impressionantes – 8 assentos inicialmente e 36 depois. Porém, em parte devido a conflitos internos, a Fraternidade foi equívoca na condenação de actos violentos cometidos por outros grupos, no princípio da década de 1990. Essa ambiguidade em relação à sua ideologia prejudicou as tentativas da Fraternidade de se posicionar como um partido moderado alternativo. Na década de 1990, o governo prendeu centenas de membros da Fraternidade, na base de que estavam a apoiar o terrorismo.

É difícil decidir como lidar com a Fraternidade Muçulmana. Contudo, o Egipto estaria numa posição mais forte se agisse numa posição sem acusações de abuso dos direitos humanos. Excluir da vida pública

uma das organizações políticas proeminentes do país é insustentável a longo prazo.

O *al-Jama'a al-Islamiyya* e o *al-Jihad*, que vêm da década de 1970, apoiaram-se em táticas violentas para garantir o seu objectivo de impor a Sharia. O ataque mais horrendo foi o massacre de 68 estrangeiros e egípcios num templo de Luxor, em 1997 (a Fraternidade Muçulmana denunciou o ataque). Desde então, esses grupos sofreram divisões ideológicas. Alguns líderes rejeitam agora a violência, enquanto outros a defendem. Os ataques às embaixadas dos E.U.A. no Quênia e na Tanzânia, em 1998 (ambos os grupos alegadamente contribuíram para eles), realçaram as ameaças que os elementos extremistas constituem. Alegadas ligações à *al-Qaeda* prejudicaram ainda mais as suas reivindicações de participação política. Não estão autorizados a participar em eleições.

Quando o mundo procura soluções para as ameaças colocadas pelo terrorismo internacional, a experiência egípcia mostra como é difícil distinguir entre grupos moderados e extremistas. Mas abrir a esfera política aos moderados pode ajudar a reduzir o poder de atracção dos extremistas.

Fonte: Abed-Kotob 1995; Campagna 1996; Fahmy 1998; Gerges 2000.

cos com uma agenda racista acabe com o racismo. Os movimentos para a dominação cultural exploram razões de queixa reais; se forem proibidos, passam simplesmente à clandestinidade. A restrição, em especial a repressão, provoca resistência não só dos movimentos – também pode virar a opinião pública contra o Estado.

Os movimentos coercivos são sustentáveis pelo menos em parte, porque dão expressão a preocupações e sentimentos das pessoas. Essas preocupações só podem ser enfrentadas se puderem ser expressas e compreendidas.

Permitir que os partidos políticos que abraçam ideologias coercivas participem em eleições pode proporcionar um canal democrático para exprimir o ressentimento, reduzindo assim a violência. O risco é que esses partidos, ao conquistar o poder, possam tentar eliminar liberdades culturais. Deverá o Estado proibir partidos que querem impor coercivamente a lei islâmica da Sharia? Deve um grupo do poder branco na Suécia ser autorizado a funcionar livremente?

Este Relatório já defendeu que os valores universais dos direitos humanos e liberdades individuais não devem ser sacrificados às alegações de tradição ou de

direito consuetudinário. Mas reprimir um partido por causa da sua ideologia pode minar processos democráticos e encorajar os excluídos a virarem-se para a violência. A experiência de vários países sugere quatro estratégias para orientar as ações dos Estados democráticos – estratégias com as quais os países não democráticos podem aprender:

- Permitir que os processos democráticos normais funcionem.
- Processar os crimes de ódio.
- Prestar atenção aos currículos escolares.
- Ajudar as comunidades a lidar com o ódio e a violência do passado.

Permitir que os processos democráticos normais funcionem. A eliminação dos direitos políticos com base na ideologia raramente tem êxito. Na Argélia, em 1992, uma intervenção militar anulou a eleição do partido Frente Islâmica de Salvação (FIS). Isso levou ao aparecimento de um grupo mais militante, o Grupo Islamita Armado (GIA). Resultado: mais de uma década de violência mortífera e quase 100.000 vidas perdidas.¹⁵ A conciliação política pode dividir os movimentos coercivos entre os que estão preparados para participar em eleições, ou no governo, e os que não estão (caixa 4.4).

A conciliação democrática pode lançar a luz dura da realidade sobre o apelo marginal do extremismo

CAIXA 4.4

Argélia – descontentamento, democratização e violência

A guerra civil argelina é muitas vezes descrita como um conflito entre fundamentalistas islâmicos e o Estado. Mas o aparecimento de grupos intolerantes e violentos resultou da democratização falhada. As estratégias de conciliação dos últimos anos produziram alguns resultados iniciais positivos, mesmo quando permanecem vários outros desafios.

Após um colapso económico na década de 1980, aumentou a pressão para uma maior democratização. O governo da Frente de Libertação Nacional (FLN), que tinha governado a Argélia desde a independência, introduziu alterações constitucionais, em 1989, para legalizar os partidos políticos e restringir o papel dos militares. Também tinha encorajado um movimento islamita, aumentando significativamente a despesa religiosa, entre 1982 e 1987. A partir de 1988, o país preparou-se para as suas primeiras eleições multipartidárias, mas o governo reduziu drasticamente a despesa religiosa para diminuir o poder de atracção cada vez maior do movimento islamita. Nas eleições de Dezembro de 1991, a Frente Islâmica de Salvação (FIS), que queria estabelecer um Estado islâmico, conquistou 47% dos votos na primeira volta. Com o resultado das eleições quase certo, o governo travou o processo

eleitoral no princípio de 1992. A democracia tinha falhado na Argélia.

Embora o fracasso tivesse pouco a ver com o Islão, este era um factor importante da crise. Um movimento islamita armado tinha começado a organizar-se na Argélia, em 1990. Muitos grupos, acreditando que a democracia não era o caminho para um estado islâmico, mantiveram-se fora da FIS. A FIS, defendendo processos democráticos, começou por marginalizar os grupos violentos. Mas começou a perder credibilidade a seguir ao golpe de 1992. Em 1994, quando grupos armados que se opunham ao diálogo com o “regime apóstata” (Hafez 2000, pág. 577) se uniram no Grupo Islâmico Armado (GIA), a FIS formou a sua própria ala militar – o Exército Islâmico de Salvação (AIS).

As diferenças de ideologia eram substanciais. O GIA visava civis; o AIS declarava esses métodos como não islâmicos e concentrava-se em alvos militares. O GIA considerava a jihad violenta um imperativo islâmico; para o AIS ela era apenas um meio entre muitos de construir um Estado islâmico. O GIA representava uma luta sem compromissos contra infiéis e apóstatas; o AIS e a FIS apelavam ao Presidente para que restabelecesse a democracia e os direitos políticos. Estas

diferentes interpretações do Islão e do seu papel mostram a razão por que são inúteis generalizações sobre o Islão e os movimentos islamitas na Argélia.

Desde 1997, quando o AIS negociou um cessar-fogo com os militares, em troca de uma amnistia geral, a Argélia deu alguns passos no sentido da reconciliação e da democracia. Em 1999, o governo libertou prisioneiros políticos e aprovou a Lei da Reconciliação Civil, para estender a amnistia aos rebeldes que não tinham matado civis, colocado bombas em lugares públicos, ou cometido violações. Nas eleições de 2002, dois partidos de orientação islamita conquistaram assentos na Assembleia Nacional.

A Argélia tem um longo caminho à sua frente. A FIS continua a ser desqualificada para as eleições. O GIA e o recentemente criado Grupo Salafista para a Oração e o Combate continuam a ameaçar com a violência. As exigências de reconhecimento cultural dos Berberes são outra fonte de tensão. A experiência da Argélia exemplifica o argumento apresentado ao longo deste Relatório: a religião e a etnicidade não são causas intrínsecas de conflito, e a democracia é uma condição necessária, mas não suficiente, para garantir as liberdades culturais.

Fonte: Hafez 2000; Middle East Institute 2003; Testas 2002; Tremlett 2002.

CONTRIBUIÇÃO ESPECIAL

A diferença não é uma ameaça mas uma fonte de força

A maioria das sociedades do mundo de hoje inclui mais do que uma cultura, uma comunidade, ou uma tradição. É muito frequente, nesta situação, que um elemento procure dominar a sociedade como um todo. Esta abordagem pode gerar tensão e conflito. É do interesse de todos cooperar para construir uma sociedade benéfica para os seus membros.

A Irlanda do Norte e a União Europeia são exemplos, particularmente fortes, do modo como a existência de mais de uma cultura se pode revelar positiva na construção e desenvolvimento da sociedade, através de um processo de resolução de conflitos.

Já passaram quase quatro décadas desde o início do movimento dos direitos civis na Irlanda do Norte, que tem procurado, por meios pacíficos, os mesmos direitos e oportunidades para todas as pessoas que vivem na Irlanda do Norte, independentemente da sua origem, ou religião. Ao longo de todos estes anos tenho defendido que, quando se tem um povo dividido, a violência não tem nenhum papel a desempenhar para sarar a divisão, nem para resolver os problemas – ela apenas aprofunda a divisão. O problema só pode ser resolvido através da paz, estabilidade, acordo, consenso e parceria. Não pode haver vitória para um, ou para o outro lado.

Enquanto os direitos legítimos de cada comunidade da Irlanda do Norte não fossem harmonizados num novo quadro político aceitável para todos, a situação continuaria a dar lugar ao conflito e à instabilidade. Era preciso haver acordo.

É este o objectivo do Acordo de Belfast, de 1998. Representa uma harmonização que protege e promove a identidade e os direitos de todas as tradições políticas, grupos e indivíduos. Não se pede a ninguém que abandone as convicções, ou as crenças que acentua. Pede-se a toda a gente que respeite os pontos de vista e os direitos dos outros como se fossem seus.

Também acredito que a União Europeia é o melhor exemplo de prevenção e resolução de conflitos da história internacional. É importante que mantenhamos e desenvolvamos esse registo. Os visionários europeus demonstraram que a diferença – seja ela de raça, religião, ou nacionalidade – não é uma ameaça, mas sim uma coisa natural, positiva e uma fonte de força. Nunca devia ser fonte de ódio ou de conflito. Um princípio fundamental da paz é o respeito pela diversidade.

Entreí no Parlamento Europeu em 1979, por ocasião das primeiras eleições directas para o parlamento pelos eleitores dos seus então nove Estados

membros. Em breve sairei da vida pública de eleito, encantado por saber que nestes 25 anos a União Europeia progrediu, ao ponto de nesta altura já se ter alargado para incluir 25 Estados membros. Isso acabará com a divisão artificial do nosso continente criada depois da Segunda Guerra Mundial e reunirá a nossa família europeia.

A localização do Parlamento Europeu é em Estrasburgo, no rio Reno, na fronteira entre a França e a Alemanha. Quando visitei Estrasburgo pela primeira vez, atravessei a ponte desde Estrasburgo, em França, até Kehl, na Alemanha, e reflecti sobre as dezenas de milhões de pessoas que foram mortas nas numerosas guerras travadas pelo controlo do território. A União Europeia substituiu esses conflitos pela cooperação entre os seus povos. Transformou a sua vasta gama de tradições, de uma fonte de conflito numa fonte de força unificadora.



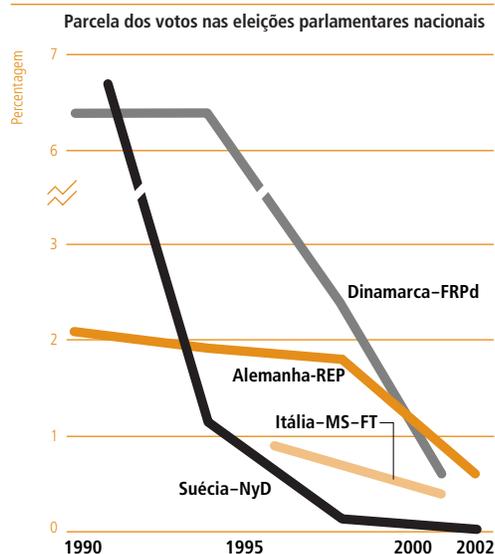
John Hume, MP MEP
Vencedor do Prémio Nobel da Paz 1998

Os partidos dominantes na Europa tendem a evitar ligações com partidos racistas e anti-imigrantes, mas as realidades políticas induziram-nos, por vezes, a trazer partidos de extrema-direita para uma coligação. Na Áustria, o Partido da Liberdade (FPÖ), de extrema-direita, tem participado em governos de coligação regionais desde a década de 1970. Depois de conquistar 26,9% dos votos em 1999, tornou-se parceiro no governo de coligação nacional. Mas isso foi na condição do seu líder, Jörg Haider, não fazer parte do governo; ele até saiu da presidência do partido em 2000. A política do governo continuou moderada: a política austríaca de imigração não se tornou drasticamente mais dura, como se receava. E em 2002, o FPÖ só conquistou 10% dos votos, sofrendo de divisões internas (ver figura 4.2).

A conciliação democrática pode lançar a luz dura da realidade sobre o apelo marginal do extremismo. Os partidos de extrema-direita podiam, inicialmente, mostrar um sucesso eleitoral conduzido pelo populismo, mas nem sempre é fácil manter o impulso. Muitos partidos europeus de extrema-direita como o Partido do Progresso (FRPd) da Dinamarca, ou o Partido Republicano Alemão (REP),

concorreram abertamente a eleições, mas tornaram-se irrelevantes quando receberam percentagens minúsculas dos votos. Outros como o Movimento

Figura 4.3 A participação democrática pode comprometer a franja de atracção dos partidos de extrema-direita



Fonte: Electionworld.org 2004; Ignazi 2003; Jackman e Volpert 1996; Widefeldt 2004; Susning.nu 2004; Swedish Election Authority 2002.

Social Chama Tricolor (MS-FT), em Itália, quase não conseguiram nenhum apoio (figura 4.3).

Os países não democráticos, por definição, têm um estreito espaço público para disputas políticas. Isso pode encorajar o crescimento de movimentos coercivos, mas também limita a capacidade do Estado os enfrentar de uma forma que o público considere legítimo.

Processar os crimes de ódio. Não processar os crimes de ódio só encoraja os movimentos coercivos a avançar com o seu programa através de ameaças e da violência. A legislação que visa especificamente crimes de ódio é controversa. Os críticos perguntam por que razão o fanatismo deve ser considerado mais repreensível do que, digamos, a coibiça, e afirmam que essas leis aproximam-se da perseguição das ideias e não dos actos, território perigoso para as democracias.

A defesa da legislação dos crimes de ódio assenta em duas premissas. Primeiro, os crimes de ódio têm relevância simbólica – destinam-se a enviar uma mensagem a toda uma comunidade e, por isso, em certo sentido, ameaçam todos os seus membros. O crime é maior do que o ataque físico ou verbal envolvido. Segundo, uma vítima potencial pouco pode fazer para evitar o ataque. Uma vez que é a identidade religiosa, ou étnica que motiva esses crimes –

muitas vezes características imutáveis – a ameaça é constante. A liberdade cultural tem a ver com a permissão de que os indivíduos façam escolhas; o crime de ódio tem a ver com forçá-los a um colete-de-forças desenhado por outrem.

Ter leis dos crimes de ódio nos livros não chega. Para identificar potenciais ameaças, os países precisam de recolher dados sobre crimes de ódio ou violência xenófoba. O Observatório Europeu do Racismo e da Xenofobia, que ajuda os países da UE com procedimentos padronizados de recolha desses dados, faz análises comparativas para a região. Os Estados também devem ter a vontade política de tomar uma posição firme contra a intolerância. Dos 191 Estados membros das Nações Unidas, 56 Estados (29%) não ratificaram a Convenção Internacional para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio (quadro de indicadores 30).

Prestar atenção aos programas escolares. Os Estados devem garantir que as escolas religiosas não estão isentas da regulação estatal e que os seus estudantes recebem uma educação de base ampla. Alguns países fizeram esforços encorajadores neste sentido. O Paquistão aprovou recentemente um programa de 100 milhões de dólares para incluir temas seculares nos currículos das escolas religiosas.¹⁶ Na Malásia, o governo está a introduzir o projecto

Os Estados também devem ter a vontade política de tomar uma posição firme contra a intolerância

CAIXA 4.5

Estados Unidos – visar a intolerância e o ódio

Os Estados Unidos têm utilizado uma combinação de estratégias para responder ao extremismo cultural. Essas estratégias têm visado a intolerância, mas não têm comprometido direitos e liberdades fundamentais.

Proteger a liberdade de expressão e de manifestação

Os Estados Unidos visaram a Ku Klux Klan na década de 1920 e os nazis americanos na década de 1930. Mas desde então, a evolução do sistema legal dos E.U.A. tem sido no sentido de defender fortemente a Primeira Emenda da Constituição, que garante a liberdade de expressão e o direito de reunião pacífica. Um processo famoso durante a década de 1970 envolveu o Partido Nacional-Socialista (NSPA), neonazi, que reivindicava o direito de desfilarem em Skokie, Illinois, uma cidade com uma grande população judia. Em 1978, o Tribunal Supremo de Illinois permitiu que o NSPA desfilasse, argumentando que “o discurso só pode ser restringido quando interfere de modo físico com outras actividades legítimas” (Pehdazur 2001, pág. 349).

Registrar crimes de ódio

Todavia, os Estados Unidos também têm registado crimes de ódio há mais tempo do que muitos outros países. Em 1990, o Congresso aprovou a Lei das Estatísticas de Crimes de Ódio e, em 1994, fez uma emenda à lei. Os crimes de ódio são classificados de acordo com a motivação preconceituosa de um acto criminoso – raça, religião, etnicidade, incapacidade e orientação sexual. As agências de aplicação da lei têm várias orientações para determinar com objectividade se um crime foi motivado por um preconceito – roupas, desenhos e símbolos, comentários orais e escritos, actos em feriados religiosos, etc. Ultimamente, começou a debater-se a extensão do âmbito dos preconceitos considerados como crimes de ódio. Foi introduzida uma lei no Senado Estadual do Oregon para estender a lei às acções ecoterroristas e anticapitalistas.

Processar militantes

Nos Estados Unidos, têm sido instaurados, com vigor, processos-crime e acções cíveis contra grupos racistas

violentos, com longas penas de prisão aplicadas aos respectivos líderes. Consequentemente, vários grupos faliram e desorganizaram-se nos últimos anos – Nações Arianas, Movimento de Criatividade, Greater Ministries International. Outros, como a Nação Hammskin, também sofreram, mas continuam a constituir uma ameaça.

Ajudar as comunidades

Finalmente, o Departamento de Justiça tentou resolver crimes de ódio a nível da comunidade. Criou o Serviço de Relações Comunitárias, em 1964, para prestar vários serviços, visando a redução das acções de crime de ódio: mediação para resolver tensões a nível da comunidade; assistência técnica e formação para funcionários locais, agentes da polícia e residentes sobre o modo de reconhecer os crimes de ódio e de partilhar informação; programas de consciencialização pública e planeamento de contingências, como desfiles e manifestações que possam exacerbar tensões.

Fonte: ADL 2003; De Kadat 2004; DoJ 2001; FBI 1999; Levin 2001; Pehdazur 2001.

Para desencorajar os movimentos coercivos para a dominação cultural, os Estados têm de responder construtiva, aberta e legitimamente às forças que os animam

J-QAF para incorporar um plano compreensivo de estudos islâmicos no sistema educativo nacional; os estudantes receberão assim educação religiosa e secular. Na Indonésia, desde o princípio do século XX, os movimentos *Mubammadyia* e *Nabdlatul Ulama* têm orientado escolas com o mesmo plano que as escolas públicas, além do seu currículo religioso. A Universidade Estatal de Estudos Islâmicos promove humanidades e ciências sociais dentro dos sistemas educativos islâmicos.

O currículo das escolas públicas também merece atenção. A UNESCO tem estado envolvida em vários projectos na América Central, África Ocidental e Austral e na Europa do Sudeste para a promoção dos direitos humanos nos programas de formação de professores. O Centro da Ásia-Pacífico de Educação para o Entendimento Internacional, na Coreia do Sul, desenvolve currículos educativos para promover o entendimento das diversas culturas da região. Os programas de formação de professores nos Camarões incluem cursos sobre tolerância e entendimento internacional. Temas como ética e civismo tornaram-se obrigatórios na escola primária e secundária. A Croácia começou a produzir manuais que incorporam educação sobre direitos humanos, tanto nos programas educativos nacionais (pré-primária, primária e secundária), como nos programas não formais.

Ajudar as comunidades a lidar com o ódio e a violência do passado. Os movimentos coercivos, muitas vezes produto de antagonismos históricos enraizados, só podem ser varridos se esses antagonismos forem enfrentados. A Comissão da Verdade e Reconciliação da África do Sul lançou esforços

bem sucedidos nesse sentido. O uso de instituições comunitárias (como os tribunais Gacaca no Ruanda) parece ter tido algum êxito na cicatrização das feridas da comunidade. Comunidades em Angola e Moçambique estão a usar rituais tradicionais de purificação para ajudar crianças-soldados traumatizadas a restabelecer relações com as suas famílias e com as comunidades mais alargadas. Na Suécia, projectos conjuntos da polícia e das escolas e centros de juventude reduziram as tensões étnicas e proporcionaram actividades alternativas à juventude.¹⁷

Quando países como o Afeganistão emergem de conflitos violentos, os esforços para manter os movimentos coercivos à distância exigem instituições públicas fortes (incluindo constituições, processos legislativos justos e sistemas judiciais independentes) e estratégias saudáveis de reintegração. Ao longo de várias décadas, os Estados Unidos usaram uma combinação de políticas desse tipo para visar eficazmente os grupos e pessoas racistas. Os actos criminosos são enfrentados com força, mas os direitos fundamentais também são protegidos (caixa 4.5).

* * *

Os movimentos para a dominação cultural existem porque exploram as razões de queixa e preocupações reais das pessoas. Desejar ver-se livre deles, fingir que não existem, ou simplesmente pô-los fora da lei, só lhes dá mais legitimidade para crescer. Para desencorajar os movimentos coercivos para a dominação cultural, os Estados têm de responder construtiva, aberta e legitimamente às forças que os animam.



Globalização e escolha cultural

“Não quero que a minha casa seja cercada de muros por todos os lados, nem que as minhas janelas sejam tapadas. Quero que as culturas de todas as terras sejam sopradas para dentro da minha casa, o mais livremente possível. Mas recuso-me a ser despossado da minha por qualquer outra.”

—Mahatma Gandhi¹

Quando os historiadores escrevem sobre a história recente do mundo, é provável que reflectam sobre duas tendências: o progresso da globalização e a disseminação da democracia. A globalização tem sido a mais polémica, porque tem efeitos bons e maus, e a democracia abriu espaço para as pessoas protestarem contra os maus efeitos. Por isso, é grande a controvérsia sobre as consequências ambientais, económicas e sociais da globalização. Mas há outro domínio da globalização, o da cultura e da identidade, que é igualmente controverso e ainda mais gerador de divisões, porque envolve pessoas vulgares e não só economistas, funcionários governamentais e activistas políticos.

A globalização aumentou, de um modo sem precedentes, os contactos entre os povos e os seus valores, ideias e modos de vida (destaque 5.1). As pessoas viajam mais frequentemente e mais extensamente. Actualmente, a televisão chega a famílias nas áreas rurais mais remotas da China. Da música brasileira em Tóquio aos filmes africanos em Banguecoque, passando por Shakespeare na Croácia, por livros acerca da história do mundo árabe em Moscovo e pelas notícias do mundo da CNN em Amã, as pessoas divertem-se com a diversidade da era da globalização.

Para muitas pessoas, esta nova diversidade é estimulante, e até capacitante, mas para outras é inquietante e incapacitante. Receiam que o seu país esteja a tornar-se fragmentado, que os seus valores estejam a perder-se à medida que cada vez mais imigrantes trazem novos costumes e que o comércio internacional e os meios de comunicação modernos invadem todos os cantos do mundo, tirando o lugar à cultura local. Alguns até prevêem um cenário aterradorizador de homogeneização cultural – com as di-

versas culturas nacionais a darem lugar a um mundo dominado pelos valores e símbolos ocidentais. As questões são mais profundas. Terão o crescimento económico e o progresso social de significar adopção de valores ocidentais dominantes? Haverá apenas um modelo de política económica, de instituições políticas e de valores sociais?

Vêm à cabeça receios em relação às políticas de investimento, de comércio e de migração. Activistas índios protestam contra o registo da patente da amargoseira por companhias farmacêuticas estrangeiras. Movimentos antiglobalização protestam contra o tratamento, igual ao de qualquer outra mercadoria, que os acordos mundiais de comércio e investimento dão aos bens culturais. Grupos da Europa Ocidental opõem-se à entrada de trabalhadores estrangeiros e das suas famílias. O que os autores destes protestos têm em comum é o medo de perder a sua identidade cultural, e cada questão polémica tem produzido uma mobilização política generalizada.

Como é que os governos devem responder? Este capítulo defende que as políticas que regulam o avanço da globalização económica – movimentos de pessoas, capitais, bens e ideias – têm de promover as liberdades culturais, em vez de as subjugar. Analisa três desafios de política que, actualmente, estão entre os mais divisivos nos debates públicos:

- *Povos indígenas, indústrias extractivas e conhecimento tradicional.* Está no auge a controvérsia sobre a importância das indústrias extractivas para o crescimento da economia nacional e sobre a exclusão socioeconómica e cultural e a deslocação de povos indígenas que muitas vezes acompanham as actividades mineiras. O conhecimento tradicional dos povos indígenas é reconhecido pela Convenção sobre Diversidade Biológica, mas não pelo regime mundial dos direitos de propriedade intelectual, tal como está incorporado na Organização Mundial da Propriedade Intelectual e no acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados com o Comércio.

As políticas que regulam o avanço da globalização económica têm de promover as liberdades culturais, em vez de as subjugar

Destaque 5.1 Que há de novo sobre as implicações da globalização para a política de identidade?

Os fluxos transfronteiriços de investimento e conhecimento, de filmes e outros bens culturais e de pessoas não são fenômenos novos. Os povos indígenas lutaram durante séculos para manter a sua identidade e o seu modo de vida contra a onda de investimento económico estrangeiro e os novos colonos que muitas vezes a acompanhavam. Como mostra o capítulo 2, os novos colonos têm espalhado a sua cultura, por vezes intencionalmente, mas muitas vezes por não conseguirem respeitar os modos de vida indígenas. De igual modo, o livre fluxo de filmes tem sido uma parte essencial do desenvolvimento da indústria desde o princípio do século XX. E as pessoas têm atravessado as fronteiras nacionais desde os tempos mais remotos. A migração internacional aumentou nas últimas décadas, mas ainda está abaixo de 3% da população mundial, também mais baixo do que era quando atingiu o seu último pico, há cem anos.¹

O que é que, hoje, transforma estes fluxos numa fonte poderosa de políticas de identidade? Estarão os velhos problemas a piorar? Estarão a emergir novos problemas? Ou, simplesmente, estarão as pessoas mais livres e com mais capacidade para reivindicarem os seus direitos? A resposta é diferente em cada caso, mas contém um elemento comum a todos.

Povos indígenas e fluxos de investimento e conhecimento

A globalização acelerou os fluxos de investimento que afectam profundamente o modo de vida de muitos povos indígenas. Nos últimos 20 anos, mais de 70 países reforçaram a legislação para promover o investimento em indústrias extractivas, como o petróleo, gás e mineração. O investimento estrangeiro nestes sectores está a subir fortemente (figura 1). Por exemplo, os investimentos na exploração e desenvolvimento mineiro em África duplicaram entre 1990 e 1997.²

Porque muitos dos recursos naturais intactos do mundo estão localizados em territórios de povos indígenas, a difusão mundial de investimentos na indústria mineira e a sobrevivência dos povos indígenas estão inextricavelmente ligados (ver mapa 5.1 e quadro 5.1). Essas tendências aumentaram a pressão sobre os territórios dos povos indígenas, resultando em desalojamentos forçados na Colômbia, Gana, Guiana, Indonésia, Malásia, Peru e nas Filipinas.³ Se as actuais tendências se mantiverem, a maioria das grandes minas pode acabar por estar em território de povos indígenas.⁴

A globalização também aumentou a procura de conhecimento enquanto recurso económico. Os povos indígenas têm um recurso de saber tradicional muito rico – sobre plantas com valor medicinal, variedades alimentares que os consumidores procuram e outros conhecimentos valiosos. Os empresários foram rápi-

dos em ver o potencial do mercado que existirá se puderem patentear e vender esse saber. Assim, o saber tradicional está a ser apropriado cada vez mais indevidamente, com muitas patentes falsamente atribuídas a “invenções”. Os exemplos incluem as propriedades medicinais da planta sagrada *ayahuasca*, na bacia do Amazonas (processada há séculos pelas comunidades indígenas); a planta maca, no Peru, que aumenta a fertilidade (conhecida dos índios andinos quando os espanhóis chegaram, no século XVI); e um extracto pesticida da árvore amargoseira, usada na Índia por causa das suas propriedades anti-sépticas (conhecimento comum desde tempos antigos).

Os países em desenvolvimento raramente têm recursos para contestar falsas patentes em jurisdições estrangeiras – e os povos indígenas, ainda menos. Um estudo de Março de 2000 concluiu que tinham sido concedidas 7.000 patentes pelo uso não autorizado do conhecimento tradicional, ou pelo desvio de plantas medicinais.⁵

Mas os grupos indígenas estão cada vez mais afirmativos. A globalização tornou mais fácil para os grupos indígenas organizarem-se, recolherem fundos e entrarem em rede com outros grupos de todo o mundo, com maior impacte e alcance político do que anteriormente. As Nações Unidas declararam 1995-2004 a Década Internacional dos Povos Indígenas do Mundo e criaram, em 2000, o Fórum Permanente sobre Questões Indígenas. Em Agosto de 2003, o governo canadiano reconheceu as reivindicações de propriedade dos índios Tlicho sobre uma área rica em diamantes, nos Territórios do Noroeste. Em Outubro de 2003, o Tribunal Constitucional da África do Sul decidiu que os povos indígenas tinham a propriedade dos terrenos comunitários e o direito aos minerais do seu território e que as tentativas de os despossar constituíam discriminação racial. Povos

indígenas têm, actualmente, a propriedade, ou controlo, de mais de 16% da Austrália, esperando-se que a Indigenous Land Corporation seja financiada integralmente com um capital base de 1,3 mil milhões de dólares australianos, a utilizar para adquirir terras para as populações indígenas incapazes de obter a propriedade por outros meios.⁶

Fluxos de bens culturais – filmes e outros produtos audiovisuais

A controvérsia sobre os bens culturais nos acordos internacionais de comércio e investimento tem-se intensificado por causa do crescimento exponencial da dimensão do comércio, da crescente concentração da indústria de cinema em Hollywood e da crescente influência dos filmes e entretenimento no estilo de vida da juventude.

O comércio mundial de bens culturais – cinema, fotografia, rádio e televisão, material impresso, literatura, música e artes visuais – quadruplicou, passando de 95 mil milhões de dólares EUA em 1980 para mais de 380 mil milhões em 1998.⁷ Cerca de quatro quintos desses fluxos têm origem em 13 países.⁸ Hollywood alcança 2,6 mil milhões de pessoas em todo o mundo e Bollywood cerca de 3,6 mil milhões.⁹

Na indústria cinematográfica, as produções dos E.U.A. representam, normalmente, cerca de 85% das audiências de cinema em todo o mundo.¹⁰ Só no comércio audiovisual com a União Europeia, os Estados Unidos tiveram um excedente de 8,1 mil milhões de dólares, em 2000, igualmente dividido entre filmes e direitos televisivos.¹¹ Dos 98 países de todo o mundo com dados comparáveis, apenas 8 produziram mais filmes do que importaram anualmente, na década de 1990.¹² A China, Índia e Filipinas estão entre os maiores produtores em número de filmes por ano. Mas as coisas mudam quando se olha para as receitas. Da produção mundial de mais de 3.000 filmes por ano, Hollywood responde por mais de 35% das receitas totais do sector. Além disso, no período de 1994-98, em 66 de 73 países com dados, os Estados Unidos foram o primeiro, ou segundo principal país de origem dos filmes importados.¹³

A indústria cinematográfica europeia, em contrapartida, tem estado em declínio nas últimas três décadas. A produção está em queda na Itália, que produziu 92 filmes em 1998, e na Espanha, que produziu 85, mantendo-se inalterada no Reino Unido e na Alemanha.¹⁴ A França é a excepção. Neste caso, a produção aumentou para 183 filmes, em 1998.¹⁵ A parcela de filmes nacionais vistos entre 1984 e 2001 declinou drasticamente em grande parte da Europa, com excepção da França e da Alemanha, onde há políticas de apoio à indústria cinematográfica nacional. No mesmo período, a quota de filmes norte-ame-

Figura 1 Crescimento rápido dos investimentos em indústrias extractivas nos países em desenvolvimento, 1988-97



Fonte: UNCTAD 1999.

ricanos aumentou na maior parte do continente (figura 2).

O domínio internacional dos filmes norte-americanos é apenas um aspecto da disseminação da cultura ocidental de consumo. Novas tecnologias das comunicações por satélite deram lugar, na década de 1980, a um novo e poderoso meio de comunicação de alcance mundial e a redes mundiais de meios de comunicação como a CNN. O número de aparelhos de televisão por mil habitantes mais do que duplicou em todo o mundo, passando de 113 em 1980 para 229 em 1995. Desde então, aumentou para 243.¹⁶ Os padrões de consumo são, hoje, mundiais. Pesquisas de mercado identificaram uma “elite mundial”, uma classe média mundial que segue o mesmo estilo de consumo e prefere “marcas mundiais”. O mais impressionante são os “adolescentes mundiais”, que habitam um “espaço mundial”, com uma única cultura *pop* mundial, absorvendo os mesmos vídeos e a mesma música e proporcionando um mercado enorme para sapatos de ténis, *t-shirts* e *jeans* de marca.

Fluxos de pessoas

As políticas de imigração tornaram-se socialmente divisivas em muitos países. Os debates não são apenas sobre empregos e concorrência nos recursos da previdência social, mas também sobre a cultura – se se deve exigir aos imigrantes que adotem a língua e os valores da sua nova sociedade. Porque é que estas questões são mais proeminentes hoje em dia? O que é que a globalização vai fazer com isso?

A globalização está a reajustar quantitativa e qualitativamente os movimentos internacionais de pessoas, com mais migrantes a deslocarem-se para países de rendimento elevado e a quererem manter as suas identidades culturais e os seus laços com os respectivos países de origem. (quadro 1).

As pessoas sempre atravessaram fronteiras, mas os números têm crescido ao longo das últimas três décadas. O número de migrantes internacionais – pessoas que vivem fora do seu país natal – aumentou de 76 milhões em 1960 para 154 milhões em 1990 e 175 milhões em 2000.¹⁷ Os progressos tecnológicos tornaram as viagens e as comunicações mais fáceis, mais rápidas e mais baratas. O preço de um bilhete de avião de Nairobi para Londres caiu de 24.000 dólares EUA em 1960 para 2.000 dólares em 2000.¹⁸ O telefone, a Internet e os meios de comunicação mundiais trouxeram as realidades da vida de todo o mundo para a sala de estar, tornando as pessoas conscientes das disparidades nos salários e nas condições de vida – e ansiosas de melhorar as suas perspectivas.

A política também influencia o fluxo de pessoas. A repressão pode levar as pessoas a sair; o mesmo

QUADRO 1
Dez países do topo segundo a parcela da população migrante, 2000 (Porcentagem)

Emiratos Árabes Unidos	68
Kuwait	49
Jordânia	39
Israel	37
Singapura	34
Omã	26
Suíça	25
Austrália	25
Arábia Saudita	24
Nova Zelândia	22

Fonte: UN 2003a.

acontece com uma maior abertura. As transições políticas na antiga União Soviética, na Europa do Leste e nos países bálticos permitiram que muitas pessoas saíssem pela primeira vez em décadas. Mas, mais do que o crescimento quantitativo, foi a estrutura da migração que mudou radicalmente.

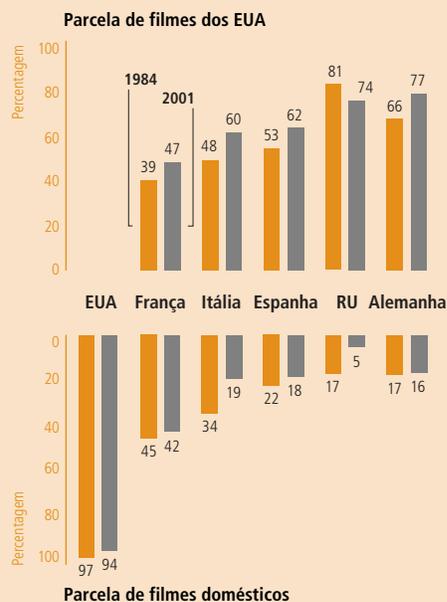
- *Demografia em mudança.* Em relação à Europa Ocidental, Austrália e América do Norte, o crescimento da migração na última década concentrou-se quase inteiramente em fluxos dos países pobres para os países ricos. Na década de 1990, a população estrangeira nas

regiões mais desenvolvidas aumentou em 23 milhões.¹⁹ Hoje, quase 1 de cada 10 pessoas que vivem nesses países nasceu noutra sítio.²⁰

- *Migração clandestina.* Atingiu níveis sem precedentes: mais de 30 milhões de pessoas em todo o mundo não têm estatuto de residência legal nos países onde vivem.²¹
- *Migração circular.* Hoje, as pessoas que decidem migrar têm mais probabilidades de voltar ao seu local de nascimento, ou de mudar para um terceiro país, do que ficar no primeiro país para onde migraram. Com comunicações e viagens mais baratas, os migrantes mantêm-se em contacto mais estreito com as suas comunidades de origem.
- *Rede da diáspora.* Ter amigos e família no estrangeiro torna a migração mais fácil. As redes da diáspora dão abrigo, trabalho e ajuda com a burocracia. Por isso, os migrantes que vêm do mesmo país tendem a concentrar-se onde os outros se fixaram: 92% dos imigrantes argelinos na Europa vivem em França e 81% dos imigrantes gregos estão na Alemanha.²² A emigração clandestina chinesa fez crescer a diáspora para cerca de 30 a 50 milhões de pessoas.²³
- *Remessas.* Em pouco mais de 10 anos, as remessas para os países em desenvolvimento passaram de 30 mil milhões de dólares EUA, em 1990, para cerca de 80 mil milhões, em 2002.²⁴ As remessas enviadas pelos salvadorenhos no estrangeiro ascenderam a 13,3% do PIB de El Salvador, em 2000.²⁵
- *Candidatos a asilo e refugiados.* Cerca de 9% dos migrantes do mundo são refugiados (16 milhões de pessoas). A Europa albergou mais de 2 milhões de candidatos a asilo político em 2000, quatro vezes mais do que a América do Norte.²⁶
- *Feminização.* As mulheres sempre migraram como membros da família, mas hoje há mais mulheres a migrar sozinhas para trabalhar no estrangeiro, deixando as suas famílias em casa. Em relação às Filipinas, as mulheres constituíam 70% dos trabalhadores migrantes no estrangeiro em 2000.²⁷

Fonte: ATISA 2003; CSD e ICC 2002; Moody 2000; WIPO 2003d; World Bank, 2004; Cohen 2004; Kapur e McHale 2003; IOM 2003b, 2003c, 2004; UN 2002a, 2002b, 2003a.

Figura 2
Menos filmes domésticos, mais filmes dos EUA: evolução da audiência de filmes, 1984-2001



Fonte: Cohen 2004.

O objectivo das políticas multiculturais é proteger a liberdade cultural e expandir as escolhas das pessoas – nas formas em que as pessoas vivem e se identificam – e não penalizá-las por essas escolhas

- *Comércio de bens culturais.* As negociações internacionais de comércio e investimento têm-se dividido em relação à questão de uma “excepção cultural” para filmes e bens audiovisuais que lhes permitisse serem tratados de modo diferente dos outros bens.
- *Imigração.* Gerir a entrada e integração de migrantes estrangeiros exige que se dê resposta aos grupos anti-imigrantes, que defendem que a cultura nacional está ameaçada, e aos grupos de migrantes, que exigem respeito pelo seu modo de vida. As posições extremadas nestes debates provocam, muitas vezes, respostas regressivas que são nacionalistas, xenófobas e conservadoras: fechar o país a todas as influências externas e preservar a tradição. Essa defesa da cultura nacional tem grandes custos para o desenvolvimento e para as escolhas humanas. Este relatório defende que essas posições extremadas não são o modo de proteger as culturas e identidades locais. Tem de haver uma escolha entre proteger as identidades locais e adoptar políticas abertas aos fluxos mundiais de migrantes, aos filmes estrangeiros, ao conhecimento e ao capital. O desafio para os países de todo o mundo é desenhar políticas nacionais específicas que alarguem as escolhas, em vez de as estreitarem, apoiando e protegendo identidades nacionais e, ao mesmo tempo, mantendo as fronteiras abertas.

GLOBALIZAÇÃO E MULTICULTURALISMO

O impacte da globalização sobre a liberdade cultural merece uma atenção especial. Os *Relatórios do Desenvolvimento Humano* anteriores têm abordado as fontes de exclusão económica, como as barreiras comerciais que mantêm os mercados fechados para as exportações dos países pobres, e as da exclusão política, como a fraca voz dos países em desenvolvimento nas negociações comerciais. Eliminar essas barreiras não eliminará, por si, um terceiro tipo de exclusão: a exclusão cultural. Isso exige novas abordagens baseadas em políticas multiculturais.

Os fluxos globais de bens, ideias, pessoas e capitais podem parecer uma ameaça à cultura nacional, por muitos motivos. Podem levar ao abandono de valores e práticas tradicionais e ao desmantelamento da base económica de que depende a sobrevivência das culturas indígenas. Quando esses fluxos mundiais levam à exclusão cultural, são necessárias políticas multiculturais para gerir o comércio, a imigração e os investimentos, de formas que reconheçam as dife-

renças e as identidades culturais. E a exclusão do conhecimento tradicional dos regimes mundiais de propriedade intelectual precisa de ser reconhecida explicitamente, tal como o impacte cultural de bens como filmes e a identidade cultural de imigrantes.

Contudo, o objectivo das políticas multiculturais não é preservar a tradição, mas proteger a liberdade cultural e expandir as escolhas das pessoas – nas formas em que as pessoas vivem e se identificam – e não penalizá-las por essas escolhas. Preservar a tradição pode ajudar a manter as escolhas em aberto, mas as pessoas não devem ser confinadas a uma caixa imutável chamada “uma cultura”. Infelizmente, os debates de hoje acerca da globalização e da perda da identidade cultural têm sido travados, muitas vezes, com a preocupação de defender a soberania nacional, preservar a velha herança dos povos indígenas e salvaguardar a cultura nacional face aos crescentes influxos de pessoas, filmes, música e outros bens estrangeiros. Mas as identidades culturais são heterogéneas e evolutivas – são processos dinâmicos em que as inconsistências e os conflitos internos conduzem a mudança (caixa 5.1).

Quatro princípios devem informar uma estratégia para o multiculturalismo na globalização:

- Defender a tradição pode atrasar o desenvolvimento humano.
- Respeitar a diferença e diversidade é essencial.
- A diversidade prospera num mundo globalmente interdependente quando as pessoas têm identidades múltiplas e complementares e pertencem, não só a uma comunidade local e a um país, mas também à humanidade em geral.
- Enfrentar os desequilíbrios do poder político e económico ajuda a prevenir ameaças às culturas de comunidades mais pobres e mais fracas.

DEFENDER A TRADIÇÃO PODE ATRASAR O DESENVOLVIMENTO HUMANO

O primeiro princípio é que tradição não deve ser confundida com liberdade de escolha. Como salienta o capítulo 1, “defender a diversidade cultural sob o pretexto de que foi isso que os diferentes grupos de pessoas herdaram é, claramente, não raciocinar com base na liberdade cultural”. Além disso, a tradição pode funcionar contra a liberdade cultural. “O conservadorismo cultural pode desencorajar – ou impedir – as pessoas de adoptarem um estilo de vida diferente e, mesmo, de aderir ao estilo de vida que outros, com

origens culturalmente diferentes, normalmente seguem na sociedade em questão.” Há muito a aplaudir nos valores e práticas tradicionais, e muito que está em consonância com valores universais de direitos humanos. Mas também há muita coisa que é posta em causa pela ética universal, como as leis da sucessão, que são enviesadas contra as mulheres, ou os processos de decisão, que não são participativos e democráticos.

Assumir a posição extrema de preservar a tradição a todo o custo pode atrasar o desenvolvimento humano. Alguns povos indígenas receiam que as suas práticas culturais antigas sejam postas em perigo pelo influxo de investimento estrangeiro em indústrias extractivas, ou que a partilha do conhecimento tradicional leve necessariamente ao seu uso indevido. Alguns reagiram a violações da sua identidade cultural fechando-se à mudança e a todas as ideias novas, tentando preservar a tradição a todo o custo. Essas reacções reduzem não só as escolhas culturais, mas também as opções sociais e económicas dos povos indígenas. De igual modo, os grupos anti-imigrantes defendem muitas vezes identidades nacionais em nome da tradição. Isso também estreita as suas escolhas, fechando os países aos benefícios socioeconómicos da imigração, que traz novas qualificações e trabalhadores para uma economia. E defender as indústrias culturais nacionais através do proteccionismo reduz as escolhas dos consumidores.

Os estilos de vida e os valores não são estáticos em nenhuma sociedade. Os antropólogos descartaram preocupações reificando culturas e agora atribuem importância ao modo como as culturas mudam, continuamente influenciados por conflitos e contradições internas (ver caixa 5.1).

RESPEITAR A DIVERSIDADE

O segundo princípio é que a diversidade não é um fim em si mas, como assinala o capítulo 1, promove a liberdade cultural e enriquece a vida das pessoas. É um resultado das liberdades que as pessoas têm e das escolhas que fazem. Também implica uma oportunidade de avaliar diferentes opções ao fazer essas escolhas. Se as culturas locais desaparecem e os países se tornam homogéneos, o âmbito da escolha fica reduzido.

Grande parte do medo de uma perda de identidade e cultura nacionais vem da convicção de que a diversidade cultural leva, inevitavelmente, ao conflito ou ao fracasso do desenvolvimento. Como explica o capítulo 2, isto é um mito: não é a diversidade

CAIXA 5.1

Cultura – mudança de paradigma em Antropologia

Durante muitos anos, definir antropologia cultural e social como o estudo da dimensão cultural dos povos teria levantado poucas objecções. “Uma cultura” era entendida como sinónimo do que antes tinha sido chamado de “um povo”.

Contudo, durante as duas últimas décadas, o conceito de “cultura” e, por extensão, a ideia de “diferença cultural” e as hipóteses subjacentes de homogeneidade, holismo e integridade têm sido reavaliados. A diferença cultural já não é vista como uma diferença estável e exótica. As relações ‘eu-outro’ são cada vez mais consideradas como sendo questões de poder e de retórica, do que questões de essência. E as culturas são cada vez mais concebidas como reflectindo processos de mudança e contradições e conflitos internos.

Mas ao mesmo tempo que os antropólogos estavam a perder a fé no conceito de “todo” cultural, coerente, estável e limitado, o conceito era abraçado por uma vasta gama de criadores da cultura em todo o mundo. Trabalhos antropológicos estão a ser cada vez mais consultados por

peçoas que tentam atribuir a grupos os tipos de identidades culturais generalizadas que, agora, os antropólogos acham profundamente problemáticos. Hoje, políticos, economistas e o público em geral querem a cultura definida precisamente da maneira limitada, reificada, essencial e intemporal recentemente abandonada pelos antropólogos.

A cultura e a diversidade cultural tornaram-se realidades políticas e jurídicas, como se afirma no primeiro Artigo da Declaração Universal sobre Diversidade Cultural, da UNESCO (2001): “a diversidade cultural é tão necessária para a humanidade como a biodiversidade é para a natureza. Neste sentido, é a herança comum da humanidade e deve ser reconhecida e afirmada para o benefício das gerações presentes e futuras”. Muitas pessoas apanharam pelo menos parte da mensagem antropológica: a cultura está aí, aprende-se, impregna a vida quotidiana, é importante e é de longe mais responsável pelas diferenças entre grupos humanos do que os genes.

Fonte: : Preis 2004, citando Brumann 1999; Clifford 1988; Rosaldo 1989; Olwig, Fog e Hastrup 1997; UNESCO 2002.

que leva inevitavelmente ao conflito, mas a eliminação da identidade cultural e a exclusão social, política e económica, com base na cultura, que podem gerar violência e tensões. As pessoas podem ter medo da diversidade e das suas consequências, mas é a oposição à diversidade – como nas posições de grupos anti-imigrantes – que pode polarizar as sociedades e que alimenta tensões sociais.

DESENVOLVER IDENTIDADES MÚLTIPLAS E COMPLEMENTARES – VIVER LOCALMENTE E GLOBALMENTE

O terceiro princípio é que a globalização só pode expandir as liberdades culturais se todas as pessoas desenvolverem identidades múltiplas e complementares, como cidadãos do mundo, bem como cidadãos de um Estado e membros de um grupo cultural. Tal como um Estado culturalmente diversificado pode construir unidade com base em identidades múltiplas e complementares (capítulo 3), um mundo culturalmente diversificado precisa de fazer o mesmo. À medida que a globalização avança, isto significa não só reconhecer identidades locais e nacionais, mas também fortalecer o compromisso de ser cidadão do mundo.

Identidades múltiplas e complementares são uma realidade em muitos países

As interações mundiais intensificadas de hoje só podem funcionar bem se forem governadas por vínculos de valores, comunicação e compromisso partilhados. A cooperação entre pessoas e nações com interesses diferentes é mais provável quando todos estão vinculados e motivados por valores e compromissos partilhados. A cultura mundial não tem a ver com a língua inglesa, nem com nomes de marca furtivos – tem a ver com ética universal baseada em direitos humanos universais e respeito pela liberdade, igualdade e dignidade de todos os indivíduos (caixa 5.2).

As interações de hoje também exigem respeito pela diferença – respeito pela herança cultural dos milhares de grupos culturais do mundo. Algumas pessoas acreditam que há contradições entre os valores de algumas tradições culturais e progressos do desenvolvimento e da democracia. Como mostra o capítulo 2, não há provas objectivas para afirmar que algumas culturas são “inferiores”, ou “superiores” para o progresso humano e para a expansão das liberdades humanas.

Os países desenvolvem identidades nacionais, não só para unificar a população, mas também para proteger uma identidade diferente da dos outros. Mas as noções inalteráveis de identidade podem levar à desconfiança mórbida de pessoas e coisas estrangeiras – querer impedir a entrada de imigrantes, receando que não sejam leais para com o seu país de adopção, ou seus valores, ou querer bloquear os fluxos de bens e ideias culturais, receando que a homogeneização das forças destrua as suas artes e herança nacionais. Mas as identidades raramente são singulares. Identidades múltiplas e complementares são uma realidade em muitos países – e as pessoas têm um sentido de pertença ao país, bem como a um grupo, ou grupos, dentro do país.

RESOLVER O PODER ASSIMÉTRICO

O quarto princípio é que as assimetrias nos fluxos de ideias e de bens precisam de ser enfrentados, de modo que algumas culturas não dominem outras por causa do seu poder económico. O poder eco-

CAIXA 5.2

Fontes da ética mundial

Todas as culturas partilham um conjunto de valores básicos que são o fundamento da ética mundial. O facto de as pessoas poderem ter identidades múltiplas e complementares sugere que podem encontrar esse conjunto de valores.

A ética mundial não é a imposição de valores “ocidentais” ao resto do mundo. Pensar assim seria tanto uma restrição artificial do âmbito da ética mundial, como um insulto a outras culturas, religiões e comunidades. A principal fonte da ética mundial é a ideia de vulnerabilidade humana e o desejo de aliviar o sofrimento de todas as pessoas, na medida do possível. Outra fonte é a crença na igualdade moral básica de todos os seres humanos. A injunção para tratar os outros como gostaríamos de ser tratados encontra menção explícita no budismo, cristianismo, confucionismo, hinduísmo, islamismo, judaísmo, taoísmo e no zoroastrismo e está implícita na prática das outras fés.

Foi com base nesses ensinamentos comuns a todas as culturas que os Estados se reuniram para aprovar a Declaração Universal dos Direitos Humanos, apoiada pelos Convénios Internacionais sobre os Direitos Civis e Políticos e sobre Direitos Económicos e Sociais. Tratados regionais como a Convenção Europeia para a Protecção dos Direitos Humanos, a Convenção Americana dos Direitos Humanos e a

Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos tomaram iniciativas semelhantes. Mais recentemente, a Declaração do Milénio da ONU, adoptada por todos os membros da Assembleia Geral, em 2000, tornou a comprometer-se com os direitos humanos, as liberdades fundamentais e o respeito de direitos iguais para todos, sem distinção.

Há cinco elementos nucleares da ética mundial.

- *Equidade.* Reconhecer a igualdade de todos os indivíduos independentemente de classe, raça, género, comunidade ou geração é o *ethos* dos valores universais. A equidade também envolve a necessidade de preservar o meio ambiente e os recursos naturais que poderão ser utilizados por gerações futuras.
- *Direitos humanos e responsabilidades.* Os direitos humanos são um padrão indispensável de conduta internacional. A preocupação básica é proteger a integridade de todos os indivíduos contra ameaças à liberdade e à igualdade. O enfoque nos direitos individuais reconhece a sua expressão da equidade entre indivíduos, que se sobrepõe a quaisquer reivindicações feitas em nome de grupo e valores colectivos. Mas com os direitos vêm os deveres: obrigações sem opções são opressivas; opções sem obrigações são anarquia.

- *Democracia.* A democracia serve múltiplos fins: prover autonomia política, salvaguardar direitos fundamentais e criar condições para a participação plena dos cidadãos no desenvolvimento económico. A nível mundial, os padrões democráticos são essenciais para garantir a participação e dar voz a países pobres, comunidades marginalizadas e minorias discriminadas.
- *Protecção de minorias.* A discriminação de minorias ocorre a vários níveis: não reconhecimento, negação de direitos políticos, exclusão socioeconómica e violência. A ética mundial só pode ser compreensiva se as minorias receberem reconhecimento e direitos iguais dentro de uma comunidade nacional e mundial maior. A promoção da tolerância é fundamental para o processo.
- *Resolução pacífica de conflitos e negociação justa.* Não se consegue atingir a justiça e a imparcialidade impondo princípios morais preconcebidos. A resolução de desacordos deve ser procurada através de negociações. Todas as partes têm direito à opinião. A ética mundial não significa um único caminho para a paz, ou desenvolvimento, ou modernização. É um quadro dentro do qual as sociedades podem encontrar soluções pacíficas para os problemas.

Fonte: World Commission on Culture and Development 1995; UN 2000a.

CONTRIBUIÇÃO ESPECIAL

Povos indígenas e desenvolvimento

Desenvolvimento divorciado do seu contexto humano ou cultural é crescimento sem alma. O desenvolvimento económico no seu pleno florescimento faz parte da cultura de um povo.

– Comissão Mundial para a Cultura e Desenvolvimento 1995

Os povos indígenas são proponentes e representativos da diversidade cultural da humanidade. Historicamente, porém, os povos indígenas têm sido marginalizados por sociedades dominantes e têm enfrentado, frequentemente, a assimilação e o genocídio cultural.

Nas sociedades multiculturais que crescem à sua volta, os povos indígenas procuram o fim dessa margi-

nalização e da vida na periferia. Têm muito para dar à sociedade e trazem para o debate nacional e internacional opiniões valiosas sobre as grandes questões que a humanidade enfrenta neste novo milénio.

Em Maio de 2003, na sua Segunda Sessão, o Fórum Permanente sobre Questões Indígenas afirmou a importância do reconhecimento da diversidade cultural nos processos de desenvolvimento e a necessidade de todo o desenvolvimento ser sustentável. A recomendação 8 da Segunda Sessão pede a “instituição de um quadro legal que torne obrigatórios os estudos de avaliação dos impactos cultural, ambiental e social” (E/2003/43). O Fórum também exprimiu a sua preocupação relativamente a práticas de desenvolvimento que não têm em conta as características das comuni-

dades indígenas enquanto grupos, minando assim formas significativas de desenvolvimento participativo.

Os povos indígenas têm culturas vivas e dinâmicas e procuram o seu lugar no mundo moderno. Não são contra o desenvolvimento, mas durante demasiado tempo foram vítimas do desenvolvimento e agora exigem ser participantes – e beneficiários – de um desenvolvimento sustentável.



Ole Henrik Magga

Presidente do Fórum Permanente da ONU sobre Questões Indígenas

nómico e político desigual dos países, indústrias e empresas faz com que algumas culturas se espalhem e outras se retraiam. A poderosa indústria cinematográfica de Hollywood, com acesso a recursos enormes, pode esmagar a indústria cinematográfica mexicana e outros pequenos concorrentes, fazendo-os desaparecer. As empresas poderosas podem sobrepôr-se às populações indígenas no uso das terras ricas em recursos. Os países poderosos podem vencer os países fracos nas negociações para o reconhecimento do conhecimento tradicional nos acordos da Organização Mundial do Comércio (OMC). Empregadores poderosos e exploradores podem vitimar migrantes indefesos.

FLUXOS DE INVESTIMENTO E CONHECIMENTO – INCLUIR OS POVOS INDÍGENAS NUM MUNDO GLOBALMENTE INTEGRADO

Os povos indígenas vêem a globalização como uma ameaça às suas identidades culturais, ao seu controlo sobre o território e às suas tradições centenárias de conhecimento e expressão artística (ver destaque 5.1). Receiam que o significado cultural dos seus territórios e o seu conhecimento continuem sem ser reconhecidos – ou que recebam uma indemnização inadequada por esses activos culturais. Nestas situações, muitas vezes, a culpa é atribuída à globalização.

Uma reacção é optar por não participar na economia mundial e opor-se aos fluxos de bens e ideias. Outra é preservar a tradição, para seu próprio bem, sem corresponder a opções individuais ou tomadas

de decisão democráticas. Mas há alternativas. Preservar a identidade cultural não obriga a manter-se fora da economia mundial. Há maneiras de garantir a inclusão cultural e socioeconómica de povos indígenas, com base no respeito pelas tradições culturais e na partilha dos benefícios económicos do uso dos recursos.

PORQUE É QUE ALGUNS POVOS INDÍGENAS SE SENTEM AMEAÇADOS?

Fundamental para a inclusão dos povos indígenas num mundo global é a maneira como os governos nacionais e as instituições internacionais lidam com investimentos em territórios indígenas e protegem o conhecimento tradicional. Os territórios históricos dos povos indígenas são, muitas vezes, ricos em depósitos de minerais e de petróleo e gás (mapa 5.1, quadro 5.1 e destaque 5.1). Isso pode criar um potencial de conflito entre a promoção do crescimento nacional através das indústrias extractivas e a preservação da identidade cultural e da subsistência económica dos povos indígenas. O conhecimento tradicional, as inovações e as práticas dos povos indígenas, desenvolvidos ao longo de muitas gerações e possuídos colectivamente pela comunidade, podem ter usos práticos na agricultura, silvicultura e saúde. Podem surgir conflitos entre o reconhecimento da propriedade colectiva e a regulação pelo regime moderno de propriedade intelectual, que incide nos direitos individuais.

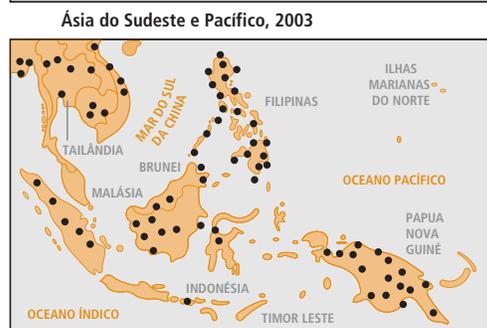
Indústrias extractivas. A identidade cultural e a equidade socioeconómica dos povos indígenas

QUADRO 5.1
População indígena na América Latina
 Percentagem

País	Parte da população total
Bolívia	71,0
Guatemala	66,0
Peru	47,0
Equador	38,0
Honduras	15,0
México	14,0
Panamá	10,0
Chile	8,0
El Salvador	7,0
Nicarágua	5,0
Colômbia	1,8
Paraguai	1,5
Argentina	1,0
Venezuela	0,9
Costa Rica	0,8
Brasil	0,4
Uruguai	0,4

Fonte: De Fernandi e outros 2003.

Mapa 5.1 **Muitas actividades de extracção e de infra-estruturas nos países em desenvolvimento são em áreas onde vivem povos indígenas**



Fonte: Tebtebba and International Forum on Globalization 2003.

podem estar ameaçadas de vários modos pelas actividades das indústrias extractivas. Primeiro, há um reconhecimento inadequado do significado cultural da terra e dos territórios que os povos indígenas habitam. Os povos indígenas têm fortes ligações espirituais à sua terra, razão pela qual alguns deles se opõem a qualquer investimento nas indústrias extractivas dentro dos seus territórios. Por exemplo, alguns grupos de bosquímanos *san* do Botswana opõem-se às licenças de exploração que o governo atribuiu à Kalahari Diamonds Ltd.

Segundo, há uma preocupação plausível com o impacto das indústrias extractivas sobre os modos de subsistência locais. Quando a extracção mineral leva ao desalojamento habitual de comunidades e à perda das suas propriedades agrícolas, ela afecta tanto o seu

sentido de identidade cultural, como a sua fonte de subsistência sustentável. A Mina de Ouro de Lihir, na Papua Nova Guiné, destruiu locais sagrados dos lihirianos e reduziu fortemente a sua capacidade de subsistir através da caça.

Terceiro, alguns grupos indígenas queixam-se da sua injusta exclusão do processo de tomada de decisão. E quando ocorrem consultas a comunidades locais, geralmente deixam muito a desejar. Tendo em mente essas preocupações, o Banco Mundial usou uma nova abordagem para apoiar o projecto do Oleoduto Chade-Camarões.² Por regra, os rendimentos líquidos deveriam ser depositados numa conta *offshore* para garantir a publicação anual de auditorias e reduzir a corrupção. Mais, 10% das receitas deveriam ser reservadas para um Fundo de Gerações Futuras. Representantes da sociedade civil e um membro da oposição deveriam fazer parte de um conselho de monitorização. O projecto tinha de cumprir as políticas de salvaguarda do Banco em avaliações ambientais e repovoamento. E estavam planeados dois novos parques nacionais para compensar a perda de uma pequena área florestal. O projecto realça os passos inovadores que as instituições internacionais estão a dar para construir capacidade e transparência e para garantir uma partilha direccionada de benefícios. Mas alguns grupos indígenas acham que isso tem sido inadequado. Menos de 5% do povo *Bagyéli* afectado pelo oleoduto foram empregados no projecto. Receberam uma pequena compensação e apenas parte das instalações de cuidados de saúde prometidas.³ Em países com estruturas institucionais muito fracas, os parceiros enfrentam grandes desafios para executar com eficácia projectos bem concebidos. Isto não significa que os investimentos tenham de ser travados; pelo contrário, são necessários esforços ainda maiores.

Quarto, os povos indígenas sentem-se enganados quando os seus recursos físicos são apropriados indevidamente, sem indemnização adequada. Houve um envolvimento muito limitado da população local na mina de ouro da Yanacocha, na região de Cajamarca, no Peru (uma *joint venture* entre empresas mineiras peruanas e norte-americanas e a International Finance Corporation). Algumas das receitas fiscais deviam ir para os habitantes indígenas, mas estes receberam menos do que lhes fora prometido.⁴ No Equador encontra-se uma das maiores reservas de petróleo confirmadas da América Latina. As empresas pagam cerca de 30 milhões de dólares de impostos para um

fundo especial de desenvolvimento da Amazônia, mas pouco desse dinheiro chega às comunidades indígenas.⁵

Estas questões realçam o conflito entre a soberania nacional sobre os recursos e os direitos especiais dos povos indígenas aos seus territórios e aos recursos minerais que eles contêm. Por exemplo, a Constituição do Equador não dá aos índios nativos quaisquer direitos ao petróleo e ao gás existente nos seus territórios. Se não é necessário que esses direitos estejam constitucionalmente garantidos, no entanto, é necessário que os povos indígenas tenham uma palavra no uso de recursos dentro dos seus territórios.

Conhecimento tradicional. O conhecimento tradicional dos grupos indígenas tem atributos de propriedade comunitária e, por vezes, tem um significado espiritual. Os regimes de propriedade intelectual não conseguem reconhecer, nem a propriedade comunitária, nem o significado espiritual do conhecimento tradicional. As normas protegem os trabalhos dos indivíduos, autores ou inventores identificáveis, e esclarece como os outros podem usar os seus trabalhos. Os índios *Quechua*, do Peru, opõem-se à exploração comercial do seu conhecimento tradicional, mas pouco podem fazer em relação a isso. Os Maori da Nova Zelândia acreditam que mesmo quando o seu conhecimento é publicamente revelado, não existe o direito automático de o usar – esse direito tem que ser determinado colectivamente.

Também há o perigo de atribuir erradamente os direitos de propriedade intelectual, pelo que as comunidades que produziram, preservaram, ou desenvolveram conhecimento tradicional ao longo de várias gerações não são indemnizadas pelo seu uso. Para se qualificar para a protecção de uma patente, um invento tem de satisfazer três critérios rigorosos: tem de ser original, não ser óbvio e ser industrialmente útil. Uma vez que o conhecimento tradicional nem sempre satisfaz estes critérios, o regime internacional de propriedade intelectual não o protege explicitamente. Os investigadores podem apropriar-se de conhecimento tradicional e pedir uma patente, afirmando ter inventado um novo produto. A protecção de *copyright* também pode ser erradamente atribuída a essa apropriação.

A apropriação indevida de conhecimento tradicional não tem de ser deliberada. Por vezes, surge do tratamento errado do conhecimento tradicional como fazendo parte do domínio público, onde não se

aplica a protecção da propriedade intelectual. O conhecimento tradicional, porque é conhecido publicamente dentro da comunidade (e por vezes fora dela), é mais susceptível de apropriação sem indemnização à comunidade que o desenvolveu do que outros tipos de propriedade intelectual. O Conselho Sami da Escandinávia defende que mesmo que o seu conhecimento seja publicamente conhecido, o princípio do domínio público ignora obrigações para com a comunidade.

A Convenção sobre Diversidade Biológica reconhece o conhecimento tradicional, em contraste com o regime de direitos de propriedade intelectual administrado pela Organização Mundial da Propriedade Industrial (OMPI) e pelo acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados com o Comércio (TRIPS). O artigo 8(j) estipula que as partes contratantes devem preservar e manter o conhecimento e as inovações das comunidades indígenas e locais. Também procura a mais ampla aplicação do conhecimento tradicional, “com a aprovação e o envolvimento dos detentores desse conhecimento” e encoraja a “partilha equitativa dos benefícios”. O artigo 10(c) da convenção encoraja o “uso consuetudinário de recursos biológicos, de acordo com as práticas culturais tradicionais”. A questão, então, é descobrir modos de conciliar as disposições dos diferentes regimes internacionais de propriedade intelectual, de forma a proteger o conhecimento tradicional em benefício da comunidade indígena e a promover o seu uso adequado dentro de uma sociedade mais alargada.

OPÇÕES E DESAFIOS POLITICOS PARA PROTEGER DIREITOS E PARTILHAR BENEFICIOS

A solução não é bloquear os fluxos de investimento ou conhecimento, nem preservar a tradição para seu próprio bem. O desenvolvimento humano visa aumentar as escolhas dos indivíduos, através de crescimento que favoreça os pobres e de oportunidades socioeconómicas equitativas, num quadro democrático que proteja as liberdades. Enfrentar as preocupações dos povos indígenas exigirá políticas mundiais, nacionais e empresariais que façam progredir os objectivos do desenvolvimento humano (caixa 5.3).

As instituições internacionais já estão à procura de modos de mitigar alguns dos problemas. Em 2001, o Banco Mundial encomendou uma análise das indústrias extractivas para determinar o modo como

A solução não é bloquear os fluxos de investimento ou conhecimento, nem preservar a tradição para seu próprio bem.

O desenvolvimento humano visa aumentar as escolhas dos indivíduos

Empresas privadas e povos indígenas podem trabalhar juntos para o desenvolvimento

Será possível as empresas privadas trabalharem em cooperação com os povos indígenas e ganharem com isso? Sim. Vejamos os exemplos que se seguem.

Região de Piulbara, Austrália

A Hamersley Iron Pty Ltd tem estado, desde meados da década de 1960, a exportar minério da região de Piulbara, rica em recursos naturais. Enquanto as populações aborígenes se mantinham concentradas em cidades, dependentes da previdência social, a necessidade de trabalho qualificado sentida pela empresa levou a uma entrada maciça de pessoas não indígenas na região. Os grupos aborígenes começaram a opor-se ao desenvolvimento de novas minas e exigiram conversações sobre as actividades da empresa em terras tradicionais. Em 1992, a Hamersley criou a Unidade de Formação e Ligação Aborígene para fornecer formação profissional, aumentar o desenvolvimento de negócios na área e melhorar as infra-estruturas e condições de vida, preservando ao mesmo tempo a herança e cultura aborígenes. Em 1997, a Gumala Aboriginal Corporation tinha assinado acordos de *joint venture* com a Hamersley para desenvolver novas minas. Os aborígenes

receberiam formação para trabalharem com as máquinas e seriam contratados serviços à comunidade local. A Hamersley contribuiria com mais de 60 milhões de dólares australianos para esses fins.

Projecto de Raglan, Canadá

Após um acordo de 1975 para resolver questões de propriedade da terra no Norte do Quebec, entre grupos indígenas e os governos provincial e federal, os esquimós receberam uma compensação financeira para criar a Makivik Corporation, como um fundo patrimonial. Em 1993, a Makivik assinou um Memorando de Entendimento com a Falconbridge Ltd (mais tarde, o Acordo de Raglan) para garantir benefícios de projectos mineiros planeados para a região, incluindo emprego prioritário e contratos para os esquimós, partilha dos lucros e monitorização ambiental. A Falconbridge pagará cerca de 70 milhões de dólares canadianos a um *trust fund* esquimó, ao longo de 18 anos. Também foram identificados sítios arqueológicos, então fixados como limites da actividade mineira, e foram assegurados aos empregados esquimós o direito de caçarem fora do sítio Raglan.

Mina de Red Dog, Estados Unidos

Na década de 1970, a população *inupiat* do Nordeste do Alasca bloqueou com êxito o interesse da Cominco Inc na exploração de depósitos de zinco e chumbo no sítio de Red Dog. Após vários anos de negociações, a Associação dos Nativos do Noroeste do Alasca (NANA) e a Cominco assinaram, em 1982, um acordo para permitir o avanço da actividade mineira. A Cominco concordou em compensar os *inupiat* através de *royalties*, em incluir representantes da NANA num conselho consultivo, em empregar pessoas indígenas e em proteger o ambiente. Em vez de impostos, a Red Dog pagaria 70 milhões de dólares EUA ao Distrito Árctico do Noroeste, ao longo de 24 anos. Em 1998, a Cominco já tinha investido 8,8 milhões de dólares em formação técnica, quase inteiramente para membros da NANA empregados no projecto. A NANA também tem monitorizado o impacto nas actividades de subsistência e obrigou a esforços para reduzir os fluxos de efluentes para as correntes. A Cominco tem mantido um programa de trabalho flexível, que permite aos empregados *inupiat* continuar com o seu modo de vida tradicional.

Fonte: International Council on Metals and the Environment 1999.

esses projectos podem ajudar na redução da pobreza e desenvolvimento sustentável. Baseado em discussões com governos, organizações não governamentais, organizações dos povos indígenas, indústria, sindicatos e academia, o relatório de 2004 recomenda a governação pública e empresarial a favor dos pobres, políticas sociais e ambientais eficazes e respeito pelos direitos humanos. A Assembleia-geral da OMPI criou uma Comissão Intergovernamental da Propriedade Intelectual e Recursos Genéticos, Conhecimento e Folclore Tradicionais, em Outubro de 2000. Está a analisar mecanismos para proteger o conhecimento tradicional, ao mesmo tempo que aumenta a participação dos povos indígenas.

Os Estados e as instituições internacionais precisam de colaborar continuamente para ajustar as regras mundiais e as leis nacionais, de modo que as preocupações dos povos indígenas sejam consideradas com muito mais sucesso, dando-lhes uma participação efectiva nos fluxos de investimentos, ideias e conhecimento. Três medidas são essenciais:

- Reconhecer explicitamente os direitos dos povos indígenas à sua propriedade física e intelectual.
- Exigir consultas às comunidades indígenas e a sua participação no uso de qualquer recurso, assegurando assim um consentimento informado.

- Capacitar as comunidades através do desenvolvimento de estratégias de partilha dos benefícios. Devem ser retirados os empréstimos a empresas, ou países para projectos que se apropriam erradamente de propriedades e devem ser revogadas as patentes concedidas a terceiros que se tenham apropriado indevidamente do conhecimento tradicional.

Reconhecer direitos. Muitos países têm leis que reconhecem explicitamente os direitos dos povos indígenas aos seus recursos. Num relatório de 2002, a Comissão dos Direitos de Propriedade Intelectual do Reino Unido defendeu que a legislação nacional é necessária para enfrentar circunstâncias específicas. As Filipinas têm leis que exigem o consentimento informado para o acesso a terras ancestrais e ao conhecimento indígena e para a partilha dos benefícios. A lei guatemalteca promove o uso mais alargado do conhecimento e expressões culturais tradicionais colocando-os sob protecção do Estado. Bangladesh, Filipinas e a União Africana reconhecem as práticas consuetudinárias das comunidades e os direitos baseados na comunidade aos recursos biológicos e ao conhecimento tradicional associado.

Exigir participação e consulta. Incluir a comunidade local na tomada de decisão não só é democrático – mas também garante contra a perturbação

futura dos projectos. Tendo aprendido com a mina de Yanacocha, a mina de zinco e cobre de Antamina, no Peru, envolveu comunidades indígenas na tomada de decisão, no início das operações em 2001. Mas as consultas têm de ser significativas. Isto exige que se identifiquem cuidadosamente os grupos afectados e que se forneça informação completa sobre os custos e benefícios prováveis de um projecto.

As consultas também podem evitar a falsa apropriação de recursos genéticos e de conhecimento tradicional. Os países exigem agora a revelação da origem das plantas e de outro material genético antes de atribuírem patentes. As Comunidades Andinas, a Costa Rica e a Índia, entre outros, incluem esta disposição nas leis e regulamentos.

Documentar o conhecimento tradicional é muitas vezes essencial para o proteger, como está a ser feito pela Biblioteca Digital do Conhecimento Tradicional na Índia e por uma iniciativa similar na China. O Laos tem um Centro de Recursos de Medicamentos Tradicionais. Em África, onde grande parte do conhecimento é oral, a documentação diminuiria as possibilidades de exploração sem indemnização do conhecimento. Mas na América Latina, alguns povos indígenas preocupam-se com o facto de que a documentação, ao tornar o seu conhecimento mais acessível, pode facilitar a exploração.

A documentação não prejudica os direitos. Preserva o conhecimento na forma escrita e impede que os outros o reivindiquem como propriedade sua. A OMPI tem um Portal em Linha de Bases de Dados e Registos de Recursos Tradicionais e Genéticos para uso dos examinadores de patentes. O Grupo Consultivo sobre Investigação Agrícola Internacional ligou a sua informação ao portal. E a Índia contribuiu com a sua Base de Dados Experimental da Herança Sanitária.

Partilhar benefícios. As oportunidades de partilhar benefícios nas indústrias extractivas são extensas, incluindo educação, formação, emprego preferencial para as pessoas locais, compensação financeira, oportunidades de negócio e compromissos ambientais. Na Papua Nova Guiné, onde as comunidades indígenas são proprietárias de 97% da terra, pequenos projectos mineiros ajudaram a aliviar a pobreza. Na mina de Bulolo, um encerramento bem planeado permitiu que a empresa mineira usasse as suas infra-estruturas para desenvolver uma plantação florestal – que continua a ser financeiramente viável 35 anos depois de a mina ter sido encerrada.⁶ Empresas de outros países também tiveram êxito no envolvimento de comunidades locais na tomada de decisão e na partilha dos benefícios.

Enquanto prosseguem as negociações multilaterais sobre a protecção do conhecimento tradicional

Documentar o conhecimento tradicional é muitas vezes essencial para o proteger

CAIXA 5.4

Utilizar os direitos de propriedade intelectual para proteger o conhecimento tradicional

Respeitar o conhecimento tradicional não significa escondê-lo do mundo. Significa usá-lo de forma a beneficiar as comunidades de onde é retirado.

Na Austrália, as leis sobre direitos de propriedade intelectual não abrangem o conhecimento tradicional, mas são usadas marcas registadas de certificação para identificar e autenticar produtos, ou serviços fornecidos pelos povos indígenas. No caso *Milpurrruru*, de 1995 – desenhos aborígenes foram reproduzidos em tapetes, sem prévio consentimento – um tribunal australiano considerou que a violação de marca registada tinha sido causado “dano cultural” e determinou uma indemnização de 70.000 dólares australianos (WIPO 2003c). No caso *Bulun Bulun*, de 1998, uma sentença judicial considerou que um indígena tinha uma dívida de confiança para com a sua comunidade e que não podia explorar a arte indígena de modo contrário ao direito consuetudinário da comunidade.

No Canadá, usam-se marcas registadas para proteger símbolos tradicionais, incluindo produtos ali-

mentares, roupa e serviços turísticos administrados pelas Primeiras Nações. A Lei do Copyright protege as criações baseadas na tradição, como xilogravuras, canções e esculturas. Em 1999, A Primeira Nação *Snuneymuxw* usou a Lei das Marcas Registadas para proteger 10 petróglifos religiosos (pinturas antigas na rocha) da reprodução não autorizada e para travar a venda de produtos com essas imagens.

Outros países reconheceram explicitamente o saber tradicional e os sistemas legais consuetudinários. A Gronelândia mantém a sua tradição legal esquimó no seu Sistema Legislativo Nacional. Nos últimos 150 anos, a literatura escrita esquimó tem a herança cultural documentada. A herança cultural é tratada de modo dinâmico e não restringida apenas a aspectos tradicionais. Tanto as expressões tradicionais como as modernas são respeitadas e gozam de igual protecção ao abrigo da lei.

Um caso mais célebre envolve os bosquímanos San do Sul da África. Um antropólogo observou, em 1937, que os San comiam o cacto *hoodia* para evitar

a fome e a sede. Com base neste conhecimento, o Conselho de Investigação Científica e Industrial (CSIR) da África do Sul patenteou, em 1995, o elemento supressor do apetite do cacto *hoodia* (P57). Em 1998, as receitas da taxa de licenciamento para desenvolver e comercializar o P57 como um fármaco de emagrecimento já tinham ascendido a 32 milhões de dólares (Commission on Intellectual Property Rights 2002). Quando os San alegaram biopirataria e ameaçaram com uma acção judicial, em 2002, o CSIR concordou em partilhar futuros *royalties* com eles.

O reconhecimento da cultura tradicional pode ocorrer também a nível regional. O artigo 136(g) da Decisão 486 da Comissão da Comunidade Andina estabelece que os símbolos não podem ser registados como marcas, se consistem em nomes de comunidades indígenas, afro-americanas ou locais. O governo colombiano usou o Artigo 136(g) para rejeitar um pedido de registo do termo “Tairona”, citando-o como uma herança inestimável do país – os taironas habitaram território colombiano no período pré-hispânico.

Fonte: Commission on Intellectual Property Rights 2002; WIPO 2003c.

A globalização pode trazer reconhecimento aos povos indígenas que desenvolveram os seus recursos ao longo de séculos

dentro do regime de direitos de propriedade intelectual, os países estão a descobrir modos de usar os sistemas existentes para o fazer (caixa 5.4). Desenhos industriais protegem tapetes e toucados no Cazaquistão. Indicações geográficas protegem bebidas alcoólicas e chás na Venezuela e no Vietname. *Copyrights* e marcas registadas são usados para a arte tradicional na Austrália e no Canadá. Em muitos casos, estas medidas resultaram em benefícios monetários também para a comunidade.

As discussões na OMPI estão a incidir na maneira de completar as disposições de propriedade intelectual com abordagens nacionais específicas. Uma proposta – a abordagem da responsabilidade indemnizatória – encara direitos, tanto para o proprietário da patente, como para o proprietário do conhecimento tradicional. Se o proprietário da patente tivesse de procurar uma licença obrigatória para usar o recurso do conhecimento tradicional, então, o proprietário também teria direito de comercializar a invenção patenteada depois de pagar *royalties* ao proprietário da patente. Este mecanismo evita a restrição do progresso científico e torna economicamente significativa a partilha do benefício.

Ao promover os fluxos de investimentos e de conhecimento, a globalização pode trazer reconhecimento aos povos indígenas que desenvolveram os

seus recursos ao longo de séculos. Mas as regras nacionais e internacionais sobre o comércio e investimento mundiais também têm de corresponder às sensibilidades culturais e aos direitos de propriedade consuetudinários dos povos indígenas. Respeitar a identidade cultural e promover a equidade socioeconómica através da participação e da partilha dos benefícios é possível desde que as decisões sejam tomadas democraticamente – pelos países, empresas, instituições internacionais e povos indígenas.

FLUXOS DE BENS CULTURAIS – ALARGAR AS ESCOLHAS ATRAVÉS DA CRIATIVIDADE E DA DIVERSIDADE

Durante a contagem descendente de 1994 para a Ronda do Uruguai de negociações comerciais multilaterais, um grupo de produtores, actores e realizadores cinematográficos franceses conseguiu inserir uma cláusula de “excepção cultural” nas regras comerciais, excluindo o cinema e outros bens audiovisuais das suas disposições. A cláusula reconhece a natureza especial dos bens culturais enquanto mercadorias comercializadas. O texto da Ronda do Uruguai abriu um precedente para outros acordos comerciais permitirem que os países isentassem bens culturais de acordos comerciais e adoptassem políticas para proteger essas indústrias no país. Foram inscritas algumas excepções ao comércio de bens culturais na Acordo Norte-Americano de Comércio Livre (NAFTA), em 1994. Nos debates acrimoniosos acerca do Acordo Multilateral sobre Investimentos, na OCDE, em 1998, a excepção cultural foi uma das questões discutidas de modo mais azedo, impulsionando o colapso das negociações (caixa 5.5).

Em 2003, nas reuniões preparatórias da Ronda de Doha, em Cancun, as negociações tropeçaram, segundo as informações, nas Questões de Singapura – facilitação do comércio, transparência nas aquisições governamentais, comércio e investimento e comércio e concorrência.⁷ Os Estados Unidos tinham pedido um congelamento na extensão da excepção cultural, para não trazer para as negociações as actividades audiovisuais relacionadas com a Internet. Em Novembro de 2003, a reunião ministerial da Área de Comércio Livre das Américas, em Miami, enfrentou desafios similares em relação aos bens culturais e não chegou a nenhum acordo claro.

Portanto, tratar os bens culturais como qualquer outro bem comercial, ou torná-los uma excepção,

CAIXA 5.5

O debate sobre bens culturais e o fiasco do Acordo Multilateral sobre Investimentos

Após a Ronda do Uruguai de negociações comerciais ter terminado, em 1994, alguns países quiseram criar um mecanismo para liberalizar, regular e reforçar fluxos de investimento mundiais. Isto criou as condições, em 1998, para o Acordo Multilateral sobre Investimentos (MAI). O objectivo era criar um único quadro regulador multilateral para substituir cerca de 1.600 tratados bilaterais de investimento. Entre outras disposições, o MAI visava introduzir o princípio da não discriminação do “tratamento nacional” nas regras de investimento e investidores estrangeiros. O país de origem deixaria de ser um factor, quando se aplicassem regras sobre investimentos e comércio de serviços com objectivo de travar a discriminação contra o investimento estrangeiro e facilitar os seus fluxos.

Todavia, quando o MAI estava a ser negociado dentro da OCDE, um grupo de países inseriu excepções e reservas que enfraqueceram a iniciativa. Preocupada com o efeito que o MAI poderia ter nas indústrias culturais e receando a perda de margem para subsidiar, ou proteger indústrias nacionais, a França introduziu cláusulas para as indústrias culturais. Motivados por um conjunto de objecções às negociações, incluindo o tratamento dos bens culturais como outra mercadoria qualquer, grupos não governamentais da Austrália, Canadá, Índia, Nova Zelândia, Reino Unido e Estados Unidos juntaram-se à campanha do governo francês contra o acordo. A iniciativa falhou, demonstrando até que ponto estas questões são polémicas e complicando futuras conversações sobre comércio de serviços e investimento que afectam a diversidade cultural dos países.

Fonte: UNESCO 2000b, 2000c; Public Citizen 2004.

passou a ser uma questão discutida acaloradamente nas negociações comerciais internacionais. As posições continuam polarizadas. De um lado estão os que consideram os produtos culturais tão comerciais como as maçãs, ou os automóveis e, por isso, sujeitos a todas as regras do comércio internacional. Do outro, estão aqueles que vêem os produtos culturais como activos portadores de valores, ideias e significados e que, por isso, merecem tratamento especial.

PORQUE É QUE O APOIO PÚBLICO CERROU FILEIRAS EM TORNO DA EXCEPÇÃO CULTURAL?

A excepção cultural mobilizou um apoio público que os políticos acham difícil ignorar. A excepção cultural toca as preocupações das pessoas de que as suas culturas nacionais possam ser varridas pelas forças económicas do mercado global, ameaçando a sua identidade cultural. Os defensores mais extremistas da excepção cultural receiam que os filmes e os programas de televisão estrangeiros disseminem a cultura estrangeira e acabem por destruir as culturas locais e os valores tradicionais.

Nacionalismo, tradicionalismo e vantagens económicas motivam, sem dúvida, muitos dos que defendem a proibição de produtos estrangeiros. Mas justificar-se-ão os receios daqueles que prevêm um estreitamento das opções culturais? De facto, os fluxos livres de produtos estrangeiros alargam as escolhas culturais e não enfraquecem, necessariamente, o empenho com a cultura nacional. Adolescentes de todo o mundo ouvem *rap*, mas isso não tem significado a morte da música clássica, nem das tradições da música popular local. As tentativas de isolar as influências estrangeiras têm tido um impacto limitado. Foi só em 1998 que a Coreia do Sul começou a levantar, gradualmente, uma proibição de meio século de música e filmes japoneses. Todavia, é muito provável que os coreanos tivessem acesso à cultura *pop* japonesa, em particular à animação e aos *manga* (livros de banda desenhada), muito antes de a proibição ter sido levantada. Restringir a influência estrangeira não promove a liberdade cultural. Mas isso não significa que os bens culturais não sejam diferentes, em vários aspectos, de outros bens comerciais.

Porque é que os bens culturais são diferentes? Os bens culturais são portadores de ideias, símbolos e estilos de vida e constituem parte intrínseca da identidade da comunidade que os produz. Poucos discordam de que os produtos culturais precisam de algum apoio público para florescer. Os subsídios a

museus, ao *ballet*, às bibliotecas e a outros produtos e serviços culturais estão generalizados e são aceites em todas as economias de mercado livre.

O desacordo está em saber se os filmes e os produtos audiovisuais são bens culturais, ou simples entretenimento. Embora se possa discutir se os programas de cinema e televisão têm valor artístico intrínseco, é claro que eles são bens culturais, na medida em que são símbolos de modos de vida. Filmes e produtos audiovisuais são portadores poderosos dos estilos de vida e transmitem mensagens sociais (ver destaque 5.1). Podem ter um impacto cultural poderoso. Na verdade, são discutidos precisamente por causa do seu impacto nas escolhas em matéria de identidade.⁸

Porque é que os bens culturais precisam de apoio público? As razões que estão por trás dos argumentos para a intervenção pública têm a ver com o modo como os bens culturais são consumidos e produzidos. Ambos dão vantagem às economias e indústrias de grande dimensão, com acesso a recursos financeiros elevados, e levam a fluxos assimétricos de filmes e programas de televisão (figura 5.1).⁹

- *Os bens culturais são bens de experiência.* Os produtos culturais são consumidos através da experiência: por causa da natureza subjectiva desses bens, os consumidores não saberão se gostam do bem enquanto não o tiverem consumido. Assim, os preços não reflectirão a qualidade do produto, ou a satisfação provável que consumidor vai

Tratar os bens culturais como qualquer outro bem comercial, ou torná-los uma excepção, passou a ser uma questão discutida acaloradamente

Figura 5.1 Os filmes do topo da distribuição, de todos os tempos, nas salas internacionais (menos EUA) eram filmes dos EUA, Abril de 2004

Ordem	Filmes dos EUA	Ano	País de origem	Rendimento total bruto (milhões dólares EUA)
1	Titanic	1997	EUA	1.235
2	O Senhor dos Anéis: O Regresso do Rei	2003	EUA	696
3	Harry Potter e a Pedra Filosofal	2001	EUA	651
4	Harry Potter e a Câmara dos Segredos	2002	EUA	604
5	O Senhor dos Anéis: As Duas Torres	2002	EUA	581
6	Parque Jurássico	1993	EUA	563
7	O Senhor dos Anéis: A Irmandade do Anel	2001	EUA	547
8	À Procura de Nemo	2003	EUA	513
9	Dia da Independência	1996	EUA	505
10	Guerra das Estrelas: Episódio I: A Ameaça Fantasma	1999	EUA	491
Filmes de outros países				
44	A Viagem de Chihiro	2001	Japão	254
69	Ou Tudo ou Nada	1997	RU	211
86	Quatro Casamentos e um Funeral	1994	RU	191
96	O Diário de Bridget Jones	2001	RU	183

Fonte: The Internet Movie Database 2004.

Produtos culturais e actividades criativas, se deixados ao mercado, podem enfraquecer e a diversidade pode diminuir

obter. Campanhas de *marketing*, publicidade e análises comerciais – amplificadas oralmente – são as principais fontes de informação dos consumidores, dando uma vantagem substancial aos produtores com maior controlo dos recursos de *marketing* e distribuição. Muitos produtores locais pequenos lutarão pelo acesso ao mercado, em particular os produtores que trabalham a partir de países em desenvolvimento.

- *Os grandes produtores podem beneficiar de economias de escala.* Os produtores mais pequenos e menos bem financiados são penalizados nestes mercados porque não podem beneficiar das economias de escala que caracterizam muitas indústrias culturais, especialmente filmes e outros produtos audiovisuais.¹⁰ O custo de fazer um filme é o mesmo, quer seja exibido uma vez, ou milhões de vezes. Quanto mais vezes for exibido, maiores são os rendimentos. Quando o filme atinge um mercado grande – graças a uma procura interna grande, ao entendimento generalizado da língua em que o filme é falado e fortes campanhas publicitárias – é muito mais provável que se torne um êxito internacional. O mesmo é verdade em relação a outros bens culturais. Os países e as empresas com maiores recursos financeiros podem beneficiar dessas economias de escala, conquistando mercados grandes e beneficiando das suas vantagens exclusivas em mercados com poucos, ou pequenos produtores (quadro 5.2).

DESAFIOS E OPÇÕES DE POLITICA – PROTECÇÃO OU PROMOÇÃO?

Por estas razões, os produtos culturais e as actividades criativas, se deixados ao mercado, podem enfraquecer e a diversidade pode diminuir. Qual é a solução? Protecção cultural e quotas? Ou subsídios à produção?

Protecção. Como se defendeu em *Relatórios do Desenvolvimento Humano* anteriores, erguer barreiras para reduzir os fluxos de importações pode ser problemático, uma conclusão que também se aplica ao comércio de bens culturais. As barreiras comerciais para reduzir, ou bloquear as importações derrotam a expansão da diversidade e da escolha. Mesmo assim, muitos países fixaram quotas de produção e de radio-difusão para programas produzidos localmente na rádio, televisão e filmes, para garantir uma quota mínima de mercado. A Hungria tem uma quota de 15% para programas nacionais nos canais públicos.¹¹ E o sistema de quotas de exibição da Coreia do Sul, baseado num mínimo de dias de projecções nacionais por ano, contribuiu provavelmente para o aumento da quota de mercado interno e das exportações.

Mas políticas agressivas baseadas em quotas nem sempre têm resultado numa maior variedade e escolha. Alguns críticos salientam que quotas elevadas fazem os produtores locais depender mais de quotas e menos da diminuição dos custos de produção. Alguns também defendem que a protecção pode reduzir a qualidade dos bens.¹²

QUADRO 5.2

Escolhas de política para a promoção da indústria doméstica de cinema e audiovisual – o mercado e a dimensão da indústria são importantes

	Vantagens	Desvantagens	Soluções de política
Países com grande produção (mais de 200 produções)	Os mercados internos de grande dimensão aumentam as audiências e permitem rendimentos elevados	Diminui a concorrência no mercado e a produção de filmes culturais e artísticos	Incentivos fiscais especializados para encorajar cineastas independentes e distribuidores especializados a fazerem mais filmes
Países com produção de média dimensão (de 20 a 199 produções)	O apoio financeiro público e legal garante a existência de uma infra-estrutura nacional e de mercados, tendo em conta o papel do sector público e a maior qualidade dos filmes	O protecção legal nacional pode impedir o comércio internacional livre no cinema	Novos quadros legais internacionais para permitir um comércio melhor e mais equilibrado, aumentando as capacidades de produção nacional
Países com pequena produção (menos de 20 produções)	A criatividade não sofre com os grandes constrangimentos financeiros ou de concorrência técnica e organizacional; o financiamento muito limitado não procura rendimentos imediatos.	Os mercados domésticos reduzidos reflectem uma falta estrutural de investimento na indústria do cinema, limitando o número de produções nacionais; as práticas de comércio internacional assimétrico injusto também diminuem a produção doméstica	Como acontece com as tecnologias de comunicação e computadores, as tecnologias digitais podem criar novas oportunidades de produção, e menos caras, superando assim os bloqueamentos na produção e distribuição

Fonte: Human Development Report Office based on UNESCO 200a.

Promoção. Alguns países mantiveram com êxito indústrias culturais saudáveis, ao mesmo tempo que conservavam abertas as ligações comerciais. Argentina e Brasil oferecem incentivos financeiros para ajudar as indústrias nacionais, incluindo reduções de impostos. Na Hungria, 6% das receitas da televisão vão para a produção de filmes húngaros. A França gasta cerca de 400 milhões de dólares EUA por ano para apoiar a sua indústria cinematográfica, uma das poucas que prosperam na Europa, produzindo mais de 180 filmes anualmente (caixa 5.6 e destaque 5.1).^{13, 14} O êxito mundial franco-alemão *O Fabuloso Destino de Amélie Poulain* mostra as possibilidades das co-produções transfronteiriças.¹⁵

Os estúdios e o equipamento também podem ser apoiados. Desde 1996, a Egypt Film Society tem construído estúdios cinematográficos com financiamento de uma parceria entre os sectores privado e público. Outras economias em desenvolvimento estão a tentar fazer o mesmo. Como acontece com todos os subsídios, há problemas para os fazer funcionar. Quem deve decidir sobre os critérios de atribuição? Como devem ser tomadas as decisões? As medidas dependem grandemente da dimensão do mercado interno (ver quadro 5.2).

A Declaração sobre a Diversidade Cultural de 2001, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), criou as condições para várias iniciativas internacionais encorajarem medidas de fixação de padrões para a diversidade cultural, incluindo a Mesa Redonda sobre Diversidade Cultural e Biodiversidade para o Desenvolvimento Sustentável, a Cimeira da Francofonia, a Reunião da Rede Internacional sobre Política Cultural e a resolução da ONU que proclamou o dia 21 de Maio como “Dia Mundial da Diversidade Cultural para o Diálogo e Desenvolvimento”. Iniciaram-se os trabalhos preparatórios de uma convenção legalmente vinculativa para proteger a diversidade da expressão cultural.

A emergência ou a consolidação de indústrias culturais também deviam ser apoiadas. A cooperação pode apoiar o desenvolvimento da infra-estrutura e das qualificações necessárias para criar mercados internos e para ajudar os produtos culturais locais a chegar aos mercados mundiais. As incubadoras de pequenos negócios podem encorajar empresas de pequena e média dimensão na área da música, moda e *design*. Podem ser mobilizados fundos internacionais para financiar a tradução de livros e a legen-

CAIXA 5.6

O apoio bem sucedido da França às indústrias domésticas da cultura

Ao abrigo da “exceção cultural” (*l’exception culturelle*) introduzida durante a Ronda do Uruguai de negociações sobre o comércio e resolutamente defendida pelo governo francês em meados da década de 1990, o Estado promove e paga a produção da cultura Gaulesa – um exemplo bem sucedido de apoio público às indústrias da cultura.

O governo subsidia a produção de versões televisonadas de ficção francesa, um produto popular da televisão pública. A França impõe uma quota mínima de 40% de transmissões radiofónicas em língua francesa. (O Canadá tem um sistema semelhante.) Estas medidas criaram oportunidades para artistas que, de outra maneira, poderiam não ter sido capazes de penetrar no

mercado interno e fizeram da França o maior produtor de filmes na Europa, contrariando eficazmente a concorrência de Hollywood.

O governo francês defende fortemente a exceção cultural – mas por quanto mais tempo conseguirá fazê-lo? A nova ameaça não vem dos suspeitos habituais – Hollywood, ou a Organização Mundial do Comércio – mas de Bruxelas. A Comissão Europeia está a considerar a limitação do montante do apoio que os países são autorizados a dar à sua produção doméstica. Se as novas regras forem aprovadas, é provável que uma forte onda de oposição venha de grupos que receiam a perda da identidade nacional através do excesso de filmes estrangeiros.

Fonte: *Financial Times* 2004.

dagem, ou dobragem de filmes locais em línguas internacionais. As qualificações nestes campos podem ser formalizadas em escolas de gestão e através de permutas nas indústrias da economia da cultura.

Turismo cultural e parcerias com a Organização Mundial de Turismo podem disseminar conselhos às comunidades de acolhimento. E parcerias com parlamentos, ministérios da cultura e gabinetes nacionais de estatística podem reunir as melhores práticas sobre intercâmbio cultural, recolha de dados e elaboração de políticas.

FLUXOS DE PESSOAS – IDENTIDADES MÚLTIPLAS PARA CIDADÃOS MUNDIAIS

Quase metade da população de Toronto e de Los Angeles nasceu no estrangeiro e mais de um quarto em Abidjan, Londres e Singapura (figura 5.1). Conduzido pela globalização, o número de migrantes subiu muito na última década, em particular para os países de rendimento elevado da Europa Ocidental, América do Norte e Austrália (figura 5.2). E com a crescente disponibilidade da Internet e o baixo custo das viagens aéreas, mais imigrantes estão a manter laços mais estreitos com os seus países de origem (ver destaque 5.1). Globalizar não é apenas reunir grupos culturais. É alterar as regras de contratação. A democratização e o respeito crescente pelos direitos humanos estão a trazer cada vez mais liberdade política e um sentido de direito a tratamento justo e estão a legitimar o protesto.

A imigração dá lugar a uma série de preocupações em ambos os lados. Os países de acolhimento

QUADRO 5.3

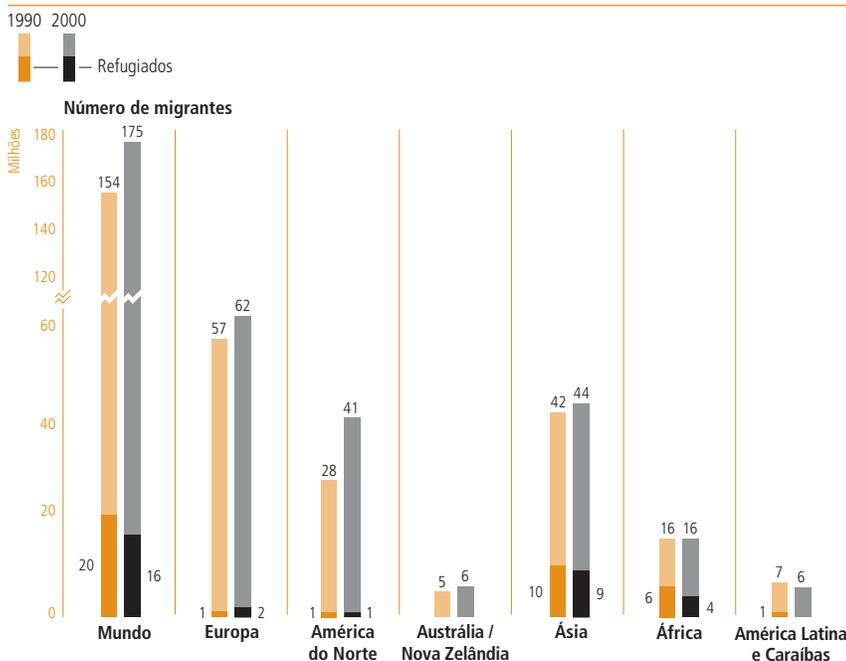
As 10 cidades do topo segundo a parcela da população nascida no estrangeiro, 2000-01

Porcentagem

Miami	59
Toronto	44
Los Angeles	41
Vancouver	37
Cidade de Nova Iorque	36
Singapura	33
Sydney	31
Abidjan	30
Londres	28
Paris	23

Fonte: UN HABITAT 2004; U.S. Census Bureau 2004b; World Cities Project 2002; Australian Bureau of Statistics 2001; Statistics Canada 2004.

Figura 5.2 Crescimento sem precedentes da migração internacional para Europa, América do Norte, Austrália e Nova Zelândia, mas os refugiados permanecem uma pequena proporção, 1990-2000



Fonte: UN 2002a.

Figura 5.3 Mais e mais governos (ricos e pobres) querem controlar a imigração, 1976-2001



Fonte: UN 2002a.

lutam com problemas de liberdade cultural. Devem as raparigas muçulmanas ser autorizadas a usar lenços de cabeça nas escolas públicas em França (caixa 5.7)? Debates semelhantes propagam-se rapidamente: se as escolas dos E.U.A devem prover educação em espanhol, ou se os motociclistas *sikhs*, no Canadá, devem ser autorizados a usar um turbante em vez de um capacete normal. Os imigrantes protestam contra a falta de reconhecimento das suas identidades culturais e contra a discriminação nos empregos, alojamento e educação. Em muitos países, estas preocupações enfrentam os contraprotostos das populações locais, que receiam que as suas identidades e valores nacionais também sejam postas em causa. “Eles não adoptam o nosso modo de vida, nem os nossos valores”, dizem os que se opõem à imigração. “Respeitem o nosso modo de vida e as nossas culturas e os nossos direitos humanos”, respondem as comunidades imigrantes e os seus aliados.

Uma resposta seria reconhecer a diversidade e promover a inclusão de imigrantes, enfrentando as exclusões sociais, económicas e políticas que eles sofrem e a exclusão do modo de vida, e dando reconhecimento às suas identidades. Uma alternativa, defendida por grupos anti-imigrantes, seria fechar os países aos fluxos de pessoas – invertendo a tendência da diversidade crescente (figura 5.3). O pro-

grama político do Partido da Frente Nacional francesa, por exemplo, propõe que se volte para trás no fluxo da imigração, revogando os programas de reunificação familiar, expulsando estrangeiros indocumentados, desenvolvendo programas para reenviar imigrantes para os seus países de origem e dando preferência aos cidadãos nacionais no emprego, assistência social e em outras áreas.¹⁶ Os partidos Liga do Norte e Aliança Nacional (ambos membros da coligação no poder), da Itália, estão a introduzir legislação para limitar a imigração às pessoas que tenham um contrato de trabalho em Itália e fornecer ajuda aos países para travarem a migração ilegal.¹⁷

Mas esta escolha entre reconhecimento da diversidade e fechamento do país à imigração pode ser uma falsa escolha se as culturas nacionais não estiverem realmente ameaçadas pela diversidade.

ESTARÃO AS CULTURAS NACIONAIS AMEAÇADAS PELA DIVERSIDADE CULTURAL?

Os que receiam que os imigrantes ameacem os valores nacionais invocam três argumentos: que os imigrantes não se “assimilam”, mas rejeitam os valores nucleares do país; que as culturas local e dos imigrantes se chocam, levando inevitavelmente ao conflito social e à fragmentação; e que as culturas dos imigrantes são inferiores e se lhes fosse permitida uma situação segura minariam a democracia e retardariam o progresso, drenando assim o desenvolvimento económico e social. A solução é gerir a diversidade reduzindo os fluxos de imigrantes e aculturando as comunidades imigrantes.

Identidade única ou múltiplas identidades. Subjacente aos receios de perder a cultura nacional está uma convicção implícita de que as identidades são singulares. Mas as pessoas não têm identidades únicas e fixas. Têm múltiplas identidades e lealdades, que muitas vezes mudam. Segundo as palavras de Long Litt-Woon, presidente do Grupo de Relatores da Conferência sobre Diversidade e Coesão do Conselho da Europa, “Perguntam-me muitas vezes há quanto tempo vivo [na Noruega]; ‘20 anos’, digo eu. Muitas vezes, a observação seguinte é ‘Oh, você é quase norueguês!’ O pressuposto, neste caso, é que me tornei menos malaio porque é normal pensar-se na identidade como um jogo de soma zero; se se tem mais de uma identidade, tem-se menos de outra. Imagina-se que a identidade é, de algum modo, como uma caixa quadrada com tamanho fixo.”¹⁸

O dilema dos lenços de cabeça em França

Devem as raparigas muçulmanas ser autorizadas a usar lenços de cabeça nas escolas públicas em França? Poderá isso contrariar os princípios do secularismo (*laïcité*) e do respeito pela liberdade de religião? Será que essa liberdade exige que os espaços públicos se mantenham livres da influência religiosa? Ou poderá isso constituir uma discriminação contra a comunidade imigrante muçulmana? Ou será que o lenço de cabeça reflecte a subjugação das mulheres pelos homens? Poucas controvérsias despertaram tanta paixão – de ambos os lados – e geraram desafios tão penetrantes à conciliação da diversidade cultural nos últimos anos.

A controvérsia data de 1989, quando uma escola secundária expulsou três jovens que usavam lenços de cabeça na aula, com base em que isso violava os princípios franceses de secularismo. Isto desencadeou um grande debate público. O Conselho de Estado declarou que o uso de símbolos religiosos não é, em si, incompatível com o secularismo, desde que não tenha um carácter “ostentoso ou militante”. O Ministério da Educação nomeou um mediador especial para tratar de futuros incidentes do mesmo género.

A controvérsia acalmou até Dezembro de 2002, quando uma rapariga de um bairro predominantemente de imigrantes, em Lyon, apareceu na escola usando um lenço de cabeça. Este estava quase reduzido a uma fita, não lhe cobrindo nem a testa nem as orelhas. O reitor chamou os pais e exigiu que a

rapariga deixasse de usar lenço de cabeça na escola. Os pais protestaram, afirmando que já se tinham adaptado às normas francesas ao reduzir o lenço de cabeça a uma fita. O mediador foi chamado a intervir mas não conseguiu encontrar uma solução aceitável. Alguns professores ameaçaram entrar em greve se a aluna fosse autorizada a continuar a usar o lenço de cabeça na escola.

O assunto transformou-se rapidamente num debate politizado. Os membros da Assembleia Nacional, tanto da esquerda como da direita, propuseram uma lei proibindo explicitamente o uso de lenços de cabeça nas escolas e noutros lugares públicos. Intelectuais de esquerda tomaram rapidamente posição a favor e contra: ou em defesa da liberdade de expressão e contra a discriminação dos muçulmanos, ou em defesa do secularismo e dos valores da igualdade entre

sexos, uma vez que se pensava que muitas raparigas estavam a ser intimidadas para usarem o lenço de cabeça. Em 2003, o Ministério da Educação e a Assembleia Nacional criaram uma comissão de inquérito. Em Julho, uma Comissão Independente para a Aplicação do Secularismo na República propôs a proibição do uso de quaisquer símbolos religiosos óbvios nas escolas, incluindo o lenço de cabeça.

Finalmente, a legislação foi aprovada, mas as opiniões estavam divididas. As posições não se dividiram, como seria de esperar, segundo as linhas divisórias tradicionais: esquerda-direita, não muçulmanos-muçulmanos, ou mulheres-homens. Sondagens de opinião feitas imediatamente antes da votação mostraram as mulheres muçulmanas divididas em partes iguais, a favor e contra a nova lei (ver quadro).

Este caso realça os dilemas que os países enfrentam ao tentarem conciliar as diferenças religiosas e outras diferenças culturais das comunidades imigrantes. Como neste caso, há compromissos difíceis e argumentos complexos. Os que defendem a proibição argumentam que é uma defesa da liberdade – liberdade de religião e liberdade das mulheres contra a subordinação. Mas outro tanto dizem os que são contra a proibição – liberdade contra a discriminação e oportunidades desiguais. Estes compromissos de princípios são particularmente difíceis na educação pública, que se destina a transmitir os valores do Estado.

Está a favor, ou contra, uma lei que proíba símbolos e vestuário que exibam, de forma bem visível, a filiação religiosa? (21 de Janeiro de 2004)

Grupo	A favor (%)	Contra (%)
Todos os franceses	69	29
Esquerda	66	33
Direita	75	24
Muçulmanos	42	53
Mulheres muçulmanas	49	43

Fonte: Zolberg 2003; Gutmann 1995; *The Economist* 2004b.

Alguns grupos de imigrantes podem querer manter a sua identidade cultural. Mas isso não significa que não desenvolvam lealdades para com o seu novo país. As pessoas de origem turca na Alemanha podem falar turco em casa até à segunda geração, mas também falam alemão. Os mexicanos nos Estados Unidos podem torcer pela equipa mexicana de futebol, mas servem no exército dos E.U.A.

Tornaram-se vulgares as suspeitas acerca das lealdades dos imigrantes. Mas são deslocadas. Suspeitando de lealdades divididas, os governos dos E.U.A. e do Canadá internaram os seus cidadãos de origem japonesa durante a Segunda Guerra Mundial. Todavia, soldados descendentes de japoneses que prestavam serviço nos exércitos dos E.U.A. e do Canadá exibiram altos níveis de valentia e de lealdade, tornando-se nalguns dos heróis mais condecorados. Em 1960, nos Estados Unidos, houve receios de que um presidente católico romano pudesse ter lealdades ao Papa além e acima das suas lealdades para com os Estados Unidos, receios

que John F. Kennedy teve que combater activamente como candidato, em 1960.

As preocupações com a identidade nacional também são expressas, por vezes, através da denúncia das culturas dos imigrantes como “inferiores”, reclamando que a aceitação da prosperidade dos imigrantes retardaria o progresso e o desenvolvimento do país. Mas este Relatório demonstrou que há pouco fundamento para os argumentos do determinismo cultural. É claro que muitos grupos de imigrantes – de modo nenhum todos os grupos, ou em todos os países – têm elevadas taxas de desemprego e nível educacional inferior à média. Mas as razões têm a ver com as múltiplas desvantagens que sofrem e não com quaisquer características de grupo culturalmente determinadas – desvantagens que podem ser remediadas com políticas adequadas de inclusão, como propõe o capítulo 3.

Para a maioria das sociedades, harmonizar múltiplas identidades não é coisa que aconteça de um dia para o outro. Significa acabar por considerar como

*Fechar as portas à
imigração não é prático,
nem do interesse
do desenvolvimento
nacional*

familiares diferenças que outrora eram consideradas “estranhas”. Os cientistas sociais chamam a isto uma mudança e esbatimento das fronteiras que separam “nós” e “não nós”. As discussões em França sobre as raparigas muçulmanas que usam lenços de cabeça na escola, ou nos Estados Unidos sobre a instrução em espanhol na escola primária são discussões sobre pessoas que lutam para manter as fronteiras como foram estabelecidas. Islão e espanhol são símbolos do “não nós”. Admiti-los como parte de “nós” sugere ceder aos perigos que são vistos a aproximar-se à nossa frente: conflito comunitário e perda de identidade cultural.

Na harmonização de múltiplas identidades, as sociedades debatem duas questões: até que ponto podemos ser diferentes? Até que ponto temos de ser parecidos? Aceitar múltiplas identidades é uma grande transformação social. Mas a história mostra que acontece. Quase todos os países europeus passaram por uma transformação assim. Hoje, ser diferente já não é a diferença entre ser alsaciano e ser bretão, mas entre ser cingalês e ser escocês, criando uma categoria mais ampla de “nós”.

A imigração apoia o crescimento económico e o desenvolvimento. Fechar as portas à imigração não é prático, nem do interesse do desenvolvimento nacional. Longe de serem um sorvedouro do desenvolvimento, os imigrantes são uma fonte de qualificações, de trabalho, de ideias e de saber-fazer. Os economistas têm argumentado há muito que os ganhos da liberalização da imigração são muito maiores do que os da eliminação das barreiras ao comércio mundial. Dos empresários indianos de tecnologia de Silicon Valley, nos Estados Unidos, às enfermeiras da África Ocidental espalhadas pela Europa, aos investidores chineses na Austrália e às empregadas domésticas filipinas na Arábia Saudita, a contribuição dos imigrantes para a inovação, o espírito de iniciativa e a qualificação é uma recordação diária do seu valor para a sociedade.

Na economia do conhecimento de hoje, os países concorrem criando e atraindo talentos de topo. Em 1990, por exemplo, estudantes nascidos no estrangeiro realizaram 62% dos doutoramentos em Engenharia nos Estados Unidos e mais de 70% dos estudantes nascidos no estrangeiro que realizam doutoramentos nos Estados Unidos ficam neste país.^{19, 20} Muitas vezes entre os mais empreendedores da sociedade, os imigrantes investem em pequenas empresas e rejuvenescem bairros urbanos – na

Europa, estão a criar zonas comerciais em áreas abandonadas para gerar milhares de empregos.²¹

Hoje, países da Europa Ocidental e o Japão, que enfrentam a perspectiva do envelhecimento e do declínio populacional, têm necessidade urgente de novos influxos de pessoas. Prevê-se que a população em idade de trabalhar da Europa Ocidental caia de 225 milhões, em 1995, para 223 milhões, em 2025.²² De acordo com estimativas da Divisão de População da ONU, a Europa terá de duplicar o número de imigrantes que recebe só para manter a dimensão da sua população, em 2050.²³

Não foram eliminadas as barreiras à entrada de pessoas, ao contrário das barreiras à entrada de bens e capitais. Todavia, a migração aumentou rapidamente na década de 1990, incluindo a imigração clandestina que proliferou nesta década, atingindo quase 30 milhões de pessoas em todo o mundo (ver destaque 5.1). Os esforços para inverter os fluxos de pessoas lutam contra a onda da globalização.²⁴ Reduzir significativamente a imigração exigiria medidas que são difíceis de executar em democracias.

*DESAFIOS E OPÇÕES DE POLÍTICA –
RECONHECIMENTO CULTURAL E INCLUSÃO
SOCIOECONOMICA E POLITICA*

Países com uma quantidade historicamente grande de imigrantes seguiram duas abordagens da integração: o diferencialismo e a assimilação. Diferencialismo significa manter fronteiras claras entre grupos e respeitá-los como comunidades separadas. Políticas diferencialistas têm sido tipicamente usadas quando o Estado organiza a imigração para preencher necessidades temporárias de trabalho e não espera que os imigrantes se tornem membros plenos da comunidade local. São exemplos os trabalhadores visitantes na Alemanha, nas décadas de 1960 e 1970 e as empregadas domésticas na Arábia Saudita, hoje.

A outra abordagem, a assimilação, procura tornar os imigrantes “mais como nós”. O Estado e outras instituições encorajam os imigrantes a aprender a língua nacional predominante e a adoptar as práticas sociais e culturais da comunidade de acolhimento. Quando os filhos dos imigrantes tiverem passado pelas escolas primárias da nova sociedade, especialmente públicas, serão quase indistinguíveis do resto da comunidade local. A imagem do “*melt-ing pot*” dos E.U.A. é a que representa melhor esta abordagem.

Estas duas abordagens, eficazes em décadas anteriores, são inadequadas em diversas sociedades que precisam de criar respeito pelas diferenças e um compromisso de unidade. As sociedades culturalmente diversificadas não estão predestinadas a desintegrar-se, ou a perder as suas culturas e identidades nacionais. Mas conciliar a diversidade exige esforços para construir a coesão na gestão da imigração e na integração de migrantes na sociedade. Tal como há muitos modos, nos Estados multiétnicos, de as minorias étnicas sentirem orgulho na sua comunidade e uma forte lealdade para com o Estado, também os imigrantes podem tornar-se membros plenos dos seus países de adopção e continuar a manter laços com os seus países de origem. O desafio é conceber políticas que integrem os objectivos de unidade e respeito pela diferença e diversidade. O diferencialismo não cria compromisso com o país entre imigrantes, nem fornece uma protecção social adequada. E os programas de trabalhadores convidados podem ser uma fonte de exploração e de conflitos – “queríamos trabalhadores, mas recebemos pessoas” foi a reacção de alguns (caixa 5.8). A assimilação não concilia a diferença, nem o respeito pela diversidade, nem enfrenta explicitamente a assimetria.

Os imigrantes estão mais inclinados hoje – e mais capazes – do que no passado para manter ligações estreitas com a família e a comunidade no seu local de nascimento. Essas ligações não são novas, mas a influência no comportamento social, económico e

político é diferente, graças à facilidade das comunicações e viagens modernas. Os imigrantes querem manter um pé em cada mundo – um nos seus locais de nascimento e outro nos países de adopção.

O multiculturalismo tornou-se, recentemente, uma terceira abordagem da incorporação de imigrantes, uma abordagem que reconhece o valor da diversidade e apoia identidades múltiplas. Começou no Canadá, no princípio da década de 1960, quando o primeiro-ministro Pierre Trudeau expôs a ideia em resposta aos desafios de uma população diversificada de povos indígenas, povoadores franceses e ingleses e imigrantes recentes, com importantes divisões e desigualdades entre eles. A Austrália introduziu uma política semelhante na década de 1990, depois de concluir que era o único modo de criar coesão na diversidade.

O multiculturalismo não tem só a ver com o reconhecimento de sistemas de valores e práticas culturais diferentes dentro da sociedade – também tem a ver com a construção de um compromisso comum com valores nucleares e não negociáveis, como os direitos humanos, o Estado de direito, a igualdade entre sexos e a diversidade e tolerância.²⁵ A Austrália descreve isto como “Unidade na Diversidade”. Uma política assim enfatiza não só a liberdade das pessoas de exprimir e partilhar os seus valores culturais, mas também as suas obrigações de aderir a obrigações cívicas mútuas.

Embora haja uma sequência histórica para estes modelos de integração de imigrantes, os países usam

O multiculturalismo tem a ver com a construção de um compromisso comum com valores nucleares e não negociáveis

CAIXA 5.8

Contratos temporários – receber bem os trabalhadores, mas não as pessoas, não é solução

Enquanto lutam para controlar o fluxo de trabalhadores no mercado do trabalho globalizado, muitos Estados estão a experimentar programas temporários de migração. Aos imigrantes recrutados no quadro desses programas não é oferecida a cidadania; espera-se que eles trabalhem durante um período de tempo estabelecido e que depois regressem “a casa”, provocando pouco impacto na cultura e identidade nacionais. Porém, raramente as coisas funcionam dessa maneira.

Quase todas as regiões, num dado momento, recrutaram trabalhadores temporários para satisfazer necessidades económicas. No século XIX, centenas de milhares de sul-indianos foram recrutados para as plantações de borracha da Malásia e para as plantações de cana-de-açúcar de Trindade e Tobago. Nos Estados Unidos, um programa de trabalho agrícola que começou como solução temporária para uma situação

de escassez durante a II Guerra Mundial transformou-se num programa de recrutamento de trabalho durante várias décadas. Vários países europeus, incluindo a Alemanha e Holanda, utilizaram programas de “trabalhadores visitantes” na década de 1960 e princípio da década de 1970. Mais recentemente, os países produtores de petróleo do Médio Oriente viraram-se para o trabalho temporário para a construção civil e outros projectos. A África do Sul continua a depender de migrantes temporários para a extracção dos seus recursos naturais e, só nos últimos anos, o México projectou um programa para 39.000 trabalhadores temporários da Guatemala na colheita do café.

Esses programas têm dado oportunidade a muitos de trabalhar e ganhar dinheiro, enviando para casa milhares de milhões em remessas. Mas esses programas também criaram comunidades marginalizadas. Na frase agora famosa usada para descrever o programa

europeu de trabalhadores visitantes, “Recrutámos trabalhadores, mas recebemos pessoas.”

Frequentemente, muitos trabalhadores temporários decidem ficar, apesar dos esforços dos governos para o evitar – e depois trazem as suas famílias, criando comunidades de indocumentados. Mas porque são excluídos da esfera normal, criam comunidades de gueto – alimentando sentimentos contra os imigrantes. Restrições legais explícitas e fortes obstáculos sociais informais, como conjuntos habitacionais segregados fisicamente, também impedem os imigrantes de participar plenamente na sociedade.

Estas situações deixam os imigrantes sem protecção dos seus países de origem, ou dos países de acolhimento. Residentes legais sem cidadania podem ser vítimas de abusos dos empregadores e têm poucas possibilidades de recorrer aos serviços judiciais e sociais do país de acolhimento.

Fonte: Bach 2004.

Algumas das questões mais divisivas do “nós” e “não nós” dizem respeito às práticas tradicionais ou religiosas, que se julga serem contraditórias dos valores nacionais, ou dos direitos humanos

as três abordagens em qualquer momento. Embora não adoptando o multiculturalismo como uma política explícita do Estado, muitos países estão a introduzir elementos desta abordagem enquanto lutam para gerir a crescente diversidade. O desafio envolve a abordagem das exclusões culturais em três dimensões, com um tema comum de construção da unidade e respeito pela diferença:

- Enfrentar a exclusão cultural reconhecendo as identidades culturais (exclusão do modo de vida).
- Enfrentar a exclusão socioeconómica (exclusão da participação).
- Enfrentar a exclusão da participação cívica e dos direitos de cidadania (exclusão da participação).

Enfrentar a exclusão cultural reconhecendo as identidades culturais. As comunidades imigrantes podem não sofrer a discriminação explícita e a eliminação do seu modo de vida, mas a maioria sofre de falta de apoio para o praticar. Talvez mais importante, elas sofrem frequentemente a rejeição de valores considerados como estando em conflito com valores nucleares nacionais, ou o preconceito social de que a sua cultura é inferior (ver caixa 5.7).

Combater o preconceito social e a xenofobia é fundamental para construir harmonia social e unidade em sociedades diversificadas. Um maior respeito e compreensão para com as culturas pode ser fomentado proporcionando imagens positivas e exactas

nos meios de comunicação, ensinando a história de outras culturas nas escolas e preparando exposições nos museus que demonstrem respeito pela diversidade cultural e que enfrentem a discriminação e as desigualdades socioeconómicas. (caixa 5.9)

A religião é a mais contestada das identidades culturais. Um maior reconhecimento tem enorme valor prático, tornando mais fácil obter autorizações para construir locais de culto, instalar cemitérios e fazer celebrações. Também tem grande valor simbólico, demonstrando respeito por outras culturas. A celebração do *Eid* na Casa Branca, em 1996, foi um forte sinal de respeito pelos milhões de muçulmanos dos Estados Unidos. Surgem controvérsias acerca do apoio à religião em Estados seculares. Como o capítulo 3 mostra, secularismo não significa, necessariamente, não envolvimento do Estado na religião. O Estado pode apoiar a actividade religiosa de modo que não favoreça uma religião em detrimento de outra, como apoiar todas as escolas religiosas. Mas as religiões dos imigrantes nem sempre são tratadas da mesma maneira que a religião da maioria da população.

Algumas das questões mais divisivas do “nós” e “não nós” dizem respeito às práticas tradicionais ou religiosas, que se julga serem contraditórias dos valores nacionais, ou dos direitos humanos. Reconhecimento cultural não significa simplesmente defender a tradição. Significa promover a liberdade cultural e o desenvolvimento humano. E as próprias comunidades imigrantes precisam desafiar os “valores tradicionais” que conflituam com valores nacionais nucleares, ou com os direitos humanos.

Enfrentar a inclusão socioeconómica. Os 175 milhões de pessoas que vivem fora dos seus países de nascimento são um grupo muito misturado. De profissionais altamente qualificados a jovens e mulheres que atravessam as fronteiras a salto para trabalhar em lojas que os exploram e lhes pagam salários de miséria, incluem pessoas que estão no país há décadas e pessoas que só chegaram recentemente. E as fileiras de “comunidades de imigrantes” que estão politicamente mobilizadas expandem-se para lá dos 175 milhões para incluir os parentes e até amigos de imigrantes.

Nem todos os imigrantes sofrem a exclusão socioeconómica. Em relação aos que a sofrem, essa exclusão assume muitas formas diferentes. O maior problema é que em muitos países a pobreza dos grupos de imigrantes divide a sociedade. Dá lugar a movimentos anti-imigrantes e a acusações de que os imigrantes não querem, ou não conseguem, ser mem-

CAIXA 5.9

Como Berlim promove o respeito pela diferença cultural

Berlim ganhou reputação na Alemanha como pioneiro na promoção da integração de imigrantes. Berlim foi o primeiro dos Estados federais a criar um gabinete para tratar dos obstáculos à integração. Em 1981, sob o lema “Miteinander leben” (viver uns com os outros), o Gabinete do Comissário do Senado de Berlim para a Migração e a Integração lançou uma campanha a favor da tolerância, do respeito pelos outros e do entendimento. Desenvolve actividades de extensão em bairros com elevada percentagem de imigrantes e campanhas de informação pública descrevendo os princípios básicos da política. O gabinete também fornece aconselhamento e consultas jurídicas em 12 línguas, ajudando os imigrantes a encontrar emprego e a combater a discriminação. Juntamente com organizações não governamentais, o gabinete organiza formação regular para a polícia sobre relações com os imigrantes e realiza inquéritos

anuais sobre as atitudes locais para com os imigrantes.

O Gabinete do Comissário cria capacidades entre as organizações de imigrantes, ajuda os imigrantes a organizarem-se em grupos de auto-ajuda e, ainda, constitui um serviço de informação fundamental para pessoas que procuram conselhos sobre integração. Metade do seu orçamento anual de 6,5 milhões de euros destina-se ao financiamento de organizações e grupos de imigrantes.

O Gabinete do Comissário tem chamado a atenção dos meios de comunicação e do público para os problemas da integração. Abriu um canal directo de comunicação entre imigrantes e governo. Também se concentrou em actividades, tanto para populações imigrantes, como para nacionais alemães, mostrando que a integração é um processo bilateral. Muitos outros Estados federais têm copiado o exemplo de Berlim.

Fonte: IOM 2003c; European Union 2004; Independent Commission on Migration to Germany 2001.

bros produtivos da sociedade, de que vivem juntos em guetos e sem interesse em se integrarem no resto da sociedade. O apoio do Estado para enfrentar a exclusão socioeconômica dos grupos de imigrantes é, por isso, uma parte decisiva da construção da harmonia social.

A educação e a língua são o primeiro passo. Muitos países têm programas pró-ativos de integração que oferecem instrução na língua nacional do país. Mais controverso é o uso da língua materna dos imigrantes nas escolas e nas comunicações oficiais. Nenhuma fórmula única é adequada para todas as situações. Mas as objecções ao uso da língua materna são, muitas vezes, mais ideológicas do que pragmáticas. As pessoas aprendem melhor, respeitam as leis e geralmente participam mais plenamente na vida de uma comunidade se puderem entender melhor. Aprender a língua do Estado é decisivo, mas haverá demora em atingir a proficiência.

Também controversa é a questão da protecção da previdência social aos não nacionais, incluindo os residentes indocumentados. O receio – difícil de provar ou de refutar – é de que a protecção social encoraje mais entradas de pessoas que, sucessivamente, se tornem dependentes do Estado. Mas a realidade é que sem protecção da previdência social, as consequências sociais mais alargadas seriam piores. E os Estados têm a obrigação de proteger e promover os direitos humanos – para todos os seus residentes.

Enfrentar a exclusão da participação cívica e dos direitos de cidadania. Muitos imigrantes não são cidadãos. Por essa razão, estão excluídos do conjunto de obrigações e direitos que os Estados e os seus cidadãos têm, um ao outro. Sem esses direitos, os imigrantes carecem de acesso aos empregos e serviços que os ajudam a tornar-se membros plenamente contribuintes da sociedade. Também carecem de protecção contra os abusos. A naturalização tende a ser a resposta, mas a maioria dos Estados começa a repensar a sua política em resposta ao aumento dos fluxos, aos movimentos temporários e circulares e às múltiplas identidades transnacionais.

Alargar a não cidadãos os direitos cívicos tradicionalmente associados à cidadania é um passo decisivo, como é o reconhecimento de dupla nacionalidade. Muitos países, incluindo a Dinamarca, Holanda, Noruega e Suécia, têm alargado a não cidadãos o direito de voto em eleições locais. Noutros países, como a Bélgica, é provável que esses direitos sejam alargados em breve. Cerca de 30 países reconhecem já a dupla nacionalidade. Mas também existem tendências con-

traditórias de restrição do acesso à residência de longo prazo, à naturalização e cidadania e aos serviços sociais. Recentemente, a Califórnia tornou impossível para os imigrantes sem residência legal obterem carta de condução, excluindo-os efectivamente de muitos empregos e de outras actividades essenciais na vida quotidiana.

Um mundo globalmente interdependente precisa de uma nova abordagem da cidadania para residentes nativos e imigrantes, que incorpore os princípios fundamentais dos direitos humanos numa estratégia multicultural para fazer avançar o desenvolvimento humano – uma estratégia que beneficie toda a gente.

* * *

Os Estados, comunidades, instituições e pessoas têm de fazer escolhas:

- Devem os Estados procurar impor uma identidade nacional homogeneizadora e imutável? Ou devem celebrar a diversidade, ajudando a fomentar sociedades sincréticas e evolutivas?
- Devem as comunidades proteger a tradição, mesmo que ela reduza a escolha e as liberdades? Ou devem usar o seu conhecimento e recursos comuns na troca e em benefício mútuo?
- Devem as instituições internacionais persistir em regras que aderem às tradições culturais e legais particulares? Ou devem reconhecer, respeitar e promover os produtos e recursos de outras culturas, reforçando a legitimidade das instituições?
- Devem as pessoas restringir-se a identidades únicas? Ou devem reconhecer-se como parte de uma humanidade interligada?

A democracia e o crescimento equitativo são importantes para promover a inclusão cultural. Mas não são suficientes. Também são necessárias políticas multiculturais de inclusão cultural – reconhecer diferenças, apoiar a diversidade e mitigar assimetrias de poder. As pessoas têm de abandonar identidades rígidas se quiserem fazer parte de uma sociedade diversificada. As instituições internacionais têm de respeitar outras tradições culturais e criar condições habilitadoras para desenvolver recursos culturais locais. Os países pobres e comunidades marginalizadas devem ter mais voz nas negociações que envolvam as suas culturas e direitos e indemnizações justas pelo uso dos seus recursos. Só nestas circunstâncias é que as identidades múltiplas e complementares evoluirão através das fronteiras nacionais. Só então é que a identidade e a liberdade florescerão num mundo culturalmente diversificado.

Alargar a não cidadãos os direitos cívicos tradicionalmente associados à cidadania é um passo decisivo, como é o reconhecimento de dupla nacionalidade

Notas

Capítulo 1

1. Smith 1976. [A citação foi extraída da edição portuguesa: Smith, Adam – *Inquérito sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações*. 2ª edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Volume 2, 1983, pp. 559-60].
2. Kymlicka e Norman 2000; Benhabib 2000; Kymlicka 1990; Stepan 2001; Taylor 1992.
3. Fraser e Honneth 2003.
4. Hart 1955, pp. 175–91.
5. Sen 2004c.
6. Sen 2004c.
7. Sandel 1998.
8. Sandel 1998.
9. Crowley 1987.
10. Sen 1999, 2001.
11. Appiah 1996, p. 84.
12. Esta secção foi retirada de Sen 2002.
13. Citado em Mogye 1983, p. 291.
14. Esta secção foi retirada de Sen 2004b.
15. Harrison e Huntington 2000, p. xiii.
16. Kymlicka e Norman 2000; Stepan 2001; Young 2000.
17. Sen 2003.
18. Aston 1972.
19. Mandela 1994, p. 21.
20. Okin 1999.

Capítulo 2

1. Kymlicka 1996.
2. Cálculos do GRDH baseados em CIA 2003.
3. Statistics Canada 2004.
4. Kymlicka 2004.
5. UNDP 2003e.
6. Dragoljub 2000.
7. Gurr 2000.
8. Embora não exista nenhum acordo internacional sobre uma definição de povo indígena, um entendimento amplamente aceite encontra-se em UNDP 2004a.
9. UNDP 2004c.
10. Stavenhagen 2004.
11. Minority Rights Group International 2003.
12. Bell-Fiskoff 1993, p. 110-121; Kierman 1999; *The Bangkok Post* 2000; 2001. A esmagadora maioria desta redução dos valores foi devida a doenças introduzidas. A extensão do objectivo não é clara e parece ser, sobretudo, um caso de ausência de prevenção.
13. Indigenous Australia 2003.
14. Durante 1992.
15. UN 2002a.
16. Cálculos do GRDH baseados em Wanner 2003. O total refere-se a 15 países europeus com dados: Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Holanda, Islândia, Itália, Listenstaine, Luxemburgo, Noruega, Suécia e Suíça.

17. *The Guardian* 2001.
18. Migration Information Source 2003.
19. UN 2002a.
20. UN 2002a.
21. Kelso e Vasagar 2002.
22. Destaque estatístico 1, *O estado do desenvolvimento humano*, neste volume.
23. Destaque estatístico 1, *O estado do desenvolvimento humano*, neste volume.
24. Destaque estatístico 1, *O estado do desenvolvimento humano*, neste volume.
25. Destaque estatístico 1, *O estado do desenvolvimento humano*, neste volume.
26. Cálculos baseados em Polity IV Project 2003.
27. Kymlicka 2004.
28. Wikipedia 2004.
29. Zolberg 2004.
30. Human Rights Watch 2002.
31. Human Rights Watch 2002.
32. International Federation of Human Rights 2003.
33. Zolberg 2004.
34. UNESCO 2003b.
35. UNESCO 2003b.
36. Cálculos baseados em UNESCO 2000c.
37. SIL International 2004b.
38. The Minorities at Risk (MAR) Project 2003.
39. Cálculos baseados em Minorities at Risk (MAR) Project 2003.
40. Human Rights Watch 2003.
41. Libanio 2004.
42. Kanyinga 2003.
43. Fraenkel 2003.
44. Premdas 2003.
45. Cálculos baseados em Minorities at Risk (MAR) Project 2003.
46. UNDP 2000c.
47. Dragoljub 2000.
48. Alvim 2002.
49. Bryld e outros 2003.
50. UNDP 2003e.
51. UNDP 2000c.
52. Kymlicka 2004.
53. Kymlicka 2004.
54. Arizpe 2004.
55. Sen 2004b.
56. Huntington 1996.
57. Sen 2004b.
58. Sen 2004b.
59. Ver, por exemplo, Inglehart 1997.
60. Sen 2004b.
61. Inglehart e Baker 2000; Sen 2004b.
62. Barro e McLeary 2003.

63. Sen 2004b.
64. Sen 2004b.
65. Ver, por exemplo, Etounga-Manguelle 2000.
66. Sen 2004b.
67. Quadro de indicadores 13.
68. UNDP 2003b.
69. Sen 2004b.
70. Stepan e Robertson 2003, pp. 30–44.
71. Sen 2004b.
72. Stepan e Robertson 2003. Países com PIB médio *per capita* inferior a 1.500 dólares EUA.
73. UNDP 2003a.
74. UNDP 2003a.
75. Sem contar as populações das antigas colónias europeias.
76. Marshall e Gurr 2003.
77. Huntington 1996.
78. Stewart 2003.
79. Cohen 1974; Alexander e McGregor 2000; Ranger 1983; Turton 1997, pp. 77–94.
80. Collier e Hoeffler 2001.
81. Justiniano 2004.
82. Stewart 2003.
83. Stewart 2002.
84. Ver, por exemplo, Easterley e Levine 1997, pp. 1203–50.
85. Ver, por exemplo, Easterley e Levine 1997, pp. 1203–50.
86. Snodgrass 1995.
87. *The Economist* 2002a.
88. Kapur e McHale 2003, pp. 48–57.
89. Kapur e McHale 2003, pp. 48–57.
90. “Charter oath”, citado em Sen 2004b.
91. Sen 2004b.
92. UNDP 2003a.
93. Florida e Gates 2002, pp. 32–35.
30. Tetley 1999.
31. Dirks 2004.
32. Kuruk 2002.
33. Thompson 2001.
34. Haffajee 1999.
35. Zorzi 2002.
36. Isto foi demonstrado, inequivocamente, pelo Tribunal Europeu dos Direitos Humanos no processo linguístico belga (de Varennes 1996, p. 291–300).
37. Dutcher 1982.
38. Cummings e Tamayo 1994.
39. Ndoye 2003.
40. Patrinos e Velez 1996.
41. Patrinos e Velez 1996.
42. India 2004.
43. Ndoye 2003.
44. Matiki 2003.
45. Moeketsi 1999.
46. Temu 2000.
47. Eades 2004, pp. 23 e 113–33.
48. De Varennes 1996, pp. 291–300.
49. Chua 2003.
50. Duncan, Jefferis e Molutsi 2000.
51. Moyo 2004.
52. Psacharopoulos e Patrinos 1994.
53. UNICEF 2004.
54. United Nations Association of Great Britain e Northern Ireland 2004.
55. UNICEF 2004.
56. Psacharopoulos e Patrinos 1994.
57. Miguel 1999.
58. Alesina, Baqir e Easterly 1997.
59. Luttmer 1997.
60. Yashar 2004.
61. Sheth 2004.
62. Por exemplo, no distrito de Surat em Guzerate, na década de 1960, cerca de 80% dos professores do ensino primário eram membros de grupos tribais. Isso permitiu aos membros dos grupos tribais do distrito aceder ao poder político em Guzerate. Tornaram-se membros da Assembleia Legislativa e membros do Parlamento (o que era mecanicamente possível através de quotas) e também ministros e primeiros-ministros do Estado. Esse poder político foi então usado para estabelecer outras ligações.
63. Sabbagh 2004.

Capítulo 3

1. Benhabib 1996.
2. Kymlicka e Norman 2000.
3. Moncrieffe 2004, p. 32–35 tem uma interessante discussão sobre a ideologia fundadora do movimento revolucionário em Cuba, onde argumenta que o problema racial estava incluído na batalha geral contra a injustiça social em todas as suas manifestações.
4. Sheth 2004.
5. Okin 1999.
6. Moncrieffe 2004.
7. Prashad 2001.
8. Kymlicka 1996.
9. Young 2000.
10. Requejo 2001.
11. Young 1999.
12. Snyder 2000, p. 327.
13. Martínez-Herrera 2002, pp. 1–22.
14. Alfred 1995.
15. Watts 1998.
16. ILO 2003.
17. ILO 2003.
18. Luter e Deschouwer 1999.
19. Fleiner 2003.
20. Moncrieffe 2004.
21. O’Leary 2004.
22. O’Leary 2004.
23. Boix 1999, pp. 609–24.
24. Nagel 2004.
25. O’Leary 2004.
26. Cohn 1996; Kaviraj 2001; Hansen 2001; Corbridge e Harrijs 2000; Dirks 2004.
27. Phillips 2001.
28. Care 1999.
29. Schacher 2001.

Destaque 3.1

1. Kymlicka 2004.
2. Kymlicka 2004.
3. Stepan, Linz e Yadav 2004.
4. Breytenbach 2000.
5. Keating 2002.
6. Linz e Stepan 1996.
7. Stepan 2001.
8. Bhargava 2004.
9. Stepan, Linz e Yadav 2004.

Capítulo 4

1. CPS 2002; DUMC 2002; EUMC 2002; FBI 2002; SSS 2002. Os valores dos Estados Unidos não incluem crimes de ódio motivados por orientação ou incapacidade sexual.
2. RAND Corporation 2004.
3. Engineer 2004. As baixas incluem os valores de mortos e feridos. Para 1954–94, os dados são provenientes dos registos do Ministério do Interior. Para 1995–2002, os dados são provenientes de notícias dos jornais.
4. Considerando a ameaça representada pelas organizações extremistas, o Paquistão proibiu o Laskar-e-Jhangvi, em Agosto de 2001. O Sipá-e-Saba e o Tehreek-i-Jafaryia foram proibidos em Janeiro de 2002 (*South Asia Monitor* 2003).

5. Symonds 2003.
6. ADL 2003.
7. Mudde 2000.
8. Eatwell 2000.
9. Arjomand 1989, citado em De Kadt 2004, p. 23.
10. Sands 2003. As estimativas são do Ministro da Educação do Paquistão, Zubaida Jalal.
11. Macan-Markar 2004.
12. Entzinger 2003; Meyer 2001.
13. Kaldor e Muro 2003, p. 179.
14. *The Economist* 2003a, p. 19.
15. *Testas* 2002.
16. AFP 2004.
17. Widfeldt 2001.

Capítulo 5

1. Gandhi 1921.
2. World Bank 2002.
3. Tebtebba e Forest Peoples Programme 2003.
4. World Bank 2002.
5. Forero 2003; *The New York Times* 2003.
6. World Bank 2004.
7. European Union 2003.
8. Nos Estados Unidos, por exemplo, estes tornaram-se dos sectores exportadores mais fortes, proporcionando receitas de exportação muito necessárias, numa altura em que o país enfrenta um défice comercial crescente.
9. Admitindo um preço de entrada de 3 dólares EUA, 1 em cada 10 pessoas de todo o mundo viu o filme *Titanic*. Além disso, o seu titânico custo de produção de 200 milhões de dólares é insignificante em comparação com as suas receitas: 1,8 mil milhões de dólares em todo o mundo, dos quais 1,2 mil milhões vieram do estrangeiro (Internet Movie Database 2004). Estas estruturas de custos criam, muitas vezes, custos de entrada muito elevados nos mercados domésticos – sem considerar o mercado internacional – que justificam uma intervenção pública.
10. Uma extensa literatura sobre este assunto e mais pormenores sobre a teoria que está por trás da maneira como a indústria funciona podem ser encontrados em Vogel 2001.
11. Cohen 2004.
12. A qualidade da programação audiovisual francesa deteriorou-se rapidamente após a introdução de um pesado sistema de quotas para conteúdos nacionais (Cohen 2004).

13. Riding 2003.
14. Cohen 2004.
15. Iniciativas de subsídios cruzados como esta já estão a levantar preocupações em certos grupos, que muitas vezes as atacam em bases nacionalistas (Buck 2004).
16. Front National 2004.
17. Lega Nord 2004.
18. Council of Europe 2000.
19. Bhagwati 2003, pp. 98–104.
20. IOM 2003c.
21. Niessen 2000.
22. Geddes 2002.
23. UN 2000b.
24. *The Economist* 2002a.
25. *IOM 2003a*.

Destaque 5.1

1. IOM 2003b.
2. ATSLA 2003.
3. World Bank 2004.
4. CSD e ICC 2002.
5. Moody 2000.
6. WIPO 2003d.
7. UNESCO 2000a.
8. UNESCO 2000b.
9. Mishra 2003.
10. UNESCO 2000a.
11. Riding 2003.
12. UNESCO 2000a.
13. UNESCO 2000a.
14. Cohen 2004.
15. Cohen 2004.
16. World Bank 2003.
17. UN 2003a.
18. IOM 2003b.
19. UN 2002a.
20. UN 2002a.
21. IOM 2004.
22. Wanner 2002.
23. IOM 2003c.
24. Kapur e McHale 2003, pp. 48–57.
25. UN 2002b.
26. UN 2002b.
27. IOM 2003c.

Nota bibliográfica

Capítulo 1 recorre a Agarwal 1994; Ambedkar 2002; Appadurai 1996; Appiah 1996; Appiah and Gates 1995; Arizpe 2000; Aston 1972; Avrami, Mason, and De La Torre 2000; Basu 1992; Benhabib 1996, 2002; Blau 1993, 2001; Crowley 1987; Fraser 1995, 1997; Fraser and Honneth 2003; Goody 1996; Granovetter 1985; Greif 1994; Gutmann 1994, 1995; Gutmann and Thompson 1996; Habermas 1975, 1996; Harrison and Huntington 2000; Hart 1955; Huntington 1996; Kymlicka 1990; Kymlicka and Norman 2000; Lenoir 1989; Linz and Stepan 1996; Mandela 1994; Mansbridge 1998; Mokyr 1983; Nussbaum 1995; Nussbaum and Glover 1995; Okin 1999; Ostrom 1990, 1998; Pattanaik 1998; Platteau 2000; Putnam 1993; Putnam, Leonardi, and Nanetti 1993; Rodgers, Gore, and Figueirdo 1995; Runciman 1966; Sandel 1998; Sen 1984, 1999, 2001, 2002, 2004a, 2003, 2004c, Forthcoming; Silver 1995; Smith 1976; Stepan 2001; Taylor 1992; Throsby 1999; Townsend 1979; UN 2000a; UNESCO 1998, 2000c; Weber 1976; and Young 2000.

Capítulo 2 recorre a Afrikanska Språk 2004; Alexander and McGregor 2000; Alvim 2002; Ansari 2002; *The Arizona Republic* 2003; Arizpe 2004; *The Associated Press* 2003; Australian Bureau of Statistics 2004; *The Bangkok Post* 2000, 2001; Barro and McCleary 2003; Bell-Fiakoff 1993; Bengwayan 2003; Bird 2003; Brindis and others 2002; Bromley 1974; CIA 2003; Cohen 1974; Collier and Hoeffler 2001; Davenport 2004; Discover France 2000; Douglas 1988; Dragoljub 2000; During 1992, 1993; Easterly and Levine 1997; Etounga-Manguelle 2000; France, Ministère de Jeunesse, Éducation et Recherche 2004; FBI 2004; Florida and Gates 2002; Fraenkel 2003; Fukuda-Parr 2001; Goldstone 1998; *The Guardian* 2001; Gurr 1993, 2000; Human Rights Watch 2002, 2003; Huntington 1996; IOE 2003; IOM 2003c; India, Ministry of Personnel 2002; India, Office of the Registrar General 2004; Indigenous Australia 2003; Inglehart 1997; Inglehart and Wayne 2000; International Federation of Human Rights 2003; Jacobs 2003; Justiniano 2004; Justino and Litchfield 2003; Kanyinga 2003; Kapur and McHale 2003; Kelso and Vasagar 2002; Kiernan 1999; Kymlicka 2004; Lavery 2004; Libanio 2004; Linz and Stepan 1996; Marshall 2000; Marshall and Gurr 2003; Mexico, Ministry of Health 2004; Migration Information Source 2003; The Minorities at Risk Project 2003; Minority Rights Group International 2003; NARAL Pro Choice 2004; *The New York Times* 2003; Nicaragua Network 2004; Opondo 2004; The Pew Research Center 2003; The Polity IV Project 2003; Ponzio 2004; Premdas 2003; Ranger 1983; Rutter 1998; Schwenken 2003; Sen 2002, 2004b; SIL International 2004b; Smith 1986, 1991; Snodgrass 1995; Stamatopoulou 2002; Statistics Canada 2004; Statistics Sweden 2004; Stavenhagen 2004; Stepan and Robertson 2003; Stepanov 2004; Stewart 2002, 2003; Third World Network 2003; Turton 1997; UN 2002a, 2003b, 2004; UNDP 2000a, 2000b, 2000c, 2002a, 2002b, 2003a, 2003b, 2003c, 2003e, 2004a, 2004b, 2004c; UNESCO 2000c; 2003b, 2004a; Valdés 2002; WHO 2001; Walden 2000; Warner 2002; Wikipedia 2004; World Values Survey 2004; World Bank 2004; and Zolberg 2004.

Capítulo 3 recorre a Addison and Rahman 2001; Alesina, Baquir, and Easterly 1997; Austin and O'Neill 2000; Awakuni and Mio 2000; Bangura 2004; Baqir and Easterly 1997; Bardhan 1997; Baron and Diermeier 2001; Barry 2001; Bauböck 2001;

Bauböck and Rundell 1998; Benhabib 1996; Bgoya and others 1997; Bhargava 2004; Bird 2003; Boix 1999; Boothroyd 2004; Bouille 1984; Bowen and Derek 1998; Breytenbach 2000; Brint and Renéo 2001; Brock-Utne 2002; Brown and Ganguly 1997; Bryld and others 2003; Burnley 2001; Buvollen 2002; Caballero 2003; Care 1999; Carens 2000; Chua 2003; Cohn 1996; Congleton 2000; Congleton, Kyriacou and Bacaria 1999; Conversi 2002; Corbridge and Harris 2000; CRIP 2004; Cummings and Tamayo 1994; De Varennes 1996; Delgado-Moreira 2000; D'Ercole and Salvini 2003; Dirks 2004; Donders 2003; Doomernik 2001; Duncan and Molutsi 2000; Dunleavy and O'Leary 1987; Dutcher 1982; Eades 2004; *The Economist* 2004a; Edgerton 1996; Elazar 1998; Engineer 2003; Fa-funwa 1990; Feldman 2002; Fleiner 2003; Fossas 1999; Fraser 1989; Funke 2001; Gill 2001; Giovarelli and Akmatova 2002; Goodman 2004; Griffiths and Nerenberg 2002; Grillo 1998; Grin 2003; Halfin 2002; Hammer and Schulz 2003; Hansen 2001; Harding and Narayan 2000; Harris and Reilly 1998; Hastrup 2001; Helwege 1995; Hoodfar and Pazira 2003; ILO 2001, 2003; Indian and Northern Affairs Canada 2004; India, Ministry of Education 2004; Jarkko and Smith 2001; Jefferis and Molutsi 2000; Jomo 2004; Jureidini 2001; Kanbur 2001; Kaviraj 1992; Kearns and Sarat 1997, 1999; Keating 2002; Kertzer and Arel 2002; Klaus 2003; Knop 2002; Knowles and Amit-Talai 1996; Kuruk 2002; Kymlicka 1990, 1996, 1998, 2001, 2004; Kymlicka and Norman 2000; Leibfried and Rieger 2003; Lewis 1998, 2003; Lewis and Miller 2003; Licha 2002; Linz and Stepan 1978; Linz and Yadav 2004; Ljijhart 1984; Lott 1998; Loury 2001; Lukes and Joppke 1999; Luter and Deschouwer 1999; Luttmmer 1997; Macedo 2000; Malhotra 2002; Martínez-Herrera 2002; Matiki 2003; Mazrui 1996; McRae 1974; Medrano 2002; Mehrotra and Delamonica Forthcoming; Miguel 1999; Modood and Werbner 1997; Mody 2003; Moeketsi 1999; Moghadam 2004; Moncrieffe 2004; Moya 2002; Moyo 2004; Myerson 1991; Nagel 2004; National Commission on Indigenous Peoples 2004a, 2004b; Ndoye 2003; Neville 2001; Ocampo 2001; Office of Personnel Management 2003; Okin 1999; O'Leary 2004, Forthcoming; Parekh 2000; Patrinos and Velez 1996; Patterson and Susser 2001; Phillips 2001; Prah 2000, 2004; Prashad 2001; Preis 2004; Psacharopoulos and Patrinos 1994; Reiss 2002; Renshon 2001; Requejo 2001; Richey 2003; Rotimi 2001; Rubin 2004; Rudolph 2001; Russell 2002; Sabbagh 2004; Sarat and Simon 2003; Schacher 2001; Schultz and Mwabo 1998; Schulze 1999; Sepúlveda 2003; Sheth 2004; SIL International 2004a; South Africa, Ministry of Labour 2004; Snyder 2000; Stepan 2001; Subirats 2003; Taiiaki 1995; Tauli-Corpus 2004; Temu 2000; Tetley 1999; Thompson 2001; Tran 2000; UN 1994; UNDP 2003d; UNICEF 2001, 2004; United Nations Association of Great Britain and Northern Ireland 2004; U.S. Census Bureau 2004b; U.S. Department of Labor 2004; Van der Westhuizen 2002; Vuchelen 2003; Watts 1998, 1999, 2002; Willett 1998; World Bank 2003; Wright 2001; Yashar 2004; Young 1999, 2000; and Zorzi 2002.

Capítulo 4 recorre a Abed-Kotob 1995; Abuza 2002; ADL 2003; AFP 2004; Arjomand 1989; Barraclough 1998; Berman 2003; Bhavnani and Backer 2000; Brumberg 2002; Byman and others 2001; Campagna 1996; Caplan 1987; Chicucuec 1997; CNN 2003; Conner 1986; Cornell and Spector 2002; CPS 2002; De Kadat 2004; DUMC 2002; Eatwell 2000; *The Economist* 2000,

2003a, 2003b; Electionworld.org 2004; Engineer 2004; Entelis 2002; Entzinger 2003; Esman 1986; EUMC 2002; Fahmy 1998; FBI 1999, 2002; Gerges 2000; Godmer and Kestel 2001; Grove and Carter 1999; Gurr 1993; Hafez 2000; Haubrich 2003; HinduUnity.org 2004; Hoffman 1998-99; Honwana 1999; Iganski 2002; Ignazi 2003; IRR 2003; Jackman and Volpert 1996; Jeness 2002; Kaldor and Muro 2003; Kogacioglu 2003; Koh 2002; Leone and Angrig 2003; Levin 2001; Levin and McDevitt 1999; Mabry 1998; Macan-Markar 2004; Mamdani 2001; Martínez-Herrera 2002; Marty and Appleby 1991, 1993, 1995; Mayer 2001; Meyer 2001; Middle East Institute 2003; The Minorities at Risk Project 2003; Moreau Yousafzai, and Hussain 2003; Mudde 2000; Pehdazur 2001; Prah 2004; RAND Corporation 2004; Roberts 2002; Rotar 2002; Rubin 2004; Sands 2003; SATP 2004; Scott 2003; Sen 2004a; Shain 1994-95; Shain and Barth 2003; Sheffer 1986, 1993; Sivan 2003; *South Asia Monitor* 2003; SSS 2002; Stern 2000, 2003; Susning.nu 2004; Swedish Election Authority 2002; Symonds 2003; Testas 2002; Tremlett 2002; UNESCO 2001; U.S. Department of Justice 2001; Van Holsteyn 2003; Wahlbeck 2002; Wanandi 2002; Wedgwood 2002; Widfeldt 2001, 2004; Moreau, Yousafzai and Hussain 2003; Zelkina 1999; and Zhao 1998.

Capítulo 5 recorre a Aleinikoff and Klusmeyer 2000; ATSIA 2003; Australian Bureau of Statistics 2001; Bach 2004; Bhagwati 2003; Brucker and others 2001; Brumann 1999; Buck 2004; CBD 2002; Clifford 1988; Cohen 2004; Commission on Intellectual

Property Rights 2002; Coombe 1998; Council of Europe 2000; Coussey 2000; CSD and ICC 2002; De Ferranti and others 2003; Department of Immigration and Multicultural and Indigenous Affairs 2003; Doomernik 2001; Droege and Soete 2001; *The Economist* 2002a, 2002b, 2004b; European Union 2003; European Union 2004; Fermin 2001; *Financial Times* 2004; Forero 2003; Front National 2004; Garson and Loizillon 2003; Geddes 2002; Ghosh 2003; Graeme 2003; Independent Commission on Migration to Germany 2001; Inglis 2004; International Council on Metals and the Environment 1999; The Internet Movie Database 2004; IOM 2003a, 2003b, 2003c, 2004; Kongolo 2001; Koopmans 2002; Kymlicka 2003; Lega Nord 2004; McPhail 2000; Mgbeoji 2001; Mishra 2003; Moody 2000; Niessen Jan 2000; Norchi 2000; OECD 2003; Olwig and Hastrup 1997; Ostergard and Altman 2001; Papademetriou 2003; Preis 2004; Public Citizen 2004; Riding 2003; Rodwin 2002; Rosaldo 1989; Salomon and Sengupta 2003; Sen 2004a; Shiva 2001; Stalker 2002; Statistics Canada 2004; Stavenhagen 2004; Tebtebba and Forest Peoples Programme 2003; Tebtebba and International Forum on Globalization 2003; UIS 2001; UN 2000b, 2002a, 2002b, 2003a; UNCTAD 1999; UNDP 1999; UNESCO 2000a, 2000b, 2000c, 2002, 2003a, 2003c, 2004b; UN HABITAT forthcoming; U.S. Census Bureau 2004a; WIPO 2003b, 2003c, 2003d, 2004; World Bank 2002, 2004; World Commission on Culture and Development 1995; Yashar 2004; and Zolberg 2001, 2004.

Bibliografia

Documentos de apoio

Estudos conceituais

- Arizpe, Lourdes. 2004. "Notes on Cultural Policies and Best Practices in Cultural Diversity."
- Bach, Robert. 2004. "Migration."
- Cohen, Elie. 2004. "Économie de L'Exception Culturelle."
- De Kadt, Emanuel. 2004. "Curbing Coercive Identities."
- Deere, Carolyn. 2003. "Building Inclusive Societies: Managing Diversity."
- Dirks, Nicholas. 2004. "Colonial and Postcolonial Histories: Comparative Reflections on the Legacies of Empire."
- Kymlicka, Will. 2004. "Culturally Responsive Policies."
- O'Leary, Brendan. 2004. "Building Inclusive States."
- Sabbagh, Daniel. 2004. "Affirmative Action Policies: An International Perspective."
- Sen, Amartya. 2004a. "Cultural Freedom and Human Development."
- Stavenhagen, Rodolfo. 2004. "Indigenous Peoples in Comparative Perspective."
- Stepan, Alfred, Juan J. Linz, and Yogendra Yadav. 2004. "'Nation State' or 'State Nation'?: Conceptual Reflections and Some Spanish, Belgian and Indian Data."
- UNDP (United Nations Development Programme). 2004. "BCPR (Bureau for Crisis Prevention and Recovery) Geneva: Contribution to HDR2004."

Estudos regionais

- Bhargava, Rajeev. 2004. "Inclusion and Exclusion in South Asia: The Role of Religion."
- Jomo, K. S., with Wee Chong Hui. 2004. "Affirmative Action and Exclusion in Malaysia: Ethnic and Regional Inequalities in a Multicultural Society."
- Moghadam, Valentine. 2004. "Cultural Traditions and Gender Equality in the Arab Region."
- Moncrieffe, Joy. 2004. "Ethnic Diversity and State Response in the Caribbean."
- Moyo, Sam. 2004. "Dominance of Ethnic and Racial Groups: The African Experience."
- Prah, Kwesi Kwaa. 2004. "African Wars and Ethnic Conflict—Rebuilding Failed States."
- Rubin, Barnett R. 2004. "Central Asia: Wars and Ethnic Conflicts—Rebuilding Failed States."
- Sheth, D. L. 2004. "Caste, Ethnicity and Exclusion in South Asia: The Role of Affirmative Action Policies in Building Inclusive Societies."
- Yashar, Deborah. 2004. "Citizenship and Ethnic Politics in Latin America: Building Inclusive Societies."
- Zolberg, Aristide. 2004. "The Democratic Management of Cultural Differences: Building Inclusive Societies in Western Europe and North America."

Referências

- Abed-Kotob, Sana. 1995. "The Accommodationists Speak: Goals and Strategies of the Muslim Brotherhood of Egypt." *International Journal of Middle East Studies* 27(3): 321–39.

- Abuza, Zachary. 2002. "Tentacles of Terror: Al Qaeda's Southeast Asian Network." *Contemporary Southeast Asia* 24(3): 427–65.
- Addison, T., and A. Rahman. 2001. "Why is So Little Spent on Educating the Poor?" Discussion Paper 2001/29. World Institute for Development Economics Research, Helsinki.
- ADL (Anti-Defamation League). 2003. "Extremism in America." [http://www.adl.org/learn/ext_us/]. December 2003.
- AFP (Agence France Presse). 2004. "Pakistan Approves 100 Million Dollars to Reform Religious Schools." 7 January.
- Afrikanska Språk. 2004. "Small and Endangered Languages of Africa: A Bibliographical Survey." Stockholm. [http://www.african.gu.se/research/elbiblio.html]. February 2004.
- Agarwal, Bina. 1994. *A Field Of One's Own; Gender and Land Rights in South Asia*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Aleinikoff, T. Alexander, and Douglas Klusmeyer, eds. 2000. *From Migrants to Citizens: Membership in a Changing World*. Washington, DC: Brookings Institution Press.
- Alesina, Alberto, Reza Baqir, and William Easterly. 1997. *Public Goods and Ethnic Divisions*. NBER Working Paper 6009. Washington, DC: National Bureau of Economic Research.
- Alexander, J., and J. McGregor. 2000. "Ethnicity and the Politics of Conflict: The Case of Matabeleland." In S. F. Nafziger and R. Vayrynen, eds. *War, Hunger and Displacement: The Origin of Human Emergencies*. Oxford: Oxford University Press.
- Alfred, Taiiaki. 1995. *Heeding the Voices of Our Ancestors: Mohawk Politics and the Rise of Native Nationalism*. Toronto: Oxford University Press.
- Alvim, Marta. 2002. "Mixed Race, Mixed Feeling." Los Angeles. [http://www.brazil.com/cvmar02.com]. February 2004.
- Ambedkar, B. R. 2002. "Basic Features of the Indian Constitution." In Valerian Rodriguez, ed. *The Essential Writings of B.R. Ambedkar*. New Delhi: Oxford University Press.
- Ansari, Humayun. 2002. "Muslims in Britain." Minority Rights Group International, London. [http://www.minorityrights.org/admin/Download/Pdf/muslimsinbritain.pdf]. February 2004.
- Appadurai, Arjun. 1996. *Modernity at Large: Cultural Dimensions of Globalization*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Appiah, K. Anthony. 1996. "Race, Culture, Identity: Misunderstood Connections." In K. Anthony Appiah and Amy Gutmann, eds. *Color Consciousness: The Political Morality of Race*. Princeton: Princeton University Press.
- Appiah, K. Anthony, and Henry Gates. 1995. *Identities*. Chicago: University Chicago Press.
- Arizpe, Lourdes. 2000. "Cultural Heritage and Globalization." In Erica Avrami, Randall Mason, and Marta De La Torre, eds. *Values and Heritage Conservation*. Los Angeles: Getty Conservation Institute.
- The Arizona Republic*. 2003. "English-Only Latinos on the Rise." 5 May. [http://www.azcentral.com/arizonarepublic/news/articles/0505speakingspanish.html]. February 2004.
- Arjomand, Said Amir. 1989. "The Emergence of Islamic Political Ideologies." In James A. Beckford and Thomas Luckman, eds. *The Changing Face of Religion*. London: Sage.

- The Associated Press*. 2003. "Falun Gong Turns to International Courts in Campaign Against Chinese Leadership." 26 September. [http://www.rickcross.com/reference/fa_lun_gong/falun282.html]. February 2004.
- Aston, W. G. 1972. *Nihongi: Chronicles of Japan from the Earliest Time to A.D. 697*. Tokyo: Tuttle.
- ATSIA (Office of Aboriginal and Torres Strait Islander Affairs, Department of Immigration and Multicultural and Indigenous Affairs, Australia). 2003. "Land and Native Title." [http://www.minister.immi.gov.au/atsia/facts/pdf/land.pdf]. December 2003.
- Austin, Dennis, and Michael O'Neill, eds. 2000. *Democracy and Cultural Diversity*. Oxford: Oxford University Press.
- Australian Bureau of Statistics. 2004. "Indigenous Health: Greater Risks, Shorter Life Expectancy." Canberra. [http://www.abs.gov.au/Ausstats/abs@.nsf/Lookup/39A210FEEAE928D4CA256AB7007FBBFE]. February 2004.
- Australian Bureau of Statistics, Community Relations Commission, Census Statistics. 2001. "The People of New South Wales." [http://www.crc.nsw.gov.au/statistics/Nsw/SydneyStatisticalDivision4pp.pdf]. March 2004.
- Avrami, Erica, Randall Mason, and Marta De La Torre, eds. 2000. *Values and Heritage Conservation*. Los Angeles: Getty Conservation Institute.
- Awakuni, Gene, and Jeffery Scott Mio. 2000. *Resistance to Multiculturalism: Issues and Interventions*. Philadelphia and London: Brunner/Mazel.
- The Bangkok Post*. 2000. "Australia's Aboriginal Genocides." 10 September.
- . 2001. "The Genocide of Native Americans." 29 July.
- Bangura, Yusuf. 2004. "Ethnic Structure, Inequality and Governance of the Public Sector." United Nations Research Institute for Social Development, Geneva.
- Bardhan, Pranab. 1997. "Method in the Madness? A Political Economy Analysis of the Ethnic Conflicts in Less Developed Countries." *World Development* 25(9): 1381–98.
- Baron, David P., and Daniel Diermeier. 2001. "Elections, Governments and Parliaments in Proportional Representation Systems." *The Quarterly Journal of Economics* 116(3): 933–67.
- Barracrough, Steven. 1998. "Al-Azhar: Between the Government and the Islamists." *The Middle East Journal* 52(2): 236–49.
- Barro, Robert J., and Rachel M. McCleary. 2003. "Religion and Economic Growth." Cambridge, Mass. [http://post.economics.harvard.edu/faculty/barro/papers/Religion_and_Economic_Growth.pdf]. March 2004.
- Barry, Brian. 2001. *Culture and Equality: An Egalitarian Critique of Multiculturalism*. Cambridge: Polity.
- Basu, Alaka. 1992. *Culture, the Status of Women and Demographic Behaviour*. Oxford: Clarendon Press.
- Bauböck, Rainer, and John Rundell, eds. 1998. *Blurred Boundaries: Migration, Ethnicity and Citizenship*. Aldershot: Ashgate.
- Bauböck, Rainer. 2001. "Multinational Federalism: Territorial or Cultural Autonomy?" Willy Brandt Series of Working Papers. School of International Migration and Ethnic Relations. Malmö University, Malmö, Sweden. [http://racoon.mah.se/Forsk.nsf/0/2e9cc319839b3a2dc1256cf5005a4f8e/\$FILE/Workingpaper201.pdf]. February 2004.
- Bell-Fiakoff, Andrew. 1993. "A Brief History of Ethnic Cleansing." *Foreign Affairs* 72(3): 110–21.
- Bengwayan, Michael A. 2003. "Intellectual and Cultural Property Rights of Indigenous and Tribal Peoples in Asia." Minority Rights Group International, London.
- Benhabib, Seyla, ed. 1996. *Democracy and Difference: Contesting the Boundaries of the Political*. Princeton: Princeton University Press.
- Benhabib, Seyla. 2002. *The Claims of Culture: Equality and Diversity in the Global Era*. Princeton: Princeton University Press.
- Berman, Eli. 2003. *Hamas, Taliban and the Jewish Underground: An Economist's View of Radical Religious Militias*. NBER Working Paper 10004. Cambridge, Mass.: National Bureau of Economic Research. [http://www.nber.org/papers/w10004]. January 2004.
- Bgoya, W., N. Billany, M. Lujanen, R. Noonan, T. Paajanen, and E. Syrjanen. 1997. "The Economics of Publishing Educational Materials in Africa." Working Group on Books and Learning Materials, Perspectives on African Book Development. The Association for the Development of Education in Africa, London.
- Bhagwati, Jagdish. 2003. "Borders Beyond Control." *Foreign Affairs* 82(1): 98–104.
- Bhavnani, Ravi, and David Backer. 2000. "Localized Ethnic Conflict and Genocide: Accounting for Differences in Rwanda and Burundi." *Journal of Conflict Resolution* 44(3): 283–306.
- Bird, Karen. 2003. "The Political Representation of Women and Ethnic Minorities in Established Democracies: A Framework for Comparative Research." Paper presented at the Academy for Migration Studies in Denmark, Aalborg University, 11 November, Aalborg, Denmark. [http://www.socsci.mcmaster.ca/polisci/emplibary/amidpaper.pdf]. February 2004.
- Blau, Judith. 1993. *Social Contracts and Economic Markets*. New York: Plenum.
- Blau, Judith, ed. 2001. *The Blackwell Companion to Sociology*. Oxford: Blackwell.
- Boix, Charles. 1999. "Setting the Rules of the Game. The Choice of Electoral Systems in Advanced Democracies." *American Political Science Review* 93: 609–24.
- Boothroyd, David. 2004. "United Kingdom Election Results." London. [http://www.election.demon.co.uk/ge2001.html]. February 2004.
- Boulle, L. J. 1984. *South Africa and the Consociational Option: A Constitutional Analysis*. Cape Town: Juta.
- Bowen, W., and B. Derek. 1998. *The Shape of the River: Long-Term Consequences of Considering Race in College and University Admissions*. Princeton: Princeton University Press.
- Breytenbach, W. J. 2000. "Democracy in South Africa: What Kind and Is It Consolidating?" Bureau for Economic Research. University of Stellenbosch, Johannesburg. [http://www.kas.org.za/Publications/SeminarReports/ConsolidatingDemocracy/Consolidating%20Democracy.pdf]. February 2004.
- Brindis, C. D., A. K. Driscoll, M. A. Biggs, and L. T. Valderrama. 2002. "Fact Sheet on Latino Youth: Immigrant Generation." Center for Reproductive Health Research and Policy. Department of Obstetrics, Gynecology and Reproductive Health Sciences and the Institute for Health Policy Studies. University of California at San Francisco, San Francisco. [http://reprohealth.ucsf.edu/articles/Latino.imm.pdf]. February 2004.
- Brint, Michael, and Lukic Renéo, eds. 2001. *Culture, Politics and Nationalism in the Age of Globalization*. Aldershot: Ashgate.
- Brock-Utne, Birgit. 2002. "Language, Democracy and Education in Africa." Discussion Paper 15. Nordiska Afrikainstitut. Uppsala, Sweden.
- Bromley, Yulian. 1974. *Soviet Ethnology and Anthropology Today*. The Hague: Mouton.
- Brown, Michael E., and Sumit Ganguly, eds. 1997. *Government Policies and Ethnic Relations in Asia and the Pacific*. Cambridge, Mass. and London: MIT Press.
- Brucker, Herbert, Gil Epstein, Barry McCormick, Gilles Saint-Paul, Alessandra Venturini, and Klaus Zimmermann. 2001. "Managing Migration in the European Welfare State." Third European Conference of the Fondazione Rodolfo De Benedetti "Immigration Policy and the Welfare State," June, Trieste, Italy. [http://www.frdp.org/images/customer/copy_0_paper1_23jun01.pdf]. February 2004.
- Brumann, Christoph. 1999. "Writing for Culture. Why a Successful Concept Should not be Discarded." *Current Anthropology* 40.

- Brumberg, Daniel. 2002. "Islamists and the Politics of Consensus." *Journal of Democracy* 13(3): 109–15.
- Bryld, Erik, Heather Bryant, Nanako Tsukahara, Leela Shapit, and Mayline Py. 2003. "Rural Urban Linkages (RLL) Under the Rural Urban Partnership Programme (RUPP): A Case of Affirmative Action for Dalits in Nepal." United Nations Development Programme, Kathmandu.
- Buck, Tobias. 2004. "Brussels Call for Bigger Budget Will Irk Rich States." *Financial Times*. 9 January.
- Burnley, Ian H. 2001. *The Impact of Immigration on Australia: A Demographic Approach*. South Melbourne and Oxford: Oxford University Press.
- Buvollen, Hans Petter. 2002. "Cultural and Legal Barriers to Justice in Guatemala." UNDP Access to Justice Workshop, 1 March, Oslo. [<http://www.undp.org/governance/cd/documents/34.pdf>]. February 2002.
- Byman, Daniel L., Peter Chalk, Bruce Hoffman, William Rosenau and David Brannan. 2001. *Trends in Outside Support for Insurgent Movements*. Santa Monica, Calif.: RAND.
- Caballero, Gonzalo. 2003. "The Dynamics of the Spanish Institutional Evolution Towards Economic, Social and Political Decentralization, 1950–2000: Markets, Democracy and Federalism for Economic Development." Paper presented at the 2003 European Association for Evolutionary Political Economy Conference, 7 November, Maastricht, Netherlands. [<http://eaepe.infonomics.nl/papers/caballero.pdf>]. March 2004.
- Campagna, Joel. 1996. "From Accommodation to Confrontation: The Muslim Brotherhood in the Mubarak Years." *Journal of International Affairs* 50(1): 278–304.
- Caplan, Lionel. 1987. *Studies in Religious Fundamentalism*. Houndsmills and London: Macmillan.
- Care, Jennifer Corrin. 1999. "Conflict Between Customary Laws and Human Rights in the South Pacific." Paper presented at the 12th Commonwealth Law Conference, 1 September, Kuala Lumpur. [<http://www.mlj.com.my/articles/JenniferCorrin-Care.htm>]. February 2004.
- Carens, Joseph H. 2000. *Culture, Citizenship and Community: A Contextual Exploration of Justice as Evenbandedness*. Oxford: Oxford University Press.
- CBD (Convention on Biological Diversity). 2002. "Traditional Knowledge and the Convention on Biological Diversity." [<http://www.biodiv.org/programmes/socio-eco/traditional/>]. February 2004.
- Chicucue, Noel Muchenga. 1997. "Reconciliation: The Role of Truth Commissions and Alternative Ways of Healing." *Development in Practice* 7(4): 483–86.
- Chua, Amy. 2003. *World on Fire: How Exporting Free Market Democracy Breeds Ethnic Hatred and Global Instability*. New York: Doubleday.
- CIA (Central Intelligence Agency). 2003. "The World Factbook 2003." Washington, DC. [<http://www.cia.gov/cia/publications/factbook/>]. February 2004.
- Clifford, James. 1988. *The Predicament of Culture: Twentieth-Century Ethnography, Literature and Art*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- CNN. 2003. "U.S. Court Rebukes Bush Over Gitmo." 18 December. [<http://www.cnn.com/2003/LAW/12/18/court.gitmo/index.html>]. February 2004.
- Cohen, Abner. 1974. *Two-Dimensional Man: An Essay on the Anthropology of Power and Symbolism in Complex Society*. Berkeley, Calif.: University of California Press.
- Cohn, B. 1996. *Colonialism and Its Forms of Knowledge: The British in India*. Princeton: Princeton University Press.
- Collier, Paul, and Anke Hoeffler. 2001. "Greed and Grievance in Civil War." World Bank, Washington, DC. [http://www.worldbank.org/research/conflict/papers/greedgrievance_23oct.pdf]. February 2004.
- Commission on Intellectual Property Rights. 2002. "Integrating Intellectual Property Rights and Development Policy: Report of the Commission on Intellectual Property Rights." London. [http://www.iprcommission.org/graphic/documents/final_report.htm]. February 2004.
- Congleton, Roger D. 2000. "A Political Efficiency Case for Federalism in Multinational States: Controlling Ethnic Rent-Seeking." In G. Galeotti, P. Slamon, and R. Wintrobe, eds. *Competition and Structure: The Political Economy of Collective Decisions: Essays in Honor of Albert Breton*. New York: Cambridge University Press.
- Congleton, Roger D., Andreas Kyriacou, and Jordi Bacaria. 1999. "Political and Economic Origins of Asymmetric Federalism: A Model of Endogenous Centralization." [http://selene.uab.es/jbacaria/Economia_Aplicada/asymfed3.pdf]. March 2004.
- Conner, Walker. 1986. "The Impact of Homelands Upon Diasporas." In Gabriel Sheffer, ed. *Modern Diaspora in International Politics*. New York: St. Martin's Press.
- Conversi, Daniele, ed. 2002. *Ethnonationalism in the Contemporary World: Walker Connor and the Study of Nationalism*. London: Routledge.
- Coombe, Rosemary J. 1998. "Intellectual Property, Human Rights and Sovereignty: New Dilemmas in International Law Posed by the Recognition of Indigenous Knowledge and the Conservation of Biodiversity." *Indiana Journal of Global Legal Studies* 6(1): 59–115.
- Corbridge, Stuart, and John Harriss. 2000. *Reinventing India*. Cambridge: Polity Press.
- Cornell, Svante E., and Regine A. Spector. 2002. "Central Asia: More than Islamic Extremists." *The Washington Quarterly* 25(1): 193–206.
- Council of Europe. 2000. "Conference on Diversity and Cohesion: New Challenges for the Integration of Immigrants and Minorities." [[http://www.coe.int/T/E/Social_Cohesion/Migration/Documentation/Publications_and_reports/Reports_and_proceedings/20001201_CDMG\(2000\)35_ProceedingsNamur.asp](http://www.coe.int/T/E/Social_Cohesion/Migration/Documentation/Publications_and_reports/Reports_and_proceedings/20001201_CDMG(2000)35_ProceedingsNamur.asp)]. March 2004.
- Coussey, Mary. 2000. "Framework of Integration Policies." Directorate General III–Social Cohesion, Directorate of Social Affairs and Health. Council of Europe, Brussels.
- CPS (Crown Prosecution Service). 2002. "Racist Incident Monitoring Annual Report 2001–2002." London. [<http://www.cps.gov.uk/Home/CPSPublications/Scheme/reports.htm>]. January 2004.
- CRIP (Curriculum Reform Implementation Project). 2004. "Curriculum Reform in Papua New Guinea." Port Moresby. [<http://www.pngcurriculumreform.ac.pg/text/CURRICULUM%20REFORM%20IN%20PAPUA%20NEW%20GUINEA.pdf>]. February 2004.
- Crowley, B. 1987. *The Self, the Individual and the Community*. Oxford: Clarendon Press.
- CSD (Commission on Sustainable Development Indigenous Peoples' Caucus) and ICC (Inuit Circumpolar Conference). 2002. "Dialogue Paper by Indigenous People." Preparatory Committee for the World Summit on Sustainable Development First Substantive Session, New York. [http://www.treaty.council.org/new_page_5241221.htm]. March 2004.
- Cummings, S. M., and S. Tamayo. 1994. "Language and Education in Latin America: An Overview." Human Resources Development and Operations Policy Working Papers. World Bank, Washington, DC.
- Davenport, Christian. 2004. "Minorities At Risk: Dataset Users Manual 030703." The Minorities At Risk (MAR) Project. Center for International Development and Conflict Management. University of Maryland, Baltimore. [http://www.cidcm.umd.edu/inscr/mar/margene/MAR-codebook_040903.doc]. February 2004.
- De Ferranti, David, Guillermo Perry, Francisco H. G. Ferreira, and Michael Walton. 2003. "Inequality in Latin America

- and the Caribbean: Breaking with History?" World Bank, Washington, DC.
- De Varennes, F. 1996. "Law, Language and the Multiethnic State." *Language and Communication* 16(3): 291-300.
- Delgado-Moreira, Juan M. 2000. *Multicultural Citizenship of the European Union*. Aldershot: Ashgate.
- Department of Immigration and Multicultural and Indigenous Affairs, Australia. 2003. "Multicultural Australia: United in Diversity." Canberra. [http://www.immi.gov.au/multicultural/australian/index.htm]. February 2004.
- D'Ercole, Marco Mira, and Andrea Salvini. 2003. "Towards Sustainable Development: The Role of Social Protection." Social, Employment and Migration Working Papers. Organization for Economic Cooperation and Development, Geneva. [http://www.oecd.org/dataoecd/19/2/16362056.pdf]. February 2004.
- Directorate of Social Affairs and Health. 2000. "Diversity and Cohesion: New Challenges for the Integration of Immigrants and Minorities." Council of Europe, Strasbourg, France. [http://www.social.coe.int/en/cohesion/action/publi/migrants/EDéfis.pdf]. February 2004.
- Discover France. 2000. "French National Holidays, Festivals, Religious Celebrations." Paris. [http://www.discoverfrance.net/France/DF_holidays.shtml]. March 2004.
- Donders, Yvonne. 2003. *Towards a Right to Cultural Identity?* Antwerpen and Oxford: Intersentia.
- Doomernik, Jeroen. 2001. "Immigration, Multiculturalism and the Nation State in Western Europe." Paper presented at the United Nations Research Institute for Social Development Conference on Racism and Public Policy, 3 September, Durban, South Africa. [http://www.unrisd.org/unrisd/website/projects.nsf/(httpProjectsForResearchHome-en)/CE2B1BCD4B5F5D3A80256B4900530E39?OpenDocument]. February 2004.
- Douglas, W. A. 1988. "A Critique of Recent Trends in the Analysis of Ethnonationalism." *Ethnic and Racial Studies* 11(2): 192-206.
- Dragoljub, Ackovic. 2000. "Roma in Serbia: Introducing Romany Language and Culture into Primary Schools." Minority Rights Group International, London.
- Droege, Susanne, and Birgit Soete. 2001. "Trade-Related Intellectual Property Rights, North-South Trade, and Biological Diversity." *Environmental and Resource Economics* 19(2): 149-63.
- DUMC (Dutch Monitoring Centre on Racism and Xenophobia). 2002. "Racial Violence and Violence Incited by the Extreme Right 2001 and 2002." Rotterdam, The Netherlands. [http://www.lbr.nl/internationaal/DUMC/publicatie/ar_racial_violence2001.pdf]. January 2004.
- Duncan, T., K. Jefferis, and P. Molutsi. 2000. "Botswana: Social Development in a Resource-Rich Country." In Santosh Mehrotra and Jolly Richard, eds. *Development with a Human Face: Experiences in Social Achievement and Economic Growth*. Oxford: Oxford University Press.
- Dunleavy, Patrick, and Brendan O'Leary. 1987. *Theories of the State: The Politics of Liberal Democracy*. Basingstoke: MacMillan Education.
- During, A. T. 1992. "Guardians of the Land: Indigenous Peoples and the Health of the Earth." Worldwatch Paper 112. Worldwatch Institute, Washington, DC. [http://www.worldwatch.org/pubs/paper/112.html/]. February 2004.
- . 1993. *Supporting Indigenous Peoples in State of the World 1993: A Worldwatch Institute Report on Progress Toward a Sustainable Society*. New York: W.W. Norton.
- Dutcher, N. 1982. "The Use of First and Second Languages in Primary Education." Working Paper. World Bank, Education Department Washington, DC.
- Eades, D. 2004. "Participation in a Second Language and Second Dialect Speakers in the Legal System." *Annual Review of Applied Linguistics* 23: 113-33.
- Easterley, William, and Ross Levine. 1997. "Africa's Growth Tragedy: Policies and Ethnic Divisions." *The Quarterly Journal of Economics* 112(4): 1203-250.
- Eatwell, Roger. 2000. "The Rebirth of the 'Extreme Right' in Western Europe?" *Parliamentary Affairs* 53(3): 407-25.
- The Economist*. 2000. "Sri Lanka Backs Away from Devolution." 10 August.
- . 2002a. "Survey on Migration." 2 November.
- . 2002b. "The Best of Reasons." 31 October.
- . 2003a. "Ends, Means and Barbarity: Special Report on Torture." 11 January.
- . 2003b. "Religion, Politics and Moderation." 17 May.
- . 2004a. "Africa's Engine." Survey: Sub-Saharan Africa. 15 January.
- . 2004b. "The War of the Headscarves." 7 February.
- Egerton, Susan Huddleston. 1996. *Translating the Curriculum: Multiculturalism into Cultural Studies*. New York and London: Routledge.
- Elazar, Daniel. 1998. *Constitutionalizing Globalization*. Lanham, Maryland: Rowman & Littlefield.
- Electionworld.org. 2004. "Elections Around the World." [http://www.electionworld.org/]. February 2004.
- Engineer, Asghar Ali. 2003. "Uniform Civil Code or Legal Pluralism." Institute of Islamic Studies and Center for Study of Society and Secularism, Mumbai. [http://ecumene.org/IIS/csss114.htm]. February 2004.
- . 2004. *Communal Riots After Independence: A Comprehensive Account*. New Delhi: Shipra.
- Entelis, John P. 2002. "Morocco: Democracy Denied." *Le Monde Diplomatique*. 1 October. [http://mondediplo.com/2002/10/13morocco]. February 2004.
- Entzinger, Han. 2003. "Nationale Identiteit en burgerschap." *Civis Mundi* 42(1): 22-26.
- Esman, Milton J. 1986. "Diasporas and International Relations." In Gabriel Sheffer, ed. *Modern Diaspora in International Politics*. New York: St. Martin's Press.
- Etounga-Manguelle, Daniel. 2000. "Does Africa Need a Cultural Adjustment Program?" In Lawrence E. Harrison and Samuel P. Huntington, eds. *Culture Matters*. New York: Basic Books.
- EUMC (European Monitoring Centre on Racism and Xenophobia). 2002. "Racism and Xenophobia in the EU Member States: Trends, Developments and Good Practice in 2002." Annual Report 2002, Part 2. Vienna. [http://eumc.eu.int/eumc/index.php?fuseaction=content.dsp_cat_content&catid=3fb38ad3e22bb]. January 2004.
- European Union. 2003. "The Doha Development Agenda: Outcome of the WTO Ministerial, European Parliament Resolution on the 5th Ministerial Conference of the WTO in Cancun." [http://europa.eu.int/comm/trade/issues/newround/doha_da/epr250903_en.htm]. March 2004.
- . 2004. "The Commissioner of Foreign Affairs of the Berlin Senate (Die Ausländerbeauftragte des Senats von Berlin)." Berlin. [http://europa.eu.int/comm/employment_social/fundamental_rights/pdf/legisl/mslegln/de_berlin_en.pdf]. March 2004.
- Fafunwa, B. 1990. "Using National Languages in Education: A Challenge to African Educators." In *African Thoughts on the Prospects of Education for All*. Paris: UNESCO Publishing.
- Fahmy, Ninette S. 1998. "The Performance of the Muslim Brotherhood in the Egyptian Syndicates: An Alternative Formula for Reform?" *The Middle East Journal* 52(4): 551-62.
- FBI (Federal Bureau of Investigation). 1999. "Hate Crime Data Collection Guidelines." Washington, DC. [http://www.fbi.gov/ucr/ucr.htm#hate]. April 2004.
- . 2002. "Hate Crime Statistics 2002." Washington, DC. [http://www.fbi.gov/ucr/ucr.htm#hate]. January 2004.
- . 2004. "Uniform Crime Reports: Hate Crime Statistics." Washington, DC. [http://www.fbi.gov/ucr/ucr.htm#hate]. February 2004.

- Feldman, Leonard C. 2002. "Redistribution, Recognition and the State: The Irreducibly Political Dimension of Injustice." *Political Theory* 30(3): 410–40.
- Fermin, Alfons. 2001. "The Justification of Mandatory Integration Programmes for New Immigrants." European Research Centre on Migration and Ethnic Relations, Utrecht.
- Financial Times*. 2004. "French Filmmakers Fear for L'Exception Culturelle." 9 January.
- Fleiner, Thomas, ed. 2003. *Multicultural Federalism: The Swiss Case*. Fribourg, Switzerland: The Institute of Federalism.
- Florida, Richard, and Gary Gates. 2002. "Technology and Tolerance: Diversity and High Tech Growth." *The Brookings Review* 20(1): 32–35.
- Forero, Juan. 2003. "Seeking Balance: Growth vs. Culture in Amazon." *The New York Times*. 10 December.
- Fossas, Enric. 1999. "Asymmetry and Pluriantionality in Spain." Working Paper, Universitat Autònoma de Barcelona. [http://www.diba.es/icps/working_papers/docs/Wp_i_167.pdf]. March 2004.
- Fraenkel, Jon. 2003. "Ethnic Structure, Inequality and Public Sector Governance in the Fiji Islands." Ethnic Conflict, Inequality and Public Sector Governance Country Studies. United Nations Research Institute for Social Development, Geneva.
- France, Ministère de Jeunesse, Éducation et Recherche. 2004. "Bulletin Officiel: Calendrier des Fêtes Légales." [<http://www.education.gouv.fr/bo/2004/4/MENA0302913C.htm>]. March 2004.
- Fraser, Nancy, and Axel Honneth. 2003. *Redistribution or Recognition? A Political-Philosophical Exchange*. London: Verso Books.
- Fraser, Nancy. 1989. *Unruly Practices: Power, Discourse and Gender in Contemporary Social Theory*. Cambridge: Polity.
- . 1995. "From Redistribution to Recognition? Dilemmas of Justice in a 'Postsocialist' Age." *New Left Review* 212: 68–93.
- . 1997. *Justice Interrupts: Critical Reflections on the 'Postsocialist' Condition*. New York: Routledge.
- Front National. 2004. "Nos Propositions: Identité." [http://www.frontnational.com/doc_prop_identite.php]. March 2004.
- Fukuda-Parr, Sakiko. 2001. "In Search of Indicators of Culture and Development: Review of Progress and Proposals for Next Steps." Text for the *World Culture Report*. New York. [<http://www.undp.org/hdro/events/rioforum/fukudaparr2.pdf>]. February 2004.
- Funke, Hajo. 2001. "Europe at the Threshold: Fairness or Fortress? Racism, Public Policy and Anti-racist Concepts." Paper presented at the United Nations Research Institute for Social Development Conference on Racism and Public Policy, 3 September, Durban. [[http://www.unrisd.org/unrisd/website/projects.nsf/\(httpProjectsForResearchHome-en\)/CE2B1BCD4B5F5D3A80256B4900530E39?OpenDocument](http://www.unrisd.org/unrisd/website/projects.nsf/(httpProjectsForResearchHome-en)/CE2B1BCD4B5F5D3A80256B4900530E39?OpenDocument)]. February 2004.
- Gandhi, Mahatma. 1921. "English Learning." *Young India*. 1 June.
- Garson, Jean-Pierre, and Anais Loizillon. 2003. "Changes and Challenges, Europe and Migration from 1950 to Present." Paper presented at the conference jointly organized by the European Commission and the Organisation for Economic Cooperation and Development, "The Economic and Social Aspects of Migration", 21–22 January, Brussels. [<http://www.oecd.org/dataoecd/15/3/15516948.pdf>]. February 2004.
- Geddes, Andrew. 2002. "Europe's Ageing Workforce." *BBC Online*. 20 June. [<http://news.bbc.co.uk/1/hi/world/europe/2053581.stm>]. February 2004.
- Gerges, Fawaz A. 2000. "The End of the Islamist Insurgency in Egypt?: Costs and Prospects." *The Middle East Journal* 54(4): 592–612.
- Ghosh, Bimal. 2003. "Elusive Protection, Uncertain Lands: Migrants' Access to Human Rights." International Organization for Migration, Geneva.
- Gill, Emily R. 2001. *Becoming Free: Autonomy and Diversity in the Liberal Polity*. Lawrence: University Press of Kansas.
- Giovarelli, Renée, and Cholpon Akmatova. 2002. "Local Institutions that Enforce Customary Law in the Kyrgyz Republic and their Impact on Women's Rights." Agriculture and Rural Development E-Paper. World Bank, Washington, DC.
- Godmer, Laurent, and Laurent Kestel. 2001. "Extremism and Democratic Coalitions: The Institutional Integration of Extreme Right Parties in the Regional Parliaments of Germany, Austria and France." Paper presented at the European Consortium for Political Research Conference, 6 April, Grenoble, France. [<http://www.essex.ac.uk/ecpr/events/jointsessions/paperarchive/grenoble.asp?section=14>]. February 2004.
- Goldstone, Leo. 1998. "Cultural Statistics." In Ruth Towse, ed. *A Handbook of Cultural Economics*. Cheltenham, UK: Edward Elgar. [https://dspace.ubib.eur.nl/retrieve/1351/TOWSE+EBOOK_pages0189-0194.pdf]. February 2004.
- Goodman, Diane J. 2004. *Promoting Diversity and Social Justice: Educating People From Privileged Groups*. Thousand Oaks, Calif. and London: Sage.
- Goody, Jack. 1996. *The East in the West*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Graeme, Hugo. 2003. "Circular Migration: Keeping Development Rolling." Migration Policy Institute, Washington, DC. [<http://www.migrationinformation.org/Feature/display.cfm?ID=129>]. February 2004.
- Granovetter, Mark. 1985. "Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness." *American Journal of Sociology* 91: 481–510.
- Greif, Avner. 1994. "Cultural Beliefs and Organization of Society: A Historical and Theoretical Reflection on Collectivist and Individualist Societies." *Journal of Political Economy* 102: 912–50.
- Griffiths, Ann L., and Karl Nerenberg, eds. 2002. *Handbook of Federal Countries, 2002*. Montreal and Kingston: McGill-Queen's University Press.
- Grillo, R. D. 1998. *Pluralism and the Politics of Difference: State, Culture and Ethnicity in Comparative Perspective*. Oxford: Clarendon Press.
- Grin, Francois. 2003. *Language Policy Evaluation and the European Charter for Regional or Minority Languages*. Berkeley, Calif.: University of California Press.
- Grove, A. K., and N. A. Carter. 1999. "Not All Blarney is Cast in Stone: International Cultural Conflict in Northern Ireland." *Political Psychology* 20(4): 725–65.
- The Guardian*. 2001. "The Truth of Multicultural Britain." 25 November.
- Gurr, Ted Robert. 1993. *Minorities At Risk: A Global View of Ethnopolitical Conflicts*. Washington, DC: United States Institute for Peace Press.
- . 2000. *People Versus States*. Washington, DC: United States Institute for Peace Press.
- Gutmann, Amy, and Dennis Thompson. 1996. *Democracy and Disagreement*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- Gutmann, Amy, ed. 1994. *Multiculturalism*. Princeton: Princeton University Press.
- Gutmann, Amy. 1995. "Challenges of Multiculturalism in Democratic Education." Princeton. [http://www.ed.uiuc.edu/EPS/PES-Yearbook/95_docs/gutmann.html]. February 2004.
- Habermas, Jürgen. 1975. *Legitimation Crisis*. Boston: Beacon Press.
- . 1996. *Between Facts and Norms: Contributions to a Discourse Theory of Law and Democracy*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- Hafez, Mohammed M. 2000. "Armed Islamist Movements and Political Violence in Algeria." *The Middle East Journal* 54(4): 572–91.
- Haffajee, Ferial. 1999. "South Africa: Blending Tradition and Change." *UNESCO Courier*. November. [http://www.unesco.org/courier/1999_11/uk/dossier/txt23.htm].

- Halfin, Igal, ed. 2002. *Language and Revolution: Making Modern Political Identities*. London and Portland: Frank Cass.
- Hammer, Juliane, and Helena Lindholm Schulz. 2003. *The Palestinian Diaspora: Formation of Identities and Politics of Homeland*. London: Routledge.
- Hansen, Thomas Blom. 2001. *The Saffron Wave: Democracy and Hindu Nationalism in Modern India*. Oxford: Oxford University Press.
- Harding, Sandra, and Uma Narayan, eds. 2000. *Decentering the Center: Philosophy for a Multicultural, Postcolonial and Feminist World*. Bloomington: Indiana University Press.
- Harris, Peter, and Ben Reilly. 1998. "Democracy and Deep-Rooted Conflict: Options for Negotiators." International Institute for Democracy and Electoral Assistance, Stockholm.
- Harrison, Lawrence E., and Samuel P. Huntington, eds. 2000. *Culture Matters: How Values Shape Human Progress*. New York: Basic Books.
- Hart, H. L. A. 1955. "Are There Any Natural Rights?" *The Philosophical Review* 64: 175-91.
- Hastrup, Kirsten, ed. 2001. *Legal Cultures and Human Rights: The Challenge of Diversity*. The Hague and London: Kluwer Law International.
- Haubrich, Dirk. 2003. "September 11, Anti-Terror Laws and Civil Liberties: Britain, France and Germany Compared." *Government and Opposition* 38(1): 1-28.
- Helwege, Ann. 1995. "Poverty in Latin America: Back to the Abyss?" *Journal of Interamerican Studies and World Affairs* 37(3): 99-123.
- HinduUnity.org. 2004. "HinduUnity.org: Promoting and Supporting the Ideals of the Bajrang Dal—V.H.P., Youth Wing Bharat." [http://hinduunity.org/aboutus.html]. April 2004.
- Hoffman, Bruce. 1998-99. "Revival of Religious Terrorism Beggars for Broad U.S. Policy." *Rand Review* 22(2). [http://www.rand.org/publications/randreview/issues/rr.winter98.9/methods.html]. December 2003.
- Honwana, Alcinda. 1999. "Non-Western Concepts of Mental Health." [http://earlybird.qeh.ox.ac.uk/rfgexp/rsp_tre/student/nonwest/toc.htm]. March 2004.
- Hoodfar, Homa, and Nelofer Pazira. 2003. "Building Civil Societies: A Guide for Social and Political Activism." Santa Cruz, Calif. [http://www2.ucsc.edu/globalinterns/cpapers/hoodfar.pdf]. February 2004.
- Human Rights Watch. 2002. "Human Rights Watch Statement: Freedom of Religion—On the Occasion of the OSCE Human Dimension Implementation." New York. [http://www.hrw.org/press/2002/09/osce-religion0912.htm]. February 2004.
- . 2003. "Nationality and Statelessness." New York. [http://www.hrw.org/campaigns/race/nationality.htm]. February 2004.
- Huntington, Samuel P. 1996. *The Clash of Civilizations and the Remaking of the World Order*. New York: Simon and Schuster.
- Iganski, Paul. 2002. "Hate Crimes Hurt More, But Should They Be More Harshly Punished." In Paul Iganski, ed. *The Hate Debate: Should Hate Be Punished as a Crime?* London: Profile Books.
- Ignazi, Piero. 2003. *Extreme Right Parties in Western Europe*. New York: Oxford University Press.
- ILO (International Labour Organization). 2001. "Vietnam Desk Review." Project to Promote ILO Policy on Indigenous and Tribal Peoples (Convention 169), Geneva.
- . 2003. *ILO Convention on Indigenous and Tribal Peoples: A Manual*. Geneva.
- Independent Commission on Migration to Germany. 2001. "Structuring Immigration, Fostering Integration." Berlin. [http://www.eng.bmi.bund.de/Annex/en_14626/Download_Summary.pdf]. February 2004.
- Indian and Northern Affairs Canada. 2004. "Aboriginal Customary Law." Ottawa. [http://www.ainc-inac.gc.ca/pr/pub/matr/acl_e.html]. February 2004.
- India, Ministry of Education. 2004. Personal communication on human resource development. March. New Delhi.
- India, Ministry of Personnel. 2002. "Holidays to be Observed in Government Offices During the Year 2002." Department of Personnel and Training, New Delhi. [http://persmin.nic.in/circular/jcm3.html#6]. February 2004.
- India, Office of the Registrar General. 2004. "Census of India." New Delhi. [http://www.censusindia.net/]. March 2004.
- Indigenous Australia. 2003. "What is Cultural Heritage?" [http://www.dreamtime.net.au/indigenous/culture.cfm]. February 2004.
- Inglehart, Ronald. 1997. *Modernization and Postmodernization: Cultural, Economic, and Political Change in 43 Societies*. Princeton: Princeton University Press.
- Inglehart, Ronald, and Wayne Baker. 2000. "Modernization, Cultural Change, and the Persistence of Traditional Values." *American Sociological Review* 65: 19-51.
- Inglis, Christine. 2004. "Multiculturalism: New Policy Responses to Diversity." Policy Paper No. 4. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, Paris.
- International Council on Metals and the Environment. 1999. "Mining and Indigenous Peoples: Case Studies." Ottawa.
- International Federation of Human Rights. 2003. "Discrimination Against Religious Minorities in Iran." Paris. [http://www.fidh.org/asia/rapport/2003/ir0108a.pdf]. February 2004.
- The Internet Movie Database. 2004. "International All-Time Box Office Chart." [http://us.imdb.com/Charts/inttopmovies]. March 2004.
- IOE (International Organisation of Employers). 2003. "Migration in Europe: Political, Social and Economic Dimensions." Background Document. London. [http://www.ioe-emp.org/ioe_emp/pdf/migration_IOE_Moscow.pdf]. February 2004.
- IOM (International Organization for Migration). 2003a. "Integration of Migrants: The IOM Approach." Geneva. [http://www.iom.si/pdf/Integration%20master.pdf]. February 2004.
- . 2003b. "Migration in a World of Global Change. New Strategies and Policies for New Realities." IOM Migration Policy and Research. Geneva.
- . 2003c. "World Migration Report 2003: Managing Migration Challenges and Responses for People on the Move." Geneva.
- . 2004. "Assisted Returns Service." [http://www.iom.int/en/who/main%5Fservice%5Ffares%5Fassisted.shtml]. March 2004.
- IRR (Institute of Race Relations). 2003. "Norway: Progress Party (FrP)." [http://www.irr.org.uk/europe/norway.html]. December 2003.
- Jackman, Robert W., and Karin Volpert. 1996. "Conditions Favoring Parties of the Extreme Right in Western Europe." *British Journal of Political Science* 26(1): 501-21.
- Jacobs, Dirk. 2003. "The Arab European League: The Rapid Growth of a Radical Immigrant Movement." Paper presented at the European Consortium for Political Research Conference, 18 September, Marburg, Germany. [http://www.essex.ac.uk/ecpr/events/generalconference/marburg/papers/21/5/Jacobs.pdf]. February 2004.
- Jarkko, Lars, and Tom W. Smith. 2001. "National Pride in Cross-National Perspective." National Opinion Research Center. University of Chicago, Chicago. [http://spitswww.uvt.nl/web/iric/papers/pap1e1.doc]. February 2004.
- Jeness, Valerie. 2002. "Contours of Hate Crime Politics and Law in the United States." In Paul Iganski, ed. *The Hate Debate: Should Hate Be Punished as a Crime?* London: Profile Books.
- Jureidini, Ray. 2001. "Migrant Workers and Xenophobia in the Middle East." Keynote address at the United Nations Research Institute for Social Development Conference on Racism and Public Policy, 3 September, Durban. [http://www.unrisd.org/80256B3C005BCCF9/httpNetITFrame?ReadForm&parentunid=8EAB85CCEBB1C65480256B6D00578762&parent

- doctype=paper&netipath=http://www.unrisd.org/unpublished/_specialevents/_djureidi/content.htm]. February 2004.
- Justiniano, Freddy. 2004. "Correspondence on the Political Situation in Bolivia and Ecuador." United Nations Development Programme, Regional Bureau for Latin America and the Caribbean, New York. March 2004.
- Justino, Patricia, and Julie Litchfield. 2003. "Economic Exclusion and Discrimination: The Experience of Minorities and Indigenous Peoples." Minority Rights Group International, London. [http://www.minorityrights.org/admin/Download/pdf/IP_EconomicExclusion_JustinoLitchfield.pdf]. February 2004.
- Kaldor, Mary, and Diego Muro. 2003. "Religious and Nationalist Militant Groups." In H. Anheier, M. Glasius, and M. Kaldor, eds. *Global Civil Society 2003*. Oxford: Oxford University Press.
- Kanbur, Ravi. 2001. "Economic Policy, Distribution and Poverty: Nature of Disagreements." Cornell University, Ithaca, New York. [http://people.cornell.edu/pages/sk145/papers/Disagreements.pdf]. February 2004.
- Kanyinga, Karuti. 2003. "Ethnic Structure, Inequality and Governance of the Public Sector in Kenya." Ethnic Structure, Inequality and Public Sector Governance Country Studies. United Nations Research Institute for Social Development, Geneva.
- Kapur, Devesh, and John McHale. 2003. "Migration's New Pay-off." *Foreign Policy* 139: 48–57.
- Kaviraj, Sudipto. 1992. "The Imaginary Institution of India." In Partha Chatterjee and Gyanendra Pandey, eds. *Subaltern Studies VII*. New Delhi: Oxford University Press.
- Kearns, Thomas R., and Austin Sarat. 1997. *Identities, Politics and Rights*. Ann Arbor: University of Michigan Press.
- . 1999. *Cultural Pluralism, Identity Politics and the Law*. Ann Arbor: University of Michigan Press.
- Keating, Michael. 2002. "Plurinational Democracy in a Post-Sovereign Order." Queen's Papers on Europeanisation. Institute of European Studies. Queen's University of Belfast, Belfast. [http://www.qub.ac.uk/ies/onlinepapers/poe1-02.pdf]. February 2004.
- Kelso, Paul, and Jeevan Vasagar. 2002. "Muslims Reject Image of Separate Society." *The Guardian*. 17 June.
- Kertzer, David I., and Dominique Arel, eds. 2002. *Census and Identity: The Politics of Race, Ethnicity and Language in National Censuses*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Kiernan, Ben. 1999. "Sur La Notion de Génocide." *Le Débat*. 1 March.
- Klaus, David. 2003. "The Use of Indigenous Languages in Early Basic Education in Papua New Guinea: A Model for Elsewhere?" *Language and Education: An International Journal* 17(2).
- Knop, Karen. 2002. *Diversity and Self-Determination in International Law*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Knowles, Caroline, and Vered Amit-Talai. 1996. *Re-situating Identities: The Politics of Race, Ethnicity and Culture*. Orchard Park, New York: Broadview Press.
- Kogacioglu, Dicle. 2003. "Dissolution of Political Parties by the Constitutional Court in Turkey: Judicial Delimitation of the Political Domain." *International Sociology* 18(1): 258–76.
- Koh, Harold Hongju. 2002. "The Case against Military Commissions." *The American Journal of International Law* 96(2): 337–44.
- Kongolo, Tshimanga. 2001. "Towards a More Balanced Coexistence of Traditional Knowledge and Pharmaceuticals Protection in Africa." *Journal of World Trade* 35(2): 349–61.
- Koopmans, Ruud. 2002. "Good Intentions Sometimes Make Bad Policies: A Comparison of Dutch and German Integration Policies." *Migrantenstudies* 18: 87–92.
- Kuruk, Paul. 2002. "African Customary Law and the Protection of Folklore." Bulletin Volume XXXVI Number 2. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, Paris.
- Kymlicka, Will, and Wayne Norman, eds. 2000. *Citizenship in Diverse Societies*. Oxford: Oxford University Press.
- Kymlicka, Will. 1990. *Contemporary Political Philosophy: An Introduction*. Oxford: Clarendon.
- . 1996. *Multicultural Citizenship: A Liberal Theory of Minority Rights*. Oxford: Clarendon.
- . 1998. *Finding Our Way: Rethinking Ethnocultural Relations in Canada*. Toronto and Oxford: Oxford University Press.
- . 2001. *Politics in the Vernacular: Nationalism, Multiculturalism and Citizenship*. Oxford: Oxford University Press.
- . 2003. "Immigration, Citizenship, Multiculturalism: Exploring the Links." *The Political Quarterly* 74(1): 195–208.
- Lavery, David. 2004. "Universal Language: American Film and Monoculture at Century's End." Paper presented at the annual conference of the South Central Modern Language Association, 31 October, Dallas. [http://mtsu32.mtsu.edu:11072/Writing/Universal%20Language.htm]. February 2004.
- Lega Nord. 2004. "Stop Ai Clandestini." [http://www.leganord.org/a_2_docpolitici_clandestini.htm]. March 2004.
- Leibfried, Stephan, and Elmar Rieger. 2003. *Limits of Globalization: Welfare States and the World Economy*. Cambridge: Polity.
- Lenoir, Rene. 1989. *Les Exclus: Un Français sur Dix*. Paris: Editions de Seuil.
- Leone, Richard C., and Greg Angrig Jr., eds. 2003. *The War on Our Freedoms: Civil Liberties in an Age of Terrorism*. New York: Century Foundation and Public Affairs Books.
- Levin, Brian. 2001. "Extremism and the Constitution: How America's Legal Evolution Affects the Response to Extremism." *The American Behavioral Scientist* 45(4): 714–55.
- Levin, Jack, and Jack McDevitt. 1999. "Hate Crimes." In *Encyclopedia of Violence, Peace and Conflict*. San Diego: Academic Press. [http://www.violence.neu.edu/publication4.html]. January 2004.
- Lewis, Bernard. 1998. *The Multiple Identities of the Middle East*. London: Weidenfeld and Nicholson.
- Lewis, Justin, and Toby Miller, eds. 2003. *Critical Cultural Policy Studies: A Reader*. Malden, Mass. and Oxford: Blackwell.
- Lewis, Peter. 2003. "Nigeria: Elections in a Fragile Regime." *Journal of Democracy* 14(3).
- Libanio, José Carlos. 2004. Correspondence on the Share of Afro-Brazilian Cabinet Members. March. Sao Paulo.
- Licha, Isabel. 2002. "Citizen Participation and Local Government in Latin America: Advances, Challenges and Best Practices." Paper presented at the Citizenship Participation in the Context of Fiscal Decentralization Conference, 2 September, Kobe. [http://www.adb.org/Documents/Events/2002/Citizen_Participation/Overview_LAC.pdf]. February 2004.
- Linz, Juan J., and Alfred Stepan, eds. 1978. *The Breakdown of Democratic Regimes*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.
- Linz, Juan J., and Alfred Stepan. 1996. *Problems of Democratic Transition and Consolidation: Southern Europe, South America and Post-Communist Europe*. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press.
- Ljiphart, Arend. 1984. "Proportionality by Non-PR Methods: Ethnic Representation in Belgium, Cyprus, Lebanon, New Zealand, West Germany and Zimbabwe." In A. Ljiphart and B. Grofman, eds. *Choosing an Electoral System: Issues and Alternatives*. New York: Praeger.
- Lott, Juanita Tamayo. 1998. *Asian Americans: From Racial Category to Multiple Identities*. Walnut Creek, Calif., and London: Altamira Press.
- Loury, Glenn. 2001. "Racial Justice and Affirmative Action Policies: The Superficial Morality of Colour-Blindness in the United States." Paper presented at the United Nations Research Institute for Social Development Conference on Racism and Public Policy, 3 September, Durban. [http://www.unrisd.org/80256B3C005BCCF9/httpNetITFrame?ReadForm&parentunit=0A3B836D101A5A4580256B6D005

- 78931&parentdoctype=paper&netitpath=http://www.unrisd.org/unpublished/_specialevents/_dloury/content.htm]. February 2004.
- Lukes, Steven, and Christian Joppke. 1999. *Multicultural Questions*. Oxford: Oxford University Press.
- Luter, Kurt Richard, and Kris Deschouwer, eds. 1999. *Party Elites in Divided Societies: Political Parties in Consociational Democracy*. London: Routledge.
- Luttmer, E. 1997. "Group Loyalty and the Taste for Redistribution." *Journal of Political Economy* 109(3): 500–28.
- Mabry, Tristan James. 1998. "Modernization, Nationalism and Islam: An Examination of Ernest Gellner's Writings on Muslim Society with Reference to Indonesia and Malaysia." *Ethnic and Racial Studies* 21(1): 64–88.
- Macan-Markar, Marwaan. 2004. "Thailand: Amid Violence, Final Bell Tolls for Islamic Schools." Inter Press Service. 20 February.
- Macedo, Stephen. 2000. *Diversity and Distrust: Civic Education in a Multicultural Democracy*. Cambridge, Mass. and London: Harvard University Press.
- Malhotra, Anshu. 2002. *Gender, Caste and Religious Identities: Restructuring Class in Colonial Punjab*. Oxford and New Delhi: Oxford University Press.
- Mamdani, Mahmood. 2001. *When Victims Become Killers: Colonialism, Nativism, and the Genocide in Rwanda*. Princeton: Princeton University Press.
- Mandela, Nelson. 1994. *A Long Walk to Freedom*. Boston: Little, Brown and Co.
- Mansbridge, Jane. 1998. *Beyond Self-Interest*. Chicago: Chicago University Press.
- Marshall, Monty G., and Ted Robert Gurr. 2003. *Peace and Conflict: A Global Survey of Armed Conflicts, Self-Determination Movements and Democracy*. Baltimore: Center for International Development and Conflict Management.
- Marshall, Paul, ed. 2000. *Religious Freedom in the World: A Global Report on Freedom and Persecution*. Nashville: Broadman & Holman Publishers.
- Martínez-Herrera, Enric. 2002. "Nationalist Extremism and Outcomes of State Policies in the Basque Country, 1979–2001." *International Journal on Multicultural Societies* 4(1): 1–22.
- Marty, Martin E., and R. Scott Appleby, eds. 1991. *Fundamentalisms Observed*. Chicago and London: University of Chicago Press.
- . 1993. *Fundamentalisms and the State: Remaking Politics, Economies, and Militance*. Chicago and London: University of Chicago Press.
- . 1995. *Fundamentalisms Comprehended*. Chicago and London: University of Chicago Press.
- Matiki, A. J. 2003. "Linguistic Exclusion and the Opinions of Malawian Legislators." *Language Policy* 2(2): 133–52.
- Mayer, Jean-François. 2001. "Cults, Violence and Religious Terrorism: An International Perspective." *Studies in Conflict and Terrorism* 24(5): 361–76.
- Mazrui, A. 1996. "Perspectives: The Muse of Modernity and the Quest for Development." In P. Altbach and S. Hassan, eds. *The Muse of Modernity: Essays on Culture as Development in Africa*. Trenton: Africa World Press.
- McPhail, Kathryn. 2000. "How Oil, Gas, and Mining Projects Can Contribute to Development." *Finance and Development* 37(4): 46–49.
- McRae, Kenneth D., ed. 1974. *Consociational Democracy: Political Accommodation in Segmented Societies*. Toronto: McClelland and Stewart.
- Medrano, Juan Diez. 2002. "Thematic Introduction." *International Journal on Multicultural Societies* 4(1). [http://www.unesco.org/most/v14n1intro.htm]. February 2004.
- Mehrotra, Santosh, and Enrique Delamonica. Forthcoming. *Public Spending for the Poor: Getting the Fundamentals Right*. In *Social and Macroeconomic Policy*. Oxford: Oxford University Press.
- Meyer, Thomas. 2001. *Identity Mania. Fundamentalism and the Politicization of Cultural Differences*. London and New York: Zed Books.
- Mexico, Ministry of Health. 2004. "Mexico National Health Programme, 2001–2006." Mexico City. [http://www.gob.mx/wb2/egobierno/egob_Programa_Nacional_de_Salud]. February 2004.
- Mgbeoji, Ikechi. 2001. "Patents and Traditional Knowledge of the Uses of Plants: Is a Communal Patent Regime Part of the Solution to the Scourge of Biopiracy?" *Indiana Journal of Global Legal Studies* 9(1): 163–86.
- Middle East Institute. 2003. "Algeria." [http://www.mideasti.org/countries/countries.php?name=algeria]. March 2004.
- Migration Information Source. 2003. "Canada: Policy Legacies, New Directions and Future Challenges." Washington, DC. [http://www.migrationinformation.org/Profiles/display.cfm?ID=20]. February 2004.
- Miguel, T. 1999. "Ethnic Diversity and School Funding in Kenya." Economics Working Papers Archive. Washington University, St. Louis.
- The Minorities at Risk (MAR) Project. 2003. *MARGene: Minorities At Risk Data Generation and Management Program*. Center for International Development and Conflict Management, University of Maryland, Baltimore. [http://www.cidcm.umd.edu/inscr/mar/data.htm]. February 2004.
- Minority Rights Group International. 2003. "Indigenous Peoples and Poverty: The Cases of Bolivia, Guatemala, Honduras and Nicaragua." Executive Summary. London. [http://www.minorityrights.org/Dev/mrg_dev_title12_LatinAmerica/mrg_dev_title12_LatinAmerica_8.htm]. February 2004.
- Mishra, Pankaj. 2003. "Hurray for Bollywood." *The New York Times*. 28 February.
- Modood, Tariq, and Pnina Werbner, eds. 1997. *The Politics of Multiculturalism in the New Europe: Racism, Identity and Community*. London: Zed Books.
- Mody, Anjali. 2003. "It Is About Equality, Not Uniformity." *The Hindu*. 10 August.
- Moeketsi, R. 1999. *Discourse in a Multilingual and Multicultural Courtroom: A Court Interpreter's Guide*. Pretoria: J. L. Van Schaik.
- Mokyr, Joel. 1983. *Why Ireland Starved: A Quantitative and Analytical History of the Irish Economy, 1800–1850*. London: Allen and Unwin.
- Moody, R. 2000. "The Decade of Destruction: How the Mining Companies Betrayed their Promised Greening." [http://www.minesandcommunities.org/Company/decade.htm]. March 2004.
- Moreau, Ron, Sami Yousafzai, and Zahid Hussain, with Michael Hirsh. 2003. "Holy War 101." *Newsweek*. 1 December.
- Moya, Paula M. 2002. *Learning From Experience: Minority Identities, Multicultural Struggles*. Berkeley: University of California Press.
- Mudde, Cas. 2000. *The Ideology of the Extreme Right*. Manchester: Manchester University Press.
- Myerson, Roger B. 1991. "Proportional Representation, Approval Voting and Coalitionally Straightforward Elections." Discussion Paper 928. Center for Mathematical Studies in Economics and Management Science. Northwestern University, Chicago. [http://www.kellogg.nwu.edu/research/math/dps/928.pdf]. February 2004.
- Nagel, Jack H. 2004. "Stormy Passage to a Safe Harbour? Proportional Representation in New Zealand." In Henry Miller, ed. *Making Every Vote Count: Reassessing Canada's Electoral System*. Peterborough, Ontario: Broadview Press.
- NARAL Pro Choice. 2004. "Clinic Violence and Intimidation." [http://www.naral.org/facts/terrorism.cfm]. February 2004.
- National Commission on Indigenous Peoples. 2004a. "Latest News." Manila. [http://www.ncip.gov.ph/news/newsdisplay.php?articleid=66]. February 2004.

- . 2004b. “Republic Act 8371.” Manila. [http://www.ncip.gov.ph/indexmain.php]. February 2004.
- Ndoye, Mamadou. 2003. “Bilingualism, Language Policies and Educational Strategies in Africa.” International Institute for Education Planning. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, Paris.
- Neville, Alexander. 2001. “Language, Education and Race Relations.” Paper presented at the United Nations Research Institute on Sustainable Development Conference on Racism and Public Policy, 3 September, Durban. [http://www.unrisd.org/unrisd/website/projects.nsf/(httpProjectsForResearchHome-en)/CE2B1BCD4B5F5D3A80256B4900530E39?OpenDocument]]. February 2004.
- The New York Times*. 2003. “Just As Mexican Movies Become Chic Again, the Government Pulls Its Support.” 11 December.
- Nicaragua Network. 2004. “CAFTA: A Shotgun Wedding?” [http://www.nicanet.org/alerts/cafta_negociations_2.htm]. February 2004.
- Niessen Jan. 2000. “Diversity and Cohesion: New Challenges for the Integration of Immigrants and Minorities.” Council of Europe, Strasbourg.
- Norchi, Charles H. 2000. “Indigenous Knowledge as Intellectual Property.” *Policy Sciences* 33(3/4): 387–98.
- Nussbaum, Martha. 1995. *Women and Human Development: The Capabilities Approach*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Nussbaum, Martha, and Jonathan Glover, eds. 1995. *Women, Culture and Development*. Oxford: Clarendon Press.
- Ocampo, José Antonio. 2001. “Rethinking the Development Agenda.” Paper presented at the American Economic Associations Annual Meeting, 5 January, New Orleans. [http://www.undp.org/rblac/documents/poverty/rethinking_dev_agenda.pdf]. February 2004.
- OECD (Organisation for Economic Co-operation and Development). 2003. Trends in International Migration, Annual Report 2003 Edition. Paris: SOPEMI. [http://www.oecd.org/document/17/0,2340,en_2649_33931_28703185_1_1_1_1,00.html]. February 2004.
- Office of Personnel Management. 2003. “2003 Federal Holidays.” Washington, DC. [http://www.opm.gov/fedhol/2003.asp]. February 2004.
- Okin, Susan Moller, ed. 1999. *Is Multiculturalism Bad for Women*. Princeton: Princeton University Press.
- O’Leary, Brendan. Forthcoming. “Multi-National Federalism, Power-Sharing, Federacy and the Kurds of Iraq.” In Brendan O’Leary, John McGarry, and Khaled Salih, eds. *The Future of Iraq and Kurdistan*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- Olwig, Karen Fog, and Kirsten Hastrup, eds. 1997. *Siting Culture. The Shifting Anthropological Object*. New York: Routledge.
- Opondo, Abiero. 2004. “Ethnicity: A Cause of Political Instability in Africa?” [http://129.194.252.80/catfiles/2731.pdf]. February 2004.
- Ostergard Jr., Robert L., Matthew Tubin, and Jordan Altman. 2001. “Stealing from the Past: Globalisation, Strategic Formation and the Use of Indigenous Intellectual Property in the Biotechnology Industry.” *Third World Quarterly* 22(4): 643–56.
- Ostrom, Elinor. 1990. *Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action*. Cambridge: Cambridge University Press.
- . 1998. *The Comparative Study of Public Economies*. Memphis: P.K. Seidman Foundation.
- Papademetriou, Demetrios. 2003. “Policy Considerations for Immigrant Integration.” Migration Policy Institute, Washington, DC. February 2004.
- Parekh, Bhikhu. 2000. *Rethinking Multiculturalism: Cultural Diversity and Political Theory*. Basingstoke: Palgrave.
- Patrinós, H., and E. Velez. 1996. “Costs and Benefits of Bilingual Education in Guatemala: A Partial Analysis.” Human Capital Development Working Paper 74. World Bank, Washington, DC.
- Pattanaik, Prasanta. 1998. “Cultural Indicators of Well-Being: Some Conceptual Issues.” In *World Culture Report: Culture, Creativity and Markets*. Paris: UNESCO Publishing.
- Patterson, Thomas C., and Ida Susser, eds. 2001. *Cultural Diversity in the United States: A Critical Reader*. Oxford: Blackwell.
- Pehdazur, Ami. 2001. “Struggling with the Challenges of Right-Wing Extremism and Terrorism within Democratic Boundaries: A Comparative Analysis.” *Studies in Conflict and Terrorism* 24(5): 339–59.
- The Pew Research Center. 2003. “Globalization With Few Discontents.” Washington, DC. [http://www.globalpolicy.org/globaliz/cultural/2003/0603globalopinon.htm]. February 2004.
- Phillips, Anne. 2001. “Multiculturalism, Universalism and the Claims of Democracy.” Programme Paper Number 7. Democracy, Governance and Human Rights. United Nations Research Institute for Social Development, Geneva. [http://www.unrisd.org/unrisd/website/projects.nsf/(httpProjectsForResearchHome-en)/CE2B1BCD4B5F5D3A80256B4900530E39?OpenDocument]]. February 2004.
- Platteau, Jean-philippe. 2000. *Institutions, Social Norms and Economic Development*. Amsterdam: Harwood Academic Publishers.
- The Polity IV Project. 2003. *Political Regime Characteristics and Transitions, 1800–2002*. Center for International Development and Conflict Management, University of Maryland, Baltimore. [http://www.cidcm.umd.edu/inscr/polity]. February 2004.
- Ponzio, Richard. 2004. “Solomon Island’s Ethnic Difference Not the Cause of Conflict.” United Nations Development Programme, Solomon Islands, Honiara.
- Prah, Kwesi Kwaa. 2000. *African Languages for the Mass Education of Africans*. Cape Town: CASAS.
- Prashad, Vijay. 2001. “Cataracts of Silence: Race on the Edge of Indian Thought.” Paper presented at the United Nations Research Institute for Social Development Conference on Racism and Public Policy, 3 September, Durban. [http://www.unrisd.org/unrisd/website/projects.nsf/(httpProjectsForResearchHome-en)/CE2B1BCD4B5F5D3A80256B4900530E39?OpenDocument]]. February 2004.
- Preis, Ann-Belinda. 2004. “Culture—Paradigm Shift in Anthropology.” United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, Paris.
- Premdas, Ralph. 2003. “Ethnic Conflict, Inequality and Public Sector Governance in A Multi-Ethnic State: The Case of Trinidad and Tobago.” Ethnic Conflict, Inequality and Public Sector Governance Country Studies. United Nations Research Institute for Social Development, Geneva.
- Psacharopoulos, G., and H. Patrinos. 1994. “Indigenous People and Poverty in Latin America.” In G. Psacharopoulos and H. Patrinos, eds. *Indigenous People and Poverty in Latin America*. Washington, DC: World Bank.
- Public Citizen. 2004. “Global Trade Watch: Promoting Democracy by Challenging Corporate Globalization.” [http://www.citizen.org/trade]. March 2004.
- Putnam, Robert, R. Leonardi, and R. Y. Nanetti. 1993. *Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy*. Princeton: Princeton University Press.
- Putnam, Robert. 1993. “The Prosperous Community: Social Capital and Public Life.” *American Prospect* 13: 35–42.
- RAND Corporation. 2004. *Correspondence on Terrorist Groups 1996–2003*. March. Arlington.
- Ranger, T. 1983. “The Invention of Tradition in Colonial Africa.” In E. Hobsbawm and T. Ranger, eds. *The Invention of Tradition*. Cambridge: Canto.
- Reilly, Benjamin. 2002. “Internal Conflict and Regional Security in Asia and the Pacific.” *Pacific Review* 14 (1): 10–11.

- Reiss, Timothy. 2002. *Against Autonomy: Global Dialectics of Cultural Exchange*. Stanford: Stanford University Press.
- Renshon, Stanley A., ed. 2001. *One America? Political Leadership, National Identity and the Dilemmas of Diversity*. Washington, DC: Georgetown University Press.
- Requejo, Ferran. 2001. "Federalism and the Quality of Democracy in Plurinational Contexts: Present Shortcomings and Possible Improvements." Paper presented at the European Consortium for Political Science Research Conference, 6 April, Grenoble, France. [<http://www.essex.ac.uk/ecpr/events/jointsessions/paperarchive/grenoble/ws4/requejo.pdf>]. February 2004.
- Richey, W. 2003. "Affirmative Action's Evaluation: How the Debate has Changed Since the 1970s." *The Christian Science Monitor*. 28 March.
- Riding, Alan. 2003. "Filmmakers Seek Protection from U.S. Dominance." *The New York Times*. 5 February.
- Roberts, Adam. 2002. "Counter-Terrorism. Armed Force and the Laws of War." *Survival* 44(1): 7–32.
- Rodgers, Gerry, Charles Gore, and Jose B. Figueirido, eds. 1995. *Social Exclusion: Rhetoric, Reality, Responses*. Geneva: International Institute for Labour Studies.
- Rodwin, Victor G. 2002. "World Cities Project." New York University, International Longevity Center, New York [http://www.nyu.edu/projects/rodwin/world_cp.htm]. March 2004.
- Rosaldo, Renato. 1989. *Culture and Truth: The Remaking of Social Analysis*. Boston: Beacon Press.
- Rotar', Igor'. 2002. "Under the Green Banner: Islamic Radicals in Russia and the Former Soviet Union." *Religion, State & Society* 30(2): 89–153.
- Rotimi, Suberu. 2001. *Federalism and Ethnic Conflict in Nigeria*. Washington, DC: United States Institute of Peace Press.
- Rudolph, Susanne H. 2001. "Living With Difference in India: Legal Pluralism and Legal Universalism in Historical Context." In Gerald James Larson, ed. *Religion and Personal Law in Secular India: A Call to Judgment*. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press.
- Runciman, W. G. 1966. *Relative Deprivation and Social Justice*. London: Routledge.
- Russell, Cheryl. 2002. *Racial and Ethnic Diversity: Asians, Blacks, Hispanics, Native Americans and Whites*. Ithaca: New Strategist Publications.
- Rutter, Terri L. 1998. "Study Finds 'Life Gap' in the United States." *Harvard Public Health Review* Fall 1998. [http://www.hsph.harvard.edu/review/life_gap.shtml]. February 2004.
- Salomon, Margot E., and Arjun Sengupta. 2003. "The Right to Development: Obligations of States and the Rights of Minorities and Indigenous Peoples." Minority Rights Group International, London. [<http://www.minorityrights.org/>]. February 2004.
- Sandel, Michael. 1998. *Liberalism and the Limits of Justice*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Sands, David R. 2003. "Effort to Rein in Madrassas Begun; Educator Predicts 10 Years of Work." *The Washington Times*. 7 November.
- Sarat, Austin, and Jonathan Simon, eds. 2003. *Cultural Analysis, Cultural Studies and the Law: Moving Beyond Legal Realism*. Durham: Duke University Press.
- SATP (South Asia Terrorism Portal). 2004. "Sectarian Violence in Pakistan." [<http://www.satp.org/satporgtp/countries/pakistan/database/sect-killing.htm>]. March 2004.
- Schacher, Ayelet. 2001. *Multicultural Jurisdictions: Cultural Differences and Women's Rights*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Schoorl, J. J., and Friesen, W. 2000. "Restoration of Law and Order by Regional Intervention Force Allows for the Return of the Displaced." [<http://www.db.idpproject.org/Sites/idpSurvey.nsf/wViewSingleEnv/Solomon+IslandsProfile+Summary>]. February 2004.
- Schultz, Paul T., and Germano Mwabo. 1998. "Labor Unions and the Distribution of Wages and Employment in South Africa." *Industrial and Labor Relations Review* 51(4).
- Schulze, Karl. 1999. *The Constitution, Multiculturalism and Our Changing Form of Government: A Guide for the Future*. London: Minerva.
- Schwenken, Helen. 2003. "RESPECT for All: The Political Self-Organization of Female Migrant Domestic Workers in the European Union." *Refuge* 21(3): 45–52. [http://www.uni-kassel.de/fb5/globalisation/docs/diss/schwenken_refuge_2003.pdf]. February 2004.
- Scott, Rachel. 2003. "An 'Official' Islamic Response to the Egyptian Al-Jihad Movement." *Journal of Political Ideologies* 8(1): 39–61.
- Sen, Amartya. 1984. *Resources, Values and Development*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- . 1999. *Reason Before Identity*. Oxford: Oxford University Press.
- . 2001. "Other People." *The New Republic*. 18 December.
- . 2002. "Civilizational Imprisonments: How to Misunderstand Everybody in the World." *The New Republic*. 10 June.
- . 2003. "Democracy and its Global Roots." *The New Republic*. 6 October.
- . 2004a. "Cultural Freedom and Human Development."
- . 2004b. "How Does Culture Matter?" In Vijayendra Rao and Michael Walton, eds. *Culture and Public Action: A Cross-Disciplinary Dialogue on Development Policy*. Stanford, Calif.: Stanford University Press.
- . 2004c. "Elements of a Theory of Human Rights." *Philosophy and Public Affairs* 32(Fall).
- . Forthcoming. *Identity and Innocence*. New York: Norton.
- Sepúlveda, Magdalena M. 2003. *The Nature of Obligations Under the International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights*. Antwerpen and Oxford: Intersentia.
- Shain, Yossi, and Aharon Barth. 2003. "Diasporas and International Relations Theory." *International Organization* 57(3): 449–79.
- Shain, Yossi. 1994–95. "Ethnic Diasporas and U.S. Foreign Policy." *Political Science Quarterly* 109(5): 811–41.
- Sheffer, Gabriel. 1986. "A New Field of Study: Modern Diasporas in International Politics." In Gabriel Sheffer, ed. *Modern Diaspora in International Politics*. New York: St. Martin's Press.
- . 1993. "Ethnic Diasporas: A Threat to their Hosts?" In Myron Weiner, ed. *International Migration and Security*. Boulder: Westview Press.
- SIL International. 2004a. *Ethnologue: Languages of the World*. Houston.
- . 2004b. "HDR2004 Comments and Contributions from SIL International." Washington, DC and Houston. [<http://www.sil.org/silcd/index.htm>]. February 2004.
- Silver, Hilary. 1995. "Reconceptualizing Social Disadvantage: Three Paradigms of Social Exclusion." In Gerry Rodgers, Charles Gore, and Jose B. Figueirido, eds. *Social Exclusion; Rhetoric, Reality, Responses*. Geneva: International Institute for Labour Studies.
- Sivan, Emmanuel. 2003. "The Clash Within Islam." *Survival* 45(1): 25–44.
- Smith, Adam. 1776 [1776]. *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*, eds. Campbell, R. H. and A. S. Skinner. Oxford: Clarendon Press.
- Smith, Anthony. 1986. *The Ethnic Origin of Nations*. Oxford: Blackwell.
- . 1991. "The Nation: Invented, Imagined, Reconstructed." *Millennium Journal of International Studies* 20: 353–68.
- Snodgrass, Donald R. 1995. "Successful Economic Development in a Multi-ethnic Society: The Malaysian Case." The Harvard Institute for International Development, Cambridge, Mass. [<http://www.hiidd.harvard.edu/pub/pdfs/503.pdf>]. February 2004.

- Snyder, Jack. 2000. *From Voting to Violence: Democratization and Nationalist Conflict*. New York: W.W. Norton.
- South Africa, Ministry of Labour. 2004. "South Africa Employment Equity Act." No. 55, Section 20(5). Pretoria. [http://www.labour.gov.za/docs/legislation/eea/]. February 2004.
- South Asia Monitor*. 2003. "Musharraf Bans Resurfacing Militant Groups, Orders Crackdown." [http://www.southasiamonitor.org/pak/2003/nov/16head4.htm]. April 2004.
- SSS (Swedish Security Service). 2002. "Offences Related to National Internal Security." Stockholm. [http://www.sakerhetspolisen.se/Publikationer/brott_2002.pdf]. January 2004.
- Stalker, Peter. 2002. "Migration Trends and Migration Policy in Europe." *International Migration* 40(5): 151–79.
- Stamatopoulou, Elsa. 2002. "Cultural Politics or Cultural Rights: UN Human Rights Responses." Office of the High Commissioner on Human Rights, New York.
- Statistics Canada. 2004. Proportion of Foreign-Born Population, Census Metropolitan Areas. Ottawa. [http://www.statcan.ca/english/Pgdb/demo46b.htm]. February 2004.
- Statistics Sweden. 2004. Population Statistics. Stockholm. [http://www.scb.se/templates/Product___25799.asp]. February 2004.
- Stepan, Alfred. 2001. *Arguing Comparative Politics*. Oxford: Oxford University Press.
- Stepan, Alfred, and Graeme Robertson. 2003. "An 'Arab' More than a 'Muslim' Electoral Gap." *Journal of Democracy* 14(3): 30–44.
- Stepanov, Valery. 2004. "Russian Experience in the North Indigenous Statistics." PFI/2004/WS.1/5. Department of Social and Economic Affairs, United Nations, New York.
- Stern, Jessica. 2000. "Pakistan's Jihad Culture." *Foreign Affairs* 79(6): 115–26.
- . 2003. "The Protean Enemy." *Foreign Affairs* 82(4): 27–40.
- Stewart, Frances. 2002. "Horizontal Inequalities: A Neglected Dimension of Development." Queen Elizabeth House Working Paper S81, Oxford. [http://www2.qeh.ox.ac.uk/research/wpaction.html?jor_id=239]. February 2004.
- . 2003. "Conflict and the Millennium Development Goals." Background Paper for *Human Development Report 2003*. United Nations Development Programme, New York.
- Stiefel, Leanna, Amy Ellen Schwartz, and Dylan Conger. 2003. "Language Proficiency and Home Languages of Students in New York City Elementary and Middle Schools." New York University, Taub Urban Research Center, New York. [http://urban.nyu.edu/education/nylanguage.pdf]. February 2004.
- Subirats, Joan. 2003. "Nations Without States in Europe." Paper presented at the King Juan Carlos I of Spain Center at New York University, 8 April, New York. [http://www.nyu.edu/pages/kjc/lectures/nations_without_states3.doc]. February 2004.
- Susning, nu. 2004. "Ny demokrati." [http://susning.nu/Ny_demokrati]. March 2004.
- Swedish Election Authority. 2002. "Resultat Övriga Riksdagsval—en Komplettering." [http://www.val.se/utills/pdf/tillaggoovriga.pdf]. March 2004.
- Symonds, Peter. 2003. "The Political Origins and Outlook of Jemaah Islamiyah, Part I." [http://www.wsws.org/articles/2003/nov2003/jis1-n12.shtml]. March 2004.
- Tauli-Corpus, Victoria. 2004. "Land Rights in the Philippines." Indigenous Peoples' International Centre for Policy Research and Education (Tebtebba), Baguio City, Philippines.
- Taylor, Charles. 1992. "The Politics of Recognition." In *Multiculturalism and the "Politics of Recognition"*. Princeton: Princeton University Press.
- Tebtebba and Forest Peoples Programme. 2003. *Extracting Promises: Indigenous Peoples, Extractive Industries & the World Bank*. Baguio City, Philippines.
- Tebtebba and International Forum on Globalization. 2003. "Globalization: Effects on Indigenous Peoples." [http://www.tebtebba.org/]. March 2004.
- Temu, A. 2000. "The Development of National Language: A Survey of Kiswahili in Tanzania." In Kwesi Kwaa Prah, ed. *Between Distinction and Extinction: The Harmonization and Standardization of African Languages*. Cape Town: CASAS.
- Testas, Abdelaziz. 2002. "The Roots of Algeria's Religious and Ethnic Violence." *Studies in Conflict and Terrorism* 25(3): 161–83.
- Tetley, William Q. C. 1999. "Mixed Jurisdictions: Common Law Versus Civil Law (Codified and Uncodified)." International Institute for the Unification of Private Law, Rome. [http://www.unidroit.org/english/publications/review/articles/1999-3.htm]. February 2004.
- Third World Network. 2003. "More than 200 Organizations from 35 Nations Challenge US Patent on Neem." [http://www.twinside.org.sg/title/neem-ch.htm]. February 2004.
- Thompson, Charles D. 2001. *Maya Identities and the Violence of Place: Borders Bleed*. Aldershot: Ashgate.
- Throsby, David. 1999. "Cultural Capital." *Journal of Cultural Economics* 23: 3–12.
- Townsend, Peter. 1979. *Poverty in the United Kingdom*. London: Penguin Books.
- Tran, Luan-Vu N. 2000. *Human Rights and Federalism: A Comparative Study on Freedom, Democracy and Cultural Diversity*. The Hague and London: Martinus Nijhoff.
- Tremlett, Giles. 2002. "Death and Dissent as Algeria Goes to the Polls." *The Guardian*. 31 May.
- Turton, D. 1997. "War and Ethnicity: Global Connections and Local Violence in North East Africa and Former Yugoslavia." *Oxford Development Studies* 25: 77–94.
- UN (United Nations). 1994. "General Comment No. 23 (50) (Article 27)." United Nations Document CCPR/C/21/Rev.1/Add.5. Adopted at the 50th Session of the Human Rights Committee, 6 April, New York.
- . 2000a. "Millennium Declaration." A/RES/55/2, 18 September. New York. [http://www.un.org/millennium/declaration/ares552e.pdf]. March 2003.
- . 2000b. "Replacement Migration: Is It a Solution to Declining and Ageing Populations?" Department of Economic and Social Affairs, Population Division. New York. [http://www.un.org/esa/population/publications/migration/migration.htm]. March 2004.
- . 2002a. "International Migration Report 2002." Department of Economic and Social Affairs, Population Division. New York. [http://www.un.org/esa/population/publications/itmig2002/2002ITMIGTEXT2-11.pdf]. February 2004.
- . 2002b. "International Migration Report Website." [http://www.un.org/esa/population/publications/itmig2002/itmigrep2002.htm]. March 2004.
- . 2003a. "Trends in Total Migrant Stock by Sex, 1960–2000." 2003 Revision to the International Migration Report 2002. Department of Economic and Social Affairs, Population Division. New York.
- . 2003b. *World Population Prospects 1950–2050: The 2002 Revision*. Department of Economic and Social Affairs, Population Division, New York.
- . 2004. "Data Collection Pertaining to Indigenous Peoples: Issues and Challenges." PFI/2004/WA.1/13. Department of Economic and Social Affairs. New York.
- UNCTAD (United Nations Conference on Trade and Development). 1999. *World Investment Report*. Geneva.
- UNDP (United Nations Development Programme). 1999. *Human Development Report 1999: Globalization with a Human Face*. New York: Oxford University Press.
- . 2000a. *Human Development Report 2000: Human Rights and Human Development*. New York: Oxford University Press.
- . 2000b. "Namibia Human Development Report 2000/2001: Gender and Violence in Namibia." Windhoek.
- . 2000c. "South Africa Human Development Report 2000: Transformation for Human Development." Pretoria. [http://www.undp.org.za/sahdr2000/sahdr20002.html]. February 2004.

- . 2002a. *Human Development Report 2002: Deepening Democracy in a Fragmented World*. New York: Oxford University Press.
- . 2002b. "Situación Del Desarrollo Human En Las Comarcas Indígenas." Panama City.
- . 2003a. *Arab Human Development Report 2003: Building a Knowledge Society*. Amman.
- . 2003b. *Human Development Report 2003: Millennium Development Goals: A Compact Among Nations to End Human Poverty*. New York: Oxford University Press.
- . 2003c. "Indonesia." Crisis Prevention and Recovery Unit. Jakarta.
- . 2003d. "Report of the United Nations Development Programme to the 59th Session of the United Nations Commission on Human Rights." E/CN.4/2003/128. New York. [http://www.unhcr.ch/huridocda/huridocda.nsf]. February 2004.
- . 2003e. "Roma Human Development Report: The Roma in Central and Eastern Europe: Avoiding the Dependency Trap." Bratislava. [http://www.roma.undp.sk]. February 2004.
- . 2004a. "About Indigenous Peoples: A Definition." New York. [http://www.undp.org/cso/cso/NewFiles/paboutdef.html]. February 2004.
- . 2004b. "UNDP and Indigenous Peoples: A Policy of Engagement." Civil Society Organization, Bureau for Resources and Strategic Partnerships. New York. [http://www.undp.org/cso/policies.html]. February 2004.
- UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization). 1998. *World Culture Report: Culture, Creativity and Markets*. Paris: UNESCO Publishing.
- . 2000a. "A Survey on National Cinematography." Culture Sector, Division of Creativity, Cultural Industries and Copyright. Paris.
- . 2000b. "Study of International Flows of Cultural Goods between 1980 and 1998." Paris.
- . 2000c. *World Culture Report: Cultural Diversity, Conflict and Pluralism*. Paris: UNESCO Publishing.
- . 2001. "Synthesis of Reports by Member States in the Context of the Permanent System of Reporting on Education for Peace, Human Rights, Democracy, International Understanding and Tolerance, General Conference 31st Session." 31 C/INF.5. Paris.
- . 2002. "Universal Declaration on Cultural Diversity." Cultural Diversity Series No. 1. Paris.
- . 2003a. "Desirability of Drawing Up an International Standard-Setting Instrument on Cultural Diversity, General Conference 32nd Session." 32 C/52. Paris.
- . 2003b. "Language Vitality and Endangerment." Paper presented at the "International Expert Meeting on the UNESCO Programme: Safeguarding Languages," 10 March, Paris. [http://portal.unesco.org/culture/en/ev.php@URL_ID=9105&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html]. February 2004.
- . 2003c. "Preliminary Draft International Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage, General Conference 32nd Session." 32 C/26. Paris.
- . 2004a. "Culture, Trade and Globalization." Paris. [http://www.unesco.org/culture/industries/trade/index.shtml]. March 2004.
- . 2004b. "What Was the Draft Multilateral Agreement on Investments (MAI)?" [http://www.unesco.org/culture/industries/trade/html_eng/question20.shtml#20]. March 2004.
- UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization)–UIS (Institute of Statistics). 2001. "Fast Facts: Did You Know? International Trade in Cultural Goods." Paris. [http://www.uis.unesco.org]. February 2004.
- UN HABITAT (United Nations Human Settlements Programme). Forthcoming. *State of the World's Cities Report 2004*. Draft chapter on transnational migration. Nairobi.
- UNICEF (United Nations Children's Fund). 2001. *State of the World's Children 2001*. New York.
- . 2004. "Ensuring the Rights of Indigenous Children." *Innocenti Digest* 11. Innocenti Research Center, Rome. [http://www.unicef.org/irc]. February 2004.
- United Nations Association of Great Britain and Northern Ireland. 2004. "Help For Brazil's Indians." London and New York. [http://www.una-uk.org/Environment/brazil2.html]. February 2004.
- U.S. Census Bureau. 2004a. "Adding Diversity From Abroad: The Foreign-Born Population 2000." Washington, DC. [http://www.census.gov/population/pop-profile/2000/chap17.pdf]. February 2004.
- . 2004b. "United States Census 2000." [http://www.census.gov/]. March 2004.
- U.S. Department of Justice. 2001. "Hate Crime: The Violence of Intolerance." [http://www.usdoj.gov/crs/ pubs/hatecrim.htm]. April 2004.
- U.S. Department of Labor. 2004. "Latest Numbers." Bureau of Labor Statistics. [http://www.bls.gov/]. March 2004.
- Valdés, Julio Carranza. 2002. "Cultural Development Indicators: Towards a New Dimension of Human Well-Being." Paper presented at the International Symposium for Cultural Statistics, 21 October, Montréal. [http://www.colloque2002.symposium.gouv.qc.ca/PDF/Carranza_paper_Symposium.pdf]. February 2004.
- Van Beetz, Freek. 2000. "The Legal Instruments Required in the Strategy for a Successful Integration Policy in the Netherlands." Paper presented at the Strategies for Implementing Integration Policies Conference, 4 May, Prague.
- Van der Westhuizen, Janis. 2002. *Adapting to Globalization: Malaysia, South Africa, and the Challenges of Ethnic Redistribution with Growth*. Westport: Praeger.
- Van Holsteyn, Joop J. M. 2003. "Beating a Dead Horse? The Dutch State and the Defense of Democracy Against Right-Wing Extremism." Paper presented at the European Consortium for Political Research Conference, 28 March, Edinburgh. [http://www.essex.ac.uk/ecpr/events/jointsessions/paperarchive/edinburgh.asp?section=4]. February 2004.
- Vogel, H. L. 2001. *Entertainment Industry Economics: A Guide for Financial Analysis*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Vuchelen, Jef. 2003. "Electoral Systems and the Effects of Political Events on the Stock Market: The Belgian Case." *Economics and Politics* 15(1): 85–102.
- Wahlbeck, Osten. 2002. "The Concept of Diaspora as an Analytical Tool in the Study of Refugee Communities." *Journal of Ethnic and Migration Studies* 28(2): 221–38.
- Walden, Bello. 2000. "2000: A Year of Global Protest Against Globalization." New York. [http://www.globalpolicy.org]. February 2004.
- Wanandi, Jusuf. 2002. "Islam in Indonesia: Its History, Development and Future Challenges." *Asia-Pacific Review* 9(2): 104–12.
- Wanner, Philippe. 2002. "Migration Trends in Europe." European Population Papers Series No. 7. European Population Committee. Council of Europe, Strasbourg. [http://www.coe.int/t/e/social_cohesion/population/No_7_Migration_trends_in_Europe.pdf]. February 2004.
- Watts, Ronald L. 1998. "Federal Systems and Accommodation of Distinct Groups: A Comparative Survey of International Arrangements for Aboriginal Peoples." Institute of Intergovernmental Relations. Queen's University, Kingston, Ontario. [http://www.iigr.ca/pdf/publications/146_Federal_Systems_and_Acco.pdf]. February 2004.
- . 1999. *Comparing Federal Systems*. Montreal and Kingston: McGill-Queen's University Press.
- . 2002. "The Relevance Today of the Federal Idea." Paper presented at the International Conference on Federalism, 27 August, St. Gallen. [http://www.forumfed.org/federalism/Watts.asp?lang=en]. February 2004.

- Weatherall, Kimberlee. 2001. "Culture, Autonomy and Djulibinyamurr: Individual and Community in the Construction of Rights to Traditional Designs." *Modern Law Review* 64(2): 215–42.
- Weber, Max. 1976 [1930]. *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*, republished with a new introduction by Anthony Giddens. London: Allen and Unwin.
- Wedgwood, Ruth. 2002. "Al Qaeda, Terrorism, and Military Commissions." *The American Journal of International Law* 96(2): 328–37.
- WHO (World Health Organization). 2001. "International Decade of the World's Indigenous People." Report by the Secretariat. Geneva. [http://www.who.int/gb/EB_WHA/PDF/WHA54/ea5433.pdf]. February 2004.
- Widfeldt, Anders. 2001. "Responses to the Extreme Right in Sweden: The Diversified Approach." Working Paper 10. Keele European Parties Research Unit, Keele. [<http://www.keele.ac.uk/depts/spire/Working%20Papers/KEPRU/KEPRU%20Working%20papers.htm>]. February 2004.
- . 2004. Correspondence on the vote shares of European extreme right parties between 1990 and 2003. February. Aberdeen.
- Wikipedia. 2004. "Religious Persecution." Tampa. [http://en.wikipedia.org/wiki/Religious_persecution]. February 2004.
- Willett, Cynthia, ed. 1998. *Theorizing Multiculturalism: A Guide to the Current Debate*. Cambridge, Mass. and Oxford: Blackwell.
- WIPO (World Intellectual Property Organization). 2003a. "Composite Study on the Protection of Traditional Knowledge." WIPO/GRTKF/IC/5/8. Intergovernmental Committee on Intellectual Property and Genetic Resources, Traditional Knowledge and Folklore. Geneva.
- . 2003b. "Consolidated Analysis of the Legal Protection of Traditional Cultural Expressions." WIPO/GRTKF/IC/5/3. Intergovernmental Committee on Intellectual Property and Genetic Resources, Traditional Knowledge and Folklore. Geneva.
- . 2003c. "Information on National Experiences with the Intellectual Property Protection of Traditional Knowledge." WIPO/GRTKF/IC/5/INF/2. Intergovernmental Committee on Intellectual Property and Genetic Resources, Traditional Knowledge and Folklore. Geneva.
- . 2003d. "Intergovernmental Committee on Intellectual Property and Genetic Resources, Traditional Knowledge and Folklore Fifth Session Report." WIPO/GRTKF/IC/5/15. Intergovernmental Committee on Intellectual Property and Genetic Resources, Traditional Knowledge and Folklore. Geneva.
- . 2004. "Revised Version of Traditional Knowledge: Policy and Legal Options." WIPO/GRTKF/IC/6/4 Rev. Intergovernmental Committee on Intellectual Property and Genetic Resources, Traditional Knowledge and Folklore. Geneva.
- World Bank. 2002. *World Development Report 2003: Sustainable Development in a Dynamic World*. New York: Oxford University Press.
- . 2003. *World Development Indicators 2003*. Washington, DC.
- . 2004. "Striking a Better Balance: Extractive Industries Review Final Report." Washington, DC.
- World Commission on Culture and Development. 1995. "Our Creative Diversity: Report of the World Commission on Culture and Development." Paris.
- World Values Survey. 2004. "World Values Survey." [<http://www.worldvaluessurvey.org>]. February 2004.
- Wright, Sue. 2001. "Language and Power: Background to the Debate on Linguistic Rights." *International Journal on Multicultural Societies* 3(1). [<http://www.unesco.org/most/l3n1wri.htm>]. February 2004.
- Young, Crawford, ed. 1999. *The Accommodation of Cultural Diversity: Case Studies*. Basingstoke: MacMillan Press.
- Young, Iris Marion. 2000. *Inclusion and Democracy*. Oxford: Oxford University Press.
- Zelkina, Anna. 1999. "Islam and Security in the New States of Central Asia: How Genuine is the Islamic Threat?" *Religion, State & Society* 27(3/4): 355–72.
- Zhao, Susheng. 1998. "A State-Led Nationalism: The Patriotic Education Campaign in Post-Tiananmen China." *Communist and Post-Communist Studies* 31(3): 287–302.
- Zolberg, Aristide. 2001. "Introduction." In Aristide Zolberg and Peter Benda, eds. *Global Migrants, Global Refugees*. New York: Berghahn Books.
- Zorzi, Christine. 2002. "The 'Irrecognition' of Aboriginal Customary Law." Lawyers Information Network, Melbourne. [http://www.link.asn.au/downloads/papers/indeginous/p_in_09.pdf]. February 2004.



INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

Destaque estatístico 1: O estado do desenvolvimento humano 127

Destaque estatístico 2: Nota para o quadro 1: Sobre o índice de desenvolvimento humano deste ano 137

QUADROS DE INDICADORES

I. MONITORIZAR O DESENVOLVIMENTO HUMANO: AUMENTAR AS ESCOLHAS DAS PESSOAS . . .

- 1 Índice de desenvolvimento humano 139
- 2 Tendências do índice de desenvolvimento humano 143
- 3 Pobreza e privação humanas: países em desenvolvimento 147
- 4 Pobreza e privação humanas: OCDE, Europa Central & do Leste & CEI 150

II. . . . PARA VIVEREM UMA VIDA LONGA E SAUDÁVEL . . .

- 5 Tendências demográficas 152
- 6 Compromisso com a saúde: recursos, acesso e serviços 156
- 7 Água, saneamento e estado da nutrição 160
- 8 Principais crises de saúde e riscos mundiais 164
- 9 Sobrevivência: progressos e retrocessos 168

III. . . . ADQUIRIREM CONHECIMENTO . . .

- 10 Compromisso com a educação: despesa pública 172
- 11 Alfabetização e escolarização 176
- 12 Tecnologia: difusão e criação 180

IV. . . . TEREM ACESSO AOS RECURSOS NECESSÁRIOS PARA UM NÍVEL DE VIDA DIGNO . . .

- 13 Desempenho económico 184
- 14 Desigualdade no rendimento ou consumo 188
- 15 Estrutura do comércio 192
- 16 Responsabilidades dos países ricos: ajuda 196
- 17 Responsabilidades dos países ricos: alívio da dívida e comércio 197
- 18 Fluxos de ajuda, capital privado e dívida 198
- 19 Prioridades na despesa pública 202
- 20 Desemprego nos países da OCDE 206

V. . . . ENQUANTO O PRESERVAM PARA AS GERAÇÕES FUTURAS . . .

21 Energia e ambiente 207

VI. . . . PROTEGENDO A SEGURANÇA PESSOAL . . .

22 Refugiados e armamentos 211

23 Vítimas da criminalidade 215

VII. . . . E ALCANÇANDO A IGUALDADE PARA TODAS AS MULHERES E HOMENS

24 Índice de desenvolvimento ajustado ao género 217

25 Medida de participação segundo o género 221

26 Desigualdade de género na educação 225

27 Desigualdade de género na actividade económica 229

28 Género, carga de trabalho e afectação do tempo 233

29 Participação política das mulheres 234

VIII. INSTRUMENTOS DOS DIREITOS HUMANOS E DO TRABALHO

30 Estatuto dos principais instrumentos internacionais de direitos humanos 238

31 Estatuto das convenções sobre direitos fundamentais do trabalho 242

32 Índices de desenvolvimento humano: uma perspectiva regional 246

33 Indicadores básicos para outros países membros da ONU 250

Nota sobre as estatísticas no Relatório do Desenvolvimento Humano 251

Nota técnica 1: Cálculo dos índices de desenvolvimento humano 258

Nota técnica 2: Identificação dos países de prioridade máxima
e de prioridade alta nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio 265

Definições de termos estatísticos 268

Referências estatísticas 277

Classificação dos países 279

Índice dos indicadores 283

Destaque estatístico 1 O estado do desenvolvimento humano

As pessoas são a verdadeira riqueza das nações. Na verdade, o objectivo básico do desenvolvimento é alargar as liberdades humanas. O processo de desenvolvimento pode expandir as capacidades humanas, expandindo as escolhas que as pessoas têm para viver vidas plenas e criativas. E as pessoas tanto são beneficiárias desse desenvolvimento, como agentes do progresso e da mudança que o provocam. Este processo deve beneficiar todos os indivíduos equitativamente e basear-se na participação de cada um deles. Esta abordagem do desenvolvimento – do desenvolvimento humano – tem sido defendida por todos os *Relatórios do Desenvolvimento Humano*, desde o primeiro, em 1990.

A gama de capacidades que os indivíduos podem ter e as escolhas que podem ajudar a expandir essas capacidades é potencialmente infinita e varia de pessoa para pessoa. Porém, a política pública trata de fixar prioridades e há dois critérios úteis na identificação das capacidades mais importantes para avaliar o progresso mundial na realização do bem-estar humano, o objectivo deste Relatório. Primeiro, essas capacidades devem ser universalmente valorizadas. Segundo, devem ser básicas para a vida, no sentido de que a sua ausência impediria muitas outras escolhas. Por essas razões, o *Relatório do Desenvolvimento Humano* incide em quatro capacidades importantes: levar uma vida longa e saudável, ter conhecimento, ter acesso aos recursos necessários para um padrão de vida digno e participar na vida da comunidade.

As ideias por detrás deste paradigma de desenvolvimento não são novas – são pelo menos tão anti-

gas como Aristóteles. Aristóteles defendeu que “a riqueza não é, evidentemente, o bem que procuramos; pois ela é apenas útil por causa de outra coisa qualquer”. Emanuel Kant afirmou, igualmente, que os seres humanos deveriam ser vistos como fins em si mesmos e não como um meio para outros fins. E ideias paralelas estão reflectidas nos escritos de Adam Smith, Robert Malthus e John Stuart Mill – para mencionar apenas alguns.

Mas durante muito tempo, os debates acerca da política de desenvolvimento pareceram esquecer esta simples, mas profunda verdade. Apanhados pelo sobe e desce dos rendimentos nacionais, os economistas frequentemente perderam de vista o fim real do desenvolvimento – o bem-estar das pessoas. O crescimento económico é apenas um meio – ainda que importante – para atingir esse fim.

Medir o desenvolvimento humano

É mais fácil medir os rendimentos nacionais do que o desenvolvimento humano. E muitos economistas argumentariam que o rendimento nacional é um bom indicador do bem-estar humano. Se é evidente que existe uma forte relação, uma vez que o crescimento económico é um meio importante para o desenvolvimento humano, no entanto, os resultados humanos não dependem só do crescimento económico e dos níveis de rendimento nacional. Também dependem da maneira como estes recursos são utilizados – se para desenvolver armas ou para produzir alimentos, se para construir palácios ou para fornecer água potável. E resultados humanos como

a participação democrática na tomada de decisão, ou a igualdade de direitos para homens e mulheres, não dependem dos rendimentos. Por estas razões, o Relatório apresenta um conjunto extensivo de indicadores (33 quadros e quase 200 indicadores) sobre importantes resultados humanos conseguidos em países de todo o mundo, como a esperança de vida à nascença, ou as taxas de mortalidade de menores de cinco anos, que reflectem a capacidade de sobreviver, ou as taxas de alfabetização, que reflectem a capacidade de aprender. Também incluem indicadores sobre meios importantes para realizar essas capacidades, como o acesso a água potável, e sobre a equidade na realização, como os hiatos entre homens e mulheres na escolarização, ou na participação política.

Se este rico conjunto de indicadores fornece medidas para avaliar o progresso do desenvolvimento humano nas suas muitas dimensões, os decisores políticos também precisam de uma medida sumária para avaliar o progresso, particularmente um progresso que incida mais claramente no bem-estar humano do que no rendimento. Para esse fim, os *Relatórios do Desenvolvimento Humano* publicam, desde o início, o índice do desenvolvimento humano, mais tarde completado por índices que observam especificamente o género (índice do desenvolvimento ajustado ao género e medida de participação segundo o género) e a pobreza (índice de pobreza humana; quadro 1). Estes índices dão uma perspectiva de algumas dimensões básicas do desenvolvimento humano, mas devem ser completados através

QUADRO 1

IDH, IPH-1, IPH-2, IDG — Mesmas componentes, medidas diferentes

Índice	Longevidade	Conhecimento	Nível de vida digno	Participação ou exclusão
Índice de desenvolvimento humano (IDH)	Esperança de vida à nascença	<ul style="list-style-type: none"> Taxa de alfabetização de adultos Taxa de escolarização bruta combinada dos ensinos primário, secundário e superior 	PIB per capita (dólares PPC)	—
Índice de pobreza humana para países em desenvolvimento (IPH-1)	Probabilidade à nascença de não viver até aos 40 anos	Taxa de analfabetismo de adultos	Privação no aprovisionamento económico, medido por: <ul style="list-style-type: none"> Percentagem de pessoas sem acesso sustentável a uma fonte de água adequada Percentagem de crianças menores de cinco anos com peso deficiente para a idade 	—
Índice de pobreza humana para países OCDE de rendimento elevado (IPH-2)	Probabilidade à nascença de não viver até aos 60 anos	Percentagem de adultos que são funcionalmente analfabetos	Percentagem de pessoas que vivem abaixo da linha de privação de rendimento (50% da mediana do rendimento disponível ajustado das famílias)	Taxa de desemprego de longa duração (12 meses ou mais)
Índice de desenvolvimento ajustado ao género (IDG)	Esperança de vida à nascença feminina e masculina	<ul style="list-style-type: none"> Taxas de alfabetização de adultos, feminina e masculina Taxa de escolarização bruta combinada, feminina e masculina, dos ensinos primário, secundário e superior 	Rendimentos auferidos estimados feminino e masculino	—

da análise dos dados e outros indicadores que lhes estão subjacentes.

Índice do desenvolvimento humano

O índice do desenvolvimento humano (IDH) foca três dimensões mensuráveis do desenvolvimento humano: viver uma vida longa e saudável, ser instruído e ter um padrão de vida digno (ver *Nota técnica 1*). Assim, combina medidas de esperança de vida, escolarização, alfabetização e rendimento para permitir uma visão mais ampla do desenvolvimento de um país do que aquela que o rendimento, isoladamente, nos dá.

Embora o IDH seja um ponto de partida útil, é importante recordar que o conceito de desenvolvimento humano é muito mais amplo e mais complexo do que uma qualquer medida sumária consegue captar, mesmo quando completada com outros índices. O IDH não é uma medida compreensiva. Não inclui aspectos importantes do desenvolvimento humano, nomeadamente a capacidade de participar nas decisões que afectam a vida de uma pessoa e de gozar o respeito dos outros na comunidade. Uma pessoa pode ser rica, saudável e muito instruída, mas sem essa capacidade o desenvolvimento humano é retardado. A omissão desta dimensão do desenvolvimento humano no IDH tem sido realçada desde os primeiros *Relatórios do Desenvolvimento Humano* - e levou à criação de um índice da liberdade humana, em 1991, e de um índice da liberdade política, em 1992. Nenhuma destas medidas sobreviveu ao seu primeiro ano, testemunho da dificuldade de quantificar adequadamente aspectos tão complexos do desenvolvimento humano.

Esta dificuldade não torna os muitos aspectos da participação, como a liberdade política e o respeito igual na comunidade, menos importantes para o desenvolvimento humano do que as dimensões incluídas no IDH. De facto, estas questões têm sido exploradas extensivamente nos *Relatórios do Desenvolvimento Humano*. O *Relatório do desenvolvimento Humano 2002* tratava da democracia e da sua importância para o desenvolvimento humano. O relatório deste ano introduz um aspecto do desenvolvimento humano relacionado com isso e de importância vital: a liberdade cultural. Levar uma vida plena inclui ser livre de seguir práticas e tradições culturais diferentes, sem enfrentar discriminação, nem prejuízos na participação política, económica ou social.

O IDH ilustra claramente a diferença entre rendimento e bem-estar humano. Ao medir as realizações médias na saúde, na educação e no rendimento, o IDH pode dar uma imagem mais completa do estado de desenvolvimento de um país, do que apenas os rendimentos. A Bolívia, com um PIB *per*

capita muito inferior ao da Guatemala, atingiu um IDH mais alto porque fez mais para traduzir esse rendimento em desenvolvimento humano (figura 1). A Tanzânia, um dos países mais pobres do mundo, tem um IDH comparável ao da Guiné, um país quase quatro vezes mais rico. Pelo contrário, países com o mesmo nível de rendimento têm grandes diferenças de IDH - o Vietname tem praticamente o mesmo rendimento que o Paquistão, mas um IDH muito mais alto, devido à sua maior esperança de vida e alfabetização (figura 2). O quadro de indicadores 1 realça essas diferenças de outro modo, comparando as classificações no IDH com as classificações no PIB *per capita* (última coluna). O Sri Lanka ocupa, no IDH, a posição 96 em 177 países, muito mais alta do que a sua posição no PIB, em 112 países. Estes exemplos realçam a importância das políticas que traduzem riqueza em desenvolvimento humano. Em particular, uma política pública bem desenhada e a provisão de serviços pelos governos, comunidades locais e sociedade civil podem fazer progredir o desenvolvimento humano, mesmo sem níveis elevados de rendimento, ou de crescimento económico.

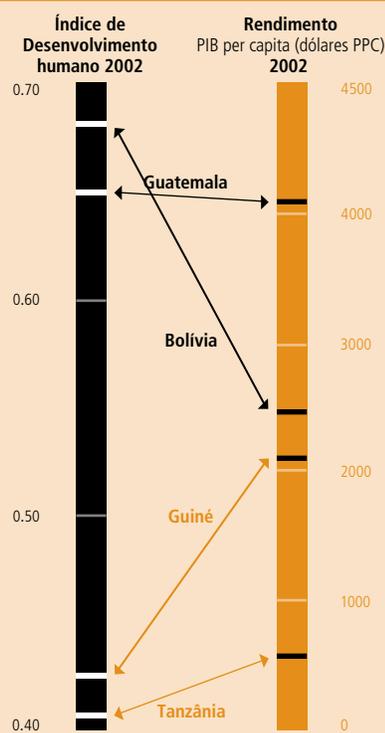
Isto não significa, porém, que o crescimento económico não seja importante. O crescimento económico é um meio importante para o desen-

volvimento humano, e quando o crescimento estagna durante um período prolongado, torna-se difícil sustentar o progresso no desenvolvimento humano.

Índice de desenvolvimento ajustado ao género

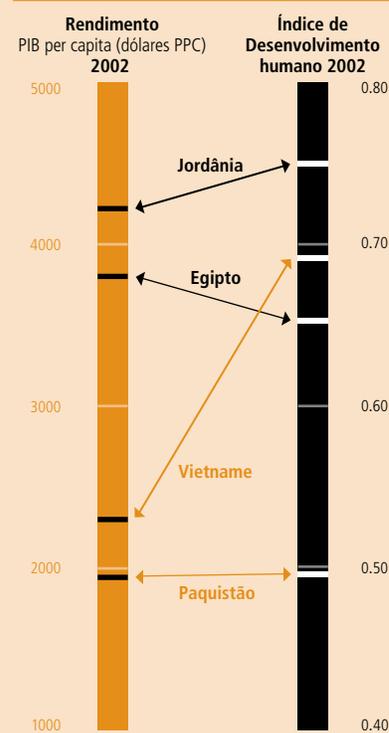
O IDH mede as realizações médias de um país, mas não incorpora o grau de desequilíbrio entre os sexos nessas realizações. Dois países com o mesmo nível médio de alfabetização de adultos (digamos 30%) podem ter disparidades diferentes de taxas entre homens e mulheres (um poderia ter uma taxa de 28% para as mulheres e 32% para os homens, enquanto outro poderia ter uma taxa de 20% para as mulheres e 40% para os homens). Essas diferenças de disparidade não se reflectiriam no IDH dos dois países. O Índice de desenvolvimento ajustado ao género (IDG), introduzido no *Relatório do Desenvolvimento Humano 1995*, mede realizações nas mesmas dimensões e usando os mesmos indicadores que o IDH, mas capta as desigualdades de realização entre mulheres e homens. É simplesmente o IDH ajustado para baixo pela desigualdade de género. Quanto maior for a disparidade entre os sexos no desenvolvimento humano básico, menor é o IDG de um país em relação ao seu IDH. Os países com piores disparidades entre os respectivos valores de IDG e IDH são a Arábia Sau-

Figura 1 Mesmo IDH, rendimento diferente



Fonte: Quadro de indicadores 1.

Figura 2 Mesmo rendimento, IDH diferente



Fonte: Quadro de indicadores 1.

dita, Omã, Paquistão, Iémen e Índia, o que indica a necessidade de maior atenção à igualdade de género. Suécia, Dinamarca, Austrália, Letónia e Bulgária são os que têm maior correspondência entre IDH e IDG. Os resultados completos e as classificações encontram-se no quadro de indicadores 24.

Medida de participação segundo o género

O IDH não inclui uma medida de participação, um aspecto do desenvolvimento humano que é central para a igualdade entre sexos. A medida de participação segundo o género (MPG) revela se as mulheres tomam parte activa na vida económica e política. Foca a desigualdade de género em áreas fundamentais da participação económica e política e da tomada de decisão. Investiga a parcela de assentos no parlamento detidos por mulheres; de legisladoras, funcionárias superiores e gestoras; e de trabalhadoras especializadas e técnicas – e a disparidade de género nos rendimentos auferidos, reflectindo a independência económica. Diferindo do IDG, o MPG denuncia a desigualdade de oportunidades em áreas seleccionadas. Foi calculada em relação a 78 países (para resultados completos e classificação, ver o quadro de indicadores 25). Os três países do topo são a Noruega, Suécia e Dinamarca, que abriram significativas oportunidades para as mulheres participarem na vida económica e política. Mas todos os países podem fazer mais para expandir as oportunidades das mulheres: apenas nove países têm valores de MPG mais elevados do que 0,8 (num máximo de 1) – a maioria tem um longo caminho a percorrer para realizar a capacitação plena da mulher.

Índice de pobreza humana

O IDH mede o progresso médio de um país em desenvolvimento humano. O *Relatório do Desenvolvimento Humano 1997* introduziu o Índice de Pobreza Humana (IPH), que se concentra na proporção de pessoas que estão abaixo de um nível limiar em dimensões básicas de desenvolvimento humano, da mesma forma que a incidência da pobreza mede a proporção de pessoas abaixo de um limiar de rendimento. O índice de pobreza humana para os países em desenvolvimento (IPH-1) usa variáveis diferentes do índice para países da OCDE de rendimento elevado (IPH-2), como se mostra no quadro 1. Os quadros de indicadores 3 e 4, respectivamente, apresentam os resultados completos e as classificações destes índices. Tal como acontece com o IDH, estes índices dão uma visão mais completa da pobreza porque vão para além das medidas de privação de rendimento. Em relação aos países em desenvolvimento, Barbados, Uruguai, Chile, Costa Rica e Cuba são os que obtêm melhor classificação, com

níveis de pobreza de 5%, ou menos. Burkina Faso, Níger, Mali, Etiópia e Zimbabué têm os níveis mais elevados de pobreza humana dos países considerados no índice – todos acima de 50%.

Em relação aos países da OCDE de rendimento elevado, o IPH-2 mostra uma imagem diferente da do IDH. Estes países tendem a ter valores de IDH muito semelhantes, por causa dos seus níveis globais de desenvolvimento. Mas quando são usadas variáveis e dimensões da privação especificamente adaptadas à situação desses países e ao significado diferente que neles tem a pobreza (como a exclusão social), observam-se diferenças substanciais. Em relação aos 17 países com dados, a pobreza humana medida pelo IPH-2 varia entre 6,5% na Suécia e 15,8% nos Estados Unidos. E há grandes diferenças entre as classificações no IDH e no IPH-2: a Austrália classifica-se em 3º no IDH, mas é 14ª no IPH-2. O Luxemburgo classifica-se em 15º no IDH mas é 7º no IPH-2, reflectindo diferenças na maneira como esses países distribuíram o desenvolvimento humano global realizado.

Tendências do desenvolvimento humano

O progresso no desenvolvimento humano durante o século XX foi rápido e sem precedentes. Entre 1960 e 2000, a esperança de vida nos países em desenvolvimento aumentou de 46 para 63 anos.¹ As taxas de mortalidade das crianças menores de cinco anos reduziram-se para menos de metade.² Entre 1975, quando um de cada dois adultos não sabia ler, e

2000, a percentagem de pessoas analfabetas reduziu-se para quase metade.³ Os rendimentos reais *per capita* mais do que duplicaram, passando de 2.000 para 4.200 dólares.⁴ Mas apesar deste progresso impressionante, permanece uma privação humana maciça. Mais de 800 milhões de pessoas sofrem de subalimentação (quadro 2). Cerca de 100 milhões de crianças que deviam estar na escola, não estão, 60 milhões das quais são raparigas. Mais de mil milhões de pessoas vivem com menos de 1 dólar por dia. Mais de 1,8 mil milhões de pessoas vivem em países onde os regimes políticos não respeitam inteiramente as liberdades democráticas, políticas e cívicas.⁵ E cerca de 900 milhões de pessoas pertencem a grupos étnicos, religiosos, raciais e linguísticos que enfrentam a discriminação.⁶

Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

Reconhecendo estes problemas, os líderes mundiais presentes na Cimeira do Milénio das Nações Unidas, em Setembro de 2000, manifestaram uma determinação sem precedentes em acabar com a pobreza no mundo. Declararam o seu compromisso para com as pessoas não só dos seus próprios países, mas de todo o mundo. Os 189 países participantes na cimeira adoptaram a Declaração do Milénio, comprometendo-se a fazer o possível para atingir, no século XXI, objectivos fundamentais da humanidade, incluindo a erradicação da pobreza, a promoção da dignidade humana e a realização da paz, a democracia e a sustentabilidade ambiental. Da Declaração nasceram os Objectivos de

QUADRO 2

Erradicação da pobreza: permanecem privações maciças, 2000 (Milhões)

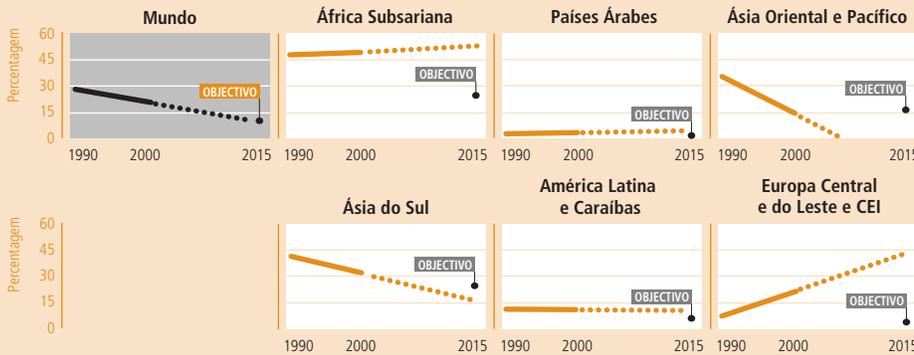
Região	Vivendo com menos de 1 dólar (PPC) por dia	População total sub-alimentada ^a	Crianças com idade da primária fora da escola	Raparigas com idade da primária fora da escola	Crianças menores de cinco anos que morrem por ano	Pessoas sem acesso a fontes de água melhorada	Pessoas sem acesso saneamento adequado
África							
Subsariana	323	185	44	23	5	273	299
Países Árabes	8	34	7	4	1	42	51
Ásia Oriental e Pacífico							
Ásia Oriental e Pacífico	261	212	14	7	1	453	1.004
Ásia do Sul	432	312	32	21	4	225	944
América Latina e Caraíbas							
América Latina e Caraíbas	56	53	2	1	0	72	121
Europa Central & Leste & CEI							
Europa Central & Leste & CEI	21	33	3	1	0	29	..
Mundo	1.100	831	104	59	11	1.197	2.742

a. 1998–2000.

Fontes: World Bank 2003a, 2004f; UNESCO 2003; UN 2003.

Figura 3 Progresso insuficiente em direcção aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

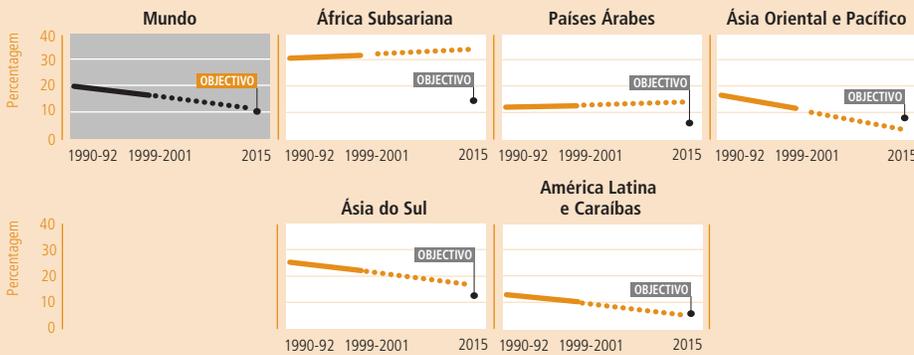
Pobreza: Proporção de pessoas que vivem com menos de 1 dólar por dia (%)



Distribuição regional da população que vive com menos de 1 dólar por dia, 2000 (% do total)



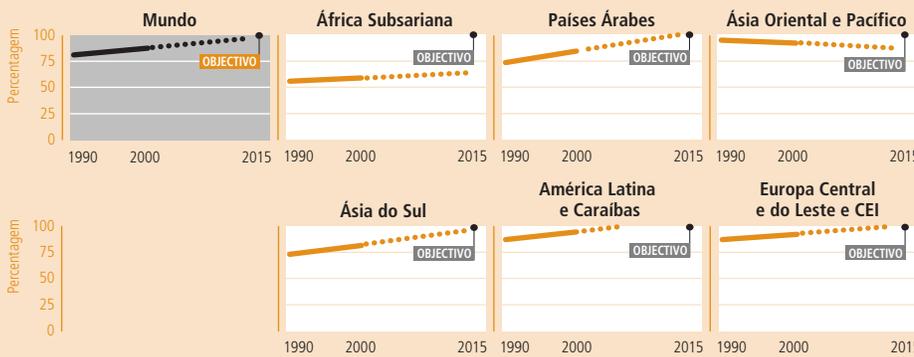
Fome: Pessoas subalimentadas (em % da população total)



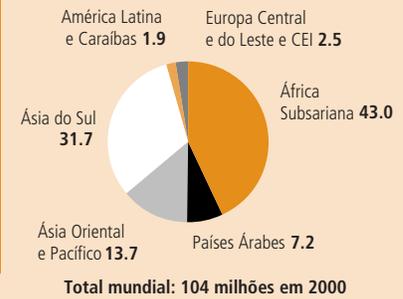
Distribuição regional da população subalimentada, 1998-2000 (% do total)



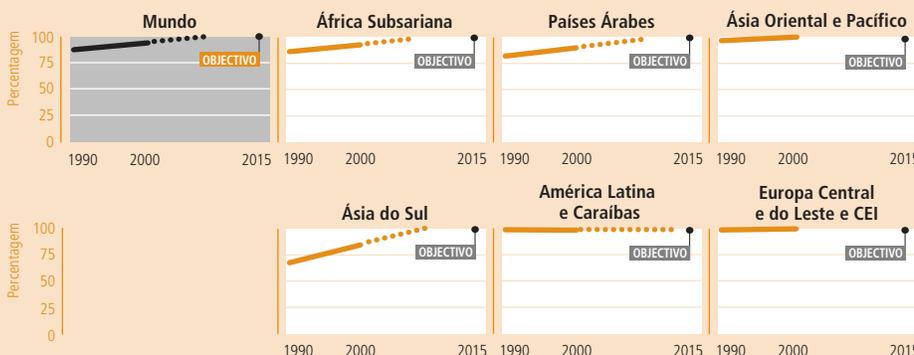
Ensino primário: Taxa de escolaridade primária líquida (%)



Distribuição regional de crianças com idade da primária que não estão na escola, 2000 (% do total)



Desigualdade de género: Rácio entre raparigas e rapazes na escola primária (%)



Distribuição regional de raparigas com idade da primária que não estão na escola, 2000 (% do total)

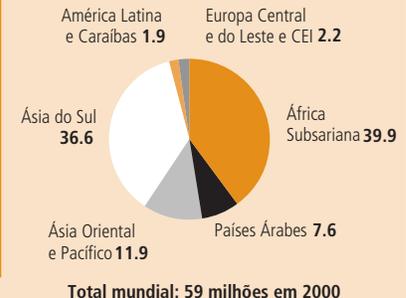
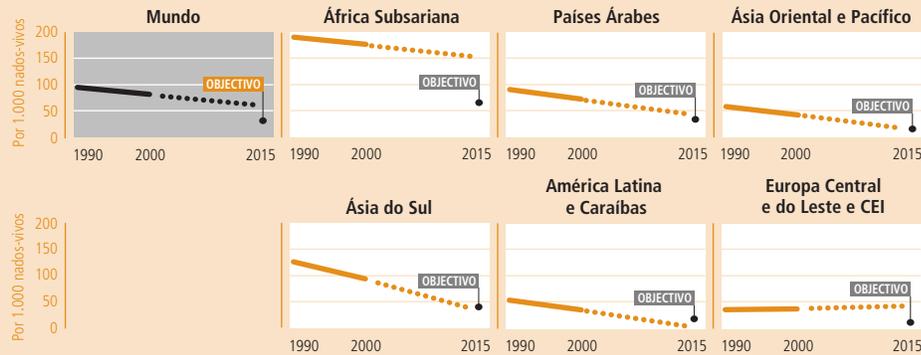
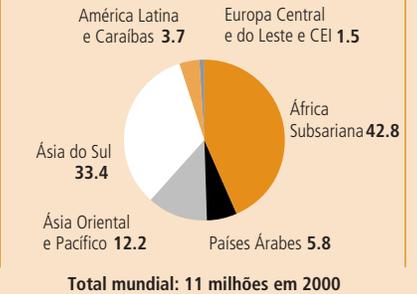


Figura 3 **Progresso insuficiente em direcção aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio**

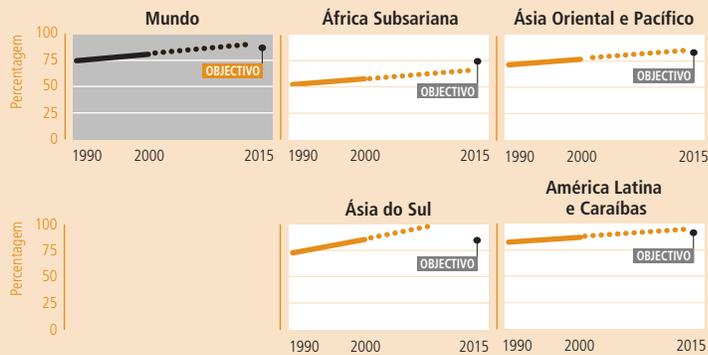
Mortalidade de crianças: Taxa de mortalidade de menores de cinco anos (por 1.000 nados-vivos)



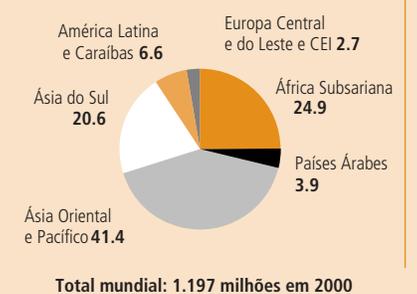
Distribuição regional de crianças menores de cinco anos que morrem em cada ano, 2000 (% do total)



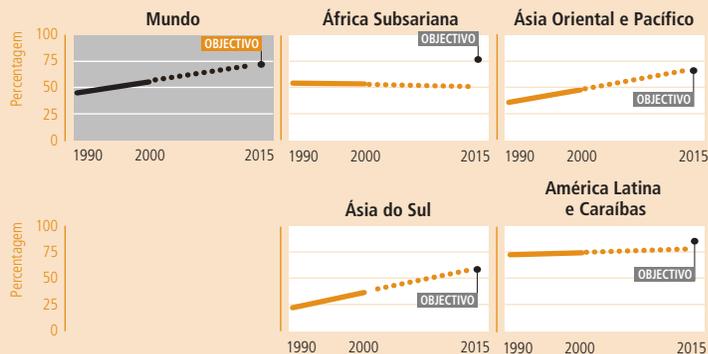
Acesso a água: Pessoas com acesso a uma fonte de água melhorada (%)



Distribuição regional de pessoas sem acesso a uma fonte de água melhorada, 2000 (% do total)



Acesso a saneamento: Pessoas com acesso a saneamento melhorado (%)



Distribuição regional de pessoas sem acesso a saneamento adequado, 2000 (% do total)



a: Refere-se à população que vive com menos de 2 dólares por dia.
 Fontes: World Bank 2003a (rendimento); FAO 2003, World Bank 2004f (fome); UNESCO 2003 (ensino primário); UNESCO 2003 (desigualdade de género); UN 2003, World Bank 2004f (mortalidade de crianças); World Bank 2004f (acesso a água); World Bank 2004f (acesso a saneamento).

Desenvolvimento do Milénio – um conjunto de 8 objectivos, 18 metas e 48 indicadores – que estabelecem metas concretas, limitadas no tempo, para avançar no desenvolvimento e reduzir a pobreza até 2015, ou mais cedo (ver Índice dos indicadores dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio no fim deste destaque).

Como argumentava o *Relatório do Desenvolvimento Humano 2003*, o desenvolvimento humano e os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio partilham uma motivação e um compromisso vital comuns de promover o bem-estar humano. O progresso dos países e das regiões nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, desde 1990, realça um aspecto fundamental do desenvolvimento na última década: progresso rápido para alguns, mas reversões para um número de países sem precedentes (figura 3). A imagem que emerge é cada vez mais uma imagem de dois grupos diferentes de países: os que beneficiaram do desenvolvimento e os que foram deixados para trás (quadros 3-5).

Um exame do progresso regional em alguns Objectivos de Desenvolvimento do Milénio revela várias tendências assinaláveis (ver figura 3). A Ásia Oriental e Pacífico destacam-se por estarem no bom caminho em relação a todos os objectivos para os quais existem dados de tendências. O número de pessoas que vivem com menos de 1 dólar por dia na região foi reduzido para quase metade, durante a década de 1990. A Ásia do Sul também está a realizar progressos rápidos em vários objectivos. Mas apesar do ritmo impressionante destas duas regiões que, em conjunto, representam quase metade da população mundial, o desenvolvimento humano está a avançar muito devagar. Apenas dois dos objectivos, reduzir a privação de rendimento para metade e reduzir para metade a percentagem de pessoas sem acesso a água potável, serão alcançadas ao ritmo de progresso da última década, e está quase no caminho o progresso em relação à redução da fome e ao acesso a saneamento (figura 4). Mas mesmo o progresso em relação a estes objectivos é impulsionado principalmente pelo rápido desenvolvimento da China e da Índia.

Outras regiões, em particular a África Subsariana, estão a ter um desempenho muito menos bom. Ao ritmo actual, a África Subsariana só atingirá a meta da educação primária universal em 2129, ou a meta da redução da mortalidade de crianças em dois terços, em 2106 – daqui a 100 anos, em vez dos 11 que estes objectivos exigiam. Em três dos objectivos – fome, privação de rendimento e acesso a saneamento – não podem ser estabelecidas datas porque a situação na região está a piorar, e não a melhorar.

QUADRO 3
Progressos e retrocessos: mortalidade de crianças (Por 1.000 nados-vivos)

País	1990	2002	Mudança
Melhores desempenhos			
Butão	166	94	-72
Guiné	240	169	-71
Bangladeche	144	77	-67
Egipto	104	41	-63
Laos	163	100	-63
Eritreia	147	89	-58
Piores desempenhos			
Iraque	50	125	75
Botswana	58	110	52
Zimbabué	80	123	43
Suazilândia	110	149	39
Camarões	139	166	27
Quénia	97	122	25

Fonte: UNICEF 2003b.

QUADRO 4
Progressos e retrocessos: ensino primário (Taxa de escolarização primária líquida, percentagem)

País	1990/91	2001/02	Mudança
Melhores desempenhos			
República Dominicana	58	97	39
Guiné	25	61	36
Kuwait	49	85	36
Marrocos	57	88	32
Mauritânia	35	67	31
Malawi	50	81	31
Piores desempenhos			
Angola	58	30	-28
Azerbaijão	101	80	-21
Congo, Rep. Dem.	54	35	-20
Emiratos Árabes Unidos	100	81	-19
Mianmar	99	82	-18
Nepal	85	70	-14

Fonte: Quadro de indicadores 11.

QUADRO 5
Progressos e retrocessos: privação de rendimento (Pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza nacional, percentagem)

País	Ano	Parcela	Ano	Parcela	Mudança ^a (pontos percentuais)
Melhores desempenhos					
Azerbaijão	1995	68,1	2001	49,6	-18,5
Uganda	1993	55,0	1997	44,0	-11,0
Índia	1993-94	36,0	1999-2000	28,6	-7,4
Jordânia	1991	15,0	1997	11,7	-3,3
Camboja	1993-94	39,0	1997	36,1	-2,9
Guatemala	1989	57,9	2000	56,2	-1,7
Bangladeche	1995-96	51,0	2000	49,8	-1,2
Piores desempenhos					
Zimbabué	1990-91	25,8	1995-96	34,9	9,1
Marrocos	1990-91	13,1	1998-99	19,0	5,9
Paquistão	1993	28,6	1998-99	32,6	4,0
Hungria	1993	14,5	1997	17,3	2,8

Nota: Não devem ser feitas comparações entre países porque as linhas de pobreza nacionais variam consideravelmente.

a. Um sinal menos indica uma melhoria – menos pobreza.

Fonte: World Bank 2004f.

As reversões sem precedentes da década de 1990

Olhar para além das médias regionais revela muitas reversões trágicas. Um número sem precedentes de países viu o desenvolvimento deslizar para trás na década de 1990. Em 46 países, as pessoas são mais pobres hoje do que em 1990. Em 25 países, há mais pessoas a ficar com fome hoje do que há uma década.

Estas reversões também podem ser vistas claramente no IDH. Isto é muito perturbador – nas décadas anteriores, praticamente nenhum país experimentou um declínio no IDH. O índice subia constantemente, embora normalmente devagar, porque três das suas componentes fundamentais – alfabetização, escolarização e esperança de vida – demoram a mudar. Portanto, quando o IDH cai, isso indica crise. Os países estão a esgotar a sua base de de-

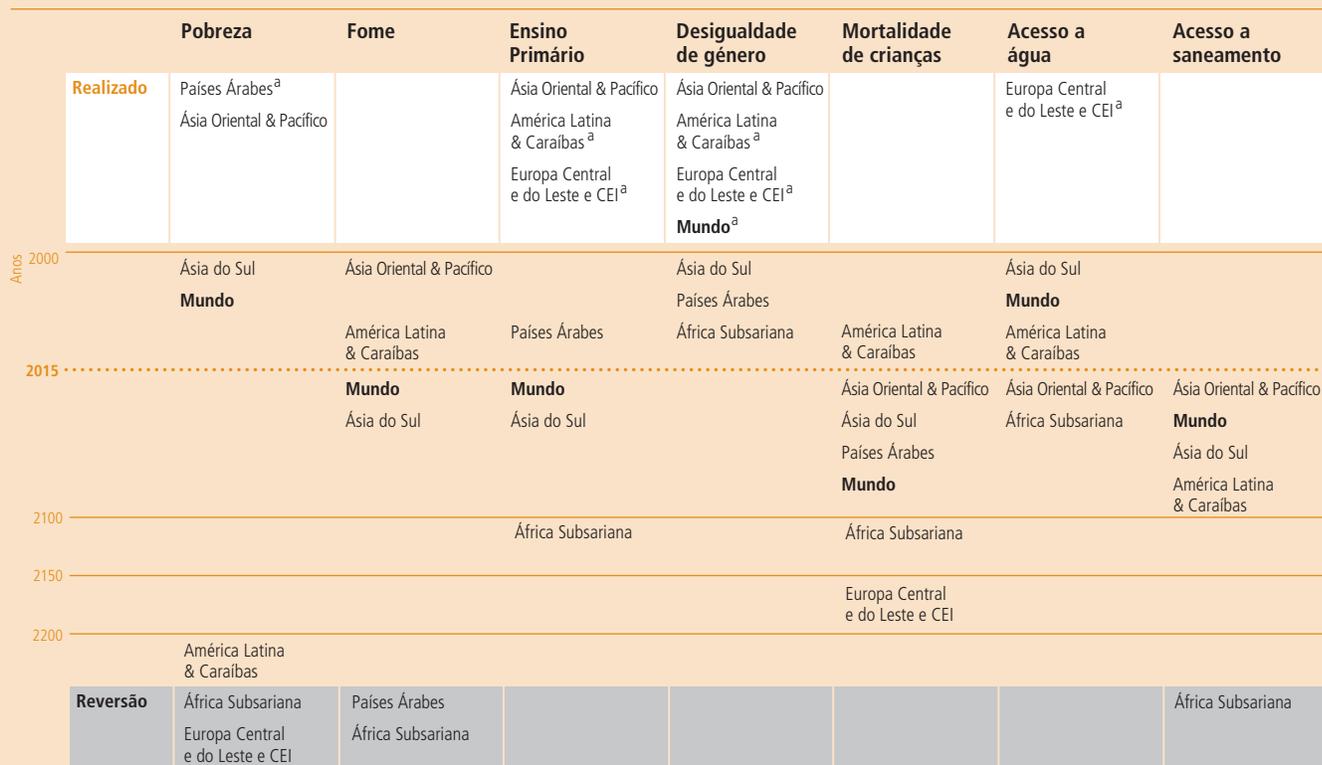
QUADRO 6
Países que estão a viver uma queda no índice de desenvolvimento humano, décadas de 1980 e 1990

Período	Número	Países
1980-90	3	República Democrática do Congo, Ruanda, Zâmbia
1990-2002	20	Baamas, Belize, Botswana, Camarões, República Centro-Africana, Congo, República Democrática do Congo, Costa do Marfim, Cazaquistão, ^a Quénia, Lesoto, Moldávia, ^a Federação Russa, ^a África do Sul, Suazilândia, Tajiquistão, ^a Tanzânia, ^a Ucrânia, ^a Zâmbia, Zimbabué

a. O país não tem dados de IDH para 1980-90, pelo que a queda pode ter começado antes de 1990.

Fonte: Quadro de indicadores 2.

Figura 4 Cronologia: Quando serão realizados os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio se o progresso não acelerar?



a. A região é considerada realizada quando tiver pobreza humana baixa (menos de 10%) no ano mais recente para o objectivo relevante (ver nota técnica 2).
Fonte: Calculado com base na figura 3.

envolvimento – o seu povo, que é a sua verdadeira riqueza.

Desde 1990, 20 países sofreram uma reversão no IDH. Em contrapartida, apenas 3 (de 113 países com dados disponíveis) viram o seu IDH declinar na década de 1980 (quadro 6). As reversões nestes países, juntamente com a estagnação nos outros, contribuem muito para explicar a desaceleração global do progresso do IDH na última década (figura 5). Dos 20 países que experimentam reversões, 13 encontram-se na África subsariana. Isso deve-se, em grande parte, à epidemia de HIV/SIDA e ao seu grande impacto na esperança de vida. As outras reversões são principalmente em países da Comunidade de Estados Independentes (CEI), muitos dos quais iniciaram uma tendência descendente em meados da década de 1980, reflectida nos dados como uma queda dos rendimentos e do IDH, entre 1990 e 1995. O IDH da região começou a melhorar outra vez na segunda metade da década de 1990.

A queda do IDH em muitos países assinala um problema; olhar para indicadores fundamentais do

progresso em direcção aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio revela a sua profundidade. Sem mudanças significativas, os países que experimentam reversões ou estagnação têm poucas probabilidades de atingir os seus objectivos.

Países prioritários

Para cada objectivo, há países onde a situação é particularmente urgente – onde o fracasso no progresso se conjuga com níveis de partida extremamente baixos. Esses países de *prioridade máxima* têm a maior necessidade de atenção, recursos e compromissos do mundo (ver *Nota técnica 2*). Nos países de *prioridade alta*, a situação é menos desesperada, mas o progresso ainda é insuficiente. Esses países, ou estão a fazer progressos a partir de níveis baixos de desenvolvimento, ou a realizar progressos lentos (ou negativos) a partir de níveis mais elevados.

Há 27 países de prioridade máxima que estão a fracassar em vários objectivos: 21 na África Subsariana, 3 nos Países Árabes e 1 na Ásia Oriental e Pacífico, na Ásia do Sul e na América Latina e Caraíbas

(figura 6). Nestes países, o desenvolvimento está a fracassar em todos os aspectos. Exigem atenção e recursos do mundo, para poderem atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Outros 27 países de prioridade alta enfrentam graves desafios em todos os objectivos. Mais uma vez, a África Subsariana tem o maior número, 17; a Europa Central e do Leste e a CEI e os Países Árabes têm 3 cada; a Ásia Oriental e Pacífico tem 2; a Ásia do Sul e a América Latina e Caraíbas têm 1 cada.

Agrupar os países em prioridade máxima, prioridade alta e outras categorias é útil, mas isto deve ser visto com precaução. Os dados subjacentes para objectivos individuais são medidos frequentemente de modo impreciso e a classificação de alguns países mudará à medida que os dados melhorarem. Além disso, em muitos países faltam demasiados dados para serem dadas classificações globais adequadas aos objectivos. Assim, alguns dos 30 países da categoria “outros” seriam países de prioridade máxima ou alta, se os dados subjacentes fossem mais completos. (São os casos, por exemplo, do Quirguistão

e do Paquistão). Além disso, os critérios de classificação aqui utilizados são plausíveis, mas são apenas uma de muitas opções razoáveis.

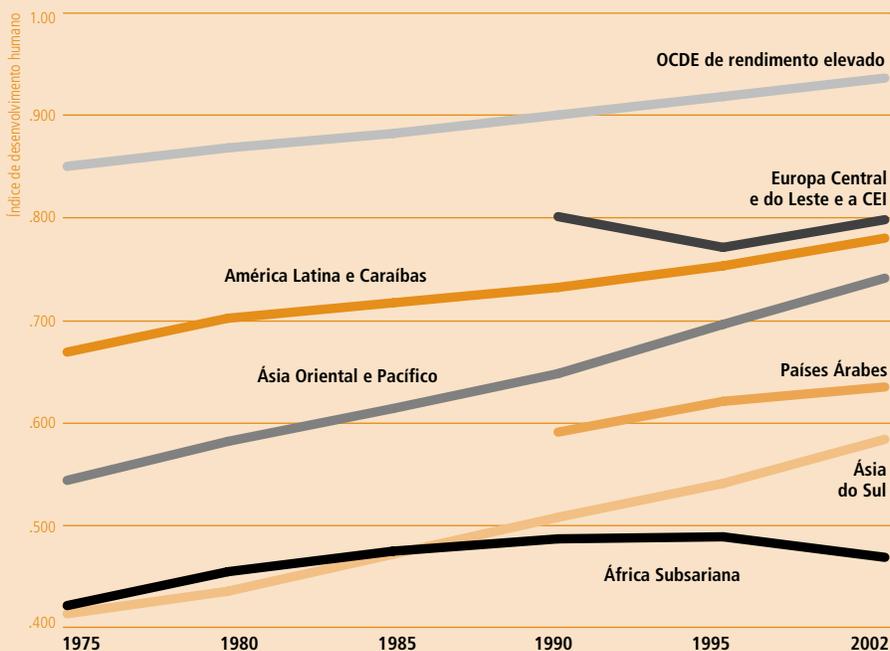
Nenhum factor isolado pode explicar as dificuldades dos países de prioridade máxima e alta. Mas 24 desses 54 países também viram cair os rendimentos durante a década. E os países da África Subariana tendem a partilhar características comuns. Muitos são interiores, ou têm uma grande parte das suas populações a viver longe de uma costa. Além disso, na sua maioria são pequenos – apenas quatro têm mais de 40 milhões de habitantes. Estar longe dos mercados mundiais e ter uma economia pequena torna muito mais difícil diversificar de exportações de produtos primários para exportações menos voláteis, com mais valor acrescentado. Na verdade, os produtos primários representam mais de dois terços das exportações em 16 dos 23 países subsarianos de prioridade máxima e alta, que possuem dados. Muitos dos países prioritários da região também têm outras preocupações graves: em 22 países, mais de 5% da população tem HIV/SIDA e em 9 países houve conflitos violentos na década de 1990.

Noutras regiões, os países de prioridade máxima enfrentam outros desafios. Muitos países da CEI, por exemplo – ao mesmo tempo que também enfrentam alguns dos problemas estruturais que afectam a África Subariana – estão a tentar fazer a transição para uma economia de mercado, processo que tem tido muito mais êxito na Europa Central e do Leste. Nos Países Árabes, os constrangimentos não estão relacionados com o rendimento, devendo-se, em vez disso, ao fracasso em converter rendimento em desenvolvimento humano e progresso no sentido dos objectivos.

Então, o que é preciso fazer para atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio? Independentemente da resposta a essa pergunta, os países de prioridade máxima e alta têm de estar na primeira linha. Os problemas que enfrentam e o modo de os resolver foram considerados em pormenor no *Relatório do Desenvolvimento Humano 2003*.

1. Calculado com base nos dados da esperança de vida, de UN 2003. 2. UNICEF 2003b. 3. UNESCO Institute for Statistics. 4. Calculado com base nos dados do PIB per capita (dólares PPC), de World Bank 2004f. 5. Polity IV 2002. 6. Capítulo 2.

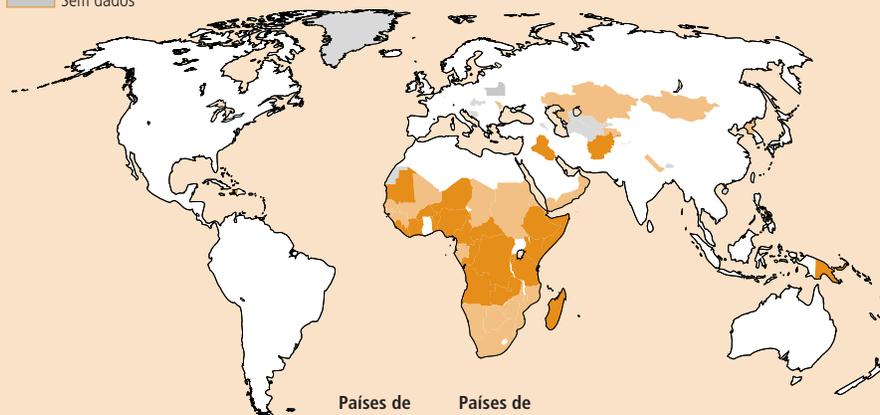
Figura 5 **Disparidades mundiais no IDH**
Índice de desenvolvimento humano



Fonte: Calculado com base em dados da esperança de vida, de UN 2003; dados das taxas de alfabetização de adultos, de UNESCO Institute for Statistics 2003a; dados das taxas de escolarização bruta combinada, de UNESCO 1999 e UNESCO Institute for Statistics 2004c; e dados do PIB per capita (dólares PPC de 1995) e PIB per capita (dólares PPC correntes), de World Bank 2004f.

Figura 6 **Países de prioridade máxima e alta**

■ Prioridade máxima
■ Prioridade alta
■ Sem dados



Região	Países de prioridade máxima	Países de prioridade alta
Países Árabes	3	3
Ásia Oriental e Pacífico	1	2
América Latina e Caraíbas	1	1
Ásia do Sul	1	1
África Subariana	21	17
Europa Central e do Leste e a CEI	0	3

Nível de pobreza humana (no objectivo)



Fonte: Ver nota técnica 2.

Índice dos indicadores dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio nos quadros de indicadores

Objectivos e metas	Indicadores para monitorizar o progresso	Quadro de indicadores
Objectivo 1 Erradicar a pobreza extrema e a fome		
<i>Meta 1</i>	1. Proporção da população abaixo de 1 dólar (PPC) por dia	3
Reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a proporção das pessoas cujo rendimento é menor que 1 dólar por dia	2. Rácio do hiato da pobreza (incidência × profundidade da pobreza)	14
	3. Parcela do quintil mais pobre no consumo nacional	
<i>Meta 2</i>	4. Prevalência de crianças com peso deficiente menores de cinco anos	3, 7
Reduzir para metade, entre 1999 e 2015, a proporção das pessoas que sofrem de fome	5. Proporção de pessoas abaixo de um nível mínimo de consumo de energia dietética	7 ¹ , 33 ¹
Objectivo 2 Alcançar o ensino primário universal		
<i>Meta 3</i>	6. Taxa de escolarização líquida no ensino primário	11, 33
Assegurar, até 2015, que as crianças em toda a parte, tanto rapazes como raparigas, conseguirão concluir um curso completo de ensino primário	7. Proporção de alunos que, partindo do 1º ano, atingem o 5º ano	11
	8. Taxa de alfabetização para idades entre 15 e 24 anos	11
Objectivo 3 Promover a igualdade de género e capacitar as mulheres		
<i>Meta 4</i>	9. Rácio entre raparigas e rapazes nos ensinos primário, secundário e superior	26 ²
Eliminar a disparidade de género nos ensinos primário e secundário, de preferência até 2005, e em todos os níveis de ensino até 2015	10. Rácio entre mulheres e homens alfabetizadas, 15-24 anos	26 ³
	11. Parcela de mulheres assalariadas no sector não agrícola ⁴	25, 29
	12. Percentagem de assentos ocupados por mulheres nos parlamentos nacionais	
Objectivo 4 Reduzir a mortalidade de crianças		
<i>Meta 5</i>	13. Taxa de mortalidade de menores de cinco anos	9, 33
Reduzir em dois terços, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade de menores de cinco anos	14. Taxa de mortalidade infantil	9
	15. Proporção de crianças de 1 ano totalmente vacinadas contra o sarampo	6
Objectivo 5 Melhorar a saúde materna		
<i>Meta 6</i>	16. Taxa de mortalidade materna	9
Reduzir em três quartos, entre 1999 e 2015, a taxa de mortalidade materna	17. Percentagem de partos atendidos por técnicos de saúde qualificados	6
Objectivo 6 Combater o HIV/SIDA, malária e outras doenças		
<i>Meta 7</i>	18. Prevalência de HIV entre mulheres grávidas com 15-24 anos ⁵	8
Parar até 2015 e começar a inverter a propagação do HIV/SIDA	19. Taxa de utilização de preservativos da taxa de prevalência de contraceptivos	
	19a. Uso de preservativo na última relação sexual de alto risco	
	19b. Percentagem dos indivíduos de 15-24 anos com conhecimento correcto e compreensivo do HIV/SIDA	8
	20. Rácio entre as frequências escolares de órfãos e de não órfãos, com 10-14 anos	
<i>Meta 8</i>	21. Taxas de prevalência e de óbitos associados com a malária	8 ⁶
Parar até 2015 e começar a inverter a incidência da malária e outras doenças principais	22. Proporção da população em áreas de risco de malária que usa medidas efectivas de prevenção e tratamento da malária	8 ⁷
	23. Taxas de prevalência e de óbitos associados com a tuberculose	8 ⁸
	24. Percentagem de casos de tuberculose detectados e curados sob tratamento observado directamente, casos de tratamento breve (TODB)	8
Objectivo 7 Assegurar a sustentabilidade ambiental		
<i>Meta 9</i>	25. Proporção de área terrestre coberta por florestas	21 ⁹
Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas dos países e inverter a perda de recursos ambientais	26. Rácio entre a área protegida para manter a diversidade biológica e a superfície terrestre	
	27. Utilização de energia (kg de equivalente petróleo) por 1 dólar de PIB (PPC)	
	28. Emissões de dióxido de carbono per capita e consumo de clorofluorcarbonos que destroem o ozono (ton. PDO)	
	29. Proporção da população que usa combustíveis sólidos	

Objectivos e metas	Indicadores para monitorizar o progresso	Quadro de indicadores
<i>Meta 10</i> Reduzir para metade, até 2015, a proporção das pessoas sem acesso sustentável a água potável e saneamento	30. Proporção da população com acesso sustentável a uma fonte de água melhorada, urbano e rural 31. Proporção da população urbana com acesso a saneamento melhorado, urbano e rural	7 ¹¹ , 33 ¹¹ 7 ¹²
<i>Meta 11</i> Alcançar, até 2020, uma melhoria significativa na vida de pelo menos 100 milhões de habitantes de bairros degradados	32. Proporção de famílias com acesso à posse segura	
Objectivo 8 Promover uma parceria mundial para o desenvolvimento		
<i>Meta 12</i> Continuar a desenvolver um sistema comercial e financeiro aberto, baseado em regras, previsível e não discriminatório. Inclui um compromisso para a boa governação, desenvolvimento e redução da pobreza – tanto nacional como internacionalmente	<i>Ajuda pública ao desenvolvimento</i> 33. APD líquida, total e para os países menos desenvolvidos, em percentagem do rendimento nacional bruto (RNB) dos doadores da OCDE/CAD 34. Proporção da APD bilateral total, atribuível sectorialmente, dos doadores da OCDE/CAD, para serviços sociais básicos (ensino básico, cuidados de saúde primários, nutrição, água potável e saneamento)	16 ¹³ 16
<i>Meta 13</i> Enfrentar as necessidades especiais dos países menos desenvolvidos. Inclui: acesso livre de tarifas e quotas para as exportações dos países menos desenvolvidos; programa aumentado de alívio da dívida para PPAE e cancelamento da dívida bilateral pública; e APD mais generoso para os países comprometidos com a redução da pobreza	35. Proporção da APD bilateral, não ligada, dos doadores da OCDE/CAD 36. APD recebida nos países interiores, em proporção dos seus rendimentos nacionais brutos 37. APD recebida nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento, em proporção dos seus rendimentos nacionais brutos	16 16
<i>Meta 14</i> Enfrentar as necessidades especiais dos países interiores e dos pequenos estados insulares em desenvolvimento	<i>Acesso ao mercado</i> 38. Proporção das importações totais de países desenvolvidos (em valor e excluindo armas) com origem em países em desenvolvimento e países menos desenvolvidos, que entraram livres de tarifas 39. Tarifas médias impostas pelos países desenvolvidos sobre produtos agrícolas, têxteis e vestuário, com origem nos países em desenvolvimento	
<i>Meta 15</i> Tratar os problemas da dívida dos países em desenvolvimento de forma compreensiva, através de medidas nacionais e internacionais, de forma a tornar a dívida sustentável a longo prazo	40. Apoio agrícola estimado nos países OCDE, em proporção dos seus produtos internos brutos 41. Proporção da APD fornecida para ajudar a construir a capacidade de comércio <i>Sustentabilidade da dívida</i> 42. Número de países que alcançaram os seus pontos de decisão PPAE e número dos que alcançaram os seus pontos de conclusão PPAE (cumulativo) 43. Alívio da dívida comprometido na Iniciativa da Dívida PPAE ¹⁴ 44. Serviço da dívida como percentagem das exportações de bens e serviços	17 18
<i>Meta 16</i> Desenvolver e executar, em cooperação com países desenvolvidos, estratégias para um trabalho digno e produtivo para os jovens	45. Taxa de desemprego de jovens com 15-24 anos, masculino e feminino e total	20 ¹⁵
<i>Meta 17</i> Prover acesso, em cooperação com empresas farmacêuticas, a medicamentos essenciais e a preços comportáveis nos países em desenvolvimento	46. Proporção da população com acesso a medicamentos essenciais e preços comportáveis, numa base sustentável	6
<i>Meta 18</i> Tornar acessíveis, em cooperação com o sector privado, os benefícios das novas tecnologias, em particular os da informação e comunicação	47. Assinantes de linhas telefónicas e telemóveis, por 100 pessoas 48a. Computadores pessoais em uso, por 100 pessoas 48b. Utilizadores de Internet, por 100 pessoas	12 ¹⁶ 12

Nota: Os indicadores dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) estão identificados nos quadros de indicadores pelo símbolo **ODM**, em amarelo, em cima das colunas relevantes.

1. Os quadros 7 e 33 apresentam este indicador como pessoas subalimentadas em percentagem da população total. **2.** O quadro apresenta a taxa de escolarização feminina em percentagem da taxa masculina dos níveis primário, secundário e superior, separadamente. **3.** O quadro apresenta os dados da taxa de alfabetização feminina jovem em percentagem da taxa masculina. **4.** O quadro 27 inclui dados do emprego feminino por actividade económica. **5.** O quadro 8 apresenta a prevalência de HIV por idades. **6.** O quadro inclui dados de casos de malária por 100.000 pessoas. **7.** O quadro inclui dados de crianças menores de cinco anos com mosquitos tratados com insecticida e de crianças menores de cinco anos com febre e tratados com medicamentos antimaláricos. **8.** O quadro inclui dados de casos de tuberculose por 100.000 pessoas. **9.** O quadro apresenta este indicador como PIB por unidade de energia utilizada (dólares PPC de 1995 por quilograma de equivalente petróleo). **10.** O quadro inclui dados de emissões de dióxido de carbono per capita. **11.** Os quadros 7 e 33 incluem dados combinados das populações urbana e rural com acesso sustentável a uma fonte de água melhorada. **12.** O quadro inclui dados combinados das populações urbana e rural com acesso sustentável a saneamento melhorado. **13.** O quadro inclui dados da ajuda pública ao desenvolvimento (APD) para países menos desenvolvidos em percentagem da APD total. **14.** O quadro 17 inclui dados do alívio da dívida bilateral caucionado pelo trust fund PPAE e do perdão da dívida bilateral bruta. **15.** O quadro inclui dados da taxa de desemprego de jovens com 15-24 anos, como taxa total masculina e feminina em percentagem da taxa masculina, apenas para os países da OCDE. **16.** O quadro apresenta os assinantes de linhas telefónicas e de telemóveis, separadamente.

Destaque estatístico 2 Nota para o quadro 1: Sobre o índice de desenvolvimento humano deste ano

O índice do desenvolvimento humano (IDH) é um índice composto que mede as realizações médias de um país em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: uma vida longa e saudável, medida pela esperança de vida à nascença; conhecimento, medido pela taxa de alfabetização de adultos e pela taxa de escolarização bruta combinada dos ensinos primário, secundário e superior; e um padrão de vida digno, medido pelo PIB per capita em dólares PPC (paridade do poder de compra). O índice é construído utilizando indicadores que estão correntemente disponíveis a nível mundial e uma metodologia simples e transparente (ver *Nota técnica 1*).

Embora o conceito de desenvolvimento humano seja muito mais amplo do que pode ser medido por qualquer índice composto, no entanto, o IDH oferece uma alternativa poderosa ao rendimento como indicador sumário de bem-estar humano. Fornece um ponto de entrada útil para a rica informação sobre diferentes aspectos do desenvolvimento humano que está contida nos quadros de indicadores subsequentes.

Países incluídos

O IDH deste Relatório, apresentado no quadro de indicadores 1, refere-se a 2002. Cobre 175 países membros da ONU, com Hong Kong, China (RAE) e os Territórios Ocupados da Palestina. Como resultado de melhorias na disponibilidade dos dados, dois países – Timor-Leste e Tonga – estão incluídos no quadro do IDH pela primeira vez.

A disponibilidade dos dados afecta a cobertura de países. Para permitir comparações transversais entre países, o IDH é, na medida do possível, calculado com base em dados das principais agências internacionais que estão disponíveis quando o Relatório é preparado (ver abaixo *Fontes de dados*). Mas em relação a vários países faltam dados de uma ou mais das quatro componentes do IDH.

Em resposta ao desejo dos países de serem incluídos no quadro do IDH, e esforçando-se por incluir o máximo possível de países membros da ONU, o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano fez esforços especiais em vários casos para obter uma estimativa de outras fontes internacionais, regionais ou nacionais, quando faltavam dados das principais agências internacionais em relação a uma ou duas das componentes do IDH de um país. Num número muito pequeno de casos, o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano produziu uma estimativa. Essas estimativas, a partir de outras fontes que não as principais agências internacionais (ver descrições abaixo), estão documentadas nas notas de rodapé do quadro de indicadores 1. Muitas vezes, são de qualidade e fiabilidade variáveis e não são apresentadas noutros quadros de indicadores que mostram dados semelhantes.

Devido à falta de dados comparáveis, não foi possível incluir 16 países membros da ONU no cálculo do IDH. Para esses países, os indicadores básicos do desenvolvimento humano estão apresentados no quadro 33.

Fontes de dados

Esperança de vida à nascença. As estimativas da esperança de vida à nascença são de *2002 Revision of World Population Prospects* (UN 2003). São preparadas bianualmente pela Divisão da População das Nações Unidas, com base em dados de censos nacionais da população e de inquéritos. Na *2002 Revision*, a Divisão da População das Nações Unidas fez ajustamentos significativos para melhor incorporar o impacto demográfico da epidemia de HIV/SIDA. Antecipa um impacto mais grave e prolongado da epidemia na maioria dos países afectados, do que as anteriores revisões fizeram. O impacto da doença está apresentado explicitamente para 53 países, em vez dos 45 considerados na *2000 Revision* (ONU 2001).

As estimativas da esperança de vida publicadas pela Divisão de População das Nações Unidas são médias de cinco anos. As estimativas da esperança de vida para 2002 apresentadas no quadro de indicadores 1 e as que estão subjacentes ao quadro de indicadores 2 foram obtidas através de interpolação linear, baseada nessas médias de cinco anos.

Taxa de alfabetização de adultos. A taxa de alfabetização de adultos é definida como a percentagem de pessoas de 15 anos e mais que sabem, com compreensão, ler e escrever um depoimento curto e simples relacionado com a vida quotidiana. Os dados da alfabetização que usam esta definição são coligidos normalmente durante os censos nacionais da população, realizados geralmente de 5 em 5, ou de 10 em 10 anos, ou de inquéritos às famílias.

Este relatório usa dados sobre a taxa de alfabetização de adultos da Avaliação de Março de 2004 do Instituto de Estatística (UIS) da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (UNESCO Institute for Statistics 2004a), que combina estimativas nacionais directas com estimativas do UIS. As estatísticas nacionais, só há pouco tempo disponibilizadas para o UIS, foram obtidas de censos ou inquéritos nacionais, entre 1995 e 2004. As estimativas do UIS produzidas em Julho de 2002 basearam-se em dados nacionais coligidos antes de 1995.

Muitos países OCDE de rendimento elevado, tendo atingido a escolaridade primária universal das suas populações, já não recolhem estatísticas de alfabetização nos censos da população nacional, ou nos inquéritos às famílias, e assim não estão incluídos nos

dados da UNESCO. Ao calcular o IDH, aplica-se a esses países uma taxa de alfabetização de 99%.

Ao coligir dados da alfabetização, muitos países estimam o número de pessoas alfabetizadas com base em dados fornecidos pelos próprios. Alguns usam dados de realização educacional como substitutos, mas as medidas de frequência escolar e de conclusão de ano podem diferir. Porque as definições e os métodos de recolha dos dados variam de país para país, as estimativas da alfabetização devem ser usadas com cautela (UNDP 2000, caixa 2, pág. 143).

O UIS, em colaboração com outros parceiros, está a seguir activamente um método alternativo de medição da alfabetização, o Programa de Avaliação e Monitorização da Alfabetização (LAMP; ver caixa 5 em *Nota sobre as estatísticas*). O LAMP procura ir além das categorias simples e correntes de alfabetizado e analfabeto, fornecendo informação sobre um conjunto de qualificações de alfabetização.

Para pormenores sobre os métodos de cálculo do UIS em 2002 e sobre a nova metodologia de recolha de dados da alfabetização, ver <http://www.uis.unesco.org/>.

Taxa de escolarização bruta combinada dos ensinos primário, secundário e superior. As taxas de escolarização brutas são produzidas pelo Instituto de Estatísticas da UNESCO, com base nos dados sobre matrículas coligidos pelos governos nacionais (normalmente de fontes administrativas) e em dados da população da *2002 Revision of World Population Prospects* (UN 2003). Os rácios são calculados dividindo o número de estudantes matriculados em todos os níveis de escolaridade pela população total no grupo etário oficial correspondente a esses níveis. O grupo etário do superior é fixado nos cinco coortes imediatamente a seguir ao fim do último ciclo do secundário superior em todos os países.

Normalmente, pede-se aos países que comuniquem o número de estudantes matriculados no início do ano lectivo, em cada nível de educação, tal como é definido pela Classificação Internacional Tipo da Educação (CITED). Foi apresentada em 1997 uma versão revista do CITED, o que levou a algumas alterações na classificação dos programas nacionais de educação. Essas alterações, porém, têm menos impacto na estimativa das taxas de escolarização bruta combinada dos ensinos primário, secundário e superior.

Embora projectada como um substituto para a realização educacional, a taxa de escolarização bruta combinada não reflecte a qualidade dos resultados da educação. Mesmo quando usado para captar o acesso a oportunidades de educação, ela pode esconder diferenças importantes entre países, por causa de diferenças no conjunto etário correspondente ao nível de educação e na duração dos programas de educação. Factores

como a repetência de ano também podem criar distorções nos dados.

Indicadores como a duração média da escolaridade de uma população, ou esperança de vida escolar, captam os resultados da educação de forma mais adequada e, em teoria, poderiam substituir as taxas de escolarização bruta no IDH. Porém, esses dados ainda não estão disponíveis com regularidade para um número significativo de países. Aumentar a cobertura e a qualidade desses dados deveria ser uma prioridade da comunidade estatística internacional.

Tal como é definido actualmente, a taxa de escolarização bruta combinada não tem em conta estudantes matriculados noutros países. Os dados correntes de muitos países mais pequenos, como o Luxemburgo e as Seychelles, onde muitas pessoas prosseguem o ensino superior no estrangeiro, poderiam sub-representar significativamente o acesso real à educação, ou a realização educacional de uma população e assim levar a um valor menor do IDH. Por exemplo, a taxa de escolarização bruta combinada do Luxemburgo é estimada em 75%, mas sobe para 85% quando são tidos em conta os estudantes matriculados no estrangeiro.¹ Embora as diferenças entre os valores do IDH resultantes sejam pequenas (0,933 e 0,944, respectivamente), a posição do Luxemburgo no IDH passaria de 15 para 4, devido às pequenas diferenças nos valores do IDH entre os países de desenvolvimento humano elevado. Porém, os dados de uma taxa de escolarização bruta assim revista não estão amplamente disponíveis para outros países e, por isso, ainda não podem ser usados no IDH.

PIB per capita (Dólares PPC). Para comparar níveis de vida entre países, o PIB per capita precisa de ser convertido em termos de paridade do poder de compra (PPC), para eliminar as diferenças de níveis de preços nacionais. Os dados do PIB per capita (Dólares PPC) para o IDH são fornecidos para 163 países pelo Banco Mundial, com base nos dados de preços dos últimos inquéritos do Programa de Comparações Internacionais (PCI) e no PIB em moeda local, segundo dados das contas nacionais.

O inquérito PCI cobriu 118 países, para os quais as PPC foram estimadas directamente, por extrapolação dos últimos resultados de referência. Para os países não incluídos nos inquéritos de referência, as estimativas são feitas utilizando a regressão econométrica. Em relação

aos países não cobertos pelo Banco Mundial, são utilizadas as estimativas PPC fornecidas pelas *Penn World Tables* da Universidade da Pensilvânia.²

Num número limitado de casos, em que não estão disponíveis estimativas PPC fiáveis das duas fontes internacionais, o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano trabalhou com agências regionais e nacionais para obter uma estimativa PPC para um país. Por exemplo, no caso de Cuba, foi formada uma equipa técnica de peritos nacionais e internacionais para explorar diferentes metodologias para obter uma melhor estimativa PPC. Os resultados deste esforço reflectir-se-ão em futuros Relatórios.

Embora muitos progressos tenham sido feitos nas últimas décadas, os dados PPC actuais sofrem de várias deficiências, incluindo falta de cobertura universal, de actualidade dos dados e de uniformidade na qualidade dos resultados de diferentes regiões e países. Preencher lacunas na cobertura de países através da regressão econométrica exige hipóteses fortes, e a extrapolação no tempo significa que os resultados se tornam cada vez mais fracos à medida que a distância aumenta entre o ano do inquérito de referência e o ano corrente.

A importância das PPC na análise económica sublinha a necessidade de melhorar os dados PPC. Foi criada uma nova Ronda do Milénio do PCI que promete dados PPC muito melhores para análise da política económica, incluindo a avaliação da pobreza internacional (*Nota sobre estatísticas*, caixa 6).

Comparações no tempo e entre edições do Relatório

O IDH é um instrumento importante para monitorizar tendências de longo prazo no desenvolvimento humano. Para facilitar a análise de tendências entre países, o IDH é calculado para o período de 1975-2002 em intervalos de cinco anos. Estas estimativas, apresentadas no quadro de indicadores 2, baseiam-se numa metodologia consistente e em dados de tendências comparáveis, disponíveis quando o Relatório é preparado.

Como as agências internacionais de dados melhoram continuamente as suas séries de dados, incluindo a actualização periódica de dados históricos, as alterações ano a ano dos valores do IDH e das classificações entre edições do *Relatório do Desenvolvimento Humano* reflectem, muitas vezes, essas revisões

de dados – tanto específicas de um país, como relativas a outros países – e não verdadeiras mudanças num país. Além disso, alterações ocasionais na cobertura de países também podem afectar a classificação de um país no IDH, mesmo quando é utilizada uma metodologia consistente para calcular o IDH. Como resultado, a posição IDH de um país pode cair consideravelmente entre dois Relatórios consecutivos, mas quando são usados dados comparáveis revistos para reconstruir o IDH dos últimos anos, a posição e o valor do IDH podem, realmente, apresentar uma melhoria.

Por essas razões, a análise de tendências do IDH não deve basear-se em dados de edições diferentes do Relatório. O quadro de indicadores 2 fornece dados de tendências do IDH actualizados com base em dados e metodologia consistentes. Para valores e posições do IDH recalculados em relação a 2001 (o ano de referência do IDH no *Relatório do Desenvolvimento Humano 2003*), com base em dados e cobertura de países comparáveis com o Relatório deste ano, ver <http://hdr.undp.org/>.

IDH para países de desenvolvimento humano elevado

O IDH deste Relatório está construído para comparar realizações de países em todos os níveis de desenvolvimento humano. Os indicadores utilizados correntemente no IDH produzem diferenças muito pequenas entre os países do topo do IDH e, assim, o topo das classificações do IDH geralmente só reflecte as diferenças muito pequenas nos indicadores subjacentes. Para estes países de rendimento elevado, um índice alternativo – o índice da pobreza humana (apresentado no quadro de indicadores 4 e discutido no Destaque estatístico 1, *O Estado do desenvolvimento humano*) – pode reflectir melhor a extensão da privação humana que ainda existe entre populações e ajudar a orientar o enfoque das políticas públicas.

Para mais discussões acerca do uso e das limitações do IDH, ver Destaque estatístico 1, *O estado do desenvolvimento humano*.

1. Statec 2004.

2. Aten, Heston e Summers 2001, 2002.

1 Índice de desenvolvimento humano

MONITORIZAR O DESENVOLVIMENTO HUMANO: AUMENTAR AS ESCOLHAS DAS PESSOAS. . .

Ordem do IDH ^a	Esperança de vida à nascença (anos) 2002	Taxa de escolarização bruta combinada			Índice da esperança de vida	Índice da educação	Índice do PIB	Valor do índice do desenvolvimento humano (IDH) 2002	Ordem do PIB per capita (dól. PPC) menos ordem IDH ^d	
		Taxa de alfabetização de adultos (% 15 anos e mais) 2002 ^b	Taxa de do primário, e superior (%) 2001/02 ^c	PIB per capita (dól. PPC) 2002						
Desenvolvimento humano elevado										
1	Noruega	78,9	– e	98 ^f	36.600	0,90	0,99	0,99	0,956	1
2	Suécia	80,0	– e	114 ^{g,h}	26.050	0,92	0,99	0,93	0,946	19
3	Austrália	79,1	– e	113 ^{g,h}	28.260	0,90	0,99	0,94	0,946	9
4	Canadá	79,3	– e	95 ^f	29.480	0,90	0,98	0,95	0,943	5
5	Holanda	78,3	– e	99 ^f	29.100	0,89	0,99	0,95	0,942	6
6	Bélgica	78,7	– e	111 ^{f,g}	27.570	0,90	0,99	0,94	0,942	7
7	Islândia	79,7	– e	90 ^f	29.750	0,91	0,96	0,95	0,941	1
8	Estados Unidos	77,0	– e	92 ^h	35.750	0,87	0,97	0,98	0,939	-4
9	Japão	81,5	– e	84 ^h	26.940	0,94	0,94	0,93	0,938	6
10	Irlanda	76,9	– e	90 ^f	36.360	0,86	0,96	0,98	0,936	-7
11	Suíça	79,1	– e	88 ^f	30.010	0,90	0,95	0,95	0,936	-4
12	Reino Unido	78,1	– e	113 ^{f,g}	26.150	0,88	0,99	0,93	0,936	8
13	Finlândia	77,9	– e	106 ^{f,g}	26.190	0,88	0,99	0,93	0,935	6
14	Áustria	78,5	– e	91 ^f	29.220	0,89	0,96	0,95	0,934	-4
15	Luxemburgo	78,3	– e	75 ^{f,i}	61.190 ^j	0,89	0,91	1,00	0,933	-14
16	França	78,9	– e	91 ^f	26.920	0,90	0,96	0,93	0,932	0
17	Dinamarca	76,6	– e	96 ^f	30.940	0,86	0,98	0,96	0,932	-12
18	Nova Zelândia	78,2	– e	101 ^{g,h}	21.740	0,89	0,99	0,90	0,926	6
19	Alemanha	78,2	– e	88 ^h	27.100	0,89	0,95	0,94	0,925	-5
20	Espanha	79,2	97,7 ^{e,f,k}	92 ^h	21.460	0,90	0,97	0,90	0,922	5
21	Itália	78,7	98,5 ^{e,f,k}	82 ^f	26.430	0,89	0,93	0,93	0,920	-3
22	Israel	79,1	95,3	92	19.530	0,90	0,94	0,88	0,908	5
23	Hong Kong, China (RAE)	79,9	93,5 ^{f,k}	72	26.910	0,91	0,86	0,93	0,903	-6
24	Grécia	78,2	97,3 ^{e,f,k}	86 ^f	18.720	0,89	0,95	0,87	0,902	5
25	Singapura	78,0	92,5 ^l	87 ^m	24.040	0,88	0,91	0,92	0,902	-3
26	Portugal	76,1	92,5 ^{e,f,k}	93 ^f	18.280	0,85	0,97	0,87	0,897	6
27	Eslovénia	76,2	99,7 ^e	90 ^f	18.540	0,85	0,96	0,87	0,895	3
28	Coreia do Sul	75,4	97,9 ^{e,f,k}	92 ^h	16.950	0,84	0,97	0,86	0,888	9
29	Barbados	77,1	99,7 ^{f,n}	88 ^f	15.290	0,87	0,95	0,84	0,888	11
30	Chipre	78,2	96,8 ^l	74 ^f	18.360 ^f	0,89	0,89	0,87	0,883	1
31	Malta	78,3	92,6	77 ^f	17.640	0,89	0,87	0,86	0,875	3
32	República Checa	75,3	– e	78 ^h	15.780	0,84	0,92	0,84	0,868	7
33	Brunei	76,2	93,9 ^l	73	19.210 ^{f,o}	0,85	0,87	0,88	0,867	-5
34	Argentina	74,1	97,0	94 ^h	10.880	0,82	0,96	0,78	0,853	14
35	Seychelles	72,7 ^m	91,9 ^l	85	18.232 ^{p,q}	0,80	0,90	0,87	0,853	-2
36	Estónia	71,6	99,8 ^{e,l}	96 ^f	12.260	0,78	0,98	0,80	0,853	10
37	Polónia	73,8	99,7 ^{e,f,k}	90 ^h	10.560	0,81	0,96	0,78	0,850	13
38	Hungria	71,7	99,3 ^{e,f,k}	86 ^h	13.400	0,78	0,95	0,82	0,848	3
39	São Cristóvão e Nevis	70,0 ^r	97,8 ^r	97 ^f	12.420	0,75	0,98	0,80	0,844	6
40	Barém	73,9	88,5	79	17.170	0,81	0,85	0,86	0,843	-4
41	Lituânia	72,5	99,6 ^{e,l}	90 ^f	10.320	0,79	0,96	0,77	0,842	10
42	Eslováquia	73,6	99,7 ^{e,l}	74 ^h	12.840	0,81	0,91	0,81	0,842	1
43	Chile	76,0	95,7 ^l	79 ^f	9.820	0,85	0,90	0,77	0,839	11
44	Kuwait	76,5	82,9	76 ^f	16.240 ^q	0,86	0,81	0,85	0,838	-6
45	Costa Rica	78,0	95,8	69	8.840 ^q	0,88	0,87	0,75	0,834	14
46	Uruguai	75,2	97,7	85 ^h	7.830	0,84	0,94	0,73	0,833	16
47	Catar	72,0	84,2 ^{f,l}	82	19.844 ^{f,s}	0,78	0,83	0,88	0,833	-21
48	Croácia	74,1	98,1 ^l	73	10.240	0,82	0,90	0,77	0,830	4
49	Emiratos Árabes Unidos	74,6	77,3	68	22.420 ^{f,q}	0,83	0,74	0,90	0,824	-26
50	Letónia	70,9	99,7 ^{e,l}	87 ^f	9.210	0,76	0,95	0,75	0,823	6

1 Índice de desenvolvimento humano

Ordem do IDH ^a	Esperança de vida à nascença (anos) 2002	Taxa de escolarização			PIB per capita (dól. PPC) 2002	Índice da esperança de vida	Índice da educação	Índice do PIB	Valor do índice do desenvolvimento humano (IDH) 2002	Ordem do PIB per capita (dól. PPC) menos ordem IDH ^d
		Taxa de alfabetização de adultos (% 15 anos e mais) 2002 ^b	Taxa de bruta combinada do primário, secundário e superior (%) 2001/02 ^c							
51	Baamas	67,1	95,5 ^{f,k}	74 ^{f,t}	17.280 ^f	0,70	0,88	0,86	0,815	-16
52	Cuba	76,7	96,9	78	5.259 ^{f,s,u}	0,86	0,91	0,66	0,809	39
53	México	73,3	90,5 ^l	74 ^h	8.970	0,81	0,85	0,75	0,802	5
54	Trindade e Tobago	71,4	98,5	64	9.430	0,77	0,87	0,76	0,801	1
55	Antígua e Barbuda	73,9 ^r	85,8 ^{f,n}	69 ^r	10.920	0,82	0,80	0,78	0,800	-8
Desenvolvimento humano médio										
56	Bulgária	70,9	98,6	76 ^f	7.130	0,77	0,91	0,71	0,796	10
57	Federação Russa	66,7	99,6 ^e	88 ^h	8.230	0,69	0,95	0,74	0,795	3
58	Líbia	72,6	81,7	97 ^h	7.570 ^v	0,79	0,87	0,72	0,794	6
59	Malásia	73,0	88,7 ^l	70 ^h	9.120	0,80	0,83	0,75	0,793	-2
60	Macedónia	73,5	96,0 ^{w,x}	70 ^f	6.470	0,81	0,87	0,70	0,793	15
61	Panamá	74,6	92,3	73 ^f	6.170	0,83	0,86	0,69	0,791	18
62	Bielorrússia	69,9	99,7 ^e	88	5.520	0,75	0,95	0,67	0,790	24
63	Tonga	68,4	98,8 ^l	82	6.850 ^q	0,72	0,93	0,71	0,787	5
64	Maurícias	71,9	84,3 ^l	69	10.810	0,78	0,79	0,78	0,785	-15
65	Albânia	73,6	98,7 ^l	69 ^f	4.830	0,81	0,89	0,65	0,781	31
66	Bósnia e Herzegovina	74,0	94,6	64 ^y	5.970 ^{f,o}	0,82	0,84	0,68	0,781	15
67	Suriname	71,0	94,0 ^{w,x}	74 ^h	6.590 ^{p,q}	0,77	0,87	0,70	0,780	6
68	Venezuela	73,6	93,1	71	5.380	0,81	0,86	0,67	0,778	21
69	Roménia	70,5	97,3 ^l	68 ^f	6.560	0,76	0,88	0,70	0,778	5
70	Ucrânia	69,5	99,6 ^e	84	4.870	0,74	0,94	0,65	0,777	25
71	Santa Lúcia	72,4	94,8 ^{f,n}	74	5.300	0,79	0,88	0,66	0,777	19
72	Brasil	68,0	86,4 ^l	92 ^h	7.770	0,72	0,88	0,73	0,775	-9
73	Colômbia	72,1	92,1	68	6.370 ^q	0,78	0,84	0,69	0,773	4
74	Omã	72,3	74,4	63	13.340	0,79	0,71	0,82	0,770	-32
75	Samoa Ocidental	69,8	98,7	69	5.600 ^q	0,75	0,89	0,67	0,769	10
76	Tailândia	69,1	92,6 ^l	73 ^f	7.010	0,74	0,86	0,71	0,768	-9
77	Árabia Saudita	72,1	77,9	57	12.650 ^q	0,79	0,71	0,81	0,768	-33
78	Cazaquistão	66,2	99,4 ^e	81	5.870	0,69	0,93	0,68	0,766	4
79	Jamaica	75,6	87,6 ^{f,n}	75 ^h	3.980	0,84	0,83	0,61	0,764	28
80	Líbano	73,5	86,5 ^{f,k}	78	4.360	0,81	0,84	0,63	0,758	21
81	Fidji	69,6	92,9 ^{f,l}	73 ^h	5.440	0,74	0,86	0,67	0,758	7
82	Arménia	72,3	99,4 ^{e,l}	72	3.120	0,79	0,90	0,57	0,754	33
83	Filipinas	69,8	92,6 ^l	81 ^h	4.170	0,75	0,89	0,62	0,753	22
84	Maldivas	67,2	97,2	78	4.798 ^{f,p,q}	0,70	0,91	0,65	0,752	13
85	Peru	69,7	85,0 ^z	88 ^h	5.010	0,74	0,86	0,65	0,752	7
86	Turquemenistão	66,9	98,8 ^{f,l}	81 ^{f,t}	4.300 ^f	0,70	0,93	0,63	0,752	16
87	São Vicente e Grenadinas	74,0	83,1 ^{f,n}	64	5.460	0,82	0,77	0,67	0,751	0
88	Turquia	70,4	86,5 ^l	68 ^h	6.390	0,76	0,80	0,69	0,751	-12
89	Paraguai	70,7	91,6 ^z	72 ^h	4.610 ^q	0,76	0,85	0,64	0,751	9
90	Jordânia	70,9	90,9	77 ^h	4.220	0,76	0,86	0,62	0,750	14
91	Azerbaijão	72,1	97,0 ^{w,x}	69	3.210	0,78	0,88	0,58	0,746	23
92	Tunísia	72,7	73,2	75 ^h	6.760	0,79	0,74	0,70	0,745	-23
93	Granada	65,3 ^{f,n}	94,4 ^{f,n}	65 ^f	7.280	0,67	0,85	0,72	0,745	-28
94	China	70,9	90,9 ^l	68 ^f	4.580	0,76	0,83	0,64	0,745	5
95	Dominica	73,1 ⁿ	76,4 ^{f,n}	74 ^f	5.640	0,80	0,76	0,67	0,743	-11
96	Sri Lanka	72,5	92,1	65 ^h	3.570	0,79	0,83	0,60	0,740	16
97	Geórgia	73,5	100,0 ^{e,w,x}	69	2.260	0,81	0,89	0,52	0,739	29
98	República Dominicana	66,7	84,4	77 ^h	6.640 ^q	0,70	0,82	0,70	0,738	-27
99	Belize	71,5	76,9 ^l	71 ^f	6.080	0,78	0,75	0,69	0,737	-19
100	Equador	70,7	91,0 ^l	72 ^{f,aa}	3.580	0,76	0,85	0,60	0,735	11

1 Índice de desenvolvimento humano

Ordem do IDH ^a	Esperança de vida à nascença (anos) 2002	Taxa de escolarização bruta combinada			PIB per capita (dól. PPC) 2002	Índice da esperança de vida	Índice da educação	Índice do PIB	Valor do índice do desenvolvimento humano (IDH) 2002	Ordem do PIB per capita (dól. PPC) menos ordem IDH ^d
		Taxa de alfabetização de adultos (% 15 anos e mais) 2002 ^b	Taxa de do primário, e superior (%) 2001/02 ^c							
101	Irão	70,1	77,1 ^{f,k,z}	69	6.690	0,75	0,74	0,70	0,732	-31
102	Territórios Ocupados da Palestina	72,3	90,2 ^m	79	– ^{ab}	0,79	0,86	0,52	0,726	21
103	El Salvador	70,6	79,7	66	4.890 ^q	0,76	0,75	0,65	0,720	-9
104	Guiana	63,2	96,5 ^{f,n}	75 ^f	4.260 ^q	0,64	0,89	0,63	0,719	-1
105	Cabo Verde	70,0	75,7	73 ^h	5.000 ^q	0,75	0,75	0,65	0,717	-12
106	Síria	71,7	82,9	59	3.620	0,78	0,75	0,60	0,710	4
107	Usbequistão	69,5	99,3 ^e	76	1.670	0,74	0,91	0,47	0,709	35
108	Argélia	69,5	68,9	70 ^h	5.760 ^q	0,74	0,69	0,68	0,704	-25
109	Guiné Equatorial	49,1	84,2 ^{f,k}	58	30.130 ^{f,q}	0,40	0,76	0,95	0,703	-103
110	Quirguistão	68,4	97,0 ^{w,ac}	81	1.620	0,72	0,92	0,46	0,701	33
111	Indonésia	66,6	87,9	65 ^h	3.230	0,69	0,80	0,58	0,692	2
112	Vietname	69,0	90,3 ^{f,l}	64	2.300	0,73	0,82	0,52	0,691	12
113	Moldávia	68,8	99,0 ^e	62	1.470	0,73	0,87	0,45	0,681	36
114	Bolívia	63,7	86,7 ^l	86 ^h	2.460	0,64	0,86	0,53	0,681	6
115	Honduras	68,8	80,0 ^l	62 ^{f,aa}	2.600 ^q	0,73	0,74	0,54	0,672	3
116	Tajiquistão	68,6	99,5 ^{e,l}	73	980	0,73	0,90	0,38	0,671	45
117	Mongólia	63,7	97,8 ^l	70	1.710	0,64	0,89	0,47	0,668	21
118	Nicarágua	69,4	76,7 ^z	65 ^h	2.470 ^q	0,74	0,73	0,54	0,667	1
119	África do Sul	48,8	86,0	77	10.070 ^q	0,40	0,83	0,77	0,666	-66
120	Egipto	68,6	55,6 ^{f,l}	76 ^{f,t}	3.810	0,73	0,62	0,61	0,653	-12
121	Guatemala	65,7	69,9	56 ^h	4.080 ^q	0,68	0,65	0,62	0,649	-15
122	Gabão	56,6	71,0 ^{w,x}	74 ^h	6.590	0,53	0,72	0,70	0,648	-50
123	São Tomé e Príncipe	69,7	83,1 ^m	62	1.317 ^{f,s}	0,75	0,76	0,43	0,645	29
124	Ilhas Salomão	69,0	76,6 ^m	50 ^m	1.590 ^q	0,73	0,68	0,46	0,624	21
125	Marrocos	68,5	50,7	57	3.810	0,72	0,53	0,61	0,620	-17
126	Namíbia	45,3	83,3	71	6.210 ^q	0,34	0,79	0,69	0,607	-48
127	Índia	63,7	61,3 ^l	55 ^f	2.670 ^q	0,64	0,59	0,55	0,595	-10
128	Botswana	41,4	78,9	70	8.170	0,27	0,76	0,73	0,589	-67
129	Vanuatu	68,6	34,0 ^m	59	2.890 ^q	0,73	0,42	0,56	0,570	-13
130	Camboja	57,4	69,4	59	2.060 ^q	0,54	0,66	0,50	0,568	1
131	Gana	57,8	73,8	46	2.130 ^q	0,55	0,65	0,51	0,568	-3
132	Mianmar	57,2	85,3	48	1.027 ^v	0,54	0,73	0,39	0,551	26
133	Papua-Nova Guiné	57,4	64,6 ^{f,k}	41	2.270 ^q	0,54	0,57	0,52	0,542	-8
134	Butão	63,0	47,0 ^{w,x}	– ^{ad}	1.969 ^{f,s}	0,63	0,48	0,50	0,536	0
135	Laos	54,3	66,4	59	1.720	0,49	0,64	0,47	0,534	2
136	Comores	60,6	56,2	45	1.690 ^q	0,59	0,53	0,47	0,530	4
137	Suazilândia	35,7	80,9	61	4.550	0,18	0,74	0,64	0,519	-37
138	Bangladeche	61,1	41,1	54	1.700	0,60	0,45	0,47	0,509	1
139	Sudão ^{ae}	55,5	59,9	36	1.820 ^q	0,51	0,52	0,48	0,505	-3
140	Nepal	59,6	44,0	61	1.370	0,58	0,50	0,44	0,504	11
141	Camarões	46,8	67,9 ^z	56 ^h	2.000	0,36	0,64	0,50	0,501	-9
Desenvolvimento humano baixo										
142	Paquistão	60,8	41,5 ^{f,l}	37 ^f	1.940	0,60	0,40	0,49	0,497	-7
143	Togo	49,9	59,6	67	1.480 ^q	0,41	0,62	0,45	0,495	5
144	Congo	48,3	82,8	48 ^h	980	0,39	0,71	0,38	0,494	17
145	Lesoto	36,3	81,4 ^z	65	2.420 ^q	0,19	0,76	0,53	0,493	-24
146	Uganda	45,7	68,9	71	1.390 ^q	0,34	0,70	0,44	0,493	4
147	Zimbabué	33,9	90,0	58 ^h	2.400 ^f	0,15	0,79	0,53	0,491	-25
148	Quênia	45,2	84,3	53	1.020	0,34	0,74	0,39	0,488	11
149	Iémen	59,8	49,0	53 ^f	870	0,58	0,50	0,36	0,482	16
150	Madagáscar	53,4	67,3 ^{f,k}	45	740	0,47	0,60	0,33	0,469	20
151	Nigéria	51,6	66,8	45 ^{f,t}	860	0,44	0,59	0,36	0,466	15

1 Índice de desenvolvimento humano

Ordem do IDH ^a	Taxa de escolarização				Índice da esperança de vida	Índice da educação	Índice do PIB	Valor do índice de desenvolvimento humano (IDH) 2002	Ordem do PIB per capita (dól. PPC) menos ordem IDH ^d	
	Esperança de vida à nascença (anos) 2002	Taxa de alfabetização de adultos (% 15 anos e mais) 2002 ^b	Taxa de bruta combinada							
			do primário, secundário e superior (%) 2001/02 ^c	PIB per capita (dól. PPC) 2002						
152	Mauritânia	52,3	41,2	44	2.220 ^q	0,45	0,42	0,52	0,465	-25
153	Haiti	49,4	51,9	52 ^{f,t}	1.610 ^q	0,41	0,52	0,46	0,463	-9
154	Djibouti	45,8	65,5 ^{f,k}	24	1.990 ^q	0,35	0,52	0,50	0,454	-21
155	Gâmbia	53,9	37,8 ^{f,k}	45 ^h	1.690 ^q	0,48	0,40	0,47	0,452	-15
156	Eritreia	52,7	56,7 ^{f,k}	33	890 ^q	0,46	0,49	0,36	0,439	8
157	Senegal	52,7	39,3	38 ^h	1.580	0,46	0,39	0,46	0,437	-11
158	Timor-Leste	49,3	58,6 ^{f,m}	75	– ^{af}	0,41	0,64	0,26	0,436	19
159	Ruanda	38,9	69,2	53	1.270 ^q	0,23	0,64	0,42	0,431	-6
160	Guiné	48,9	41,0 ^{w,x}	29 ^f	2.100	0,40	0,37	0,51	0,425	-30
161	Benim	50,7	39,8	52 ^h	1.070	0,43	0,44	0,40	0,421	-5
162	Tanzânia	43,5	77,1	31 ^f	580	0,31	0,62	0,29	0,407	12
163	Costa do Marfim	41,2	49,7 ^{f,k}	42	1.520	0,27	0,47	0,45	0,399	-16
164	Zâmbia	32,7	79,9	45	840	0,13	0,68	0,36	0,389	3
165	Malawi	37,8	61,8	74 ^h	580	0,21	0,66	0,29	0,388	9
166	Angola	40,1	42,0 ^{w,ac}	30 ^f	2.130 ^q	0,25	0,38	0,51	0,381	-38
167	Chade	44,7	45,8	35 ^f	1.020 ^q	0,33	0,42	0,39	0,379	-8
168	Congo	41,4	62,7 ^{f,k}	27 ^{f,aa}	650 ^q	0,27	0,51	0,31	0,365	4
169	República Centro-Africana	39,8	48,6 ^z	31	1.170 ^q	0,25	0,43	0,41	0,361	-15
170	Etiópia	45,5	41,5	34	780 ^q	0,34	0,39	0,34	0,359	-1
171	Moçambique	38,5	46,5	41	1.050 ^q	0,22	0,45	0,39	0,354	-14
172	Guiné-Bissau	45,2	39,6 ^{f,k}	37 ^f	710 ^q	0,34	0,39	0,33	0,350	-1
173	Burundi	40,8	50,4	33	630 ^q	0,26	0,45	0,31	0,339	0
174	Mali	48,5	19,0 ^{f,l}	26 ^f	930	0,39	0,21	0,37	0,326	-11
175	Burkina Faso	45,8	12,8 ^{f,l}	22 ^h	1.100 ^q	0,35	0,16	0,40	0,302	-20
176	Níger	46,0	17,1	19	800 ^q	0,35	0,18	0,35	0,292	-8
177	Serra Leoa	34,3	36,0 ^{w,x}	45 ^f	520	0,16	0,39	0,28	0,273	-1
	Países em desenvolvimento	64,6	76,7	60	4.054	0,66	0,71	0,62	0,663	–
	Países menos desenvolvidos	50,6	52,5	43	1.307	0,43	0,49	0,42	0,446	–
	Países Árabes	66,3	63,3	60	5.069	0,69	0,61	0,65	0,651	–
	Ásia Oriental e Pacífico	69,8	90,3	65	4.768	0,75	0,83	0,64	0,740	–
	América Latina e Caraíbas	70,5	88,6	81	7.223	0,76	0,86	0,72	0,777	–
	Ásia do Sul	63,2	57,6	54	2.658	0,64	0,57	0,55	0,584	–
	África Subariana	46,3	63,2	44	1.790	0,35	0,56	0,48	0,465	–
	Europa Central, do Leste & CEI	69,5	99,3	79	7.192	0,74	0,93	0,72	0,796	–
	OCDE	77,1	–	87	24.904	0,87	0,94	0,92	0,911	–
	OCDE de rendimento elevado	78,3	–	93	29.000	0,89	0,97	0,95	0,935	–
	Desenvolvimento humano elevado	77,4	–	89	24.806	0,87	0,95	0,92	0,915	–
	Desenvolvimento humano médio	67,2	80,4	64	4.269	0,70	0,75	0,63	0,695	–
	Desenvolvimento humano baixo	49,1	54,3	40	1.184	0,40	0,50	0,41	0,438	–
	Rendimento elevado	78,3	–	92	28.741	0,89	0,97	0,94	0,933	–
	Rendimento médio	70,0	89,7	71	5.908	0,75	0,84	0,68	0,756	–
	Rendimento baixo	59,1	63,6	51	2.149	0,57	0,59	0,51	0,557	–
	Mundo	66,9	–	64	7.804	0,70	0,76	0,73	0,729	–

Nota: Os agregados das colunas 5-8 são baseados em todos os dados do quadro. Para notas pormenorizadas sobre os dados, ver Destaque estatístico 2. *Nota para o quadro 1: Sobre o índice de desenvolvimento humano deste ano.*
a. A ordenação do IDH é determinada utilizando valores IDH até à quinta casa decimal. **b.** Os dados referem-se a estimativas produzidas pelo Instituto de Estatística da UNESCO em Julho de 2002, a não ser quando indicado de outro modo. Devido a diferenças de metodologia e de oportunidade dos dados primários, as comparações entre países e no tempo devem ser feitas com cautela. **c.** Os dados referem-se ao ano escolar de 2001-02, a não ser quando indicado de outro modo. Os dados de alguns países podem corresponder a estimativas nacionais ou do Instituto de Estatística da UNESCO. Para pormenores, ver <http://www.uis.unesco.org>. Porque os dados são de diferentes fontes, as comparações entre países devem ser feitas com cautela. **d.** Um valor positivo indica que a ordem do IDH é mais elevada que a do PIB per capita (dólares PPC), um valor negativo indica o oposto. **e.** Com o fim de calcular o IDH, foi utilizado um valor de 99,0%. **f.** Os dados referem-se a um ano diferente do indicado. **g.** Com o fim de calcular o IDH, foi utilizado um valor de 100,0%. **h.** Estimativas provisórias do Instituto de Estatística da UNESCO, sujeitas a revisão futura. **i.** O rácio é subestimado, porque muitos estudantes do secundário e do superior prosseguem os seus estudos em países vizinhos. Ver Destaque estatístico 2. *Nota para o quadro 1: Sobre o índice de desenvolvimento humano deste ano.* **j.** Com o fim de calcular o IDH, foi utilizado um valor de 40.000 dólares (PPC). **k.** UNESCO Institute for Statistics 2003a. **l.** Dados de Censo. **m.** Os dados são de fontes nacionais. **n.** Os dados são do Secretariado da Organização dos Estados das Caraíbas Orientais, baseados em fontes nacionais. **o.** World Bank 2003b. **p.** Estimativas provisórias do Banco Mundial, sujeitas a revisão futura. **q.** Estimativa baseada numa regressão. **r.** Os dados são do Secretariado da Organização dos Estados das Caraíbas Orientais, baseados em fontes nacionais. **s.** Aten, Heston e Summers 2002. Os dados diferem da definição padrão. **t.** Os dados referem-se ao ano escolar de 1999-2000. Foram fornecidos pelo Instituto de Estatística da UNESCO para o *Relatório do Desenvolvimento Humano 2001* (ver UNESCO Institute for Statistics 2001). **u.** Estão em curso esforços para produzir estimativas mais precisas e recentes. Ver Destaque estatístico 2. *Nota para o quadro 1: Sobre o índice de desenvolvimento humano deste ano.* **v.** Aten, Heston e Summers 2001. Os dados diferem da definição padrão. **w.** Os dados referem-se a ano ou período diferente do indicado, diferem da definição padrão ou respeitam apenas a parte do país. **x.** UNICEF 2003b. **y.** UNDP 2002a. **z.** Dados de inquérito. **aa.** UNESCO Institute for Statistics 2003b. **ab.** Na ausência de uma estimativa do PIB per capita (dólares PPC), o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano utilizou uma estimativa de 2.302 dólares, calculado usando o valor do PIB em dólares EUA e o rácio médio ponderado entre dólares PPC e dólares EUA nos países árabes. **ac.** UNICEF 2000. **ad.** Porque a taxa de escolarização bruta combinada não estava disponível, o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano utilizou uma estimativa de 49%. **ae.** As estimativas são baseadas principalmente em informações do norte do Sudão. **af.** Utilizou-se o valor estimado de 478 dólares EUA (UNDP 2002b).

Fonte: Coluna 1: UN 2003, excepto quando indicado de outro modo; coluna 2: UNESCO Institute for Statistics 2004a, excepto quando indicado de outro modo; coluna 3: UNESCO Institute for Statistics 2004c, excepto quando indicado de outro modo; coluna 4: World Bank 2004f, excepto quando indicado de outro modo; os agregados foram calculados pelo Banco Mundial para o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano; coluna 5: alucado com base nos dados da coluna 1; coluna 6: calculado com base nos dados das colunas 2 e 3; coluna 7: calculado com base nos dados da coluna 4; coluna 8: calculado com base nos dados das colunas 5-7; para pormenores, ver nota técnica 1; coluna 9: calculado com base nos dados das colunas 4 e 8.

2 Tendências do índice de desenvolvimento humano

MONITORIZAR O DESENVOLVIMENTO HUMANO: AUMENTAR AS ESCOLHAS DAS PESSOAS . . .

Ordem do IDH	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2002
Desenvolvimento humano elevado							
1 Noruega	0,866	0,886	0,897	0,911	0,935	0,954	0,956
2 Suécia	0,863	0,873	0,885	0,895	0,928	0,943	0,946
3 Austrália	0,847	0,864	0,877	0,892	0,932	0,942	0,946
4 Canadá	0,869	0,885	0,908	0,928	0,933	0,939	0,943
5 Holanda	0,865	0,877	0,891	0,907	0,927	0,938	0,942
6 Bélgica	0,845	0,862	0,876	0,897	0,927	0,940	0,942
7 Islândia	0,862	0,885	0,895	0,913	0,919	0,939	0,941
8 Estados Unidos	0,866	0,886	0,899	0,914	0,926	0,935	0,939
9 Japão	0,854	0,879	0,894	0,910	0,924	0,934	0,938
10 Irlanda	0,810	0,825	0,844	0,869	0,893	0,926	0,936
11 Suíça	0,878	0,889	0,895	0,909	0,918	0,932	0,936
12 Reino Unido	0,845	0,853	0,862	0,883	0,921	0,932	0,936
13 Finlândia	0,839	0,859	0,876	0,899	0,913	0,933	0,935
14 Áustria	0,842	0,856	0,870	0,893	0,913	0,931	0,934
15 Luxemburgo	0,838	0,850	0,856	0,882	0,908	0,928	0,933
16 França	0,852	0,867	0,880	0,902	0,919	0,929	0,932
17 Dinamarca	0,872	0,881	0,889	0,897	0,912	0,929	0,932
18 Nova Zelândia	0,847	0,853	0,867	0,874	0,904	0,921	0,926
19 Alemanha	–	0,860	0,868	0,887	0,911	–	0,925
20 Espanha	0,836	0,853	0,867	0,885	0,903	0,917	0,922
21 Itália	0,841	0,856	0,865	0,887	0,904	0,915	0,920
22 Israel	0,794	0,818	0,839	0,857	0,880	0,907	0,908
23 Hong Kong, China (RAE)	0,760	0,799	0,826	0,862	0,879	–	0,903
24 Grécia	0,832	0,847	0,860	0,870	0,875	0,894	0,902
25 Singapura	0,724	0,761	0,784	0,821	0,859	–	0,902
26 Portugal	0,785	0,800	0,823	0,847	0,876	0,892	0,897
27 Eslovênia	–	–	–	–	0,852	0,883	0,895
28 Coreia do Sul	0,705	0,741	0,779	0,817	0,852	0,878	0,888
29 Barbados	0,804	0,827	0,837	0,851	0,859	0,888	0,888
30 Chipre	–	0,791	0,812	0,835	0,855	0,880	0,883
31 Malta	0,726	0,763	0,789	0,824	0,850	0,873	0,875
32 República Checa	–	–	–	–	0,843	0,856	0,868
33 Brunei	–	–	–	–	–	–	0,867
34 Argentina	0,784	0,799	0,808	0,810	0,832	0,854	0,853
35 Seychelles	–	–	–	–	–	–	0,853
36 Estônia	–	–	–	0,817	0,796	0,839	0,853
37 Polónia	–	–	–	0,802	0,816	0,843	0,850
38 Hungria	0,777	0,793	0,807	0,807	0,810	0,837	0,848
39 São Cristóvão e Nevis	–	–	–	–	–	–	0,844
40 Barém	–	0,746	0,779	0,808	0,825	0,835	0,843
41 Lituânia	–	–	–	0,823	0,789	0,829	0,842
42 Eslováquia	–	–	–	–	–	–	0,842
43 Chile	0,703	0,738	0,761	0,784	0,814	0,835	0,839
44 Kuwait	0,761	0,776	0,778	–	0,810	0,834	0,838
45 Costa Rica	0,745	0,770	0,774	0,791	0,810	0,829	0,834
46 Uruguai	0,759	0,779	0,785	0,803	0,816	–	0,833
47 Catar	–	–	–	–	–	–	0,833
48 Croácia	–	–	–	0,806	0,798	0,823	0,830
49 Emiratos Árabes Unidos	0,744	0,777	0,785	0,805	0,803	–	0,824
50 Letónia	–	0,795	0,807	0,807	0,765	0,808	0,823

2 Tendências do índice de desenvolvimento humano

Ordem do IDH	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2002	
51	Baamas	–	0,809	0,820	0,825	0,812	–	0,815
52	Cuba	–	–	–	–	–	–	0,809
53	México	0,688	0,734	0,753	0,761	0,776	0,800	0,802
54	Trindade e Tobago	0,735	0,768	0,786	0,791	0,793	0,806	0,801
55	Antígua e Barbuda	–	–	–	–	–	–	0,800
Desenvolvimento humano médio								
56	Bulgária	–	0,768	0,788	0,795	0,784	0,791	0,796
57	Federação Russa	–	–	–	0,813	0,771	–	0,795
58	Líbia	–	–	–	–	–	–	0,794
59	Malásia	0,614	0,657	0,693	0,720	0,759	0,789	0,793
60	Macedónia	–	–	–	–	–	–	0,793
61	Panamá	0,708	0,735	0,746	0,748	0,771	0,791	0,791
62	Bielorrússia	–	–	–	0,785	0,752	0,775	0,790
63	Tonga	–	–	–	–	–	–	0,787
64	Maurícias	–	0,658	0,689	0,723	0,747	0,775	0,785
65	Albânia	–	–	0,691	0,702	0,702	0,740	0,781
66	Bósnia e Herzegovina	–	–	–	–	–	–	0,781
67	Suriname	–	–	–	–	–	–	0,780
68	Venezuela	0,716	0,730	0,739	0,759	0,768	0,776	0,778
69	Roménia	–	–	–	0,771	0,769	0,773	0,778
70	Ucrânia	–	–	–	0,798	0,751	0,762	0,777
71	Santa Lúcia	–	–	–	–	–	–	0,777
72	Brasil	0,644	0,680	0,695	0,714	0,739	0,771	0,775
73	Colômbia	0,661	0,689	0,706	0,727	0,751	0,771	0,773
74	Omã	0,493	0,546	0,640	0,696	0,733	0,761	0,770
75	Samoa Ocidental	–	–	–	–	0,741	0,762	0,769
76	Tailândia	0,613	0,651	0,676	0,707	0,742	–	0,768
77	Árabia Saudita	0,602	0,656	0,671	0,707	0,741	0,764	0,768
78	Cazaquistão	–	–	–	0,767	0,725	0,744	0,766
79	Jamaica	0,687	0,695	0,699	0,726	0,737	0,752	0,764
80	Líbano	–	–	–	0,673	0,732	0,752	0,758
81	Fidji	0,659	0,683	0,698	0,722	0,744	0,751	0,758
82	Arménia	–	–	–	0,751	0,708	–	0,754
83	Filipinas	0,653	0,686	0,692	0,719	0,735	–	0,753
84	Maldivas	–	–	–	–	–	–	0,752
85	Peru	0,642	0,672	0,696	0,706	0,733	–	0,752
86	Turquemenistão	–	–	–	–	–	–	0,752
87	São Vicente e Grenadinas	–	–	–	–	–	–	0,751
88	Turquia	0,590	0,614	0,651	0,683	0,713	–	0,751
89	Paraguai	0,667	0,701	0,708	0,719	0,738	0,751	0,751
90	Jordânia	–	0,639	0,663	0,682	0,707	0,741	0,750
91	Azerbaijão	–	–	–	–	–	–	0,746
92	Tunísia	0,516	0,574	0,623	0,656	0,696	0,734	0,745
93	Granada	–	–	–	–	–	–	0,745
94	China	0,523	0,557	0,593	0,627	0,683	0,721	0,745
95	Dominica	–	–	–	–	–	–	0,743
96	Sri Lanka	0,613	0,648	0,674	0,698	0,719	–	0,740
97	Geórgia	–	–	–	–	–	–	0,739
98	República Dominicana	0,617	0,648	0,670	0,678	0,699	0,731	0,738
99	Belize	–	0,707	0,717	0,747	0,768	0,773	0,737
100	Equador	0,630	0,674	0,696	0,710	0,719	–	0,735

2 Tendências do índice de desenvolvimento humano

Ordem do IDH	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2002	
101	Irão	0,565	0,569	0,610	0,649	0,693	0,723	0,732
102	Territórios Ocupados da Palestina	–	–	–	–	–	–	0,726
103	El Salvador	0,590	0,590	0,610	0,648	0,686	0,713	0,720
104	Guiana	0,677	0,683	0,679	0,697	0,706	0,724	0,719
105	Cabo Verde	–	–	–	0,623	0,675	–	0,717
106	Síria	0,534	0,576	0,611	0,635	0,663	0,683	0,710
107	Usbequistão	–	–	–	–	0,687	–	0,709
108	Argélia	0,504	0,554	0,603	0,642	0,664	0,693	0,704
109	Guiné Equatorial	–	–	0,483	0,504	0,528	0,670	0,703
110	Quirguistão	–	–	–	–	–	–	0,701
111	Indonésia	0,467	0,529	0,582	0,623	0,662	0,680	0,692
112	Vietname	–	–	–	0,610	0,649	0,686	0,691
113	Moldávia	–	–	–	0,736	0,684	0,673	0,681
114	Bolívia	0,512	0,548	0,580	0,603	0,635	0,670	0,681
115	Honduras	0,517	0,568	0,599	0,624	0,646	–	0,672
116	Tajiquistão	–	–	0,719	0,719	0,651	0,655	0,671
117	Mongólia	–	–	0,650	0,656	0,629	0,658	0,668
118	Nicarágua	0,565	0,576	0,584	0,589	0,624	0,643	0,667
119	África do Sul	0,655	0,672	0,697	0,729	0,735	0,690	0,666
120	Egipto	0,438	0,487	0,539	0,577	0,608	–	0,653
121	Guatemala	0,510	0,546	0,559	0,583	0,613	0,642	0,649
122	Gabão	–	–	–	–	–	–	0,648
123	São Tomé e Príncipe	–	–	–	–	–	–	0,645
124	Ilhas Salomão	–	–	–	–	–	–	0,624
125	Marrocos	0,429	0,474	0,510	0,542	0,571	0,603	0,620
126	Namíbia	–	–	–	–	0,667	0,625	0,607
127	Índia	0,411	0,437	0,476	0,514	0,548	0,579	0,595
128	Botswana	0,503	0,574	0,633	0,675	0,666	0,620	0,589
129	Vanuatu	–	–	–	–	–	–	0,570
130	Camboja	–	–	–	–	0,540	0,551	0,568
131	Gana	0,439	0,467	0,481	0,511	0,532	0,560	0,568
132	Mianmar	–	–	–	–	–	–	0,551
133	Papua-Nova Guiné	0,423	0,444	0,465	0,482	0,522	0,540	0,542
134	Butão	–	–	–	–	–	–	0,536
135	Laos	–	–	0,422	0,449	0,485	0,520	0,534
136	Comores	–	0,479	0,498	0,501	0,509	0,521	0,530
137	Suazilândia	0,516	0,544	0,565	0,611	0,606	0,548	0,519
138	Bangladeche	0,345	0,363	0,388	0,417	0,445	0,497	0,509
139	Sudão	0,344	0,372	0,394	0,427	0,465	0,492	0,505
140	Nepal	0,291	0,330	0,372	0,418	0,455	0,488	0,504
141	Camarões	0,415	0,462	0,504	0,519	0,508	–	0,501
Desenvolvimento humano baixo								
142	Paquistão	0,346	0,373	0,405	0,444	0,473	–	0,497
143	Togo	0,396	0,445	0,445	0,474	0,486	0,491	0,495
144	Congo	0,451	0,497	0,541	0,532	0,530	0,487	0,494
145	Lesoto	0,457	0,499	0,517	0,544	0,549	0,513	0,493
146	Uganda	–	–	0,395	0,395	0,404	–	0,493
147	Zimbabué	0,547	0,572	0,629	0,617	0,571	0,511	0,491
148	Quênia	0,445	0,490	0,515	0,540	0,524	0,496	0,488
149	Iémen	–	–	–	0,392	0,435	0,469	0,482
150	Madagáscar	0,400	0,433	0,429	0,436	0,443	0,469	0,469
151	Nigéria	0,324	0,385	0,401	0,430	0,455	–	0,466

2 Tendências do índice de desenvolvimento humano

Ordem do IDH	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2002
152 Mauritânia	0,339	0,362	0,382	0,387	0,423	0,449	0,465
153 Haiti	–	0,443	0,459	0,455	0,448	–	0,463
154 Djibouti	–	–	–	–	0,450	0,452	0,454
155 Gâmbia	0,283	–	–	–	0,418	0,448	0,452
156 Eritreia	–	–	–	–	0,410	0,430	0,439
157 Senegal	0,315	0,332	0,359	0,382	0,398	0,425	0,437
158 Timor-Leste	–	–	–	–	–	–	0,436
159 Ruanda	0,341	0,386	0,397	0,351	0,341	0,413	0,431
160 Guiné	–	–	–	–	–	–	0,425
161 Benim	0,288	0,324	0,351	0,356	0,381	0,406	0,421
162 Tanzânia	–	–	–	0,413	0,406	0,403	0,407
163 Costa do Marfim	0,382	0,416	0,428	0,429	0,410	0,402	0,399
164 Zâmbia	0,466	0,474	0,485	0,466	0,418	0,389	0,389
165 Malawi	0,315	0,347	0,360	0,368	0,408	0,395	0,388
166 Angola	–	–	–	–	–	–	0,381
167 Chade	0,260	0,260	0,301	0,326	0,335	0,363	0,379
168 Congo, Rep. Dem.	0,410	0,418	0,425	0,414	0,380	–	0,365
169 República Centro-Africana	0,334	0,351	0,373	0,375	0,366	–	0,361
170 Etiópia	–	–	0,281	0,305	0,319	0,345	0,359
171 Moçambique	–	0,298	0,286	0,310	0,318	0,342	0,354
172 Guiné-Bissau	0,254	0,262	0,282	0,311	0,339	0,354	0,350
173 Burundi	0,282	0,306	0,332	0,338	0,311	0,325	0,339
174 Mali	0,232	0,262	0,269	0,288	0,309	–	0,326
175 Burkina Faso	0,239	0,262	0,287	0,302	0,312	0,323	0,302
176 Níger	0,237	0,257	0,250	0,259	0,265	0,279	0,292
177 Serra Leoa	–	–	–	–	–	–	0,273

Nota: Os valores do índice do desenvolvimento humano deste quadro foram calculados utilizando séries de dados e uma metodologia consistentes. Não são exactamente comparáveis com os valores publicados nos *Relatórios do Desenvolvimento Humano* anteriores. Para discussão pormenorizada ver Destaque estatístico 2, Nota para o quadro 1: Sobre o índice de desenvolvimento humano deste ano.

Fonte: Colunas 1-6: calculado com base nos dados da esperança de vida à nascença, de UN 2003; os dados das taxas de alfabetização de adultos são de UNESCO Institute for Statistics 2003a; os dados das taxas de escolarização bruta combinada são de UNESCO 1999 e UNESCO Institute for Statistics 2004c; e os dados do PIB per capita (dólares PPC de 1995) e do PIB per capita (dólares PPC correntes) são de World Bank 2004f; coluna 7: coluna 8 do quadro 1.

3 Pobreza e privação humanas
Países em desenvolvimento

MONITORIZAR O DESENVOLVIMENTO HUMANO: AUMENTAR AS ESCOLHAS DAS PESSOAS . . .

Ordem do IDH	Índice de pobreza humana (IPH-1)		Probabilidade de não viver até aos 40 anos ^{a+}	Taxa de analfabetismo de adultos ^{b+}	População sem acesso a uma fonte de água melhorada ⁺	ODM Crianças com peso deficiente ⁺	ODM População abaixo da linha de privação de rendimento (%)			Ordem IPH-1 menos ordem privação ^f
	Ordem	Valor (%)	(% da coorte) 2000-05	(% 15 anos e mais) 2002	(%) 2000	(% menores de 5 anos) 1995-2002 ^c	1 dólar dia ^d 1990-2002 ^c	2 dólares dia ^e 1990-2002 ^c	Linha de pobreza nacional 1990-2001 ^c	
Desenvolvimento humano elevado										
23			1,8	6,5 ^g	–	–	–	–	–	–
25	6	6,3	1,9	7,5 ^h	0	14 ⁱ	–	–	–	–
28	–	–	3,4	2,1 ^g	8	–	<2	<2	–	–
29	1	2,5	2,6	0,3	0	6 ⁱ	–	–	–	–
30	–	–	2,9	3,2 ^h	0	–	–	–	–	–
33	–	–	2,8	6,1 ^h	–	–	–	–	–	–
34	–	–	5,1	3,0	–	5	3,3	14,3	–	–
35	–	–	–	8,1 ^h	–	6 ⁱ	–	–	–	–
39	–	–	–	–	2	–	–	–	–	–
40	–	–	4,0	11,5	–	9	–	–	–	–
43	3	4,1	4,1	4,3 ^h	7	1	<2	9,6	17,0	1
44	–	–	2,6	17,1	–	10	–	–	–	–
45	4	4,4	3,7	4,2	5	5	2,0	9,5	22,0	-10
46	2	3,6	4,4	2,3	2	5	<2	3,9	–	0
47	–	–	5,1	15,8 ^{h,j}	–	6	–	–	–	–
49	–	–	3,4	22,7	–	14	–	–	–	–
51	–	–	16,0	4,5 ^g	3	–	–	–	–	–
52	5	5,0	4,1	3,1	9	4	–	–	–	–
53	12	9,1	7,6	9,5 ^h	12	8	9,9	26,3	10,1 ^k	-12
54	8	7,7	9,1	1,5	10	7 ⁱ	12,4	39,0	21,0	-17
55	–	–	–	–	9	10 ⁱ	–	–	–	–
Desenvolvimento humano médio										
58	29	15,3	4,5	18,3	28	5	–	–	–	–
59	–	–	4,2	11,3 ^h	–	12	<2	9,3	15,5 ^k	–
61	9	7,7	6,8	7,7	10	7	7,2	17,6	37,3	-11
63	–	–	8,9	1,2 ^h	0	–	–	–	–	–
64	16	11,3	4,6	15,7 ^h	0	15	–	–	–	–
67	–	–	6,5	–	18	13	–	–	–	–
68	11	8,5	5,9	6,9	17	5 ⁱ	15,0	32,0	31,3 ^k	-20
71	–	–	5,7	–	2	14 ⁱ	–	–	–	–
72	18	11,8	11,5	13,6 ^h	13	6	8,2	22,4	17,4	-7
73	10	8,1	8,4	7,9	9	7	8,2	22,6	64,0	-13
74	50	31,5	5,0	25,6	61	24	–	–	–	–
75	–	–	6,6	1,3	1	–	–	–	–	–
76	22	13,1	10,2	7,4 ^h	16	19 ⁱ	<2	32,5	13,1	15
77	30	15,8	5,2	22,1	5	14	–	–	–	–
79	13	9,2	4,9	12,4	8	6	<2	13,3	18,7	9
80	14	9,5	4,3	13,5 ^g	0	3	–	–	–	–
81	42	21,3	5,4	7,1 ^{h,j}	53	8 ⁱ	–	–	–	–
83	28	15,0	7,4	7,4 ^h	14	28	14,6	46,4	36,8	-5
84	17	11,4	10,2	2,8	0	30	–	–	–	–
85	23	13,2	10,2	15,0 ⁱ	20	7	18,1	37,7	49,0	-19
87	–	–	3,9	–	7	–	–	–	–	–
88	19	12,0	8,0	13,5 ^h	18	8	<2	10,3	–	12
89	15	10,6	8,0	8,4 ⁱ	22	5	14,9	30,3	21,8	-16
90	7	7,2	6,6	9,1	4	5	<2	7,4	11,7	3
92	39	19,2	4,9	26,8	20	4	<2	6,6	7,6	28
93	–	–	–	–	5	–	–	–	–	–
94	24	13,2	7,1	9,1 ^h	25	11	16,6	46,7	4,6	-14
95	–	–	–	–	3	5 ⁱ	–	–	–	–
96	36	18,2	5,1	7,9	23	29	6,6	45,4	25,0	11
98	26	13,7	14,6	15,6	14	5	<2	<2	28,6	18

3 Pobreza e privação humanas

Países em desenvolvimento

Ordem do IDH	Índice de pobreza humana (IPH-1)		Probabilidade de não viver até aos 40 anos ^{a+}	Taxa de analfabetismo de adultos ^{b+}	População sem acesso a uma fonte de água melhorada [†]	ODM Crianças com peso deficiente para a idade [†]	ODM População abaixo da linha de privação de rendimento			Ordem IPH-1 menos ordem	
	Ordem	Valor (%)	(% da coorte) 2000-05	(% 15 anos e mais) 2002	(%) 2000	(% menores de 5 anos) 1995-2002 ^c	1 dólar dia ^d	2 dólares dia ^e	Linha de pobreza nacional 1990-2001 ^c	rendimento ^f	
							1990-2002 ^c	1990-2002 ^c	1990-2001 ^c		
99	Belize	33	16,7	11,3	23,1 ^h	8	6 ⁱ	–	–	–	–
100	Equador	20	12,0	10,3	9,0 ^h	15	15	17,7	40,8	35,0	-20
101	Irão	31	16,4	7,0	22,9 ^{g,i,l}	8	11	<2	7,3	–	21
102	Territórios Ocupados da Palestina	–	–	5,2	–	14	4	–	–	–	–
103	El Salvador	34	17,0	9,9	20,3	23	12	31,1	58,0	48,3	-21
104	Guiana	21	12,9	17,6	1,4 ^g	6	14	<2	6,1	35,0	14
105	Cabo Verde	40	19,7	7,6	24,3	26	14 ⁱ	–	–	–	–
106	Síria	25	13,7	5,7	17,1	20	7	–	–	–	–
108	Argélia	43	21,9	9,3	31,1	11	6	<2	15,1	12,2	30
109	Guiné Equatorial	54	32,7	36,4	15,8 ^g	56	19	–	–	–	–
111	Indonésia	35	17,8	10,8	12,1	22	26	7,5	52,4	27,1	7
112	Vietname	41	20,0	10,7	9,7 ^{h,j}	23	33	17,7	63,7	50,9	-5
114	Bolívia	27	14,4	16,0	13,3 ^h	17	10	14,4	34,3	62,7	-5
115	Honduras	32	16,6	13,8	20,0 ^h	12	17	23,8	44,4	53,0	-17
117	Mongólia	38	19,1	13,0	2,2 ^h	40	13	13,9	50,0	36,3	4
118	Nicarágua	37	18,3	10,3	23,3 ^l	23	10	45,1	79,9	47,9	-31
119	África do Sul	52	31,7	44,9	14,0	14	12	7,1	23,8	–	20
120	Egipto	47	30,9	8,6	44,4 ^{h,j}	3	11	3,1	43,9	16,7	20
121	Guatemala	44	22,5	14,1	30,1	8	24	16,0	37,4	56,2	1
122	Gabão	–	–	28,1	–	14	12	–	–	–	–
123	São Tomé e Príncipe	–	–	10,0	–	–	13	–	–	–	–
124	Ilhas Salomão	–	–	6,8	–	29	21 ⁱ	–	–	–	–
125	Marrocos	56	34,5	9,4	49,3	20	9	<2	14,3	19,0	36
126	Namíbia	64	37,7	52,3	16,7	23	24	34,9	55,8	–	-5
127	Índia	48	31,4	15,3	38,7 ^h	16	47	34,7	79,9	28,6	-12
128	Botswana	76	43,5	61,9	21,1	5	13	23,5	50,1	–	11
129	Vanuatu	–	–	7,3	–	12	20 ⁱ	–	–	–	–
130	Camboja	74	42,6	24,0	30,6	70	45	34,1	77,7	36,1	3
131	Gana	46	26,0	25,8	26,2	27	25	44,8	78,5	39,5	-23
132	Mianmar	45	25,4	24,6	14,7	28	35	–	–	–	–
133	Papua-Nova Guiné	62	37,0	19,0	35,4 ^g	58	35 ⁱ	–	–	37,5	–
134	Butão	–	–	17,3	–	38	19	–	–	–	–
135	Laos	66	40,3	27,9	33,6	63	40	26,3	73,2	38,6	1
136	Comores	49	31,4	18,1	43,8	4	25	–	–	–	–
137	Suazilândia	–	–	70,5	19,1	–	10	–	–	40,0	–
138	Bangladeche	72	42,2	17,3	58,9	3	48	36,0	82,8	49,8	-3
139	Sudão	51	31,6	27,6	40,1	25	17	–	–	–	–
140	Nepal	69	41,2	19,3	56,0	12	48	37,7	82,5	42,0	-7
141	Camarões	61	36,9	44,2	32,1 ^l	42	21	17,1	50,6	40,2	8
Desenvolvimento humano baixo											
142	Paquistão	71	41,9	17,8	58,5 ^{h,j}	10	38	13,4	65,6	32,6	24
143	Togo	65	38,0	37,9	40,4	46	25	–	–	32,3 ^k	–
144	Congo	53	31,9	39,3	17,2	49	14	–	–	–	–
145	Lesoto	85	47,9	68,1	18,6 ^l	22	18	36,4	56,1	–	6
146	Uganda	60	36,4	41,1	31,1	48	23	–	–	44,0	–
147	Zimbabué	91	52,0	74,8	10,0	17	13	36,0	64,2	34,9	12
148	Quênia	63	37,5	49,5	15,7	43	21	23,0	58,6	52,0	4
149	Iémen	67	40,3	19,1	51,0	31	46	15,7	45,2	41,8	15
150	Madagáscar	58	35,9	29,0	32,7 ^g	53	33	49,1	83,3	71,3	-20
151	Nigéria	57	35,1	34,9	33,2	38	36 ⁱ	70,2	90,8	34,1	-27

3 Pobreza e privação humanas

Países em desenvolvimento

Ordem do IDH	Índice de pobreza humana (IPH-1)		Probabilidade de não viver até aos 40 anos ^{a†}	Taxa de analfabetismo de adultos ^{b†}	População sem acesso a uma fonte melhorada [†]	ODM Crianças com peso deficiente [†]	ODM População abaixo da linha de privação de rendimento (%)			Ordem IPH-1 menos ordem	
	Ordem	Valor (%)	(% da coorte) 2000-05	(% 15 anos e mais) 2002	(%) 2000	(% menores de 5 anos) 1995-2002 ^c	1 dólar dia ^d	2 dólares dia ^e	Linha de pobreza nacional 1990-2001 ^c	rendimento ^f	
							1990-2002 ^c	1990-2002 ^c	1990-2001 ^c		
152	Mauritânia	87	48,3	30,5	58,8	63	32	25,9	63,1	46,3	18
153	Haiti	68	41,1	37,3	48,1	54	17	-	-	65,0 ^k	-
154	Djibouti	55	34,3	42,9	34,5 ^g	0	18	-	-	45,1	-
155	Gâmbia	81	45,8	29,6	62,2 ^g	38	17	59,3	82,9	64,0	-7
156	Eritreia	70	41,8	27,5	43,3 ^g	54	44	-	-	53,0	-
157	Senegal	77	44,1	27,7	60,7	22	23	26,3	67,8	33,4	9
158	Timor-Leste	-	-	33,0	-	-	43	-	-	-	-
159	Ruanda	78	44,7	54,3	30,8	59	27	35,7	84,6	51,2	3
160	Guiné	-	-	35,9	-	52	23	-	-	40,0	-
161	Benim	80	45,7	34,6	60,2	37	23	-	-	33,0	-
162	Tanzânia	59	36,0	46,4	22,9	32	29	19,9	59,7	35,7	3
163	Costa do Marfim	79	45,0	51,7	50,3 ^g	19	21	15,5	50,4	36,8	24
164	Zâmbia	90	50,4	70,1	20,1	36	28	63,7	87,4	72,9	-2
165	Malawi	83	46,8	59,6	38,2	43	25	41,7	76,1	65,3	1
166	Angola	-	-	49,2	-	62	31	-	-	-	-
167	Chade	88	49,6	42,9	54,2	73	28	-	-	64,0	-
168	Congo, Rep. Dem.	75	42,9	47,2	37,3 ^g	55	31	-	-	-	-
169	República Centro-Africana	84	47,7	55,3	51,4 ^l	30	24	66,6	84,0	-	-7
170	Etiópia	92	55,5	43,3	58,5	76	47	26,3	80,7	44,2	20
171	Moçambique	89	49,8	56,0	53,5	43	26	37,9	78,4	69,4	6
172	Guiné-Bissau	86	48,0	41,3	60,4 ^g	44	25	-	-	48,7	-
173	Burundi	82	45,8	50,5	49,6	22	45	58,4	89,2	-	-5
174	Mali	93	58,9	35,3	81,0 ^{h,i}	35	33	72,8	90,6	63,8	-2
175	Burkina Faso	95	65,5	43,4	87,2 ^{h,i}	58	34	44,9	81,0	45,3	9
176	Níger	94	61,4	38,7	82,9	41	40	61,4	85,3	63,0 ^k	3
177	Serra Leoa	-	-	57,5	-	43	27	57,0	74,5	68,0 ^k	-

† Assinala os indicadores utilizados para calcular o índice de pobreza humana (IPH-1). Para mais pormenores, ver a nota técnica 1.
a. Os dados referem-se à probabilidade, à nascença, de não viver até aos 40 anos, vezes 100. São projecções de variação média no período indicado. b. Os dados referem-se a estimativas produzidas pelo Instituto de Estatística da UNESCO em Julho de 2002, a não ser quando indicado de outro modo. Devido a diferenças de metodologia e de oportunidade dos dados primários, as comparações entre países e no tempo devem ser feitas com cautela. c. Os dados referem-se ao ano mais recente disponível durante o período indicado. d. A linha de pobreza equivale a 1,08 dólares (dólares PPC de 1993). e. A linha de pobreza equivale a 2,15 dólares (dólares PPC de 1993). f. A privação de rendimento refere-se à percentagem da população que vive com menos de 1 dólar (PPC) por dia. Todos os países com uma taxa de privação de rendimento inferior a 2% foram classificados na mesma posição. As classificações são baseadas nos países com dados disponíveis para ambos os indicadores. Um valor positivo indica que o país tem melhor desempenho na privação de rendimento do que na pobreza humana, um valor negativo indica o oposto. g. UNESCO Institute for Statistics 2003a. Os dados estão sujeitos a revisão. h. Dados de censo. i. Os dados referem-se a ano ou período diferentes do indicado, diferem da definição padrão ou respeitam apenas a uma parte do país. j. Os dados referem-se a um ano entre 1995 e 1999. k. Os dados referem-se a um período diferente do indicado. l. Dados de inquérito.
Fonte: Coluna 1: determinado com base nos valores do IPH-1 da coluna 2; coluna 2: calculado com base nos dados das colunas 3-6; para pormenores, ver nota técnica 1; coluna 3: UN 2003; coluna 4: UNESCO Institute for Statistics 2004a; colunas 5 and 6: UNICEF 2003b; colunas 7-9: World Bank 2004f; coluna 10: calculado com base em dados das colunas 1 e 7.

Posições IPH-1 de 95 países em desenvolvimento	
1	Barbados
2	Uruguai
3	Chile
4	Costa Rica
5	Cuba
6	Singapura
7	Jordânia
8	Trindade e Tobago
9	Panamá
10	Colômbia
11	Venezuela
12	México
13	Jamaica
14	Líbano
15	Paraguai
16	Maurícias
17	Maldivas
18	Brasil
19	Turquia
20	Equador
21	Guiana
22	Tailândia
23	Chile
24	China
25	Síria
26	República Dominicana
27	Bolívia
28	Filipinas
29	Libia
30	Arábia Saudita
31	Irão
32	Honduras
33	Belize
34	El Salvador
35	Indonésia
36	Sri Lanka
37	Nicarágua
38	Mongólia
39	Tunísia
40	Cabo Verde
41	Vietname
42	Fidji
43	Argélia
44	Guatemala
45	Mianmar
46	Gana
47	Egipto
48	Índia
49	Comores
50	Omã
51	Sudão
52	África do Sul
53	Congo
54	Guiné Equatorial
55	Djibouti
56	Marrocos
57	Nigéria
58	Madagáscar
59	Tanzânia
60	Uganda
61	Camarões
62	Papua-Nova Guiné
63	Quênia
64	Namíbia
65	Togo
66	Laos
67	Íemen
68	Haiti
69	Nepal
70	Eritreia
71	Paquistão
72	Bangladeche
73	Iraque
74	Camboja
75	Congo, Rep. Dem.
76	Botswana
77	Senegal
78	Ruanda
79	Costa do Marfim
80	Benim
81	Gâmbia
82	Burundi
83	Malawi
84	República Centro-Africana
85	Lesoto
86	Guiné-Bissau
87	Mauritânia
88	Chade
89	Moçambique
90	Zâmbia
91	Zimbabué
92	Etiópia
93	Mali
94	Níger
95	Burkina Faso

4 Pobreza e privação humanas

OCDE, Europa Central, de Leste & CEI

MONITORIZAR O DESENVOLVIMENTO HUMANO: AUMENTAR AS ESCOLHAS DAS PESSOAS . . .

Ordem do IDH	Índice de pobreza humana (IPH-2) ^a		Probabilidade de não viver até aos 60 anos ^{b +} (% da coorte) 2000-05	Pessoas que são funcionalmente analfabetas [†] (% idades 16-65) 1994-98 ^c	Desemprego de longo prazo ^{d +} (em % da população activa) ^d 2002	População abaixo da linha de privação de rendimento (%)			Ordem IPH-2 menos ordem privação rendimento ⁱ	
	Ordem	Valor (%)				50% da mediana do rendimento ^{e, +}				
			11 dólar. dia 1994-95 ^{f, g}	4 dólar. dia 1996-99 ^{f, h}						
Desenvolvimento humano elevado										
1	Noruega	2	7,1	8,3	8,5	0,2	6,4	4,3	-	-1
2	Suécia	1	6,5	7,3	7,5	1,1	6,5	6,3	-	-3
3	Austrália	14	12,9	8,8	17,0	1,3	14,3	17,6	-	-2
4	Canadá	12	12,2	8,7	16,6	0,7	12,8	7,4	-	-3
5	Holanda	3	8,2	8,7	10,5	0,8	7,3	7,1	-	-2
6	Bélgica	13	12,4	9,4	18,4 ^j	3,4	8,0	-	-	7
7	Islândia	-	-	7,6	-	0,4	-	-	-	-
8	Estados Unidos	17	15,8	12,6	20,7	0,5	17,0	13,6	-	0
9	Japão	10	11,1	7,5	- ^k	1,7	11,8 ^l	-	-	-1
10	Irlanda	16	15,3	9,3	22,6	1,2	12,3	-	-	4
11	Suíça	-	-	9,1	-	0,6	9,3	-	-	-
12	Reino Unido	15	14,8	8,9	21,8	1,2	12,5	15,7	-	2
13	Finlândia	4	8,4	10,2	10,4	2,2	5,4	4,8	-	3
14	Áustria	-	-	9,5	-	0,8	8,0	-	-	-
15	Luxemburgo	7	10,5	9,7	- ^k	0,7 ^m	6,0	0,3	-	5
16	França	8	10,8	10,0	- ^k	3,0	8,0	9,9	-	2
17	Dinamarca	5	9,1	11,0	9,6	0,8	9,2	-	-	-4
18	Nova Zelândia	-	-	9,8	18,4	0,7	-	-	-	-
19	Alemanha	6	10,3	9,2	14,4	4,1	8,3	7,3	-	-2
20	Espanha	9	11,0	8,8	- ^k	4,6	10,1	-	-	-1
21	Itália	11	11,6	8,6	- ^k	5,3	12,7	-	-	-3
22	Israel	-	-	7,4	-	-	13,5	-	-	-
24	Grécia	-	-	9,1	-	5,0	-	-	-	-
26	Portugal	-	-	11,7	48,0	1,8	-	-	-	-
27	Eslovénia	-	-	11,8	42,2	-	8,2	-	<1	-
31	Malta	-	-	7,7	-	-	-	-	-	-
32	República Checa	-	-	12,2	15,7	3,7	4,9	-	<1	-
36	Estónia	-	-	20,4	-	-	12,4	-	18	-
37	Polónia	-	-	15,6	42,6	9,6	8,6	-	10	-
38	Hungria	-	-	19,6	33,8	2,6	6,7	-	<1	-
41	Lituânia	-	-	19,5	-	-	-	-	17	-
42	Eslováquia	-	-	15,2	-	11,1	7,0	-	8	-
48	Croácia	-	-	14,5	-	-	-	-	-	-
50	Letónia	-	-	21,4	-	-	-	-	28	-
Desenvolvimento humano médio										
56	Bulgária	-	-	18,6	-	-	-	-	22	-
57	Federação Russa	-	-	28,9	-	-	18,8	-	53	-
60	Macedónia	-	-	13,3	-	-	-	-	-	-
62	Bielorrússia	-	-	22,8	-	-	-	-	-	-
65	Albânia	-	-	11,3	-	-	-	-	-	-
66	Bósnia e Herzegovina	-	-	13,7	-	-	-	-	-	-
69	Roménia	-	-	20,3	-	-	8,1	-	23	-
70	Ucrânia	-	-	23,0	-	-	-	-	25	-
78	Cazaquistão	-	-	27,0	-	-	-	-	62	-
82	Arménia	-	-	14,9	-	-	-	-	-	-

4 Pobreza e privação humanas

OCDE, Europa Central, de Leste & CEI

Ordem do IDH	Índice de pobreza humana (IPH-2) ^a		Probabilidade à nascença de não viver até aos 60 anos ^b † (% da coorte 2000-05)	Pessoas que são funcionalmente analfabetas [†] (% idades 16-65) 1994-98 ^c	Desemprego de longo prazo ^d † (em % da população activa) ^d 2002	População abaixo da linha de privação de rendimento (%)			Ordem IPH-2 menos ordem privação rendimento ⁱ
	Ordem	Valor (%)				50% da mediana do rendimento ^{e,†} 1990-2000 ^f	11 dólar. dia 1994-95 ^{f,g}	4 dólar. dia 1996-99 ^{f,h}	
86	Turquemenistão	-	-	24,8	-	-	-	-	-
91	Azerbaijão	-	-	18,5	-	-	-	-	-
97	Geórgia	-	-	16,2	-	-	-	-	-
107	Usbequistão	-	-	21,8	-	-	-	-	-
110	Quirguistão	-	-	23,7	-	-	-	88	-
113	Moldávia	-	-	22,8	-	-	-	82	-
116	Tajiquistão	-	-	22,8	-	-	-	-	-

† Assinala os indicadores utilizados para calcular o índice de pobreza humana (IPH-2). Para mais pormenores, ver nota técnica 1.

Nota: Este quadro inclui Israel e Malta, que não são países membros da OCDE, mas exclui a Coreia do Sul, México e Turquia, que são membros. Para o índice de pobreza humana e indicadores relacionados para estes três países, ver quadro 3.

a. O índice de pobreza humana (IPH-2) é calculado apenas para países OCDE de rendimento elevado seleccionados. **b.** Os dados referem-se à probabilidade, à nascença, de não viver até aos 60 anos, vezes 100. São projecções de variação média no período determinado. **c.** Baseado nos resultados do nível 1 da escala da literacia de prosa, do Inquérito Internacional sobre Literacia de Adultos. Os dados referem-se ao ano mais recente disponível durante o período indicado. Dados mais recentes estarão disponíveis a curto prazo. **d.** Os dados referem-se ao desemprego com duração de 12 meses ou mais. **e.** A linha de pobreza é medida em 50% do equivalente da mediana do rendimento familiar disponível ajustado. **f.** Os dados referem-se ao ano mais recente disponível durante o período indicado. **g.** Baseado na linha de pobreza dos EUA: 11 dólares (PPC de 1994) por dia e pessoa para uma família de três pessoas. **h.** A linha de pobreza é de 4 dólares (PPC de 1990) por dia. **i.** A privação de rendimento refere-se à percentagem da população que vive com menos de 50% da mediana do rendimento familiar disponível ajustado. Um valor positivo indica que o país tem melhor desempenho na privação de rendimento do que na pobreza humana, um valor negativo indica o contrário. **j.** Os dados referem-se à Flandres. **k.** Com o fim de calcular o IPH-2 foi utilizada uma estimativa de 15,1%, a média não ponderada dos países com dados disponíveis. **l.** Smeeding 1997. **m.** Os dados são baseados numa pequena amostra e devem ser tratados com precaução.

Fonte: Coluna 1: determinado com base nos valores do IPH-2 da coluna 2; coluna 2: calculado com base nos dados das colunas 3-6; para pormenores, ver nota técnica 1; coluna 3: calculado com base em dados de sobrevivência, de UN 2003; coluna 4: OCDE e Statistics Canada 2000, excepto quando indicado de outro modo; coluna 5: calculado com base em dados do desemprego de longa duração e da população activa, de OCDE 2004d; coluna 6: LIS 2004; coluna 7: Smeeding, Rainwater e Burtless 2002; coluna 8: Milanovic 2002; coluna 9: calculado com base nos dados das colunas 1 e 6.

Posições IPH-2 para 17 países seleccionados da OCDE

1 Suécia	7 Luxemburgo	13 Bélgica
2 Noruega	8 França	14 Austrália
3 Holanda	9 Espanha	15 Reino Unido
4 Finlândia	10 Japão	16 Irlanda
5 Dinamarca	11 Itália	17 Estados Unidos
6 Alemanha	12 Canadá	

5 Tendências demográficas

... PARA VIVEREM UMA VIDA LONGA E SAUDÁVEL ...

Ordem do IDH	População total (milhões)			Taxa de crescimento anual da população		População urbana (em % do total) ^a			População com menos de 15 anos (em % do total)		População com 65 anos e mais (em % do total)		Taxa de fertilidade total (por mulher)		
	1975	2002 ^b	2015 ^b	1975-	2002-15 ^b	1975	2002 ^b	2015 ^b	2002 ^b	2015 ^b	2002 ^b	2015 ^b	1970-75 ^c	2000-05 ^b	
Desenvolvimento humano elevado															
1	Noruega	4,0	4,5	4,7	0,4	0,3	68,2	77,6	86,4	19,7	16,6	15,2	18,0	2,2	1,8
2	Suécia	8,2	8,9	9,0	0,3	0,1	82,7	83,3	84,3	17,9	15,7	17,4	21,4	1,9	1,6
3	Austrália	13,9	19,5	21,7	1,3	0,8	85,9	91,6	94,9	20,1	17,3	12,5	15,5	2,5	1,7
4	Canadá	23,1	31,3	34,1	1,1	0,7	75,6	80,1	84,0	18,4	14,8	12,8	16,4	2,0	1,5
5	Holanda	13,7	16,1	16,8	0,6	0,3	56,9	65,4	71,4	18,4	16,4	13,8	17,4	2,1	1,7
6	Bélgica	9,8	10,3	10,5	0,2	0,1	94,5	97,2	97,5	17,2	15,5	17,3	19,5	1,9	1,7
7	Islândia	0,2	0,3	0,3	1,0	0,6	86,6	92,7	94,1	23,0	18,7	11,5	13,5	2,8	2,0
8	Estados Unidos	220,2	291,0	329,7	1,0	1,0	73,7	79,8	83,6	21,6	20,3	12,2	14,2	2,0	2,1
9	Japão	111,5	127,5	127,2	0,5	(,)	56,8	65,3	67,7	14,3	13,0	18,2	26,0	2,1	1,3
10	Irlanda	3,2	3,9	4,4	0,8	0,9	53,6	59,6	63,6	20,9	20,3	11,3	13,4	3,8	1,9
11	Suíça	6,3	7,2	7,0	0,5	-0,2	55,7	67,6	68,7	16,2	12,6	16,4	22,0	1,8	1,4
12	Reino Unido	55,4	59,1	61,3	0,2	0,3	82,7	89,0	90,2	18,7	15,9	15,9	17,8	2,0	1,6
13	Finlândia	4,7	5,2	5,3	0,4	0,1	58,3	61,0	62,1	17,8	15,8	15,3	20,3	1,6	1,7
14	Áustria	7,6	8,1	8,1	0,3	-0,1	65,3	65,8	67,2	16,2	12,4	15,8	19,5	2,0	1,3
15	Luxemburgo	0,4	0,4	0,5	0,8	1,2	73,7	91,6	94,1	19,0	17,6	13,4	14,4	2,0	1,7
16	França	52,7	59,8	62,8	0,5	0,4	72,9	76,1	79,0	18,6	17,8	16,2	18,5	2,3	1,9
17	Dinamarca	5,1	5,4	5,4	0,2	0,1	82,1	85,2	86,8	18,5	16,3	15,0	19,2	2,0	1,8
18	Nova Zelândia	3,1	3,8	4,2	0,8	0,6	82,8	85,8	87,0	22,6	19,3	11,9	14,6	2,8	2,0
19	Alemanha	78,7	82,4	82,5	0,2	(,)	81,2	87,9	90,0	15,2	13,2	17,1	20,8	1,6	1,4
20	Espanha	35,6	41,0	41,2	0,5	(,)	69,6	76,4	78,1	14,3	13,2	17,0	19,2	2,9	1,2
21	Itália	55,4	57,5	55,5	0,1	-0,3	65,6	67,3	69,2	14,1	12,3	18,7	22,3	2,3	1,2
22	Israel	3,4	6,3	7,8	2,3	1,6	86,6	91,6	92,4	27,9	24,8	9,9	11,4	3,8	2,7
23	Hong Kong, China (RAE)	4,4	7,0	7,9	1,7	0,9	89,7	100,0	100,0	15,7	12,9	11,0	13,6	2,9	1,0
24	Grécia	9,0	11,0	10,9	0,7	(,)	55,3	60,6	65,2	14,7	13,2	18,2	20,9	2,3	1,3
25	Singapura	2,3	4,2	4,7	2,3	0,9	100,0	100,0	100,0	21,1	12,9	7,6	13,1	2,6	1,4
26	Portugal	9,1	10,0	10,0	0,4	(,)	27,7	54,1	60,9	16,6	15,3	16,0	18,0	2,7	1,5
27	Eslovênia	1,7	2,0	1,9	0,5	-0,2	42,4	50,8	52,6	15,0	12,1	14,6	18,5	2,2	1,1
28	Coreia do Sul	35,3	47,4	49,7	1,1	0,4	48,0	80,1	83,0	20,3	15,5	7,8	11,9	4,3	1,4
29	Barbados	0,2	0,3	0,3	0,3	0,3	40,8	51,1	59,1	20,0	16,4	10,0	11,1	2,7	1,5
30	Chipre	0,6	0,8	0,9	1,0	0,6	45,2	69,0	71,6	22,1	18,9	11,8	14,9	2,5	1,9
31	Malta	0,3	0,4	0,4	0,9	0,4	80,4	91,4	93,7	19,4	17,0	12,5	18,0	2,1	1,8
32	República Checa	10,0	10,2	10,1	0,1	-0,1	63,7	74,2	75,7	15,7	13,2	13,9	18,6	2,2	1,2
33	Brunei	0,2	0,3	0,5	2,9	2,0	62,0	75,5	82,8	30,6	25,4	2,9	4,4	5,4	2,5
34	Argentina	26,0	38,0	43,4	1,4	1,0	81,0	89,9	92,2	27,3	24,4	9,9	11,0	3,1	2,4
35	Seychelles	0,1	0,1	0,1	1,2	0,7	33,3	49,8	53,3	-	-	-	-	-	-
36	Estônia	1,4	1,3	1,2	-0,3	-1,1	67,6	69,4	71,4	16,7	14,2	15,8	18,2	2,2	1,2
37	Polónia	34,0	38,6	38,2	0,5	-0,1	55,4	61,8	64,0	17,9	14,6	12,5	14,8	2,3	1,3
38	Hungria	10,5	9,9	9,3	-0,2	-0,5	52,8	64,7	70,0	16,4	13,3	14,8	17,4	2,1	1,2
39	São Cristóvão e Nevis	(,)	(,)	(,)	-0,3	-0,3	35,0	32,4	32,5	-	-	-	-	-	-
40	Barém	0,3	0,7	0,9	3,5	1,8	85,8	89,9	91,4	29,2	23,2	2,7	3,9	5,9	2,7
41	Lituânia	3,3	3,5	3,2	0,2	-0,6	55,7	66,8	67,5	19,0	16,0	14,5	16,4	2,3	1,3
42	Eslováquia	4,7	5,4	5,4	0,5	0,1	46,3	57,2	60,8	18,4	15,4	11,5	13,6	2,5	1,3
43	Chile	10,3	15,6	18,0	1,5	1,1	78,4	86,6	90,2	27,8	23,6	7,5	9,8	3,6	2,4
44	Kuwait	1,0	2,4	3,4	3,3	2,4	83,8	96,2	96,9	26,1	22,6	1,4	3,5	6,9	2,7
45	Costa Rica	2,1	4,1	5,0	2,6	1,6	42,5	60,1	66,8	30,4	23,9	5,5	7,4	4,3	2,3
46	Uruguai	2,8	3,4	3,7	0,7	0,6	83,4	92,4	94,4	24,6	22,5	13,1	13,7	3,0	2,3
47	Catar	0,2	0,6	0,7	4,7	1,3	84,8	91,8	93,6	26,6	21,7	1,5	4,6	6,8	3,2
48	Croácia	4,3	4,4	4,3	0,1	-0,3	45,1	58,6	64,6	16,9	16,5	16,3	17,8	2,0	1,7
49	Emiratos Árabes Unidos	0,5	2,9	3,6	6,5	1,5	83,6	85,0	87,2	25,8	20,8	1,3	4,2	6,4	2,8
50	Letónia	2,5	2,3	2,1	-0,2	-0,9	65,4	66,3	66,3	16,5	13,0	15,8	18,3	2,0	1,1

5 Tendências demográficas

Ordem do IDH	Taxa de crescimento anual														
	População total (milhões)			População da população		População urbana (em % do total) ^a			População com menos de 15 anos (em % do total)		População com 65 anos e mais (em % do total)		Taxa de fertilidade total (por mulher)		
	1975	2002 ^b	2015 ^b	1975-2002	2002-15 ^b	1975	2002 ^b	2015 ^b	2002 ^b	2015 ^b	2002 ^b	2015 ^b	1970-75 ^c	2000-05 ^b	
51	Baamas	0,2	0,3	0,4	1,8	0,9	73,4	89,2	91,6	29,0	24,5	5,5	8,3	3,4	2,3
52	Cuba	9,3	11,3	11,5	0,7	0,2	64,2	75,5	78,1	20,3	16,3	10,2	14,4	3,5	1,6
53	México	59,1	102,0	119,6	2,0	1,2	62,8	75,2	78,8	32,8	26,4	5,0	6,8	6,5	2,5
54	Trindade e Tobago	1,0	1,3	1,3	0,9	0,3	63,0	75,0	79,7	23,3	19,7	6,9	10,0	3,5	1,6
55	Antígua e Barbuda	0,1	0,1	0,1	0,6	0,4	34,2	37,4	43,4	-	-	-	-	-	-
Desenvolvimento humano médio															
56	Bulgária	8,7	8,0	7,2	-0,3	-0,8	57,5	69,4	74,0	14,8	12,6	16,3	18,0	2,2	1,1
57	Federação Russa	134,2	144,1	133,4	0,3	-0,6	66,4	73,3	74,3	16,5	13,7	13,2	14,3	2,0	1,1
58	Líbia	2,4	5,4	6,9	3,0	1,8	60,9	86,0	89,0	31,3	28,7	3,7	5,5	7,6	3,0
59	Malásia	12,3	24,0	29,6	2,5	1,6	37,7	63,3	71,0	33,2	27,2	4,3	6,1	5,2	2,9
60	Macedónia	1,7	2,0	2,2	0,7	0,4	50,6	59,4	62,0	22,0	20,0	10,4	12,2	3,0	1,9
61	Panamá	1,7	3,1	3,8	2,1	1,6	49,0	56,8	61,7	31,2	27,5	5,7	7,5	4,9	2,7
62	Bielorrússia	9,4	9,9	9,4	0,2	-0,4	50,3	70,5	75,2	17,1	14,1	14,2	14,3	2,3	1,2
63	Tonga	0,1	0,1	0,1	0,4	0,9	24,4	33,2	38,2	37,1	31,4	5,9	5,2	5,5	3,7
64	Maurícias	0,9	1,2	1,3	1,1	0,8	43,4	43,1	47,3	25,3	21,0	6,2	8,2	3,2	1,9
65	Albânia	2,4	3,1	3,4	1,0	0,7	32,7	43,2	51,2	28,5	22,9	6,2	8,1	4,7	2,3
66	Bósnia e Herzegovina	3,7	4,1	4,3	0,4	0,3	31,3	43,9	51,1	17,6	14,1	10,8	13,6	2,6	1,3
67	Suriname	0,4	0,4	0,5	0,6	0,7	49,5	75,4	81,6	31,0	27,0	5,3	6,2	5,3	2,5
68	Venezuela	12,7	25,2	31,2	2,5	1,6	75,8	87,4	90,0	33,0	27,6	4,6	6,6	4,9	2,7
69	Roménia	21,2	22,4	21,6	0,2	-0,3	42,8	54,5	56,4	17,1	15,4	13,9	14,8	2,6	1,3
70	Ucrânia	49,0	48,9	44,4	(,)	-0,7	58,3	67,2	68,9	16,5	13,2	14,6	16,1	2,2	1,2
71	Santa Lúcia	0,1	0,1	0,2	1,3	0,7	23,6	30,1	36,8	30,4	26,0	5,4	6,2	5,7	2,3
72	Brasil	108,1	176,3	202,0	1,8	1,0	61,2	82,4	88,4	28,3	24,1	5,4	7,5	4,7	2,2
73	Colômbia	25,4	43,5	52,2	2,0	1,4	60,0	76,0	81,3	32,1	27,0	4,9	6,5	5,0	2,6
74	Omã	0,9	2,8	3,9	4,1	2,7	19,6	77,0	82,6	37,2	36,0	2,1	3,0	7,2	5,0
75	Samoa Ocidental	0,2	0,2	0,2	0,6	1,1	21,1	22,2	24,7	40,8	35,5	4,5	4,4	5,7	4,1
76	Tailândia	41,3	62,2	69,6	1,5	0,9	23,8	31,6	36,7	25,6	22,0	5,8	8,1	5,0	1,9
77	Árabia Saudita	7,3	23,5	32,7	4,4	2,5	58,3	87,2	91,1	39,1	34,5	2,7	3,4	7,3	4,5
78	Cazaquistão	14,1	15,5	15,3	0,3	-0,1	52,2	55,8	58,2	26,0	21,4	7,5	8,4	3,5	2,0
79	Jamaica	2,0	2,6	3,0	1,0	1,0	44,1	52,1	54,2	30,8	25,8	7,1	7,7	5,0	2,4
80	Libano	2,8	3,6	4,2	1,0	1,2	67,0	87,2	90,1	29,6	24,0	6,2	6,5	4,9	2,2
81	Fidji	0,6	0,8	0,9	1,4	0,8	36,7	51,0	60,1	32,7	27,6	3,7	5,8	4,2	2,9
82	Arménia	2,8	3,1	3,0	0,3	-0,3	63,0	64,6	64,2	21,4	14,4	9,2	9,9	3,0	1,2
83	Filipinas	42,0	78,6	96,3	2,3	1,6	35,6	60,2	69,2	36,6	29,9	3,7	4,9	6,0	3,2
84	Maldivas	0,1	0,3	0,4	3,0	2,8	18,1	28,4	35,2	43,1	39,6	3,2	3,1	7,0	5,3
85	Peru	15,2	26,8	32,0	2,1	1,4	61,5	73,5	78,0	33,6	27,5	5,0	6,5	6,0	2,9
86	Turquemenistão	2,5	4,8	5,8	2,4	1,5	47,6	45,1	50,0	34,6	27,4	4,5	4,6	6,2	2,7
87	São Vicente e Grenadinas	0,1	0,1	0,1	0,8	0,5	27,0	57,2	68,6	31,1	26,0	6,7	7,1	5,5	2,2
88	Turquia	41,0	70,3	82,1	2,0	1,2	41,6	65,8	71,9	30,7	25,0	5,7	6,7	5,2	2,4
89	Paraguai	2,7	5,7	7,7	2,9	2,2	39,0	56,6	64,3	38,8	34,2	3,6	4,3	5,7	3,8
90	Jordânia	1,9	5,3	7,0	3,7	2,1	57,8	78,9	81,1	38,0	31,6	3,0	4,0	7,8	3,6
91	Azerbaijão	5,7	8,3	9,5	1,4	1,0	51,5	50,2	51,3	30,1	23,5	6,1	5,9	4,3	2,1
92	Tunísia	5,7	9,7	11,1	2,0	1,0	49,9	63,4	68,1	28,5	22,6	5,9	6,7	6,2	2,0
93	Granada	0,1	0,1	0,1	-0,5	-0,3	32,6	40,0	49,5	-	-	-	-	-	-
94	China	927,8 ^d	1.294,9 ^d	1.402,3 ^d	1,2 ^d	0,6 ^d	17,4	37,7	49,5	23,7	19,4	7,1	9,4	4,9	1,8
95	Dominica	0,1	0,1	0,1	0,3	0,2	55,3	71,7	76,2	-	-	-	-	-	-
96	Sri Lanka	13,5	18,9	20,6	1,3	0,7	22,0	21,1	22,5	25,0	21,3	6,9	9,3	4,1	2,0
97	Geórgia	4,9	5,2	4,7	0,2	-0,7	49,5	52,2	51,6	19,2	15,2	13,8	14,9	2,6	1,4
98	República Dominicana	5,0	8,6	10,1	2,0	1,2	45,7	58,9	64,6	32,5	28,3	4,6	6,4	5,6	2,7
99	Belize	0,1	0,3	0,3	2,3	1,8	50,2	48,2	51,8	37,9	31,1	4,4	4,8	6,3	3,2
100	Equador	6,9	12,8	15,2	2,3	1,3	42,4	61,3	67,6	33,1	27,1	5,0	6,6	6,0	2,8

5 Tendências demográficas

Ordem do IDH	Taxa de crescimento anual da população														
	População total (milhões)			População urbana (em % do total) ^a			População com menos de 15 anos (em % do total)		População com 65 anos e mais (em % do total)		Taxa de fertilidade total (por mulher)				
	1975	2002 ^b	2015 ^b	1975-2002	2002-15 ^b	1975	2002 ^b	2015 ^b	2002 ^b	2015 ^b	2002 ^b	2015 ^b	1970-75 ^c	2000-05 ^b	
101	Irão	33,4	68,1	81,4	2,6	1,4	45,8	65,9	73,9	32,6	26,8	4,5	4,9	6,4	2,3
102	Territórios Ocupados da Palestina	1,3	3,4	5,3	3,7	3,3	59,6	70,8	75,6	46,1	42,1	3,4	3,0	7,7	5,6
103	El Salvador	4,1	6,4	7,6	1,6	1,3	41,5	59,3	64,2	35,1	29,4	5,3	6,5	6,1	2,9
104	Guiana	0,7	0,8	0,8	0,1	(,)	30,0	37,1	44,2	30,0	25,5	5,1	6,6	4,9	2,3
105	Cabo Verde	0,3	0,5	0,6	1,8	1,8	21,4	55,1	64,8	39,9	32,6	4,4	3,5	7,0	3,3
106	Síria	7,5	17,4	23,0	3,1	2,2	45,1	50,1	52,4	38,3	32,2	3,0	3,6	7,5	3,3
107	Usbequistão	14,0	25,7	30,7	2,3	1,4	39,1	36,8	37,0	34,5	26,2	4,9	5,0	6,3	2,4
108	Argélia	16,0	31,3	38,1	2,5	1,5	40,3	58,3	65,3	33,5	27,4	4,2	4,9	7,4	2,8
109	Guiné Equatorial	0,2	0,5	0,7	2,8	2,5	27,1	47,1	58,2	43,6	43,0	3,9	3,6	5,7	5,9
110	Quirguistão	3,3	5,1	5,9	1,6	1,2	37,9	34,0	35,4	32,6	26,4	6,3	5,9	4,7	2,6
111	Indonésia	134,4	217,1	250,4	1,8	1,1	19,3	44,5	57,8	29,9	25,3	5,1	6,4	5,2	2,4
112	Vietname	48,0	80,3	94,7	1,9	1,3	18,9	25,2	32,4	31,7	25,3	5,4	5,5	6,7	2,3
113	Moldávia	3,8	4,3	4,2	0,4	-0,1	35,8	45,9	50,0	21,2	16,5	9,7	10,9	2,6	1,4
114	Bolívia	4,8	8,6	10,8	2,2	1,7	41,3	62,9	69,0	39,0	32,8	4,4	5,3	6,5	3,8
115	Honduras	3,0	6,8	8,8	3,0	2,0	32,1	45,2	51,3	40,7	33,5	3,6	4,5	7,1	3,7
116	Tajiquistão	3,4	6,2	7,3	2,2	1,2	35,5	25,0	24,4	37,4	28,5	4,8	4,6	6,8	3,1
117	Mongólia	1,4	2,6	3,1	2,1	1,4	48,7	56,7	59,5	33,2	26,6	3,8	4,1	7,3	2,4
118	Nicarágua	2,5	5,3	7,0	2,8	2,1	48,9	56,9	62,8	41,9	34,9	3,1	3,8	6,8	3,7
119	África do Sul	25,8	44,8	44,3	2,0	-0,1	48,0	56,5	62,7	33,2	29,2	3,9	6,0	5,4	2,6
120	Egipto	39,3	70,5	90,0	2,2	1,9	43,5	42,1	44,9	35,2	31,7	4,6	5,4	5,7	3,3
121	Guatemala	6,0	12,0	16,2	2,6	2,3	36,7	45,9	51,9	43,0	37,4	3,6	3,9	6,5	4,4
122	Gabão	0,6	1,3	1,6	2,9	1,8	40,0	83,1	89,1	41,0	35,0	4,6	4,3	5,3	4,0
123	São Tomé e Príncipe	0,1	0,2	0,2	2,4	2,3	27,3	37,7	40,3	40,2	36,4	4,5	3,8	5,4	4,0
124	Ilhas Salomão	0,2	0,5	0,6	3,2	2,5	9,1	16,2	20,9	42,9	36,5	2,6	3,4	7,2	4,4
125	Marrocos	17,3	30,1	36,5	2,0	1,5	37,8	56,8	64,8	31,8	27,9	4,4	5,1	6,9	2,7
126	Namíbia	0,9	2,0	2,2	2,8	0,9	20,6	31,9	39,8	43,2	37,5	3,7	4,6	6,6	4,6
127	Índia	620,7	1.049,5	1.246,4	1,9	1,3	21,3	28,1	32,2	33,3	27,7	5,1	6,3	5,4	3,0
128	Botswana	0,8	1,8	1,7	2,8	-0,3	12,8	51,1	57,5	39,8	37,4	2,7	4,5	6,7	3,7
129	Vanuatu	0,1	0,2	0,3	2,7	2,2	15,7	22,4	28,6	40,6	34,9	3,4	4,0	6,1	4,1
130	Camboja	7,1	13,8	18,4	2,5	2,2	10,3	18,0	26,1	41,9	37,4	2,9	3,6	5,5	4,8
131	Gana	9,9	20,5	26,4	2,7	1,9	30,1	45,0	51,1	40,1	34,9	3,3	4,1	6,9	4,1
132	Mianmar	30,2	48,9	55,8	1,8	1,0	23,9	28,9	37,6	32,3	26,8	4,6	5,9	5,8	2,9
133	Papua-Nova Guiné	2,9	5,6	7,2	2,5	1,9	11,9	13,2	14,5	41,2	34,0	2,4	2,8	6,1	4,1
134	Butão	1,2	2,2	3,0	2,3	2,5	3,5	8,2	12,6	41,8	37,8	4,3	4,5	5,9	5,0
135	Laos	3,0	5,5	7,3	2,2	2,1	11,1	20,2	27,4	42,0	36,8	3,5	3,7	6,2	4,8
136	Comores	0,3	0,7	1,0	3,2	2,6	21,2	34,4	43,0	42,3	38,5	2,4	3,0	7,1	4,9
137	Suazilândia	0,5	1,1	1,1	2,7	(,)	14,0	23,4	27,0	43,7	39,7	3,3	4,6	6,9	4,5
138	Bangladeche	75,2	143,8	181,4	2,4	1,8	9,9	23,9	29,6	38,3	31,9	3,2	3,8	6,2	3,5
139	Sudão	16,7	32,9	41,4	2,5	1,8	18,9	38,0	49,3	39,7	34,8	3,5	4,4	6,7	4,4
140	Nepal	13,4	24,6	32,0	2,3	2,0	5,0	14,6	20,5	40,2	35,6	3,7	4,2	5,8	4,3
141	Camarões	7,6	15,7	18,9	2,7	1,4	26,9	50,6	59,9	42,4	37,8	3,7	4,1	6,3	4,6
Desenvolvimento humano baixo															
142	Paquistão	70,3	149,9	204,5	2,8	2,4	26,4	33,7	39,5	41,5	38,1	3,7	4,0	6,3	5,1
143	Togo	2,3	4,8	6,4	2,8	2,2	16,3	34,5	43,3	43,9	40,3	3,1	3,5	7,1	5,3
144	Congo	1,5	3,6	5,2	3,2	2,8	34,8	53,1	59,3	46,8	46,2	2,9	2,8	6,3	6,3
145	Lesoto	1,1	1,8	1,7	1,7	-0,4	10,8	17,8	21,0	39,9	38,2	4,7	5,4	5,7	3,8
146	Uganda	10,8	25,0	39,3	3,1	3,5	8,3	12,2	14,2	50,1	49,7	2,6	2,3	7,1	7,1
147	Zimbabué	6,1	12,8	13,0	2,7	0,1	19,6	34,5	41,4	43,1	39,6	3,4	4,2	7,6	3,9
148	Quênia	13,6	31,5	36,9	3,1	1,2	12,9	38,2	51,8	42,1	36,5	2,9	3,4	8,1	4,0
149	Iémen	6,9	19,3	30,7	3,8	3,6	14,8	25,3	31,3	48,7	47,2	2,3	2,2	8,4	7,0
150	Madagáscar	7,9	16,9	24,0	2,8	2,7	16,4	26,3	30,7	44,6	41,7	3,0	3,1	6,6	5,7
151	Nigéria	54,9	120,9	161,7	2,9	2,2	23,4	45,9	55,5	44,6	40,6	3,1	3,4	6,9	5,4

5 Tendências demográficas

Ordem do IDH	Taxa de crescimento anual da população													
	População total (milhões)			População urbana (em % do total) ^a			População com menos de 15 anos (em % do total)		População com 65 anos e mais (em % do total)		Taxa de fertilidade total (por mulher)			
	1975	2002 ^b	2015 ^b	1975-2002	2002-15 ^b	1975	2002 ^b	2015 ^b	2002 ^b	2015 ^b	2002 ^b	2015 ^b	1970-75 ^c	2000-05 ^b
152 Mauritânia	1,4	2,8	4,0	2,5	2,7	20,3	60,5	73,9	43,2	41,7	3,3	3,5	6,5	5,8
153 Haiti	4,9	8,2	9,7	1,9	1,3	21,7	36,9	45,5	39,1	35,1	3,9	4,5	5,8	4,0
154 Djibouti	0,2	0,7	0,8	4,3	1,5	61,6	83,3	87,6	43,0	40,3	3,2	3,8	7,2	5,7
155 Gâmbia	0,6	1,4	1,9	3,4	2,2	17,0	26,1	27,8	40,9	36,6	3,5	4,4	6,5	4,7
156 Eritreia	2,1	4,0	5,9	2,4	3,0	12,7	19,5	26,5	45,5	41,7	2,1	2,4	6,5	5,4
157 Senegal	4,8	9,9	13,2	2,7	2,2	34,2	48,9	57,9	43,5	39,0	2,4	2,7	7,0	5,0
158 Timor-Leste	0,7	0,7	1,1	0,3	2,8	8,9	7,6	9,5	39,3	30,2	2,8	3,8	6,2	3,8
159 Ruanda	4,4	8,3	10,6	2,3	1,9	4,0	16,6	40,5	45,2	43,5	2,5	2,9	8,3	5,7
160 Guiné	4,1	8,4	11,2	2,7	2,3	16,3	34,2	44,2	44,0	41,5	2,9	3,1	7,0	5,8
161 Benim	3,0	6,6	9,1	2,8	2,5	21,9	43,8	53,5	45,6	42,1	2,7	2,8	7,1	5,7
162 Tanzânia	16,2	36,3	45,9	3,0	1,8	10,1	34,4	46,8	45,3	40,2	2,3	2,7	6,8	5,1
163 Costa do Marfim	6,8	16,4	19,8	3,3	1,5	32,1	44,4	51,0	41,8	37,3	3,2	3,9	7,4	4,7
164 Zâmbia	5,1	10,7	12,7	2,8	1,3	34,8	35,4	40,8	46,5	44,7	3,0	3,2	7,8	5,6
165 Malawi	5,2	11,9	15,2	3,0	1,9	7,7	15,9	22,2	46,2	44,9	3,5	3,6	7,4	6,1
166 Angola	6,2	13,2	19,3	2,8	2,9	17,4	34,9	44,9	47,5	47,9	2,7	2,6	6,6	7,2
167 Chade	4,1	8,3	12,1	2,6	2,9	15,6	24,5	31,1	46,7	46,5	3,1	2,8	6,7	6,7
168 Congo	23,9	51,2	74,2	2,8	2,8	29,5	31,2	39,7	46,8	47,2	2,6	2,6	6,5	6,7
169 República Centro-Africana	2,1	3,8	4,6	2,3	1,4	33,7	42,2	50,3	43,1	40,4	4,0	4,0	5,7	4,9
170 Etiópia	33,1	69,0	93,8	2,7	2,4	9,5	15,4	19,8	45,7	43,1	2,9	3,2	6,8	6,1
171 Moçambique	10,6	18,5	22,5	2,1	1,5	8,7	34,5	48,5	44,0	41,2	3,2	3,5	6,6	5,6
172 Guiné-Bissau	0,7	1,4	2,1	3,0	2,9	16,0	33,2	43,5	47,1	46,9	3,1	2,8	7,1	7,1
173 Burundi	3,7	6,6	9,8	2,2	3,1	3,2	9,6	14,6	46,9	45,8	2,9	2,5	6,8	6,8
174 Mali	6,3	12,6	19,0	2,6	3,1	16,2	31,6	40,9	49,2	48,7	2,4	2,1	7,1	7,0
175 Burkina Faso	6,1	12,6	18,6	2,7	3,0	6,3	17,4	23,2	48,9	47,7	2,7	2,4	7,8	6,7
176 Níger	4,8	11,5	18,3	3,3	3,6	10,6	21,6	29,7	50,0	49,7	2,0	1,9	8,1	8,0
177 Serra Leoa	2,9	4,8	6,4	1,8	2,3	21,4	38,1	47,6	44,2	44,1	2,9	3,0	6,5	6,5
Países em desenvolvimento	2.961,2 T	4.936,9 T	5.868,2 T	1,9	1,3	26,4	41,4	48,6	32,2	28,2	5,2	6,4	5,4	2,9
Países menos desenvolvidos	353,7 T	700,9 T	941,9 T	2,5	2,3	14,7	26,1	33,4	42,9	40,1	3,1	3,3	6,6	5,1
Países Árabes	143,4 T	296,6 T	389,7 T	2,7	2,1	41,7	54,2	58,8	37,1	33,5	3,7	4,3	6,7	3,8
Ásia Oriental e Pacífico	1.310,5 T	1.917,6 T	2.124,6 T	1,4	0,8	20,4	40,2	51,0	25,8	21,4	6,5	8,4	5,0	2,0
América Latina e Caraíbas	317,9 T	530,2 T	622,5 T	1,9	1,2	61,2	76,2	80,8	31,1	26,3	5,6	7,3	5,1	2,5
Ásia do Sul	842,1 T	1.480,3 T	1.805,3 T	2,1	1,5	21,3	29,6	34,3	34,8	29,6	4,7	5,6	5,6	3,3
África Subsariana	305,8 T	641,0 T	843,1 T	2,7	2,1	21,0	35,0	42,4	44,3	41,9	3,0	3,3	6,8	5,4
Europa Central, do Leste & CEI	366,6 T	408,9 T	398,4 T	0,4	-0,2	56,8	62,8	63,7	19,5	16,3	12,2	13,2	2,5	1,4
OCDE	925,6 T	1.148,1 T	1.227,7 T	0,8	0,5	67,3	75,7	79,0	20,2	17,9	13,3	16,0	2,5	1,8
OCDE de rendimento elevado	766,2 T	911,6 T	962,9 T	0,6	0,4	69,9	77,3	80,4	18,2	16,5	14,8	18,0	2,2	1,7
Desenvolvimento humano elevado	972,3 T	1.201,3 T	1.282,0 T	0,8	0,5	68,9	77,1	80,3	20,0	17,8	13,4	16,2	2,5	1,8
Desenvolvimento humano médio	2.678,4 T	4.165,2 T	4.759,1 T	1,6	1,0	28,1	42,2	49,3	29,3	24,8	6,0	7,4	4,9	2,4
Desenvolvimento humano baixo	354,5 T	755,8 T	1.021,6 T	2,8	2,3	19,4	32,4	39,9	44,6	42,1	3,0	3,2	6,8	5,6
Rendimento elevado	782,0 T	941,2 T	997,7 T	0,7	0,4	70,1	77,8	80,9	18,3	16,6	14,6	17,7	2,2	1,7
Rendimento médio	1.847,5 T	2.720,7 T	3.027,9 T	1,4	0,8	35,7	52,8	61,0	26,3	22,3	7,0	8,6	4,5	2,1
Rendimento baixo	1.437,1 T	2.560,8 T	3.169,0 T	2,1	1,6	20,7	31,2	37,5	37,0	32,8	4,3	5,0	5,9	3,7
Mundo	4.068,1 T	6.225,0 T	7.197,2 T ^e	1,6	1,1	37,2	47,8	53,5	29,4	26,1	7,1	8,3	4,5	2,7

a. Como os dados são baseados em definições nacionais do que são cidades e áreas metropolitanas, as comparações entre países devem ser feitas com precaução. b. Os dados referem-se a projecções de variações médias. c. Os dados referem-se a estimativas para o período indicado. d. As estimativas da população incluem Taiwan, província da China. e. Os dados referem-se à população mundial total, de acordo com UN 2003. A população total dos 177 países incluídos nos principais quadros de indicadores foi estimada em 4.063 milhões em 1975 e foi projectada em 6.217 milhões em 2002 e 7.188 milhões em 2015.

Fonte: Colunas 1-3, 13 e 14: UN 2003; coluna 4: calculado com base nos dados das colunas 1 e 2; coluna 5: calculado com base nos dados das colunas 2 e 3; colunas 6-8: UN 2004h; colunas 9 e 10: calculado com base nos dados da população com menos de 15 anos e da população total, de UN 2003; colunas 11 e 12: calculado com base nos dados da população com idade igual ou superior a 65 anos e da população total, de UN 2003.

6 Compromisso com a saúde: acesso, serviços e recursos

... PARA VIVEREM UMA VIDA LONGA E SAUDÁVEL ...

Ordem do IDH	Despesa de saúde			ODM Crianças de um ano vacinadas		Taxa de utilização de terapia de reidratação oral (%) 1994-2002 ^c	Taxa de prevalência de contra-ceptivos ^a (%) 1995-2002 ^c	ODM Partos assistidos por técnicos de saúde (%) 1995-2002 ^c	Médicos (por 100.000 pessoas) 1990-2003 ^c	ODM População com acesso sustentável a medicamentos ^b (%) 1999	
	Pública	Privada	Per capita	Contra a tuberculose	Contra o sarampo						
	(% do PIB) 2001	(% do PIB) 2001	(dól. PPC) 2001	(%) 2002	(%) 2002						
Desenvolvimento humano elevado											
1	Noruega	6,9	1,2	2.920	–	88	–	–	100 ^d	367	95-100
2	Suécia	7,5	1,3	2.270	–	94	–	–	100 ^d	287	95-100
3	Austrália	6,2	3,0	2.532	–	94	–	–	100	247	95-100
4	Canadá	6,8	2,8	2.792	–	96	–	75	98	187	95-100
5	Holanda	5,7	3,3	2.612	–	96	–	–	100	328	95-100
6	Bélgica	6,4	2,5	2.481	–	75	–	–	100 ^d	419	95-100
7	Islândia	7,6	1,6	2.643	–	88	–	–	–	352	95-100
8	Estados Unidos	6,2	7,7	4.887	–	91	–	76	99	279	95-100
9	Japão	6,2	1,8	2.131	–	98	–	56	100	202	95-100
10	Irlanda	4,9	1,6	1.935	90	73	–	–	100	239	95-100
11	Suíça	6,3	4,7	3.322	–	79	–	82	–	350	95-100
12	Reino Unido	6,2	1,4	1.989	–	83	–	84 ^e	99	164	95-100
13	Finlândia	5,3	1,7	1.845	99	96	–	–	100 ^d	311	95-100
14	Áustria	5,6	2,5	2.259	–	78	–	51	100 ^d	323	95-100
15	Luxemburgo	5,4	0,6	2.905	–	91	–	–	100 ^d	254	95-100
16	França	7,3	2,3	2.567	83	85	–	–	99 ^d	330	95-100
17	Dinamarca	7,0	1,5	2.503	–	99	–	–	100 ^d	366	95-100
18	Nova Zelândia	6,4	1,9	1.724	–	85	–	75	100	219	95-100
19	Alemanha	8,1	2,7	2.820	–	89	–	–	100 ^d	363	95-100
20	Espanha	5,4	2,2	1.607	–	97	–	81	–	329	95-100
21	Itália	6,3	2,1	2.204	–	70	–	60	–	607	95-100
22	Israel	6,0	2,7	1.839	–	95	–	–	99 ^d	375	95-100
23	Hong Kong, China (RAE)	–	–	–	–	–	–	–	–	160	–
24	Grécia	5,2	4,1	1.522	88	88	–	–	–	438	95-100
25	Singapura	1,3	2,6	993	98	91	–	62	100	140	95-100
26	Portugal	6,4	2,9	1.618	82	87	–	–	100	318	95-100
27	Eslovénia	6,3	2,1	1.545	98	94	–	–	100 ^d	219	95-100
28	Coreia do Sul	2,7	3,3	948	89	97	–	81	100	180	95-100
29	Barbados	4,3	2,2	940	–	92	–	–	91	137	95-100
30	Chipre	3,9	4,3	941	–	86	–	–	100	269	95-100
31	Malta	6,0	2,8	813	–	65	–	–	98 ^d	291	95-100
32	República Checa	6,7	0,6	1.129	97	–	–	72	99	342	80-94
33	Brunei	2,5	0,6	638	99	99	–	–	99	99	95-100
34	Argentina	5,1	4,4	1.130	99	97	–	–	98	304	50-79
35	Seychelles	4,1	1,9	770	99	98	–	–	–	132	80-94
36	Estónia	4,3	1,2	562	99	95	–	–	–	313	95-100
37	Polónia	4,4	1,7	629	95	98	–	–	99 ^d	220	80-94
38	Hungria	5,1	1,7	914	99	99	–	–	–	355	95-100
39	São Cristóvão e Nevis	3,2	1,6	576	99	99	–	–	99	117	50-79
40	Barém	2,9	1,3	664	–	99	–	62	98	169	95-100
41	Lituânia	4,2	1,8	478	99	98	–	47	–	403	80-94
42	Eslováquia	5,1	0,6	681	98	99	–	–	–	326	95-100
43	Chile	2,9	3,9	792	94	95	–	–	100	115	80-94
44	Kuwait	3,0	0,8	612	–	99	–	50	98	160	95-100
45	Costa Rica	4,9	2,3	562	91	94	–	–	98	160	95-100
46	Uruguai	5,1	5,9	971	99	92	–	–	100	387	50-79
47	Catar	2,3	0,8	782	99	99	–	43	98	220	95-100
48	Croácia	7,3	1,6	726	99	95	–	–	100	238	95-100
49	Emiratos Árabes Unidos	2,6	0,8	921	98	94	–	28	96	177	95-100
50	Letónia	3,4	3,1	509	99	98	–	48	100	291	80-94

6 Compromisso com a saúde: acesso, serviços e recursos

Ordem do IDH	Despesa de saúde			ODM Crianças de um ano vacinadas		Taxa de utilização de terapia de reidra- tação oral (%) 1994- 2002 ^c	Taxa de preva- lência de contra- ceptivos ^a (%) 1995- 2002 ^c	ODM Partos assistidos por técnicos de saúde (%) 1995- 2002 ^c	Médicos (por 100.000 pessoas) 1990- 2003 ^c	ODM População com acesso sustentável a medica- mentos essenciais ^b (%) 1999	
	Pública	Privada	Per capita	Contra a	Contra o						
	(% do PIB) 2001	(% do PIB) 2001	(dól. PPC) 2001	tuberculose (%) 2002	sarampo (%) 2002						
51	Baamas	3,2	2,4	1.220	–	92	–	–	99 ^d	163	80-94
52	Cuba	6,2	1,0	229	99	98	–	73	100	596	95-100
53	México	2,7	3,4	544	99	96	–	67	86	156	80-94
54	Trindade e Tobago	1,7	2,2	388	–	88	6	38	96	75	50-79
55	Antígua e Barbuda	3,4	2,2	614	–	99	–	–	100	105	50-79
Desenvolvimento humano médio											
56	Bulgária	3,9	0,9	303	98	90	–	42	–	344	80-94
57	Federação Russa	3,7	1,7	454	97	98	–	–	99	420	50-79
58	Líbia	1,6	1,3	239	99	91	–	40	94	120	95-100
59	Malásia	2,1	1,8	345	99	92	–	–	97	68	50-79
60	Macedónia	5,8	1,0	331	91	98	–	–	97	219	50-79
61	Panamá	4,8	2,2	458	92	79	7	–	90	121	80-94
62	Bielorrússia	4,8	0,7	464	99	99	–	50	100	450	50-79
63	Tonga	3,4	2,1	223	99	90	–	–	92	35	95-100
64	Maurícias	2,0	1,4	323	87	84	–	–	99	85	95-100
65	Albânia	2,4	1,3	150	94	96	48	58	99	137	50-79
66	Bósnia e Herzegovina	2,8	4,8	268	91	89	11	48	100	145	80-94
67	Suriname	5,7	3,8	398	–	73	24	42	85	50	95-100
68	Venezuela	3,8	2,3	386	90	78	10	–	94	200	80-94
69	Roménia	5,2	1,4	460	99	98	–	64	98	189	80-94
70	Ucrânia	2,9	1,4	176	98	99	–	68	100	299	50-79
71	Santa Lúcia	2,9	1,6	272	95	97	–	–	100	58	50-79
72	Brasil	3,2	4,4	573	99	93	18	77	88	206	0-49
73	Colômbia	3,6	1,9	356	85	89	–	77	86	94	80-94
74	Omã	2,4	0,6	343	98	99	88	24	95	137	80-94
75	Samoa Ocidental	4,7	1,0	199	98	99	–	–	100	34	95-100
76	Tailândia	2,1	1,6	254	99	94	–	72	99	30	95-100
77	Árabia Saudita	3,4	1,2	591	98	97	–	32	91	153	95-100
78	Cazaquistão	1,9	1,2	204	99	95	20	66	99	345	50-79
79	Jamaica	2,9	4,0	253	90	86	2	66	95	85	95-100
80	Líbano	3,4	8,8	673	–	96	30	61	89	274	80-94
81	Fidji	2,7	1,3	224	99	88	–	–	100	34	95-100
82	Arménia	3,2	4,6	273	97	91	40	61	97	287	0-49
83	Filipinas	1,5	1,8	169	75	73	28	47	58	115	50-79
84	Maldívas	5,6	1,1	263	98	99	–	–	70	78	50-79
85	Peru	2,6	2,1	231	90	95	29	69	59	103	50-79
86	Turquemenistão	3,0	1,1	245	99	88	31	62	97	300	50-79
87	São Vicente e Grenadinas	3,8	2,2	358	90	99	–	–	100	88	80-94
88	Turquia	3,6	1,5	294	77	82	15	64	81	123	95-100
89	Paraguai	3,1	4,9	332	65	82	–	57	71	49	0-49
90	Jordânia	4,5	5,0	412	–	95	–	56	97	205	95-100
91	Azerbaijão	1,1	0,5	48	99	97	27	55	84	359	50-79
92	Tunísia	4,9	1,6	463	97	94	–	–	90	70	50-79
93	Granada	3,8	1,5	445	–	94	–	–	99	81	95-100
94	China	2,0	3,4	224	77	79	29	84	76	164	80-94
95	Dominica	4,3	1,7	312	98	98	–	–	100	49	80-94
96	Sri Lanka	1,8	1,9	122	99	99	–	–	97	43	95-100
97	Geórgia	1,4	2,2	108	91	73	33	41	96	463	0-49
98	República Dominicana	2,2	3,9	353	99	92	22	65	98	190	50-79
99	Belize	2,4	2,9	278	97	89	–	–	83	102	80-94
100	Equador	2,3	2,3	177	99	80	–	66	69	145	0-49

6 Compromisso com a saúde: acesso, serviços e recursos

Ordem do IDH	Despesa de saúde			ODM Crianças de um ano vacinadas		Taxa de utilização de terapia de reidratação oral (%) 1994-2002 ^c	Taxa de prevalência de contra-ceptivos ^a (%) 1995-2002 ^c	ODM Partos assistidos por técnicos de saúde (%) 1995-2002 ^c	Médicos (por 100.000 pessoas) 1990-2003 ^c	ODM População com acesso sustentável a medicamentos essenciais ^b (%) 1999	
	Pública	Privada	Per capita	Contra a tuberculose	Contra o sarampo						
	(% do PIB) 2001	(% do PIB) 2001	(dól. PPC) 2001	(%) 2002	(%) 2002						
101	Irão	2,8	3,6	422	99	99	–	73	90	110	80-94
102	Territórios Ocupados da Palestina	–	–	–	96	94	43	–	97	84	–
103	El Salvador	3,7	4,3	376	92	93	–	60	90	126	80-94
104	Guiana	4,2	1,1	215	91	95	7	37	86	26	0-49
105	Cabo Verde	3,8	0,7	165	92	85	–	53	89	17	80-94
106	Síria	2,4	3,0	427	99	98	–	–	76 ^d	142	80-94
107	Usbequistão	2,7	0,9	91	98	97	19	67	96	293	50-79
108	Argélia	3,1	1,0	169	98	81	24	64	92	85	95-100
109	Guiné Equatorial	1,2	0,8	106	73	51	–	–	65	25	0-49
110	Quirguistão	1,9	2,1	108	99	98	13	60	98	272	50-79
111	Indonésia	0,6	1,8	77	77	76	5	57	64	16	80-94
112	Vietname	1,5	3,7	134	97	96	20	78	70	54	80-94
113	Moldávia	2,9	2,9	112	99	94	19	62	99	271	50-79
114	Bolívia	3,5	1,8	125	94	79	40	53	69	76	50-79
115	Honduras	3,2	2,9	153	94	97	–	62	56	87	0-49
116	Tajiquistão	1,0	2,3	43	98	84	20	34	71	212	0-49
117	Mongólia	4,6	1,8	122	98	98	32	67	97	278	50-79
118	Nicarágua	3,8	4,0	158	84	98	18	69	67	62	0-49
119	África do Sul	3,6	5,1	652	94	78	–	56	84	25	80-94
120	Egipto	1,9	2,0	153	98	97	–	56	61	218	80-94
121	Guatemala	2,3	2,5	199	96	92	15	38	41	109	50-79
122	Gabão	1,7	1,9	197	89	55	–	33	86	–	0-49
123	São Tomé e Príncipe	1,5	0,7	22	99	85	25	29	79	47	0-49
124	Ilhas Salomão	4,7	0,3	133	76	78	–	–	85	13	80-94
125	Marrocos	2,0	3,1	199	90	96	–	50	40	49	50-79
126	Namíbia	4,7	2,2	342	83	68	8	–	78	29	80-94
127	Índia	0,9	4,2	80	81	67	–	48 ^f	43	51	0-49
128	Botsvana	4,4	2,2	381	99	90	–	40	94	29	80-94
129	Vanuatu	2,3	1,6	107	90	44	–	–	89	12	–
130	Camboja	1,8	10,0	184	63	52	–	24	32	16	0-49
131	Gana	2,8	1,9	60	91	81	22	22	44	9	0-49
132	Mianmar	0,4	1,7	26	80	75	11	33	56	30	50-79
133	Papua-Nova Guiné	3,9	0,5	144	71	71	–	26	53	6	80-94
134	Butão	3,6	0,4	64	83	78	–	–	24	5	80-94
135	Laos	1,7	1,4	51	65	55	20	32	19	61	50-79
136	Comores	1,9	1,2	29	90	71	22	26	62	7	80-94
137	Suazilândia	2,3	1,1	167	95	72	7	28	70	15	95-100
138	Bangladeche	1,6	2,0	58	95	77	49	54	12	23	50-79
139	Sudão	0,7	2,8	39	48	49	13	–	86 ^d	16	0-49
140	Nepal	1,5	3,6	63	85	71	11	39	11	5	0-49
141	Camarões	1,2	2,1	42	77	62	23	19	60	7	50-79
Desenvolvimento humano baixo											
142	Paquistão	1,0	3,0	85	67	57	19	28	20	68	50-79
143	Togo	1,4	1,5	45	84	58	15	26	49	6	50-79
144	Congo	1,4	0,8	22	51	37	13	–	–	25	50-79
145	Lesoto	4,3	1,2	101	83	70	10	30	60	7	80-94
146	Uganda	3,4	2,5	57	96	77	–	23	39	5	50-79
147	Zimbabué	2,8	3,4	142	80	58	50	54	73	6	50-79
148	Quênia	1,7	6,2	114	91	78	30	39	44	14	0-49
149	Iémen	1,6	3,0	69	74	65	–	21	22	22	50-79
150	Madagáscar	1,3	0,7	20	73	61	30	19	46	9	50-79
151	Nigéria	0,8	2,6	31	54	40	24	15	42	27	0-49

6 Compromisso com a saúde: acesso, serviços e recursos

Ordem do IDH	Despesa de saúde			ODM Crianças de um ano vacinadas		Taxa de utilização de terapia de reidra- tação oral (%)	Taxa de preva- lência de contra- ceptivos ^a (%)	ODM Partos assistidos por técnicos de saúde (%)	Médicos (por 100.000 pessoas)	ODM População com acesso sustentável a medica- mentos essenciais ^b (%)
	Pública (% do PIB)	Privada (% do PIB)	Per capita (dól. PPC)	Contra a tuberculose (%)	Contra o sarampo (%)	1994- 2002 ^c	1995- 2002 ^c	1995- 2002 ^c	1990- 2003 ^c	1999
	2001	2001	2001	2002	2002					
152 Maurítânia	2,6	1,0	45	98	81	–	8	57	14	50-79
153 Haiti	2,7	2,4	56	71	53	–	27	24	25	0-49
154 Djibouti	4,1	2,9	90	52	62	–	–	–	13	80-94
155 Gâmbia	3,2	3,3	78	99	90	27	10	55	4	80-94
156 Eritreia	3,7	2,0	36	91	84	30	8	21	5	50-79
157 Senegal	2,8	2,0	63	70	54	33	13	58	10	50-79
158 Timor-Leste	5,8	4,0	–	83	47	7	–	24	–	–
159 Ruanda	3,1	2,5	44	99	69	4	13	31	2	0-49
160 Guiné	1,9	1,6	61	71	54	21	6	35	13	80-94
161 Benim	2,1	2,4	39	94	78	35	19	66	10	50-79
162 Tanzânia	2,1	2,3	26	88	89	21	25	36	4	50-79
163 Costa do Marfim	1,0	5,2	127	66	56	25	15	63	9	80-94
164 Zâmbia	3,0	2,7	52	92	85	28	34	43	7	50-79
165 Malawi	2,7	5,1	39	78	69	–	31	56	–	0-49
166 Angola	2,8	1,6	70	82	74	7	6	45	5	0-49
167 Chade	2,0	0,6	17	67	55	36	8	16	3	0-49
168 Congo	1,5	1,9	12	55	45	11	31	61	7	–
169 República Centro-Africana	2,3	2,2	58	70	35	34	28	44	4	50-79
170 Etiópia	1,4	2,1	14	76	52	–	8	6	3	50-79
171 Moçambique	4,0	1,9	47	78	58	27	6	44	2	50-79
172 Guiné-Bissau	3,2	2,7	37	70	47	13	8	35	17	0-49
173 Burundi	2,1	1,5	19	84	75	10	16	25	1	0-49
174 Mali	1,7	2,7	30	73	33	22	8	41	4	50-79
175 Burkina Faso	1,8	1,2	27	72	46	37	12	31	4	50-79
176 Níger	1,4	2,3	22	47	48	38	14	16	3	50-79
177 Serra Leoa	2,6	1,7	26	70	60	29	4	42	9	0-49
Países em desenvolvimento	–	–	–	80	72	–	–	55	–	–
Países menos desenvolvidos	–	–	–	76	62	–	–	33	–	–
Países Árabes	–	–	–	86	82	–	–	67	–	–
Ásia Oriental e Pacífico	–	–	–	79	79	–	–	73	–	–
América Latina e Caraíbas	–	–	–	95	91	–	–	83	–	–
Ásia do Sul	–	–	–	81	68	–	–	37	–	–
África Subsariana	–	–	–	73	58	–	–	42	–	–
Europa Central, do Leste & CEI	–	–	–	97	96	–	–	97	–	–
OCDE	–	–	–	–	90	–	–	95	–	–
OCDE de rendimento elevado	–	–	–	–	90	–	–	99	–	–
Desenvolvimento humano elevado	–	–	–	–	92	–	–	97	–	–
Desenvolvimento humano médio	–	–	–	84	78	–	–	62	–	–
Desenvolvimento humano baixo	–	–	–	71	57	–	–	35	–	–
Rendimento elevado	–	–	–	–	90	–	–	99	–	–
Rendimento médio	–	–	–	87	86	–	–	80	–	–
Rendimento baixo	–	–	–	77	64	–	–	41	–	–
Mundo	–	–	–	81 ^g	75 ^g	–	–	58 ^g	–	–

a. Os dados referem-se normalmente a mulheres casadas com 15-49 anos, mas o conjunto de idades coberto pode variar entre países. b. Os dados sobre o acesso aos medicamentos essenciais são baseados em estimativas recebidas da Organização Mundial da Saúde (OMS), dos gabinetes regionais e de países e de conselheiros regionais e, ainda, através do Inquérito sobre a Situação Mundial dos Medicamentos, realizado em 1998-99. Estas estimativas representam a melhor informação disponível, até esta data, no Departamento de Medicamentos Essenciais e Políticas Farmacêuticas da OMS e estão, actualmente, a ser validadas pelos países membros da OMS. O departamento distribui as estimativas por quatro agrupamentos: acesso muito baixo (0-49%), acesso baixo (50-79%), acesso médio (80-94%) e acesso bom (95% ou mais). Estes agrupamentos, utilizados aqui na apresentação de dados, são frequentemente utilizados pela OMS para interpretar os dados, porque as estimativas percentuais podem sugerir um elevado nível de correcção, mais do que os dados oferecem. c. Os dados referem-se ao ano mais recente disponível durante o período indicado. d. Os dados referem-se a ano ou período diferentes do indicado, diferem da definição padrão ou respeitam apenas a uma parte do país. e. Exclui a Irlanda do Norte. f. Exclui o estado de Tripura. g. Os dados referem-se aos agregados mundiais, de UNICEF 2003b.

Fonte: Colunas 1-3: WHO 2004b; colunas 4-6 e 8: UNICEF 2003b; coluna 7: UN 2004g; coluna 9: WHO 2004d; coluna 10: WHO 2004a,

7 Água, saneamento e estado da nutrição

... PARA VIVEREM UMA VIDA LONGA E SAUDÁVEL ...

Ordem do IDH	ODM População com acesso sustentável a saneamento melhorado (%)		ODM População com acesso sustentável a uma fonte de água melhorada (%)		ODM Pessoas subalimentadas (% da população total)		ODM Crianças com peso deficiente para a idade (% menores de 5 anos)	Crianças com altura deficiente para a idade (% menores de 5 anos)	Crianças nascidas com insuficiência de peso (%)	
	1990	2000	1990	2000	1990/92 ^a	1999/2001 ^a	1995-2002 ^b	1995-2002 ^b	1998-2002 ^b	
	Desenvolvimento humano elevado									
1	Noruega	-	-	100	100	-	-	-	-	5
2	Suécia	100	100	100	100	-	-	-	-	4
3	Austrália	100	100	100	100	-	-	-	-	7
4	Canadá	100	100	100	100	-	-	-	-	6
5	Holanda	100	100	100	100	-	-	-	-	-
6	Bélgica	-	-	-	-	-	-	-	-	8 ^c
7	Islândia	-	-	-	-	-	-	-	-	4
8	Estados Unidos	100	100	100	100	-	-	1 ^c	2 ^c	8
9	Japão	-	-	-	-	-	-	-	-	8
10	Irlanda	-	-	-	-	-	-	-	-	6
11	Suíça	100	100	100	100	-	-	-	-	6
12	Reino Unido	100	100	100	100	-	-	-	-	8
13	Finlândia	100	100	100	100	-	-	-	-	4
14	Áustria	100	100	100	100	-	-	-	-	7
15	Luxemburgo	-	-	-	-	-	-	-	-	8
16	França	-	-	-	-	-	-	-	-	7
17	Dinamarca	-	-	-	100	-	-	-	-	5
18	Nova Zelândia	-	-	-	-	-	-	-	-	6
19	Alemanha	-	-	-	-	-	-	-	-	7
20	Espanha	-	-	-	-	-	-	-	-	6 ^c
21	Itália	-	-	-	-	-	-	-	-	6
22	Israel	-	-	-	-	-	-	-	-	8
23	Hong Kong, China (RAE)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
24	Grécia	-	-	-	-	-	-	-	-	8
25	Singapura	100	100	100	100	-	-	14 ^c	11 ^c	8
26	Portugal	-	-	-	-	-	-	-	-	8
27	Eslovênia	-	-	100	100	-	-	-	-	6
28	Coreia do Sul	-	63	-	92	-	-	-	-	4
29	Barbados	-	100	-	100	-	-	6 ^c	7 ^c	10 ^c
30	Chipre	100	100	100	100	-	-	-	-	-
31	Malta	100	100	100	100	-	-	-	-	6
32	República Checa	-	-	-	-	-	-	1 ^c	2 ^c	7
33	Brunei	-	-	-	-	-	-	-	-	10
34	Argentina	82	-	94	-	-	-	5	12	7
35	Seychelles	-	-	-	-	-	-	6 ^c	5 ^c	-
36	Estônia	-	-	-	-	-	4	-	-	4
37	Polónia	-	-	-	-	-	-	-	-	6
38	Hungria	99	99	99	99	-	-	2 ^c	3 ^c	9
39	São Cristóvão e Nevis	-	96	-	98	-	-	-	-	9
40	Barém	-	-	-	-	-	-	9	10	8
41	Lituânia	-	-	-	-	-	-	-	-	4
42	Eslováquia	-	100	-	100	-	5	-	-	7
43	Chile	97	96	90	93	8	4	1	2	5
44	Kuwait	-	-	-	-	22	4	10	24	7
45	Costa Rica	-	93	-	95	7	6	5	6	7
46	Uruguai	-	94	-	98	6	3	5	8	8
47	Catar	-	-	-	-	-	-	6	8	10
48	Croácia	-	-	-	-	-	12	1	1	6
49	Emiratos Árabes Unidos	-	-	-	-	4	-	14	17	15 ^c
50	Letónia	-	-	-	-	-	6	-	-	5

7 Água, saneamento e estado da nutrição

Ordem do IDH	ODM População com acesso sustentável a saneamento melhorado (%)		ODM População com acesso sustentável a uma fonte de água melhorada (%)		ODM Pessoas subalimentadas (% da população total)		ODM Crianças com peso deficiente para a idade (% menores de 5 anos) 1995-2002 ^b	Crianças com altura deficiente para a idade (% menores de 5 anos) 1995-2002 ^b	Crianças nascidas com insuficiência de peso (%) 1998-2002 ^b	
	1990	2000	1990	2000	1990/92 ^a	1999/2001 ^a				
	51	Baamas	–	100	–	97	–	–	–	–
52	Cuba	–	98	–	91	8	11	4	5	6
53	México	70	74	80	88	5	5	8	18	9
54	Trindade e Tobago	99	99	91	90	13	12	7 ^c	5 ^c	23
55	Antígua e Barbuda	–	95	–	91	–	–	10 ^c	7 ^c	8
Desenvolvimento humano médio										
56	Bulgária	–	100	–	100	–	16	–	–	10
57	Federação Russa	–	–	–	99	–	4	3	13	6
58	Líbia	97	97	71	72	–	–	5	15	7 ^c
59	Malásia	–	–	–	–	3	–	12	–	10
60	Macedónia	–	–	–	–	–	10	6	7	5
61	Panamá	–	92	–	90	20	26	7	14	10 ^c
62	Bielorrússia	–	–	–	100	–	3	–	–	5
63	Tonga	–	–	–	100	–	–	–	–	0
64	Maurícias	100	99	100	100	6	5	15	10	13
65	Albânia	–	91	–	97	–	4	14	32	3
66	Bósnia e Herzegovina	–	–	–	–	–	8	4	10	4
67	Suriname	–	93	–	82	13	11	13	10	13
68	Venezuela	–	68	–	83	11	18	5 ^c	13 ^c	7
69	Roménia	–	53	–	58	–	–	6 ^c	8 ^c	9
70	Ucrânia	–	99	–	98	–	4	3	15	5
71	Santa Lúcia	–	89	–	98	–	–	14 ^c	11 ^c	8
72	Brasil	71	76	83	87	12	9	6	11	10 ^c
73	Colômbia	83	86	94	91	17	13	7	14	9
74	Omã	84	92	37	39	–	–	24	23	8
75	Samoa Ocidental	–	99	–	99	–	–	–	–	4 ^c
76	Tailândia	79	96	80	84	28	19	19 ^c	16 ^c	9
77	Árabia Saudita	–	100	–	95	4	3	14	20	11 ^c
78	Cazaquistão	–	99	–	91	–	22	4	10	8
79	Jamaica	99	99	93	92	14	9	6	6	9
80	Líbano	–	99	–	100	3	3	3	12	6
81	Fidji	–	43	–	47	–	–	8 ^c	3 ^c	10
82	Arménia	–	–	–	–	–	51	3	13	7
83	Filipinas	74	83	87	86	26	22	28	30	20
84	Maldivas	–	56	–	100	–	–	30	25	22
85	Peru	60	71	74	80	40	11	7	25	11 ^c
86	Turquemenistão	–	–	–	–	–	7	12	22	6
87	São Vicente e Grenadinas	–	96	–	93	–	–	–	–	10
88	Turquia	87	90	79	82	–	3	8	16	16
89	Paraguai	93	94	63	78	18	13	5	11	9 ^c
90	Jordânia	98	99	97	96	4	6	5	8	10 ^c
91	Azerbaijão	–	81	–	78	–	21	7	13	11
92	Tunísia	76	84	75	80	–	–	4	12	7
93	Granada	–	97	–	95	–	–	–	–	9
94	China	29 ^d	40	71	75	17	11	11	16	6
95	Dominica	–	83	–	97	–	–	5 ^c	6 ^c	10
96	Sri Lanka	85	94	68	77	29	25	29	14	22
97	Geórgia	–	100	–	79	–	26	3	12	6
98	República Dominicana	66	67	83	86	27	25	5	6	14
99	Belize	–	50	–	92	–	–	6 ^c	–	6
100	Equador	70	86	71	85	8	4	15	27	16

7 Água, saneamento e estado da nutrição

Ordem do IDH	ODM População com acesso sustentável a saneamento melhorado (%)		ODM População com acesso sustentável a uma fonte de água melhorada (%)		ODM Pessoas subalimentadas (% da população total)		ODM Crianças com peso deficiente para a idade (% menores de 5 anos) 1995-2002 ^b	Crianças com altura deficiente para a idade (% menores de 5 anos) 1995-2002 ^b	Crianças nascidas com insuficiência de peso (%) 1998-2002 ^b	
	1990	2000	1990	2000	1990/92 ^a	1999/2001 ^a				
101	Irão	–	83	–	92	5	5	11	15	7
102	Territórios Ocupados da Palestina	–	100	–	86	–	–	4	9	9
103	El Salvador	73	82	66	77	12	14	12	23	13
104	Guiana	–	87	–	94	21	14	14	11	12
105	Cabo Verde	–	71	–	74	–	–	14 ^c	16 ^c	13
106	Síria	–	90	–	80	5	4	7	18	6
107	Usbequistão	–	89	–	85	–	26	19	31	7
108	Argélia	–	92	–	89	5	6	6	18	7
109	Guiné Equatorial	–	53	–	44	–	–	19	39	13
110	Quirguistão	–	100	–	77	–	7	11	25	7 ^c
111	Indonésia	47	55	71	78	9	6	26	–	10 ^c
112	Vietname	29	47	55	77	27	19	33	36	9
113	Moldávia	–	99	–	92	–	12	3	10	5
114	Bolívia	52	70	71	83	26	22	10	26	9
115	Honduras	61	75	83	88	23	20	17	29	14
116	Tajiquistão	–	90	–	60	–	71	–	–	15
117	Mongólia	–	30	–	60	34	38	13	25	8
118	Nicarágua	76	85	70	77	30	29	10	20	13
119	África do Sul	86	87	86	86	–	–	12	25	15
120	Egipto	87	98	94	97	5	3	11	21	12
121	Guatemala	70	81	76	92	16	25	24	46	13
122	Gabão	–	53	–	86	11	7	12	21	14
123	São Tomé e Príncipe	–	–	–	–	–	–	13	29	–
124	Ilhas Salomão	–	34	–	71	–	–	21 ^c	27 ^c	13 ^c
125	Marrocos	58	68	75	80	6	7	9	24	11 ^c
126	Namíbia	33	41	72	77	20	7	24	24	16 ^c
127	Índia	16	28	68	84	25	21	47	46	30
128	Botswana	60	66	93	95	18	24	13	23	10
129	Vanuatu	–	100	–	88	–	–	20 ^c	19 ^c	6
130	Camboja	–	17	–	30	43	38	45	45	11
131	Gana	61	72	53	73	35	12	25	26	11
132	Mianmar	–	64	–	72	10	7	35	34	15
133	Papua-Nova Guiné	82	82	40	42	25	27	35 ^c	–	11 ^c
134	Butão	–	70	–	62	–	–	19	40	15
135	Laos	–	30	–	37	29	22	40	41	14
136	Comores	98	98	88	96	–	–	25	42	25
137	Suazilândia	–	–	–	–	10	12	10	30	9
138	Bangladeche	41	48	94	97	35	32	48	45	30
139	Sudão	58	62	67	75	31	25	17	–	31
140	Nepal	20	28	67	88	18	17	48	51	21
141	Camarões	77	79	51	58	33	27	21	35	11
Desenvolvimento humano baixo										
142	Paquistão	36	62	83	90	26	19	38	37	19 ^c
143	Togo	37	34	51	54	33	25	25	22	15
144	Congo	–	–	–	51	37	30	14	19	–
145	Lesoto	–	49	–	78	27	25	18	46	14
146	Uganda	–	79	45	52	23	19	23	39	12
147	Zimbabué	56	62	78	83	43	39	13	27	11
148	Quênia	80	87	45	57	44	37	21	35	11
149	Iémen	32	38	–	69	35	33	46	52	32 ^c
150	Madagáscar	36	42	44	47	35	36	33	49	14
151	Nigéria	53	54	53	62	13	8	36 ^c	43 ^c	12

7 Água, saneamento e estado da nutrição

Ordem do IDH	ODM População com acesso sustentável a saneamento melhorado (%)		ODM População com acesso sustentável a uma fonte de água melhorada (%)		ODM Pessoas subalimentadas (% da população total)		ODM Crianças com peso deficiente para a idade (% menores de 5 anos) 1995-2002 ^b	Crianças com altura deficiente para a idade (% menores de 5 anos) 1995-2002 ^b	Crianças nascidas com insuficiência de peso (%) 1998-2002 ^b	
	1990	2000	1990	2000	1990/92 ^a	1999/2001 ^a				
	152	Mauritânia	30	33	37	37	14	10	32	35
153	Haiti	23	28	53	46	65	49	17	23	21
154	Djibouti	-	91	-	100	-	-	18	26	-
155	Gâmbia	-	37	-	62	22	27	17	19	17
156	Eritreia	-	13	-	46	-	61	44	38	21 ^c
157	Senegal	57	70	72	78	23	24	23	25	18
158	Timor-Leste	-	-	-	-	-	-	43	47	10
159	Ruanda	-	8	-	41	43	41	27	41	9
160	Guiné	55	58	45	48	40	28	23	26	12
161	Benim	20	23	-	63	20	16	23	31	16
162	Tanzânia	84	90	38	68	35	43	29	44	13
163	Costa do Marfim	46	52	80	81	18	15	21	25	17
164	Zâmbia	63	78	52	64	45	50	28	47	10
165	Malawi	73	76	49	57	49	33	25	49	16
166	Angola	-	44	-	38	61	49	31	45	12
167	Chade	18	29	-	27	58	34	28	29	17 ^c
168	Congo, Rep. Dem.	-	21	-	45	31	75	31	38	12
169	República Centro-Africana	24	25	48	70	50	44	24	39	14
170	Etiópia	8	12	25	24	-	42	47	52	15
171	Moçambique	-	43	-	57	69	53	26	44	14 ^c
172	Guiné-Bissau	44	56	-	56	-	-	25	30	22
173	Burundi	87	88	69	78	49	70	45	57	16
174	Mali	70	69	55	65	25	21	33	38	23
175	Burkina Faso	-	29	-	42	22	17	34	37	19
176	Níger	15	20	53	59	42	34	40	40	17
177	Serra Leoa	-	66	-	57	46	50	27	34	-
Países em desenvolvimento		-	51	-	78	21	17	-	-	-
Países menos desenvolvidos		-	44	-	62	35	37	-	-	-
Países Árabes		-	83	-	86	13	13	-	-	-
Ásia Oriental e Pacífico		-	48	-	76	-	-	-	-	-
América Latina e Caraíbas		72	77	82	86	14	11	-	-	-
Ásia do Sul		22	37	72	85	26	22	-	-	-
África Subsariana		54	53	52	57	31	32	-	-	-
Europa Central, do Leste & CEI		-	-	-	93	-	10	-	-	-
OCDE		-	-	-	-	-	-	-	-	-
OCDE de rendimento elevado		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Desenvolvimento humano elevado		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Desenvolvimento humano médio		-	51	-	82	19	14	-	-	-
Desenvolvimento humano baixo		44	51	57	62	30	31	-	-	-
Rendimento elevado		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rendimento médio		-	61	-	82	-	10	-	-	-
Rendimento baixo		30	43	-	76	26	24	-	-	-
Mundo		-	61 ^e	-	82 ^e	-	-	-	-	-

a. Os dados referem-se à média para os anos indicados. b. Os dados referem-se ao ano mais recente disponível durante o período indicado. c. Os dados referem-se a um ano ou período diferentes do indicado, diferem da definição padrão ou respeitam apenas a uma parte do país. d. Os dados são de World Bank 2004f. e. Os dados referem-se aos agregados mundiais de UNICEF 2003b.

Fonte: Colunas 1 e 3: UN 2004d, baseado num trabalho conjunto do Fundo das Nações Unidas para a Infância e da Organização Mundial da Saúde; coluna 2, 4, 7-9: UNICEF 2003b, baseado num trabalho conjunto do Fundo das Nações Unidas para a Infância e da Organização Mundial da Saúde; colunas 5 e 6: FAO 2003.

8 Principais crises de saúde e riscos mundiais

... PARA VIVEREM UMA VIDA LONGA E SAUDÁVEL ...

ODM

Crianças menores de 5 anos

Ordem do IDH	Prevalência de HIV ^a (% 15-49 anos) 2003	ODM Uso de preservativo na última relação sexual de alto risco ^b (% 15-24 anos)		ODM Casos de malária ^c (por 100.000 pessoas) 2000	Crianças menores de 5 anos		ODM Casos de tuberculose			Prevalência de fumadores ^d (% de adultos)	
		Mulheres 1996-2002 ^h	Homens 1996-2002 ^h		Com mosquiteiros tratados com inseticida maláricos		Por 100.000 pessoas ^e 2002	Detectados com TODB (%) ^f 2002	Curados com TODB (%) ^g 2001	de fumadores ^d (% de adultos)	
				Com mosquiteiros tratados com inseticida	Com febre e tratadas com anti-maláricos	Mulheres				Homens	
Desenvolvimento humano elevado											
1	Noruega	0,1 [0,0-0,2]	-	-	-	-	5	26	87	32	31
2	Suécia	0,1 [0,0-0,2]	-	-	-	-	4	59	62	19	19
3	Austrália	0,1 [0,1-0,2]	-	-	-	-	6	25	66	18	21
4	Canadá	0,3 [0,2-0,5]	72	72	-	-	5	52	67	23	27
5	Holanda	0,2 [0,1-0,4]	-	-	-	-	7	54	-	29	37
6	Bélgica	0,2 [0,1-0,3]	-	-	-	-	11	64	64	26	30
7	Islândia	0,2 [0,1-0,3]	-	-	-	-	3	48	67	-	-
8	Estados Unidos	0,6 [0,3-1,1]	65	65	-	-	4	87	70	22	26
9	Japão	<0,1 [<0,2]	-	-	-	-	44	33	75	13	53
10	Irlanda	0,1 [0,0-0,3]	-	-	-	-	13	-	-	31	32
11	Suíça	0,4 [0,2-0,6]	-	-	-	-	8	-	-	28	39
12	Reino Unido	0,1 [0,1-0,2]	-	-	-	-	12	-	-	26	27
13	Finlândia	<0,1 [<0,2]	-	-	-	-	10	-	-	20	27
14	Áustria	0,3 [0,1-0,4]	-	-	-	-	12	41	64	19	30
15	Luxemburgo	0,2 [0,1-0,4]	-	-	-	-	11	69	-	-	-
16	França	0,4 [0,2-0,7]	-	-	-	-	14	-	-	30	39
17	Dinamarca	0,2 [0,1-0,3]	-	-	-	-	13	-	-	29	32
18	Nova Zelândia	<0,1 [<0,2]	-	-	-	-	11	48	9	25	25
19	Alemanha	0,1 [0,1-0,2]	-	-	-	-	8	52	67	31	39
20	Espanha	0,7 [0,3-1,1]	33	49	-	-	30	-	-	25	42
21	Itália	0,5 [0,2-0,8]	-	-	-	-	6	63	40	17	32
22	Israel	0,1 [0,1-0,2]	-	-	-	-	9	58	79	24	33
23	Hong Kong, China (RAE)	0,1 [<0,2]	-	-	-	-	95	51	78	-	-
24	Grécia	0,2 [0,1-0,3]	-	-	-	-	22	-	-	29	47
25	Singapura	0,2 [0,1-0,5]	-	-	-	-	44	39	88	3	27
26	Portugal	0,4 [0,2-0,7]	-	-	-	-	37	94	78	7	30
27	Eslovênia	<0,1 [<0,2]	18	17	-	-	25	68	82	20	30
28	Coreia do Sul	<0,1 [<0,2]	-	-	9	-	138	-	-	5	65
29	Barbados	1,5 [0,4-5,4]	-	-	-	-	20	24	-	-	-
30	Chipre	-	-	-	-	-	6	46	92	-	-
31	Malta	0,2 [0,1-0,3]	-	-	-	-	5	44	100	-	-
32	República Checa	0,1 [<0,2]	-	-	-	-	13	57	73	22	36
33	Brunei	<0,1 [<0,2]	-	-	-	-	58	121	56	-	-
34	Argentina	0,7 [0,3-1,1]	-	-	1	-	61	51	64	34	47
35	Seychelles	-	-	-	-	-	52	60	67	-	-
36	Estônia	1,1 [0,4-2,1]	-	-	-	-	59	61	64	20	44
37	Polónia	0,1 [0,0-0,2]	-	-	-	-	36	55	77	25	44
38	Hungria	0,1 [0,0-0,2]	-	-	-	-	37	39	46	27	44
39	São Cristóvão e Nevis	-	-	-	-	-	14	49	-	-	-
40	Barém	0,2 [0,1-0,3]	-	-	-	-	68	12	87	-	-
41	Lituânia	0,1 [<0,2]	-	-	-	-	73	62	75	16	51
42	Eslováquia	<0,1 [<0,2]	-	-	-	-	28	35	87	30	55
43	Chile	0,3 [0,2-0,5]	18	33	-	-	20	112	83	18	26
44	Kuwait	-	-	-	-	-	53	-	-	2	30
45	Costa Rica	0,6 [0,3-1,0]	-	-	42	-	19	79	72	7	29
46	Uruguai	0,3 [0,2-0,5]	-	-	-	-	37	70	85	14	32
47	Catar	-	-	-	-	-	70	39	60	-	-
48	Croácia	<0,1 [<0,2]	-	-	-	-	74	-	-	32	34
49	Emiratos Árabes Unidos	-	-	-	-	-	26	25	62	1	18
50	Letónia	0,6 [0,3-1,0]	66	69	-	-	83	78	73	13	49

8 Principais crises de saúde e riscos mundiais

Ordem do IDH	Prevalência de HIV ^a (% 15-49 anos) 2003	ODM		ODM			ODM			Prevalência de fumadores ^d (% de adultos)	
		Uso de preservativo na última relação sexual de alto risco ^b (% 15-24 anos)		Casos de malária ^c (por 100.000 pessoas)	Crianças menores de 5 anos		Casos de tuberculose			Mulheres	Homens
		Mulheres	Homens		Com mosquiteiros tratados com insecticida	Com febre e tratadas com anti-maláricos	Por 100.000 pessoas ^e	Detectados com TODB (%) ^f	Curados com TODB (%) ^g		
				1996-2002 ^h	1996-2002 ^h	1999-2001 ^h				1999-2001 ^h	
		2002	2002	2002	2000	2001	2001	2002	2002	2001	2000
51	Baamas	3,0 [1,8-4,9]	-	-	-	-	60	50	64	-	-
52	Cuba	0,1 [<0,2]	-	-	-	-	14	91	93	26	48
53	México	0,3 [0,1-0,4]	57	57	8	-	44	73	83	18	51
54	Trindade e Tobago	3,2 [1,2-8,3]	-	-	1	-	19	-	-	8	42
55	Antígua e Barbuda	-	-	-	-	-	8	92	100	-	-
Desenvolvimento humano médio											
56	Bulgária	<0,1 [<0,2]	-	-	-	-	60	43	87	24	49
57	Federação Russa	1,1 [0,6-1,9]	-	-	1	-	181	6	67	10	63
58	Líbia	0,3 [0,1-0,6]	-	-	2	-	20	-	-	-	-
59	Malásia	0,4 [0,2-0,7]	-	-	57	-	120	78	79	4	49
60	Macedónia	<0,1 [<0,2]	-	-	-	-	54	37	88	32	40
61	Panamá	0,9 [0,5-1,5]	-	-	36	-	50	88	65	20	56
62	Bielorrússia	0,5 [0,2-0,8]	-	-	-	-	125	-	-	5	55
63	Tonga	-	-	-	-	-	41	164	92	-	-
64	Maurícias	-	-	26	1 ⁱ	-	137	25	93	3	45
65	Albânia	-	-	-	-	-	41	24	98	18	60
66	Bósnia e Herzegovina	<0,1 [<0,2]	-	-	-	-	65	47	98	-	-
67	Suriname	1,7 [0,5-5,8]	-	-	2.954	3	103	-	-	-	-
68	Venezuela	0,7 [0,4-1,2]	-	-	94	-	54	65	80	39	42
69	Roménia	<0,1 [<0,2]	-	-	-	-	189	41	78	25	62
70	Ucrânia	1,4 [0,7-2,3]	-	-	-	-	143	-	-	19	51
71	Santa Lúcia	-	-	-	-	-	21	72	50	-	-
72	Brasil	0,7 [0,3-1,1]	32	59	344	-	94	10	67	29	38
73	Colômbia	0,7 [0,4-1,2]	29	-	250	1	69	9	85	21	24
74	Omã	0,1 [0,0-0,2]	-	-	27	-	13	106	90	2	16
75	Samoa Ocidental	-	-	-	-	-	44	75	77	-	-
76	Tailândia	1,5 [0,8-2,8]	-	-	130	-	179	73	75	3	44
77	Árabia Saudita	-	-	-	32	-	59	37	77	1	22
78	Cazaquistão	0,2 [0,1-0,3]	65	28	(,)	-	149	93	78	7	60
79	Jamaica	1,2 [0,6-2,2]	38	-	-	-	9	68	78	-	-
80	Líbano	0,1 [0,0-0,2]	69	69	-	-	15	68	91	35	46
81	Fidji	0,1 [0,0-0,2]	-	-	-	-	43	66	85	-	-
82	Arménia	0,1 [0,1-0,2]	-	43	4	-	106	28	90	1	64
83	Filipinas	<0,1 [<0,2]	-	-	15	-	540	58	88	11	54
84	Maldivas	-	-	-	-	-	46	92	97	-	-
85	Peru	0,5 [0,3-0,9]	19	-	258	-	246	84	90	16	42
86	Turquemenistão	<0,1 [<0,2]	-	-	1	-	125	36	75	1	27
87	São Vicente e Grenadinas	-	-	-	-	-	41	0	80	-	-
88	Turquia	<0,1 [<0,2]	-	-	17	-	50	-	-	24	65
89	Paraguai	0,5 [0,2-0,8]	79	-	124	-	109	8	86	6	24
90	Jordânia	-	-	-	3	-	6	72	86	10	48
91	Azerbaijão	<0,1 [<0,2]	-	-	19	1	109	43	66	1	30
92	Tunísia	<0,1 [<0,2]	-	-	1	-	26	92	90	8	62
93	Granada	-	-	-	-	-	8	-	-	-	-
94	China	0,1 [0,1-0,2]	-	-	1	-	272	27	96	4	67
95	Dominica	-	-	-	-	-	23	36	100	-	-
96	Sri Lanka	<0,1 [<0,2]	-	44	1.110	-	73	79	80	2	26
97	Geórgia	0,2 [0,1-0,4]	0	-	5	-	99	50	67	15	61
98	República Dominicana	1,7 [0,9-3,0]	12	48	6	-	125	43	85	17	24
99	Belize	2,4 [0,8-6,9]	-	-	657	-	55	117	66	-	-
100	Equador	0,3 [0,1-0,5]	-	-	728	-	210	31	82	17	46

8 Principais crises de saúde e riscos mundiais

Ordem do IDH	Prevalência de HIV ^a (% 15-49 anos) 2003	ODM		ODM			ODM			Prevalência de fumadores ^d		
		Uso de preservativo na última relação sexual de alto risco ^b		Casos de malária ^c (por 100.000 pessoas)	Crianças menores de 5 anos		Casos de tuberculose			de adultos		
		Mulheres	Homens		Com	Com febre	Por 100.000 pessoas ^e	Detectados com TODB (%) ^f	Curados com TODB (%) ^g	Mulheres	Homens	
				mosquiteiros tratados com inseticida (%)	e tratadas com anti-maláricos (%)	2000						2000
		1996-2002 ^h	1996-2002 ^h	1999-2001 ^h	1999-2001 ^h	2002	2002	2001	2000	2000		
101	Irão	0,1 [0,1-0,2]	-	-	27	-	-	37	60	84	3	27
102	Territórios Ocupados da Palestina	-	-	-	-	-	-	38	-	-	-	-
103	El Salvador	0,7 [0,3-1,1]	-	-	11	-	-	83	57	88	12	38
104	Guiana	2,5 [0,8-7,7]	-	-	3.074	8	3	157	11	90	-	-
105	Cabo Verde	-	-	-	-	-	-	352	31	42	-	-
106	Síria	<0,1 [<0,2]	-	-	(,)	-	-	54	42	81	10	51
107	Usbequistão	0,1 [0,0-0,2]	-	-	1	-	-	134	24	76	9	49
108	Argélia	0,1 [<0,2]	-	-	2 ⁱ	-	-	51	114	84	7	44
109	Guiné Equatorial	-	-	-	2.744 ^j	1	49	362	-	-	-	-
110	Quirguistão	0,1 [<0,2]	-	-	(,)	-	-	164	45	81	16	60
111	Indonésia	0,1 [0,0-0,2]	-	-	920	0	4	609	30	86	4	59
112	Vietname	0,4 [0,2-0,7]	-	-	95	16	7	263	82	93	4	51
113	Moldávia	0,2 [0,1-0,3]	-	-	-	-	-	233	19	66	18	46
114	Bolívia	0,1 [0,0-0,2]	8	22	378	-	-	312	75	82	18	43
115	Honduras	1,8 [1,0-3,2]	-	-	541	-	-	98	114	86	11	36
116	Tajiquistão	<0,1 [<0,2]	-	-	303	2	69	169	3	-	-	-
117	Mongólia	<0,1 [<0,2]	-	-	-	-	-	270	69	87	26	68
118	Nicarágua	0,2 [0,1-0,3]	17	-	402	-	-	83	85	83	-	-
119	África do Sul	[17,8-24,3]	20	-	143	-	-	366	96	65	11	42
120	Egipto	<0,1 [<0,2]	-	-	(,)	-	-	38	53	82	2	35
121	Guatemala	1,1 [0,6-1,8]	-	-	386	1	-	108	45	85	18	38
122	Gabão	8,1 [4,1-15,3]	33	48	2.148 ^k	-	-	307	73	49	-	-
123	São Tomé e Príncipe	-	-	-	-	23	61	308	-	-	-	-
124	Ilhas Salomão	-	-	-	15.172	-	-	126	57	89	-	-
125	Marrocos	0,1 [0,0-0,2]	-	-	(,)	-	-	100	83	87	2	35
126	Namíbia	21,3 [18,2-24,7]	-	-	1.502	-	-	478	76	68	35	65
127	Índia	[0,4-1,3]	40	51	7	-	-	344	31	85	3	29
128	Botswana	37,3 [35,5-39,1]	75	88	48.704	-	-	338	73	78	-	-
129	Vanuatu	-	-	-	3.260	-	-	147	37	88	-	-
130	Camboja	2,6 [1,5-4,4]	43	-	476	-	-	734	52	92	8	66
131	Gana	3,1 [1,9-5,0]	20	33	15.344	-	61	371	41	42	4	28
132	Mianmar	1,2 [0,6-2,2]	-	-	224	-	-	176	73	81	22	44
133	Papua-Nova Guiné	0,6 [0,3-1,0]	-	-	1.688	-	-	543	15	67	28	46
134	Butão	-	-	-	285	-	-	205	31	93	-	-
135	Laos	0,1 [<0,2]	-	-	759	-	-	359	43	77	15	41
136	Comores	-	-	-	1.930	9	63	121	-	-	-	-
137	Suazilândia	38,8 [37,2-40,4]	-	-	2.835	0	26	769	31	36	2	25
138	Bangladeche	<0,2]	-	-	40	-	-	447	32	84	24	54
139	Sudão	2,3 [0,7-7,2]	-	-	13.934	0	50	346	33	80	1	24
140	Nepal	0,3 [0,2-0,5]	-	52	33	-	-	271	64	88	29	48
141	Camarões	6,9 [4,8-9,8]	16	31	2.900 ^k	1	66	238	60	62	-	-
Desenvolvimento humano baixo												
142	Paquistão	0,1 [0,0-0,2]	-	-	58	-	-	379	13	77	9	36
143	Togo	4,1 [2,7-6,4]	22	41	7.701 ^k	2	60	688	6	55	-	-
144	Congo	4,9 [2,1-11,0]	12	-	5.880	-	-	435	69	66	-	-
145	Lesoto	28,9 [26,3-31,7]	-	-	0 ⁱ	-	-	449	61	71	1	39
146	Uganda	4,1 [2,8-6,6]	44	62	46	0	-	550	47	56	17	52
147	Zimbabué	24,6 [21,7-27,8]	42	69	5.410	-	-	452	46	71	1	34
148	Quênia	6,7 [4,7-9,6]	14	43	545	3	65	579	49	80	32	67
149	Iémen	0,1 [0,0-0,2]	-	-	15.160 ⁱ	-	-	145	49	80	29	60
150	Madagáscar	1,7 [0,8-2,7]	13	-	-	0	61	407	62	69	-	-
151	Nigéria	5,4 [3,6-8,0]	21	38	30	-	-	565	12	79	2	15

8 Principais crises de saúde e riscos mundiais

Ordem do IDH	Prevalência de HIV ^a (% 15-49 anos) 2003	ODM		ODM		ODM		ODM			Prevalência de fumadores ^d (% de adultos)	
		Uso de preservativo na última relação sexual de alto risco ^b		Casos de malária ^c (por 100.000 pessoas)	Crianças menores de 5 anos		Casos de tuberculose			Prevalência de fumadores ^d (% de adultos)		
		Mulheres	Homens		Com mosquiteiros tratados com insecticida (%)	Com febre e tratadas com anti-maláricos (%)	Por 100.000 pessoas ^e	Detectados com TODB (%) ^f	Curados com TODB (%) ^g			
				1996-2002 ^h						1996-2002 ^h	1999-2001 ^h	1999-2001 ^h
		Mulheres	Homens	(por 100.000 pessoas)	(%)	(%)	2002	2002	2001	Mulheres	Homens	
152	Mauritânia	0,6 [0,3-1,1]	–	–	11.150 ⁱ	–	–	437	–	–	–	–
153	Haiti	5,6 [2,5-11,9]	19	30	15 ⁱ	–	12	392	41	75	9	11
154	Djibouti	–	–	–	715 ⁱ	–	–	1.161	45	78	–	–
155	Gâmbia	1,2 [0,3-4,2]	–	–	17.340 ^k	15	55	325	73	71	2	34
156	Eritreia	2,7 [0,9-7,3]	–	–	3.479	–	4	480	14	80	–	–
157	Senegal	0,8 [0,4-1,7]	–	–	11.925	2	36	438	54	53	–	–
158	Timor-Leste	–	–	–	–	–	–	734	59	73	–	–
159	Ruanda	5,1 [3,4-7,6]	23	55	6.510	5	13	598	29	–	4	7
160	Guiné	3,2 [1,2-8,2]	17	32	75.386	–	–	375	54	74	44	60
161	Benim	1,9 [1,1-3,3]	19	34	10.697 ^l	7	60	131	98	79	–	–
162	Tanzânia	8,8 [6,4-11,9]	21	31	1.207 ⁱ	2	53	472	43	81	12	50
163	Costa do Marfim	7,0 [4,9-10,0]	25	56	12.152	1	58	634	25	73	2	42
164	Zâmbia	16,5 [13,5-20,0]	33	42	34.204	1	58	588	40	75	10	35
165	Malawi	14,2 [11,3-17,7]	32	38	25.948	3	27	462	36	70	9	20
166	Angola	3,9 [1,6-9,4]	–	–	8.773	2	63	398	91	66	–	–
167	Chade	4,8 [3,1-7,2]	3	2	197 ⁱ	1	32	388	42	–	–	24
168	Congo	4,2 [1,7-9,9]	13	–	2.960 ⁱ	1	45	594	52	77	6	–
169	República Centro-Africana	13,5 [8,3-21,2]	–	–	2.207 ^m	2	69	438	49	61	–	–
170	Etiópia	3,9-8,5	17	30	556 ^j	–	3	508	33	76	–	–
171	Moçambique	12,2 [9,4-15,7]	–	–	18.115	–	–	547	45	77	–	–
172	Guiné-Bissau	–	–	–	2.421 ⁱ	7	58	316	43	51	–	–
173	Burundi	6,0 [4,1-8,8]	–	–	48.098	1	31	531	28	80	–	–
174	Mali	1,9 [0,6-5,9]	14	30	4.008 ^k	–	–	695	15	50	–	–
175	Burkina Faso	4,2 [2,7-6,5]	41	55	619	–	–	272	18	65	–	–
176	Níger	1,2 [0,7-2,3]	–	–	1.693 ^k	1	48	386	–	–	–	–
177	Serra Leoa	–	–	–	–	2	61	628	36	80	–	–
	Países em desenvolvimento	1,2 [1,0-1,6]	–	–	–	–	–	307	–	–	–	–
	Países menos desenvolvidos	3,4 [2,6-4,8]	–	–	–	–	–	449	–	–	–	–
	Países Árabes	0,3 [0,1-0,5]	–	–	–	–	–	131	–	–	–	–
	Ásia Oriental e Pacífico	0,2 [0,1-0,3]	–	–	–	–	–	313	–	–	–	–
	América Latina e Caraíbas	0,7 [0,4-1,0]	–	–	–	–	–	92	–	–	–	–
	Ásia do Sul	0,6 [0,3-1,0]	–	–	–	–	–	343	–	–	–	–
	África Subsariana	7,7 [6,3-9,7]	–	–	–	–	–	495	–	–	–	–
	Europa Central. do Leste & CEI	0,6 [0,3-0,9]	–	–	–	–	–	132	–	–	–	–
	OCDE	0,3 [0,2-0,5]	–	–	–	–	–	25	–	–	–	–
	OCDE de rendimento elevado	–	–	–	–	–	–	21	–	–	–	–
	Desenvolvimento humano elevado	0,3 [0,2-0,5]	–	–	–	–	–	26	–	–	–	–
	Desenvolvimento humano médio	0,7 [0,5-1,0]	–	–	–	–	–	278	–	–	–	–
	Desenvolvimento humano baixo	5,0 [4,0-6,6]	–	–	–	–	–	480	–	–	–	–
	Rendimento elevado	0,3 [0,2-0,5]	–	–	–	–	–	22	–	–	–	–
	Rendimento médio	0,7 [0,5-0,8]	–	–	–	–	–	197	–	–	–	–
	Rendimento baixo	1,8 [1,2-2,9]	–	–	–	–	–	405	–	–	–	–
	Mundo	1,1 [0,9-1,5]	–	–	–	–	–	257	–	–	–	–

a. Os dados referem-se a estimativas para o ponto e o intervalo baseadas em novos modelos de estimação desenvolvidos pelo Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/SIDA (ONUSIDA). As estimativas para o intervalo estão apresentadas dentro de parênteses rectos. b. Devido às limitações de dados, as comparações entre países devem ser feitas com precaução. Os dados para alguns países podem respeitar apenas a parte do país, ou diferir da definição padrão. c. Os dados referem-se aos casos de malária relatados à Organização Mundial da Saúde (OMS) e podem representar apenas uma fracção do número real de um país. d. O intervalo de idades varia entre países, mas na maior parte é de 18 anos e mais velhos, ou 15 anos e mais velhos. e. Os dados referem-se à prevalência de todas as formas de tuberculose. f. Calculado dividindo os novos casos de tuberculose com análise positiva detectados com base no tratamento observado directamente (TOD), detecção de casos de tratamento breve (TODB) e tratamento estratégico, pela incidência anual estimada de novos casos de análise positiva. Os valores podem exceder 100% devido à intensa detecção de casos numa área com uma acumulação de casos crónicos, sobregisto (contagem dupla, por exemplo), sobrediagnóstico ou subestimação da incidência (WHO 2003). g. Os dados referem-se à percentagem dos novos casos de análise positiva registados para tratamento sob a detecção de casos TODB e tratamento estratégico em 2000, que foram tratados com sucesso. h. Os dados referem-se ao ano mais recente disponível durante o período indicado. i. Os dados referem-se a 1999. j. Os dados referem-se a 1995. k. Os dados referem-se a 1998. l. Os dados referem-se a 1997. m. Os dados referem-se a 1994.

Fonte: Coluna 1: UNAIDS 2004; agregados calculados pela UNUSIDA para o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano; colunas 2 e 3: UNICEF 2003b, baseado em dados de um trabalho conjunto do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), UNAIDS e da OMS; coluna 4: UN 2004e, baseado em dados da OMS; colunas 5 e 6: UNICEF 2003b; colunas 7-9: WHO 2004e; colunas 10 e 11: World Bank 2004f, baseado em dados da OMS e do Sistema de Informação Online da National Tobacco.

9 Sobrevivência: progressos e retrocessos

... PARA VIVEREM UMA VIDA LONGA E SAUDÁVEL ...

Ordem do IDH	Esperança de vida à nascença (anos)		ODM Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nados-vivos)		ODM Taxa de mortalidade de menores de cinco (por 1.000 nados-vivos)		Probabilidade à nascença de viver até aos 65 anos ^a		ODM Taxa de mortalidade materna ^b		
	1970-75 ^c	2000-05 ^c	1970	2002	1970	2002	Feminino	Masculino	Taxa declarada (por 100.000 nados-vivos)	Taxa ajustada (por 100.000 nados-vivos)	
							(% do coorte)	(% do coorte)	1985-2002 ^d	2000	
							2000-05 ^c	2000-05 ^c			
Desenvolvimento humano elevado											
1	Noruega	74,4	78,9	13	4	15	4	90,8	83,5	6	16
2	Suécia	74,7	80,1	11	3	15	3	91,6	86,1	5	2
3	Austrália	71,7	79,2	17	6	20	6	90,7	83,8	–	8
4	Canadá	73,2	79,3	19	5	23	7	90,1	83,9	–	6
5	Holanda	74,0	78,3	13	5	15	5	89,7	83,5	7	16
6	Bélgica	71,4	78,8	21	5	29	6	90,4	82,5	–	10
7	Islândia	74,3	79,8	13	3	14	4	90,7	85,9	–	0
8	Estados Unidos	71,5	77,1	20	7	26	8	86,4	78,1	8	17
9	Japão	73,3	81,6	14	3	21	5	93,0	85,0	8	10
10	Irlanda	71,3	77,0	20	6	27	6	89,0	82,0	6	5
11	Suíça	73,8	79,1	15	5	18	6	91,0	82,9	5	7
12	Reino Unido	72,0	78,2	18	5	23	7	89,4	83,2	7	13
13	Finlândia	70,7	78,0	13	4	16	5	91,1	79,9	6	6
14	Áustria	70,6	78,5	26	5	33	5	90,7	81,6	–	4
15	Luxemburgo	70,7	78,4	19	5	26	5	89,8	82,7	0	28
16	França	72,4	79,0	18	4	24	6	91,0	80,2	10	17
17	Dinamarca	73,6	76,6	14	4	19	4	86,5	79,8	10	5
18	Nova Zelândia	71,7	78,3	17	6	20	6	88,3	82,6	15	7
19	Alemanha	71,0	78,3	22	4	26	5	90,2	81,7	8	8
20	Espanha	72,9	79,3	27	4	34	6	92,2	82,3	0	4
21	Itália	72,1	78,7	30	4	33	6	91,4	82,4	7	5
22	Israel	71,6	79,2	24	6	27	6	90,5	86,2	5	17
23	Hong Kong, China (RAE)	72,0	79,9	–	–	–	–	92,3	84,4	–	–
24	Grécia	72,3	78,3	38	5	54	5	91,5	82,3	1	9
25	Singapura	69,5	78,1	22	3	27	4	90,5	83,3	6	30
26	Portugal	68,0	76,2	53	5	62	6	89,3	77,4	8	5
27	Eslovénia	69,8	76,3	25	4	29	5	88,7	76,2	17	17
28	Coreia do Sul	62,6	75,5	43	5	54	5	89,0	73,9	20	20
29	Barbados	69,4	77,2	40	12	54	14	89,0	82,2	0	95
30	Chipre	71,4	78,3	29	5	33	6	90,8	83,9	0	47
31	Malta	70,6	78,4	25	5	32	5	90,2	85,5	–	0
32	República Checa	70,1	75,4	21	4	24	5	88,3	74,8	3	9
33	Brunei	68,3	76,3	58	6	78	6	87,9	84,8	0	37
34	Argentina	67,1	74,2	59	16	71	19	85,3	72,3	41	82
35	Seychelles	–	–	–	12	–	16	–	–	–	–
36	Estónia	70,5	71,7	21	10	26	12	83,7	59,9	46	63
37	Polónia	70,5	73,9	32	8	36	9	86,5	68,8	4	13
38	Hungria	69,3	71,9	36	8	39	9	82,6	62,7	5	16
39	São Cristóvão e Nevis	–	–	–	20	–	24	–	–	130	–
40	Barém	63,3	74,0	55	13	75	16	84,8	78,1	46	28
41	Lituânia	71,3	72,7	23	8	28	9	84,9	62,8	13	13
42	Eslováquia	70,0	73,7	25	8	29	9	86,5	68,9	16	3
43	Chile	63,4	76,1	78	10	98	12	86,3	76,8	23	31
44	Kuwait	67,0	76,6	49	9	59	10	87,2	82,3	5	5
45	Costa Rica	67,8	78,1	62	9	83	11	88,3	81,1	29	43
46	Uruguai	68,7	75,3	48	14	57	15	85,8	73,2	26	27
47	Catar	62,1	72,2	45	11	65	16	80,3	72,8	5	7
48	Croácia	69,6	74,2	34	7	42	8	86,3	71,1	2	8
49	Emiratos Árabes Unidos	62,2	74,7	61	8	83	9	86,6	80,0	3	54
50	Letónia	70,1	71,0	21	17	26	21	82,8	59,2	25	42

9 Sobrevivência: progressos e retrocessos

Ordem do IDH	Esperança de vida à nascença (anos)		ODM Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nados-vivos)		ODM Taxa de mortalidade de menores de cinco (por 1.000 nados-vivos)		Probabilidade à nascença de viver até aos 65 anos ^a		ODM Taxa de mortalidade materna ^b		
	1970-75 ^c	2000-05 ^c	1970	2002	1970	2002	Feminino	Masculino	Taxa declarada (por 100.000 nados-vivos)	Taxa ajustada (por 100.000 nados-vivos)	
							2000-05 ^c	2000-05 ^c	1985-2002 ^d	2000	
							(% do coorte)	(% do coorte)			
51	Baamas	66,5	67,1	38	13	49	16	69,6	56,8	–	60
52	Cuba	70,7	76,7	34	7	43	9	85,1	79,1	30	33
53	México	62,4	73,4	79	24	110	29	82,1	71,5	79	83
54	Trindade e Tobago	65,9	71,3	49	17	57	20	78,8	67,5	70	160
55	Antígua e Barbuda	–	–	–	12	–	14	–	–	150	–
Desenvolvimento humano médio											
56	Bulgária	71,0	70,9	28	14	32	16	83,2	64,9	15	32
57	Federação Russa	69,7	66,8	29	18	36	21	78,0	48,4	37	67
58	Líbia	52,8	72,8	105	16	160	19	81,5	73,4	77	97
59	Malásia	63,0	73,1	46	8	63	8	83,9	73,3	30	41
60	Macedónia	67,5	73,6	85	22	120	26	84,1	75,8	15	23
61	Panamá	66,2	74,7	46	19	68	25	85,1	76,3	70	160
62	Bielorrússia	71,5	70,1	22	17	27	20	81,6	56,4	14	35
63	Tonga	62,6	68,6	–	16	–	20	73,0	69,9	–	–
64	Maurícias	62,9	72,0	64	17	86	19	82,4	66,6	21	24
65	Albânia	67,7	73,7	68	26	82	30	87,7	80,1	20	55
66	Bósnia e Herzegovina	67,5	74,0	60	15	82	18	85,2	74,1	10	31
67	Suriname	64,0	71,1	–	31	–	40	79,6	68,4	110	110
68	Venezuela	65,7	73,7	47	19	61	22	83,5	73,2	60	96
69	Roménia	69,2	70,5	46	19	57	21	81,5	63,7	34	49
70	Ucrânia	70,1	69,7	22	16	27	20	81,1	56,5	18	35
71	Santa Lúcia	65,3	72,5	–	17	–	19	77,4	71,2	30	–
72	Brasil	59,5	68,1	95	30	135	36	76,5	59,7	160	260
73	Colômbia	61,6	72,2	69	19	108	23	80,8	70,9	78	130
74	Omã	52,1	72,4	126	11	200	13	82,4	75,4	23	87
75	Samoa Ocidental	56,1	70,0	106	20	160	25	78,2	65,1	–	130
76	Tailândia	61,0	69,3	74	24	102	28	79,9	62,4	36	44
77	Árabia Saudita	53,9	72,3	118	23	185	28	81,1	75,7	–	23
78	Cazaquistão	64,4	66,3	–	61	–	76	76,7	53,1	50	210
79	Jamaica	69,0	75,7	49	17	64	20	85,4	78,9	97	87
80	Libano	65,0	73,5	45	28	54	32	83,6	77,2	100	150
81	Fidji	60,6	69,8	50	17	61	21	75,1	67,3	38	75
82	Arménia	72,5	72,4	–	30	–	35	85,4	70,3	22	55
83	Filipinas	58,1	70,0	60	29	90	38	78,0	69,9	170	200
84	Maldivas	51,4	67,4	157	58	255	77	69,5	69,5	350	110
85	Peru	55,4	69,8	115	30	178	39	77,0	68,0	190	410
86	Turquemenistão	60,7	67,1	–	76	–	98	74,2	60,6	9	31
87	São Vicente e Grenadinas	61,6	74,1	–	22	–	25	84,2	78,6	93	–
88	Turquia	57,9	70,5	150	36	201	42	81,0	71,0	130	70
89	Paraguai	65,9	70,9	57	26	76	30	79,8	71,4	190	170
90	Jordânia	56,5	71,0	77	27	107	33	77,3	71,2	41	41
91	Azerbaijão	69,0	72,2	–	74	–	105	81,3	68,0	25	94
92	Tunísia	55,6	72,8	135	21	201	26	84,6	75,2	69	120
93	Granada	–	–	–	20	–	25	–	–	1	–
94	China	63,2	71,0	85	31	120	39	81,3	72,7	53	56
95	Dominica	–	–	–	13	–	15	–	–	67	–
96	Sri Lanka	65,1	72,6	65	17	100	19	84,6	73,5	92	92
97	Geórgia	69,2	73,6	36	24	46	29	85,6	69,2	67	32
98	República Dominicana	59,7	66,7	91	32	128	38	72,0	62,3	230	150
99	Belize	67,6	71,4	56	34	77	40	77,9	72,5	140	140
100	Equador	58,8	70,8	87	25	140	29	78,6	70,3	160	130

9 Sobrevivência: progressos e retrocessos

Ordem do IDH	Esperança de vida à nascença (anos)		ODM Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nados-vivos)		ODM Taxa de mortalidade de menores de cinco (por 1.000 nados-vivos)		Probabilidade à nascença de viver até aos 65 anos ^a		ODM Taxa de mortalidade materna ^b		
	1970-75 ^c	2000-05 ^c	1970	2002	1970	2002	Feminino	Masculino	Taxa declarada (por 100.000 nados-vivos)	Taxa ajustada (por 100.000 nados-vivos)	
							(% do coorte)	(% do coorte)	1985-2002 ^d	2000	
							2000-05 ^c	2000-05 ^c			
101	Irão	55,3	70,3	122	35	191	42	79,5	71,8	37	76
102	Territórios Ocupados da Palestina	56,6	72,4	–	23	–	25	81,6	75,1	–	100
103	El Salvador	58,2	70,7	111	33	162	39	77,6	67,3	120	150
104	Guiana	60,0	63,2	81	54	101	72	67,1	54,8	190	170
105	Cabo Verde	57,5	70,2	–	29	–	38	79,5	68,1	76	150
106	Síria	57,0	71,9	90	23	129	28	80,0	74,7	110	160
107	Usbequistão	64,2	69,7	–	52	–	68	76,9	65,7	34	24
108	Argélia	54,5	69,7	143	39	234	49	76,9	72,8	140	140
109	Guiné Equatorial	40,5	49,1	165	101	281	152	44,2	39,2	–	880
110	Quirguistão	63,1	68,6	111	52	146	61	77,2	61,5	44	110
111	Indonésia	49,2	66,8	104	33	172	45	72,5	64,2	380	230
112	Vietname	50,3	69,2	55	30	81	39	77,2	68,8	95	130
113	Moldávia	64,8	68,9	46	27	61	32	76,4	60,2	44	36
114	Bolívia	46,7	63,9	147	56	243	71	68,0	60,0	390	420
115	Honduras	53,8	68,9	116	32	170	42	73,4	65,4	110	110
116	Tajiquistão	63,4	68,8	78	53	111	72	75,4	66,2	45	100
117	Mongólia	53,8	63,9	–	58	–	71	67,4	57,6	160	110
118	Nicarágua	55,1	69,5	113	32	165	41	75,2	66,5	120	230
119	África do Sul	53,7	47,7	–	52	–	65	37,4	24,9	150	230
120	Egipto	52,1	68,8	157	35	235	41	78,0	67,9	84	84
121	Guatemala	53,7	65,8	115	36	168	49	70,5	59,0	190	240
122	Gabão	48,7	56,6	–	60	–	91	52,0	48,6	520	420
123	São Tomé e Príncipe	56,5	69,9	–	75	–	118	79,1	68,9	–	–
124	Ilhas Salomão	55,6	69,2	71	20	99	24	76,0	70,2	550	130
125	Marrocos	52,9	68,7	119	39	184	43	77,1	69,4	230	220
126	Namíbia	49,9	44,3	104	55	155	67	30,8	24,7	270	300
127	Índia	50,3	63,9	127	67	202	93	67,5	61,9	540	540
128	Botswana	56,1	39,7	99	80	142	110	21,7	17,3	330	100
129	Vanuatu	54,0	68,8	107	34	160	42	73,1	66,3	68	130
130	Camboja	40,3	57,4	–	96	–	138	56,9	47,6	440	450
131	Gana	49,9	57,9	112	57	190	100	55,8	50,1	210	540
132	Mianmar	49,3	57,3	122	77	179	109	58,9	47,7	230	360
133	Papua-Nova Guiné	44,7	57,6	106	70	147	94	51,5	45,0	370	300
134	Butão	43,2	63,2	156	74	267	94	66,1	61,1	260	420
135	Laos	40,4	54,5	145	87	218	100	52,9	47,8	530	650
136	Comores	48,9	60,8	159	59	215	79	61,8	55,3	–	480
137	Suazilândia	47,3	34,4	132	106	196	149	15,2	11,0	230	370
138	Bangladeche	45,2	61,4	145	51	239	77	61,1	57,9	380	380
139	Sudão	43,6	55,6	104	64	172	94	54,6	48,3	550	590
140	Nepal	43,3	59,9	165	66	250	91	57,6	56,4	540	740
141	Camarões	45,7	46,2	127	95	215	166	36,8	31,7	430	730
Desenvolvimento humano baixo											
142	Paquistão	49,0	61,0	120	83	181	107	61,9	60,0	530	500
143	Togo	45,5	49,7	128	79	216	141	42,6	36,9	480	570
144	Congo	55,0	48,2	100	81	160	108	37,5	31,1	–	510
145	Lesoto	49,5	35,1	128	64	190	87	19,2	8,5	–	550
146	Uganda	46,3	46,2	100	82	170	141	33,5	30,6	510	880
147	Zimbabué	56,0	33,1	86	76	138	123	8,3	9,2	700	1.100
148	Quênia	50,9	44,6	96	78	156	122	30,6	26,1	590	1.000
149	Iémen	39,8	60,0	194	79	303	107	60,0	54,5	350	570
150	Madagáscar	44,9	53,6	109	84	180	136	51,5	46,7	490	550
151	Nigéria	44,0	51,5	120	110	201	183	44,5	42,0	–	800

9 Sobrevivência: progressos e retrocessos

Ordem do IDH	Esperança de vida à nascença (anos)		ODM		ODM		Probabilidade à nascença de viver até aos 65 anos ^a		ODM Taxa de mortalidade materna ^b		
			Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nados-vivos)		Taxa de mortalidade de menores de cinco (por 1.000 nados-vivos)		Feminino	Masculino	Taxa declarada (por 100.000 nados-vivos)	Taxa ajustada (por 100.000 nados-vivos)	
	1970-75 ^c	2000-05 ^c	1970	2002	1970	2002	2000-05 ^c	2000-05 ^c	1985-2002 ^d	2000	
							(% do coorte)	(% do coorte)			
152	Mauritânia	43,4	52,5	150	120	250	183	50,5	44,4	750	1.000
153	Haiti	48,5	49,5	148	79	221	123	36,1	34,5	520	680
154	Djibouti	41,0	45,7	160	100	241	143	37,1	33,2	74	730
155	Gâmbia	38,0	54,1	183	91	319	126	51,3	45,8	–	540
156	Eritreia	44,3	52,7	–	47	–	89	43,7	35,4	1.000	630
157	Senegal	41,8	52,9	164	79	279	138	52,5	40,0	560	690
158	Timor-Leste	40,0	49,5	–	89	–	126	44,0	39,1	–	660
159	Ruanda	44,6	39,3	124	96	209	183	24,1	22,7	1.100	1.400
160	Guiné	37,3	49,1	197	109	345	169	42,8	40,3	530	740
161	Benim	44,0	50,6	149	93	252	156	47,8	38,8	500	850
162	Tanzânia	46,5	43,3	129	104	218	165	29,2	26,1	530	1.500
163	Costa do Marfim	45,4	41,0	158	102	239	176	25,5	24,8	600	690
164	Zâmbia	49,7	32,4	109	108	181	192	10,6	11,3	650	750
165	Malawi	41,0	37,5	189	114	330	183	21,3	19,7	1.100	1.800
166	Angola	38,0	40,1	180	154	300	260	31,1	26,4	–	1.700
167	Chade	39,0	44,7	–	117	–	200	36,4	32,4	830	1.100
168	Congo	45,8	41,8	148	129	245	205	31,4	27,9	950	990
169	República Centro-Africana	43,0	39,5	149	115	248	180	24,0	21,0	1.100	1.100
170	Etiópia	41,8	45,5	160	114	239	171	35,8	32,3	870	850
171	Moçambique	41,1	38,1	163	125	278	197	26,3	19,8	1.100	1.000
172	Guiné-Bissau	36,5	45,3	–	130	–	211	39,4	33,7	910	1.100
173	Burundi	43,9	40,9	138	114	233	190	26,6	25,1	–	1.000
174	Mali	38,2	48,6	225	122	400	222	41,0	37,3	580	1.200
175	Burkina Faso	41,2	45,7	163	107	290	207	34,5	32,1	480	1.000
176	Níger	38,2	46,2	197	156	330	265	39,9	37,6	590	1.600
177	Serra Leoa	35,0	34,2	206	165	363	284	23,5	19,4	1.800	2.000
Países em desenvolvimento		55,5	64,7	108	61	166	89	69,2	62,0	–	–
Países menos desenvolvidos		43,8	50,7	150	99	244	157	44,7	40,7	–	–
Países Árabes		51,9	66,4	128	48	197	62	72,5	65,6	–	–
Ásia Oriental e Pacífico		60,5	69,9	84	32	122	42	79,0	70,0	–	–
América Latina e Caraíbas		61,1	70,6	86	27	123	34	78,7	66,5	–	–
Ásia do Sul		49,8	63,3	129	69	206	95	66,4	61,4	–	–
África Subsariana		45,2	46,1	139	108	231	178	36,1	32,0	–	–
Europa Central, do Leste & CEI		69,2	69,6	34	18	43	22	80,6	58,8	–	–
OCDE		70,4	77,2	40	11	53	14	88,1	78,7	–	–
OCDE de rendimento elevado		71,6	78,4	22	5	28	7	89,5	80,9	–	–
Desenvolvimento humano elevado		70,7	77,5	32	9	42	11	88,4	78,9	–	–
Desenvolvimento humano médio		57,8	67,3	102	45	154	61	74,3	65,2	–	–
Desenvolvimento humano baixo		45,0	49,1	138	104	225	164	41,2	38,5	–	–
Rendimento elevado		71,6	78,4	22	5	28	7	89,5	80,9	–	–
Rendimento médio		62,9	70,1	85	30	121	37	79,5	68,4	–	–
Rendimento baixo		48,7	59,2	126	80	202	120	59,1	54,1	–	–
Mundo		59,8	66,9	96	56	146	81	72,9	64,4	–	–

a. Os dados referem-se à probabilidade, à nascença, de viver até aos 65 anos, vezes 100. b. Número anual de óbitos de mulheres por causas relacionadas com a gravidez. A coluna para a taxa declarada apresenta valores relatados pelas autoridades nacionais. A coluna para a taxa ajustada apresenta resultados em valores ajustados, com base nas revisões realizadas pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP), para ter em conta os problemas bem documentados de sub-registo e má classificação. c. Os dados referem-se a estimativas para o período indicado. d. Os dados referem-se ao ano mais recente disponível durante o período indicado.

Fonte: Colunas 1, 2, 7 e 8: UN 2003; colunas 3 e 5: UNICEF 2004; colunas 4, 6, 9 e 10: UNICEF 2003b,

10 Compromisso com a educação: despesa pública

... ADQUIRIR CONHECIMENTO ...

Ordem do IDH	Despesa pública de educação ^a				Despesa pública de educação por nível ^b (% de todos os níveis)						
	Em % do PIB		Em % da despesa pública total		Pré-primária e primária		Secundário		Superior		
	1990 ^c	1999-2001 ^d	1990 ^c	1999-2001 ^d	1990 ^c	1999-2001 ^d	1990 ^c	1999-2001 ^d	1990 ^c	1999-2001 ^d	
Desenvolvimento humano elevado											
1	Noruega	7,1	6,8	14,6	16,2	39,5	48,3	24,7	20,6 ^e	15,2	25,4
2	Suécia	7,4	7,6	13,8	-	47,7	33,8	19,6	37,7	13,2	28,0
3	Austrália	5,1	4,6	14,8	13,8	2,2	35,4	57,4	40,1	32,0	22,9
4	Canadá	6,5	5,2	14,2	-	-	-	62,2	-	28,6	35,7
5	Holanda	6,0	5,0	14,8	10,4	21,5	33,7	37,7	39,7	32,1	26,5
6	Bélgica	5,0	5,8 ^e	-	11,6	23,3	33,3 ^e	42,9	45,0 ^e	16,5	19,2 ^e
7	Islândia	5,4	6,0 ^e	-	-	59,5	-	25,6	-	14,9	-
8	Estados Unidos	5,2	5,6	12,3	15,5	-	39,2	-	34,5	-	26,3
9	Japão	-	3,6	-	10,5	-	37,8	-	39,8	-	15,1
10	Irlanda	5,2	4,3	10,2	13,5	37,8	30,9	40,1	34,1	20,4	30,3
11	Suíça	5,1	5,6	18,7	-	49,9	35,3	25,1	39,0	19,7	23,1
12	Reino Unido	4,9	4,6	-	-	29,7	34,4	43,8	48,4	19,6	17,2
13	Finlândia	5,6	6,3	11,9	12,2	27,9	27,0	39,4	40,0	23,9	32,9
14	Áustria	5,4	5,9	7,6	11,0	23,7	27,0	46,6	45,0	19,1	24,0
15	Luxemburgo	3,0	4,1	10,4	8,5 ^e	-	-	-	-	-	-
16	França	5,4	5,7	-	11,4	27,3	31,2	40,7	49,8	13,8	17,6
17	Dinamarca	-	8,3	-	15,3	-	29,6	-	36,7	-	30,0
18	Nova Zelândia	6,2	6,6	-	-	30,5	30,6	25,3	40,1	37,4	24,7
19	Alemanha	-	4,6	-	9,9	-	22,8	-	49,0	-	24,5
20	Espanha	4,4	4,4	9,4	-	29,3	35,4	45,0	41,8	15,4	22,8
21	Itália	3,1	5,0	-	9,5	33,0	33,8	63,2	48,7	-	16,4
22	Israel	6,3	7,3	11,3	-	43,0	45,2	31,3	29,7	16,2	17,9
23	Hong Kong, China (RAE)	-	4,1	-	21,9	26,6	25,1	38,8	32,7	30,8	33,2
24	Grécia	2,5	3,8	-	7,0	34,1	30,2	45,1	40,7	19,5	24,0
25	Singapura	-	-	-	-	29,6	-	36,5	-	29,3	-
26	Portugal	4,2	5,8	-	12,7	44,6	35,2	32,5	43,0	16,3	18,1
27	Eslovênia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
28	Coreia do Sul	3,5	3,6	22,4	17,4	44,4	42,3	34,1	37,3	7,4	13,5
29	Barbados	7,8	6,5	22,2	16,7	37,5	33,4 ^e	37,6	33,9	19,2	29,9
30	Chipre	3,5	5,6	11,3	-	38,5	32,6	50,3	50,3	3,8	17,1
31	Malta	4,3	4,9 ^e	8,3	-	25,1	-	44,7	-	14,6	-
32	República Checa	-	4,4	-	9,7	-	26,4	-	50,5	-	19,3
33	Brunei	-	-	-	9,1 ^e	24,1	-	26,1	-	9,5	-
34	Argentina	1,1	4,6 ^e	10,9	13,7 ^e	3,4	43,3 ^e	44,9	35,6 ^e	46,7	18,4 ^e
35	Seychelles	7,8	7,5 ^e	14,8	-	28,2	-	40,7	-	9,5	-
36	Estônia	-	7,4	-	-	-	44,5	-	34,1	-	16,8
37	Polónia	-	5,4	-	12,2	42,8	44,8	17,5	38,0	22,0	16,0
38	Hungria	5,8	5,1	7,8	14,1	55,4	32,0	23,9	38,8	15,2	21,6
39	São Cristóvão e Nevis	2,7	7,7	-	14,7	-	28,5	-	31,5	-	21,2
40	Barém	4,2	-	14,6	-	-	-	45,8	-	-	-
41	Lituânia	4,6	-	13,8	-	-	-	-	-	-	-
42	Eslováquia	5,1	4,1	-	13,8	-	25,8	-	51,3	-	20,5
43	Chile	2,5	3,9	10,4	17,5	60,1	51,2	17,3	34,3	20,3	14,5
44	Kuwait	4,8	-	3,4	-	53,4	-	13,6	-	16,0	-
45	Costa Rica	4,4	4,7	20,8	21,1	-	50,1	-	30,7	-	19,2
46	Uruguai	3,0	2,5	15,9	11,8	37,5	39,2	30,3	31,5	22,6	29,2
47	Catar	3,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-
48	Croácia	-	4,2 ^e	-	-	-	-	-	-	-	-
49	Emiratos Árabes Unidos	1,9	-	14,6	-	-	51,9	-	46,4	-	-
50	Letónia	3,8	5,9	10,8	-	11,2	33,3	56,3	48,7	11,6	16,3

10 Compromisso com a educação: despesa pública

Ordem do IDH	Despesa pública de educação ^a				Despesa pública de educação por nível ^b (% de todos os níveis)						
	Em % do PIB		Em % da despesa pública total		Pré-primária e primária		Secundário		Superior		
	1990 ^c	1999-2001 ^d	1990 ^c	1999-2001 ^d	1990 ^c	1999-2001 ^d	1990 ^c	1999-2001 ^d	1990 ^c	1999-2001 ^d	
51	Baamas	4,0	–	17,8	–	–	–	–	–	–	
52	Cuba	–	8,5	12,3	16,8	25,7	39,4	39,0	36,4	14,4	17,1
53	México	3,6	5,1	12,8	22,6	32,3	48,6	29,6	34,4	16,5	14,5
54	Trindade e Tobago	3,6	4,0	11,6	16,7 ^e	42,5	59,6 ^e	36,8	32,3 ^e	11,9	3,7 ^e
55	Antígua e Barbuda	–	3,2	–	–	–	36,9 ^e	–	37,3 ^e	–	15,1 ^e
Desenvolvimento humano médio											
56	Bulgária	5,2	–	–	–	70,7	–	–	–	13,9	–
57	Federação Russa	3,5	3,1	–	10,6	–	–	–	–	–	–
58	Líbia	–	2,7	–	–	–	17,8 ^e	–	14,2 ^e	–	52,7
59	Malásia	5,2	7,9	18,3	20,0	34,3	28,1	34,4	34,5	19,9	32,1
60	Macedónia	–	4,1 ^e	–	–	–	–	–	–	–	–
61	Panamá	4,7	4,3	20,9	7,5 ^e	37,0	40,8 ^e	23,3	33,9 ^e	21,3	25,3 ^e
62	Bielorrússia	4,9	6,0	–	–	57,7	–	16,2	–	14,4	–
63	Tonga	–	5,0	–	14,0 ^e	–	49,2 ^f	–	28,9	–	–
64	Maurícias	3,5	3,3	11,8	13,3	37,7	32,0	36,4	38,3	16,6	15,6
65	Albânia	5,8	–	–	–	–	–	–	–	–	–
66	Bósnia e Herzegovina	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
67	Suriname	8,1	–	–	–	60,5	–	14,5	–	8,8	–
68	Venezuela	3,0	–	12,0	–	23,5	–	4,5	–	40,7	–
69	Roménia	2,8	3,5 ^e	7,3	–	52,1	–	22,1	–	9,6	–
70	Ucrânia	5,2	4,2	19,7	15,0	54,9	–	15,0	–	15,1	–
71	Santa Lúcia	–	7,3 ^e	–	20,7 ^e	48,2	–	23,3	–	12,8	–
72	Brasil	–	4,0	–	10,4	–	38,7	–	37,6	–	21,6
73	Colômbia	2,5	4,4	16,0	18,0 ^e	39,3	47,0	30,9	33,1	20,7	19,9
74	Omã	3,1	4,2 ^e	11,1	–	54,1	36,4 ^{e,f}	37,0	51,4 ^e	7,4	1,8 ^e
75	Samoa Ocidental	3,4	4,5 ^e	10,7	14,6	52,6	43,0	25,2	23,8	0,0	33,2
76	Tailândia	3,5	5,0	20,0	31,0	56,2	42,3	21,6	20,5	14,6	21,7
77	Árabia Saudita	6,5	–	17,8	–	78,8	–	–	–	21,2	–
78	Cazaquistão	3,2	–	17,6	–	–	–	–	–	–	–
79	Jamaica	4,7	6,3	12,8	12,3	37,4	36,8	33,2	33,8	21,1	19,2
80	Libano	–	2,9	–	11,1	–	–	–	–	–	–
81	Fidji	4,6	5,5 ^e	–	19,4 ^e	–	35,0 ^{e,f}	–	48,9 ^e	–	16,0 ^e
82	Arménia	7,0	3,2	20,5	–	–	–	–	–	–	29,8
83	Filipinas	2,9	3,2	10,1	–	–	60,6	–	21,9	–	13,7
84	Maldivas	4,0	–	10,0	–	–	–	–	–	–	–
85	Peru	2,2	3,3	–	21,1	–	–	–	–	–	–
86	Turquemenistão	4,3	–	21,0	–	–	–	–	–	–	–
87	São Vicente e Grenadinas	6,4	9,3	13,8	13,4 ^e	–	48,9	–	25,5	–	5,2
88	Turquia	2,2	3,7	–	–	58,1	37,8 ^{e,f}	29,4	30,1	–	32,2
89	Paraguai	1,1	4,7 ^e	9,1	11,2 ^e	–	53,9 ^e	22,6	29,0 ^e	25,8	17,1 ^e
90	Jordânia	8,4	4,6	17,1	20,6	–	51,7	62,4	48,3	35,1	–
91	Azerbaijão	–	3,5	23,5	23,1	–	–	–	–	–	8,3
92	Tunísia	6,0	6,8 ^e	13,5	17,4 ^e	39,8	33,3 ^{e,f}	36,4	45,0 ^e	18,5	21,7 ^e
93	Granada	5,1	–	13,2	–	64,1	–	31,7	–	0,0	–
94	China	2,3	–	12,8	–	–	–	–	–	–	–
95	Dominica	–	5,0 ^e	–	–	–	64,4 ^e	–	30,1 ^e	–	–
96	Sri Lanka	2,6	1,3	8,1	–	–	–	84,3	–	13,4	–
97	Geórgia	–	2,5	–	13,1	–	–	–	–	–	–
98	República Dominicana	–	2,4	–	13,2	–	46,3 ^e	–	18,9 ^e	–	10,9
99	Belize	4,7	6,2	18,5	20,9	61,0	44,9	20,2	35,1	8,1	16,2
100	Equador	2,8	1,0 ^e	17,2	8,0 ^e	34,4	45,3 ^e	34,2	44,5 ^e	18,3	9,1 ^e

10 Compromisso com a educação: despesa pública

Ordem do IDH	Despesa pública de educação por nível ^b (% de todos os níveis)										
	Despesa pública de educação ^a										
	Em % do PIB		Em % da despesa pública total		Pré-primária e primária		Secundário		Superior		
	1990 ^c	1999-2001 ^d	1990 ^c	1999-2001 ^d	1990 ^c	1999-2001 ^d	1990 ^c	1999-2001 ^d	1990 ^c	1999-2001 ^d	
101	Irão	4,1	5,0	22,4	21,7	33,2	26,8	39,2	36,3	13,6	18,5
102	Territórios Ocupados da Palestina	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
103	El Salvador	1,9	2,5 ^e	16,6	19,4 ^e	-	61,2 ^e	-	20,8 ^e	-	6,7
104	Guiana	3,4	4,1 ^e	4,4	8,6 ^e	-	-	-	-	-	-
105	Cabo Verde	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
106	Síria	4,1	4,0	17,3	11,1	38,5	-	28,2	39,2	21,3	-
107	Usbequistão	-	-	20,4	-	-	-	-	-	-	-
108	Argélia	5,3	-	21,1	-	-	-	-	-	-	-
109	Guiné Equatorial	-	0,5	-	1,6	-	39,1 ^e	-	30,7 ^e	-	30,1 ^e
110	Quirguistão	8,3	3,1	22,5	18,6	8,5	-	57,9	-	10,0	-
111	Indonésia	1,0	1,3	-	9,8	-	37,8	-	38,8	-	23,4
112	Vietname	-	-	7,5	-	-	-	-	-	-	-
113	Moldávia	-	4,0	-	15,0	-	-	-	-	-	-
114	Bolívia	2,3	6,0	-	18,4	-	38,1	-	19,0	-	26,6
115	Honduras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
116	Tajiquistão	9,7	2,4	24,7	-	6,9	-	57,0	-	9,1	-
117	Mongólia	12,1	6,5 ^e	17,6	-	13,9	-	48,8	-	14,5	-
118	Nicarágua	3,4	-	9,7	13,8	-	47,5 ^f	-	-	-	-
119	África do Sul	6,2	5,7	-	-	75,6	47,2	-	31,3	21,5	14,5
120	Egipto	3,7	-	-	-	-	-	-	-	-	-
121	Guatemala	1,4	1,7	11,8	11,4	31,1	-	12,9	-	21,2	-
122	Gabão	-	3,9 ^e	-	-	-	35,6 ^e	-	38,9 ^e	-	25,5 ^e
123	São Tomé e Príncipe	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
124	Ilhas Salomão	-	3,5 ^e	-	15,4 ^e	-	-	-	-	-	-
125	Marrocos	5,3	5,1	26,1	-	34,8	48,0 ^f	48,9	51,5	16,2	0,3
126	Namíbia	7,6	7,9	-	21,0	-	59,0	-	27,2	-	12,0
127	Índia	3,9	4,1	12,2	12,7	38,9	38,4	27,0	40,1	14,9	20,3
128	Botswana	6,7	2,1	17,0	25,6	-	53,2	-	23,8	-	18,6
129	Vanuatu	4,6	10,5	-	26,7	59,8	27,9	26,6	57,4	3,4	10,5
130	Camboja	-	2,0	-	15,3	-	75,5	-	11,2	-	5,0
131	Gana	3,2	4,1 ^e	24,3	-	29,2	-	34,3	-	11,0	-
132	Mianmar	-	1,3	-	18,1 ^e	-	46,6 ^{e,f}	-	27,0 ^e	-	26,4
133	Papua-Nova Guiné	-	2,3 ^e	-	17,5 ^e	-	71,4 ^e	-	24,3 ^e	-	4,3 ^e
134	Butão	-	5,2	-	12,9	-	-	-	-	-	-
135	Laos	-	3,2	-	10,6	-	46,9	-	19,0	-	12,6
136	Comores	-	-	-	-	42,4	-	28,2	-	17,3	-
137	Suazilândia	5,7	5,5	19,5	-	31,2	37,7	24,5	31,1	26,0	22,4
138	Bangladeche	1,5	2,3	10,3	15,8	45,6	45,1 ^f	42,2	43,8	8,7	11,1
139	Sudão	0,9	-	2,8	-	-	-	-	-	-	-
140	Nepal	2,0	3,4	8,5	13,9	48,2	59,2 ^f	15,7	23,1	23,3	12,1
141	Camarões	3,2	5,4	19,6	22,1	70,5	-	-	-	29,5	-
Desenvolvimento humano baixo											
142	Paquistão	2,6	1,8 ^e	7,4	7,8 ^e	-	-	-	-	-	-
143	Togo	5,5	4,8	26,4	23,2	30,4	48,6 ^e	25,8	29,3	29,0	17,4
144	Congo	5,0	3,2	14,4	12,6	-	32,7	-	27,3	-	32,6
145	Lesoto	6,1	10,0	12,2	18,4	-	49,3	-	27,7	-	16,7
146	Uganda	1,5	2,5 ^e	11,5	-	-	-	-	-	-	-
147	Zimbabué	-	10,4 ^e	-	-	54,1	-	28,6	-	12,3	-
148	Quênia	6,7	6,2 ^e	17,0	22,3 ^e	50,3	-	18,8	-	21,6	-
149	Iémen	-	10,0 ^e	-	32,8	-	-	-	-	-	-
150	Madagáscar	2,1	2,5	-	-	49,1	48,0 ^f	35,6	33,0	-	11,9 ^e
151	Nigéria	0,9	-	-	-	-	-	-	-	-	-

10 Compromisso com a educação: despesa pública

Ordem do IDH	Despesa pública de educação ^a				Despesa pública de educação por nível ^b (% de todos os níveis)						
	Em % do PIB		Em % da despesa pública total		Pré-primária e primária		Secundário		Superior		
	1990 ^c	1999-2001 ^d	1990 ^c	1999-2001 ^d	1990 ^c	1999-2001 ^d	1990 ^c	1999-2001 ^d	1990 ^c	1999-2001 ^d	
152	Mauritânia	–	3,6 ^e	–	–	33,3	54,5 ^{e,f}	37,7	31,4 ^e	24,9	14,1 ^e
153	Haiti	1,4	–	20,0	–	53,1	–	19,0	–	9,1	–
154	Djibouti	–	–	10,5	–	58,0	–	21,7	–	11,5	–
155	Gâmbia	3,8	2,7 ^e	14,6	14,2 ^e	41,6	–	21,2	–	17,8	–
156	Eritreia	–	2,7	–	–	–	45,8 ^f	–	10,0	–	–
157	Senegal	3,9	3,2 ^e	26,9	–	43,9	–	25,7	–	24,0	–
158	Timor-Leste	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
159	Ruanda	–	2,8 ^e	–	–	–	48,7 ^e	–	16,7 ^e	–	34,7 ^e
160	Guiné	–	1,9 ^e	–	25,6 ^e	–	–	–	–	–	–
161	Benim	–	3,3 ^e	–	–	–	57,4 ^e	–	25,5 ^e	–	16,4 ^e
162	Tanzânia	3,2	–	11,4	–	–	–	–	–	–	–
163	Costa do Marfim	–	4,6	–	21,5	–	42,4 ^e	–	32,5 ^e	–	25,1 ^e
164	Zâmbia	2,4	1,9	8,7	–	–	–	–	–	–	–
165	Malawi	3,3	4,1 ^e	11,1	–	44,7	–	13,1	–	20,2	–
166	Angola	3,9	2,8 ^e	10,7	–	96,3	–	–	–	3,7	–
167	Chade	–	2,0 ^e	–	–	–	–	–	25,9 ^e	–	16,6 ^e
168	Congo, Rep. Dem.	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
169	República Centro-Africana	2,2	–	–	–	–	–	–	–	–	–
170	Etiópia	3,4	4,8	9,4	13,8	53,9	–	28,1	–	12,1	–
171	Moçambique	3,9	2,4 ^e	12,0	–	49,8	–	15,7	–	9,9	–
172	Guiné-Bissau	–	2,1	–	4,8	–	–	–	–	–	–
173	Burundi	3,4	3,6 ^e	16,7	20,7 ^e	46,8	38,0	29,1	35,0	22,0	26,9
174	Mali	–	2,8 ^e	–	–	–	45,7 ^e	–	39,7 ^e	–	14,6 ^e
175	Burkina Faso	2,7	–	–	–	–	–	–	–	–	–
176	Níger	3,2	2,3	18,6	–	–	49,2 ^f	–	24,5	–	16,2
177	Serra Leoa	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–

Nota: Devido a limitações nos dados e a mudanças na metodologia, as comparações da despesa de educação, no tempo e entre países, devem ser feitas com precaução. Para notas pormenorizadas sobre os dados, ver UNESCO 1999 e <http://www.uis.unesco.org/>.

a. Os dados referem-se à despesa pública total de educação, incluindo despesa corrente e de capital. Ver as definições de termos estatísticos. **b.** Os dados referem-se à despesa pública corrente de educação. Os dados podem não ser exactamente comparáveis entre 1990 e 1999-2001, devido a mudanças na metodologia. As despesas por nível podem não somar 100%, devido aos arredondamentos, ou à omissão das categorias 'despesas na educação pós-secundária' e 'despesas não afectadas por nível'. **c.** Os dados podem não ser comparáveis entre países, devido a diferenças nos métodos de recolha de dados. **d.** Os dados referem-se ao ano mais recente disponível durante o período indicado. **e.** Os dados referem-se a estimativas do Instituto de Estatística da UNESCO, quando não existem estimativas nacionais disponíveis. **f.** Os dados referem-se apenas a despesa do ensino primário.

Fonte: Colunas 1, 3 e 5: UNESCO Institute for Statistics 2003c; colunas 2, 4 e 7-10: UNESCO Institute for Statistics 2004b; coluna 6: calculado com base em dados da despesa pública de educação nos níveis pré-primário e primário, de UNESCO Institute for Statistics 2004b.

11 Alfabetização e escolarização

... ADQUIRIREM CONHECIMENTO ...

Ordem do IDH	Taxa de alfabetização de adultos ^a		ODM Taxa de alfabetização de jovens ^a		ODM Taxa de escolarização primária líquida ^b		Taxa de escolarização secundária líquida ^{b, c}		ODM Crianças que atingem o 5.º ano		Estudantes do superior em ciências, matemática e engenharia
	(% 15 anos e mais)		(% 15-24 anos)		(%)		(%)		(% estudantes do 1º ano)		(% do total do superior)
	1990	2002	1990	2002	1990/91	2001/02 ^d	1990/91	2001/02 ^d	1990/91	2000/01 ^d	1994-97 ^e
Desenvolvimento humano elevado											
1	Noruega	-	-	-	100	101 ^f	88	95 ^f	100	-	18
2	Suécia	-	-	-	100	102 ^g	85	99 ^g	100	-	31
3	Austrália	-	-	-	99	96 ^g	79	88 ^g	-	-	32
4	Canadá	-	-	-	98	100 ^f	89	98 ^f	-	-	-
5	Holanda	-	-	-	95	100 ^f	84	90 ^f	-	100 ^h	20
6	Bélgica	-	-	-	96	101 ^f	87	-	-	-	-
7	Islândia	-	-	-	101	101 ^f	-	82 ^f	-	99 ^h	20
8	Estados Unidos	-	-	-	97	93 ^g	85	85 ^g	-	-	-
9	Japão	-	-	-	100	101 ^g	97	101 ^g	100	-	23
10	Irlanda	-	-	-	90	94 ^f	80	82 ^f	100	98 ^h	30
11	Suíça	-	-	-	84	99 ^f	80	88 ^f	80	99	31
12	Reino Unido	-	-	-	100	101 ^f	81	95 ^f	-	-	29
13	Finlândia	-	-	-	98	100 ^f	93	95 ^f	100	100	37
14	Áustria	-	-	-	88	91 ^f	-	88 ^f	-	-	28
15	Luxemburgo	-	-	-	81	96 ^f	-	80 ^f	-	99	-
16	França	-	-	-	101	100 ^f	-	92 ^f	96	98 ⁱ	25
17	Dinamarca	-	-	-	98	99 ^h	87	89 ^h	94	100 ^h	21
18	Nova Zelândia	-	-	-	101	98 ^g	85	92 ^f	92	-	21
19	Alemanha	-	-	-	84	83 ^g	-	88 ^g	-	-	31
20	Espanha	96,3	-	99,6	103	104 ^g	-	94 ^g	-	-	31
21	Itália	97,7	-	99,8	103	100 ^f	-	88 ^h	-	96	28
22	Israel	91,4	95,3	98,7	99,5	92	100	89	-	99	-
23	Hong Kong, China (RAE)	89,7	-	98,2	-	98	-	72	100	-	-
24	Grécia	94,9	-	99,5	95	95 ^f	83	85 ^f	100	-	-
25	Singapura	88,8	92,5 ^j	99,0	99,5 ⁱ	96	-	-	-	-	-
26	Portugal	87,2	-	99,5	102	-	-	85 ^f	-	-	31
27	Eslovénia	99,6	99,7	99,8	99,8	104	93 ^f	96 ^f	-	-	29
28	Coreia do Sul	95,9	-	99,8	104	101 ^g	86	89 ^g	99	100	34
29	Barbados	99,4	99,7	99,8	99,8	80	103	87	-	95	21
30	Chipre	94,3	96,8 ^j	99,7	99,8 ⁱ	87	95 ^f	69	88 ^f	100	99 ^h
31	Malta	88,4	92,6	97,5	98,7	97	98 ^f	78	80 ^f	99	99 ^h
32	República Checa	-	-	-	87	88 ^g	-	89 ^g	-	97	34
33	Brunei	85,5	93,9 ⁱ	97,9	99,1 ⁱ	90	-	-	-	93	6
34	Argentina	95,7	97,0	98,2	98,6	94	108 ^g	81 ^g	-	93	30
35	Seychelles	-	91,9 ⁱ	-	99,1 ⁱ	-	106	98	-	91	-
36	Estônia	99,8	99,8 ^j	99,8	99,8 ⁱ	100	98 ^f	92 ^f	-	99 ^h	32
37	Polónia	99,6	-	99,8	-	97	98 ^g	76	91 ^g	98	99
38	Hungria	99,1	-	99,7	-	91	91 ^g	75	92 ^g	98	32
39	São Cristóvão e Nevis	-	-	-	-	-	102 ^f	-	106 ^f	-	90 ^h
40	Barém	82,1	88,5	95,6	98,6	99	91	85	81	89	99
41	Lituânia	99,3	99,6 ^j	99,8	99,7 ⁱ	-	97 ^f	-	92 ^f	-	-
42	Eslováquia	-	99,7 ^j	-	99,6 ⁱ	-	87 ^g	-	87 ^g	-	-
43	Chile	94,0	95,7 ⁱ	98,1	99,0 ⁱ	88	89 ^f	55	75 ^f	-	100 ^h
44	Kuwait	76,7	82,9	87,5	93,1	49	85	-	77	-	23
45	Costa Rica	93,9	95,8	97,4	98,4	87	91	37	51	82	94
46	Uruguai	96,5	97,7	98,7	99,1	92	90 ^g	-	72 ^g	94	89
47	Catar	77,0	84,2 ^{i, k}	90,3	94,8 ^{i, k}	89	94	70	78	64	-
48	Croácia	96,9	98,1 ⁱ	99,6	99,6 ⁱ	74	88	57	86	-	38
49	Emiratos Árabes Unidos	71,0	77,3	84,7	91,4	100	81	58	72	80	97
50	Letónia	99,8	99,7 ^j	99,8	99,7 ⁱ	92	91 ^f	-	89 ^f	-	29

11 Alfabetização e escolarização

Estudantes do superior em ciências, matemática e engenharia
(% do total do superior)
1994-97^e

Ordem do IDH	Taxa de alfabetização de adultos ^a		ODM Taxa de alfabetização de jovens ^a		ODM Taxa de escolarização primária líquida ^b		Taxa de escolarização secundária líquida ^{b, c}		ODM Crianças que atingem o 5.º ano		Estudantes do superior em ciências, matemática e engenharia (% do total do superior) 1994-97 ^e	
	(% 15 anos e mais)		(% 15-24 anos)		(%)		(%)		(% estudantes do 1º ano)			
	1990	2002	1990	2002	1990/91	2001/02 ^d	1990/91	2001/02 ^d	1990/91	2000/01 ^d		
51	Baamas	94,4	–	96,5	–	90	86	–	79	–	–	–
52	Cuba	95,1	96,9	99,3	99,8	92	96	69	83	92	95 ^h	21
53	México	87,3	90,5 ⁱ	95,2	96,6 ^j	100	101 ^g	45	60 ^g	80	90	31
54	Trindade e Tobago	96,8	98,5	99,6	99,8	91	94	–	68	–	98 ^h	41
55	Antígua e Barbuda	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Desenvolvimento humano médio												
56	Bulgária	97,2	98,6	99,4	99,7	86	93 ^f	63	86 ^f	91	–	25
57	Federação Russa	99,2	99,6	99,8	99,8	99	–	–	–	–	–	49
58	Líbia	68,1	81,7	91,0	97,0	96	–	–	–	–	–	–
59	Malásia	80,7	88,7 ^j	94,8	97,2 ^j	94	95 ^g	–	69 ^g	98	–	–
60	Macedónia	–	–	–	–	94	93 ^f	–	82 ^f	–	–	38
61	Panamá	89,0	92,3	95,3	97,0	92	99	50	62	–	89	27
62	Bielorrússia	99,5	99,7	99,8	99,8	86	94	–	78	–	–	33
63	Tonga	–	98,8 ^j	–	99,2 ^j	92	105	83	72 ^f	90	83	–
64	Maurícias	79,8	84,3 ^j	91,1	94,5 ^j	95	93	–	62	98	99	17
65	Albânia	77,0	98,7 ^j	94,8	99,4 ^j	95	97 ^f	–	74 ^f	–	–	22
66	Bósnia e Herzegovina	–	94,6	–	99,6	–	–	–	–	–	–	–
67	Suriname	–	–	–	–	78	97 ^g	–	63 ^g	–	–	–
68	Venezuela	88,9	93,1	96,0	98,2	88	92	19	57	86	96	–
69	Roménia	97,1	97,3 ^j	99,3	97,8 ^j	81	93 ^f	–	80 ^f	–	–	32
70	Ucrânia	99,4	99,6	99,8	99,9	80	82	–	91	98	–	–
71	Santa Lúcia	–	–	–	–	95	103	–	70	–	97	–
72	Brasil	82,0	86,4 ^j	91,8	94,2 ^j	86	97 ^g	15	72 ^g	–	–	23
73	Colômbia	88,4	92,1	94,9	97,2	68	87	–	54	62	61	31
74	Omã	54,7	74,4	85,6	98,5	69	75	–	68	97	96	31
75	Samoa Ocidental	98,0	98,7	99,0	99,5	112	95	–	61	–	94	–
76	Tailândia	92,4	92,6 ^j	98,1	98,0 ^j	76	86	–	–	–	94 ⁱ	21
77	Árabia Saudita	66,2	77,9	85,4	93,5	59	59	31	53	83	94	18
78	Cazaquistão	98,8	99,4	99,8	99,8	88	90	–	84	–	–	42
79	Jamaica	82,2	87,6	91,2	94,5	96	95 ^g	64	75 ^g	–	90	20
80	Líbano	80,3	–	92,1	–	78	90	–	–	–	94	17
81	Fidji	88,6	92,9 ^{j, k}	97,8	99,3 ^{j, k}	105	100 ^g	–	76 ^g	–	88	–
82	Arménia	97,5	99,4 ^j	99,5	99,8 ^j	–	85	–	85	–	–	33
83	Filipinas	91,7	92,6 ^j	97,3	95,1 ^j	96	93 ^g	–	56 ^g	–	79	–
84	Maldivas	94,8	97,2	98,1	99,2	87	96	–	31 ^h	–	–	–
85	Peru	85,5	85,0 ^l	94,5	96,6 ^l	88	100 ^g	–	66 ^f	–	86	–
86	Turquemenistão	–	98,8 ^{j, k}	–	99,8 ^{j, k}	–	–	–	–	–	–	–
87	São Vicente e Grenadinas	–	–	–	–	–	92	–	52	–	85 ^h	–
88	Turquia	77,9	86,5 ^j	92,7	95,5 ^j	89	88 ^g	42	–	98	–	22
89	Paraguai	90,3	91,6 ^l	95,6	96,3 ^l	93	92 ^g	26	50 ^g	70	77	22
90	Jordânia	81,5	90,9	96,7	99,4	94	91 ^g	–	80 ^g	–	98 ⁱ	27
91	Azerbaijão	–	–	–	–	101	80	–	76	–	–	–
92	Tunísia	59,1	73,2	84,1	94,3	94	97 ^g	–	68 ^g	87	95	27
93	Granada	–	–	–	–	–	84 ^f	–	46 ^f	–	–	–
94	China	78,3	90,9 ^j	95,3	98,9 ^j	97	93 ^f	–	–	86	99 ⁱ	53
95	Dominica	–	–	–	–	–	91 ^f	–	84 ^f	–	85	–
96	Sri Lanka	88,7	92,1	95,1	97,0	90	105 ^g	–	–	94	–	29
97	Geórgia	–	–	–	–	97	91	–	71 ⁱ	–	–	48
98	República Dominicana	79,4	84,4	87,5	91,7	58	97 ^g	–	41 ^g	–	66	25
99	Belize	89,1	76,9 ^j	96,0	84,2 ^j	94	96 ^f	31	60 ^f	67	81 ^h	–
100	Equador	87,6	91,0 ^j	95,5	96,4 ^j	98	102	–	50	–	78	–

11 Alfabetização e escolarização

Ordem do IDH	Taxa de alfabetização de adultos ^a		ODM Taxa de alfabetização de jovens ^a		ODM Taxa de escolarização primária líquida ^b		Taxa de escolarização secundária líquida ^{b, c}		ODM Crianças que atingem o 5.º ano		Estudantes do superior em ciências, matemática e engenharia (% do total do superior) 1994-97 ^e	
	(% 15 anos e mais)		(% 15-24 anos)		(%)		(%)		(% estudantes do 1º ano)			
	1990	2002	1990	2002	1990/91	2001/02 ^d	1990/91	2001/02 ^d	1990/91	2000/01 ^d		
101	Irão	63,2	–	86,3	–	92	87	–	–	90	94	36
102	Territórios Ocupados da Palestina	–	–	–	–	–	95	–	81	–	–	10
103	El Salvador	72,4	79,7	83,8	88,9	73	89	–	46	–	67	20
104	Guiana	97,2	–	99,8	–	89	98 ^h	67	75 ^h	93	95 ⁱ	25
105	Cabo Verde	63,8	75,7	81,5	89,1	94	101 ^g	–	53 ^g	–	93	–
106	Síria	64,8	82,9	79,9	95,2	92	98	43	39	96	92	31
107	Usbequistão	98,7	99,3	99,6	99,7	78	–	–	–	–	–	–
108	Argélia	52,9	68,9	77,3	89,9	93	95 ^g	54	62 ^g	95	96	50
109	Guiné Equatorial	73,3	–	92,7	–	91	85	–	26 ^h	–	33	–
110	Quirguistão	–	–	–	–	92	90	–	–	–	–	–
111	Indonésia	79,5	87,9	95,0	98,0	97	92 ^g	39	47 ^h	84	89	28
112	Vietname	90,4	90,3 ^{i, k}	94,1	–	90	94	–	65	–	89	–
113	Moldávia	97,5	99,0	99,8	99,8	89	78	–	68	–	–	44
114	Bolívia	78,1	86,7 ^j	92,6	97,3 ^j	91	94 ^g	29	67 ^f	–	78	–
115	Honduras	68,1	80,0 ⁱ	79,7	88,9 ⁱ	90	87	–	–	–	–	26
116	Tajiquistão	98,2	99,5 ^j	99,8	99,8 ⁱ	77	105	–	79	–	–	23
117	Mongólia	97,8	97,8 ⁱ	98,9	97,7 ^j	90	87	–	71	–	–	25
118	Nicarágua	62,7	76,7 ^l	68,2	86,2 ^l	72	82 ^g	–	37 ^g	46	54	31
119	África do Sul	81,2	86,0	88,5	91,8	88	90	–	62 ^f	75	65 ^h	18
120	Egipto	47,1	55,6 ^{i, k}	61,3	73,2 ^{i, k}	84	90	–	81	–	99 ^h	15
121	Guatemala	61,0	69,9	73,4	80,1	64	85 ^g	–	28 ^g	–	56	–
122	Gabão	–	–	–	–	86	78 ^f	–	–	–	100	–
123	São Tomé e Príncipe	–	–	–	–	–	98	–	–	–	61	–
124	Ilhas Salomão	–	–	–	–	83	–	–	–	85	–	–
125	Marrocos	38,7	50,7	55,3	69,5	57	88	–	31 ^f	75	84	29
126	Namíbia	74,9	83,3	87,4	92,3	83	78	–	38	–	94	4
127	Índia	49,3	61,3 ⁱ	64,3	–	–	83 ^f	–	–	–	59 ^h	25
128	Botswana	68,1	78,9	83,3	89,1	85	81	29	55 ^f	97	89	27
129	Vanuatu	–	–	–	–	71	93	–	28	–	95	–
130	Camboja	62,0	69,4	73,5	80,3	67	86	–	21	–	70	23
131	Gana	58,5	73,8	81,8	92,2	52	60	–	32	80	–	–
132	Mianmar	80,7	85,3	88,2	91,4	99	82	–	35	–	60	37
133	Papua-Nova Guiné	56,6	–	68,6	–	66	77	–	23	59	60	–
134	Butão	–	–	–	–	–	–	–	–	–	91	–
135	Laos	56,5	66,4	70,1	79,3	63	83	–	31	–	62	–
136	Comores	53,8	56,2	56,7	59,0	57	55 ^h	–	–	–	–	–
137	Suazilândia	71,6	80,9	85,1	91,2	77	77	–	32	76	74	22
138	Bangladeche	34,2	41,1	42,0	49,7	71	87	19	44	–	65	–
139	Sudão	45,8	59,9	65,0	79,1	43	46 ^h	–	–	94	84 ⁱ	–
140	Nepal	30,4	44,0	46,6	62,7	85	70 ^f	–	–	–	78	14
141	Camarões	57,9	67,9 ^l	81,1	–	74	–	–	–	–	81 ⁱ	–
Desenvolvimento humano baixo												
142	Paquistão	35,4	41,5 ^{i, k}	47,4	53,9 ^{i, k}	35	–	–	–	–	–	–
143	Togo	44,2	59,6	63,5	77,4	75	95	18	27 ^h	51	84	11
144	Congo	67,1	82,8	92,5	97,8	79	–	–	–	63	–	–
145	Lesoto	78,0	81,4 ^l	87,2	– ^l	73	84	–	22	71	67	13
146	Uganda	56,1	68,9	70,1	80,2	53	–	–	14 ^f	–	–	15
147	Zimbabué	80,7	90,0	93,9	97,6	86	83 ^g	–	40 ^g	–	–	23
148	Quênia	70,8	84,3	89,8	95,8	74	70	–	24	–	–	–
149	Iémen	32,7	49,0	50,0	67,9	52	67 ^f	–	35 ^h	–	86 ^h	6
150	Madagáscar	58,0	–	72,2	–	65	69	–	11 ⁱ	22	34	20
151	Nigéria	48,7	66,8	73,6	88,6	60	–	–	–	–	–	41

11 Alfabetização e escolarização

Estudantes do superior em ciências, matemática e engenharia

Ordem do IDH	Taxa de alfabetização de adultos ^a		ODM Taxa de alfabetização de jovens ^a		ODM Taxa de escolarização primária líquida ^b		Taxa de escolarização secundária líquida ^{b, c}		ODM Crianças que atingem o 5.º ano		Estudantes do superior em ciências, matemática e engenharia (% do total do superior) 1994-97 ^e
	(% 15 anos e mais)		(% 15-24 anos)		(%)		(%)		(% estudantes do 1º ano)		
	1990	2002	1990	2002	1990/91	2001/02 ^d	1990/91	2001/02 ^d	1990/91	2000/01 ^d	
152 Mauritânia	34,8	41,2	45,8	49,6	35	67	–	15	75	55	–
153 Haiti	39,7	51,9	54,8	66,2	22	–	–	–	–	–	–
154 Djibouti	53,0	–	73,2	–	31	34	–	17	87	86	–
155 Gâmbia	25,6	–	42,2	–	48	73 ^g	–	28 ^g	–	70 ⁱ	–
156 Eritreia	46,4	–	60,9	–	16	43	–	21	–	–	–
157 Senegal	28,4	39,3	40,1	52,9	47	58 ^g	–	–	85	68	–
158 Timor-Leste	–	–	–	–	–	–	–	20 ^f	–	–	–
159 Ruanda	53,3	69,2	72,7	84,9	67	84	7	–	60	40	–
160 Guiné	–	–	–	–	25	61	–	12 ⁱ	59	84 ^h	42
161 Benim	26,4	39,8	40,4	55,5	45	71 ^h	–	20 ^f	55	84 ^h	18
162 Tanzânia	62,9	77,1	83,1	91,6	50	54	–	–	79	78	39
163 Costa do Marfim	38,5	–	52,6	59,9 ^k	46	63	–	–	73	69 ⁱ	–
164 Zâmbia	68,2	79,9	81,2	89,2	79	66	–	20	–	77	–
165 Malawi	51,8	61,8	63,2	72,5	50	81 ^g	–	29 ^g	64	54	–
166 Angola	–	–	–	–	58	30 ^h	–	–	–	–	–
167 Chade	27,7	45,8	48,0	69,9	36	58	–	8 ^f	53	45	14
168 Congo, Rep. Dem.	47,5	–	68,9	–	54	35 ⁱ	–	12 ⁱ	55	–	–
169 República Centro-Africana	33,2	48,6 ^l	52,1	58,5 ^l	53	–	–	–	24	–	–
170 Etiópia	28,6	41,5	43,0	57,4	23	46	–	15	–	61	36
171 Moçambique	33,5	46,5	48,8	62,8	45	60	–	11	33	52	46
172 Guiné-Bissau	27,2	–	44,1	–	38	45 ^h	–	–	–	38 ⁱ	–
173 Burundi	37,0	50,4	51,6	66,1	53	53	–	8	62	64	–
174 Mali	18,8	19,0 ^{j, k}	27,6	24,2 ^{j, k}	20	38 ⁱ	5	–	73	84	–
175 Burkina Faso	16,3	12,8 ^{j, k}	24,9	19,4 ^{j, k}	26	35 ^g	–	8 ^f	70	64	19
176 Níger	11,4	17,1	17,0	24,5	24	34	6	5	62	71	–
177 Serra Leoa	–	–	–	–	41	–	–	–	–	–	–
Países em desenvolvimento	67,3	76,7	85,5	88,1	–	–	–	–	–	–	–
Países menos desenvolvidos	43,0	52,5	54,9	64,3	–	–	–	–	–	–	–
Países Árabes	50,8	63,3	68,4	81,2	–	–	–	–	–	–	–
Ásia Oriental e Pacífico	79,8	90,3	95,1	98,0	–	–	–	–	–	–	–
América Latina e Caraíbas	85,0	88,6	92,7	94,8	–	–	–	–	–	–	–
Ásia do Sul	47,0	57,6	–	–	–	–	–	–	–	–	–
África Subsariana	50,8	63,2	66,8	76,8	–	–	–	–	–	–	–
Europa Central, do Leste & CEI	98,7	99,3	99,7	99,6	–	–	–	–	–	–	–
OCDE	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
OCDE de rendimento elevado	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Desenvolvimento humano elevado	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Desenvolvimento humano médio	71,8	80,4	90,5	93,0	–	–	–	–	–	–	–
Desenvolvimento humano baixo	42,5	54,3	59,0	69,3	–	–	–	–	–	–	–
Rendimento elevado	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Rendimento médio	81,6	89,7	93,7	96,3	–	–	–	–	–	–	–
Rendimento baixo	53,3	63,6	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Mundo	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–

a. Os dados referem-se a estimativas produzidas pelo Instituto de Estatística da UNESCO, em Julho de 2002, a não ser quando indicado de outro modo. Devido a diferenças de metodologia e de oportunidade dos dados primários, as comparações entre países e no tempo devem ser feitas com cautela. b. A taxa de escolarização líquida é o rácio entre as crianças matriculadas com idade oficial para o nível de educação indicado e a população total dessa idade. As taxas de escolarização que excedem 100% reflectem discrepâncias entre estes dois conjuntos de dados. c. As taxas de escolarização são baseadas na nova Classificação Internacional Tipo da Educação, adoptada em 1997 (UNESCO 1997), por isso podem não ser exactamente comparáveis com as dos anos anteriores. d. Os dados para as taxas de escolarização líquida referem-se ao ano escolar de 2001-02 e os dados para as crianças que atingem o 5º ano são de 2000-01, a não ser quando indicado de outro modo. Os dados para alguns países podem corresponder a estimativas nacionais ou do Instituto de Estatística da UNESCO. Para pormenores, ver <http://www.uis.unesco.org/>. Porque os dados são de fontes diferentes, as comparações entre países devem ser feitas com precaução. e. Os dados referem-se ao ano mais recente disponível durante o período indicado. f. Os dados referem-se ao ano escolar de 2000-01. g. Estimativas provisórias do Instituto de Estatística da UNESCO, sujeitas a revisão posterior. h. Os dados referem-se ao ano escolar de 1999-2000. i. Os dados referem-se ao ano escolar de 1998-99. j. Dados de censo. k. Os dados referem-se a um ano entre 1995 e 1999. l. Dados de inquérito.

Fonte: Colunas 1 e 3: UNESCO Institute for Statistics 2003a; colunas 2 e 4: UNESCO Institute for Statistics 2004a; colunas 5-10: UNESCO Institute for Statistics 2004c; coluna 11: calculado com base em dados sobre estudantes do ensino superior, de UNESCO 1999.

12 Tecnologia: difusão e criação

... ADQUIRIR CONHECIMENTO ...

Ordem do IDH	ODM		ODM		ODM		Patentes concedidas a residentes (por milhão de pessoas) 2000	Receitas de royalties e direitos (dól. EUA por pessoa) 2002	Despesas de investi- gação e desenvol- vimento (I&D) (% do PIB) 1996-2002 ^b	Investi- gadores em I&D (por milhão de pessoas) 1990-2001 ^b	
	Linhas principais de telefone ^a		Assinantes de telemóveis ^a		Utilizadores de Internet						
	(por 1.000 pessoas)	(por 1.000 pessoas)	(por 1.000 pessoas)	(por 1.000 pessoas)	(por 1.000 pessoas)	(por 1.000 pessoas)					
Desenvolvimento humano elevado											
1	Noruega	502	734	46	844	7,1	502,6	88	37,9	1,6	4.377
2	Suécia	681	736	54	889	5,8	573,1	235	169,7	4,6	5.186
3	Austrália	456	539	11	640	5,9	481,7	68	15,5	1,5	3.439
4	Canadá	565	635	22	377	3,7	512,8	36	54,0	1,9	2.978
5	Holanda	464	618	5	745	3,3	506,3	177	122,1	1,9	2.572
6	Bélgica	393	494	4	786	(.)	328,3	73	86,4 ^c	2,0	2.953
7	Islândia	510	653	39	906	0,0	647,9	7	0,1	3,0	6.639
8	Estados Unidos	547	646	21	488	8,0	551,4	298	151,7	2,8	4.099
9	Japão	441	558	7	637	0,2	448,9	884	81,8	3,1	5.321
10	Irlanda	281	502	7	763	0,0	270,9	9	63,6	1,2	2.190
11	Suíça	574	744	18	789	5,8	351,0	188	-	2,6	3.592
12	Reino Unido	441	591	19	841	0,9	423,1	71	130,4	1,9	2.666
13	Finlândia	534	523	52	867	4,0	508,9	5	107,5	3,4	7.110
14	Áustria	418	489	10	786	1,3	409,4	138	13,6	1,9	2.313
15	Luxemburgo	481	797	2	1.061	0,0	370,0	145	274,8	-	-
16	França	495	569	5	647	0,5	313,8	174	54,2	2,2	2.718
17	Dinamarca	567	689	29	833	1,0	512,8	59	-	2,1	3.476
18	Nova Zelândia	434	448	16	622	0,0	484,4	145	23,0	1,0	2.197
19	Alemanha	441	651	4	727	1,4	411,9	205	45,7	2,5	3.153
20	Espanha	316	506	1	824	0,1	156,3	42	9,0	1,0	1.948
21	Itália	388	481	5	939	0,2	352,4	82	9,4	1,1	1.128
22	Israel	343	453	3	955	1,1	301,4	75	61,7	5,0	1.563
23	Hong Kong, China (RAE)	450	565	24	942	0,0	430,1	6	28,4 ^c	0,4	93
24	Grécia	389	491	0	845	0,0	154,7	(.)	1,1	0,7	1.400
25	Singapura	346	463	17	796	0,0	504,4	27	-	2,1	4.052
26	Portugal	243	421	1	825	0,0	193,5	5	3,1	0,8	1.754
27	Eslovénia	211	506	0	835	0,0	375,8	93	3,8	1,6	2.258
28	Coreia do Sul	306	489	2	679	0,2	551,9	490	17,4	3,0	2.880
29	Barbados	281	494	0	361	0,0	111,5	0	1,9	-	-
30	Chipre	419	688	5	584	0,0	293,7	0	3,2	0,3	400
31	Malta	360	523	0	699	0,0	303,0	54	3,2	-	96 ^d
32	República Checa	158	362	0	849	0,0	256,3	26	4,4	1,3	1.466
33	Brunei	136	256	7	401 ^c	0,0	102,3 ^c	-	-	-	-
34	Argentina	93	219	(.)	178	0,0	112,0	4	0,5	0,4	684
35	Seychelles	124	269	0	553	0,0	145,2	-	-	-	-
36	Estónia	204	351	0	650	0,0	327,7	1	3,7	0,7	1.947
37	Polónia	86	295 ^c	0	363	0,0	230,0	24	0,9	0,7	1.473
38	Hungria	96	361	(.)	676	0,0	157,6	18	35,3	0,9	1.440
39	São Cristóvão e Nevis	237	500	0	106	0,0	212,8	-	-	-	-
40	Barém	191	261	10	579	0,0	245,6	-	-	-	-
41	Lituânia	212	270	0	475	0,0	144,4	24	0,1	0,6	2.303
42	Eslováquia	135	268	0	544	0,0	160,4	15	-	0,6	1.774
43	Chile	66	230	1	428	0,0	237,5	2	0,4	0,5	419
44	Kuwait	188	204	12	519	0,0	105,8	-	0,0	0,2	212
45	Costa Rica	101	251	0	111	0,0	193,1	0	0,4	0,2	530 ^d
46	Uruguai	134	280	0	193	0,0	119,0 ^c	2	0,0	0,2	276
47	Catar	220	286	9	433	0,0	113,4	-	-	-	591 ^d
48	Croácia	172	417	(.)	535	0,0	180,4	26	19,1	1,0	1.187
49	Emiratos Árabes Unidos	224	291	19	647	0,0	313,2	0	-	-	-
50	Letónia	234	301	0	394	0,0	133,1	40	1,5	0,4	1.078

12 Tecnologia: difusão e criação

Ordem do IDH	ODM Linhas principais de telefone ^a		ODM Assinantes de telemóveis ^a		ODM Utilizadores de Internet		Patentes concedidas a residentes (por milhão de pessoas)	Receitas de royalties e direitos (dól. EUA por pessoa)	Despesas de investi- gação e desenvol- vimento (I&D) (% do PIB)	Investi- gadores em I&D (por milhão de pessoas)	
	(por 1.000 pessoas)		(por 1.000 pessoas)		(por 1.000 pessoas)		2000	2002	1996-2002 ^b	1990-2001 ^b	
	1990	2002	1990	2002	1990	2002					
51	Baamas	274	406	8	390	0,0	192,3	-	-	-	-
52	Cuba	31	51 ^c	0	2	0,0	10,7 ^c	0	-	0,6	489
53	México	65	147	1	255	0,0	98,5	1	0,5	0,4	225
54	Trindade e Tobago	141	250	0	278	0,0	106,0	0	-	0,1	456
55	Antígua e Barbuda	253	488	0	490	0,0	128,2	0	0,0 ^c	-	-
Desenvolvimento humano médio											
56	Bulgária	242	368	0	333	0,0	80,8	18	0,5	0,5	1.167
57	Federação Russa	140	242	0	120	0,0	40,9	99	1,0	1,2	3.494
58	Líbia	48	118 ^c	0	13	0,0	22,5	-	-	-	361
59	Malásia	89	190	5	377	0,0	319,7	-	0,5	0,4	160
60	Macedónia	148	271	0	177	0,0	48,4	17	1,6	-	387
61	Panamá	93	122	0	189	0,0	41,4 ^c	0	0,0	0,4	95
62	Bielorrússia	154	299	0	47	0,0	81,6	35	0,1	-	1.893
63	Tonga	46	113	0	34	0,0	29,2	-	-	-	-
64	Maurícias	52	270	2	288	0,0	99,1	-	0,0	0,3	360
65	Albânia	13	71	0	276	0,0	3,9	0	-	-	-
66	Bósnia e Herzegovina	-	237	0	196	0,0	26,2	0	-	-	-
67	Suriname	92	164	0	225	0,0	41,6	-	-	-	-
68	Venezuela	76	113	(.)	256	0,0	50,6	1	0,0	0,4	193
69	Roménia	102	194	0	236	0,0	101,5	38	0,1	0,4	879
70	Ucrânia	136	216	0	84	0,0	18,0	99	0,1	0,9	2.118
71	Santa Lúcia	129	320	0	89	0,0	82,4 ^c	0	-	-	-
72	Brasil	65	223	(.)	201	0,0	82,2	0	0,6	1,1	323
73	Colômbia	69	179	0	106	0,0	46,2	(.)	0,1	0,2	101
74	Omã	60	92	2	183	0,0	70,9	-	-	-	4
75	Samoa Ocidental	26	57	0	15	0,0	22,2	-	-	-	-
76	Tailândia	24	105	1	260	0,0	77,6	3	0,1	0,1	74
77	Árabia Saudita	77	151	1	228	0,0	64,6	(.)	0,0	-	-
78	Cazaquistão	80	130	0	64	0,0	15,7	72	0,0	0,3	716
79	Jamaica	45	169	0	533	0,0	228,4	0	2,3	-	8 ^d
80	Libano	155	199	0	227	0,0	117,1	0	-	-	-
81	Fidji	58	119	0	110	0,0	61,0	-	-	-	50 ^d
82	Arménia	157	143	0	19	0,0	15,8	31	-	-	1.313
83	Filipinas	10	42	0	191	0,0	44,0	(.)	(.)	-	156
84	Maldivas	29	102	0	149	0,0	53,4	-	12,4	-	-
85	Peru	26	66	(.)	86	0,0	93,5	(.)	0,1	0,1	229
86	Turquemenistão	60	77	0	2	0,0	1,7 ^c	0	-	-	-
87	São Vicente e Grenadinas	124	234	0	85	0,0	59,8	0	0,0 ^c	-	-
88	Turquia	121	281	1	347	0,0	72,8	(.)	0,0	0,6	306
89	Paraguai	27	47	0	288	0,0	17,3	-	32,1	0,0	166
90	Jordânia	72	127	(.)	229	0,0	57,7	-	-	6,3	1.948
91	Azerbaijão	86	113	0	107	0,0	36,9	0	-	0,4	2.799
92	Tunísia	37	117	(.)	52	0,0	51,7	-	1,7	0,5	336
93	Granada	177	316	2	71	0,0	141,5	0	0,0 ^c	-	-
94	China	6	167	(.)	161	0,0	46,0	5	0,1	1,1	584
95	Dominica	164	304	0	120	0,0	160,3	0	0,0 ^c	-	-
96	Sri Lanka	7	47	(.)	49	0,0	10,6	0	-	0,2	191
97	Geórgia	99	131	0	102	0,0	14,9	49	1,1	0,3	2.421
98	República Dominicana	48	110	(.)	207	0,0	36,4	-	-	-	-
99	Belize	92	114	0	188	0,0	108,9	0	0,0	-	-
100	Equador	48	110	0	121	0,0	41,6	0	-	0,1	83

12 Tecnologia: difusão e criação

Ordem do IDH	ODM		ODM		ODM		Patentes concedidas a residentes (por milhão de pessoas) 2000	Receitas de royalties e direitos (dól. EUA por pessoa) 2002	Despesas de investi- gação e desenvol- vimento (I&D) (% do PIB) 1996-2002 ^b	Investi- gadores em I&D (por milhão de pessoas) 1990-2001 ^b	
	Linhas principais de telefone ^a		Assinantes de telemóveis ^a		Utilizadores de Internet						
	(por 1.000 pessoas)	(por 1.000 pessoas)	(por 1.000 pessoas)	(por 1.000 pessoas)	(por 1.000 pessoas)	(por 1.000 pessoas)					
101	Irão	40	187	0	33	0,0	48,5	4	-	-	590
102	Territórios Ocupados da Palestina	-	87	0	93	0,0	30,4	-	-	-	-
103	El Salvador	24	103	0	138	0,0	46,5	-	0,2	(.)	47
104	Guiana	20	92	0	99	0,0	142,2	-	45,0	-	-
105	Cabo Verde	24	160	0	98	0,0	36,4	-	1,2	-	-
106	Síria	41	123	0	23	0,0	12,9	3	-	0,2	29
107	Usbequistão	69	66	0	7	0,0	10,9	16	-	-	1.754
108	Argélia	32	61	(.)	13	0,0	16,0	0	-	-	-
109	Guiné Equatorial	4	17	0	63	0,0	3,6	-	-	-	-
110	Quirguistão	72	77	0	10	0,0	29,8	13	0,5	0,2	581
111	Indonésia	6	37	(.)	55	0,0	37,7	0	-	-	130 ^d
112	Vietname	1	48	0	23	0,0	18,5	(.)	-	-	274
113	Moldávia	106	161	0	77	0,0	34,1	47	0,3	0,6	329
114	Bolívia	28	68	0	105	0,0	32,4	-	0,2	0,3	123
115	Honduras	17	48	0	49	0,0	25,2	(.)	0,0	-	73
116	Tajiquistão	45	37	0	2	0,0	0,5	3	0,1	-	660
117	Mongólia	32	53	0	89	0,0	20,6	32	0,0 ^c	-	531
118	Nicarágua	13	32	0	38	0,0	16,8	1	-	0,1	73
119	África do Sul	93	107	(.)	304	0,0	68,2	0	1,0	-	992
120	Egipto	30	110	(.)	67	0,0	28,2	1	0,5	0,2	493
121	Guatemala	21	71	(.)	131	0,0	33,3	(.)	0,0	-	103 ^d
122	Gabão	22	25	0	215	0,0	19,2	-	-	-	-
123	São Tomé e Príncipe	19	41	0	13	0,0	72,8	-	-	-	-
124	Ilhas Salomão	15	15	0	2	0,0	5,0	-	-	-	-
125	Marrocos	16	38	(.)	209	0,0	23,6	0	0,4	-	-
126	Namíbia	39	65	0	80	0,0	26,7	-	1,9	-	-
127	Índia	6	40	0	12	0,0	15,9	0	(.)	-	157
128	Botswana	21	87	0	241	0,0	29,7 ^c	0	-	-	-
129	Vanuatu	18	33	0	24	0,0	34,6	-	-	-	-
130	Camboja	(.)	3	0	28	0,0	2,2	-	-	-	-
131	Gana	3	13	0	21	0,0	7,8	0	-	-	-
132	Mianmar	2	7	0	1	0,0	0,5	-	(.) ^c	-	-
133	Papua-Nova Guiné	8	11	0	3	0,0	13,7	-	-	-	-
134	Butão	4	28	0	0	0,0	14,5	-	-	-	-
135	Laos	2	11	0	10	0,0	2,7	-	-	-	-
136	Comores	8	13	0	0	0,0	4,2	-	-	-	-
137	Suazilândia	17	34	0	66	0,0	19,4	0	0,1	-	-
138	Bangladeche	2	5	0	8	0,0	1,5	-	(.)	-	51
139	Sudão	3	21	0	6	0,0	2,6	0	-	-	-
140	Nepal	3	14	0	1	0,0	3,4	-	-	-	-
141	Camarões	3	7	0	43	0,0	3,8	-	-	-	3
Desenvolvimento humano baixo											
142	Paquistão	8	25	(.)	8	0,0	10,3	(.)	(.)	-	69
143	Togo	3	10	0	35	0,0	41,0	-	(.) ^c	-	102
144	Congo	7	7	0	67	0,0	1,5	-	-	-	33
145	Lesoto	7	13	0	45	0,0	9,7	0	5,9	-	-
146	Uganda	2	2	0	16	0,0	4,0	0	(.)	0,8	24
147	Zimbabué	13	25	0	30	0,0	43,0	(.)	-	-	-
148	Quênia	8	10	0	37	0,0	12,5	(.)	0,2 ^c	-	-
149	Iémen	11	28	0	21	0,0	5,1	-	-	-	-
150	Madagáscar	3	4	0	10	0,0	3,5	0	(.)	0,1	15
151	Nigéria	3	5	0	13	0,0	3,5	-	-	-	15 ^d

12 Tecnologia: difusão e criação

Ordem do IDH	ODM		ODM		ODM		Patentes concedidas a residentes (por milhão de pessoas) 2000	Receitas de royalties e direitos (dól. EUA por pessoa) 2002	Despesas de investimento e desenvolvimento (I&D) (% do PIB) 1996-2002 ^b	Investigadores em I&D (por milhão de pessoas) 1990-2001 ^b
	Linhas principais de telefone ^a		Assinantes de telemóveis ^a		Utilizadores de Internet					
	(por 1.000 pessoas) 1990	2002	(por 1.000 pessoas) 1990	2002	(por 1.000 pessoas) 1990	2002				
152	Mauritânia	3	12	0	92	0,0	3,7	-	-	-
153	Haiti	7	16	0	17	0,0	9,6	-	-	-
154	Djibouti	11	15	0	23	0,0	6,9	-	-	-
155	Gâmbia	7	29	0	75	0,0	18,8	0	-	-
156	Eritreia	-	9	0	0	0,0	2,3	-	-	-
157	Senegal	6	22	0	55	0,0	10,4	-	-	(.)
158	Timor-Leste	-	0	-	0,0	-	-	-	-	-
159	Ruanda	2	3	0	14	0,0	3,1	-	0,0	-
160	Guiné	2	3	0	12	0,0	4,6	-	(.)	-
161	Benim	3	9	0	32	0,0	7,4	-	(.) ^c	-
162	Tanzânia	3	5	0	22	0,0	2,3	0	0,0	-
163	Costa do Marfim	6	20	0	62	0,0	5,5	-	(.)	-
164	Zâmbia	8	8	0	13	0,0	4,8	0	-	-
165	Malawi	3	7	0	8	0,0	2,6	(.)	0,0	-
166	Angola	8	6	0	9	0,0	2,9	-	0,3 ^c	-
167	Chade	1	2	0	4	0,0	1,9	-	-	-
168	Congo, Rep. Dem.	1	(.)	0	11	0,0	0,9	-	-	-
169	República Centro-Africana	2	2	0	3	0,0	1,3	-	-	-
170	Etiópia	3	5	0	1	0,0	0,7	0	0,0	-
171	Moçambique	3	5	0	14	0,0	2,7	0	0,0 ^c	-
172	Guiné-Bissau	6	9	0	0	0,0	4,0	-	-	-
173	Burundi	1	3	0	7	0,0	1,2	-	0,0	-
174	Mali	1	5	0	5	0,0	2,4	-	(.) ^c	-
175	Burkina Faso	2	5	0	8	0,0	2,1	-	-	0,2
176	Níger	1	2	0	1	0,0	1,3	-	-	-
177	Serra Leoa	3	5	0	14	0,0	1,6	0	-	-
Países em desenvolvimento		29	96	(.)	101	(.)	40,9	-	0,3	0,6 ^e
Países menos desenvolvidos		3	7	0	10	0,0	2,8	-	(.)	-
Países Árabes		79	81	(.)	85	0,0	28,0	-	0,2	-
Ásia Oriental e Pacífico		18	142	(.)	159	(.)	60,9	-	0,5	1,6
América Latina e Caraíbas		89	166	(.)	191	0,0	81,2	1	0,8	0,5 ^e
Ásia do Sul		7	41	(.)	13	0,0	14,9	-	(.)	-
África Subsariana		5	15	(.)	39	0,0	9,6	-	0,1	-
Europa Central, do Leste & CEI		120	226	(.)	189	0,0	71,8	30	1,7	1,0
OECD		365	516	10	588	2,6	383,1	290	68,4	2,6
OCDE de rendimento elevado		439	590	13	650	3,2	450,5	360	85,6	2,6
Desenvolvimento humano elevado		290	507	10	582	2,5	382,6	253	66,4	2,6
Desenvolvimento humano médio		24	111	(.)	104	0,0	37,3	3	0,2	-
Desenvolvimento humano baixo		4	11	(.)	15	0,0	5,9	-	(.)	-
Rendimento elevado		420	584	13	653	3,1	445,8	350	82,9	2,6
Rendimento médio		49	168	(.)	176	0,0	59,5	5	0,5	0,7 ^e
Rendimento baixo		6	28	(.)	17	0,0	13,0	-	(.)	-
Mundo		81	175	2	184	0,5	99,4	48	12,9	2,5

a. Linhas principais de telefones e assinantes de telemóveis formam, em conjunto, um indicador do 8.º Objectivo de Desenvolvimento do Milénio; ver índice dos indicadores dos Objectivos de desenvolvimento do Milénio em *Destaque estatístico 2, O estado do desenvolvimento humano*. b. Os dados referem-se ao ano mais recente disponível durante o período indicado. c. Os dados referem-se a 2001. d. Os dados referem-se a um ano anterior a 1990. e. Os dados referem-se a 1999. f. Os dados referem-se a 1996.

Fonte: Colunas 1-6: ITU 2004; coluna 7: calculado com base em dados de patentes concedidas a residentes, de WIPO 2004, e em dados da população, de UN 2003; coluna 8: calculado com base em dados da população, de UN 2003, e em dados de receitas de royalties e licenças, de World Bank 2004f, baseado em dados do Fundo Monetário Internacional; colunas 9 e 10: World Bank 2004f, baseado em dados da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura; os agregados foram calculados pelo Banco Mundial para o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano.

13 Desempenho econômico

... TEREM ACESSO AOS RECURSOS NECESSÁRIOS PARA UM NÍVEL DE VIDA DIGNO ...

Ordem do IDH	PIB		PIB per capita		Taxa de crescimento anual do PIB per capita (%)		PIB per capita		Variação média anual do índice de preços no consumidor (%)		
	Mil milhões de dólares	Mil milhões de dólar PPC	Dól. EUA	Dól. PPC	1975-2002	1990-2002	Valor mais elevado em	Ano do valor mais elevado	1990-2002	2001-02	
	2002	2002	2002	2002			1975-2002 (PPP US\$)				
Desenvolvimento humano elevado											
1	Noruega	190,5	166,1	41.974	36.600	2,8	3,0	36.750	2001	2,2	1,3
2	Suécia	240,3	232,5	26.929	26.050	1,5	2,0	26.050	2002	1,8	2,1
3	Austrália	409,4	555,7	20.822	28.260	1,9	2,6	28.260	2002	2,3	3,0
4	Canadá	714,3	924,7	22.777	29.480	1,5	2,2	29.480	2002	1,8	2,2
5	Holanda	417,9	469,9	25.886	29.100	1,9	2,2	29.100	2002	2,5	3,5
6	Bélgica	245,4	284,9	23.749	27.570	1,9	1,8	27.570	2002	1,9	1,6
7	Islândia	8,4	8,4	29.749	29.750	1,7	2,1	30.600	2001	3,1	5,2
8	Estados Unidos	10.383,1	10.308,0 ^a	36.006	35.750 ^a	2,0	2,0	35.750	2002	2,6	1,6
9	Japão	3.993,4	3.425,1	31.407	26.940	2,6	1,0	26.940	2002	0,5	-0,9
10	Irlanda	121,4	142,5	30.982	36.360	4,4	6,8	36.360	2002	2,6	4,7
11	Suíça	267,4	218,8	36.687	30.010	0,9	0,4	30.230	2001	1,4	0,6
12	Reino Unido	1.566,3	1.549,1	26.444	26.150	2,1	2,4	26.150	2002	2,7	1,6
13	Finlândia	131,5	136,1	25.295	26.190	2,0	2,5	26.190	2002	1,6	0,8
14	Áustria	204,1	235,2	25.356	29.220	2,1	1,9	29.230	2001	2,1	1,8
15	Luxemburgo	21,0	27,2	47.354	61.190	4,0	3,7	61.190	2002	2,0	2,1
16	França	1.431,3	1.601,4	24.061	26.920	1,7	1,6	26.920	2002	1,6	1,9
17	Dinamarca	172,9	166,3	32.179	30.940	1,6	2,1	30.940	2002	2,1	2,4
18	Nova Zelândia	58,6	85,6	14.872	21.740	1,0	2,1	21.740	2002	1,9	2,7
19	Alemanha	1.984,1	2.235,8	24.051	27.100	2,0	1,3	27.190	2001	2,1	1,3
20	Espanha	653,1	878,0	15.961	21.460	2,2	2,3	21.460	2002	3,6	3,1
21	Itália	1.184,3	1.524,7	20.528	26.430	2,0	1,5	26.430	2002	3,4	2,5
22	Israel	103,7	128,2	15.792	19.530	2,0	1,8	21.330	2000	8,3	5,6
23	Hong Kong, China (RAE)	161,5	182,6	23.800	26.910	4,4	2,2	26.910	2002	4,1	-3,0
24	Grécia	132,8	199,0	12.494	18.720	1,1	2,2	18.720	2002	7,7	3,6
25	Singapura	87,0	100,1	20.886	24.040	5,0	3,8	24.650	2000	1,5	-0,4
26	Portugal	121,6	186,1	11.948	18.280	2,9	2,5	18.280	2002	4,2	3,5
27	Eslovênia	22,0	36,4	11.181	18.540	-	4,2 ^b	18.540 ^b	2002	19,8 ^b	3,0
28	Coreia do Sul	476,7	807,3	10.006	16.950	6,1	4,7	16.950	2002	4,7	2,8
29	Barbados	2,5	4,1	9.423	15.290	1,2	1,6	15.900	2000	2,4	0,2
30	Chipre	10,1	13,8 ^c	13.210	18.150 ^c	4,7	3,2	18.360 ^b	2001	3,4	2,8
31	Malta	3,9	7,0	9.748	17.640	4,4	3,6	18.610	2000	2,9	1,7
32	República Checa	69,5	161,1	6.808	15.780	-	1,4	15.780 ^b	2002	6,7 ^b	1,8
33	Brunei	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
34	Argentina	102,0	412,7	2.797	10.880	0,4	1,7	13.440	1998	7,2	25,9
35	Seychelles	0,7	-	8.320	-	3,0	2,6	-	-	2,2	0,2
36	Estônia	6,5	16,6	4.792	12.260	-0,2 ^b	2,3	12.260 ^b	2002	16,7 ^b	3,6
37	Polónia	189,0	407,7	4.894	10.560	-	4,2	10.560 ^b	2002	21,0	1,9
38	Hungria	65,8	136,1	6.481	13.400	1,0	2,4	13.400	2002	18,0	5,5
39	São Cristóvão e Nevis	0,4	0,6	7.745	12.420	5,3 ^b	3,5	12.420 ^b	2002	3,4 ^b	-
40	Barém	7,7	12,0	11.007	17.170	1,1 ^b	1,5	17.170 ^b	2002	0,7 ^b	-
41	Lituânia	13,8	35,8	3.977	10.320	-	-0,3	11.820 ^b	1990	22,7 ^b	0,4
42	Eslováquia	23,7	69,0	4.403	12.840	0,3 ^b	2,1	12.840 ^b	2002	8,3 ^b	3,3
43	Chile	64,2	153,1	4.115	9.820	4,1	4,4	9.820	2002	7,7	2,5
44	Kuwait	35,4	37,8	15.193	16.240	-1,2 ^b	-1,7 ^b	29.180 ^b	1975	1,9	1,4
45	Costa Rica	16,8	34,9	4.271	8.840	1,2	2,7	9.650	1999	14,6	9,2
46	Uruguai	12,1	26,3	3.609	7.830	1,3	1,4	9.680	1998	27,5	14,0
47	Catar	17,5	-	28.634	-	-	-	-	-	2,6	1,0
48	Croácia	22,4	45,7	5.025	10.240	-	2,1	10.240 ^b	2002	61,3	2,0
49	Emiratos Árabes Unidos	71,0	-	22.051	-	-2,8	(.)	47.790 ^b	1975	-	-
50	Letónia	8,4	21,5	3.595	9.210	-0,5	0,2	11.050	1989	21,7 ^b	2,0

13 Desempenho económico

Ordem do IDH	PIB				Taxa de crescimento anual do PIB per capita (%)		PIB per capita		Variação média anual do índice de preços no consumidor (%)	
	Mil milhões de dólares	Mil milhões de dólar PPC	PIB per capita		1975-2002	1990-2002	Valor mais elevado em 1975-2002 (PPP US\$)	Ano do valor mais elevado	1990-2002	2001-02
			Dól. EUA	Dól. PPC						
51	4,8 ^d	5,1 ^d	15.797 ^d	16.690 ^d	1,5 ^b	0,1 ^b	17.930 ^b	1989	2,0	2,2
52	–	–	–	–	–	3,5 ^b	–	–	–	–
53	637,2	904,6	6.320	8.970	0,9	1,4	9.240	2000	17,7	5,0
54	9,6	12,3	7.384	9.430	0,8	2,9	9.430	2002	5,4 ^b	–
55	0,7	0,8	10.449	10.920	4,3 ^b	2,6	10.920 ^b	2002	–	–
Desenvolvimento humano médio										
56	15,5	56,8	1.944	7.130	0,1 ^b	(.)	7.890 ^b	1988	94,0	5,8
57	346,5	1.185,6	2.405	8.230	–	-2,4	11.030 ^b	1989	75,2 ^b	15,8
58	19,1	–	3.512	–	–	–	–	–	–	–
59	94,9	221,7	3.905	9.120	4,0	3,6	9.280	2000	3,3	1,8
60	3,8	13,2	1.860	6.470	–	-0,7	7.350 ^b	1991	6,5 ^b	0,1
61	12,3	18,1	4.182	6.170	1,0	2,5	6.510	2000	1,1	1,0
62	14,3	54,8	1.441	5.520	–	0,2	5.520 ^b	2002	258,0 ^b	42,5
63	0,1	0,7	1.347	6.850	1,9 ^b	2,2	6.850 ^b	2002	3,9	10,4
64	4,5	13,1	3.740	10.810	4,6 ^b	4,0	10.810 ^b	2002	6,6	6,7
65	4,8	15,2	1.535	4.830	0,3 ^b	6,0	4.830 ^b	2002	21,6 ^b	7,8
66	5,6	–	1.362	–	–	18,0 ^b	–	–	–	–
67	1,0	–	2.199	–	-0,8	0,5	–	–	88,0 ^b	–
68	94,3	135,1	3.760	5.380	-1,0	-1,0	7.810	1977	43,2	22,4
69	45,7	146,2	2.052	6.560	-1,1 ^b	0,1	6.810 ^b	1990	85,5	22,5
70	41,5	237,3	851	4.870	-6,6 ^b	-6,0	9.550 ^b	1989	116,7 ^b	–
71	0,7	0,8	4.124	5.300	3,7 ^b	0,2	5.850 ^b	1998	2,6	1,6
72	452,4	1.355,0	2.593	7.770	0,8	1,3	7.770	2002	134,1	8,4
73	80,9	278,6	1.850	6.370	1,5	0,4	6.720	1997	18,3	3,2
74	20,3	33,8	8.002	13.340	2,2	0,9	13.710	2001	-0,1	-0,7
75	0,3	1,0	1.484	5.600	–	3,2 ^b	– ^b	–	3,7	8,1
76	126,9	431,9	2.060	7.010	5,2	2,9	7.080	1996	4,3	0,6
77	188,5	276,9	8.612	12.650	-2,5	-0,6	23.980	1977	0,7	-0,5
78	24,6	87,4	1.656	5.870	–	-0,7	5.920 ^b	1990	45,6 ^b	5,9
79	7,9	10,4	3.008	3.980	0,4	-0,1	4.060	1991	19,7	7,1
80	17,3	19,4	3.894	4.360	3,6 ^b	3,1	4.520 ^b	1997	–	–
81	1,9	4,5	2.281	5.440	0,9	1,8	5.610	1999	3,2	0,8
82	2,4	9,6	771	3.120	–	1,7	3.460 ^b	1990	44,7 ^b	1,1
83	78,0	333,5	975	4.170	0,2	1,1	4.460	1982	7,6	3,1
84	0,6	–	2.182	–	–	4,7 ^b	–	–	5,6	0,9
85	56,5	134,1	2.113	5.010	-0,6	2,2	5.740	1981	20,9	0,2
86	7,7	20,1 ^c	1.601	4.250 ^c	-4,4 ^b	-3,2	7.130 ^b	1992	–	–
87	0,4	0,6	3.082	5.460	3,3	1,1	5.490	2000	2,0	0,8
88	183,7	444,8	2.638	6.390	1,8	1,3	6.470	2000	75,5	45
89	5,5	25,4	1.000	4.610	0,7	-0,5	5.270	1981	12,0	10,5
90	9,3	21,8	1.799	4.220	0,3	0,9	5.100	1987	3,1	1,8
91	6,1	26,2	745	3.210	–	0,2 ^b	3.580 ^b	1992	109,1 ^b	2,8
92	21,0	66,2	2.149	6.760	2,1	3,1	6.760	2002	4,0	2,8
93	0,4	0,7	4.060	7.280	3,7 ^b	2,7	7.700 ^b	2000	2,3 ^b	–
94	1.266,1	5.860,9	989	4.580	8,2	8,6	4.580	2002	6,7	-0,6
95	0,2	0,4	3.438	5.640	3,3 ^b	1,4	6.180 ^b	2000	1,7	-0,1
96	16,6	67,7	873	3.570	3,4	3,4	3.590	2000	9,8	9,6
97	3,4	11,7	656	2.260	-5,2	-3,9	6.910	1985	17,7 ^b	5,6
98	21,7	57,2	2.514	6.640	1,9	4,2	6.640	2002	8,3	5,2
99	0,8	1,5	3.332	6.080	2,8	1,7	6.080	2002	1,7	2,2
100	24,3	45,9	1.897	3.580	0,1	(.)	3.690	1988	38,6	12,5

13 Desempenho econômico

Ordem do IDH	PIB				Taxa de crescimento anual do PIB per capita (%)		PIB per capita		Variação média anual do índice de preços no consumidor (%)		
	Mil milhões de dólares		Mil milhões de dólar PPC		PIB per capita		Valor mais elevado em	Ano do valor mais elevado	Variação média anual do índice de preços no consumidor (%)		
	2002	2002	Dól. EUA	Dól. PPC	1975-2002	1990-2002	1975-2002 (PPP US\$)		1990-2002	2001-02	
101	Irão	108,2	438,3	1.652	6.690	-0,4	2,2	8.290	1976	23,6	14,3
102	Territórios Ocupados da Palestina	3,4	-	1.051	-	-	-4,9 ^b	-	-	-	-
103	El Salvador	14,3	31,4	2.226	4.890	0,2	2,3	5.330	1978	7,2	1,9
104	Guiana	0,7	3,3	937	4.260	0,6	4,1	4.400	1997	5,8 ^b	5,3
105	Cabo Verde	0,6	2,3	1.345	5.000	3,0 ^b	3,4	5.000 ^b	2002	4,9	1,5
106	Síria	20,8	61,5	1.224	3.620	0,9	1,8	3.630	1998	5,1	-1,8
107	Usbequistão	7,9	42,1	314	1.670	-1,5 ^b	-0,9	1.850 ^b	1991	-	-
108	Argélia	55,9	180,4	1.785	5.760	-0,2	0,3	6.190	1985	14,0	1,4
109	Guiné Equatorial	2,1	14,0 ^c	4.394	29.780 ^c	12,7 ^b	20,8	30.130 ^b	2001	-	-
110	Quirguistão	1,6	8,1	320	1.620	-3,6 ^b	-3,2	2.530 ^b	1990	18,7 ^b	2,1
111	Indonésia	172,9	682,9	817	3.230	4,2	2,1	3.430	1997	14,0	12,7
112	Vietname	35,1	185,4	436	2.300	5,0 ^b	5,9	2.300 ^b	2002	2,9 ^b	3,8
113	Moldávia	1,6	6,2	382	1.470	-5,4 ^b	-6,9	3.890 ^b	1990	18,5 ^b	5,1
114	Bolívia	7,8	21,6	886	2.460	-0,4	1,1	2.650	1978	7,5	0,9
115	Honduras	6,6	17,7	966	2.600	0,1	0,3	2.820	1979	17,2	7,7
116	Tajiquistão	1,2	6,1	193	980	-9,0 ^b	-8,1	2.730 ^b	1988	-	-
117	Mongólia	1,1	4,2	457	1.710	-0,3 ^b	0,2	2.110 ^b	1989	39,0 ^b	-
118	Nicarágua	4,0	13,2	749	2.470	-2,9	1,5	5.250	1977	27,1 ^b	-
119	África do Sul	104,2	456,8	2.299	10.070	-0,7	(.)	12.410	1981	8,1	10,0
120	Egipto	89,9	252,6	1.354	3.810	2,8	2,5	3.810	2002	7,5	2,7
121	Guatemala	23,3	48,9	1.941	4.080	0,1	1,3	4.170	1980	9,4	8,0
122	Gabão	5,0	8,7	3.780	6.590	-1,5	-0,2	11.560	1976	4,6 ^b	-
123	São Tomé e Príncipe	0,1	-	326	-	-0,6 ^b	-0,4	-	-	-	-
124	Ilhas Salomão	0,2	0,7	541	1.590	1,6	-2,4	2.580	1996	10,8 ^b	-
125	Marrocos	36,1	112,9	1.218	3.810	1,3	0,8	3.810	2002	3,3	2,8
126	Namíbia	2,9	12,3	1.463	6.210	-0,2 ^b	0,9	8.940 ^b	1980	9,5	11,3
127	Índia	510,2	2.799,6	487	2.670	3,3	4,0	2.670	2002	8,3	4,4
128	Botswana	5,3	14,0	3.080	8.170	5,1	2,5	8.170	2002	9,8	8,0
129	Vanuatu	0,2	0,6	1.138	2.890	0,2 ^b	-0,1	3.860 ^b	1984	2,7	-
130	Camboja	4,0	25,7	321	2.060	-	4,1 ^b	2.060 ^b	2002	4,7 ^b	3,2
131	Gana	6,2	43,1	304	2.130	0,3	1,8	2.130	2002	27,4	14,8
132	Mianmar	-	-	-	-	1,8 ^b	5,7 ^b	-	-	25,4	57,1
133	Papua-Nova Guiné	2,8	12,2	523	2.270	0,4	0,5	2.840	1994	10,0	11,8
134	Butão	0,6	-	695	-	4,0 ^b	3,6	-	-	8,4 ^b	-
135	Laos	1,7	9,5	304	1.720	3,3 ^b	3,8	1.720 ^b	2002	30,0	10,6
136	Comores	0,3	1,0	437	1.690	-1,0 ^b	-1,4	2.140 ^b	1985	-	-
137	Suazilândia	1,2	4,9	1.091	4.550	1,8	0,1	4.690	1998	9,2	12,0
138	Bangladeche	47,6	230,0	351	1.700	1,9	3,1	1.700	2002	5,0	4,9
139	Sudão	13,5	59,5	412	1.820	0,9	3,1	1.820	2002	66,8 ^b	-
140	Nepal	5,5	33,1	230	1.370	2,1	2,3	1.410	2001	7,4	-0,9
141	Camarões	9,1	31,5	575	2.000	-0,6	-0,1	2.810	1986	5,5	2,8
Desenvolvimento humano baixo											
142	Paquistão	59,1	281,3	408	1.940	2,6	1,1	1.980	2000	8,6	3,3
143	Togo	1,4	7,0	291	1.480	-1,2	-0,7	2.180	1980	7,2	3,1
144	Congo	3,0	3,6	825	980	(.)	-1,6	1.290	1996	7,9 ^b	4,6
145	Lesoto	0,7	4,3	402	2.420	3,2	2,4	2.420	2002	9,0 ^b	33,1
146	Uganda	5,8	34,1	236	1.390	2,6 ^b	3,9	1.390 ^b	2002	8,5	-0,3
147	Zimbabué	8,3	30,5 ^c	639	2.370 ^c	(.)	-0,8	3.060 ^b	1998	36,1	140,1
148	Quênia	12,3	31,9	393	1.020	0,3	-0,6	1.180	1990	13,3	2,0
149	Iémen	10,0	16,2	537	870	-	2,5	870 ^b	2002	32,6 ^b	-
150	Madagáscar	4,4	12,2	268	740	-1,6	-0,9	1.250	1975	16,8	15,9
151	Nigéria	43,5	113,6	328	860	-0,6	-0,3	1.070	1977	27,8	12,9

13 Desempenho económico

Ordem do IDH	PIB				Taxa de crescimento anual do PIB per capita (%)		PIB per capita		Variação média anual do índice de preços no consumidor (%)		
	Mil milhões de dólares		Mil milhões de dólar. PPC		PIB per capita		Valor mais elevado em	Ano do valor mais elevado	1990-2002		
	2002	2002	Dól. EUA	Dól. PPC	1975-2002	1990-2002	1975-2002 (PPP US\$)		1990-2002	2001-02	
152	Mauritânia	1,0	6,2	348	2.220	0,3	1,6	2.220	2002	5,7	3,8
153	Haiti	3,4	13,3	415	1.610	-2,3	-3,0	3.050	1980	19,8	9,9
154	Djibouti	0,6	1,4	861	1.990	-4,6 ^b	-3,8	- ^b	-	-	-
155	Gâmbia	0,4	2,4	257	1.690	-0,2	(.)	2.070	1986	4,0 ^b	-
156	Eritreia	0,6	3,8	150	890	-	1,5 ^b	1.010 ^b	1998	-	-
157	Senegal	5,0	15,8	503	1.580	-0,1	1,2	1.640	1976	4,6	2,2
158	Timor-Leste	0,4	-	497	-	-	-	-	-	-	-
159	Ruanda	1,7	10,4	212	1.270	-0,6	0,3	1.420	1983	13,3 ^b	2,5
160	Guiné	3,2	16,2	415	2.100	1,5 ^b	1,7	2.100 ^b	2002	-	-
161	Benim	2,7	7,0	411	1.070	0,6	2,1	1.070	2002	7,2 ^b	2,5
162	Tanzânia	9,4	20,4	267	580	0,6 ^b	0,7	580 ^b	2002	17,8	4,6
163	Costa do Marfim	11,7	25,1	707	1.520	-2,0	-0,1	2.680	1978	6,3	3,1
164	Zâmbia	3,7	8,6	361	840	-2,1	-1,2	1.470	1976	52,7 ^b	-
165	Malawi	1,9	6,2	177	580	0,2	1,1	640	1979	32,6	14,7
166	Angola	11,2	28,0	857	2.130	-1,5 ^b	-0,1	2.850 ^b	1992	563,0	108,9
167	Chade	2,0	8,5	240	1.020	(.)	-0,5	1.100	1977	7,7	5,2
168	Congo, Rep. Dem.	5,7	33,7	111	650	0,0	-	2.400	1975	693,8	24,9
169	República Centro-Africana	1,0	4,5	274	1.170	-1,5	-0,2	1.670	1977	4,6	2,9
170	Etiópia	6,1	52,6	90	780	0,2 ^b	2,3	780 ^b	2002	4,0	1,6
171	Moçambique	3,6	19,3	195	1.050	2,0 ^b	4,5	1.050 ^b	2002	26,6	16,8
172	Guiné-Bissau	0,2	1,0	141	710	-0,3	-2,2	1.070	1997	27,5	-0,6
173	Burundi	0,7	4,5	102	630	-0,9	-3,9	930	1991	15,3	-1,4
174	Mali	3,4	10,5	296	930	-0,2	1,7	930 ^b	2002	4,6	5,0
175	Burkina Faso	3,1	13,0	264	1.100	1,1	1,6	1.100	2002	4,9	2,2
176	Níger	2,2	9,1	190	800	-1,9	-0,8	1.360	1979	5,4	2,6
177	Serra Leoa	0,8	2,7	150	520	-3,3	-5,9	1.120	1982	24,5	-3,3
Países em desenvolvimento		6.189,3 T	19.848,5 T	1.264	4.054	2,3	2,8	-	-	-	-
Países menos desenvolvidos		204,7 T	897,7 T	298	1.307	0,5 ^b	1,4	-	-	-	-
Países Árabes		712,3 T	1.466,3 T	2.462	5.069	0,1	1,0	-	-	-	-
Ásia Oriental e Pacífico		2.562,6 T	9.046,9 T	1.351	4.768	5,9	5,4	-	-	-	-
América Latina e Caraíbas		1.676,1 T	3.796,1 T	3.189	7.223	0,7	1,3	-	-	-	-
Ásia do Sul		757,1 T	3.898,7 T	516	2.658	2,4	3,2	-	-	-	-
África Subsariana		303,5 T	1.157,4 T	469	1.790	-0,8	(.)	-	-	-	-
Europa Central, do Leste & CEI		971,1 T	2.914,7 T	2.396	7.192	-1,5 ^b	-0,9	-	-	-	-
OECD		26.298,9 T	28.491,5 T	22.987	24.904	2,0	1,7	-	-	-	-
OCDE de rendimento elevado		25.129,9 T	26.368,2 T	27.638	29.000	2,1	1,7	-	-	-	-
Desenvolvimento humano elevado		26.924,9 T	29.435,4 T	22.690	24.806	2,0	1,7	-	-	-	-
Desenvolvimento humano médio		4.659,1 T	17.763,5 T	1.120	4.269	1,7	2,1	-	-	-	-
Desenvolvimento humano baixo		233,9 T	860,0 T	322	1.184	0,1 ^e	0,3 ^e	-	-	-	-
Rendimento elevado		25.767,9 T	27.115,7 T	27.312	28.741	2,1	1,7	-	-	-	-
Rendimento médio		5.138,5 T	16.174,9 T	1.877	5.908	1,4	2,0	-	-	-	-
Rendimento baixo		1.123,9 T	5.359,9 T	451	2.149	2,2 ^e	2,3 ^e	-	-	-	-
Mundo		31.927,2 T	48.151,1 T	5.174	7.804	1,3	1,2	-	-	-	-

a. O valor em dólares PPC do PIB dos Estados Unidos da América deveria ser, em teoria, igual ao seu valor em dólares EUA, mas problemas práticos que se levantaram no cálculo do PIB em dólares PPC impedem isso.
b. Os dados referem-se a um período mais curto do que o indicado. c. Os dados referem-se a 2001. d. Os dados referem-se a 2000. e. A taxa de crescimento da Índia é responsável pela maior parte da diferença nas taxas de crescimento anual médio dos países de rendimento baixo e de desenvolvimento humano baixo.

Fonte: Colunas 1 e 2: World Bank 2004f; os agregados foram calculados pelo Banco Mundial para o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano; colunas 3 e 4: calculado com base em dados do PIB e da população, de World Bank 2004f; os agregados foram calculados pelo Banco Mundial para o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano; colunas 5 e 6: World Bank 2004b; os agregados foram calculados pelo Banco Mundial para o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, utilizando o método dos mínimos quadrados; colunas 7 e 8: baseado nas séries temporais do PIB per capita em dólares PPC, de World Bank 2004f; colunas 9 e 10: calculado com base em dados do índice de preços no consumidor, de World Bank 2004f.

14 Desigualdade no rendimento ou consumo

... TEREM ACESSO AOS RECURSOS NECESSÁRIOS PARA UM NÍVEL DE VIDA DIGNO ...

Ordem do IDH	Ano do inquérito	ODM				Medidas de desigualdade			
		Parte do rendimento ou consumo (%)				10% + ricos para 20% + pobres ^a	20% + ricos para 20% + pobres ^a	Índice de Gini ^b	
		10% + pobres	20% + pobres	20% + ricos	10% + ricos				
Desenvolvimento humano elevado									
1	Noruega	2000 ^c	3,9	9,6	37,2	23,4	6,1	3,9	25,8
2	Suécia	2000 ^c	3,6	9,1	36,6	22,2	6,2	4,0	25,0
3	Austrália	1994 ^c	2,0	5,9	41,3	25,4	12,5	7,0	35,2
4	Canadá	1998 ^c	2,5	7,0	40,4	25,0	10,1	5,8	33,1
5	Holanda	1994 ^c	2,8	7,3	40,1	25,1	9,0	5,5	32,6
6	Bélgica	1996 ^c	2,9	8,3	37,3	22,6	7,8	4,5	25,0
7	Islândia	-	-	-	-	-	-	-	-
8	Estados Unidos	2000 ^c	1,9	5,4	45,8	29,9	15,9	8,4	40,8
9	Japão	1993 ^c	4,8	10,6	35,7	21,7	4,5	3,4	24,9
10	Irlanda	1996 ^c	2,8	7,1	43,3	27,6	9,7	6,1	35,9
11	Suíça	1992 ^c	2,6	6,9	40,3	25,2	9,9	5,8	33,1
12	Reino Unido	1999 ^c	2,1	6,1	44,0	28,5	13,8	7,2	36,0
13	Finlândia	2000 ^c	4,0	9,6	36,7	22,6	5,6	3,8	26,9
14	Áustria	1997 ^c	3,1	8,1	38,5	23,5	7,6	4,7	30,0
15	Luxemburgo	2000 ^c	3,5	8,4	38,9	23,8	6,8	4,6	30,8
16	França	1995 ^c	2,8	7,2	40,2	25,1	9,1	5,6	32,7
17	Dinamarca	1997 ^c	2,6	8,3	35,8	21,3	8,1	4,3	24,7
18	Nova Zelândia	1997 ^c	2,2	6,4	43,8	27,8	12,5	6,8	36,2
19	Alemanha	2000 ^c	3,2	8,5	36,9	22,1	6,9	4,3	28,3
20	Espanha	1990 ^c	2,8	7,5	40,3	25,2	9,0	5,4	32,5
21	Itália	2000 ^c	2,3	6,5	42,0	26,8	11,6	6,5	36,0
22	Israel	1997 ^c	2,4	6,9	44,3	28,2	11,7	6,4	35,5
23	Hong Kong, China (RAE)	1996 ^c	2,0	5,3	50,7	34,9	17,8	9,7	43,4
24	Grécia	1998 ^c	2,9	7,1	43,6	28,5	10,0	6,2	35,4
25	Singapura	1998 ^c	1,9	5,0	49,0	32,8	17,7	9,7	42,5
26	Portugal	1997 ^c	2,0	5,8	45,9	29,8	15,0	8,0	38,5
27	Eslovénia	1998/99 ^c	3,6	9,1	35,7	21,4	5,9	3,9	28,4
28	Coreia do Sul	1998 ^c	2,9	7,9	37,5	22,5	7,8	4,7	31,6
29	Barbados	-	-	-	-	-	-	-	-
30	Chipre	-	-	-	-	-	-	-	-
31	Malta	-	-	-	-	-	-	-	-
32	República Checa	1996 ^c	4,3	10,3	35,9	22,4	5,2	3,5	25,4
33	Brunei	-	-	-	-	-	-	-	-
34	Argentina ^d	2001 ^c	1,0	3,1	56,4	38,9	39,1	18,1	52,2
35	Seychelles	-	-	-	-	-	-	-	-
36	Estónia	2000 ^c	1,9	6,1	44,0	28,5	14,9	7,2	37,2
37	Polónia	1999 ^e	2,9	7,3	42,5	27,4	9,3	5,8	31,6
38	Hungria	1999 ^e	2,6	7,7	37,5	22,8	8,9	4,9	24,4
39	São Cristóvão e Nevis	-	-	-	-	-	-	-	-
40	Barém	-	-	-	-	-	-	-	-
41	Lituânia	2000 ^e	3,2	7,9	40,0	24,9	7,9	5,1	31,9
42	Eslováquia	1996 ^c	3,1	8,8	34,8	20,9	6,7	4,0	25,8
43	Chile	2000 ^c	1,2	3,3	62,2	47,0	40,6	18,7	57,1
44	Kuwait	-	-	-	-	-	-	-	-
45	Costa Rica	2000 ^c	1,4	4,2	51,5	34,8	25,1	12,3	46,5
46	Uruguai ^d	2000 ^c	1,8	4,8	50,1	33,5	18,9	10,4	44,6
47	Catar	-	-	-	-	-	-	-	-
48	Croácia	2001 ^e	3,4	8,3	39,6	24,5	7,3	4,8	29,0
49	Emiratos Árabes Unidos	-	-	-	-	-	-	-	-
50	Letónia	1998 ^c	2,9	7,6	40,3	25,9	8,9	5,3	32,4

14 Desigualdade no rendimento ou consumo

Ordem do IDH	Ano do inquérito	ODM				Medidas de desigualdade			
		Parte do rendimento ou consumo (%)				10% + ricos para 20% + pobres ^a	20% + ricos para 20% + pobres ^a	Índice de Gini ^b	
		10% + pobres	20% + pobres	20% + ricos	10% + ricos				
51	Baamas	-	-	-	-	-	-	-	
52	Cuba	-	-	-	-	-	-	-	
53	México	2000 ^c	1,0	3,1	59,1	43,1	45,0	19,3	54,6
54	Trindade e Tobago	1992 ^c	2,1	5,5	45,9	29,9	14,4	8,3	40,3
55	Antígua e Barbuda	-	-	-	-	-	-	-	-
Desenvolvimento humano médio									
56	Bulgária	2001 ^c	2,4	6,7	38,9	23,7	9,9	5,8	31,9
57	Federação Russa	2000 ^e	1,8	4,9	51,3	36,0	20,3	10,5	45,6
58	Líbia	-	-	-	-	-	-	-	-
59	Malásia	1997 ^c	1,7	4,4	54,3	38,4	22,1	12,4	49,2
60	Macedónia	1998 ^e	3,3	8,4	36,7	22,1	6,8	4,4	28,2
61	Panamá	2000 ^c	0,7	2,4	60,3	43,3	62,3	24,7	56,4
62	Bielorrússia	2000 ^e	3,5	8,4	39,1	24,1	6,9	4,6	30,4
63	Tonga	-	-	-	-	-	-	-	-
64	Maurícias	-	-	-	-	-	-	-	-
65	Albânia	2002 ^e	3,8	9,1	37,4	22,4	5,9	4,1	28,2
66	Bósnia e Herzegovina	2001 ^e	3,9	9,5	35,8	21,4	5,4	3,8	26,2
67	Suriname	-	-	-	-	-	-	-	-
68	Venezuela	1998 ^c	0,6	3,0	53,4	36,3	62,9	17,9	49,1
69	Roménia	2000 ^e	3,3	8,2	38,4	23,6	7,2	4,7	30,3
70	Ucrânia	1999 ^e	3,7	8,8	37,8	23,2	6,4	4,3	29,0
71	Santa Lúcia	1995 ^c	2,0	5,2	48,3	32,5	16,2	9,2	42,6
72	Brasil	1998 ^c	0,5	2,0	64,4	46,7	85,0	31,5	59,1
73	Colômbia	1999 ^c	0,8	2,7	61,8	46,5	57,8	22,9	57,6
74	Omã	-	-	-	-	-	-	-	-
75	Samoa Ocidental	-	-	-	-	-	-	-	-
76	Tailândia	2000 ^e	2,5	6,1	50,0	33,8	13,4	8,3	43,2
77	Árabia Saudita	-	-	-	-	-	-	-	-
78	Cazaquistão	2001 ^e	3,4	8,2	39,6	24,2	7,1	4,8	31,3
79	Jamaica	2000 ^e	2,7	6,7	46,0	30,3	11,4	6,9	37,9
80	Líbano	-	-	-	-	-	-	-	-
81	Fidji	-	-	-	-	-	-	-	-
82	Arménia	1998 ^e	2,6	6,7	45,1	29,7	11,5	6,8	37,9
83	Filipinas	2000 ^e	2,2	5,4	52,3	36,3	16,5	9,7	46,1
84	Maldivas	-	-	-	-	-	-	-	-
85	Peru	2000 ^c	0,7	2,9	53,2	37,2	49,9	18,4	49,8
86	Turquemenistão	1998 ^e	2,6	6,1	47,5	31,7	12,3	7,7	40,8
87	São Vicente e Grenadinas	-	-	-	-	-	-	-	-
88	Turquia	2000 ^e	2,3	6,1	46,7	30,7	13,3	7,7	40,0
89	Paraguai	1999 ^c	0,6	2,2	60,2	43,6	70,4	27,3	56,8
90	Jordânia	1997 ^e	3,3	7,6	44,4	29,8	9,1	5,9	36,4
91	Azerbaijão	2001 ^e	3,1	7,4	44,5	29,5	9,7	6,0	36,5
92	Tunísia	2000 ^e	2,3	6,0	47,3	31,5	13,4	7,9	39,8
93	Granada	-	-	-	-	-	-	-	-
94	China	2001 ^e	1,8	4,7	50,0	33,1	18,4	10,7	44,7
95	Dominica	-	-	-	-	-	-	-	-
96	Sri Lanka	1995 ^e	3,5	8,0	42,8	28,0	7,9	5,3	34,4
97	Geórgia	2001 ^e	2,3	6,4	43,6	27,9	12,0	6,8	36,9
98	República Dominicana	1998 ^c	2,1	5,1	53,3	37,9	17,7	10,5	47,4
99	Belize	-	-	-	-	-	-	-	-
100	Equador	1998 ^e	0,9	3,3	58,0	41,6	44,9	17,3	43,7

14 Desigualdade no rendimento ou consumo

Ordem do IDH	Ano do inquérito	ODM				Medidas de desigualdade			
		Parte do rendimento ou consumo (%)				10% + ricos para 20% + pobres ^a	20% + ricos para 20% + pobres ^a	Índice de Gini ^b	
		10% + pobres	20% + pobres	20% + ricos	10% + ricos				
101	Irão	1998 ^e	2,0	5,1	49,9	33,7	17,2	9,7	43,0
102	Territórios Ocupados da Palestina	–	–	–	–	–	–	–	–
103	El Salvador	2000 ^c	0,9	2,9	57,1	40,6	47,4	19,8	53,2
104	Guiana	1999 ^e	1,3	4,5	49,7	33,8	25,9	11,1	43,2
105	Cabo Verde	–	–	–	–	–	–	–	–
106	Síria	–	–	–	–	–	–	–	–
107	Usbequistão	2000 ^e	3,6	9,2	36,3	22,0	6,1	4,0	26,8
108	Argélia	1995 ^e	2,8	7,0	42,6	26,8	9,6	6,1	35,3
109	Guiné Equatorial	–	–	–	–	–	–	–	–
110	Quirguistão	2001 ^e	3,9	9,1	38,3	23,3	6,0	4,2	29,0
111	Indonésia	2002 ^e	3,6	8,4	43,3	28,5	7,8	5,2	34,3
112	Vietname	1998 ^e	3,6	8,0	44,5	29,9	8,4	5,6	36,1
113	Moldávia	2001 ^e	2,8	7,1	43,7	28,4	10,2	6,2	36,2
114	Bolívia	1999 ^e	1,3	4,0	49,1	32,0	24,6	12,3	44,7
115	Honduras	1999 ^c	0,9	2,7	58,9	42,2	49,1	21,5	55,0
116	Tajiquistão	1998 ^e	3,2	8,0	40,0	25,2	8,0	5,0	34,7
117	Mongólia	1998 ^e	2,1	5,6	51,2	37,0	17,8	9,1	44,0
118	Nicarágua	2001 ^c	1,2	3,6	59,7	45,0	36,1	16,8	55,1
119	África do Sul	1995 ^e	0,7	2,0	66,5	46,9	65,1	33,6	59,3
120	Egipto	1999 ^e	3,7	8,6	43,6	29,5	8,0	5,1	34,4
121	Guatemala	2000 ^c	0,9	2,6	64,1	48,3	55,1	24,4	48,3
122	Gabão	–	–	–	–	–	–	–	–
123	São Tomé e Príncipe	–	–	–	–	–	–	–	–
124	Ilhas Salomão	–	–	–	–	–	–	–	–
125	Marrocos	1998/99 ^e	2,6	6,5	46,6	30,9	11,7	7,2	39,5
126	Namíbia	1993 ^c	0,5	1,4	78,7	64,5	128,8	56,1	70,7
127	Índia	1999/2000 ^e	3,9	8,9	41,6	27,4	7,0	4,7	32,5
128	Botswana	1993 ^e	0,7	2,2	70,3	56,6	77,6	31,5	63,0
129	Vanuatu	–	–	–	–	–	–	–	–
130	Camboja	1997 ^e	2,9	6,9	47,6	33,8	11,6	6,9	40,4
131	Gana	1999 ^e	2,1	5,6	46,6	30,0	14,1	8,4	30,0
132	Mianmar	–	–	–	–	–	–	–	–
133	Papua-Nova Guiné	1996 ^e	1,7	4,5	56,5	40,5	23,8	12,6	50,9
134	Butão	–	–	–	–	–	–	–	–
135	Laos	1997 ^e	3,2	7,6	45,0	30,6	9,7	6,0	37,0
136	Comores	–	–	–	–	–	–	–	–
137	Suazilândia	1994 ^c	1,0	2,7	64,4	50,2	49,7	23,8	60,9
138	Bangladeche	2000 ^e	3,9	9,0	41,3	26,7	6,8	4,6	31,8
139	Sudão	–	–	–	–	–	–	–	–
140	Nepal	1995/96 ^e	3,2	7,6	44,8	29,8	9,3	5,9	36,7
141	Camarões	2001 ^e	2,3	5,6	50,9	35,4	15,7	9,1	44,6
Desenvolvimento humano baixo									
142	Paquistão	1998/99 ^e	3,7	8,8	42,3	28,3	7,6	4,8	33,0
143	Togo	–	–	–	–	–	–	–	–
144	Congo	–	–	–	–	–	–	–	–
145	Lesoto	1995 ^e	0,5	1,5	66,5	48,3	105,0	44,2	63,2
146	Uganda	1999 ^e	2,3	5,9	49,7	34,9	14,9	8,4	43,0
147	Zimbabué	1995 ^e	1,8	4,6	55,7	40,3	22,0	12,0	56,8
148	Quênia	1997 ^e	2,3	5,6	51,2	36,1	15,6	9,1	44,5
149	Iémen	1998 ^e	3,0	7,4	41,2	25,9	8,6	5,6	33,4
150	Madagáscar	2001 ^e	1,9	4,9	53,5	36,6	19,2	11,0	47,5
151	Nigéria	1996/97 ^e	1,6	4,4	55,7	40,8	24,9	12,8	50,6

14 Desigualdade no rendimento ou consumo

Ordem do IDH	Ano do inquérito	ODM				Medidas de desigualdade			
		Parte do rendimento ou consumo (%)				10% + ricos para 20% + pobres ^a	20% + ricos para 20% + pobres ^a	Índice de Gini ^b	
		10% + pobres	20% + pobres	20% + ricos	10% + ricos				
152	Mauritânia	2000 ^e	2,5	6,2	45,7	29,5	12,0	7,4	39,0
153	Haiti	-	-	-	-	-	-	-	-
154	Djibouti	-	-	-	-	-	-	-	-
155	Gâmbia	1998 ^e	1,5	4,0	55,2	38,0	25,4	13,8	38,0
156	Eritreia	-	-	-	-	-	-	-	-
157	Senegal	1995 ^e	2,6	6,4	48,2	33,5	12,8	7,5	41,3
158	Timor-Leste	-	-	-	-	-	-	-	-
159	Ruanda	1983/85 ^e	4,2	9,7	39,1	24,2	5,8	4,0	28,9
160	Guiné	1994 ^e	2,6	6,4	47,2	32,0	12,3	7,3	40,3
161	Benim	-	-	-	-	-	-	-	-
162	Tanzânia	1993 ^e	2,8	6,8	45,5	30,1	10,8	6,7	38,2
163	Costa do Marfim	1998 ^e	2,2	5,5	51,1	35,9	16,2	9,2	45,2
164	Zâmbia	1998 ^e	1,1	3,3	56,6	41,0	36,6	17,3	52,6
165	Malawi	1997 ^e	1,9	4,9	56,1	42,2	22,7	11,6	50,3
166	Angola	-	-	-	-	-	-	-	-
167	Chade	-	-	-	-	-	-	-	-
168	Congo, Rep, Dem,	-	-	-	-	-	-	-	-
169	República Centro-Africana	1993 ^e	0,7	2,0	65,0	47,7	69,2	32,7	61,3
170	Etiópia	2000 ^e	3,9	9,1	39,4	25,5	6,6	4,3	30,0
171	Moçambique	1996/97 ^e	2,5	6,5	46,5	31,7	12,5	7,2	39,6
172	Guiné-Bissau	1993 ^e	2,1	5,2	53,4	39,3	19,0	10,3	47,0
173	Burundi	1998 ^e	1,7	5,1	48,0	32,8	19,3	9,5	33,3
174	Mali	1994 ^e	1,8	4,6	56,2	40,4	23,1	12,2	50,5
175	Burkina Faso	1998 ^e	1,8	4,5	60,7	46,3	26,2	13,6	48,2
176	Níger	1995 ^e	0,8	2,6	53,3	35,4	46,0	20,7	50,5
177	Serra Leoa	1989 ^e	0,5	1,1	63,4	43,6	87,2	57,6	62,9

Nota: Como os inquéritos familiares subjacentes diferem no método e no tipo de dados recolhidos, os dados sobre repartição não são exactamente comparáveis entre países.

a. Os dados mostram o rácio entre a parte do rendimento ou consumo do grupo mais rico e a do grupo mais pobre. Devido aos arredondamentos, os resultados podem diferir dos rácios calculados com as partes do rendimento ou consumo das colunas 2-5. **b.** O índice de Gini mede a desigualdade na distribuição total do rendimento ou consumo. O valor 0 representa a igualdade perfeita e o valor 100 a desigualdade perfeita. **c.** Inquérito baseado no rendimento. **d.** Os dados referem-se apenas às zonas urbanas. **e.** Inquérito baseado no consumo.

Fonte: Colunas 1-5 e 8: World Bank 2004a; colunas 6 e 7: calculado com base em dados do rendimento ou consumo, de World Bank 2004a.

15 Estrutura do comércio

... TEREM ACESSO AOS RECURSOS NECESSÁRIOS PARA UM NÍVEL DE VIDA DIGNO....

Ordem do IDH	Importações de bens e serviços (% do PIB)		Exportações de bens e serviço (% do PIB)		Exportações primárias (% das exportações de mercadorias)		Exportações manufacturadas (% das exportações de mercadorias)		Exportações de alta tecnologia (% das exportações manufacturadas)		Termos de troca (1980 = 100) ^a	
	1990	2002	1990	2002	1990	2002	1990	2002	1990	2002	2001	
Desenvolvimento humano elevado												
1	Noruega	34	27	40	41	67	74	33	22	12	22	123
2	Suécia	28	37	29	43	16	13	83	81	13	16	103
3	Austrália	17	22	17	20	73	65	24	29	8	16	86
4	Canadá	26	39 ^b	26	44 ^b	36	30	59	63	14	14	93
5	Holanda	51	56	54	62	37	26	59	74	16	28	105
6	Bélgica	69	78	71	82	–	17 ^b	–	79 ^b	–	11 ^b	–
7	Islândia	33	38	34	40	91	85	8	14	10	6	–
8	Estados Unidos	11	14	10	10	22	14	74	81	33	32	114
9	Japão	9	10	10	11	3	3	96	93	24	24	126
10	Irlanda	52	83 ^b	57	98 ^b	26	8	70	88	41	41	96
11	Suíça	36	38	36	44	6	7	94	93	12	21	–
12	Reino Unido	27	28	24	26	19	16	79	79	24	31	100
13	Finlândia	24	30	23	38	17	14	83	85	8	24	107
14	Áustria	38	51	40	52	12	13	88	82	8	15	–
15	Luxemburgo	100	127	104	145	–	12 ^b	–	86 ^b	–	19 ^b	–
16	França	22	25	21	27	23	16	77	81	16	21	–
17	Dinamarca	31	39	36	45	35	29	60	66	15	22	–
18	Nova Zelândia	27	32	27	33	75	68	23	28	4	10	117
19	Alemanha	25	32	25	35	10	9	89	86	11	17	106
20	Espanha	20	30	16	28	24	21 ^b	75	78	6	7	123
21	Itália	20	26	20	27	11	10	88	88	8	9	125
22	Israel	45	46	35	37	13	7	87	93	10	20	122
23	Hong Kong, China (RAE)	124	142	133	151	4	5	95	95	–	17	100
24	Grécia	28	27	18	21	46	47 ^b	54	52 ^b	2	10 ^b	76
25	Singapura	–	–	–	–	27	11	72	85	40	60	75
26	Portugal	39	41 ^b	33	31 ^b	19	13 ^b	80	86	4	7	–
27	Eslovénia	–	56	–	58	–	10	–	90	–	5	–
28	Coreia do Sul	30	39	29	40	6	8	94	92	18	32	84
29	Barbados	52	55	49	52	55	47	43	50	–	16	–
30	Chipre	57	–	52	–	45	45	55	55	6	3	–
31	Malta	99	89	85	88	4	4 ^b	96	96 ^b	45	62 ^b	–
32	República Checa	43	67	45	65	–	10	–	89	–	14	–
33	Brunei	–	–	–	–	100	–	(,)	12	–	4	–
34	Argentina	5	13	10	28	71	66 ^b	29	31	–	7	81
35	Seychelles	67	81	62	78	–	–	(,)	5	–	–	–
36	Estónia	–	94	–	84	–	28	–	72	–	12	–
37	Polónia	22	31	29	28	36	18	59	82	–	3	285
38	Hungria	29	67	31	64	35	11	63	86	–	25	85
39	São Cristóvão e Nevis	83	71	52	46	–	27 ^b	–	73 ^b	–	(,) ^b	–
40	Barém	95	65	116	81	91	87 ^b	9	13 ^b	–	(,) ^b	–
41	Lituânia	61	60	52	54	–	41 ^b	–	58 ^b	–	5 ^b	–
42	Eslováquia	36	80	27	73	–	15	–	85	–	3	–
43	Chile	31	32	35	36	87	80 ^b	11	18 ^b	5	3 ^b	39
44	Kuwait	58	40	45	48	94	–	6	–	3	–	–
45	Costa Rica	41	47	35	42	66	37	27	63	–	37	122
46	Uruguai	18	20	24	22	61	63	39	37	–	3	102
47	Catar	–	–	–	–	84	89	16	10	–	0	–
48	Croácia	–	55	–	46	–	27	–	73	–	12	–
49	Emiratos Árabes Unidos	40	–	65	–	54	–	46	4 ^b	–	2 ^b	–
50	Letónia	49	56	48	45	–	41	–	59	–	4	–

15 Estrutura do comércio

Ordem do IDH	Importações de bens e serviços (% do PIB)		Exportações de bens e serviço (% do PIB)		Exportações primárias (% das exportações de mercadorias)		Exportações manufacturadas (% das exportações de mercadorias)		Exportações de alta tecnologia (% das exportações manufacturadas)		Termos de troca (1980 = 100) ^a	
	1990	2002	1990	2002	1990	2002	1990	2002	1990	2002	2001	
51	Baamas	–	–	–	–	57 ^c	–	37 ^b	–	1 ^b	–	
52	Cuba	–	18 ^c	–	16 ^c	–	90 ^b	–	10 ^b	–	29 ^b	
53	México	20	29	19	27	56	16	43	84	8	21	33
54	Trindade e Tobago	29	43	45	47	73	54 ^b	27	46 ^b	–	3 ^b	–
55	Antígua e Barbuda	87	68	89	60	–	–	–	–	–	–	–
Desenvolvimento humano médio												
56	Bulgária	37	60	33	53	–	37 ^c	–	61 ^b	–	3 ^b	–
57	Federação Russa	18	24	18	35	–	69	–	22	–	13	–
58	Líbia	31	36	40	48	95	–	5	–	0	–	–
59	Malásia	72	97	75	114	46	19 ^b	54	79	38	58	–
60	Macedónia	36	57	26	38	–	30 ^b	–	70 ^b	–	1 ^b	–
61	Panamá	34	29	38	28	78	88	21	12	–	1	86
62	Bielorrússia	44	74	46	70	–	33	–	64	–	4	–
63	Tonga	65	58 ^b	34	13 ^b	–	–	21	4 ^c	0	0 ^c	–
64	Maurícias	71	57	64	61	34	27	66	73	1	2	109
65	Albânia	23	43	15	19	–	14	–	86	–	1	–
66	Bósnia e Herzegovina	–	59	–	26	–	–	–	–	–	–	–
67	Suriname	44	45	42	21	26	22 ^c	74	78 ^c	–	(,) ^c	–
68	Venezuela	20	17	39	29	90	89 ^b	10	13	4	3	55
69	Roménia	26	41	17	35	26	18	73	81	2	3	–
70	Ucrânia	29	52	28	56	–	32	–	67	–	5	–
71	Santa Lúcia	84	59	73	55	–	76	28	24	–	8	–
72	Brasil	7	14	8	16	47	44 ^b	52	54 ^b	7	19 ^b	136
73	Colômbia	15	21	21	20	74	62	25	38	–	7	83
74	Omã	31	35	53	57	94	84	5	15	2	2	–
75	Samoa Ocidental	–	82 ^c	–	33 ^c	–	–	4	–	0	–	–
76	Tailândia	42	57	34	65	36	22 ^b	63	74 ^b	21	31 ^b	60
77	Arábia Saudita	32	23	41	41	93	91 ^b	7	10	–	(,)	–
78	Cazaquistão	–	46	–	47	–	81 ^b	–	19 ^b	–	10 ^b	–
79	Jamaica	52	60	48	39	31	27 ^c	69	64	–	(,)	–
80	Líbano	100	41	18	14	–	31 ^b	–	69 ^b	–	3 ^b	–
81	Fidji	67	65 ^b	62	71 ^b	63	55	36	44	12	1	–
82	Arménia	46	47	35	30	–	39	–	61	–	2	–
83	Filipinas	33	49	28	49	31	8	38	50	–	65	96
84	Maldivas	64	67	24	88	–	–	–	38	–	0	–
85	Peru	14	17	16	16	82	79	18	21	–	2	39
86	Turquemenistão	–	47 ^b	–	47 ^b	–	92 ^c	–	7 ^c	–	5 ^c	–
87	São Vicente e Grenadinas	77	59	66	48	–	91	–	9	–	0	–
88	Turquia	18	30	13	30	32	15	68	84	1	2	89
89	Paraguai	39	43	33	31	–	84 ^b	10	15	(,)	3	147
90	Jordânia	93	67	62	46	–	32	51	68	1	3	113
91	Azerbaijão	39	51	44	44	–	93	–	6	–	8	–
92	Tunísia	51	49	44	45	31	19 ^b	69	82	2	4	81
93	Granada	63	57	42	47	–	–	20	24	–	8	–
94	China	14	26	18	29	27	10	72	90	–	23	–
95	Dominica	81	63	55	55	–	–	32	54	–	8	–
96	Sri Lanka	38	43	29	36	42	25	54	74	1	1	–
97	Geórgia	46	39	40	27	–	65 ^b	–	35 ^b	–	38 ^b	–
98	República Dominicana	44	35	34	26	–	–	–	34 ^b	–	1 ^b	58
99	Belize	62	74 ^b	64	55 ^b	–	–	15	1	–	0	–
100	Equador	32	31	33	24	98	90	2	10	(,)	7	43

15 Estrutura do comércio

Ordem do IDH	Importações de bens e serviços (% do PIB)		Exportações de bens e serviço (% do PIB)		Exportações primárias (% das exportações de mercadorias)		Exportações manufacturadas (% das exportações de mercadorias)		Exportações de alta tecnologia (% das exportações manufacturadas)		Termos de troca (1980 = 100) ^a	
	1990	2002	1990	2002	1990	2002	1990	2002	1990	2002	2001	
101	Irão	24	29	22	31	-	91	-	9	-	3	-
102	Territórios Ocupados da Palestina	-	47	-	12	-	-	-	-	-	-	-
103	El Salvador	31	41	19	27	62	41	38	58	-	6	103
104	Guiana	80	106	63	93	-	78	-	22	-	7	-
105	Cabo Verde	44	68	13	31	-	-	-	96 ^b	-	1 ^b	100
106	Síria	28	28	28	37	64	90 ^c	36	7	-	1	-
107	Usbequistão	48	34	29	38	-	-	-	-	-	-	-
108	Argélia	25	26	23	36	97	98 ^c	3	2 ^c	-	4 ^c	60
109	Guiné Equatorial	70	-	32	-	-	-	-	-	-	-	-
110	Quirguistão	50	43	29	39	-	67	-	33	-	6	-
111	Indonésia	24	29	25	35	65	44 ^b	35	54	1	16	-
112	Vietname	45	60	36	56	-	-	-	-	-	-	-
113	Moldávia	51	79	49	54	-	69	-	31	-	4	-
114	Bolívia	24	27	23	22	95	78 ^b	5	17	-	7	53
115	Honduras	40	53	36	37	91	74	9	26	-	2	87
116	Tajiquistão	35	72	28	58	-	87 ^c	-	13 ^c	-	42 ^c	-
117	Mongólia	53	81	24	67	-	64	-	36	-	(,)	-
118	Nicarágua	46	49	25	23	92	80	8	19	-	5	56
119	África do Sul	19	31	24	34	-	37	-	63	-	5	83
120	Egipto	33	23	20	16	57	47	42	35	-	1	46
121	Guatemala	25	28	21	16	76	65	24	35	-	7	73
122	Gabão	31	39	46	59	-	98 ^c	-	2 ^c	-	7 ^c	46
123	São Tomé e Príncipe	72	95	14	44	-	-	-	-	-	-	-
124	Ilhas Salomão	73	-	47	-	-	-	-	-	-	-	-
125	Marrocos	32	37	26	32	48	35 ^b	52	66	-	11	114
126	Namíbia	67	49	52	48	-	47 ^b	-	52 ^b	-	1 ^b	-
127	Índia	9	16	7	15	28	22 ^b	71	75	2	5	136
128	Botswana	50	37	55	51	-	9 ^b	-	91 ^b	-	(,) ^b	137
129	Vanuatu	77	-	49	-	-	86 ^c	13	8 ^c	20	1 ^c	-
130	Camboja	13	67	6	59	-	-	-	-	-	-	-
131	Gana	26	55	17	43	-	85 ^c	-	16 ^b	-	3 ^b	53
132	Mianmar	5	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-
133	Papua-Nova Guiné	49	-	41	-	89	98 ^c	10	2 ^c	-	19 ^c	-
134	Butão	32	39	28	22	-	-	-	-	-	-	-
135	Laos	25	-	11	-	-	-	-	-	-	-	-
136	Comores	35	31	14	15	-	-	-	8 ^c	-	1 ^c	91
137	Suazilândia	74	100	75	91	-	53 ^b	-	76	-	1	100
138	Bangladeche	14	19	6	14	-	8 ^b	77	92 ^b	(,)	(,) ^b	68
139	Sudão	-	13	-	15	-	97	-	3	-	7	-
140	Nepal	22	29	11	16	-	-	83	67 ^c	-	(,) ^c	-
141	Camarões	17	28	20	27	91	93	9	7	3	1	102
Desenvolvimento humano baixo												
142	Paquistão	23	19	16	19	21	14	79	85	(,)	1	77
143	Togo	45	50	33	33	89	50 ^b	9	43	-	1	89
144	Congo	46	54	54	81	-	-	-	-	-	-	84
145	Lesoto	109	107	16	51	-	-	-	-	-	-	76
146	Uganda	19	27	7	12	-	92	-	8	-	12	-
147	Zimbabué	23	22	23	24	68	62	31	38	2	3	118
148	Quênia	31	30	26	27	71	76	29	24	4	10	91
149	Iémen	20	39	14	38	-	-	-	-	-	-	-
150	Madagáscar	28	23	17	16	85	-	14	-	8	-	140
151	Nigéria	29	44	43	38	-	100 ^c	-	(,) ^c	-	(,) ^c	48

15 Estrutura do comércio

Ordem do IDH	Importações de bens e serviços (% do PIB)		Exportações de bens e serviço (% do PIB)		Exportações primárias (% das exportações de mercadorias)		Exportações manufacturadas (% das exportações de mercadorias)		Exportações de alta tecnologia (% das exportações manufacturadas)		Termos de troca (1980 = 100) ^a
	1990	2002	1990	2002	1990	2002	1990	2002	1990	2002	2001
152 Mauritânia	61	68	46	39	–	–	–	–	–	–	135
153 Haiti	20	36	18	13	15	–	85	–	14	–	45
154 Djibouti	–	63 ^c	–	45 ^c	44	–	8	–	0	–	–
155 Gâmbia	72	72	60	54	–	82 ^c	–	17 ^c	–	3 ^c	55
156 Eritreia	–	85	–	29	–	–	–	–	–	–	–
157 Senegal	30	41	25	31	77	49	23	51	–	4	91
158 Timor-Leste	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
159 Ruanda	14	25	6	8	–	98 ^b	–	3	–	1	138
160 Guiné	31	30	31	24	–	72 ^b	–	28 ^b	–	(,) ^b	–
161 Benim	26	26	14	14	–	94 ^b	–	6 ^b	–	(,) ^b	101
162 Tanzânia	37	24	13	17	–	83 ^b	–	17 ^b	–	2 ^b	–
163 Costa do Marfim	27	30	32	48	–	85 ^c	–	21	–	3	90
164 Zâmbia	37	42	36	29	–	86	–	14	–	2	48
165 Malawi	33	43	24	25	95	90 ^b	5	10 ^b	(,)	3 ^b	62
166 Angola	21	70	39	77	100	–	(,)	–	0	–	–
167 Chade	28	65	13	12	–	–	–	–	–	–	94
168 Congo, Rep. Dem.	29	21	30	18	–	–	–	–	–	–	–
169 República Centro-Africana	28	17	15	12	–	–	–	–	–	–	40
170 Etiópia	12	34	8	16	–	86	–	14	–	–	–
171 Moçambique	36	38	8	24	–	91 ^b	–	8 ^b	–	3 ^b	50
172 Guiné-Bissau	37	77	10	45	–	–	–	–	–	–	57
173 Burundi	28	19	8	7	–	–	–	1 ^b	–	2 ^b	31
174 Mali	34	41	17	32	–	–	2	–	–	–	90
175 Burkina Faso	24	22	11	9	–	81 ^b	–	19 ^b	–	7 ^b	166
176 Níger	22	25	15	16	–	95 ^b	–	3 ^b	–	8 ^b	–
177 Serra Leoa	24	40	22	18	–	–	–	–	–	–	–
Países em desenvolvimento	23	30	24	33	–	–	61	73	–	20	–
Países menos desenvolvidos	23	34	14	23	–	–	–	–	–	–	–
Países Árabes	38	30	38	36	–	–	20	17 ^b	–	2	–
Ásia Oriental e Pacífico	33	45	34	49	–	–	75	86	–	28	–
América Latina e Caraíbas	12	19	14	21	65	40	34	48 ^b	7	16	–
Ásia do Sul	14	20	11	19	–	–	71	56	–	4	–
África Subsariana	26	35	27	34	–	–	–	35 ^c	–	4 ^c	–
Europa Central, do Leste & CEI	25	40	25	42	–	–	–	55	–	11	–
OECD	18	21	18	21	20	16	78	81	18	22	–
OCDE de rendimento elevado	18	21	18	21	19	16	79	81	18	23	–
Desenvolvimento humano elevado	19	22	19	22	20	16	78	82	18	22	–
Desenvolvimento humano médio	19	27	20	30	–	–	50	57	–	18	–
Desenvolvimento humano baixo	27	30	23	26	–	–	–	29 ^c	–	1 ^c	–
Rendimento elevado	19	22	19	22	19	15	79	82	18	23	–
Rendimento médio	19	28	20	32	–	–	48	60	–	19	–
Rendimento baixo	19	25	17	25	–	–	49	58	–	9	–
Mundo	19	23	19	24	–	–	74	78	18	21	–

a. O rácio entre o índice do preço de exportação e o índice do preço de importação é calculado em relação ao ano base de 1980. Um valor superior a 100 significa que o preço das exportações subiu em relação ao preço das importações. b. Os dados referem-se a 2001. c. Os dados referem-se a 2000.

Fonte: Colunas 1-10: World Bank 2004f; baseado em dados da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento e do Fundo Monetário Internacional; os agregados foram calculados pelo Banco Mundial para o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano; coluna 11: calculado com base em dados dos termos de troca, de World Bank 2004f.

16 Responsabilidades dos países ricos: ajuda

... TEREM ACESSO AOS RECURSOS NECESSÁRIOS PARA UM NÍVEL DE VIDA DIGNO ...

Ajuda pública ao desenvolvimento (APD) líquida desembolsada

Ordem do IDH	Total ^a (milhões de dól. EUA)	ODM Em % do RNB		APD per capita do país doador (dólares EUA 2001)		ODM APD para os países menos desenvolvidos ^b (% do total)		ODM APD para serviços sociais básicos ^c (% do total)		ODM APD bilateral não ligada (% do total)	
		1990 ^d	2002	1990	2002	1990	2002	1995/96	2001/02	1990	2002
		2002									
1 Noruega	1.517	1,17	0,89	283	333	44	37	10,7	15,1	61	99
2 Suécia	1.848	0,91	0,83	170	207	39	32	14,2	11,8	87	79
3 Austrália	916	0,34	0,26	45	47	18	19	5,9	17,7	33	57
4 Canadá	2.011	0,44	0,28	80	64	30	17	8,9	22,4	47	61
5 Holanda	3.068	0,92	0,81	164	190	33	35	11,7	26,7	56	89
6 Bélgica	996	0,46	0,43	83	97	41	33	9,2	20,4	-	-
8 Estados Unidos	13.140	0,21	0,13	58	46	19	23	19,0	27,0	-	-
9 Japão	9.731	0,31	0,23	87	76	19	20	2,0	4,8	89	83
10 Irlanda	360	0,16	0,40	17	93	37	53	0,5	30,8	-	100
11 Suíça	863	0,32	0,32	109	118	43	27	6,5	19,8	78	95
12 Reino Unido	4.581	0,27	0,31	52	78	32	23	24,4	29,9	-	100
13 Finlândia	434	0,65	0,35	122	83	38	33	8,9	14,3	31	82
14 Áustria	488	0,11	0,26	20	61	36	33	2,6	14,7	32	69
15 Luxemburgo	139	0,21	0,77	68	316	39	40	-	-	-	-
16 França	5.125	0,60	0,38	111	86	32	30	-	-	64	92
17 Dinamarca	1.540	0,94	0,96	213	286	39	33	13,1	7,8	-	82
18 Nova Zelândia	110	0,23	0,22	24	28	19	25	1,7	8,3	100	76
19 Alemanha	4.980	0,42	0,27	90	60	28	25	8,8	10,3	62	87
20 Espanha	1.559	0,20	0,26	21	38	20	15	8,3	11,5	-	60
21 Itália	2.157	0,31	0,20	50	37	41	45	7,3	10,7	22	-
24 Grécia	253	-	0,21	-	23	-	13	19,3	3,9	-	14
26 Portugal	293	0,24	0,27	17	28	70	37	4,2	3,1	-	33
CAD	58.274 T	0,33	0,23	72	65	28	26	8,1	17,3	68	85

Nota: CAD é a Comissão de Ajuda ao Desenvolvimento da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE).

a. Algumas regiões e países não membros da CAD também fornecem APD. De acordo com OECD 2004e, a APD líquida desembolsada em 2002 pela República Checa, Islândia, Israel, Coreia do Sul, Kuwait, Polónia, Arábia Saudita, Eslováquia, Turquia, Emiratos Árabes Unidos e outros pequenos doadores, incluindo Taiwan (província da China), Estónia, Letónia e Lituânia, totalizou 3.201 milhões de dólares. A China também fornece ajuda, mas não revela o montante. **b.** Inclui fluxos multilaterais imputados, que têm em conta as contribuições através de organizações multilaterais. Estas são calculadas utilizando a distribuição geográfica dos desembolsos para o ano indicado. **c.** Os dados referem-se à média para os anos indicados e à percentagem da APD para afectação sectorial. **d.** Os dados de cada país (mas não a média da CAD) incluem o perdão das responsabilidades não-APD.

Fonte: Colunas 1-7: OECD 2004b; os agregados foram calculados pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE) para o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano; colunas 8-11: UN 2004e; os agregados foram calculados pela OCDE para o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano.

17 Responsabilidades dos países ricos: alívio da dívida e comércio

Ordem do IDH	Alívio da dívida		Comércio				
	Compromissos bilaterais com o trust fund PPAA ^a (milhões de dólar. EUA) 2003	Perdão da dívida bilateral bruta (milhões de dólar. EUA) 1990-2002	Barreiras tarifárias médias e equivalentes não tarifárias ^b 2000	Importações de bens			
				Origem países em desenvolvimento		Origem países menos desenvolvidos	
				Total (milhões de dólar. EUA) 2002	Parte das importações totais (%) 2002	Total (milhões de dólar. EUA) 2002	Parte das importações totais (%) 2002
1 Noruega	127	237	32,0	9.357	18	233	0,4
2 Suécia	109	121	10,0	11.374	14	247	0,3
3 Austrália	14	77	13,4	38.187	41	183	0,2
4 Canadá	165	1.471	10,2	52.879	21	805	0,3
5 Holanda	242	1.915	9,6	60.389	30	1.164	0,6
6 Bélgica	64	711	9,9	43.845	19	5.469	2,4
8 Estados Unidos	750	8.482	7,4	598.695	48	13.621	1,1
9 Japão	256	4.170	13,0	217.224	59	3.181	0,9
10 Irlanda	25	-	9,9	15.114	20	308	0,4
11 Suíça	93	311	22,2	14.567	14	192	0,2
12 Reino Unido	436	2.493	9,8	90.787	23	2.872	0,7
13 Finlândia	51	156	10,1	6.956	13	301	0,6
14 Áustria	50	369	10,0	12.116	13	291	0,3
15 Luxemburgo	4	-	-	377	2	7	(.)
16 França	258	13.549	9,8	81.259	23	4.856	1,4
17 Dinamarca	80	377	9,8	9.329	14	360	0,5
18 Nova Zelândia	2	-	12,1	8.810	33	45	0,2
19 Alemanha	333	6.034	9,9	98.168	19	4.095	0,8
20 Espanha	165	1.092	9,7	63.993	31	2.965	1,4
21 Itália	217	1.775	9,7	71.139	24	2.547	0,9
24 Grécia	17	-	9,8	15.222	28	218	0,4
26 Portugal	24	470	9,8	10.058	18	649	1,2

Nota: Este quadro apresenta dados para os membros da Comissão de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE).

a. A Iniciativa da Dívida para os Países Pobres Altamente Endividados (PPAE) é um mecanismo para o alívio da dívida supervisionado conjuntamente pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial. Os credores bilaterais e multilaterais têm proporcionado o alívio da dívida através deste mecanismo desde 1996. Também inclui compromissos através da União Europeia. *b.* Esta é uma medida agregada das barreiras comerciais orientadas para os países em desenvolvimento. Mede tanto as barreiras monetárias (tarifas) como as quotas e subsídios nos produtos manufaturados, têxteis, produtos agrícolas e combustíveis, ponderados pelo volume de importação corrigido endogenamente.

Fonte: Coluna 1: IMF e IDA 2004; coluna 2: calculado com base em dados de cancelamento da dívida, de OECD 2004f; coluna 3: Roodman 2004; colunas 4-7: Cálculos com base em dados da importação, de UN 2004a.

Apoio dos países da OCDE à agricultura doméstica (% do PIB)

	ODM	
	1990	2002 ^a
Austrália	0,8	0,3
Canadá	1,7	0,8
República Checa	-	1,7
União Europeia ^b	2,2	1,3
Hungria	-	2,8
Islândia	4,6	1,6
Japão	1,7	1,4
Coreia do Sul	8,7	4,5
México	2,9	1,4
Nova Zelândia	0,5	0,3
Noruega	3,2	1,5
Polónia	-	1,3
Eslováquia	-	1,6
Suíça	3,3	2,0
Turquia	4,3	4,1
Estados Unidos	1,2	0,9
OCDE	1,8	1,2

a. Dados provisórios. *b.* Não existem dados disponíveis para os países membros da União Europeia individualmente. Os países membros em 2002 eram a Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Portugal, Reino Unido e Suécia. Áustria, Finlândia e Suécia entraram em 1995 e, por isso, não estão incluídos nos dados para 1990.

Fonte: OCDE 2004a.

18 Fluxos de ajuda, capital privado e dívida

... TEREM ACESSO AOS RECURSOS NECESSÁRIOS PARA UM NÍVEL DE VIDA DIGNO ...

Ordem do IDH	Ajuda pública ao desenvolvimento (APD) recebida ^a (desembolsos líquidos)												
	Total		Entradas líquidas de investimento direto estrangeiro ^b				Outros fluxos privados ^{b, c}		ODM Serviço da dívida total				
	(Milhões	Per capita	Em % do PIB		(% do PIB)		(% do PIB)		Em % do PIB		Em % das exportações de bens e serviços		
	dól. EUA)	(Dól. EUA)	1990	2002	1990	2002	1990	2002	1990	2002	1990	2002	
Desenvolvimento humano elevado													
22	Israel	754,0 ^d	119,6 ^d	2,6	0,7 ^d	0,3	1,6	-	-	-	-	-	-
23	Hong Kong, China (RAE)	4,0 ^d	0,6 ^d	0,1	(.) ^d	-	7,9	-	-	-	-	-	-
24	Grécia	-	-	-	-	1,2	(.)	-	-	-	-	-	-
25	Singapura	7,4 ^d	1,8 ^d	(.)	(.) ^d	15,1	7,0	-	-	-	-	-	-
26	Portugal	-	-	-	-	3,7	3,5	-	-	-	-	-	-
27	Eslovênia	170,9	86,1	-	0,8	-	8,5	-	-	-	-	-	-
28	Coreia do Sul	-81,7 ^d	-1,7 ^d	(.)	(.) ^d	0,3	0,4	-	-	-	-	-	-
29	Barbados	3,4	12,8	0,2	0,1	0,7	0,7	-	-	-	-	-	-
30	Chipre	49,6 ^d	62,3 ^d	0,7	0,5 ^d	2,3	6,1	-	-	-	-	-	-
31	Malta	11,3	28,8	0,2	0,3	2,0	-11,0	-	-	-	-	-	-
32	República Checa	392,7 ^d	38,3 ^d	(.) ^d	0,6 ^d	-	13,4	-	1,5	-	6,5	-	9,5
33	Brunei	-1,7 ^d	-5,0 ^d	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
34	Argentina	0,1	(.)	0,1	(.)	1,3	0,8	-1,5	-0,1	4,4	5,7	37,0	18,3
35	Seychelles	7,9	97,8	9,8	1,1	5,5	8,8	-1,7	-0,3	5,9	2,1	9,0	2,6
36	Estônia	68,9 ^d	51,5 ^d	-	1,1 ^d	-	4,4	-	20,0	-	12,0	-	13,7
37	Polónia	1.159,8 ^d	30,0 ^d	2,2 ^d	0,6 ^d	0,2	2,2	(.)	0,5	1,6	7,1	4,9	22,5
38	Hungria	471,5 ^d	47,5 ^d	0,2 ^d	0,7 ^d	0,9	1,3	-1,4	-1,0	12,8	22,6	34,3	33,9
39	São Cristóvão e Nevis	28,6	683,8	5,1	8,0	30,7	22,7	-0,3	4,7	1,9	10,7	2,9	22,6
40	Barém	70,6	99,5	3,2	0,9	-	-	-	-	-	-	-	-
41	Lituânia	146,9 ^d	42,4 ^d	-	1,1 ^d	-	5,2	-	0,3	-	9,3	-	16,6
42	Eslováquia	189,4 ^d	35,1 ^d	(.) ^d	0,8 ^d	-	16,9	-	6,1	-	14,3	-	19,3
43	Chile	-22,6	-1,5	0,3	(.)	2,2	2,7	5,1	1,7	9,1	12,0	25,9	32,9
44	Kuwait	4,6 ^d	1,9 ^d	(.)	(.) ^d	0,0	(.)	-	-	-	-	-	-
45	Costa Rica	5,3	1,3	4,0	(.)	2,8	3,9	-2,5	-0,4	8,8	4,0	23,9	8,9
46	Uruguai	13,4	4,0	0,6	0,1	0,0	1,5	-2,1	-0,6	10,6	10,6	40,8	40,0
47	Catar	2,2 ^d	3,7 ^d	(.)	(.)	-	-	-	-	-	-	-	-
48	Croácia	166,5	37,5	-	0,7	-	4,4	-	11,7	-	13,5	-	25,9
49	Emiratos Árabes Unidos	4,2 ^d	1,4 ^d	(.)	(.)	-	-	-	-	-	-	-	-
50	Letônia	86,4 ^d	37,1 ^d	-	1,0 ^d	-	4,5	-	1,3	-	7,7	-	15,8
51	Baamas	5,3 ^d	17,2 ^d	0,1	-	-0,6	5,2 ^e	-	-	-	-	-	-
52	Cuba	61,0	5,4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
53	México	135,5	1,3	0,1	(.)	1,0	2,3	2,7	-0,7	4,3	6,8	20,7	23,2
54	Trindade e Tobago	-7,2	-5,6	0,4	-0,1	2,2	7,6	-3,5	0,0	8,9	2,8	19,3	5,7
55	Antígua e Barbuda	14,0	192,1	1,2	1,9	-	-	-	-	-	-	-	-
Desenvolvimento humano médio													
56	Bulgária	381,3 ^d	47,9 ^d	0,1 ^d	2,5 ^d	-	3,9	-	1,3	-	8,8	-	15,9
57	Federação Russa	1.300,9 ^d	9,0 ^d	(.) ^d	0,4 ^d	-	0,9	-	1,4	-	4,1	-	11,3
58	Líbia	10,4 ^d	1,9 ^d	0,1	0,1	-	-	-	-	-	-	-	-
59	Malásia	85,9	3,6	1,1	0,1	5,3	3,4	-4,2	1,7	9,8	8,5	12,6	7,3
60	Macedónia	276,6	135,2	-	7,3	-	2,0	-	0,9	-	6,3	-	15,8
61	Panamá	35,3	11,5	1,9	0,3	2,6	0,5	-0,1	1,0	6,5	13,6	6,2	19,7
62	Bielorrússia	39,4 ^d	4,0 ^d	-	0,3 ^d	-	1,7	-	-0,1	-	1,4	-	2,1
63	Tonga	22,3	217,2	26,3	16,4	0,2	1,8	-0,1	0,0	1,7	2,0	2,9	5,9
64	Maurícias	23,9	19,8	3,7	0,5	1,7	0,6	1,9	-1,6	6,5	5,5	8,8	8,2
65	Albânia	317,0	100,9	0,5	6,6	-	2,8	-	(.)	-	1,2	-	3,4
66	Bósnia e Herzegovina	587,4	142,3	-	10,5	-	5,2	-	0,1	-	2,8	-	6,9
67	Suriname	11,6	26,9	15,5	1,2	-	-	-	-	-	-	-	-
68	Venezuela	57,1	2,3	0,2	0,1	0,9	0,7	-1,2	-2,5	10,3	7,9	23,3	25,6
69	Roménia	700,8 ^d	31,3 ^d	0,6 ^d	1,5 ^d	0,0	2,5	(.)	4,4	(.)	6,8	0,3	18,6
70	Ucrânia	483,8 ^d	9,9 ^d	0,4 ^d	1,2 ^d	-	1,7	-	-3,1	-	7,8	-	13,7

18 Fluxos de ajuda, capital privado e dívida

Ajuda pública ao desenvolvimento (APD) recebida^a (desembolsos líquidos)

Ordem do IDH	Total		Entradas líquidas de investimento directo estrangeiro ^b				Outros fluxos privados ^{b, c}		ODM Serviço da dívida total			
	(Milhões dól. EUA)	Per capita (Dól. EUA)	Em % do PIB		(% do PIB)		(% do PIB)		Em % do PIB		Em % das exportações de bens e serviços	
	2002	2002	1990	2002	1990	2002	1990	2002	1990	2002	1990	2002
71 Santa Lúcia	33,5	226,5	3,1	5,1	11,3	3,4	-0,2	4,5	1,6	4,0	2,1	7,2
72 Brasil	375,9	2,1	(.)	0,1	0,2	3,7	-0,1	-1,5	1,8	11,4	22,2	68,9
73 Colômbia	441,0	10,1	0,2	0,5	1,2	2,5	-0,4	-1,3	9,7	8,6	40,9	40,2
74 Omã	40,8	14,7	0,6	0,2	1,4	0,2	-3,8	-5,8	7,0	8,6	12,3	14,2 ^f
75 Samoa Ocidental	37,8	214,2	42,6	14,5	5,9	0,5	0,0	0,0	4,9	3,0	5,8	10,8 ^e
76 Tailândia	295,5	4,8	0,9	0,2	2,9	0,7	2,3	-2,3	6,2	15,6	16,9	23,1
77 Arábia Saudita	26,9	1,1	(.)	(.)	-	-	-	-	-	-	-	-
78 Cazaquistão	188,3	12,2	-	0,8	-	10,5	-	7,5	-	16,7	-	34,4
79 Jamaica	24,3	9,2	5,9	0,3	3,0	6,1	-1,0	0,7	14,4	10,7	26,9	18,4
80 Líbano	455,8	126,8	8,9	2,6	0,2	1,5	0,2	26,3	3,5	12,7	3,3	51,0
81 Fiji	34,1	41,0	3,8	1,8	6,9	4,1	-1,2	-0,3	7,9	1,5	12,0	5,9
82 Arménia	293,5	95,5	-	12,4	-	4,7	-	-0,1	-	3,1	-	8,8
83 Filipinas	559,7	7,1	2,9	0,7	1,2	1,4	0,2	3,1	8,1	11,8	27,0	20,2
84 Maldivas	27,5	88,9	9,8	4,4	2,6	1,9	0,5	2,3	4,1	3,5	4,8	4,5
85 Peru	491,3	18,4	1,5	0,9	0,2	4,2	0,1	1,3	1,8	5,9	10,8	32,8
86 Turquemenistão	40,5	8,5	-	0,5	-	1,3	-	-	-	-	-	-
87 São Vicente e Grenadinas	4,8	40,1	7,8	1,3	3,9	5,3	0,0	2,1	2,2	3,7	2,9	7,6
88 Turquia	635,8	9,0	0,8	0,3	0,5	0,6	0,8	3,6	4,9	15,0	29,4	46,8
89 Paraguai	56,7	9,9	1,1	1,0	1,5	-0,4	-0,2	1,0	6,2	5,9	12,4	10,5
90 Jordânia	534,3	100,3	22,1	5,7	0,9	0,6	5,3	-0,9	15,6	6,3	20,4	8,7
91 Azerbaijão	349,4	42,1	-	5,7	-	22,9	-	-1,3	-	3,1	-	6,5
92 Tunísia	475,0	48,8	3,2	2,3	0,6	3,8	-1,6	4,0	11,6	6,8	24,5	13,5
93 Granada	9,5	117,5	6,3	2,3	5,8	9,9	0,1	23,3	1,5	6,2	3,1	13,6
94 China	1.475,8	1,1	0,6	0,1	1,0	3,9	1,3	-0,2	2,0	2,4	11,7	8,2
95 Dominica	29,9	381,7	11,9	12,1	7,8	5,8	-0,1	0,7	3,5	4,5	5,6	7,9
96 Sri Lanka	344,0	18,2	9,1	2,1	0,5	1,5	0,1	-0,2	4,8	4,3	13,8	9,8
97 Geórgia	312,6	60,4	-	9,2	-	4,9	-	-0,5	-	3,8	-	11,0
98 República Dominicana	156,7	18,2	1,4	0,7	1,9	4,4	(.)	1,8	3,3	3,1	10,4	6,4
99 Belize	22,2	88,6	7,6	2,6	4,3	3,0	1,4	9,0	5,0	22,3	7,5	36,5
100 Equador	216,0	16,9	1,6	0,9	1,2	5,2	0,6	3,4	10,5	9,0	32,5	28,7
101 Irão	115,8	1,7	0,1	0,1	-0,3	(.)	(.)	0,7	0,5	1,3	3,2	4,1
102 Territórios Ocupados Palestina	1.616,5	470,9	-	47,6	-	-	-	-	-	-	-	-
103 El Salvador	233,5	36,4	7,2	1,6	(.)	1,5	0,1	8,5	4,3	3,2	15,3	7,7
104 Guiana	64,8	84,9	42,6	9,0	2,0	6,1	-4,1	-0,1	74,5	10,8	-	10,7 ^{g, h}
105 Cabo Verde	92,2	203,1	31,8	15,0	0,1	2,4	(.)	0,2	1,7	3,5	4,8	7,6
106 Síria	80,8	4,7	5,6	0,4	0,6	1,1	-0,1	(.)	9,7	1,2	21,8	3,0
107 Usbequistão	189,4	7,4	-	2,4	-	0,8	-	-1,0	-	9,2	-	24,3
108 Argélia	361,0	11,5	0,2	0,6	(.)	1,9	-0,7	-0,1	14,2	7,5	63,4	-
109 Guiné Equatorial	20,2	42,0	46,0	1,0	8,4	15,3	0,0	0,0	3,9	0,2	12,1	-
110 Quirguistão	186,0	36,7	-	11,6	-	0,3	-	-3,7	-	10,8	-	25,3
111 Indonésia	1.308,1	6,0	1,5	0,8	1,0	-0,9	1,6	-3,2	8,7	9,8	33,3	24,8
112 Vietname	1.276,8	15,9	2,9	3,6	2,8	4,0	0,0	-1,8	2,7	3,4	-	6,0 ^{g, i}
113 Moldávia	141,7	33,2	-	8,7	-	6,8	-	-2,1	-	14,1	-	19,9
114 Bolívia	681,0	78,8	11,2	8,7	0,6	8,7	-0,5	-1,0	7,9	6,1	38,6	27,7 ^{g, j}
115 Honduras	434,9	64,1	14,7	6,6	1,4	2,2	1,0	-0,6	12,8	6,0	35,3	12,3 ^{g, h}
116 Tajiquistão	168,4	27,2	-	13,9	-	0,7	-	-1,6	-	6,5	-	10,2
117 Mongólia	208,5	81,5	-	18,6	-	7,0	-	(.)	-	4,7	-	6,7
118 Nicarágua	517,5	97,0	32,9	12,9	0,0	4,3	2,0	0,8	1,6	3,8	3,9	11,7 ^{g, j}
119 África do Sul	656,8	14,7	-	0,6	-	0,7	-	(.)	-	4,5	-	12,5
120 Egipto	1.286,1	18,2	12,6	1,4	1,7	0,7	-0,2	-0,2	7,1	2,3	20,4	10,3

18 Fluxos de ajuda, capital privado e dívida

Ordem do IDH	Ajuda pública ao desenvolvimento (APD) recebida ^a (desembolsos líquidos)												
	Total		Entradas líquidas de investimento directo estrangeiro ^b				Outros fluxos privados ^{b, c}		ODM Serviço da dívida total				
	(Milhões dól. EUA)	Per capita (Dól. EUA)	Em % do PIB		(% do PIB)		(% do PIB)		Em % do PIB		Em % das exportações de bens e serviços		
	2002	2002	1990	2002	1990	2002	1990	2002	1990	2002	1990	2002	
121	Guatemala	248,7	20,7	2,6	1,1	0,6	0,5	-0,1	-0,2	2,8	1,8	12,6	7,5
122	Gabão	71,9	55,1	2,2	1,4	1,2	2,5	0,5	0,3	3,0	8,3	6,4	11,7
123	São Tomé e Príncipe	26,0	166,0	95,0	51,8	0,0	6,0	-0,2	0,0	4,9	12,1	34,0	31,8 ^{g, h}
124	Ilhas Salomão	26,3	56,8	21,7	11,0	4,9	-2,8	-1,5	-1,1	5,5	2,4	11,9	6,9 ^e
125	Marrocos	636,2	21,2	4,1	1,8	0,6	1,2	1,2	-1,1	6,9	10,2	21,5	23,9
126	Namíbia	135,1	68,9	5,2	4,7	-	-	-	-	-	-	-	-
127	Índia	1.462,7	1,4	0,4	0,3	0,1	0,6	0,5	0,4	2,6	2,6	31,9	14,9
128	Botswana	37,6	21,2	3,9	0,7	2,5	0,7	-0,5	(.)	2,8	1,1	4,3	2,0
129	Vanuatu	27,5	133,0	33,0	11,7	8,7	6,4	-0,1	0,0	1,6	0,9	2,1	1,0 ^f
130	Camboja	486,9	35,3	3,7	12,2	0,0	1,3	0,0	0,0	2,7	0,5	-	0,8
131	Gana	652,8	31,9	9,6	10,6	0,3	0,8	-0,3	-0,4	6,2	3,4	36,8	8,0 ^{g, h}
132	Mianmar	120,5	2,5	-	-	-	-	-	-	-	-	18,4	2,9 ^{f, g, i}
133	Papua-Nova Guiné	203,3	36,4	12,8	7,2	4,8	1,8	1,5	-3,4	17,2	9,9	37,2	12,7 ^f
134	Butão	73,5	33,5	16,5	12,4	0,6	0,1	-0,9	0,0	1,8	1,1	5,5	4,6
135	Laos	278,3	50,3	17,3	16,6	0,7	1,5	0,0	0,0	1,1	2,7	8,7	9,0 ^{f, g, i}
136	Comores	32,5	43,5	17,3	12,7	0,2	0,6	0,0	0,0	0,4	1,9	2,3	- ^{g, i}
137	Suazilândia	24,7	23,1	6,1	2,1	3,4	3,8	-0,5	0,0	5,3	1,7	5,7	1,7
138	Bangladeche	912,8	6,3	7,0	1,9	(.)	0,1	0,2	0,2	2,5	1,5	25,8	7,3
139	Sudão	350,9	10,7	6,2	2,6	0,0	4,7	0,0	0,0	0,4	0,2	8,7	0,8 ^{g, i}
140	Nepal	365,5	14,9	11,7	6,6	0,0	0,2	-0,4	(.)	1,9	1,8	15,7	8,8
141	Camarões	631,9	40,2	4,0	7,0	-1,0	1,0	-0,1	-0,5	4,6	3,9	20,5	- ^{g, h}
Desenvolvimento humano baixo													
142	Paquistão	2.143,7	14,3	2,8	3,6	0,6	1,4	-0,2	-0,8	4,8	4,8	21,3	17,8
143	Togo	51,0	10,6	16,0	3,7	1,1	5,4	0,3	0,0	5,3	0,9	11,9	2,5 ^{g, i}
144	Congo	419,8	115,5	7,8	13,9	0,0	11,0	-3,6	0,0	19,0	0,8	35,3	1,0 ^{g, i}
145	Lesoto	76,4	42,5	23,0	10,7	2,8	11,3	(.)	-1,1	3,8	9,4	4,2	11,8
146	Uganda	637,9	25,5	15,5	11,0	0,0	2,6	0,4	(.)	3,4	1,4	81,4	7,1 ^{g, j}
147	Zimbabué	200,6	15,6	3,9	2,4	-0,1	0,3	1,1	-0,4	5,4	0,7	23,1	-
148	Quênia	393,1	12,5	13,9	3,2	0,7	0,4	0,8	-0,1	9,2	3,7	35,4	13,6 ^{g, i}
149	Iémen	583,7	30,2	8,4	5,8	-2,7	1,1	3,3	0,0	3,5	1,7	5,6	3,3 ^{g, i}
150	Madagáscar	372,6	22,0	12,9	8,5	0,7	0,2	-0,5	0,0	7,2	1,7	45,5	9,9 ^{g, h}
151	Nigéria	313,8	2,6	0,9	0,7	2,1	2,9	-0,4	-1,5	11,7	3,4	22,6	8,6
152	Mauritânia	355,4	126,6	23,3	36,7	0,7	1,2	-0,1	0,4	14,3	6,6	29,8	- ^{g, j}
153	Haiti	155,7	18,9	5,9	4,5	0,0	0,2	0,0	0,0	1,2	0,8	11,0	-
154	Djibouti	77,8	112,3	46,4	13,0	(.)	0,6	-0,1	0,0	3,6	2,0	-	-
155	Gâmbia	60,5	43,6	31,3	17,0	0,0	12,0	-2,4	-0,1	11,9	5,4	22,2	- ^{g, h}
156	Eritreia	230,4	57,7	-	35,9	-	3,3	-	0,0	-	1,4	-	4,7
157	Senegal	448,8	45,5	14,4	8,9	1,0	1,9	-0,2	(.)	5,7	4,3	20,0	12,6 ^{g, h}
158	Timor-Leste	219,8	297,6	-	56,6	-	-	-	-	-	-	-	-
159	Ruanda	356,1	43,1	11,3	20,6	0,3	0,2	-0,1	0,0	0,8	1,3	14,2	14,9 ^{g, h}
160	Guiné	249,6	29,9	10,4	7,8	0,6	0,0	-0,7	(.)	6,0	4,2	20,0	13,6 ^{g, h}
161	Benim	220,3	33,6	14,5	8,2	3,4	1,5	(.)	0,0	2,1	2,3	8,2	9,6 ^{g, j}
162	Tanzânia	1.232,8	34,0	27,5	13,1	0,0	2,6	0,1	-0,3	4,2	1,5	32,9	8,9 ^{g, j}
163	Costa do Marfim	1.068,8	65,3	6,4	9,1	0,4	2,0	0,1	-1,0	11,7	7,1	35,4	14,1 ^{g, i}
164	Zâmbia	640,6	59,9	14,6	17,3	6,2	5,3	-0,3	-0,3	6,2	8,3	14,9	27,1 ^{g, h}
165	Malawi	377,1	31,8	26,8	19,8	1,2	0,3	0,1	0,0	7,1	1,9	29,3	7,6 ^{g, h}
166	Angola	421,4	32,0	2,6	3,7	-3,3	11,7	5,6	1,0	3,2	7,7	8,1	10,0 ^{g, i}

18 Fluxos de ajuda, capital privado e dívida

Ordem do IDH	Ajuda pública ao desenvolvimento (APD) recebida ^a (desembolsos líquidos)				Entradas líquidas de investimento directo estrangeiro ^b (% do PIB)		Outros fluxos privados ^{b, c} (% do PIB)		ODM Serviço da dívida total Em % das exportações de bens e serviços				
	Total	Per capita	Em % do PIB		1990	2002	1990	2002	Em % do PIB		Em % das exportações		
	(Milhões dól. EUA)	(Dól. EUA)	1990	2002					1990	2002	1990	2002	
	2002	2002	1990	2002	1990	2002	1990	2002	1990	2002			
167	Chade	233,0	27,9	18,0	11,6	0,5	45,0	(.)	(.)	0,7	1,5	4,4	- g, h
168	Congo, Rep. Dem.	806,7	15,8	9,6	14,1	-0,2	0,6	-0,1	0,0	3,7	16,2	-	- g, i
169	República Centro-Africana	59,8	15,7	16,8	5,7	(.)	0,4	(.)	0,0	2,0	0,1	13,2	- g, i
170	Etiópia	1.306,7	18,9	11,8	21,6	0,1	1,2	-0,7	-0,1	2,7	1,8	39,0	9,7 g, h
171	Moçambique	2.057,6	111,0	40,7	57,2	0,4	11,3	1,0	-0,7	3,2	2,1	26,2	6,1 g, j
172	Guiné-Bissau	59,4	41,0	52,7	29,2	0,8	0,5	(.)	0,0	3,4	7,3	31,0	- g, h
173	Burundi	172,1	26,1	23,3	23,9	0,1	0,0	-0,5	-0,3	3,7	3,2	43,4	59,0 g, i
174	Mali	472,1	37,4	19,9	14,0	0,2	3,0	(.)	0,0	2,8	2,7	12,3	7,0 g, j
175	Burkina Faso	472,7	37,4	10,6	15,1	(.)	0,3	(.)	0,0	1,1	1,7	6,8	16,0 g, i
176	Níger	298,5	25,9	16,0	13,7	1,6	0,4	0,4	-0,4	4,0	1,3	17,4	- g, h
177	Serra Leoa	353,4	74,2	9,4	45,1	5,0	0,6	0,6	0,0	3,3	2,9	10,1	- g, h
Países em desenvolvimento													
Países menos desenvolvidos													
Países Árabes													
Ásia Oriental e Pacífico													
América Latina e Caraíbas													
Ásia do Sul													
África Subsariana													
Europa Central & do Leste & CEI													
OECD													
OCDE de rendimento elevado													
Desenvolvimento humano elevado													
Desenvolvimento humano médio													
Desenvolvimento humano baixo													
Rendimento elevado													
Rendimento médio													
Rendimento baixo													
Mundo													

Nota: Este quadro apresenta dados para países incluídos nas Partes I e II da lista de beneficiários de ajuda da Comissão de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) (OECD 2004e). O denominador utilizado convencionalmente para comparar a ajuda pública ao desenvolvimento e o serviço da dívida total com a dimensão da economia é o rendimento nacional bruto (RNB) e não o PIB (ver as definições de termos estatísticos). Contudo, o PIB é utilizado aqui para permitir comparações ao longo do quadro. Com poucas excepções, os denominadores produzem resultados semelhantes.

a. As receitas da APD são os fluxos APD totais líquidos dos países da CAD, bem como da República Checa, Islândia, Israel, Coreia do Sul, Kuwait, Polónia, Arábia Saudita, Eslováquia, Turquia, Emiratos Árabes Unidos e outros pequenos doadores, incluindo Taiwan (provincia da China), Estónia, Letónia e Lituânia. Um valor negativo indica que o reembolso dos empréstimos APD excede o montante da APD recebida. Os agregados não incluem a ajuda pública líquida. Ver as definições de termos estatísticos. **b.** Um valor negativo indica que a saída de capitais do país excede a entrada. **c.** Outros fluxos privados compreendem fluxos de investimento de carteira (acções) não criadores de dívida, fluxos de carteira criadores de dívida e empréstimos bancários e relacionados com o comércio. Ver as definições de termos estatísticos. **d.** Os dados referem-se à ajuda pública líquida. Ver as definições de termos estatísticos. **e.** Os dados referem-se ao ano 2000. **f.** Os dados referem-se a 2001. **g.** Países incluídos na Iniciativa da Dívida para os Países Pobres Altamente Endividados (PPAE). **h.** Ponto de decisão alcançado no quadro da Iniciativa PPAE. **i.** Pontos de decisão e de conclusão ainda não alcançados no quadro da Iniciativa PPAE. **j.** Ponto de conclusão alcançado no quadro da Iniciativa PPAE. **k.** Os dados utilizados para calcular os agregados incluem países que não estão apresentados no quadro.

Fonte: Coluna 1: OECD 2004f; os agregados foram calculados para o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE); coluna 2: calculado com base em dados da APD, de OECD 2004f; os agregados foram calculados pela OCDE para o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano; colunas 3 e 4: calculado com base em dados da APD, de OECD 2004f e em dados do PIB, de World Bank 2004f; colunas 5, 6, 11 e 12: World Bank 2004f; os agregados foram calculados pelo Banco Mundial para o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano; colunas 7 e 8: calculado com base em dados do investimento de carteira (títulos e acções), dos empréstimos bancários e relacionados com o comércio e em dados do PIB, de World Bank 2004f; colunas 9 e 10: calculado com base em dados do serviço da dívida total e do PIB, de World Bank 2004f.

19 Prioridades na despesa pública

... TEREM ACESSO AOS RECURSOS NECESSÁRIOS PARA UM NÍVEL DE VIDA DIGNO ...

Ordem do IDH	Despesa pública de educação ^a (% do PIB)		Despesa pública de saúde ^b (% do PIB)		Despesa militar ^c (% do PIB)		Serviço da dívida total ^d (% do PIB)		
	1990 ^e	1999-2001 ^f	1990	2001	1990	2002	1990	2002	
Desenvolvimento humano elevado									
1	Noruega	7,1	6,8	6,4	6,8	2,9	2,1	-	-
2	Suécia	7,4	7,6	7,6	7,4	2,6	1,9	-	-
3	Austrália	5,1	4,6	5,3	6,2	2,1	1,9	-	-
4	Canadá	6,5	5,2	6,8	6,8	2,0	1,2	-	-
5	Holanda	6,0	5,0	5,7	5,7	2,5	1,6	-	-
6	Bélgica	5,0	5,8 ^g	6,6	6,4	2,4	1,3	-	-
7	Islândia	5,4	6,0 ^g	6,8	7,6	0,0	0,0	-	-
8	Estados Unidos	5,2	5,6	4,7	6,2	5,3	3,4	-	-
9	Japão	-	3,6	4,6	6,2	0,9	1,0	-	-
10	Irlanda	5,2	4,3	4,8	4,9	1,2	0,7	-	-
11	Suíça	5,1	5,6	5,7	6,4	1,8	1,1	-	-
12	Reino Unido	4,9	4,6	5,1	6,3	4,0	2,4	-	-
13	Finlândia	5,6	6,3	6,4	5,3	1,6	1,2	-	-
14	Áustria	5,4	5,9	5,2	5,5	1,0	0,8	-	-
15	Luxemburgo	3,0	4,1	5,7	5,4	0,9	0,9	-	-
16	França	5,4	5,7	6,7	7,3	3,5	2,5	-	-
17	Dinamarca	-	8,3	7,0	7,0	2,0	1,6	-	-
18	Nova Zelândia	6,2	6,6	5,8	6,4	1,9	1,1	-	-
19	Alemanha	-	4,6	5,9	8,1	2,8 ^h	1,5	-	-
20	Espanha	4,4	4,4	5,2	5,4	1,8	1,2	-	-
21	Itália	3,1	5,0	6,3	6,3	2,1	2,1	-	-
22	Israel	6,3	7,3	3,8	6,0	12,2	9,2	-	-
23	Hong Kong, China (RAE)	-	4,1	1,6	-	-	-	-	-
24	Grécia	2,5	3,8	4,7	5,2	4,7	4,3	-	-
25	Singapura	-	-	1,0	1,3	4,9	5,2	-	-
26	Portugal	4,2	5,8	4,1	6,3	2,7	2,1	-	-
27	Eslovénia	-	-	-	6,3	-	1,5	-	-
28	Coreia do Sul	3,5	3,6	1,8	2,6	3,7	2,7	-	-
29	Barbados	7,8	6,5	5,0	4,3	-	-	-	-
30	Chipre	3,5 ⁱ	5,6	-	3,9	5,0	1,6	-	-
31	Malta	4,3	4,9 ^g	-	6,0	0,9	0,9	-	-
32	República Checa	-	4,4	4,8	6,7	-	2,1	-	6,5
33	Brunei	-	-	1,6	2,5	6,7 ⁱ	7,0	-	-
34	Argentina	1,1	4,6 ^g	4,2	5,1	1,3	1,2	4,4	5,7
35	Seychelles	7,8	7,5 ^g	3,6	4,1	4,0	1,7	5,9	2,1
36	Estónia	-	7,4	1,9	4,3	-	1,9	-	12,0
37	Polónia	-	5,4	4,8	4,6	2,7	1,9	1,6	7,1
38	Hungria	5,8	5,1	-	5,1	2,8	1,8	12,8	22,6
39	São Cristóvão e Nevis	2,7	7,7	2,7	3,2	-	-	1,9	10,7
40	Barém	4,2	-	-	2,9	5,1	3,9	-	-
41	Lituânia	4,6	-	3,0	4,2	-	1,8	-	9,3
42	Eslováquia	5,1	4,1	5,0	5,1	-	1,9	-	14,3
43	Chile	2,5	3,9	2,2	3,1	4,3	3,9	9,1	12,0
44	Kuwait	4,8	-	4,0	3,5	48,5	10,4	-	-
45	Costa Rica	4,4	4,7	6,7	4,9	0,0	0,0	8,8	4,0
46	Uruguai	3,0	2,5	2,0	5,1	2,5	1,7	10,6	10,6
47	Catar	3,5	-	-	2,2	-	-	-	-
48	Croácia	-	4,2 ^g	9,5	7,3	-	2,5	-	13,5
49	Emiratos Árabes Unidos	1,9	-	0,8	2,6	6,2	3,7	-	-
50	Letónia	3,8	5,9	2,7	3,4	-	1,8	-	7,7

19 Prioridades na despesa pública

Ordem do IDH	Despesa pública de educação ^a (% do PIB)		Despesa pública de saúde ^b (% do PIB)		Despesa militar ^c (% do PIB)		Serviço da dívida total ^d (% do PIB)		
	1990 ^e	1999-2001 ^f	1990	2001	1990	2002	1990	2002	
51	Baamas	4,0	–	2,8	3,2	–	–	–	–
52	Cuba	–	8,5	4,9	6,2	–	–	–	–
53	México	3,6	5,1	1,8	2,7	0,5	0,5	4,3	6,8
54	Trindade e Tobago	3,6	4,0	2,5	1,7	–	–	8,9	2,8
55	Antígua e Barbuda	–	3,2	2,8	3,4	–	–	–	–
Desenvolvimento humano médio									
56	Bulgária	5,2	–	4,1	3,9	3,5	2,7	–	8,8
57	Federação Russa	3,5	3,1	2,5	3,7	12,3 ^k	4,0	–	4,1
58	Líbia	–	2,7	–	1,6	–	2,4	–	–
59	Malásia	5,2	7,9	1,5	2,0	2,6	2,4	9,8	8,5
60	Macedónia	–	4,1 ^g	9,2	5,8	–	2,8	–	6,3
61	Panamá	4,7	4,3	4,6	4,8	1,3	–	6,5	13,6
62	Bielorrússia	4,9	6,0	2,5	4,8	–	1,4	–	1,4
63	Tonga	–	5,0	3,7	3,4	–	–	1,7	2,0
64	Maurícias	3,5	3,3	–	2,0	0,3	0,2	6,5	5,5
65	Albânia	5,8	–	3,3	2,4	5,9	1,2	–	1,2
66	Bósnia e Herzegovina	–	–	–	2,8	–	–	–	2,8
67	Suriname	8,1	–	3,5	5,7	–	–	–	–
68	Venezuela	3,0	–	2,5	3,7	1,8 ^j	1,4	10,3	7,9
69	Roménia	2,8	3,5 ^g	2,8	5,2	4,6	2,3	(,)	6,8
70	Ucrânia	5,2	4,2	3,0	2,9	–	2,9	–	7,8
71	Santa Lúcia	–	7,3 ^g	2,1	2,9	–	–	1,6	4,0
72	Brasil	–	4,0	3,0	3,2	1,9	1,6	1,8	11,4
73	Colômbia	2,5	4,4	1,2	3,6	2,2	4,2	9,7	8,6
74	Omã	3,1	4,2 ^g	2,0	2,4	16,5	12,3	7,0	8,6
75	Samoa Ocidental	3,4	4,5 ^g	2,8	4,8	–	–	4,9	3,0
76	Tailândia	3,5	5,0	0,9	2,1	2,3	1,4	6,2	15,6
77	Árabia Saudita	6,5	–	–	3,4	12,8	9,8	–	–
78	Cazaquistão	3,2	–	3,2	1,9	–	1,0	–	16,7
79	Jamaica	4,7	6,3	2,6	2,9	–	–	14,4	10,7
80	Líbano	–	2,9	–	–	7,6	4,7	3,5	12,7
81	Fidji	4,6	5,5 ^g	2,0	2,7	2,3	1,8	7,9	1,5
82	Arménia	7,0	3,2	–	3,2	–	2,7	–	3,1
83	Filipinas	2,9	3,2	1,5	1,5	1,4	1,0	8,1	11,8
84	Maldivas	4,0	–	3,6	5,6	–	–	4,1	3,5
85	Peru	2,2	3,3	1,3	2,6	–	1,5	1,8	5,9
86	Turquemenistão	4,3	–	4,0	3,0	–	–	–	–
87	São Vicente e Grenadinas	6,4	9,3	4,4	3,8	–	–	2,2	3,7
88	Turquia	2,2	3,7	2,2	–	3,5	4,9	4,9	15,0
89	Paraguai	1,1	4,7 ^g	0,7	3,0	1,2	0,9	6,2	5,9
90	Jordânia	8,4	4,6	3,6	4,5	9,9	8,4	15,6	6,3
91	Azerbaijão	–	3,5	2,7	–	–	2,0	–	3,1
92	Tunísia	6,0	6,8 ^g	3,0	4,9	2,0	–	11,6	6,8
93	Granada	5,1	–	3,3	3,8	–	–	1,5	6,2
94	China	2,3	–	2,2	2,0	2,7	2,5	2,0	2,4
95	Dominica	–	5,0 ^g	3,9	4,3	–	–	3,5	4,5
96	Sri Lanka	2,6	1,3	1,5	1,8	2,1	3,1	4,8	4,3
97	Geórgia	–	2,5	3,0	1,4	–	0,9	–	3,8
98	República Dominicana	–	2,4	1,6	2,2	–	–	3,3	3,1
99	Belize	4,7	6,2	2,2	2,3	1,2	–	5,0	22,3
100	Equador	2,8	1,0 ^g	1,5	2,3	1,9	2,8	10,5	9,0

19 Prioridades na despesa pública

Ordem do IDH	Despesa pública de educação ^a (% do PIB)		Despesa pública de saúde ^b (% do PIB)		Despesa militar ^c (% do PIB)		Serviço da dívida total ^d (% do PIB)		
	1990 ^e	1999-2001 ^f	1990	2001	1990	2002	1990	2002	
101	Irão	4,1	5,0	1,5	2,7	2,9	4,0	0,5	1,3
102	Territórios Ocupados da Palestina	–	–	–	–	–	–	–	–
103	El Salvador	1,9	2,5 ^g	1,4	3,7	2,7	0,8	4,3	3,2
104	Guiana	3,4	4,1 ^g	2,9	4,2	0,9	–	74,5	10,8
105	Cabo Verde	–	–	–	3,8	–	0,7	1,7	3,5
106	Síria	4,1	4,0	0,4	2,4	6,9	6,1	9,7	1,2
107	Usbequistão	–	–	4,6	2,7	–	–	–	9,2
108	Argélia	5,3	–	3,0	3,1	1,5	3,7	14,2	7,5
109	Guiné Equatorial	–	0,5	1,0	1,2	–	–	3,9	0,2
110	Quirguistão	8,3	3,1	4,7	1,9	–	1,5	–	10,8
111	Indonésia	1,0	1,3	0,6	0,6	1,8	1,2	8,7	9,8
112	Vietname	–	–	0,9	1,5	7,9	–	2,7	3,4
113	Moldávia	–	4,0	4,4	2,8	–	0,4	–	14,1
114	Bolívia	2,3	6,0	2,1	3,5	2,4	1,7	7,9	6,1
115	Honduras	–	–	3,3	3,2	–	0,8	12,8	6,0
116	Tajiquistão	9,7	2,4	4,9	1,0	–	1,4	–	6,5
117	Mongólia	12,1	6,5 ^g	6,4	4,6	5,7	2,3	–	4,7
118	Nicarágua	3,4	–	7,0	3,8	4,0 ^j	1,4	1,6	3,8
119	África do Sul	6,2	5,7	3,1	3,6	3,8	1,6	–	4,5
120	Egipto	3,7	–	1,8	1,9	3,9	2,7	7,1	2,3
121	Guatemala	1,4	1,7	1,8	2,3	1,5	0,6	2,8	1,8
122	Gabão	–	3,9 ^g	2,0	1,7	–	–	3,0	8,3
123	São Tomé e Príncipe	–	–	–	1,5	–	–	4,9	12,1
124	Ilhas Salomão	–	3,5 ^g	5,0	4,7	–	–	5,5	2,4
125	Marrocos	5,3	5,1	0,9	2,0	4,1	4,3	6,9	10,2
126	Namíbia	7,6	7,9	3,7	4,7	5,6 ^j	2,9	–	–
127	Índia	3,9	4,1	0,9	0,9	2,7	2,3	2,6	2,6
128	Botswana	6,7	2,1	1,7	4,4	4,1	4,0	2,8	1,1
129	Vanuatu	4,6	10,5	2,6	2,2	–	–	1,6	0,9
130	Camboja	–	2,0	–	1,7	3,1	2,7	2,7	0,5
131	Gana	3,2	4,1 ^g	1,3	2,8	0,4	0,6	6,2	3,4
132	Mianmar	–	1,3	1,0	0,4	3,4	–	–	–
133	Papua-Nova Guiné	–	2,3 ^g	3,1	3,9	2,1	–	17,2	9,9
134	Butão	–	5,2	1,7	3,6	–	–	1,8	1,1
135	Laos	–	3,2	0,0	1,7	–	–	1,1	2,7
136	Comores	–	–	2,9	1,9	–	–	0,4	1,9
137	Suazilândia	5,7	5,5	1,9	2,3	2,1	–	5,3	1,7
138	Bangladeche	1,5	2,3	0,7	1,5	1,0	1,1	2,5	1,5
139	Sudão	0,9	–	0,7	0,6	3,6	2,8	0,4	0,2
140	Nepal	2,0	3,4	0,8	1,5	0,9	1,4	1,9	1,8
141	Camarões	3,2	5,4	0,9	1,2	1,5	1,4	4,6	3,9
Desenvolvimento humano baixo									
142	Paquistão	2,6	1,8 ^g	1,1	1,0	5,8	4,7	4,8	4,8
143	Togo	5,5	4,8	1,4	1,5	3,1	–	5,3	0,9
144	Congo	5,0	3,2	1,5	1,4	–	–	19,0	0,8
145	Lesoto	6,1	10,0	2,6	4,3	4,5	2,7	3,8	9,4
146	Uganda	1,5	2,5 ^g	–	3,4	3,0	2,4	3,4	1,4
147	Zimbabué	–	10,4 ^g	3,2	2,8	4,5	3,2	5,4	0,7
148	Quênia	6,7	6,2 ^g	2,4	1,7	2,9	1,7	9,2	3,7
149	Iémen	–	10,0 ^g	1,1	1,5	8,5	7,1	3,5	1,7
150	Madagáscar	2,1	2,5	–	1,3	1,2	–	7,2	1,7
151	Nigéria	0,9	–	1,0	0,8	0,9	1,1	11,7	3,4

19 Prioridades na despesa pública

Ordem do IDH	Despesa pública de educação ^a (% do PIB)		Despesa pública de saúde ^b (% do PIB)		Despesa militar ^c (% do PIB)		Serviço da dívida total ^d (% do PIB)		
	1990 ^e	1999-2001 ^f	1990	2001	1990	2002	1990	2002	
152	Mauritânia	–	3,6 ^g	–	2,6	3,8	1,9	14,3	6,6
153	Haiti	1,4	–	1,2	2,7	–	–	1,2	0,8
154	Djibouti	–	–	–	4,1	6,3	–	3,6	2,0
155	Gâmbia	3,8	2,7 ^g	2,2	3,2	1,1	0,9	11,9	5,4
156	Eritreia	–	2,7	–	3,7	–	23,5	–	1,4
157	Senegal	3,9	3,2 ^g	0,7	2,8	2,0	1,5	5,7	4,3
158	Timor-Leste	–	–	–	5,8	–	0,0	–	–
159	Ruanda	–	2,8 ^g	1,7	3,1	3,7	3,3	0,8	1,3
160	Guiné	–	1,9 ^g	2,0	1,9	2,4 ⁱ	2,9	6,0	4,2
161	Benim	–	3,3 ^g	1,6	2,1	1,8	–	2,1	2,3
162	Tanzânia	3,2	–	1,6	2,0	2,0 ^j	1,5	4,2	1,5
163	Costa do Marfim	–	4,6	1,5	1,0	1,3	–	11,7	7,1
164	Zâmbia	2,4	1,9	2,6	3,0	3,7	–	6,2	8,3
165	Malawi	3,3	4,1 ^g	–	2,7	1,3	–	7,1	1,9
166	Angola	3,9	2,8 ^g	1,4	2,8	5,8	3,7	3,2	7,7
167	Chade	–	2,0 ^g	–	2,0	–	1,4	0,7	1,5
168	Congo, Rep, Dem,	–	–	–	1,5	–	–	3,7	16,2
169	República Centro-Africana	2,2	–	–	2,3	1,6 ^j	1,0	2,0	0,1
170	Etiópia	3,4	4,8	0,9	1,4	8,5	5,2	2,7	1,8
171	Moçambique	3,9	2,4 ^g	3,6	4,0	10,1	2,4	3,2	2,1
172	Guiné-Bissau	–	2,1	1,1	3,2	–	–	3,4	7,3
173	Burundi	3,4	3,6 ^g	1,1	2,1	3,4	7,6	3,7	3,2
174	Mali	–	2,8 ^g	1,6	1,7	2,1	–	2,8	2,7
175	Burkina Faso	2,7	–	1,0	2,0	3,0	1,8	1,1	1,7
176	Níger	3,2	2,3	–	1,4	–	1,1	4,0	1,3
177	Serra Leoa	–	–	–	2,6	1,4	2,2	3,3	2,9

a. Os dados referem-se à despesa pública total de educação, incluindo despesas corrente e de capital. b. Os dados de alguns países podem diferir ligeiramente dos dados apresentados no quadro 6, de WHO 2003b. c. Devido a limitações nos dados, as comparações da despesa militar, no tempo e entre países, deve ser feito com precaução. Para notas pormenorizadas sobre os dados, ver SIPRI 2003. d. Para os agregados, ver quadro 18. e. Os dados podem não ser comparáveis entre países, devido a diferenças nos métodos de recolha de dados. f. Os dados referem-se ao ano mais recente disponível durante o período indicado. g. Os dados referem-se a estimativas do Instituto de Estatística da UNESCO, quando não existem dados nacionais disponíveis. h. Os dados referem-se à República Federal da Alemanha antes da reunificação. i. Os dados referem-se apenas ao Ministério da Educação Grega. j. Os dados referem-se a 1991. k. Os dados referem-se à antiga União Soviética.

Fonte: Coluna 1: calculado com base em dados do PIB e da despesa pública, de UNESCO Institute for Statistics 2003c; coluna 2: UNESCO Institute for Statistics 2004b; colunas 3 e 4: World Bank 2004f; colunas 5 e 6: SIPRI 2004a; colunas 7 e 8: calculado com base em dados do PIB e do serviço da dívida total, de World Bank 2004f.

20 Desemprego nos países da OCDE

... TEREM ACESSO AOS RECURSOS NECESSÁRIOS PARA UM NÍVEL DE VIDA DIGNO ...

Ordem do IDH	Pessoas desempregadas (milhares) 2002	Taxa de desemprego			ODM Taxa de desemprego jovem		Desemprego de longa duração ^a (% do desemprego total)		
		Total (% da população activa) 2002	Média anual (% da população activa) 1992-2002	Feminina (% da masculina) 2002	Total (% da população activa com 15-24 anos) ^b 2002	Feminina (% da masculina) 2002	Mulheres 2002	Homens 2002	
Desenvolvimento humano elevado									
1	Noruega	94,3	4,0	4,4	89	11,5	85	3,9	8,3
2	Suécia	176,2	4,0	6,4	84	12,8	86	18,2	23,1
3	Austrália	631,3	6,3	8,1	94	12,4	87	17,1	25,9
4	Canadá	1.276,2	7,6	9,0	88	13,7	77	8,8	10,3
5	Holanda	169,9	2,3	4,8	128	5,9	87	26,4	26,9
6	Bélgica	329,9	7,3	8,4	125	15,7	95	53,6	45,9
7	Islândia	5,3	3,3	3,6	82	7,2	46	13,3	9,5
8	Estados Unidos	8.388,7	5,8	5,4	95	12,0	87	8,1	8,9
9	Japão	3.586,6	5,4	3,8	91	10,0	76	22,4	36,2
10	Irlanda	82,1	4,4	9,6	81	7,7	74	18,0	35,9
11	Suíça	131,4	3,1	3,3	109	5,7	54	24,5	19,3
12	Reino Unido	1.508,5	5,2	7,3	77	11,0	68	17,1	26,9
13	Finlândia	236,9	9,1	12,5	100	20,7	97	21,2	27,3
14	Áustria	229,5	5,3	5,3	96	6,3	94	23,3	16,4
15	Luxemburgo	5,8	3,0	2,8	188	7,0	168	26,5 ^c	28,6 ^c
16	França	2.442,8	9,0	10,8	128	20,2	125	35,2	32,2
17	Dinamarca	129,4	4,5	6,1	102	7,1	59	22,4	17,2
18	Nova Zelândia	102,5	5,2	7,1	106	11,4	98	11,5	16,9
19	Alemanha	3.396,0	8,1	7,9	95	9,7	70	50,3	46,0
20	Espanha	2.082,9	11,4	14,6	203	22,2	149	44,5	34,3
21	Itália	2.163,2	9,1	10,8	177	26,3	139	60,1	58,2
24	Grécia	435,7	10,0	10,1	236	25,7	181	55,7	47,1
26	Portugal	272,3	5,1	5,5	146	11,5	143	36,2	34,8
28	Coreia do Sul	708,0	3,1	3,5	73	8,1	70	1,2	3,1
32	República Checa	374,1	7,3	6,0	153	16,0	115	51,1	50,3
37	Polónia	3.430,8	19,9	14,4 ^d	109	43,9	102	52,0	45,1
38	Hungria	238,8	5,9	8,7	88	12,6	90	41,7	47,0
42	Eslováquia	487,0	18,6	15,1 ^e	101	37,4	91	61,2	58,5
53	México	548,6	2,7	3,5	104	4,9	124	0,4	1,2
Desenvolvimento humano médio									
86	Turquia	2.473,0	10,3	7,7	91	19,5	87	36,4	27,3
OCDE^f		36.137,5 T	6,9	6,9	107	13,1	94	30,9	28,5

a. Os dados referem-se ao desemprego com duração de 12 meses ou mais. b. O intervalo de idades para a população activa pode ser de 16-24 anos em alguns países. c. Os dados são baseados numa pequena amostra e devem ser tratados com precaução. d. Os dados referem-se à taxa média anual em 1993-2002. e. Os dados referem-se à taxa média anual em 1994-2002. f. Os agregados para o grupo de países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE) são de OECD 2004c.

Fonte: Colunas 1, 2 e 5: OECD 2004c; colunas 3, 4 e 6: calculado com base em dados das taxas de desemprego masculino e feminino, de OECD 2004c; colunas 7 e 8: OECD 2004d.

21 Energia e ambiente

... ENQUANTO O PRESERVAM PARA AS GERAÇÕES FUTURAS ...

Ordem do IDH	Consumo de combustível tradicional		Consumo de electricidade per capita		ODM PIB por unidade de energia utilizada		Emissões de dióxido de carbono			Ratificação dos tratados ambientais ^a						
	(% das necessidades totais de energia)		(kilowatt-horas)		(dólares PPC 1995 por kg de equivalente petróleo)		Parte do total mundial			Protocolo de Quioto à						
							Per capita			Convenção de Quioto à						
	2001	1980	2001	1980	2001	1980	2000	2000	(%)	Protocolo de Cartagena sobre Biosegurança	Convenção sobre Mudança Climática	Convenção sobre Mudança Climática ^b	Convenção sobre a Diversidade Biológica			
Desenvolvimento humano elevado																
1	Noruega	5,1 ^c	22.400 ^c	29.290 ^c	4,4	5,5	9,5	11,1	0,2	●	●	●	●			
2	Suécia	33,1	11.700	17.355	3,4	4,0	8,6	5,3	0,2	●	●	●	●			
3	Austrália	7,9	6.599	11.205	3,4	4,2	13,8	18,0	1,4	○	●	○	●			
4	Canadá	4,6	14.243	18.212	2,4	3,2	17,1	14,2	1,8	○	●	●	●			
5	Holanda	1,1	4.560	6.905	3,7	5,2	10,8	8,7	0,6	●	●	●	●			
6	Bélgica	1,5	5.177	8.818	3,6	4,3	13,3	10,0	0,4	○	●	●	●			
7	Islândia	0,0	13.838	28.260	2,8	2,3	8,2	7,7	(.)	○	●	●	●			
8	Estados Unidos	4,0	10.336	13.241	2,6	4,0	20,4	19,8	23,1	●	●	○	○			
9	Japão	1,2	4.944	8.203	5,1	5,8	7,9	9,3	4,9	●	●	●	●			
10	Irlanda	1,1	3.106	6.417	4,1	7,0	7,4	11,1	0,2	●	●	●	●			
11	Suíça	6,8 ^d	5.878 ^d	8.499 ^d	7,0	7,0	6,5	5,4	0,2	●	●	●	●			
12	Reino Unido	0,5	5.022	6.631	4,1	5,8	10,3	9,6	2,3	●	●	●	●			
13	Finlândia	24,7	8.372	16.273	2,8	3,6	11,9	10,3	0,2	○	●	●	●			
14	Áustria	13,3	4.988	8.110	5,6	6,8	6,9	7,6	0,3	●	●	●	●			
15	Luxemburgo	1,6	10.879	15.602	1,9	5,0	28,9	19,4	(.)	●	●	●	●			
16	França	5,7 ^e	4.633 ^e	8.351 ^e	4,8	5,3	9,0	6,2	1,5 ^e	●	●	●	●			
17	Dinamarca	11,5	5.059	8.173	4,9	7,3	12,3	8,4	0,2	●	●	●	●			
18	Nova Zelândia	6,3	7.270	10.366	4,9	4,0	5,6	8,3	0,1	○	●	●	●			
19	Alemanha	2,3	-	7.207	3,7	5,6	-	9,6	3,2	●	●	●	●			
20	Espanha	3,9	2.906	5.986	6,2	6,0	5,3	7,0	1,2	●	●	●	●			
21	Itália	2,0 ^f	3.364 ^f	5.770 ^f	6,5	7,8	6,6	7,4	1,8 ^f	●	●	●	●			
22	Israel	0,0	3.187	6.591	5,6	-	5,4	10,0	0,3	-	●	●	●			
23	Hong Kong, China (RAE)	0,4	2.449	6.127	10,2	9,9	3,2	5,0	0,1	-	-	-	-			
24	Grécia	5,0	2.413	5.082	7,5	5,8	5,4	8,5	0,4	○	●	●	●			
25	Singapura	0,1	2.836	8.010	3,4	2,9	12,5	14,7	0,2	○	●	●	●			
26	Portugal	9,7	1.750	4.539	8,4	6,4	2,8	5,9	0,2	○	●	●	●			
27	Eslovénia	7,5	-	6.372	-	4,5	-	7,3	0,1	●	●	●	●			
28	Coreia do Sul	1,9	1.051	6.632	3,8	3,5	3,3	9,1	1,8	○	●	●	●			
29	Barbados	5,9	1.333	3.086	-	-	2,7	4,4	(.)	●	●	●	●			
30	Chipre	1,3	1.692	4.679	4,5	5,0	5,2	8,5	(.)	●	●	●	●			
31	Malta	-	1.627	4.932	6,4	8,3	2,7	7,2	(.)	-	●	●	●			
32	República Checa	2,1	-	6.368	-	3,2	-	11,6	0,5	●	●	●	●			
33	Brunei	0,0	2.430	8.459	3,5	-	35,5	-	(.)	-	-	-	-			
34	Argentina	3,9	1.413	2.453	7,3	6,8	3,8	3,9	0,6	○	●	●	●			
35	Seychelles	-	794	2.481	-	-	1,5	2,8	(.)	○	●	●	●			
36	Estónia	19,0	-	5.777	1,9	2,8	-	11,7	0,1	●	●	●	●			
37	Polónia	5,2	3.419	3.595	-	3,9	12,8	7,8	1,2	●	●	●	●			
38	Hungria	4,0	2.920	3.886	3,3	4,7	7,7	5,4	0,2	●	●	●	●			
39	São Cristóvão e Nevis	50,0	-	2.500	-	-	-	-	(.)	●	●	●	●			
40	Barém	0,0	4.784	10.350	1,4	1,5	23,4	29,1	0,1	-	●	●	●			
41	Lituânia	15,1	-	3.095	-	3,7	-	3,4	(.)	●	●	●	●			
42	Eslováquia	1,8	-	5.273	-	3,1	-	6,6	0,1	●	●	●	●			
43	Chile	16,2	1.054	2.851	4,9	5,6	2,5	3,9	0,2	○	●	●	●			
44	Kuwait	0,0	6.849	15.309	2,3	2,2	18,0	21,9	0,2	-	●	●	●			
45	Costa Rica	30,1	964	1.727	8,9	8,3	1,1	1,4	(.)	○	●	●	●			
46	Uruguai	39,1	1.163	2.380	7,6	9,7	2,0	1,6	(.)	○	●	●	●			
47	Catar	0,0	10.616	16.677	-	-	56,3	69,5	0,2	-	●	●	●			
48	Croácia	6,4	-	3.455	-	4,7	-	4,4	0,1	●	●	○	●			
49	Emiratos Árabes Unidos	0,0	6.204	13.948	-	-	34,8	21,0	0,2	-	●	●	●			
50	Letónia	48,7	-	2.617	32,7	4,1	-	2,5	(.)	●	●	●	●			

21 Energia e ambiente

Ordem do IDH	Consumo de combustível tradicional		Consumo de electricidade per capita		ODM PIB por unidade de energia utilizada		Emissões de dióxido de carbono			Ratificação dos tratados ambientais ^a			
	(% das necessidades totais de energia)		(kilowatt-horas)		(dólares PPC 1995 por kg de equivalente petróleo)		Parte do total mundial			Protocolo de Quioto à			
	2001	1980	2001	1980	2001	Per capita (tons. métricas)		2000	(%)	Protocolo de Cartagena sobre Biosegurança	Convenção sobre Mudança Climática	Convenção sobre Mudança Climática ^b	Convenção sobre a Diversidade Biológica
						1980	2000	2000					
51	Baamas	–	4.062	5.407	–	–	38,0	5,9	(.)	●	●	●	●
52	Cuba	24,5	1.029	1.363	–	–	3,2	2,8	0,1	●	●	●	●
53	México	15,0	999	2.228	4,9	5,3	3,7	4,3	1,8	●	●	●	●
54	Trindade e Tobago	0,7	1.900	4.219	2,0	1,3	15,4	20,5	0,1	●	●	●	●
55	Antígua e Barbuda	–	984	1.375	–	–	2,3	5,2	(.)	●	●	●	●
Desenvolvimento humano médio													
56	Bulgária	5,3	4.371	4.681	1,5	2,5	8,5	5,2	0,2	●	●	●	●
57	Federação Russa	3,4	–	6.081	1,5	1,6	–	9,9	5,9	●	●	○	●
58	Líbia	1,2	1.588	4.021	–	–	8,8	10,9	0,2	●	●	●	●
59	Malásia	2,3	740	3.039	4,3	3,6	2,0	6,2	0,6	●	●	●	●
60	Macedónia	9,6	–	3.338	–	–	–	5,5	(.)	○	●	●	●
61	Panamá	20,2	930	1.770	6,1	5,1	1,8	2,2	(.)	●	●	●	●
62	Bielorrússia	5,8	–	3.340	–	1,9	–	5,9	0,2	●	●	●	●
63	Tonga	0,0	109	356	–	–	0,4	1,2	(.)	●	●	●	●
64	Maurícias	30,4	482	1.592	–	–	0,6	2,4	(.)	●	●	●	●
65	Albânia	6,3	1.204	1.743	2,7	6,4	1,8	0,9	(.)	●	●	●	●
66	Bósnia e Herzegovina	7,4	–	2.303	–	4,8	–	4,8	0,1	●	●	●	●
67	Suriname	6,7	4.442	4.359	–	–	6,7	5,0	(.)	●	●	●	●
68	Venezuela	2,6	2.379	3.659	2,7	2,4	6,0	6,5	0,7	●	●	●	●
69	Roménia	11,7	3.061	2.345	–	3,4	8,6	3,8	0,4	●	●	●	●
70	Ucrânia	1,1	–	3.465	–	1,4	–	6,9	1,4	●	●	○	●
71	Santa Lúcia	–	504	1.816	–	–	1,0	–	(.)	●	●	●	●
72	Brasil	35,7	1.145	2.122	6,7	6,2	1,5	1,8	1,3	●	●	●	●
73	Colômbia	19,1	726	1.010	6,5	7,9	1,4	1,4	0,2	●	●	●	●
74	Omã	–	847	5.119	7,5	3,0	5,3	8,2	0,1	●	●	●	●
75	Samoa Ocidental	33,3	252	600	–	–	0,6	0,8	(.)	●	●	●	●
76	Tailândia	15,9	340	1.804	4,8	4,8	0,9	3,3	0,8	●	●	●	●
77	Árabia Saudita	(.)	1.969	6.018	5,6	2,0	14,0	18,1	1,5	●	●	●	●
78	Cazaquistão	–	–	3.964	–	1,7	–	8,1	0,5	●	●	○	●
79	Jamaica	8,5	834	2.539	2,7	2,1	4,0	4,2	(.)	○	●	●	●
80	Líbano	1,0	1.056	3.025	–	3,2	2,1	3,5	0,1	●	●	●	●
81	Fidji	32,1	489	633	–	–	1,2	0,9	(.)	●	●	●	●
82	Arménia	1,1	–	1.413	–	3,3	–	1,1	(.)	●	●	●	●
83	Filipinas	33,4	373	599	8,3	6,8	0,8	1,0	0,3	○	●	●	●
84	Maldivas	0,0	25	420	–	–	0,3	1,8	(.)	●	●	●	●
85	Peru	25,4	579	874	7,2	9,4	1,4	1,1	0,1	○	●	●	●
86	Turquemenistão	–	–	1.908	–	1,3	–	7,5	0,1	●	●	●	●
87	São Vicente e Grenadinas	–	276	780	–	–	0,4	–	(.)	●	●	○	●
88	Turquia	11,7	554	1.849	5,2	4,9	1,7	3,3	0,9	●	●	●	●
89	Paraguai	28,7	233	1.124	6,7	6,1	0,5	0,7	(.)	●	●	●	●
90	Jordânia	2,0	366	1.507	5,4	3,7	2,2	3,2	0,1	●	●	●	●
91	Azerbaijão	0,0	–	2.422	–	1,7	–	3,6	0,1	●	●	●	●
92	Tunísia	10,4	434	1.106	6,5	7,0	1,5	1,9	0,1	●	●	●	●
93	Granada	0,0	281	1.168	–	–	0,5	2,1	(.)	●	●	●	●
94	China	7,8	307	1.139	1,2	4,2	1,5	2,2	11,5	○	●	●	●
95	Dominica	–	149	1.038	–	–	0,5	1,4	(.)	●	●	●	●
96	Sri Lanka	34,8	113	354	5,1	7,3	0,2	0,6	(.)	○	●	●	●
97	Geórgia	27,2	–	1.379	6,0	4,2	–	1,2	(.)	●	●	●	●
98	República Dominicana	11,3	582	1.233	5,4	5,7	1,1	3,0	0,1	●	●	●	●
99	Belize	31,3	370	669	–	–	1,3	3,3	(.)	●	●	●	●
100	Equador	22,5	423	865	2,6	4,4	1,7	2,0	0,1	●	●	●	●

21 Energia e ambiente

Ordem do IDH	Consumo de combustível tradicional		Consumo de electricidade per capita		ODM PIB por unidade de energia utilizada		ODM Emissões de dióxido de carbono			Ratificação dos tratados ambientais ^a			
	(% das necessidades totais de energia)		(kilowatt-horas)		(dólares PPC 1995 por kg de equivalente petróleo)		Parte do total mundial			Protocolo de Quioto à			
							Per capita			Protocolo de Cartagena			
	2001	1980	2001	1980	2001	1980	2000	2000	(%)	sobre Biosegurança	Quadro sobre Mudança Climática	Quadro sobre Mudança Climática ^b	Convenção sobre a Diversidade Biológica
101	Irão	0,1	570	1.985	4,5	3,0	3,0	4,9	1,3	●	●		●
102	Territórios Ocupados Palestina	-	-	-	-	-	-	-	-				
103	El Salvador	39,9	336	661	4,0	6,2	0,5	1,1	(.)	●	●	●	●
104	Guiana	47,6	545	1.189	-	-	2,3	2,1	(.)		●	●	●
105	Cabo Verde	-	55	102	-	-	0,4	0,3	(.)		●		●
106	Síria	0,0	433	1.528	4,3	3,5	2,2	3,3	0,2		●		●
107	Usbequistão	0,0	-	1.971	-	0,7	-	4,8	0,5			●	●
108	Argélia	8,4	381	866	7,6	5,0	3,5	2,9	0,4	○	●		●
109	Guiné Equatorial	75,0	83	49	-	-	0,3	0,4	(.)		●	●	●
110	Quirguistão	0,0	-	2.396	-	3,2	-	0,9	(.)		●	●	●
111	Indonésia	24,8	94	469	3,3	3,7	0,6	1,3	1,1	○	●	○	●
112	Vietname	32,5	78	389	-	4,0	0,3	0,7	0,2	●	●	●	●
113	Moldávia	2,2	-	1.572	-	1,7	-	1,5	(.)	●	●	●	●
114	Bolívia	23,6	292	469	5,1	4,3	0,8	1,3	(.)	●	●	●	●
115	Honduras	62,1	259	650	4,4	4,6	0,6	0,7	(.)	○	●	●	●
116	Tajiquistão	-	-	2.499	-	1,7	-	0,6	(.)	●	●		●
117	Mongólia	3,3	1.119	1.308	-	-	4,1	3,1	(.)	●	●	●	●
118	Nicarágua	54,6	363	485	5,3	-	0,7	0,7	(.)	●	●	●	●
119	África do Sul	12,9 ^g	3.181 ^g	4.313 ^g	4,2	3,5	7,7	7,4	1,4	●	●	●	●
120	Egipto	12,6	433	1.129	5,0	4,5	1,1	2,2	0,6	●	●	○	●
121	Guatemala	65,3	245	481	6,5	5,7	0,7	0,9	(.)		●	●	●
122	Gabão	21,3	766	1.214	3,1	4,2	8,9	2,8	(.)		●		●
123	São Tomé e Príncipe	-	96	118	-	-	0,5	0,6	(.)		●		●
124	Ilhas Salomão	66,7	93	71	-	-	0,4	0,4	(.)		●	●	●
125	Marrocos	2,5	254	569	10,6	9,0	0,8	1,3	0,2	○	●	●	●
126	Namíbia	- ^h	- ^h	- ^h	-	9,3	-	1,0	(.)	○	●	●	●
127	Índia	24,3	173	561	3,1	4,4	0,5	1,1	4,4	●	●	●	●
128	Botswana	- ^h	- ^h	- ^h	-	-	1,1	2,3	(.)	●	●	●	●
129	Vanuatu	50,0	171	4.813	-	-	0,5	0,4	(.)		●	●	●
130	Camboja	95,1	15	18	-	-	(.)	(.)	(.)	●	●	●	●
131	Gana	84,5	450	404	4,4	4,3	0,2	0,3	(.)	●	●	●	●
132	Mianmar	81,1	44	118	-	-	0,1	0,2	(.)	○	●	●	●
133	Papua-Nova Guiné	68,6	406	255	-	-	0,6	0,5	(.)		●	●	●
134	Butão	84,1	17	241	-	-	(.)	0,5	(.)	●	●	●	●
135	Laos	81,6	68	130	-	-	0,1	0,1	(.)		●	●	●
136	Comores	-	26	26	-	-	0,1	0,1	(.)		●		●
137	Suazilândia	- ^h	- ^h	- ^h	-	-	0,8	0,4	(.)		●		●
138	Bangladeche	63,6	30	115	9,7	9,7	0,1	0,2	0,1	●	●	●	●
139	Sudão	80,1	47	81	2,3	3,3	0,2	0,2	(.)		●		●
140	Nepal	88,0	17	63	2,4	3,5	(.)	0,1	(.)	○	●		●
141	Camarões	71,6	168	226	4,4	4,2	0,4	0,4	(.)	●	●	●	●
Desenvolvimento humano baixo													
142	Paquistão	26,6	176	479	3,5	3,8	0,4	0,8	0,4	○	●		●
143	Togo	88,6	74	125	6,6	4,2	0,2	0,4	(.)	○	●		●
144	Congo	65,6	98	137	1,9	3,3	0,2	0,5	(.)	○	●		●
145	Lesoto	- ^h	- ^h	- ^h	-	-	-	-	-	●	●	●	●
146	Uganda	95,0	28	66	-	-	0,1	0,1	(.)	●	●	●	●
147	Zimbabué	68,6	1.020	950	2,5	2,8	1,3	1,2	0,1	○	●		●
148	Quênia	70,6	109	140	1,6	1,8	0,4	0,3	(.)	●	●		●
149	Iémen	3,2	-	164	-	3,8	-	0,5	(.)		●		●
150	Madagáscar	84,4	49	51	-	-	0,2	0,1	(.)	●	●	●	●
151	Nigéria	82,3	108	154	1,3	1,1	1,0	0,3	0,1	●	●		●

21 Energia e ambiente

Ordem do IDH	Consumo de combustível		Consumo de electricidade		ODM		ODM			Ratificação dos tratados ambientais ^a			
	tradicional		per capita		PIB por unidade		Emissões de dióxido de carbono			Protocolo de Quioto à			
	(% das necessidades totais de energia)		(kilowatt-horas)		de energia utilizada		Parte do total mundial			Protocolo de Cartagena	Convenção Quadro sobre Mudança Climática	Convenção Quadro sobre Mudança Climática ^b	Convenção sobre a Diversidade Biológica
	2001	1980	2001	1980	2001	Per capita	1980	2000	2000	sobre Biosegurança	Mudança Climática	Mudança Climática ^b	Diversidade Biológica
152	Mauritânia	36,9	60	61	-	-	0,4	1,2	(.)		●		●
153	Haiti	54,0	58	67	6,5	5,8	0,1	0,2	(.)	○	●		●
154	Djibouti	-	416	286	-	-	1,0	0,6	(.)	●	●	●	●
155	Gâmbia	71,4	70	95	-	-	0,2	0,2	(.)	○	●	●	●
156	Eritreia	77,8	-	61	-	-	-	0,1	(.)		●		●
157	Senegal	72,5	115	151	3,6	4,3	0,5	0,4	(.)	●	●	●	●
158	Timor-Leste	-	-	-	-	-	-	-	-				
159	Ruanda	92,8	32	23	-	-	0,1	0,1	(.)	○	●		●
160	Guiné	90,6	85	97	-	-	0,2	0,2	(.)	○	●	●	●
161	Benim	81,9	37	75	2,0	2,9	0,1	0,3	(.)	○	●	●	●
162	Tanzânia	92,8	41	85	-	1,2	0,1	0,1	(.)	●	●	●	●
163	Costa do Marfim	75,1	220	233	4,6	3,7	0,6	0,7	(.)		●		●
164	Zâmbia	87,1	1.125	598	1,3	1,2	0,6	0,2	(.)		●	○	●
165	Malawi	86,6	66	76	-	-	0,1	0,1	(.)	○	●	●	●
166	Angola	79,2	214	125	2,9	2,2	0,8	0,5	(.)		●		●
167	Chade	97,8	10	12	-	-	(.)	(.)	(.)	○	●		●
168	Congo, Rep. Dem.	94,6	161	93	5,3	1,9	0,1	0,1	(.)		●		●
169	República Centro-Africana	87,5	29	29	-	-	(.)	0,1	(.)	○	●		●
170	Etiópia	95,2	-	30	-	2,2	(.)	0,1	(.)	●	●		●
171	Moçambique	90,5	364	70	-	-	0,3	0,1	(.)	●	●		●
172	Guiné-Bissau	66,7	18	43	-	-	0,7	0,2	(.)		●		●
173	Burundi	96,6	12	73	-	-	(.)	(.)	(.)		●	●	●
174	Mali	88,3	15	34	-	-	0,1	0,1	(.)	●	●	●	●
175	Burkina Faso	91,7	16	24	-	-	0,1	0,1	(.)	●	●		●
176	Níger	77,3	39	41	-	-	0,1	0,1	(.)	○	●	○	●
177	Serra Leoa	92,0	62	55	-	-	0,2	0,1	(.)		●		●
Países em desenvolvimento		21,4	388	1.035	3,3	4,2	1,3	1,9	36,9	-	-	-	-
Países menos desenvolvidos		84,1	83	95	-	3,7	0,1	0,2	0,4	-	-	-	-
Países Árabes		5,9	626	1.783	5,1	3,4	3,0	4,1	4,5	-	-	-	-
Ásia Oriental e Pacífico		10,9	329	1.194	1,9	4,2	1,4	2,3	17,6	-	-	-	-
América Latina e Caraíbas		21,4	1.019	1.888	5,7	5,7	2,4	2,7	5,6	-	-	-	-
Ásia do Sul		23,4	171	554	3,5	4,3	0,5	1,1	6,3	-	-	-	-
África Subsariana		62,6	434	495	3,0	2,4	1,0	0,8	1,9	-	-	-	-
Europa Central, do Leste & CEI		4,0	3.284	3.326	-	2,0	-	7,3	12,2	-	-	-	-
OECD		4,5	5.761	8.503	3,6	4,7	11,0	10,9	51,0	-	-	-	-
OCDE de rendimento elevado		4,1	6.698	10.105	3,5	4,7	12,2	12,5	46,2	-	-	-	-
Desenvolvimento humano elevado		4,5	5.700	8.520	3,6	4,7	10,9	10,9	52,8	-	-	-	-
Desenvolvimento humano médio		13,4	387	1.022	2,6	3,7	1,3	2,3	38,7	-	-	-	-
Desenvolvimento humano baixo		75,8	157	218	2,4	2,2	0,4	0,3	1,0	-	-	-	-
Rendimento elevado		4,0	6.614	10.030	3,5	4,7	12,2	12,4	47,8	-	-	-	-
Rendimento médio		9,3	667	1.541	2,7	3,7	2,3	3,4	37,6	-	-	-	-
Rendimento baixo		43,5	166	400	3,1	3,6	0,5	0,9	8,5	-	-	-	-
Mundo		10,7	1.573	2.361	3,2	4,2	3,4	3,8	100,0 ⁱ	-	-	-	-

● Ratificação, aceitação, aprovação, adesão ou sucessão. ○ Assinatura.

a. informação é de 24 de Março de 2004. O Protocolo de Cartagena sobre Biosegurança foi assinado em Cartagena, em 2000; a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança Climática foi assinada em Nova Iorque, em 1992; o Protocolo de Quioto para a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança Climática foi assinado em Quioto, em 1997; e a Convenção sobre a Diversidade Biológica, no Rio de Janeiro, em 1992. b. Ainda não entrou em vigor. c. Inclui as ilhas de Svalbard e Jan Mayen. d. Inclui Listenstaine. e. Inclui o Mónaco. f. Inclui São Marino. g. Os dados referem-se à União Aduaneira Sul-Africana, que inclui o Botswana, Lesoto, Namíbia e Suazilândia. h. Incluído nos dados da África do Sul. i. Os dados referem-se ao agregado mundial, de CDIAC 2003. Os dados referem-se às emissões totais de dióxido de carbono, incluindo as dos países não apresentados nos principais quadros de indicadores, assim como as emissões não incluídas nos totais nacionais, tais como as provenientes de condutas de combustível e da oxidação de produtos hidrocarbonetos não combustíveis.

Fonte: Coluna 1: calculado com base em dados do consumo de combustível tradicional e das necessidades totais de energia, de UN 2004c; colunas 2-3: UN 2004b; colunas 4-7: World Bank 2004f; os agregados foram calculados pelo Banco Mundial para o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano; coluna 8: calculado com base em dados sobre emissões de dióxido de carbono, de CDIAC 2004; colunas 9-12: UN 2004f.

22 Refugiados e armamentos

... PROTEGENDO A SEGURANÇA PESSOAL ...

Ordem do IDH	Pessoas deslocadas internamente (milhares) 2003 ^{a, c}	Refugiados ^a		Transferências de armas convencionais ^b (preços de 1990)				Forças armadas totais		
		Por país de asilo (milhares) 2003	Por país de origem ^d (milhares) 2003	Importações		Exportações		Milhares 2002	Índice (1985 = 100) 2002	
				(Milhões de dólares)		Milhões de dólares	Quota ^e (%)			
		1994	2003	2003	1999-2003					
Desenvolvimento humano elevado										
1	Noruega	0	56	(,)	99	(,)	150	1	27	72
2	Suécia	0 ^f	142 ^f	(,)	258	23	186	1	34	52
3	Austrália	0 ^f	59 ^f	(,)	263	485	30	(,)	51	72
4	Canadá	0	133	(,)	333	94	556	1	52	63
5	Holanda	0 ^f	148 ^f	(,)	143	132	268	1	50	47
6	Bélgica	0 ^f	13 ^f	(,)	52	27	6	(,)	39	43
7	Islândia	0	(,)	(,)	-	-	(,)	0	-	-
8	Estados Unidos	0	453	(,)	725	515	4,385	34	1,414	66
9	Japão	0	2	(,)	596	210	(,)	0	240	99
10	Irlanda	0	6	(,)	48	2	(,)	0	11	77
11	Suíça	0	49	(,)	113	41	35	(,)	28	138
12	Reino Unido	0	277	(,)	38	555	525	5	210	63
13	Finlândia	0	13	(,)	179	125	10	(,)	32	87
14	Áustria	0 ^f	14 ^f	(,)	65	55	2	(,)	35	63
15	Luxemburgo	0 ^f	1 ^f	-	(,)	1	-	-	1	129
16	França	0 ^f	132 ^f	(,)	6	120	1,753	7	260	56
17	Dinamarca	0 ^f	74 ^f	(,)	66	7	3	(,)	23	77
18	Nova Zelândia	0 ^f	6 ^f	(,)	16	71	(,)	0	9	70
19	Alemanha	0	960	(,)	-	69	1,549	6	296	62
20	Espanha	0	6	(,)	636	97	124	(,)	178	56
21	Itália	0	12	(,)	151	348	277	2	217	56
22	Israel	0 ^f	4 ^f	(,)	829	318	212	1	162	114
23	Hong Kong, China (RAE)	0	2	-	-	-	-	-	-	-
24	Grécia	0 ^f	3 ^f	(,)	1,262	1,957	(,)	(,)	178	88
25	Singapura	0	(,)	(,)	171	121	(,)	(,)	61	110
26	Portugal	0 ^f	(,) ^f	(,)	433	68	(,)	0	44	60
27	Eslovénia	0	2	1	11	14	-	-	9	-
28	Coreia do Sul	0	(,)	(,)	665	299	36	(,)	686	115
29	Barbados	-	-	(,)	-	-	-	-	1	60
30	Chipre	0	(,)	(,)	46	(,)	(,)	0	10	100
31	Malta	0 ^f	(,) ^f	-	(,)	(,)	-	-	2	263
32	República Checa	0	2	6	(,)	111	48	(,)	49	24
33	Brunei	-	-	(,)	(,)	(,)	-	-	7	171
34	Argentina	0	3	(,)	177	127	(,)	(,)	70	65
35	Seychelles	-	-	(,)	-	-	-	-	1	42
36	Estônia	0	(,)	1	15	16	(,)	0	6	-
37	Polónia	0	2	14	8	420	89	(,)	163	51
38	Hungria	0	7	2	4	(,)	(,)	0	33	32
39	São Cristóvão e Nevis	-	-	-	-	-	-	-	-	-
40	Barém	0 ^f	0 ^f	(,)	10	(,)	(,)	(,)	11	382
41	Lituânia	0	(,)	1	(,)	(,)	(,)	(,)	14	-
42	Eslováquia	0	(,)	(,)	30	(,)	(,)	(,)	26	-
43	Chile	0	(,)	1	113	156	(,)	(,)	81	80
44	Kuwait	0	2	(,)	37	21	(,)	0	16	129
45	Costa Rica	0	14	(,)	(,)	(,)	-	-	-	-
46	Uruguai	0	(,)	(,)	8	(,)	(,)	(,)	24	75
47	Catar	0	(,)	(,)	10	10	(,)	(,)	12	207
48	Croácia	13	4	215	57	(,)	(,)	(,)	51	-
49	Emiratos Árabes Unidos	0	(,)	(,)	554	922	(,)	0	42	97
50	Letónia	0	(,)	2	12	29	(,)	0	6	-

22 Refugiados e armamentos

Ordem do IDH	Pessoas deslocadas internamente (milhares) 2003 ^{a, c}	Refugiados ^a		Transferências de armas convencionais ^b (preços de 1990)				Forças armadas totais		
		Por país de asilo (milhares) 2003	Por país de origem ^d (milhares) 2003	Importações		Exportações		Milhares 2002	Índice (1985 = 100) 2002	
				(Milhões de dólares)		Milhões de dólares	Quota ^e (%)			
		1994	2003	2003	1999-2003	2002	1999-2003			
51	Baamas	-	-	-	(,)	(,)	-	-	1	180
52	Cuba	0	1	3	-	-	-	-	46	28
53	México	0	6	(,)	118	43	-	-	193	149
54	Trindade e Tobago	-	-	(,)	(,)	(,)	-	-	3	129
55	Antígua e Barbuda	-	-	-	-	-	-	-	(,)	200
Desenvolvimento humano médio										
56	Bulgária	0	4	1	(,)	2	18	(,)	68	46
57	Federação Russa	368	10	67	40	(,)	6,980	30	-	-
58	Líbia	0	12	1	(,)	(,)	23	(,)	76	104
59	Malásia	0	(,)	(,)	376	242	(,)	(,)	100	91
60	Macedónia	0	(,)	5	27	(,)	-	-	12	-
61	Panamá	0	1	(,)	(,)	(,)	-	-	-	-
62	Bielorrússia	0	1	3	(,)	(,)	60	1	80	-
63	Tonga	-	-	(,)	(,)	(,)	-	-	-	-
64	Maurícias	0 ^f	0 ^f	(,)	(,)	(,)	-	-	-	-
65	Albânia	0	(,)	2	(,)	1	-	-	27	67
66	Bósnia e Herzegovina	327	23	167	(,)	(,)	(,)	(,)	20	-
67	Suriname	0 ^f	0 ^f	(,)	(,)	(,)	-	-	2	100
68	Venezuela	0	(,)	(,)	1	(,)	-	-	82	168
69	Roménia	0	2	6	25	46	22	(,)	99	52
70	Ucrânia	0	3	58	-	-	234	2	302	-
71	Santa Lúcia	-	-	-	-	-	-	-	-	-
72	Brasil	0	3	(,)	225	87	(,)	(,)	288	104
73	Colômbia	2,040	(,)	16	39	48	-	-	158	239
74	Omã	0	0	(,)	173	14	(,)	0	42	143
75	Samoa Ocidental	-	-	-	-	-	-	-	-	-
76	Tailândia	0	119	(,)	661	163	5	(,)	306	130
77	Árabiá Saudita	0	241	(,)	991	487	(,)	0	200	319
78	Cazaquistão	0	16	4	(,)	62	(,)	(,)	60	-
79	Jamaica	-	-	(,)	(,)	(,)	-	-	3	133
80	Líbano	0	3	19	13	(,)	(,)	(,)	72	413
81	Fidji	-	-	(,)	4	(,)	-	-	4	130
82	Arménia	0	239	6	310	(,)	-	-	45	-
83	Filipinas	0	(,)	(,)	71	8	-	-	106	92
84	Maldivas	-	-	-	(,)	(,)	-	-	-	-
85	Peru	0	1	2	121	(,)	(,)	(,)	110	86
86	Turquemenistão	0	14	1	-	-	-	-	18	-
87	São Vicente e Grenadinas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
88	Turquia	0	2	147	1,250	504	61	(,)	515	82
89	Paraguai	0	(,)	(,)	(,)	4	-	-	19	129
90	Jordânia	0	1	1	5	258	(,)	0	100	143
91	Azerbaijão	576	(,)	248	25	(,)	-	-	72	-
92	Tunísia	0	(,)	2	32	(,)	-	-	35	100
93	Granada	-	-	-	-	-	-	-	-	-
94	China	0	299	100	142	2,548	404	2	2,270	58
95	Dominica	-	-	-	-	-	-	-	-	-
96	Sri Lanka	386	(,)	81	53	8	-	-	158	731
97	Geórgia	260	4	10	(,)	(,)	(,)	(,)	18	-
98	República Dominicana	-	-	(,)	(,)	76	-	-	25	110
99	Belize	0	1	(,)	(,)	(,)	-	-	1	183
100	Equador	0	6	(,)	(,)	(,)	-	-	60	140

22 Refugiados e armamentos

Ordem do IDH	Pessoas deslocadas internamente (milhares) 2003 ^{a, c}	Refugiados ^a		Transferências de armas convencionais ^b (preços de 1990)				Forças armadas totais		
		Por país de asilo (milhares) 2003	Por país de origem ^d (milhares) 2003	Importações		Exportações		Milhares 2002	Índice (1985 = 100) 2002	
				(Milhões de dólares)		Milhões de dólares	Quota ^e (%)			
		1994	2003	2003	1999-2003	2002	1999-2003			
101	Irão	0	985	57	376	323	(,)	0	520	85
102	Territórios Ocupados da Palestina	0	0 ^g	326 ^g	5	(,)	-	-	-	-
103	El Salvador	0	(,)	4	(,)	(,)	-	-	17	40
104	Guiana	-	-	(,)	(,)	(,)	-	-	2	24
105	Cabo Verde	-	-	(,)	(,)	(,)	-	-	1	16
106	Síria	0	4	16	44	15	(,)	0	319	79
107	Usbequistão	0	45	4	(,)	(,)	510	1	52	-
108	Argélia	0	169	4	156	513	-	-	137	80
109	Guiné Equatorial	-	-	(,)	(,)	(,)	-	-	2	105
110	Quirguistão	0	6	2	(,)	9	76	(,)	11	-
111	Indonésia	0	(,)	8	559	333	20	(,)	297	107
112	Vietname	0	15	331	(,)	7	-	-	484	47
113	Moldávia	0	(,)	6	2	(,)	(,)	(,)	7	-
114	Bolívia	0	1	(,)	7	(,)	-	-	32	114
115	Honduras	0	(,)	(,)	-	-	-	-	8	50
116	Tajiquistão	0	3	59	24	(,)	-	-	6	-
117	Mongólia	0 ^f	0 ^f	(,)	-	-	-	-	9	28
118	Nicarágua	0	(,)	4	-	-	(,)	0	14	22
119	África do Sul	0	27	(,)	19	13	23	(,)	60	56
120	Egipto	0	89	1	1,976	504	(,)	(,)	443	100
121	Guatemala	0	1	4	3	(,)	-	-	31	99
122	Gabão	0	14	(,)	-	-	-	-	5	196
123	São Tomé e Príncipe	0	0	(,)	-	-	-	-	-	-
124	Ilhas Salomão	-	-	-	-	-	-	-	-	-
125	Marrocos	0	2	1	131	(,)	-	-	196	132
126	Namíbia	0	20	1	3	5	-	-	9	-
127	Índia	0	165	3	561	3,621	(,)	(,)	1,298	103
128	Botswana	0	3	(,)	(,)	(,)	-	-	9	225
129	Vanuatu	-	-	-	-	-	-	-	-	-
130	Camboja	0	(,)	17	71	(,)	(,)	0	125	357
131	Gana	0	44	13	10	(,)	-	-	7	46
132	Mianmar	0 ^f	0 ^f	141	3	31	-	-	444	239
133	Papua-Nova Guiné	0	7	(,)	1	(,)	-	-	3	97
134	Butão	-	-	114	-	-	-	-	-	-
135	Laos	0 ^f	0 ^f	2	(,)	(,)	-	-	29	54
136	Comores	0 ^f	0 ^f	(,)	-	-	-	-	-	-
137	Suazilândia	0	1	(,)	(,)	(,)	-	-	-	-
138	Bangladeche	0	20	1	51	(,)	-	-	137	150
139	Sudão	0 ^f	328 ^f	567	(,)	(,)	-	-	117	207
140	Nepal	0	134	1	(,)	5	-	-	51	204
141	Camarões	0	59	2	(,)	(,)	-	-	23	316
Desenvolvimento humano baixo										
142	Paquistão	0	1,124	10	687	611	(,)	(,)	620	128
143	Togo	0	12	8	3	(,)	-	-	10	264
144	Congo	0	91	24	(,)	(,)	-	-	10	115
145	Lesoto	0 ^f	0 ^f	(,)	(,)	(,)	-	-	2	100
146	Uganda	0	231	24	(,)	19	-	-	55	275
147	Zimbabué	0	13	(,)	(,)	23	-	-	36	88
148	Quênia	0	239	(,)	12	(,)	-	-	24	178
149	Iémen	0	62	1	4	30	-	-	67	104
150	Madagáscar	0 ^f	0 ^f	(,)	-	-	-	-	14	64
151	Nigéria	0	9	19	75	51	-	-	79	84

22 Refugiados e armamentos

Ordem do IDH	Pessoas deslocadas internamente (milhares) 2003 ^{a, c}	Refugiados ^a		Transferências de armas convencionais ^b (preços de 1990)				Forças armadas totais		
		Por país de asilo (milhares) 2003	Por país de origem ^d (milhares) 2003	Importações		Exportações		Milhares 2002	Índice (1985 = 100) 2002	
				(Milhões de dólares)		Milhões de dólares	Quota ^e (%)			
		1994	2003	2003	1999-2003					
152	Mauritânia	0	(,)	26	27	(,)	–	–	16	185
153	Haiti	–	–	(,)	–	–	–	–	–	–
154	Djibouti	0	27	(,)	(,)	(,)	–	–	10	327
155	Gâmbia	0	7	(,)	–	–	–	–	1	160
156	Eritreia	0	4	11	14	180	(,)	0	172	–
157	Senegal	0	21	8	1	(,)	–	–	9	93
158	Timor-Leste	0	(,)	–	–	–	–	–	–	–
159	Ruanda	0	37	66	(,)	(,)	–	–	70	1.346
160	Guiné	0	184	1	(,)	(,)	–	–	10	98
161	Benim	0	5	(,)	(,)	6	–	–	5	102
162	Tanzânia	0	650	(,)	2	(,)	–	–	27	67
163	Costa do Marfim	38	76	47	(,)	22	–	–	17	129
164	Zâmbia	0	227	(,)	(,)	(,)	–	–	22	133
165	Malawi	0	3	(,)	1	(,)	(,)	(,)	5	100
166	Angola	0	13	313	96	(,)	(,)	(,)	100	202
167	Chade	0	146	46	8	(,)	–	–	30	249
168	Congo, Rep. Dem.	0	234	428	(,)	(,)	–	–	81	170
169	República Centro-Africana	0	45	35	–	–	–	–	3	111
170	Etiópia	0	130	26	(,)	(,)	–	–	253	116
171	Moçambique	0	(,)	(,)	(,)	(,)	–	–	11	70
172	Guiné-Bissau	0	8	(,)	(,)	(,)	–	–	9	108
173	Burundi	100	41	525	(,)	(,)	–	–	46	875
174	Mali	0	10	(,)	(,)	(,)	–	–	7	151
175	Burkina Faso	0	(,)	1	–	–	–	–	10	255
176	Níger	0	(,)	(,)	(,)	(,)	–	–	5	241
177	Serra Leoa	0	61	78	1	(,)	–	–	13	419
	Países em desenvolvimento	–	6.726 T	–	–	–	–	–	14.203 T	91
	Países menos desenvolvidos	–	2.717 T	–	–	–	–	–	2.033 T	174
	Países Árabes	–	1.074 T	–	–	–	–	–	2.282 T	84
	Ásia Oriental e Pacífico	–	444 T	–	–	–	–	–	6.012 T	80
	América Latina e Caraíbas	–	38 T	–	–	–	–	–	1.268 T	94
	Ásia do Sul	–	2.428 T	–	–	–	–	–	2.834 T	112
	África Subsariana	–	2.740 T	–	–	–	–	–	1.283 T	152
	Europa Central, do Leste & CEI	–	678 T	–	–	–	–	–	1.253 T	19
	OECD	–	2.580 T	–	–	–	–	–	5.092 T	70
	OCDE de rendimento elevado	–	2.561 T	–	–	–	–	–	4.112 T	70
	Desenvolvimento humano elevado	–	2.610 T	–	–	–	–	–	5.208 T	71
	Desenvolvimento humano médio	–	3.147 T	–	–	–	–	–	10.455 T	62
	Desenvolvimento humano baixo	–	3.712 T	–	–	–	–	–	1.847 T	148
	Rendimento elevado	–	2.571 T	–	–	–	–	–	4.444 T	72
	Rendimento médio	–	2.807 T	–	–	–	–	–	8.411 T	52
	Rendimento baixo	–	4.591 T	–	–	–	–	–	6.191 T	116
	Mundo	5.081 ^h	9.970 T	–	19.253 T ⁱ	18.679 T ⁱ	18.680 T ⁱ	–	19.045 T	69

a. Os dados referem-se ao final de 2003, a não ser quando indicado de outro modo. Dados provisórios sujeitos a modificações. b. Os dados são de 25 de Fevereiro de 2004. Os valores apresentados são indicadores de tendências, ou seja, são indicadores apenas do volume das transferências internacionais de armas e não do seu valor financeiro actual. Os relatórios de transferências de armas publicados fornecem informação parcial, porque nem todas as transferências estão totalmente relatadas. As estimativas apresentadas são conservadoras e podem subavaliar as transferências reais de armas convencionais. c. Pessoas que estão deslocadas dentro do seu país e a quem o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) concede protecção ou assistência, em geral no seguimento de um pedido especial de um órgão competente das Nações Unidas. Um zero indica que o indicador tem o valor zero, não está disponível, ou não é aplicável. d. O país de origem de muitos refugiados não está disponível ou relatado. Estes dados podem, portanto, estar subestimados. e. Calculado utilizando os totais de 1999-2003 para todos os países e actores não estatais com exportações das principais armas convencionais, como definido em SIPRI 2004b. f. Refere-se ao final de 2002. g. Não estão incluídos os refugiados palestinianos sob mandato da Agência de Socorro e de Trabalhos das Nações Unidas para os Refugiados da Palestina no Médio Oriente (UNRWA) na Jordânia, Territórios Ocupados da Palestina, Síria, ou Líbano. Os dados referem-se à faixa de Gaza. h. Os dados referem-se ao agregado mundial, de UNHCR 2004. i. Os dados referem-se ao agregado mundial, de SIPRI 2004b. Inclui todos os países e actores não estatais com transferências das principais armas convencionais, como definido em SIPRI 2004b.

Fonte: Colunas 1-3: UNHCR 2004; colunas 4-6: SIPRI 2004b; coluna 7: calculado com base em dados sobre transferências de armas, de SIPRI 2004b; coluna 8: IISS 2003; coluna 9: calculado com base em dados sobre as forças armadas, de IISS 2003.

23 Vítimas da criminalidade

... PROTEGENDO A SEGURANÇA PESSOAL ...

	Ano ^b	Pessoas vítimas de crimes ^a (em % da população total)					
		Crimes totais ^c	Crimes de propriedade ^d	Roubo	Assalto sexual ^e	Assalto	Suborno (corrupção) ^f
Nacional							
Austrália	1999	30,1	13,9	1,2	1,0	2,4	0,3
Áustria	1995	18,8	3,1	0,2	1,2	0,8	0,7
Bélgica	1999	21,4	7,7	1,0	0,3	1,2	0,3
Canadá	1999	23,8	10,4	0,9	0,8	2,3	0,4
Dinamarca	1999	23,0	7,6	0,7	0,4	1,4	0,3
Inglaterra e Gales	1999	26,4	12,2	1,2	0,9	2,8	0,1
Finlândia	1999	19,1	4,4	0,6	1,1	2,1	0,2
França	1999	21,4	8,7	1,1	0,7	1,4	1,3
Itália	1991	24,6	12,7	1,3	0,6	0,2	–
Japão	1999	15,2	3,4	0,1	0,1	0,1	(,)
Malta	1996	23,1	10,9	0,4	0,1	1,1	4,0
Holanda	1999	25,2	7,4	0,8	0,8	1,0	0,4
Nova Zelândia	1991	29,4	14,8	0,7	1,3	2,4	–
Irlanda do Norte	1999	15,0	6,2	0,1	0,1	2,1	0,2
Polónia	1999	22,7	9,0	1,8	0,2	1,1	5,1
Portugal	1999	15,5	7,5	1,1	0,2	0,4	1,4
Escócia	1999	23,2	7,6	0,7	0,3	3,0	–
Eslovénia	2000	21,2	7,7	1,1	0,8	1,1	2,1
Suécia	1999	24,7	8,4	0,9	1,1	1,2	0,1
Suíça	1999	18,2	4,5	0,7	0,6	1,0	0,2 ^g
Estados Unidos	1999	21,1	10,0	0,6	0,4	1,2	0,2
Cidade principal							
Assunção (Paraguai)	1995	34,4	16,7	6,3	1,7	0,9	13,3
Bacu (Azerbaijão)	1999	8,3	2,4	1,6	0,0	0,4	20,8
Pequim (China)	1991	19,0	2,2	0,5	0,6	0,6	–
Bishlek (Quirguistão)	1995	27,8	11,3	1,6	2,2	2,1	19,3
Bogotá (Colômbia)	1996	54,6	27,0	11,5	4,8	2,5	19,5
Bratislava (Eslováquia)	1996	36,0	20,8	1,2	0,4	0,5	13,5
Bucareste (Roménia)	1999	25,4	10,8	1,8	0,4	0,6	19,2
Budapeste (Hungria)	1999	32,1	15,6	1,8	0,9	0,8	9,8
Buenos Aires (Argentina)	1995	61,1	30,8	6,4	6,4	2,3	30,2
Cairo (Egipto)	1991	28,7	12,1	2,2	1,8	1,1	–
Dar-es-Salam (Tanzânia)	1991	–	23,1	8,2	6,1	1,7	–
Gaborone (Botswana)	1996	31,7	19,7	2,0	0,7	3,2	2,8
Jakarta (Indonésia)	1995	20,9	9,4	0,7	1,3	0,5	29,9
Joanesburgo (África do Sul)	1995	38,0	18,3	4,7	2,7	4,6	6,9
Kampala (Uganda)	1995	40,9	20,6	2,3	5,1	1,7	19,5
Kiev (Ucrânia)	1999	29,1	8,9	2,5	1,2	1,5	16,2
La Paz (Bolívia)	1995	39,8	18,1	5,8	1,5	2,0	24,4
Manila (Filipinas)	1995	10,6	3,3	1,5	0,1	0,1	4,3
Maputo (Moçambique)	2001	40,6	29,3	7,6	2,2	3,2	30,5
Minsk (Bielorrússia)	1999	23,6	11,1	1,4	1,4	1,3	20,6
Moscovo (Federação Russa)	1999	26,3	10,9	2,4	1,2	1,1	16,6
Bombaim (Índia)	1995	31,8	6,7	1,3	3,5	0,8	22,9
Nova Deli (Índia)	1995	30,5	6,1	1,0	1,7	0,8	21,0
Praga (República Checa)	1999	34,1	21,6	0,5	0,9	1,1	5,7
Riga (Letónia)	1999	26,5	9,4	2,8	0,5	1,9	14,3

23 Vítimas da criminalidade

Pessoas vítimas de crimes ^a (em % da população total)

	Ano ^b	Crimes totais ^c	Crimes de propriedade ^d	Roubo	Assalto sexual ^e	Assalto	Suborno (corrupção) ^f
Rio de Janeiro (Brasil)	1995	44,0	14,7	12,2	7,5	3,4	17,1
São José (Costa Rica)	1995	40,4	21,7	8,9	3,5	1,7	9,2
Skopje (Macedónia)	1995	21,1	9,4	1,1	0,3	0,7	7,4
Sófia (Bulgária)	1999	27,2	16,1	1,5	0,1	0,6	16,4
Talin (Estónia)	1999	41,2	22,5	6,3	3,3	3,7	9,3
Tbilisi (Geórgia)	1999	23,6	11,1	1,8	0,4	0,9	16,6
Tirana (Albânia)	1999	31,7	11,2	2,9	1,2	0,7	59,1
Tunis (Tunísia)	1991	37,5	20,1	5,4	1,5	0,4	–
Ulan-Bator (Mongólia)	1999	41,8	20,0	4,5	1,4	2,1	21,3
Vilnius (Lituânia)	1999	31,0	17,8	3,2	2,0	1,4	22,9
Zagreb (Croácia)	1999	14,3	4,4	0,5	0,8	0,5	9,5

a. Os dados referem-se à vitimação, como vem relatado no Inquérito Internacional sobre Vítimas da Criminalidade. b. Os inquéritos foram realizados em 1992, 1995, 1996-97 e 2000-01. Os dados referem-se ao ano anterior ao do inquérito. c. Os dados referem-se às pessoas vitimadas por um ou mais dos 11 crimes registados no inquérito: roubo, assalto de casas, tentativa de assalto, roubo de carros, vandalismo de carros, roubo de bicicletas, assalto sexual, roubo com carro, roubo de propriedade pessoal, assalto e ameaça, e roubo de motocicletas ou bicicletas motorizadas. d. Inclui roubo de carros, roubo com carros, assalto de casas com entrada e tentativa de assalto. e. Os dados referem-se apenas à população feminina. f. Os dados referem-se a pessoas a quem foram pedidas, ou que se espera que paguem, um suborno por um funcionário do Estado. g. Os dados referem-se a 1995.

Fonte: Colunas 1-7: UNICRI 2004.

24 Índice de desenvolvimento ajustado ao género

... E ALCANÇANDO A IGUALDADE PARA TODAS AS MULHERES E HOMENS

Ordem do IDH	Índice de desenvolvimento ajustado ao género (IDG)		Esperança de vida à nascença (anos) 2002		Taxa de alfabetização de adultos (% 15 anos e mais) 2002 ^a		Taxa de escolarização bruta combinada do primário, secundário e superior (%) 2001/02 ^b		Rendimento auferido estimado (dólares PPC) 2002 ^c		Ordem do IDH menos ordem IDG ^d	
	Ordem	Valor	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.		
Desenvolvimento humano elevado												
1	Noruega	1	0,955	81,8	75,9	– e	– e	102 f,g	94 g	31.356	42.340	0
2	Suécia	2	0,946	82,5	77,5	– e	– e	124 f,h	104 f,h	23.781	28.700	0
3	Austrália	3	0,945	82,0	76,4	– e	– e	114 f,h	111 f,h	23.643	33.259	0
4	Canadá	4	0,941	81,9	76,6	– e	– e	96 g	93 g	22.964	36.299	0
5	Holanda	5	0,938	81,0	75,6	– e	– e	99 g	100 f,g	20.358	38.266	0
6	Bélgica	7	0,938	81,8	75,6	– e	– e	115 f,g	107 f,g	18.528	37.180	-1
7	Islândia	6	0,938	81,9	77,6	– e	– e	95 g	86 g	22.716	36.043	1
8	Estados Unidos	8	0,936	79,8	74,2	– e	– e	96 h	89 h	27.338	43.797	0
9	Japão	12	0,932	85,0	77,8	– e	– e	83 h	85 h	16.977	37.208	-3
10	Irlanda	14	0,929	79,5	74,3	– e	– e	94 g	87 g	21.056	52.008	-4
11	Suíça	11	0,932	82,3	75,9	– e	– e	86 g	90 g	20.459	40.769	0
12	Reino Unido	9	0,934	80,6	75,6	– e	– e	119 f,g	107 f,g	19.807	32.984	3
13	Finlândia	10	0,933	81,4	74,3	– e	– e	111 f,g	102 f,g	21.645	30.970	3
14	Áustria	17	0,924	81,4	75,3	– e	– e	92 g	91 g	15.410	43.169	-3
15	Luxemburgo	16	0,926	81,3	75,0	– e	– e	75 g,i	74 g,i	33.517	88.803 j	-1
16	França	15	0,929	82,7	75,1	– e	– e	93 g	90 g	19.923	33.950	1
17	Dinamarca	13	0,931	79,0	74,1	– e	– e	99 k	92 k	26.074	36.161	4
18	Nova Zelândia	18	0,924	80,7	75,7	– e	– e	107 f,h	96 h	18.168	26.481	0
19	Alemanha	19	0,921	81,1	75,1	– e	– e	88 h	89 h	18.763	35.885	0
20	Espanha	20	0,916	82,7	75,8	96,9 e	98,7 e	95 h	89 h	13.209	29.971	0
21	Itália	21	0,914	81,9	75,5	98,1 e	98,9 e	84 g	81 g	16.702	36.959	0
22	Israel	22	0,906	80,9	77,0	93,4	97,3	94	89	14.201	26.636	0
23	Hong Kong, China (RAE)	23	0,898	82,7	77,2	89,6 l	96,9 l	70	73	18.805	33.776	0
24	Grécia	25	0,894	80,9	75,7	96,1 e	98,6 e	88 g	84 g	10.892	25.601	-1
25	Singapura	28	0,884	80,2	75,8	88,6 m	96,6 m	75 k,n	76 k,n	15.822	31.927	-3
26	Portugal	24	0,894	79,5	72,5	90,3 e	95,2 e	97 g	90 g	13.084	24.373	2
27	Eslovénia	26	0,892	79,7	72,5	99,6 e	99,7 e	94 g	86 g	14.084	22.832	1
28	Coreia do Sul	29	0,882	79,2	71,7	96,6 e,l	99,2 e,l	85 h	98 h	10.747	23.226	-1
29	Barbados	27	0,884	79,4	74,4	99,7 e	99,7 e	93 g	84 g	11.634	19.116	2
30	Chipre	30	0,875	80,5	75,9	95,1 m	98,6 m	75 g	74 g	11.223 o	23.916 o	0
31	Malta	31	0,866	80,6	75,8	93,4	91,8	77 g	77 g	9.654	26.160	0
32	República Checa	32	0,865	78,6	72,0	– e	– e	79 h	78 h	11.322	20.370	0
33	Brunei	–	–	78,8	74,1	91,4 m	96,3 m	75	72	–	–	–
34	Argentina	36	0,841	77,6	70,5	97,0	97,0	98 h	90 h	5.662	15.431	-3
35	Seychelles	–	–	–	–	92,3 m	91,4 m	86	85	–	–	–
36	Estónia	33	0,852	76,7	66,3	99,8 e,m	99,8 e,m	101 f,g	92 g	9.777	15.571	1
37	Polónia	34	0,848	77,9	69,7	99,7 e,l	99,8 e,l	93 h	87 h	8.120	13.149	1
38	Hungria	35	0,847	75,9	67,6	99,2 e	99,5 e	89 h	84 h	10.307	17.465	1
39	São Cristóvão e Nevis	–	–	–	–	–	–	111 f,g	85 g	–	–	–
40	Barém	39	0,832	75,8	72,4	84,2	91,5	82	77	7.961	23.505	-2
41	Lituânia	37	0,841	77,5	67,4	99,6 e,m	99,6 e,m	93 g	87 g	8.419	12.518	1
42	Eslováquia	38	0,840	77,5	69,6	99,7 e,m	99,7 e,m	75 h	73 h	10.127	15.617	1
43	Chile	40	0,830	78,9	72,9	95,6 m	95,8 m	79 g	80 g	5.442	14.256	0
44	Kuwait	42	0,827	78,9	74,8	81,0	84,7	81 k	71 k	7.116	20.979	-1
45	Costa Rica	44	0,823	80,5	75,7	95,9	95,7	70	69	4.698	12.197	-2
46	Uruguai	41	0,829	78,8	71,5	98,1	97,3	90 h	81 h	5.367	10.304	2
47	Catar	–	–	75,3	70,4	82,3 m,p	84,9 m,p	84	79	–	–	–
48	Croácia	43	0,827	78,0	70,2	97,1 m	99,3 e,m	74	72	7.453	13.374	1
49	Emiratos Árabes Unidos	–	–	77,3	73,2	80,7	75,6	72	65	–	–	–
50	Letónia	45	0,823	76,1	65,4	99,7 e,m	99,8 e,m	92 g	83 g	7.685	11.085	0

24 Índice de desenvolvimento ajustado ao gênero

Ordem do IDH	Índice de desenvolvimento ajustado ao gênero (IDG)		Esperança de vida à nascença (anos) 2002		Taxa de alfabetização de adultos (% 15 anos e mais) 2002 ^a		Taxa de escolarização bruta combinada do primário, secundário e superior (%) 2001/02 ^b		Rendimento auferido estimado (dólares PPC) 2002 ^c		Ordem do IDH menos ordem IDG ^d	
	Ordem	Valor	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.		
51	Baamas	46	0,813	70,4	63,9	96,3 ^l	94,6 ^l	77 ^{k,n}	72 ^{k,n}	13.375	20.700	0
52	Cuba	-	-	78,6	74,7	96,8	97,0	78	77	-	-	-
53	México	50	0,792	76,3	70,3	88,7 ^m	92,6 ^m	74 ^h	73 ^h	4.915	12.967	-3
54	Trindade e Tobago	47	0,795	74,5	68,5	97,9	99,0 ^e	65	63	5.916	13.095	1
55	Antígua e Barbuda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Desenvolvimento humano médio												
56	Bulgária	48	0,795	74,6	67,4	98,1	99,1 ^e	77 ^g	75 ^g	5.719	8.627	1
57	Federação Russa	49	0,794	73,0	60,7	99,5 ^e	99,7 ^e	92 ^h	85 ^h	6.508	10.189	1
58	Líbia	-	-	75,3	70,7	70,7	91,8	100 ^{f,h}	93 ^h	-	-	-
59	Malásia	52	0,786	75,6	70,7	85,4 ^m	92,0 ^m	72 ^h	69 ^h	5.219	13.157	-1
60	Macedónia	-	-	75,7	71,3	-	-	70 ^g	70 ^g	4.599	8.293	-
61	Panamá	53	0,785	77,3	72,2	91,7	92,9	75 ^k	71 ^k	3.958	7.847	-1
62	Bielorrússia	51	0,789	75,2	64,7	99,6 ^e	99,8 ^e	90	86	4.405	6.765	2
63	Tonga	-	-	69,0	67,9	98,9 ^m	98,8 ^m	83	82	-	-	-
64	Maurícias	55	0,775	75,7	68,3	80,5 ^m	88,2 ^m	68	70	5.827	15.897	-1
65	Albânia	54	0,778	76,6	70,8	98,3 ^m	99,2 ^{e,m}	70 ^g	67 ^g	3.442	6.185	1
66	Bósnia e Herzegovina	-	-	76,6	71,2	91,1	98,4	-	-	-	-	-
67	Suriname	-	-	73,6	68,4	-	-	79 ^h	69 ^h	-	-	-
68	Venezuela	58	0,770	76,6	70,8	92,7	93,5	74	69	3.125	7.550	-2
69	Roménia	56	0,775	74,2	67,0	96,3 ^m	98,4 ^m	70 ^g	67 ^g	4.837	8.311	1
70	Ucrânia	57	0,773	74,6	64,5	99,5 ^e	99,8 ^e	86	83	3.429	6.493	1
71	Santa Lúcia	-	-	74,0	70,7	-	-	77	70	-	-	-
72	Brasil	60	0,768	72,5	63,9	86,5 ^m	86,2 ^m	94 ^h	90 ^h	4.594	10.879	-1
73	Colômbia	59	0,770	75,2	69,0	92,2	92,1	70	67	4.429	8.420	1
74	Omã	68	0,747	74,3	70,9	65,4	82,0	63	62	4.056	18.239	-7
75	Samoa Ocidental	-	-	73,3	66,8	98,4	98,9	71	68	-	-	-
76	Tailândia	61	0,766	73,4	65,2	90,5 ^m	94,9 ^m	72 ^g	74 ^g	5.284	8.664	1
77	Árabia Saudita	72	0,739	73,6	71,0	69,5	84,1	57	58	3.825	18.616	-9
78	Cazaquistão	63	0,761	71,8	60,7	99,2 ^e	99,7 ^e	82	80	4.247	7.156	1
79	Jamaica	62	0,762	77,7	73,6	91,4	83,8	78 ^h	72 ^h	3.169	4.783	3
80	Líbano	64	0,755	75,0	71,8	81,0 ^l	92,4 ^l	79	77	2.552	8.336	2
81	Fidji	69	0,747	71,4	68,0	91,4 ^{m,p}	94,5 ^{m,p}	73 ^h	73 ^h	2.838	7.855	-2
82	Arménia	65	0,752	75,5	68,9	99,2 ^{e,m}	99,7 ^{e,m}	75	69	2.564	3.700	3
83	Filipinas	66	0,751	71,9	67,9	92,7 ^m	92,5 ^m	82 ^h	81 ^h	3.144	5.326	3
84	Maldivas	-	-	66,8	67,7	97,2	97,3	78	78	-	-	-
85	Peru	74	0,736	72,3	67,2	80,3 ^q	91,3 ^q	88 ^h	88 ^h	2.105	7.875	-4
86	Turquemenistão	67	0,748	70,3	63,7	98,3 ^{m,p}	99,3 ^{e,m,p}	81 ^{k,n}	81 ^{k,n}	3.274 ^o	5.212 ^o	4
87	São Vicente e Grenadinas	-	-	75,5	72,5	-	-	66	63	-	-	-
88	Turquia	70	0,746	73,1	67,9	78,5 ^m	94,4 ^m	62 ^h	74 ^h	4.757	7.873	2
89	Paraguai	75	0,736	73,0	68,5	90,2 ^q	93,1 ^q	72 ^h	72 ^h	2.175	6.641	-2
90	Jordânia	76	0,734	72,4	69,6	85,9	95,5	77 ^h	76 ^h	1.896	6.118	-2
91	Azerbaijão	-	-	75,4	68,6	-	-	67	70	2.322	4.044	-
92	Tunísia	77	0,734	74,8	70,7	63,1	83,1	75 ^h	74 ^h	3.615	9.933	-2
93	Granada	-	-	-	-	-	-	57 ^g	73 ^g	-	-	-
94	China	71	0,741	73,2	68,8	86,5 ^m	95,1 ^m	64 ^k	69 ^k	3.571	5.435	5
95	Dominica	-	-	-	-	-	-	75 ^g	72 ^g	-	-	-
96	Sri Lanka	73	0,738	75,8	69,8	89,6	94,7	66 ^r	64 ^r	2.570	4.523	4
97	Geórgia	-	-	77,5	69,4	-	-	70	68	1.325	3.283	-
98	República Dominicana	78	0,728	69,2	64,4	84,4	84,3	81 ^h	73 ^h	3.491	9.694	0
99	Belize	80	0,718	73,1	70,0	77,1 ^m	76,7 ^m	72 ^g	71 ^g	2.376	9.799	-1
100	Equador	79	0,721	73,4	68,2	89,7 ^m	92,3 ^m	71 ^{g,s}	73 ^{g,s}	1.656	5.491	1

24 Índice de desenvolvimento ajustado ao género

Ordem do IDH	Índice de desenvolvimento ajustado ao género (IDG)		Esperança de vida à nascença (anos) 2002		Taxa de alfabetização de adultos (% 15 anos e mais) 2002 ^a		Taxa de escolarização bruta combinada do primário, secundário e superior (%) 2001/02 ^b		Rendimento auferido estimado (dólares PPC) 2002 ^c		Ordem do IDH menos ordem IDG ^d	
	Ordem	Valor	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.		
101	Irão	82	0,713	71,7	68,8	70,4 ^{l,p,q}	83,5 ^{l,p,q}	65	72	2.835	9.946	-1
102	Territórios Ocupados da Palestina	-	-	73,9	70,7	-	-	81	78	-	-	-
103	El Salvador	84	0,709	73,6	67,6	77,1	82,4	65	66	2.602	7.269	-2
104	Guiana	81	0,715	66,4	60,1	98,2 ^l	99,0 ^l	75 ^k	75 ^k	2.439	6.217	2
105	Cabo Verde	83	0,709	72,7	66,9	68,0	85,4	72 ^h	73 ^h	3.229	7.034	1
106	Síria	88	0,689	73,0	70,5	74,2	91,0	57	62	1.549	5.496	-3
107	Usbequistão	85	0,705	72,4	66,7	98,9	99,6 ^e	75	78	1.305	1.983	1
108	Argélia	89	0,688	71,1	68,0	59,6	78,0	69 ^h	72 ^h	2.684	8.794	-2
109	Guiné Equatorial	86	0,691	50,5	47,7	76,0 ^l	92,8 ^l	52	64	16.852 ^o	42.304 ^o	2
110	Quirguistão	-	-	72,2	64,6	-	-	81	80	1.269	1.944	-
111	Indonésia	90	0,685	68,6	64,6	83,4	92,5	64 ^h	66 ^h	2.138	4.161	-1
112	Vietname	87	0,689	71,4	66,7	86,9 ^{m,p}	93,9 ^{m,p}	61	67	1.888	2.723	3
113	Moldávia	91	0,678	72,1	65,3	98,6	99,6 ^e	63	60	1.168	1.788	0
114	Bolívia	92	0,674	65,8	61,6	80,7 ^m	93,1 ^m	82 ^h	89 ^h	1.559	3.463	0
115	Honduras	95	0,662	71,4	66,5	80,2 ^m	79,8 ^m	61 ^{g,s}	64 ^{g,s}	1.402	3.792	-2
116	Tajiquistão	93	0,668	71,3	66,0	99,3 ^{e,m}	99,7 ^{e,m}	67	80	759	1.225	1
117	Mongólia	94	0,664	65,7	61,7	97,5 ^m	98,0 ^m	76	64	1.316	1.955	1
118	Nicarágua	97	0,660	71,8	67,1	76,6 ^q	76,8 ^q	66 ^h	63 ^h	1.520	3.436	-1
119	África do Sul	96	0,661	51,9	46,0	85,3	86,7	77	78	6.371	14.202	1
120	Egipto	99	0,634	70,8	66,6	43,6 ^{m,p}	67,2 ^{m,p}	72 ^{k,n}	80 ^{k,n}	1.963	5.216	-1
121	Guatemala	98	0,635	68,7	62,8	62,5	77,3	52 ^h	59 ^h	2.007	6.092	1
122	Gabão	-	-	57,6	55,7	-	-	70 ^k	74 ^k	4.937	8.351	-
123	São Tomé e Príncipe	-	-	72,7	66,9	-	-	59	64	-	-	-
124	Ilhas Salomão	-	-	70,5	67,8	-	-	-	-	1.239	1.786	-
125	Marrocos	100	0,604	70,3	66,6	38,3	63,3	52	61	2.153	5.354	0
126	Namíbia	101	0,602	46,8	43,8	82,8	83,8	72	70	4.262	8.402	0
127	Índia	103	0,572	64,4	63,1	46,4 ^m	69,0 ^m	48 ^g	62 ^g	1.442	3.820	-1
128	Botswana	102	0,581	42,3	40,4	81,5	76,1	71	70	5.353	10.550	1
129	Vanuatu	-	-	70,4	67,4	-	-	58	59	-	-	-
130	Camboja	105	0,557	59,5	55,2	59,3	80,8	53	64	1.622	2.117	-1
131	Gana	104	0,564	59,3	56,4	65,9	81,9	43	50	1.802	2.419	1
132	Mianmar	-	-	60,1	54,5	81,4	89,2	48 ^g	47 ^g	-	-	-
133	Papua-Nova Guiné	106	0,536	58,5	56,6	57,7 ^l	71,1 ^l	40	42	1.586	2.748	0
134	Butão	-	-	64,3	61,8	-	-	-	-	-	-	-
135	Laos	107	0,528	55,6	53,1	55,5	77,4	53	65	1.358	2.082	0
136	Comores	108	0,510	62,0	59,2	49,1	63,5	41	50	950	1.699	0
137	Suazilândia	109	0,505	36,9	34,4	80,0	82,0	59	62	2.259	7.227	0
138	Bangladeche	110	0,499	61,5	60,7	31,4	50,3	54	53	1.150	2.035	0
139	Sudão	115	0,485	57,0	54,1	49,1	70,8	34 ^g	39 ^g	867	2.752	-4
140	Nepal	116	0,484	59,4	59,9	26,4	61,6	55	67	891	1.776	-4
141	Camarões	111	0,491	48,1	45,6	59,8 ^q	77,0 ^q	51 ^h	61 ^h	1.235	2.787	2
Desenvolvimento humano baixo												
142	Paquistão	120	0,471	60,7	61,0	28,5 ^{m,p}	53,4 ^{m,p}	31 ^g	43 ^g	915	2.789	-6
143	Togo	119	0,477	51,4	48,3	45,4	74,3	55	78	941	2.004	-4
144	Congo	112	0,488	49,9	46,6	77,1	88,9	44 ^h	52 ^h	707	1.273	4
145	Lesoto	117	0,483	39,0	33,3	90,3 ^q	73,7 ^q	66	64	1.357	3.578	0
146	Uganda	113	0,487	46,4	44,9	59,2	78,8	68	73	1.088	1.651	5
147	Zimbabué	118	0,482	33,5	34,3	86,3	93,8	57 ^h	60 ^h	1.757 ^o	3.059 ^o	1
148	Quénia	114	0,486	46,4	44,0	78,5	90,0	52	54	962	1.067	6
149	Iémen	126	0,436	60,9	58,7	28,5	69,5	37 ^g	66 ^g	387	1.274	-5
150	Madagáscar	121	0,462	54,6	52,3	60,6 ^l	74,2 ^l	44	46	534	906	1
151	Nigéria	122	0,458	52,0	51,2	59,4	74,4	41 ^{k,n}	49 ^{k,n}	562	1.322	1

24 Índice de desenvolvimento ajustado ao género

Ordem do IDH	Índice de desenvolvimento ajustado ao género (IDG)		Esperança de vida à nascença (anos) 2002		Taxa de alfabetização de adultos (% 15 anos e mais) 2002 ^a		Taxa de escolarização bruta combinada do primário, secundário e superior (%) 2001/02 ^b		Rendimento auferido estimado (dólares PPC) 2002 ^c		Ordem do IDH menos ordem IDG ^d	
	Ordem	Valor	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.		
152	Mauritânia	124	0,456	53,9	50,7	31,3	51,5	42	46	1.581	2.840	0
153	Haiti	123	0,458	49,9	48,8	50,0	53,8	51 ^{k,n}	53 ^{k,n}	1.170	2.089	2
154	Djibouti	-	-	47,0	44,8	55,5 ^l	76,1 ^l	20	28	-	-	-
155	Gâmbia	125	0,446	55,4	52,5	30,9 ^l	45,0 ^l	41 ^h	49 ^h	1.263	2.127	1
156	Eritreia	127	0,431	54,2	51,1	45,6 ^l	68,2 ^l	28	39	654	1.266	0
157	Senegal	128	0,429	54,9	50,6	29,7	49,0	35 ^h	41 ^h	1.140	2.074	0
158	Timor-Leste	-	-	50,2	48,5	-	-	-	-	-	-	-
159	Ruanda	129	0,423	39,4	38,4	63,4	75,3	50	56	968	1.570	0
160	Guiné	-	-	49,3	48,6	-	-	21 ^r	37 ^r	1.569	2.317	-
161	Benim	130	0,406	53,1	48,5	25,5	54,8	41 ^h	64 ^h	876	1.268	0
162	Tanzânia	131	0,401	44,4	42,7	69,2	85,2	31 ^g	32 ^g	467	660	0
163	Costa do Marfim	132	0,379	41,5	40,9	38,4 ^l	60,3 ^l	34	50	818	2.222	0
164	Zâmbia	133	0,375	32,5	32,9	73,8	86,3	43	47	571	1.041	0
165	Malawi	134	0,374	38,2	37,5	48,7	75,5	71 ^h	77 ^h	427	626	0
166	Angola	-	-	41,5	38,8	-	-	27 ^k	32 ^k	1.627	2.626	-
167	Chadee	135	0,368	45,7	43,6	37,5	54,5	25 ^g	44 ^g	760	1.284	0
168	Congo, Rep. Dem.	136	0,355	42,4	40,4	51,8 ^l	74,2 ^l	24 ^{r,s}	30 ^{r,s}	467	846	0
169	República Centro-Africana	138	0,345	41,0	38,7	33,5 ^q	64,7 ^q	24	38	889	1.469	-1
170	Etiópia	137	0,346	46,4	44,6	33,8	49,2	28	41	516	1.008	1
171	Moçambique	139	0,339	40,0	36,9	31,4	62,3	35	46	840	1.265	0
172	Guiné-Bissau	141	0,329	46,8	43,7	24,7 ^l	55,2 ^l	29 ^k	45 ^k	465	959	-1
173	Burundi	140	0,337	41,3	40,2	43,6	57,7	29	38	561	794	1
174	Mali	142	0,309	49,0	47,9	11,9 ^{m,p}	26,7 ^{m,p}	21 ^r	31 ^r	635	1.044	0
175	Burkina Faso	143	0,291	46,3	45,1	8,1 ^{m,p}	18,5 ^{m,p}	18 ^h	26 ^h	855	1.215	0
176	Níger	144	0,278	46,3	45,7	9,3	25,1	16	23	575	1.005	0
177	Serra Leoa	-	-	35,6	33,1	-	-	38 ^g	52 ^g	337	815	-

a. Os dados referem-se a estimativas produzidas pelo Instituto de Estatística da UNESCO, em Julho de 2002, excepto quando indicado de outro modo. Devido a diferenças de metodologia e de oportunidade dos dados primários, as comparações entre países e no tempo devem ser feitas com cautela. b. Os dados referem-se ao ano escolar de 2001-02. Os dados de alguns países podem referir-se a estimativas nacionais ou do Instituto de Estatística da UNESCO. Para pormenores, ver <http://www.uis.unesco.org/>. Porque os dados são de fontes diferentes, as comparações entre países devem ser feitas com precaução. c. Devido à falta de dados sobre o rendimento desagregado por sexos, os rendimentos auferidos femininos e masculinos foram estimados, de forma grosseira, com base nos dados do rácio entre salários não agrícolas femininos e masculinos, das parcelas feminina e masculina da população economicamente activa, da população total feminina e masculina e do PIB per capita (dólares PPC) (ver nota técnica 1). As estimativas são baseadas nos dados do último ano disponível durante 1991-2000, a não ser quando indicado de outro modo. d. As posições do IDH utilizadas nesta coluna são as recalculadas para o universo dos 144 países com valores IDG. Um valor positivo indica que a ordenação do IDG é melhor do que a do IDH e um valor negativo o contrário. e. Com o fim de calcular o IDG, foi utilizado um valor de 99,0%. f. Com o fim de calcular o IDG, foi utilizado um valor de 100,0%. g. Os dados referem-se ao ano escolar de 2000-01. h. Estimativas provisórias do Instituto de Estatística da UNESCO, sujeitas a revisão posterior. i. O rácio está subestimado, porque muitos estudantes do secundário e do superior prosequem os seus estudos em países vizinhos (ver caixa do quadro 1). j. Com o fim de calcular o IDG, foi utilizado um valor de 40.000 dólares (PPC). k. Os dados referem-se ao ano escolar de 1999-2000. l. UNESCO Institute for Statistics 2003a. m. Dados de censo. n. Dados fornecidos pelo Instituto de Estatística da UNESCO para o *Relatório do Desenvolvimento Humano* 2001 (ver UNESCO Institute for Statistics 2001). o. Calculado com base no PIB per capita (dólares PPC) de 2000. p. Os dados referem-se a um ano entre 1995 e 1999. q. Dados de inquérito. r. Os dados referem-se ao ano escolar de 1998-99. s. UNESCO Institute for Statistics 2003b. **Fonte:** Coluna 1: determinado com base nos valores do IDG da coluna 2; coluna 2: calculado com base nos dados das colunas 3-10; para pormenores, ver nota técnica 1; colunas 3 e 4: UN 2003; colunas 5 e 6: UNESCO Institute for Statistics 2004a, a não ser quando indicado de outro modo; colunas 7 e 8: UNESCO Institute for Statistics 2004c, excepto quando indicado de outro modo; colunas 9 e 10: calculado com base em dados do PIB per capita (dólares PPC), de World Bank 2004f; dados sobre salários, de ILO 2004b; dados sobre a população economicamente activa, de ILO 2002; e dados sobre a população, de UN 2003, excepto quando indicado de outro modo; coluna 11: determinado com base nas posições IDH recalculadas e nas posições IDG da coluna 1.

Posições IDG para 144 países

1	Noruega	26	Eslovénia	51	Bielorrússia	76	Jordânia	101	Namíbia	126	Iémen
2	Suécia	27	Barbados	52	Malásia	77	Tunísia	102	Botswana	127	Eritreia
3	Austrália	28	Singapura	53	Panamá	78	República Dominicana	103	Índia	128	Senegal
4	Canadá	29	Coreia do Sul	54	Albânia	79	Equador	104	Gana	129	Ruanda
5	Holanda	30	Chipre	55	Maurícias	80	Belize	105	Camboja	130	Benim
6	Islândia	31	Malta	56	Roménia	81	Guiana	106	Papua-Nova Guiné	131	Tanzânia
7	Bélgica	32	República Checa	57	Ucrânia	82	Irão	107	Laos	132	Costa do Marfim
8	Estados Unidos	33	Estónia	58	Venezuela	83	Cabo Verde	108	Comores	133	Zâmbia
9	Reino Unido	34	Polónia	59	Colômbia	84	El Salvador	109	Suazilândia	134	Malawi
10	Finlândia	35	Hungria	60	Brasil	85	Usbequistão	110	Bangladeche	135	Chade
11	Suíça	36	Argentina	61	Tailândia	86	Guiné Equatorial	111	Camarões	136	Congo
12	Japão	37	Lituânia	62	Jamaica	87	Vietname	112	Congo	137	Etiópia
13	Dinamarca	38	Eslováquia	63	Cazaquistão	88	Síria	113	Uganda	138	República Centro-Africana
14	Irlanda	39	Barém	64	Libano	89	Argélia	114	Quênia	139	Moçambique
15	França	40	Chile	65	Arménia	90	Indonésia	115	Sudão	140	Burundi
16	Luxemburgo	41	Uruguai	66	Filipinas	91	Moldávia	116	Nepal	141	Guiné-Bissau
17	Áustria	42	Kuwait	67	Turquemenistão	92	Bolívia	117	Lesoto	142	Mali
18	Nova Zelândia	43	Croácia	68	Omã	93	Tajiquistão	118	Zimbabué	143	Burkina Faso
19	Alemanha	44	Costa Rica	69	Fidji	94	Mongólia	119	Togo	144	Níger
20	Espanha	45	Letónia	70	Turquia	95	Honduras	120	Paquistão		
21	Itália	46	Baamas	71	China	96	África do Sul	121	Madagáscar		
22	Israel	47	Trindade e Tobago	72	Arábia Saudita	97	Nicarágua	122	Nigéria		
23	Hong Kong, China (RAE)	48	Bulgária	73	Sri Lanka	98	Guatemala	123	Haiti		
24	Portugal	49	Federação Russa	74	Peru	99	Egipto	124	Mauritânia		
25	Grécia	50	México	75	Paraguai	100	Marrocos	125	Gâmbia		

25 Medida de participação segundo o género

... E ALCANÇANDO A IGUALDADE PARA TODAS AS MULHERES E HOMENS

Ordem do IDH	Medida de participação segundo o género (MPG)		ODM Assentos no parlamento ocupados por mulheres ^a (% do total)	Legisladoras, funcionárias superiores e gestoras ^b (% do total)	Trabalhadoras especializadas e técnicas ^b (% do total)	Rácio entre rendimentos auferidos estimados feminino e masculino ^c	
	Ordem	Valor					
Desenvolvimento humano elevado							
1	Noruega	1	0,908	36,4	28	49	0,74
2	Suécia	2	0,854	45,3	31	50	0,83
3	Austrália	8	0,806	26,5	35	55	0,71
4	Canadá	10	0,787	23,6	34	54	0,63
5	Holanda	5	0,817	35,1	26	48	0,53
6	Bélgica	7	0,808	33,9	30	48	0,50
7	Islândia	6	0,816	30,2	29	55	0,63
8	Estados Unidos	14	0,769	14,0	46	55	0,62
9	Japão	38	0,531	9,9	10	46	0,46
10	Irlanda	16	0,710	14,2	28	52	0,40
11	Suíça	12	0,771	24,8	28	45	0,50
12	Reino Unido	18	0,698	17,3	31	44	0,60
13	Finlândia	4	0,820	37,5	28	52	0,70
14	Áustria	13	0,770	30,6	29	48	0,36
15	Luxemburgo	-	-	16,7	-	-	0,38
16	França	-	-	11,7	-	-	0,59
17	Dinamarca	3	0,847	38,0	22	51	0,72
18	Nova Zelândia	11	0,772	28,3	38	52	0,69
19	Alemanha	9	0,804	31,4	34	49	0,52
20	Espanha	15	0,716	26,6	31	46	0,44
21	Itália	32	0,583	10,3	21	45	0,45
22	Israel	25	0,614	15,0	26	54	0,53
23	Hong Kong, China (RAE)	-	-	-	26	40	0,56
24	Grécia	43	0,523	8,7	26	48	0,43
25	Singapura	20	0,648	16,0	26	43	0,50
26	Portugal	23	0,644	19,1	29	51	0,54
27	Eslovénia	31	0,584	12,2	29	55	0,62
28	Coreia do Sul	68	0,377	5,9	5	34	0,46
29	Barbados	24	0,634	17,6	40	55	0,61
30	Chipre	49	0,497	10,7	14	46	0,47
31	Malta	53	0,480	9,2	17	40	0,37
32	República Checa	30	0,586	15,7	26	52	0,56
33	Brunei	-	-	- ^d	-	-	-
34	Argentina	21	0,645	31,3	26	53	0,37
35	Seychelles	-	-	29,4	-	-	-
36	Estónia	28	0,592	18,8	37	68	0,63
37	Polónia	27	0,606	20,7	34	60	0,62
38	Hungria	39	0,529	9,8	35	62	0,59
39	São Cristóvão e Nevis	-	-	13,3	-	-	-
40	Barém	66	0,395	7,5 ^e	10	19	0,34
41	Lituânia	47	0,508	10,6	44	70	0,67
42	Eslováquia	26	0,607	19,3	31	61	0,65
43	Chile	58	0,460	10,1	21	52	0,38
44	Kuwait	-	-	0,0	-	-	0,34
45	Costa Rica	19	0,664	35,1	53	28	0,39
46	Uruguai	46	0,511	11,5	37	52	0,52
47	Catar	-	-	- ^d	-	-	-
48	Croácia	36	0,560	17,8	26	51	0,56
49	Emiratos Árabes Unidos	-	-	0,0	8	25	-
50	Letónia	29	0,591	21,0	37	66	0,69

25 Medida de participação segundo o género

Ordem do IDH	Medida de participação segundo o género (MPG)		ODM Assentos no parlamento ocupados por mulheres ^a (% do total)	Legisladoras, funcionárias superiores e gestoras ^b (% do total)	Trabalhadoras especializadas e técnicas ^b (% do total)	Rácio entre rendimentos auferidos estimados feminino e masculino ^c	
	Ordem	Valor					
51	Baamas	17	0,699	26,8	31	58	0,65
52	Cuba	–	–	36,0	–	–	–
53	México	34	0,563	21,2	25	40	0,38
54	Trindade e Tobago	22	0,644	25,4	40	51	0,45
55	Antígua e Barbuda	–	–	8,3	–	–	–
Desenvolvimento humano médio							
56	Bulgária	–	–	26,3	–	–	0,66
57	Federação Russa	55	0,467	8,0	37	64	0,64
58	Líbia	–	–	–	–	–	–
59	Malásia	44	0,519	16,3	20	45	0,40
60	Macedónia	45	0,517	18,3	19	51	0,55
61	Panamá	52	0,486	9,9	38	49	0,50
62	Bielorrússia	–	–	18,4	–	–	0,65
63	Tonga	–	–	0,0	–	–	–
64	Maurícias	–	–	5,7	–	–	0,37
65	Albânia	–	–	5,7	–	–	0,56
66	Bósnia e Herzegovina	–	–	12,3	–	–	–
67	Suriname	–	–	17,6	28	51	–
68	Venezuela	61	0,444	9,7	27	61	0,41
69	Roménia	56	0,465	9,3	31	56	0,58
70	Ucrânia	65	0,411	5,3	38	64	0,53
71	Santa Lúcia	–	–	20,7	–	–	–
72	Brasil	–	–	9,1	–	62	0,42
73	Colômbia	48	0,498	10,8	38	50	0,53
74	Omã	–	–	– ^d	–	–	0,22
75	Samoa Ocidental	–	–	6,1	–	–	–
76	Tailândia	57	0,461	9,6	27	55	0,61
77	Árabia Saudita	77	0,207	0,0	1	31	0,21
78	Cazaquistão	–	–	8,6	–	–	0,59
79	Jamaica	–	–	13,6	–	–	0,66
80	Líbano	–	–	2,3	–	–	0,31
81	Fidji	71	0,335	6,0	51	9	0,36
82	Arménia	–	–	4,6	–	–	0,69
83	Filipinas	37	0,542	17,2	58	62	0,59
84	Maldivas	–	–	6,0	15	40	–
85	Peru	42	0,524	18,3	27	44	0,27
86	Turquemenistão	–	–	26,0	–	–	0,63
87	São Vicente e Grenadinas	–	–	22,7	–	–	–
88	Turquia	73	0,290	4,4	7	31	0,60
89	Paraguai	63	0,417	8,8	23	54	0,33
90	Jordânia	–	–	7,9	–	–	0,31
91	Azerbaijão	–	–	10,5	–	–	0,57
92	Tunísia	–	–	11,5	–	–	0,36
93	Granada	–	–	28,6	–	–	–
94	China	–	–	20,2	–	–	0,66
95	Dominica	–	–	18,8	–	–	–
96	Sri Lanka	74	0,276	4,4	4	49	0,57
97	Geórgia	67	0,387	7,2 ^f	28	64	0,40
98	República Dominicana	40	0,527	15,4	31	49	0,36
99	Belize	59	0,455	9,3	31	52	0,24
100	Equador	50	0,490	16,0	25	44	0,30

25 Medida de participação segundo o género

Ordem do IDH	Medida de participação segundo o género (MPG)		ODM	Legisladoras, funcionárias superiores e gestoras ^b	Trabalhadoras especializadas e técnicas ^b	Rácio entre rendimentos auferidos estimados feminino e masculino ^c	
	Ordem	Valor	Assentos no parlamento ocupados por mulheres ^a (% do total)	(% do total)	(% do total)		
101	Irão	72	0,313	4,1	13	33	0,29
102	Territórios Ocupados da Palestina	–	–	–	10	33	–
103	El Salvador	60	0,448	10,7	26	46	0,36
104	Guiana	–	–	20,0	–	–	0,39
105	Cabo Verde	–	–	11,1	–	–	0,46
106	Síria	–	–	12,0	–	–	0,28
107	Usbequistão	–	–	7,2	–	–	0,66
108	Argélia	–	–	–	–	–	0,31
109	Guiné Equatorial	–	–	5,0	–	–	0,40
110	Quirguistão	–	–	6,7	–	–	0,65
111	Indonésia	–	–	8,0	–	–	0,51
112	Vietname	–	–	27,3	–	–	0,69
113	Moldávia	54	0,469	12,9	40	64	0,65
114	Bolívia	41	0,524	17,8	36	40	0,45
115	Honduras	70	0,355	5,5	22	36	0,37
116	Tajiquistão	–	–	12,4	–	–	0,62
117	Mongólia	62	0,429	10,5	30	66	0,67
118	Nicarágua	–	–	20,7	–	–	0,44
119	África do Sul	–	–	27,9 ^g	–	–	0,45
120	Egipto	75	0,266	3,6	9	30	0,38
121	Guatemala	–	–	8,2	–	–	0,33
122	Gabão	–	–	11,0	–	–	0,59
123	São Tomé e Príncipe	–	–	9,1	–	–	–
124	Ilhas Salomão	–	–	0,0	–	–	0,69
125	Marrocos	–	–	–	–	–	0,40
126	Namíbia	33	0,572	21,4	30	55	0,51
127	Índia	–	–	9,3	–	–	0,38
128	Botswana	35	0,562	17,0	35	52	0,51
129	Vanuatu	–	–	1,9	–	–	–
130	Camboja	69	0,364	10,9	14	33	0,77
131	Gana	–	–	9,0	–	–	0,75
132	Mianmar	–	–	– ^h	–	–	–
133	Papua-Nova Guiné	–	–	0,9	–	–	0,58
134	Butão	–	–	9,3	–	–	–
135	Laos	–	–	22,9	–	–	0,65
136	Comores	–	–	– ⁱ	–	–	0,56
137	Suazilândia	51	0,487	16,8	24	61	0,31
138	Bangladeche	76	0,218	2,0	8	25	0,56
139	Sudão	–	–	9,7	–	–	0,32
140	Nepal	–	–	–	–	–	0,50
141	Camarões	–	–	8,9	–	–	0,44
Desenvolvimento humano baixo							
142	Paquistão	64	0,416	20,8	9	26	0,33
143	Togo	–	–	7,4	–	–	0,47
144	Congo	–	–	10,6	–	–	0,56
145	Lesoto	–	–	17,0	–	–	0,38
146	Uganda	–	–	24,7	–	–	0,66
147	Zimbabué	–	–	10,0	–	–	0,57
148	Quênia	–	–	7,1	–	–	0,90
149	Iémen	78	0,123	0,3	4	15	0,30
150	Madagáscar	–	–	6,4	–	–	0,59
151	Nigéria	–	–	5,8	–	–	0,43

25 Medida de participação segundo o género

Ordem do IDH	Medida de participação segundo o género (MPG)		ODM Assentos no parlamento ocupados por mulheres ^a (% do total)	Legisladoras, funcionárias superiores e gestoras ^b (% do total)	Trabalhadoras especializadas e técnicas ^b (% do total)	Rácio entre rendimentos auferidos estimados feminino e masculino ^c
	Ordem	Valor				
152	Mauritânia	–	4,4	–	–	0,56
153	Haiti	–	9,1	–	–	0,56
154	Djibouti	–	10,8	–	–	–
155	Gâmbia	–	13,2	–	–	0,59
156	Eritreia	–	22,0	–	–	0,52
157	Senegal	–	19,2	–	–	0,55
158	Timor-Leste	–	26,1	–	–	–
159	Ruanda	–	45,0	–	–	0,62
160	Guiné	–	19,3	–	–	0,68
161	Benim	–	7,2	–	–	0,69
162	Tanzânia	–	21,4	–	–	0,71
163	Costa do Marfim	–	8,5	–	–	0,37
164	Zâmbia	–	12,0	–	–	0,55
165	Malawi	–	9,3	–	–	0,68
166	Angola	–	15,5	–	–	0,62
167	Chade	–	5,8	–	–	0,59
168	Congo, Rep, Dem,	–	7,4	–	–	0,55
169	República Centro-Africana	–	– ⁱ	–	–	0,60
170	Etiópia	–	7,8	–	–	0,51
171	Moçambique	–	30,0	–	–	0,66
172	Guiné-Bissau	–	– ⁱ	–	–	0,49
173	Burundi	–	18,5	–	–	0,71
174	Mali	–	10,2	–	–	0,61
175	Burkina Faso	–	11,7	–	–	0,70
176	Níger	–	1,2	–	–	0,57
177	Serra Leoa	–	14,5	–	–	0,41

a. Os dados são de 1 de Março de 2004. Onde existem câmaras alta e baixa, os dados referem-se à média ponderada da parcela dos assentos das mulheres em ambas as câmaras. b. Os dados referem-se ao último ano disponível durante o período de 1992-2001. As estimativas para os países que aplicaram a recente Classificação Internacional Tipo das Ocupações (CITO-88) não são exactamente comparáveis com as dos países que utilizam a classificação anterior (CITO-68). c. Calculado com base em dados das colunas 9 e 10 do quadro 22. As estimativas são baseadas nos dados do último ano disponível durante o período de 1991-2001. d. Brunei, Omã e Catar nunca tiveram um parlamento. e. As mulheres tiveram direito de voto no referendo de 14-15 de Fevereiro de 2001, que aprovou a Carta de Acção Nacional. Subsequentemente, as mulheres exerceram plenamente os seus direitos políticos, como votantes e como candidatas, nas eleições nacionais de 2002. f. As eleições tiveram lugar em Novembro de 2003. Contudo, em 25 de Novembro de 2003, os resultados das eleições foram anulados pelo Supremo Tribunal da Geórgia. Novas eleições tiveram lugar em Março de 2004. g. Os valores da distribuição dos assentos não incluem os 36 delegados rotativos especiais da câmara alta, designados *ad hoc*, as percentagens apresentadas foram, portanto, calculadas com base nos assentos da câmara baixa e nos 54 lugares permanentes da câmara alta. h. O parlamento eleito em 1990 nunca foi convocado, nem autorizado a reunir, e muitos dos seus membros foram detidos ou forçados ao exílio. i. O parlamento foi dissolvido ou suspenso por um período indefinido.

Fonte: Coluna 1: determinado com base nos valores MPG da coluna 2; coluna 2: calculado com base nos dados das colunas 3-6; para pormenores, ver nota técnica 1; coluna 3: calculado com base em dados dos assentos parlamentares, de IPU 2004b; colunas 4 e 5: calculado com base em dados das ocupações, de ILO 2004b; coluna 6: calculado com base nos dados das colunas 9 e 10 do quadro 22.

Posições MPG para 78 países

1	Noruega	19	Costa Rica	40	República Dominicana	61	Venezuela
2	Suécia	20	Singapura	41	Bolívia	62	Mongólia
3	Dinamarca	21	Argentina	42	Peru	63	Paraguai
4	Finlândia	22	Trindade e Tobago	43	Grécia	64	Paquistão
5	Holanda	23	Portugal	44	Malásia	65	Ucrânia
6	Islândia	24	Barbados	45	Macedónia	66	Barém
7	Bélgica	25	Israel	46	Uruguai	67	Geórgia
8	Austrália	26	Eslováquia	47	Lituânia	68	Coreia do Sul
9	Alemanha	27	Polónia	48	Colômbia	69	Camboja
10	Canadá	28	Estónia	49	Chipre	70	Honduras
11	Nova Zelândia	29	Letónia	50	Equador	71	Fidji
12	Suíça	30	República Checa	51	Suazilândia	72	Irão
13	Áustria	31	Eslovénia	52	Panamá	73	Turquia
14	Estados Unidos	32	Itália	53	Malta	74	Sri Lanka
15	Espanha	33	Namíbia	54	Moldávia	75	Egipto
16	Irlanda	34	México	55	Federação Russa	76	Bangladeche
17	Baamas	35	Botswana	56	Roménia	77	Arábia Saudita
18	Reino Unido	36	Croácia	57	Tailândia	78	Iémen
		37	Filipinas	58	Chile		
		38	Japão	59	Belize		
		39	Hungria	60	El Salvador		

26 Desigualdade de gênero na educação

... E ALCANÇANDO A IGUALDADE PARA TODAS AS MULHERES E HOMENS

Ordem do IDH	Alfabetização de adultos ^a		Alfabetização de jovens ^a		ODM Escolarização primária líquida ^{b, c}		ODM Escolarização secundária líquida ^{b, c}		ODM Escolarização superior bruta ^{c, d}		
	Taxa feminina (% 15 anos e mais)	Taxa masculina em % da taxa masculina	Taxa feminina (% 15-24 anos)	Taxa masculina em % da taxa masculina	Taxa feminina (%)	Rácio feminino por masculino ^e	Taxa feminina (%)	Rácio feminino por masculino ^e	Taxa feminina (%)	Rácio feminino por masculino ^e	
	2002	2002	2002	2002	2000/01	2000/01	2000/01	2000/01	2000/01	2000/01	
Desenvolvimento humano elevado											
1	Noruega	–	–	–	–	102 ^f	1,00 ^f	95 ^f	1,01 ^f	85 ^f	1,52 ^f
2	Suécia	–	–	–	–	102	1,00	99	1,01	93	1,54
3	Austrália	–	–	–	–	96	1,01	90 ^g	1,03 ^g	72	1,24
4	Canadá	–	–	–	–	100 ^{f, g}	1,00 ^{f, g}	98 ^{f, g}	1,00 ^{f, g}	68 ^f	1,34 ^f
5	Holanda	–	–	–	–	100 ^f	0,99 ^f	90 ^{f, g}	1,00 ^{f, g}	57 ^f	1,07 ^f
6	Bélgica	–	–	–	–	101 ^f	1,00 ^f	–	–	63 ^f	1,16 ^f
7	Islândia	–	–	–	–	101 ^f	1,00 ^f	85 ^f	1,05 ^f	61 ^f	1,73 ^f
8	Estados Unidos	–	–	–	–	93	1,01	85	1,00	94	1,35
9	Japão	–	–	–	–	101	1,00	101 ^{g, h}	1,01 ^{g, h}	45	0,86
10	Irlanda	–	–	–	–	95 ^f	1,01 ^f	85 ^f	1,07 ^f	53 ^f	1,27 ^f
11	Suíça	–	–	–	–	99 ^f	0,99 ^f	85 ^f	0,95 ^f	37 ^f	0,78 ^f
12	Reino Unido	–	–	–	–	101 ^f	1,00 ^f	95 ^f	1,02 ^f	64 ^f	1,20 ^f
13	Finlândia	–	–	–	–	100 ^f	1,00 ^f	95 ^{f, g}	1,02 ^{f, g}	94 ^f	1,22 ^f
14	Áustria	–	–	–	–	91 ^f	1,01 ^f	88 ^{f, g}	0,99 ^{f, g}	61 ^f	1,15 ^f
15	Luxemburgo	–	–	–	–	96 ^f	1,00 ^f	83 ^f	1,09 ^f	10 ^{f, i}	1,14 ^f
16	França	–	–	–	–	100 ^f	1,00 ^f	93 ^{f, g}	1,02 ^{f, g}	59 ^f	1,23 ^f
17	Dinamarca	–	–	–	–	99 ^h	1,00 ^h	91 ^h	1,03 ^h	68 ^{f, g}	1,35 ^f
18	Nova Zelândia	–	–	–	–	98	0,99	93 ^{f, g}	1,02 ^{f, g}	87	1,52
19	Alemanha	–	–	–	–	84	1,02	88	1,00	48	1,00
20	Espanha	–	–	–	–	104	0,99	96	1,04	64	1,19
21	Itália	–	–	–	–	100 ^f	1,00 ^f	85 ^{g, j}	1,01 ^{g, j}	57 ^f	1,32 ^f
22	Israel	93,4	96	99,4	100	101	1,00	89	1,01	67	1,38
23	Hong Kong, China (RAE)	–	–	–	–	98 ^g	1,00 ^g	72 ^g	1,02 ^g	26	0,99
24	Grécia	–	–	–	–	95 ^f	1,00 ^f	86 ^f	1,03 ^f	64 ^f	1,10 ^f
25	Singapura	88,6 ^k	92 ^k	99,6 ^k	100	–	–	–	–	–	–
26	Portugal	–	–	–	–	–	–	89 ^{f, g}	1,08 ^{f, g}	58 ^f	1,37 ^f
27	Eslovénia	99,6	100	99,8	100	93 ^f	0,99 ^f	97 ^{f, g}	1,02 ^{f, g}	70 ^f	1,35 ^f
28	Coreia do Sul	–	–	–	–	101	1,00	89	1,00	61	0,60
29	Barbados	99,7	100	99,8	100	103	1,00	86	0,99	52 ^f	2,55 ^f
30	Chipre	95,1 ^k	96 ^k	99,8 ^k	100	95 ^f	1,01 ^f	89 ^f	1,02 ^f	25 ^f	1,35 ^f
31	Malta	93,4	102	99,8	102	98 ^f	1,01 ^f	80 ^{f, g}	1,01 ^{f, g}	28 ^f	1,29 ^f
32	República Checa	–	–	–	–	88	1,00	90	1,01	35	1,09
33	Brunei	91,4 ^k	95 ^k	99,3 ^k	100	–	–	–	–	17	1,77
34	Argentina	97,0	100	98,9	100	108	1,00	83	1,06	67	1,48
35	Seychelles	92,3 ^k	101 ^k	99,4 ^k	101	106	0,99	101	1,05	–	–
36	Estônia	99,8 ^k	100 ^k	99,8 ^k	100	97 ^f	0,98 ^f	95 ^f	1,06 ^f	74 ^f	1,57 ^f
37	Polónia	–	–	–	–	98	1,00	93	1,03	69	1,43
38	Hungria	–	–	–	–	90	0,99	92	1,00	50	1,29
39	São Cristóvão e Nevis	–	–	–	–	107 ^f	1,09 ^f	116 ^f	1,21 ^f	–	–
40	Barém	84,2	92	98,9	100	91 ^g	1,01 ^g	86 ^g	1,12 ^g	28 ^{g, j}	1,86 ^j
41	Lituânia	99,6 ^k	100 ^k	99,7 ^k	100	97 ^f	0,99 ^f	92 ^{f, g}	1,01 ^{f, g}	72 ^f	1,53 ^f
42	Eslováquia	99,7 ^k	100 ^k	99,7 ^k	100	88	1,02	87	1,01	34	1,13
43	Chile	95,6 ^k	100 ^k	99,2 ^k	100	88 ^f	0,99 ^f	76 ^f	1,03 ^f	36 ^f	0,92 ^f
44	Kuwait	81,0	96	93,9	102	84	0,99	79 ^g	1,05 ^g	32 ^{g, j}	2,58 ^j
45	Costa Rica	95,9	100	98,7	101	91	1,02	53	1,11	22	1,17
46	Uruguai	98,1	101	99,4	101	90	1,01	76 ^g	1,11 ^g	48	1,82
47	Catar	82,3 ^{k, l}	97 ^{k, l}	95,8 ^{k, l}	102	94	0,98	80 ^g	1,06 ^g	34	2,69
48	Croácia	97,1 ^k	98 ^k	99,7 ^k	100	88	0,98	87	1,03	39	1,15
49	Emiratos Árabes Unidos	80,7	107	95,0	108	80	0,97	74	1,05	–	–
50	Letónia	99,7 ^k	100 ^k	99,8 ^k	100	90 ^f	0,99 ^f	89 ^{f, g}	1,01 ^{f, g}	80 ^f	1,66 ^f

26 Desigualdade de gênero na educação

Ordem do IDH	Alfabetização de adultos ^a		Alfabetização de jovens ^a		ODM Escolarização primária líquida ^{b, c}		ODM Escolarização secundária líquida ^{b, c}		ODM Escolarização superior bruta ^{c, d}		
	Taxa feminina (% 15 anos e mais)	Taxa feminina em % da taxa masculina	Taxa feminina (% 15-24 anos)	Taxa feminina em % da taxa masculina	Taxa feminina (%)	Rácio por masculino ^e	Taxa feminina (%)	Rácio por masculino ^e	Taxa feminina (%)	Rácio por masculino ^e	
	2002	2002	2002	2002	2000/01	2000/01	2000/01	2000/01	2000/01	2000/01	
51	Baamas	–	–	–	–	–	–	–	–	–	
52	Cuba	96,8	100	99,8	100	88 ^g	1,03 ^g	79 ^g	1,01 ^g	30	1,25
53	México	88,7 ^k	96 ^k	96,5 ^k	100	102	1,01	61 ^g	1,03 ^g	21	0,95
54	Trindade e Tobago	97,9	99	99,8	100	94 ^g	1,00 ^g	69 ^g	1,03 ^g	9	1,53
55	Antígua e Barbuda	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Desenvolvimento humano médio											
56	Bulgária	98,1	99	99,6	100	92 ^f	0,98 ^f	85 ^{f,g}	0,98 ^{f,g}	46 ^f	1,35 ^f
57	Federação Russa	99,5	100	99,8	100	–	–	–	–	80	1,33
58	Líbia	70,7	77	94,0	94	–	–	–	–	61	1,09
59	Malásia	85,4 ^k	93 ^k	97,3 ^k	100	95	1,00	73	1,10	28 ^f	1,09 ^f
60	Macedónia	–	–	–	–	93 ^f	1,00 ^f	81 ^{f,g}	0,96 ^{f,g}	28 ^f	1,32 ^f
61	Panamá	91,7	99	96,6	99	99	1,00	65 ^g	1,10 ^g	42 ^{g,h}	1,67 ^h
62	Bielorrússia	99,6	100	99,8	100	93 ^g	0,98 ^g	79 ^g	1,04 ^g	72	1,37
63	Tonga	98,9 ^k	100 ^k	99,1 ^k	100	105	1,00	77 ^{f,g}	1,13 ^{f,g}	4 ^g	1,40
64	Maurícias	80,5 ^k	91 ^k	95,4 ^k	102	93	1,00	64	1,08	13	1,29
65	Albânia	98,3 ^k	99 ^k	99,5 ^k	100	97 ^f	1,00 ^f	75 ^f	1,03 ^f	19 ^f	1,69 ^f
66	Bósnia e Herzegovina	91,1	93	99,7	100	–	–	–	–	–	–
67	Suriname	–	–	–	–	98 ^g	1,01 ^g	75 ^g	1,43 ^g	15	1,69
68	Venezuela	92,7	99	98,9	101	93	1,01	62 ^g	1,17 ^g	31 ^g	1,37
69	Roménia	96,3 ^k	98 ^k	97,8 ^k	100	92 ^f	0,99 ^f	81 ^f	1,02 ^f	30 ^f	1,20 ^f
70	Ucrânia	99,5	100	99,9	100	81 ^g	1,00 ^g	91 ^g	1,00 ^g	63	1,17
71	Santa Lúcia	–	–	–	–	102 ^g	0,98 ^g	79 ^g	1,29 ^g	24 ^{g,i}	0,87 ^j
72	Brasil	86,5 ^k	100 ^k	95,7 ^k	103	97	1,02	74	1,08	21	1,29
73	Colômbia	92,2	100	97,9	101	86 ^g	0,99 ^g	56 ^g	1,10 ^g	25	1,10
74	Omã	65,4	80	97,3	98	75	1,01	68	1,00	10 ^g	1,67
75	Samoa Ocidental	98,4	99	99,5	100	94	0,99	65	1,12	6 ^g	0,90
76	Tailândia	90,5 ^k	95 ^k	97,8 ^k	100	85 ^g	0,97 ^g	–	–	38	1,09
77	Árabia Saudita	69,5	83	91,6	96	57	0,92	51 ^g	0,93 ^g	26 ^g	1,49
78	Cazaquistão	99,2	100	99,8	100	89	0,99	83	0,97	43	1,23
79	Jamaica	91,4	109	97,8	107	95	1,00	76	1,04	24	2,24
80	Líbano	–	–	–	–	89 ^g	0,99 ^g	–	–	48	1,14
81	Fidji	91,4 ^{k,l}	97 ^{k,l}	99,4 ^{k,l}	100	100 ^g	1,00 ^g	79 ^g	1,07 ^g	73 ^g	1,00 ^g
82	Arménia	99,2 ^k	99 ^k	99,9 ^k	100	84	0,99	86	1,04	29	1,17
83	Filipinas	92,7 ^k	100 ^k	95,7 ^k	101	94	1,02	62	1,20	35	1,29
84	Maldivas	97,2	100	99,2	100	96	1,01	33 ^h	1,13 ^h	–	–
85	Peru	80,3 ^m	88 ^m	95,6 ^m	98	101	1,00	65 ^{f,g}	0,97 ^{f,g}	31 ^g	0,98
86	Turquemenistão	98,3 ^{k,l}	99 ^{k,l}	99,8 ^{k,l}	100	–	–	–	–	–	–
87	São Vicente e Grenadinas	–	–	–	–	92 ^g	0,99 ^g	57	1,21	–	–
88	Turquia	78,5 ^k	83 ^k	93,2 ^k	95	85 ^g	0,93 ^g	–	–	21	0,73
89	Paraguai	90,2 ^m	97 ^m	96,5 ^m	100	92 ^g	1,01 ^g	51 ^g	1,05 ^g	22	1,37
90	Jordânia	85,9	90	99,5	100	92	1,01	81	1,03	31	1,02
91	Azerbaijão	–	–	–	–	79	0,98	75 ^g	0,99 ^g	24	1,02
92	Tunísia	63,1	76	90,6	93	97	0,99	69 ^g	1,04 ^g	21 ^{f,g}	0,97 ^f
93	Granada	–	–	–	–	80 ^{f,g}	0,90 ^{f,g}	–	–	–	–
94	China	86,5 ^k	91 ^k	98,5 ^k	99	93 ^{f,g}	1,01 ^{f,g}	–	–	–	–
95	Dominica	–	–	–	–	90 ^{f,g}	0,98 ^{f,g}	87 ^f	1,06 ^f	–	–
96	Sri Lanka	89,6	95	96,9	100	105	1,00	–	–	–	–
97	Geórgia	–	–	–	–	91	1,00	72 ^{g,i}	1,03 ^{g,i}	37	1,02
98	República Dominicana	84,4	100	92,5	102	95	0,96	47	1,34	–	–
99	Belize	77,1 ^k	101 ^k	84,6 ^k	101	96 ^{f,g}	1,00 ^{f,g}	63 ^f	1,07 ^f	–	–
100	Equador	89,7 ^k	97 ^k	96,5 ^k	100	102	1,01	50	1,02	–	–

26 Desigualdade de gênero na educação

Ordem do IDH	Alfabetização de adultos ^a		Alfabetização de jovens ^a		ODM Escolarização primária líquida ^{b, c}		ODM Escolarização secundária líquida ^{b, c}		ODM Escolarização superior bruta ^{c, d}		
	Taxa feminina (% 15 anos e mais)	Taxa feminina em % da taxa masculina	Taxa feminina (% 15-24 anos)	Taxa feminina em % da taxa masculina	Taxa feminina (%)	Rácio feminino por masculino ^e	Taxa feminina (%)	Rácio feminino por masculino ^e	Taxa feminina (%)	Rácio feminino por masculino ^e	
	2002	2002	2002	2002	2000/01	2000/01	2000/01	2000/01	2000/01	2000/01	
101	Irão	70,4 ^{l, m}	84 ^{l, m}	–	–	78 ^{f, g}	0,98 ^{f, g}	–	–	20	1,01
102	Territórios Ocupados da Palestina	–	–	–	–	95	1,01	83 ^g	1,06 ^g	30	0,98
103	El Salvador	77,1	94	88,1	98	89	1,00	47	1,02	18	1,19
104	Guiana	–	–	–	–	97 ^h	0,97 ^h	79 ^{g, h}	1,10 ^{g, h}	–	–
105	Cabo Verde	68,0	80	86,3	94	100	0,99	54	1,04	3	0,84
106	Síria	74,2	82	93,0	96	96	0,95	37	0,91	–	–
107	Usbequistão	98,9	99	99,6	100	–	–	–	–	–	–
108	Argélia	59,6	76	85,6	91	94	0,97	64 ^g	1,06 ^g	–	–
109	Guiné Equatorial	–	–	–	–	78	0,85	19 ^{g, h}	0,58 ^{g, h}	2 ^h	0,43 ^h
110	Quirguistão	–	–	–	–	88	0,96	–	–	48	1,14
111	Indonésia	83,4	90	97,6	99	92	0,99	46 ^{g, h}	0,95 ^{g, h}	14	0,86
112	Vietname	86,9 ^{k, l}	93 ^{k, l}	–	–	92 ^{f, g}	0,94 ^{f, g}	–	–	9	0,76
113	Moldávia	98,6	99	99,8	100	78	0,99	70	1,03	33	1,34
114	Bolívia	80,7 ^k	87 ^k	96,1 ^k	98	94	1,00	67 ^{f, g}	0,98 ^{f, g}	22 ^{g, j}	0,55 ^j
115	Honduras	80,2 ^k	101 ^k	90,9 ^k	105	88 ^g	1,02 ^g	–	–	16 ^g	1,32
116	Tajiquistão	99,3 ^k	100 ^k	99,8 ^k	100	102	0,95	72 ^g	0,84 ^g	7	0,33
117	Mongólia	97,5 ^k	99 ^k	98,4 ^k	101	88	1,03	78	1,19	44	1,74
118	Nicarágua	76,6 ^m	100 ^m	88,8 ^m	106	82	1,01	40	1,18	–	–
119	África do Sul	85,3	98	91,7	100	90	1,01	65 ^{f, g}	1,11 ^{f, g}	16	1,14
120	Egipto	43,6 ^{k, l}	65 ^{k, l}	66,9 ^{k, l}	85	88 ^g	0,96 ^g	79 ^g	0,95 ^g	–	–
121	Guatemala	62,5	81	73,8	86	83	0,95	27 ^g	0,95 ^g	–	–
122	Gabão	–	–	–	–	78 ^{f, g}	0,99 ^{f, g}	–	–	5 ^j	0,54 ^j
123	São Tomé e Príncipe	–	–	–	–	96 ^g	0,94 ^g	–	–	1 ^g	0,56
124	Ilhas Salomão	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
125	Marrocos	38,3	61	61,3	79	85	0,93	28 ^{g, h}	0,83 ^{g, h}	9 ^g	0,80
126	Namíbia	82,8	99	94,0	104	81	1,06	44	1,36	7	0,84
127	Índia	–	–	–	–	76 ^f	0,83 ^f	–	–	9 ^f	0,68 ^f
128	Botswana	81,5	107	92,8	109	83	1,04	59 ^{f, g}	1,15 ^{f, g}	4	0,82
129	Vanuatu	–	–	–	–	94	1,02	28	1,01	–	–
130	Camboja	59,3	73	75,9	90	83 ^g	0,93 ^g	15 ^g	0,60 ^g	2	0,40
131	Gana	65,9	80	90,1	96	59	0,96	30 ^g	0,87 ^g	2	0,39
132	Mianmar	81,4	91	91,1	100	82	1,00	34	0,94	15 ^{f, g}	1,75 ^f
133	Papua-Nova Guiné	–	–	–	–	73 ^g	0,89 ^g	20 ^g	0,80 ^g	1 ^j	0,54 ^j
134	Butão	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
135	Laos	55,5	72	72,7	85	79	0,92	28	0,81	3	0,57
136	Comores	49,1	77	52,2	79	50 ^{g, h}	0,84 ^{g, h}	–	–	1 ^{g, h}	0,73 ^h
137	Suazilândia	80,0	98	92,1	102	77	1,01	35	1,21	5	1,16
138	Bangladeche	31,4	62	41,1	71	88	1,02	46	1,10	4	0,50
139	Sudão	49,1	69	74,2	88	42 ^{g, h}	0,83 ^{g, h}	–	–	6 ^j	0,92 ^j
140	Nepal	26,4	43	46,0	59	66 ^{f, g}	0,88 ^{f, g}	–	–	2	0,28
141	Camarões	59,8 ^m	78 ^m	–	–	–	–	–	–	4 ^g	0,63
Desenvolvimento humano baixo											
142	Paquistão	28,5 ^{k, l}	53 ^{k, l}	42,0 ^{k, l}	64	–	–	–	–	–	–
143	Togo	45,4	61	66,6	75	86	0,84	17 ^{g, h}	0,48 ^{g, h}	1 ^h	0,20 ^h
144	Congo	77,1	87	97,3	99	–	–	–	–	1	0,19
145	Lesoto	90,3 ^m	123 ^m	–	–	88	1,08	27	1,56	3	1,28
146	Uganda	59,2	75	74,0	86	–	–	13 ^f	0,86 ^f	2 ^g	0,52
147	Zimbabué	86,3	92	96,2	97	83	1,01	38	0,91	3 ^g	0,58
148	Quênia	78,5	87	95,1	99	71 ^g	1,02 ^g	24 ^g	0,97 ^g	2 ^g	0,53
149	Iémen	28,5	41	50,9	60	47 ^{g, h}	0,66 ^{g, h}	21 ^{g, h}	0,46 ^{g, h}	5 ^{g, h}	0,28 ^h
150	Madagáscar	–	–	–	–	69	1,01	12 ^{g, j}	1,03 ^{g, j}	2	0,83
151	Nigéria	59,4	80	86,5	95	–	–	–	–	–	–

26 Desigualdade de género na educação

Ordem do IDH	Alfabetização de adultos ^a		Alfabetização de jovens ^a		ODM Escolarização primária líquida ^{b, c}		ODM Escolarização secundária líquida ^{b, c}		ODM Escolarização superior bruta ^{c, d}	
	Taxa feminina (% 15 anos e mais)	Taxa feminina em % da taxa masculina	Taxa feminina (% 15-24 anos)	Taxa feminina em % da taxa masculina	Taxa feminina (%)	Rácio por masculino ^e	Taxa feminina (%)	Rácio por masculino ^e	Taxa feminina (%)	Rácio por masculino ^e
	2002	2002	2002	2002	2000/01	2000/01	2000/01	2000/01	2000/01	2000/01
152 Mauritània	31,3	61	41,8	73	65 ^g	0,96 ^g	13 ^g	0,83 ^g	1	0,27
153 Haiti	50,0	93	66,5	101	–	–	–	–	–	–
154 Djibouti	–	–	–	–	30 ^g	0,77 ^g	13 ^g	0,63 ^g	1	0,80
155 Gâmbia	–	–	–	–	70 ^g	0,92 ^g	24 ^g	0,75 ^g	–	–
156 Eritreia	–	–	–	–	39	0,86	18 ^g	0,74 ^g	(,)	0,15
157 Senegal	29,7	61	44,5	72	54	0,89	–	–	–	–
158 Timor-Leste	–	–	–	–	–	–	–	–	15	1,58
159 Ruanda	63,4	84	83,6	97	85	1,03	–	–	1 ^g	0,40
160 Guiné	–	–	–	–	54	0,78	7 ^{g, i}	0,38 ^{g, i}	–	–
161 Benim	25,5	47	38,5	53	58 ^{g, h}	0,69 ^{g, h}	13 ^{f, g}	0,48 ^{f, g}	1 ^h	0,24 ^h
162 Tanzània	69,2	81	89,4	95	54	1,00	–	–	(,) ^f	0,31 ^f
163 Costa do Marfim	–	–	51,5	74	53	0,74	–	–	4 ^j	0,36 ^j
164 Zàmbia	73,8	85	86,9	95	66 ^g	0,99 ^g	18 ^g	0,85 ^g	2 ^{f, g}	0,46 ^f
165 Malawi	48,7	64	62,8	77	81 ^g	1,00 ^g	26	0,81	(,) ^j	0,37 ^j
166 Angola	–	–	–	–	28 ^{g, h}	0,86 ^{g, h}	–	–	1 ^h	0,63 ^h
167 Chade	37,5	69	64,0	84	47 ^g	0,67 ^g	4 ^{f, g}	0,31 ^{f, g}	(,) ^h	0,17 ^h
168 Congo, Rep. Dem.	–	–	–	–	34 ^j	0,95 ^j	9 ^{g, j}	0,58 ^{g, j}	–	–
169 República Centro-Africana	33,5 ^m	52 ^m	46,9 ^m	67	–	–	–	–	1 ^h	0,19 ^h
170 Etiópia	33,8	69	51,8	82	41	0,79	11 ^g	0,61 ^g	1	0,36
171 Moçambique	31,4	50	49,2	64	56	0,88	9	0,69	(,) ^{g, h}	0,73 ^h
172 Guiné-Bissau	–	–	–	–	38 ^h	0,71 ^h	–	–	(,) ^h	0,18 ^h
173 Burundi	43,6	76	65,1	97	48 ^g	0,82 ^g	7 ^g	0,75 ^g	1	0,42
174 Mali	11,9 ^{k, l}	44 ^{k, l}	16,9 ^{k, l}	52	32 ^{g, j}	0,72 ^{g, j}	–	–	–	–
175 Burkina Faso	8,1 ^{k, l}	44 ^{k, l}	14,0 ^{k, l}	55	29 ^g	0,71 ^g	6 ^{f, g}	0,65 ^{f, g}	1	0,33
176 Níger	9,3	37	15,1	44	28	0,68	4	0,66	1 ^g	0,34
177 Serra Leoa	–	–	–	–	–	–	–	–	1 ^g	0,40
Países em desenvolvimento	75,9	88	85,7	95	–	–	–	–	–	–
Países menos desenvolvidos	43,3	70	57,4	81	–	–	–	–	–	–
Países Árabes	51,8	70	75,6	87	–	–	–	–	–	–
Àsia Oriental e Pacífico	86,2	91	97,6	99	–	–	–	–	–	–
América Latina e Caraíbas	87,7	98	95,3	101	–	–	–	–	–	–
Àsia do Sul	40,8	67	45,0	70	–	–	–	–	–	–
África Subsariana	55,9	79	72,6	90	–	–	–	–	–	–
Europa Central, do Leste & CEI	99,1	100	99,6	100	–	–	–	–	–	–
OCDE	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
OCDE de rendimento elevado	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Desenvolvimento humano elevado	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Desenvolvimento humano médio	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Desenvolvimento humano baixo	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Rendimento elevado	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Rendimento médio	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Rendimento baixo	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Mundo	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–

a. Os dados referem-se a estimativas produzidas pelo Instituto de Estatística da UNESCO, em Julho de 2002, excepto quando indicado de outro modo. Devido a diferenças de metodologia e de oportunidade dos dados primários, as comparações entre países e no tempo devem ser feitas com cautela. b. A taxa de escolarização líquida é o rácio entre o número de crianças matriculadas com idade oficial para o nível de educação indicado e a população total dessa idade. As taxas de escolarização que excedem 100% reflectem discrepâncias entre estes dois conjuntos de dados. c. Os dados referem-se ao ano escolar de 2000-01. Os dados de alguns países podem corresponder a estimativas nacionais ou do Instituto de Estatística da UNESCO. Para pormenores, ver <http://www.uis.unesco.org/>. Porque os dados são de fontes diferentes, as comparações entre países devem ser feitas com precaução. d. A escolarização superior é calculada, geralmente, como uma taxa bruta. e. Calculado como o rácio entre as taxas de escolarização feminina e masculina. f. Os dados referem-se ao ano escolar de 2000-01. g. Estimativas provisórias do Instituto de Estatística da UNESCO, sujeitas a revisão posterior. h. Os dados referem-se ao ano escolar de 1999-2000. i. A taxa é subestimada, porque muitos estudantes prosseguem os seus estudos nos países vizinhos. j. Os dados referem-se ao ano escolar de 1998-99. k. Dados de censo. l. Os dados referem-se a um ano entre 1995 e 1999. m. Dados de inquérito.

Fonte: Colunas 1 e 3: UNESCO Institute for Statistics 2004a; colunas 2 e 4: calculado com base em dados das taxas de alfabetização de adultos e de jovens, de UNESCO Institute for Statistics 2004a; colunas 5, 7 e 9: UNESCO Institute for Statistics 2004c; colunas 6, 8 e 10: calculado com base em dados das taxas de escolarização líquida, de UNESCO Institute for Statistics 2004c.

27 Desigualdade de género na actividade económica

... E ALCANÇANDO A IGUALDADE PARA TODAS AS MULHERES E HOMENS

Ordem do IDH	Emprego feminino por actividade económica (%)									Contribuição de trabalhadores familiares (%)		
	Taxa de actividade económica feminina (15 anos e mais)			Agricultura		Indústria		Serviços		Mulheres	Homens	
	Taxa (%)	Índice (1990 = 100)	Em % da taxa masc.	Total	Em % da taxa masc.	Total	Em % da taxa masc.	Total	Em % da taxa masc.			
	2002	2002	2002	1995-2002 ^a	1995-2002 ^a							
Desenvolvimento humano elevado												
1	Noruega	59,9	110	85	2	37	9	27	88	152	63	38
2	Suécia	62,7	102	89	1	32	11	31	88	144	50	50
3	Austrália	56,4	108	78	3	56	10	33	87	135	58	42
4	Canadá	60,5	105	83	2	40	11	35	87	137	65	35
5	Holanda	45,8	106	67	2	60	9	29	86	135	80	20
6	Bélgica	40,1	106	67	1	52	10	28	82	141	85	15
7	Islândia	66,7	101	83	3	24	10	29	85	157	50	50
8	Estados Unidos	59,3	107	82	1	42	12	36	87	134	63	37
9	Japão	51,1	104	68	5	113	21	55	73	128	81	19
10	Irlanda	37,9	118	53	2	17	14	36	83	167	53	47
11	Suíça	51,0	104	66	3	67	13	37	84	141	59	41
12	Reino Unido	53,2	106	75	1	35	11	32	88	142	68	32
13	Finlândia	56,9	98	87	4	50	14	35	82	156	42	58
14	Áustria	44,1	103	66	6	113	14	32	80	154	67	33
15	Luxemburgo	38,2	104	58	-	-	-	-	-	-	-	-
16	França	49,1	108	77	1	36	13	38	86	136	-	-
17	Dinamarca	61,8	100	84	2	34	14	38	85	143	-	-
18	Nova Zelândia	58,0	110	80	6	50	12	37	82	146	61	39
19	Alemanha	47,9	100	70	2	70	18	40	80	153	78	22
20	Espanha	38,1	113	57	5	59	15	35	81	160	63	37
21	Itália	38,8	107	59	5	78	20	52	75	136	54	46
22	Israel	49,2	115	69	-	-	-	-	-	-	76	24
23	Hong Kong, China (RAE)	51,1	105	65	(,)	33	10	37	90	123	87	13
24	Grécia	38,4	109	59	18	118	12	40	70	127	69	31
25	Singapura	50,0	99	64	(,)	50	18	60	81	119	76	24
26	Portugal	51,6	105	72	14	123	23	51	63	143	70	30
27	Eslovénia	54,4	98	81	10	95	29	62	61	143	62	38
28	Coreia do Sul	54,1	112	71	12	125	19	55	70	122	88	12
29	Barbados	62,3	107	79	4	77	10	35	63	129	-	-
30	Chipre	49,2	103	62	4	80	13	41	83	142	84	16
31	Malta	26,3	113	38	1	18	21	58	78	129	-	-
32	República Checa	61,3	100	83	3	55	28	57	68	155	86	14
33	Brunei	50,7	112	63	-	-	-	-	-	-	-	-
34	Argentina	36,7	126	48	(,)	33	12	40	87	127	59	41
35	Seychelles	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
36	Estónia	60,4	95	82	4	39	23	55	73	153	50	50
37	Polónia	57,1	100	80	19	99	18	46	63	155	58	43
38	Hungria	48,6	102	72	4	41	26	60	71	144	70	30
39	São Cristóvão e Nevis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
40	Barém	34,2	120	40	-	-	-	-	-	-	-	-
41	Lituânia	57,5	97	80	12	60	21	61	67	148	59	41
42	Eslováquia	62,7	99	84	4	45	26	53	71	161	75	25
43	Chile	38,5	121	50	-	-	-	-	-	-	-	-
44	Kuwait	36,4	96	48	-	-	-	-	-	-	-	-
45	Costa Rica	37,6	113	47	4	19	15	57	80	158	43	57
46	Uruguai	48,6	110	67	2	28	14	43	85	136	74	25
47	Catar	42,1	127	47	-	-	-	-	-	-	-	-
48	Croácia	48,9	102	73	15	97	21	58	63	133	73	27
49	Emiratos Árabes Unidos	32,0	110	37	(,)	1	14	38	86	157	-	-
50	Letónia	59,3	94	80	12	63	16	48	72	153	50	50

27 Desigualdade de género na actividade económica

Ordem do IDH	Taxa de actividade económica feminina (15 anos e mais)			Emprego feminino por actividade económica (%)						Contribuição de trabalhadores familiares (%)		
	Taxa (%)	Índice (1990 = 100)	Em % da taxa masc.	Agricultura		Indústria		Serviços		Mulheres	Homens	
				Total	Em % da taxa masc.	Total	Em % da taxa masc.	Total	Em % da taxa masc.			
	2002	2002	2002	1995-2002 ^a	1995-2002 ^a	1995-2002 ^a	1995-2002 ^a	1995-2002 ^a	1995-2002 ^a	1995-2002 ^a	1995-2002 ^a	
51	Baamas	67,0	104	84	1	22	5	22	93	134	-	-
52	Cuba	50,8	120	66	-	-	-	-	-	-	-	-
53	México	40,2	118	48	6	26	22	79	72	150	49	51
54	Trindade e Tobago	44,9	115	60	3	25	13	36	84	160	75	25
55	Antígua e Barbuda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Desenvolvimento humano médio												
56	Bulgária	56,1	94	86	-	-	-	-	-	-	-	-
57	Federação Russa	59,1	98	82	8	53	23	64	69	140	41	58
58	Líbia	25,6	125	34	-	-	-	-	-	-	-	-
59	Malásia	48,9	110	62	14	68	29	85	57	126	-	-
60	Macedónia	50,0	104	72	-	-	-	-	-	-	61	39
61	Panamá	44,0	114	56	6	19	10	50	85	165	36	64
62	Bielorrússia	59,1	97	82	-	-	-	-	-	-	-	-
63	Tonga	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
64	Maurícias	38,4	111	48	13	82	43	110	45	97	-	-
65	Albânia	60,0	103	74	-	-	-	-	-	-	-	-
66	Bósnia e Herzegovina	43,1	99	60	-	-	-	-	-	-	-	-
67	Suriname	37,1	124	50	2	21	1	2	97	150	-	-
68	Venezuela	43,9	116	54	2	12	12	42	86	151	-	-
69	Roménia	50,5	97	76	45	113	22	72	33	111	71	29
70	Ucrânia	55,4	98	80	17	79	22	57	55	168	60	40
71	Santa Lúcia	-	-	-	16	59	14	56	71	144	-	-
72	Brasil	43,7	98	52	16	68	10	37	74	150	-	-
73	Colômbia	48,9	115	61	7	20	17	90	76	158	58	42
74	Omã	20,0	157	26	-	-	-	-	-	-	-	-
75	Samoa Ocidental	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
76	Tailândia	73,0	97	85	48	95	17	85	35	119	66	34
77	Árabia Saudita	22,0	147	29	-	-	-	-	-	-	-	-
78	Cazaquistão	61,2	101	82	-	-	-	-	-	-	-	-
79	Jamaica	67,3	101	86	10	34	9	34	81	181	66	34
80	Líbano	30,3	125	39	-	-	-	-	-	-	-	-
81	Fidji	38,7	146	48	-	-	-	-	-	-	-	-
82	Arménia	62,4	99	88	-	-	-	-	-	-	-	-
83	Filipinas	49,9	106	61	25	55	12	67	63	172	-	-
84	Maldivas	65,4	100	80	5	31	24	149	39	70	57	43
85	Peru	35,3	120	44	6	56	10	42	84	129	66	34
86	Turquemenistão	62,5	105	82	-	-	-	-	-	-	-	-
87	São Vicente e Grenadinas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
88	Turquia	50,8	116	62	56	232	15	56	29	60	68	32
89	Paraguai	37,3	110	44	20	52	10	50	69	173	-	-
90	Jordânia	27,6	163	36	-	-	-	-	-	-	-	-
91	Azerbaijão	55,0	106	76	43	114	7	51	50	103	-	-
92	Tunísia	37,5	114	48	-	-	-	-	-	-	-	-
93	Granada	-	-	-	10	59	12	38	77	165	-	-
94	China	72,5	98	86	-	-	-	-	-	-	-	-
95	Dominica	-	-	-	14	44	10	42	72	180	-	-
96	Sri Lanka	43,3	108	56	49	129	22	98	27	74	56	44
97	Geórgia	55,7	100	78	53	100	6	47	41	118	57	43
98	República Dominicana	40,8	120	48	2	9	17	64	81	154	23	77
99	Belize	27,5	115	32	6	17	12	62	81	187	32	68
100	Equador	33,4	120	40	4	38	16	55	79	132	64	36

27 Desigualdade de género na actividade económica

Ordem do IDH	Taxa de actividade económica feminina (15 anos e mais)			Emprego feminino por actividade económica (%)						Contribuição de trabalhadores familiares (%)		
	Taxa (%)	Índice (1990 = 100)	Em % da taxa masc. 2002	Agricultura		Indústria		Serviços		Mulheres 1995-2002 ^a	Homens 1995-2002 ^a	
				Total 1995-2002 ^a	Em % da taxa masc. 1995-2002 ^a	Total 1995-2002 ^a	Em % da taxa masc. 1995-2002 ^a	Total 1995-2002 ^a	Em % da taxa masc. 1995-2002 ^a			
	2002	2002	2002	1995-2002 ^a	1995-2002 ^a	1995-2002 ^a	1995-2002 ^a	1995-2002 ^a	1995-2002 ^a	1995-2002 ^a		
101	Irão	30,0	139	38	-	-	-	-	-	46	54	
102	Territórios Ocupados da Palestina	9,5	151	14	26	281	11	34	62	107	46	54
103	El Salvador	47,1	126	56	4	12	22	90	74	178	39	61
104	Guiana	41,5	116	50	-	-	-	-	-	-	-	-
105	Cabo Verde	46,6	109	53	-	-	-	-	-	-	-	-
106	Síria	29,2	124	38	-	-	-	-	-	-	-	-
107	Usbequistão	62,8	106	85	-	-	-	-	-	-	-	-
108	Argélia	30,9	162	41	-	-	-	-	-	-	-	-
109	Guiné Equatorial	45,7	101	52	-	-	-	-	-	-	-	-
110	Quirguistão	61,2	104	85	53	103	8	60	38	112	-	-
111	Indonésia	56,0	111	68	-	-	-	-	-	-	-	-
112	Vietname	73,5	96	91	-	-	-	-	-	-	-	-
113	Moldávia	60,3	98	84	50	97	10	58	40	130	70	30
114	Bolívia	48,4	106	58	3	54	14	36	82	151	63	37
115	Honduras	41,2	122	48	-	-	-	-	-	-	40	60
116	Tajiquistão	58,5	112	81	-	-	-	-	-	-	-	-
117	Mongólia	73,8	103	88	-	-	-	-	-	-	70	30
118	Nicarágua	48,1	119	57	-	-	-	-	-	-	-	-
119	África do Sul	47,3	102	59	9	72	14	41	75	150	-	-
120	Egipto	35,7	118	45	39	144	7	28	54	112	33	67
121	Guatemala	37,1	132	43	18	36	23	127	56	203	-	-
122	Gabão	63,2	101	77	-	-	-	-	-	-	-	-
123	São Tomé e Príncipe	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
124	Ilhas Salomão	80,9	97	92	-	-	-	-	-	-	-	-
125	Marrocos	41,8	107	53	6	107	40	125	54	86	19	81
126	Namíbia	53,7	101	67	29	89	7	39	63	128	-	-
127	Índia	42,4	105	50	-	-	-	-	-	-	-	-
128	Botswana	62,6	95	77	17	78	14	54	67	133	45	55
129	Vanuatu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
130	Camboja	80,2	98	97	-	-	-	-	-	-	64	36
131	Gana	79,9	98	98	-	-	-	-	-	-	-	-
132	Mianmar	65,8	99	75	-	-	-	-	-	-	-	-
133	Papua-Nova Guiné	67,6	100	79	-	-	-	-	-	-	-	-
134	Butão	57,1	100	65	-	-	-	-	-	-	-	-
135	Laos	74,5	101	85	-	-	-	-	-	-	-	-
136	Comores	62,4	99	73	-	-	-	-	-	-	-	-
137	Suazilândia	41,9	107	52	-	-	-	-	-	-	-	-
138	Bangladeche	66,4	101	76	77	144	9	82	12	40	81	19
139	Sudão	35,4	115	41	-	-	-	-	-	-	-	-
140	Nepal	56,8	101	67	-	-	-	-	-	-	-	-
141	Camarões	49,6	105	59	-	-	-	-	-	-	-	-
Desenvolvimento humano baixo												
142	Paquistão	36,3	127	44	73	164	9	46	18	50	33	67
143	Togo	53,5	101	62	-	-	-	-	-	-	-	-
144	Congo	58,4	100	71	-	-	-	-	-	-	-	-
145	Lesoto	47,6	103	56	-	-	-	-	-	-	-	-
146	Uganda	79,3	98	88	-	-	-	-	-	-	-	-
147	Zimbabué	65,0	98	78	-	-	-	-	-	-	-	-
148	Quênia	74,7	100	85	16	79	10	41	75	131	-	-
149	Iémen	30,8	109	37	88	204	3	21	9	21	26	74
150	Madagáscar	69,0	99	78	-	-	-	-	-	-	-	-
151	Nigéria	47,8	102	56	2	51	11	37	87	131	-	-

27 Desigualdade de género na actividade económica

Ordem do IDH	Taxa de actividade económica feminina (15 anos e mais)			Emprego feminino por actividade económica (%)						Contribuição de trabalhadores familiares (%)		
	Taxa (%)	Índice (1990 = 100)	Em % da taxa masc.	Agricultura		Indústria		Serviços		Mulheres	Homens	
				Total	Em % da taxa masc.	Total	Em % da taxa masc.	Total	Em % da taxa masc.			
	2002	2002	2002	1995-2002 ^a	1995-2002 ^a	1995-2002 ^a	1995-2002 ^a	1995-2002 ^a	1995-2002 ^a	1995-2002 ^a	1995-2002 ^a	
152	Mauritânia	63,2	97	74	-	-	-	-	-	-	-	-
153	Haiti	55,7	97	70	37	60	6	41	57	252	-	-
154	Djibouti	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
155	Gâmbia	69,7	101	78	-	-	-	-	-	-	-	-
156	Eritreia	74,6	98	87	-	-	-	-	-	-	-	-
157	Senegal	61,7	101	72	-	-	-	-	-	-	-	-
158	Timor-Leste	73,3	96	86	-	-	-	-	-	-	-	-
159	Ruanda	82,4	98	88	-	-	-	-	-	-	-	-
160	Guiné	77,1	98	89	-	-	-	-	-	-	-	-
161	Benim	73,2	96	90	-	-	-	-	-	-	-	-
162	Tanzânia	81,5	98	93	-	-	-	-	-	-	-	-
163	Costa do Marfim	44,0	102	51	-	-	-	-	-	-	-	-
164	Zâmbia	64,0	98	74	-	-	-	-	-	-	-	-
165	Malawi	77,7	97	90	-	-	-	-	-	-	-	-
166	Angola	72,6	98	82	-	-	-	-	-	-	-	-
167	Chade	67,3	102	77	-	-	-	-	-	-	-	-
168	Congo, Rep, Dem,	60,4	97	72	-	-	-	-	-	-	-	-
169	República Centro-Africana	67,3	96	78	-	-	-	-	-	-	-	-
170	Etiópia	57,2	98	67	-	-	-	-	-	-	-	-
171	Moçambique	82,6	99	92	-	-	-	-	-	-	-	-
172	Guiné-Bissau	57,0	100	63	-	-	-	-	-	-	-	-
173	Burundi	81,8	99	89	-	-	-	-	-	-	-	-
174	Mali	69,8	97	79	-	-	-	-	-	-	-	-
175	Burkina Faso	74,7	97	85	-	-	-	-	-	-	-	-
176	Níger	69,3	99	75	-	-	-	-	-	-	-	-
177	Serra Leoa	45,0	106	54	-	-	-	-	-	-	-	-
	Países em desenvolvimento	55,8	101	67	-	-	-	-	-	-	-	-
	Países menos desenvolvidos	64,2	99	74	-	-	-	-	-	-	-	-
	Países Árabes	33,0	118	42	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ásia Oriental e Pacífico	68,8	99	82	-	-	-	-	-	-	-	-
	América Latina e Caraíbas	42,5	110	52	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ásia do Sul	43,7	107	52	-	-	-	-	-	-	-	-
	África Subsariana	62,1	99	73	-	-	-	-	-	-	-	-
	Europa Central, do Leste & CEI	57,4	99	81	-	-	-	-	-	-	-	-
	OCDE	51,5	106	71	-	-	-	-	-	-	-	-
	OCDE de rendimento elevado	52,2	106	74	-	-	-	-	-	-	-	-
	Desenvolvimento humano elevado	50,9	106	70	-	-	-	-	-	-	-	-
	Desenvolvimento humano médio	56,7	101	69	-	-	-	-	-	-	-	-
	Desenvolvimento humano baixo	56,9	102	66	-	-	-	-	-	-	-	-
	Rendimento elevado	52,1	106	73	-	-	-	-	-	-	-	-
	Rendimento médio	59,1	100	73	-	-	-	-	-	-	-	-
	Rendimento baixo	51,9	104	62	-	-	-	-	-	-	-	-
	Mundo	55,3	102	69	-	-	-	-	-	-	-	-

Nota: Devido a limitações nos dados, as comparações de estatísticas do trabalho, no tempo e entre países, devem ser feitas com precaução. Para notas pormenorizadas sobre os dados, ver ILO (2002), ILO (2003) e ILO (2004b). As parcelas percentuais do emprego por actividade económica podem não somar 100, devido aos arredondamentos ou à omissão de actividades não classificadas.

a. Os dados referem-se ao ano mais recente disponível durante o período indicado.

Fonte: Colunas 1-3: calculado com base em dados da população economicamente activa e da população total, de ILO 2002; colunas 4-9: ILO 2003; colunas 10 e 11: calculado com base em dados dos trabalhadores que contribuem para a família, de ILO 2004b.

28 Género, carga de trabalho e afectação do tempo

... E ALCANÇANDO A IGUALDADE PARA TODAS AS MULHERES E HOMENS

Ano	Carga de trabalho			Afectação do tempo (%)						
	Tempo de trabalho total (minutos por dia)		Tempo de trabalho feminino (% do masc.)	Tempo de trabalho total		Tempo gasto por mulheres		Tempo gasto por homens		
	Mulheres	Homens		Actividades mercantis	Actividades não mercantis	Actividades mercantis	Actividades não mercantis	Actividades mercantis	Actividades não mercantis	
Países em desenvolvimento seleccionados										
Áreas urbanas										
Colômbia	1983	399	356	112	49	51	24	76	77	23
Indonésia	1992	398	366	109	60	40	35	65	86	14
Quênia	1986	590	572	103	46	54	41	59	79	21
Nepal	1978	579	554	105	58	42	25	75	67	33
Venezuela	1983	440	416	106	59	41	30	70	87	13
Média ^a		481	453	107	54	46	31	69	79	21
Áreas rurais										
Bangladeche	1990	545	496	110	52	48	35	65	70	30
Guatemala	1977	678	579	117	59	41	37	63	84	16
Quênia	1988	676	500	135	56	44	42	58	76	24
Nepal	1978	641	547	117	56	44	46	54	67	33
Terras altas	1978	692	586	118	59	41	52	48	66	34
Montanhas	1978	649	534	122	56	44	48	52	65	35
Encostas rurais	1978	583	520	112	52	48	37	63	70	30
Filipinas	1975-77	546	452	121	73	27	29	71	84	16
Média ^a		617	515	120	59	41	38	62	76	24
Nacional ^b										
Índia	2000	457	391	117	61	39	35	65	92	8
Mongólia	2000	545	501	109	61	39	49	51	75	25
África do Sul	2000	332	273	122	51	49	35	65	70	30
Média ^a		445	388	116	58	42	40	60	79	21
Países da OCDE seleccionados ^c										
Austrália	1997	435	418	104	46	54	30	70	62	38
Áustria ^d	1992	438	393	111	49	51	31	69	71	29
Canadá	1998	420	429	98	53	47	41	59	65	35
Dinamarca ^d	1987	449	458	98	68	32	58	42	79	21
Finlândia ^d	1987-88	430	410	105	51	49	39	61	64	36
França	1999	391	363	108	46	54	33	67	60	40
Alemanha ^d	1991-92	440	441	100	44	56	30	70	61	39
Hungria	1999	432	445	97	51	49	41	59	60	40
Israel ^d	1991-92	375	377	99	51	49	29	71	74	26
Itália ^d	1988-89	470	367	128	45	55	22	78	77	23
Japão	1996	393	363	108	66	34	43	57	93	7
Coreia do Sul	1999	431	373	116	64	36	45	55	88	12
Letónia	1996	535	481	111	46	54	35	65	58	42
Holanda	1995	308	315	98	48	52	27	73	69	31
Nova Zelândia	1999	420	417	101	46	54	32	68	60	40
Noruega ^d	1990-91	445	412	108	50	50	38	62	64	36
Reino Unido ^d	1985	413	411	100	51	49	37	63	68	32
Estados Unidos ^d	1985	453	428	106	50	50	37	63	63	37
Média ^e		423	403	105	52	48	37	64	69	31

Nota: Os dados são estimativas baseadas em inquéritos sobre o uso do tempo disponíveis a tempo para publicação. Os dados sobre o uso do tempo também estão a ser recolhidos noutros países, tais como o Benim, Chade, Cuba, República Dominicana, Equador, Guatemala, Laos, Mali, México, Marrocos, Nepal, Nicarágua, Nigéria, Omã, Filipinas, Tailândia e Vietname. As actividades mercantis referem-se às actividades de produção orientadas para o mercado, tal como definido pelo Sistema de Contas Nacionais da ONU, revisão de 1993; os inquéritos anteriores a 1993 não são exactamente comparáveis com os dos anos posteriores.

a. Refere-se à média não ponderada das áreas ou países indicados em cima. **b.** As classificações das actividades mercantis e não mercantis não são baseadas exactamente no Sistema de Contas Nacionais da ONU, revisão de 1993, pelo que as comparações entre áreas e países devem ser feitas com cautela. **c.** Inclui Israel e Letónia, embora não sejam países membros da OCDE. **d.** Harvey 1995. **e.** Refere-se à média não ponderada da selecção dos países da OCDE indicada em cima (excluindo Israel e Letónia).

Fonte: Colunas 1-10: para as áreas urbanas e rurais dos países em desenvolvimento, Goldschmidt-Clermont e Pagnossin Aligisakis 1995 e Harvey 1995; para as estimativas nacionais dos países em desenvolvimento seleccionados, UN 2002; para os países da OCDE seleccionados e a Letónia, Harvey 2001, excepto quando indicado de outro modo.

Ordem do IDH	Ano em que as mulheres receberam o direito ^a		Ano da primeira mulher eleita (E) ou nomeada (N) para o parlamento	Mulheres no governo ao nível ministerial (% do total) ^b	ODM Mulheres no governo ao nível ministerial (% do total) ^c			
	de votar	de candidatar às eleições			Câmara baixa ou única		Câmara alta ou senado	
					1990	2004		
								2004
Desenvolvimento humano elevado								
1	Noruega	1907, 1913	1907, 1913	1911 N	42,1	36	36,4	-
2	Suécia	1861, 1921	1907, 1921	1921 E	55,0	38	45,3	-
3	Austrália	1902, 1962	1902, 1962	1943 E	19,5	6	25,3	28,9
4	Canadá	1917, 1950	1920, 1960	1921 E	24,3	13	20,6	32,4
5	Holanda	1919	1917	1918 E	31,0	21	36,7	32,0
6	Bélgica	1919, 1948	1921, 1948	1921 N	18,5	9	35,3	31,0
7	Islândia	1915, 1920	1915, 1920	1922 E	33,3	21	30,2	-
8	Estados Unidos	1920, 1960	1788 ^d	1917 E	31,8	7	14,3	13,0
9	Japão	1945, 1947	1945, 1947	1946 E	5,7	1	7,1	15,4
10	Irlanda	1918, 1928	1918, 1928	1918 E	18,8	8	13,3	16,7
11	Suíça	1971	1971	1971 E	28,6	14	25,0	23,9
12	Reino Unido	1918, 1928	1918, 1928	1918 E	33,3	6	17,9	16,7
13	Finlândia	1906	1906	1907 E	44,4	32	37,5	-
14	Áustria	1918	1918	1919 E	31,3	12	33,9	21,0
15	Luxemburgo	1919	1919	1919 E	28,6	13	16,7	-
16	França	1944	1944	1945 E	37,9	7	12,2	10,9
17	Dinamarca	1915	1915	1918 E	45,0	31	38,0	-
18	Nova Zelândia	1893	1919	1933 E	44,0	14	28,3	-
19	Alemanha	1918	1918	1919 E	35,7	-	32,2	24,6
20	Espanha	1931	1931	1931 E	17,6	15	28,3	24,3
21	Itália	1945	1945	1946 E	17,6	13	11,5	8,1
22	Israel	1948	1948	1949 E	6,1	7	15,0	-
23	Hong Kong, China (RAE)	-	-	-	-	-	-	-
24	Grécia	1927, 1952	1927, 1952	1952 E	7,1	7	8,7	-
25	Singapura	1947	1947	1963 E	5,7	5	16,0	-
26	Portugal	1931, 1976	1931, 1976	1934 E	9,7	8	19,1	-
27	Eslovénia	1945	1945	1992 E ^e	15,0	-	12,2	-
28	Coreia do Sul	1948	1948	1948 E	6,5	2	5,9	-
29	Barbados	1950	1950	1966 N	14,3	4	13,3	23,8
30	Chipre	1960	1960	1963 E	-	2	10,7	-
31	Malta	1947	1947	1966 E	5,3	3	9,2	-
32	República Checa	1920	1920	1992 E ^e	-	-	17,0	12,3
33	Brunei ^f	-	-	-	0,0	- ^g	- ^g	- ^g
34	Argentina	1947	1947	1951 E	7,3	6	30,7	33,3
35	Seychelles	1948	1948	1976 E+N	23,1	16	29,4	-
36	Estónia	1918	1918	1919 E	14,3	-	18,8	-
37	Polónia	1918	1918	1919 E	18,7	14	20,2	23,0
38	Hungria	1918	1918	1920 E	35,9	21	9,8	-
39	São Cristóvão e Nevis	1951	1951	1984 E	0,0	7	13,3	-
40	Barém	1973 ^h	1973 ^h	-	-	-	0,0 ⁱ	15,0 ⁱ
41	Lituânia	1921	1921	1920 N	18,9	-	10,6	-
42	Eslováquia	1920	1920	1992 E ^e	19,0	-	19,3	-
43	Chile	1931, 1949	1931, 1949	1951 E	25,6	-	12,5	4,1
44	Kuwait ^f	-	-	-	0,0	-	0,0	-
45	Costa Rica	1949	1949	1953 E	28,6	11	35,1	-
46	Uruguai	1932	1932	1942 E	-	6	12,1	9,7
47	Catar ^f	-	-	-	0,0	- ^g	- ^g	- ^g
48	Croácia	1945	1945	1992 E ^e	16,2	-	17,8	-
49	Emiratos Árabes Unidos ^f	-	-	-	-	-	0,0	-
50	Letónia	1918	1918	-	6,7	-	21,0	-

29 Participação política das mulheres

Ordem do IDH	Ano em que as mulheres receberam o direito ^a		Ano da primeira mulher eleita (E) ou nomeada (N) para o parlamento	Mulheres no governo ao nível ministerial (% do total) ^b	Mulheres no governo ao nível ministerial (% do total) ^c			
	de votar	de candidatar às eleições			Câmara baixa ou única		Câmara alta ou senado	
					1990	2004	2004	
51	Baamas	1961, 1964	1961, 1964	1977 N	16,7	4	20,0	43,8
52	Cuba	1934	1934	1940 E	10,7	34	36,0	-
53	México	1947	1953	1952 N	11,1	12	22,6	15,6
54	Trindade e Tobago	1946	1946	1962 E+N	8,7	17	19,4	32,3
55	Antígua e Barbuda	1951	1951	1984 N	0,0	-	5,3	11,8
Desenvolvimento humano médio								
56	Bulgária	1937	1944	1945 E	18,8	21	26,2	-
57	Federação Russa	1918	1918	1993 E ^e	-	-	9,8	3,4
58	Líbia	1964	1964	-	12,5	-	-	-
59	Malásia	1957	1957	1959 E	-	5	10,5	37,0
60	Macedónia	1946	1946	1990 E ^e	10,9	-	18,3	-
61	Panamá	1941, 1946	1941, 1946	1946 E	20,0	8	9,9	-
62	Bielorrússia	1919	1919	1990 E ^e	25,7	-	10,3	31,1
63	Tonga	-	-	-	-	-	0,0	-
64	Maurícias	1956	1956	1976 E	9,1	7	5,7	-
65	Albânia	1920	1920	1945 E	15,0	29	5,7	-
66	Bósnia e Herzegovina	-	-	-	-	-	16,7	0,0
67	Suriname	1948	1948	1975 E	-	8	17,6	-
68	Venezuela	1946	1946	1948 E	0,0	10	9,7	-
69	Roménia	1929, 1946	1929, 1946	1946 E	20,0	34	10,7	5,7
70	Ucrânia	1919	1919	1990 E ^e	-	-	5,3	-
71	Santa Lúcia	1924	1924	1979 N	18,2	-	11,1	36,4
72	Brasil	1934	1934	1933 E	0,0	5	8,6	12,3
73	Colômbia	1954	1954	1954 N	47,4	5	12,0	8,8
74	Omã ^f	-	-	-	-	- ^g	- ^g	- ^g
75	Samoa Ocidental	1990	1990	1976 N	7,7	-	6,1	-
76	Tailândia	1932	1932	1948 N	5,7	3	9,2	10,5
77	Árabia Saudita ^f	-	-	-	-	-	0,0	-
78	Cazaquistão	1924, 1993	1924, 1993	1990 E ^e	17,5	-	10,4	5,1
79	Jamaica	1944	1944	1944 E	12,5	5	11,7	19,0
80	Libano	1952	1952	1991 N	0,0	-	2,3	-
81	Fidji	1963	1963	1970A	20,7	-	5,7	6,7
82	Arménia	1921	1921	1990 E ^e	-	36	4,6	-
83	Filipinas	1937	1937	1941 E	-	9	17,8	12,5
84	Maldivas	1932	1932	1979 E	-	6	6,0	-
85	Peru	1955	1955	1956 E	16,2	6	17,5	-
86	Turquemenistão	1927	1927	1990 E	-	26	26,0	-
87	São Vicente e Grenadinas	1951	1951	1979 E ^e	0,0	10	22,7	-
88	Turquia	1930	1934	1935 N	0,0	1	4,4	-
89	Paraguai	1961	1961	1963 E	-	6	8,8	8,9
90	Jordânia	1974	1974	1989 N	0,0	-	5,5	12,7
91	Azerbaijão	1921	1921	1990 E ^e	2,6	-	10,5	-
92	Tunísia	1957, 1959	1957, 1959	1959 E	10,0	4	11,5	-
93	Granada	1951	1951	1976 E+N	25,0	-	26,7	30,8
94	China	1949	1949	1954 E	5,1	21	20,2	-
95	Dominica	1951	1951	1980 E	0,0	10	18,8	-
96	Sri Lanka	1931	1931	1947 E	-	5	4,4	-
97	Geórgia	1918, 1921	1918, 1921	1992 E ^e	9,7	-	7,2 ⁱ	- ⁱ
98	República Dominicana	1942	1942	1942 E	-	8	17,3	6,3
99	Belize	1954	1954	1984 E+N	11,1	-	3,3	23,1
100	Equador	1929, 1967	1929, 1967	1956 E	20,0	5	16,0	-

29 Participação política das mulheres

Ordem do IDH	Ano em que as mulheres receberam o direito ^a		Ano da primeira mulher eleita (E) ou nomeada (N) para o parlamento	Mulheres no governo ao nível ministerial (% do total) ^b	ODM Mulheres no governo ao nível ministerial (% do total) ^c			
	de votar	de candidatar às eleições			Câmara baixa ou única		Câmara alta ou senado	
					1990	2004		
								2001
101	Irão	1963	1963	1963 E+N	9,4	2	4,1	- ^k
102	Territórios Ocupados da Palestina	-	-	-	-	-	-	-
103	El Salvador	1939	1961	1961 E	15,4	12	10,7	-
104	Guiana	1953	1945	1968 E	-	37	20,0	-
105	Cabo Verde	1975	1975	1975 E	35,0	12	11,1	-
106	Síria	1949, 1953	1953	1973 E	11,1	9	12,0	-
107	Usbequistão	1938	1938	1990 E ^e	4,4	-	7,2	-
108	Argélia	1962	1962	1962 N	0,0	2,	6,2	-
109	Guiné Equatorial	1963	1963	1968 E	-	13	5,0	-
110	Quirguistão	1918	1918	1990 E ^e	-	-	10,0	2,2
111	Indonésia	1945	1945	1950 N	5,9	12	8,0	-
112	Vietname	1946	1946	1976 E	-	18	27,3	-
113	Moldávia	1978, 1993	1978, 1993	1990 E	-	-	12,9	-
114	Bolívia	1938, 1952	1938, 1952	1966 E	-	9	18,5	14,8
115	Honduras	1955	1955	1957 ^l	33,3	10	5,5	-
116	Tajiquistão	1924	1924	1990 E ^e	-	-	12,7	11,8
117	Mongólia	1924	1924	1951 E	10,0	25	10,5	-
118	Nicarágua	1955	1955	1972 E	23,1	15	20,7	-
119	África do Sul	1930, 1994	1930, 1994	1933 E	38,1	3	29,8	31,5 ^m
120	Egipto	1956	1956	1957 E	6,1	4	2,4	5,7
121	Guatemala	1946	1946	1956 E	7,1	7	8,2	-
122	Gabão	1956	1956	1961 E	12,1	13	9,2	13,2
123	São Tomé e Príncipe	1975	1975	1975 E	-	12	9,1	-
124	Ilhas Salomão	1974	1974	1993 E	-	-	0,0	-
125	Marrocos	1963	1963	1993 E	4,9	-	10,8	-
126	Namíbia	1989	1989	1989 E	16,3	7	26,4	7,7
127	Índia	1950	1950	1952 E	10,1	5	8,8	10,3
128	Botswana	1965	1965	1979 E	26,7	5	17,0	-
129	Vanuatu	1975, 1980	1975, 1980	1987 E	-	4	1,9	-
130	Camboja	1955	1955	1958 E	7,1	-	9,8	13,1
131	Gana	1954	1954	1960 N ^l	8,6	-	9,0	-
132	Mianmar	1935	1946	1947 E	-	-	- ⁿ	- ⁿ
133	Papua-Nova Guiné	1964	1963	1977 E	0,0	-	0,9	-
134	Butão	1953	1953	1975 E	-	2	9,3	-
135	Laos	1958	1958	1958 E	10,2	6	22,9	-
136	Comores	1956	1956	1993 E	-	-	- ^o	- ^o
137	Suazilândia	1968	1968	1972 E+N	12,5	4	10,8	30,0
138	Bangladeche	1972	1972	1973 E	9,5	10	2,0	-
139	Sudão	1964	1964	1964 E	5,1	-	9,7	-
140	Nepal	1951	1951	1952 N	14,8	6	5,9	-
141	Camarões	1946	1946	1960 E	5,8	14	8,9	-
Desenvolvimento humano baixo								
142	Paquistão	1947	1947	1973 E	- ^p	10	21,6	18,0
143	Togo	1945	1945	1961 E	7,4	5	7,4	-
144	Congo	1963	1963	1963 E	-	14	8,5	15,0
145	Lesoto	1965	1965	1965 N	-	-	11,7	36,4
146	Uganda	1962	1962	1962 N	27,1	12	24,7	-
147	Zimbabué	1957	1978	1980 E+N	36,0	11	10,0	-
148	Quénia	1919, 1963	1919, 1963	1969 E+N	1,4	1	7,1	-
149	Iémen	1967	1967	1990 E ^l	-	4	0,3	-
150	Madagáscar	1959	1959	1965 E	12,5	7	3,8	11,1
151	Nigéria	1958	1958	-	22,6	-	6,7	2,8

29 Participação política das mulheres

Ordem do IDH	Ano em que as mulheres receberam o direito ^a		Ano da primeira mulher eleita (E) ou nomeada (N) para o parlamento	Mulheres no governo ao nível ministerial (% do total) ^b	Mulheres no governo ao nível ministerial (% do total) ^c			
	de votar	de candidatar às eleições			Câmara baixa ou única		Câmara alta ou senado	
					1990	2004	2004	
								2001
152	Mauritânia	1961	1961	1975 E	13,6	–	3,7	5,4
153	Haiti	1950	1950	1961 E	18,2	–	3,6	25,9
154	Djibouti	1946	1986	2003 E	5,0	–	10,8	–
155	Gâmbia	1960	1960	1982 E	30,8	8	13,2	–
156	Eritreia	1955	1955	1994 E	11,8	–	22,0	–
157	Senegal	1945	1945	1963 E	15,6	13	19,2	–
158	Timor-Leste	–	–	–	–	–	26,1 ^q	–
159	Ruanda	1961	1961	1965 ^l	13,0	17	48,8	30,0
160	Guiné	1958	1958	1963 E	11,1	–	19,3	–
161	Benim	1956	1956	1979 E	10,5	3	7,2	–
162	Tanzânia	1959	1959	–	–	–	21,4	–
163	Costa do Marfim	1952	1952	1965 E	9,1	6	8,5	–
164	Zâmbia	1962	1962	1964 E+N	6,2	7	12,0	–
165	Malawi	1961	1961	1964 E	11,8	10	9,3	–
166	Angola	1975	1975	1980 E	14,7	15	15,5	–
167	Chade	1958	1958	1962 E	–	–	5,8	–
168	Congo, Rep. Dem.	1967	1970	1970 E	–	5	8,3	–
169	República Centro-Africana	1986	1986	1987 E	–	4	– ^o	– ^o
170	Etiópia	1955	1955	1957 E	22,2	–	7,7	8,3
171	Moçambique	1975	1975	1977 E	–	16	30,0	–
172	Guiné-Bissau	1977	1977	1972 N	8,3	20	– ^o	– ^o
173	Burundi	1961	1961	1982 E	4,5	–	18,4	18,9
174	Mali	1956	1956	1964 E	33,3	–	10,2	–
175	Burkina Faso	1958	1958	1978 E	8,6	–	11,7	–
176	Níger	1948	1948	1989 E	10,0	5	1,2	–
177	Serra Leoa	1961	1961	–	8,1	–	14,5	–

a. Os dados referem-se ao ano em que foi reconhecido o direito de votar ou de candidatar às eleições, numa base universal e igual. Onde são apresentados dois anos, o primeiro refere-se ao primeiro reconhecimento parcial do direito de votar ou de candidatar às eleições. b. Os dados foram fornecidos pelos Estados, com base na sua definição de poder executivo nacional, e podem, portanto, incluir mulheres exercendo cargos de ministras ou vice-ministras, ou desempenhando outras funções governamentais, incluindo secretarias parlamentares. c. Os dados são de 1 de Março de 2004. A percentagem foi calculada usando como referência o número total de assentos ocupados actualmente no parlamento. d. Não há informação disponível sobre o ano em que as mulheres receberam o direito de candidatar às eleições. Contudo, a Constituição não menciona a condição sexual em relação a este direito. e. Refere-se ao ano em que foram eleitas mulheres para o actual sistema parlamentar. f. O direito das mulheres de votar e candidatar às eleições não foi reconhecido. g. Brunei, Omã e Catar nunca tiveram parlamentos. h. De acordo com a constituição em vigor (1973), todos os cidadãos são iguais perante a lei; contudo, as mulheres não puderam exercer os seus direitos eleitorais nas primeiras eleições legislativas realizadas em 1973. A primeira legislatura foi dissolvida por decreto do Emir, em 26 de Agosto de 1975. i. As mulheres tiveram direito de voto no referendo de 14-15 de Fevereiro de 2001, que aprovou a Carta de Acção Nacional. Subsequentemente, as mulheres exerceram plenamente os seus direitos políticos, como votantes e como candidatas, nas eleições nacionais de 2002. j. As eleições tiveram lugar em Novembro de 2003. Contudo, em 25 de Novembro de 2003, os resultados das eleições foram anulados pelo Supremo Tribunal da Geórgia. Novas eleições tiveram lugar em Março de 2004. k. As eleições continuam, desde 1 de Março de 2004, e o número de mulheres no parlamento continua indisponível. l. Não há informação ou confirmação disponível. m. Os valores da distribuição dos assentos não incluem os 36 delegados rotativos especiais, designados numa base *ad hoc*; as percentagens apresentadas foram, portanto, calculadas com base nos 54 lugares permanentes. n. O parlamento eleito em 1990 nunca foi convocado nem autorizado a reunir e muitos dos seus membros foram detidos ou forçados ao exílio. o. O parlamento foi dissolvido ou suspenso por um período indefinido. p. O Paquistão tinha 7 mulheres no governo, ao nível ministerial, em 2000 e 11 em 2004 (UNDP 2004). Isto não está reflectido nas séries de dados internacionais actualmente disponíveis. Espera-se para breve a actualização destas séries. q. O objectivo das eleições realizadas em 30 de Agosto de 2001 foi a eleição dos membros da Assembleia Constituinte de Timor-Leste. A Assembleia transformou-se em Parlamento Nacional em 20 de Maio de 2002, data em que o país se tornou independente, sem quaisquer novas eleições.

Fonte: Colunas 1-3: IPU 1995 e IPU 2004a; coluna 4: IPU 2001; coluna 5: UN 2004e; colunas 6 e 7: IPU 2004b.

30 Estatuto dos principais instrumentos internacionais de direitos

INSTRUMENTOS DOS DIREITOS HUMANOS E DO TRABALHO

Ordem do IDH	Convenção Internacional para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio 1948	Convenção Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial 1965	Convênio Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos 1966	Convênio Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais 1966	Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres 1979	Convenção Contra a Tortura e Outras Punições ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes 1984	Convenção sobre os Direitos da Criança 1989
Desenvolvimento humano elevado							
1	●	●	●	●	●	●	●
2	●	●	●	●	●	●	●
3	●	●	●	●	●	●	●
4	●	●	●	●	●	●	●
5	●	●	●	●	●	●	●
6	●	●	●	●	●	●	●
7	●	●	●	●	●	●	●
8	●	●	●	○	○	●	○
9	●	●	●	●	●	●	●
10	●	●	●	●	●	●	●
11	●	●	●	●	●	●	●
12	●	●	●	●	●	●	●
13	●	●	●	●	●	●	●
14	●	●	●	●	●	●	●
15	●	●	●	●	●	●	●
16	●	●	●	●	●	●	●
17	●	●	●	●	●	●	●
18	●	●	●	●	●	●	●
19	●	●	●	●	●	●	●
20	●	●	●	●	●	●	●
21	●	●	●	●	●	●	●
22	●	●	●	●	●	●	●
24	●	●	●	●	●	●	●
25	●	●	●	●	●	●	●
26	●	●	●	●	●	●	●
27	●	●	●	●	●	●	●
28	●	●	●	●	●	●	●
29	●	●	●	●	●	●	●
30	●	●	●	●	●	●	●
31	●	●	●	●	●	●	●
32	●	●	●	●	●	●	●
33	●	●	●	●	●	●	●
34	●	●	●	●	●	●	●
35	●	●	●	●	●	●	●
36	●	●	●	●	●	●	●
37	●	●	●	●	●	●	●
38	●	●	●	●	●	●	●
39	●	●	●	●	●	●	●
40	●	●	●	●	●	●	●
41	●	●	●	●	●	●	●
42	●	●	●	●	●	●	●
43	●	●	●	●	●	●	●
44	●	●	●	●	●	●	●
45	●	●	●	●	●	●	●
46	●	●	●	●	●	●	●
47	●	●	●	●	●	●	●
48	●	●	●	●	●	●	●
49	●	●	●	●	●	●	●
50	●	●	●	●	●	●	●
51	●	●	●	●	●	●	●

30 Estatuto dos principais instrumentos internacionais de direitos humanos

Ordem do IDH	Convenção Internacional para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio 1948	Convenção Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial 1965	Convênio Internacional sobre os Direitos Cívicos e Políticos 1966	Convênio Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais 1966	Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres 1979	Convenção Contra a Tortura e Outras Punições ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes 1984	Convenção sobre os Direitos da Criança 1989
52	Cuba	●	●		●	●	●
53	México	●	●	●	●	●	●
54	Trindade e Tobago	●	●	●	●		●
55	Antígua e Barbuda	●	●		●	●	●
Desenvolvimento humano médio							
56	Bulgária	●	●	●	●	●	●
57	Federação Russa	●	●	●	●	●	●
58	Líbia	●	●	●	●	●	●
59	Malásia	●			●		●
60	Macedónia	●	●	●	●	●	●
61	Panamá	●	●	●	●	●	●
62	Bielorrússia	●	●	●	●	●	●
63	Tonga	●	●				●
64	Maurícias		●	●	●	●	●
65	Albânia	●	●	●	●	●	●
66	Bósnia e Herzegovina	●	●	●	●	●	●
67	Suriname		●	●	●		●
68	Venezuela	●	●	●	●	●	●
69	Roménia	●	●	●	●	●	●
70	Ucrânia	●	●	●	●	●	●
71	Santa Lúcia		●		●		●
72	Brasil	●	●	●	●	●	●
73	Colômbia	●	●	●	●	●	●
74	Omã		●				●
75	Samoa Ocidental				●		●
76	Tailândia		●	●	●		●
77	Árãbia Saudita	●	●		●	●	●
78	Cazaquistão	●	●	○	●	●	●
79	Jamaica	●	●	●	●		●
80	Líbano	●	●	●	●	●	●
81	Fidji	●	●		●		●
82	Arménia	●	●	●	●	●	●
83	Filipinas	●	●	●	●	●	●
84	Maldivas	●	●		●		●
85	Peru	●	●	●	●	●	●
86	Turquemenistão		●	●	●	●	●
87	São Vicente e Grenadinas	●	●	●	●	●	●
88	Turquia	●	●	●	●	●	●
89	Paraguai	●	●	●	●	●	●
90	Jordânia	●	●	●	●	●	●
91	Azerbaijão	●	●	●	●	●	●
92	Tunísia	●	●	●	●	●	●
93	Granada		○	●	●		●
94	China	●	●	○	●	●	●
95	Dominica			●	●		●
96	Sri Lanka	●	●	●	●	●	●
97	Geórgia	●	●	●	●	●	●
98	República Dominicana	○	●	●	●	○	●
99	Belize	●	●	●	○	●	●
100	Equador	●	●	●	●	●	●

30 Estatuto dos principais instrumentos internacionais de direitos

Ordem do IDH	Convenção Internacional para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio 1948	Convenção Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial 1965	Convênio Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos 1966	Convênio Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais 1966	Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres 1979	Convenção Contra a Tortura e Outras Punições ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes 1984	Convenção sobre os Direitos da Criança 1989
101	Irão	●	●	●	●		●
103	El Salvador	●	●	●	●	●	●
104	Guiana		●	●	●	●	●
105	Cabo Verde		●	●	●	●	●
106	Síria	●	●	●	●		●
107	Usbequistão	●	●	●	●	●	●
108	Argélia	●	●	●	●	●	●
109	Guiné Equatorial		●	●	●	●	●
110	Quirguistão	●	●	●	●	●	●
111	Indonésia		●		●	●	●
112	Vietname	●	●	●	●		●
113	Moldávia	●	●	●	●	●	●
114	Bolívia	○	●	●	●	●	●
115	Honduras	●	●	●	●	●	●
116	Tajiquistão		●	●	●	●	●
117	Mongólia	●	●	●	●	●	●
118	Nicarágua	●	●	●	●	○	●
119	África do Sul	●	●	●	○	●	●
120	Egipto	●	●	●	●	●	●
121	Guatemala	●	●	●	●	●	●
122	Gabão	●	●	●	●	●	●
123	São Tomé e Príncipe		○	○	●	○	●
124	Ilhas Salomão		●	●	●		●
125	Marrocos	●	●	●	●	●	●
126	Namíbia	●	●	●	●	●	●
127	Índia	●	●	●	●	○	●
128	Botswana		●	●	●	●	●
129	Vanuatu				●		●
130	Camboja	●	●	●	●	●	●
131	Gana	●	●	●	●	●	●
132	Mianmar	●			●		●
133	Papua-Nova Guiné	●	●		●		●
134	Butão		○		●		●
135	Laos	●	●	○	●		●
136	Comores		○		●	○	●
137	Suazilândia		●				●
138	Bangladeche	●	●	●	●	●	●
139	Sudão	●	●	●	●	○	●
140	Nepal	●	●	●	●	●	●
141	Camarões		●	●	●	●	●
Desenvolvimento humano baixo							
142	Paquistão	●	●		●		●
143	Togo	●	●	●	●	●	●
144	Congo		●	●	●	●	●
145	Lesoto	●	●	●	●	●	●
146	Uganda	●	●	●	●	●	●
147	Zimbabué	●	●	●	●		●
148	Quénia		●	●	●	●	●
149	Iémen	●	●	●	●	●	●
150	Madagáscar		●	●	●	○	●
151	Nigéria		●	●	●	●	●

30 Estatuto dos principais instrumentos internacionais de direitos humanos

Ordem do IDH	Convenção Internacional para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio 1948	Convenção Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial 1965	Convênio Internacional sobre os Direitos Cívicos e Políticos 1966	Convênio Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais 1966	Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres 1979	Convenção Contra a Tortura e Outras Punições ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes 1984	Convenção sobre os Direitos da Criança 1989	
152	Mauritânia	●			●		●	
153	Haiti	●	●	●	●		●	
154	Djibouti			●	●	●	●	
155	Gâmbia	●	●	●	●	○	●	
156	Eritreia		●	●	●		●	
157	Senegal	●	●	●	●	●	●	
158	Timor-Leste		●	●	●	●	●	
159	Ruanda	●	●	●	●		●	
160	Guiné	●	●	●	●	●	●	
161	Benim		●	●	●	●	●	
162	Tanzânia	●	●	●	●		●	
163	Costa do Marfim	●	●	●	●	●	●	
164	Zâmbia		●	●	●	●	●	
165	Malawi		●	●	●	●	●	
166	Angola		●	●	●		●	
167	Chade		●	●	●	●	●	
168	Congo, Rep. Dem.	●	●	●	●	●	●	
169	República Centro-Africana		●	●	●		●	
170	Etiópia	●	●	●	●	●	●	
171	Moçambique	●	●	●	●	●	●	
172	Guiné-Bissau		○	○	●	○	●	
173	Burundi	●	●	●	●	●	●	
174	Mali	●	●	●	●	●	●	
175	Burkina Faso	●	●	●	●	●	●	
176	Níger		●	●	●	●	●	
177	Serra Leoa		●	●	●	●	●	
Outros ^a								
	Afeganistão	●	●	●	●	●	●	
	Andorra		○	○	●	○	●	
	Ilhas Cook						●	
	Santa Sé		●			●	●	
	Iraque	●	●	●	●		●	
	Quiribáti						●	
	Coreia do Norte	●		●	●		●	
	Libéria	●	●	○	○	●	●	
	Listenstaine	●	●	●	●	●	●	
	Ilhas Marshall						●	
	Micronésia						●	
	Mónaco	●	●	●	●	●	●	
	Nauru		○	○		○	●	
	Niué						●	
	Palau						●	
	São Marinho		●	●	●	○	●	
	Sérvia e Montenegro	●	●	●	●	●	●	
	Somália		●	●	●	●	○	
	Tuvalu				●		●	
Total de Estados participantes ^b		135	169	151	148	175	134	192
Assinaturas ainda não seguidas de ratificação		2	7	8	7	1	12	2

● Ratificação, adesão ou seguimento. ○ Assinatura ainda não seguida de ratificação.

Nota: O quadro inclui países que assinaram ou ratificaram pelo menos um dos sete instrumentos de direitos humanos. A informação é de Março de 2004.

a. Estes são os países ou áreas que, em adição aos 177 países ou áreas incluídos nos principais quadros de indicadores, assinaram ou ratificaram pelo menos um dos sete instrumentos de direitos humanos. b. Refere-se a ratificação, adesão ou seguimento.

Fonte: Colunas 1-7: UN 2004f.

31 Estatuto das convenções sobre direitos fundamentais do trabalho

INSTRUMENTOS DOS DIREITOS HUMANOS E DO TRABALHO

Ordem do IDH	Liberdade de associação e negociação colectiva		Eliminação de trabalho forçado e compulsório		Eliminação da discriminação em relação ao emprego e ocupação		Abolição do trabalho infantil	
	Convenção 87 ^a	Convenção 98 ^b	Convenção 29 ^c	Convenção 105 ^d	Convenção 100 ^e	Convenção 111 ^f	Convenção 138 ^g	Convenção 182 ^h
	Desenvolvimento humano elevado							
1	Noruega	●	●	●	●	●	●	●
2	Suécia	●	●	●	●	●	●	●
3	Austrália	●	●	●	●	●	●	●
4	Canadá	●	●	●	●	●	●	●
5	Holanda	●	●	●	●	●	●	●
6	Bélgica	●	●	●	●	●	●	●
7	Islândia	●	●	●	●	●	●	●
8	Estados Unidos	●	●	●	●	●	●	●
9	Japão	●	●	●	●	●	●	●
10	Irlanda	●	●	●	●	●	●	●
11	Suíça	●	●	●	●	●	●	●
12	Reino Unido	●	●	●	●	●	●	●
13	Finlândia	●	●	●	●	●	●	●
14	Áustria	●	●	●	●	●	●	●
15	Luxemburgo	●	●	●	●	●	●	●
16	França	●	●	●	●	●	●	●
17	Dinamarca	●	●	●	●	●	●	●
18	Nova Zelândia	●	●	●	●	●	●	●
19	Alemanha	●	●	●	●	●	●	●
20	Espanha	●	●	●	●	●	●	●
21	Itália	●	●	●	●	●	●	●
22	Israel	●	●	●	●	●	●	●
24	Grécia	●	●	●	●	●	●	●
25	Singapura	●	●	●	▽	●	●	●
26	Portugal	●	●	●	●	●	●	●
27	Eslovénia	●	●	●	●	●	●	●
28	Coreia do Sul	●	●	●	●	●	●	●
29	Barbados	●	●	●	●	●	●	●
30	Chipre	●	●	●	●	●	●	●
31	Malta	●	●	●	●	●	●	●
32	República Checa	●	●	●	●	●	●	●
33	Brunei	●	●	●	●	●	●	●
34	Argentina	●	●	●	●	●	●	●
35	Seychelles	●	●	●	●	●	●	●
36	Estónia	●	●	●	●	●	●	●
37	Polónia	●	●	●	●	●	●	●
38	Hungria	●	●	●	●	●	●	●
39	São Cristóvão e Nevis	●	●	●	●	●	●	●
40	Barém	●	●	●	●	●	●	●
41	Lituânia	●	●	●	●	●	●	●
42	Eslováquia	●	●	●	●	●	●	●
43	Chile	●	●	●	●	●	●	●
44	Kuwait	●	●	●	●	●	●	●
45	Costa Rica	●	●	●	●	●	●	●
46	Uruguai	●	●	●	●	●	●	●
47	Catar	●	●	●	●	●	●	●
48	Croácia	●	●	●	●	●	●	●
49	Emiratos Árabes Unidos	●	●	●	●	●	●	●
50	Letónia	●	●	●	●	●	●	●
51	Baamas	●	●	●	●	●	●	●

31 Estatuto das convenções sobre direitos fundamentais do trabalho

Ordem do IDH	Liberdade de associação e negociação colectiva		Eliminação de trabalho forçado e compulsório		Eliminação da discriminação em relação ao emprego e ocupação		Abolição do trabalho infantil	
	Convenção 87 ^a	Convenção 98 ^b	Convenção 29 ^c	Convenção 105 ^d	Convenção 100 ^e	Convenção 111 ^f	Convenção 138 ^g	Convenção 182 ^h
		●	●	●	●	●	●	●
52 Cuba	●	●	●	●	●	●	●	●
53 México	●	●	●	●	●	●	●	●
54 Trindade e Tobago	●	●	●	●	●	●	●	●
55 Antígua e Barbuda	●	●	●	●	●	●	●	●
Desenvolvimento humano médio								
56 Bulgária	●	●	●	●	●	●	●	●
57 Federação Russa	●	●	●	●	●	●	●	●
58 Líbia	●	●	●	●	●	●	●	●
59 Malásia	●	●	●	▽	●	●	●	●
60 Macedónia	●	●	●	●	●	●	●	●
61 Panamá	●	●	●	●	●	●	●	●
62 Bielorrússia	●	●	●	●	●	●	●	●
63 Tonga	●	●	●	●	●	●	●	●
64 Maurícias	●	●	●	●	●	●	●	●
65 Albânia	●	●	●	●	●	●	●	●
66 Bósnia e Herzegovina	●	●	●	●	●	●	●	●
67 Suriname	●	●	●	●	●	●	●	●
68 Venezuela	●	●	●	●	●	●	●	●
69 Roménia	●	●	●	●	●	●	●	●
70 Ucrânia	●	●	●	●	●	●	●	●
71 Santa Lúcia	●	●	●	●	●	●	●	●
72 Brasil	●	●	●	●	●	●	●	●
73 Colômbia	●	●	●	●	●	●	●	●
74 Omã	●	●	●	●	●	●	●	●
75 Samoa Ocidental	●	●	●	●	●	●	●	●
76 Tailândia	●	●	●	●	●	●	●	●
77 Arábia Saudita	●	●	●	●	●	●	●	●
78 Cazaquistão	●	●	●	●	●	●	●	●
79 Jamaica	●	●	●	●	●	●	●	●
80 Líbano	●	●	●	●	●	●	●	●
81 Fiji	●	●	●	●	●	●	●	●
82 Arménia	●	●	●	●	●	●	●	●
83 Filipinas	●	●	●	●	●	●	●	●
84 Maldivas	●	●	●	●	●	●	●	●
85 Peru	●	●	●	●	●	●	●	●
86 Turquemenistão	●	●	●	●	●	●	●	●
87 São Vicente e Grenadinas	●	●	●	●	●	●	●	●
88 Turquia	●	●	●	●	●	●	●	●
89 Paraguai	●	●	●	●	●	●	●	●
90 Jordânia	●	●	●	●	●	●	●	●
91 Azerbaijão	●	●	●	●	●	●	●	●
92 Tunísia	●	●	●	●	●	●	●	●
93 Granada	●	●	●	●	●	●	●	●
94 China	●	●	●	●	●	●	●	●
95 Dominica	●	●	●	●	●	●	●	●
96 Sri Lanka	●	●	●	●	●	●	●	●
97 Geórgia	●	●	●	●	●	●	●	●
98 República Dominicana	●	●	●	●	●	●	●	●
99 Belize	●	●	●	●	●	●	●	●
100 Equador	●	●	●	●	●	●	●	●

31 Estatuto das convenções sobre direitos fundamentais do trabalho

Ordem do IDH	Liberdade de associação e negociação colectiva		Eliminação de trabalho forçado e compulsório		Eliminação da discriminação em relação ao emprego e ocupação		Abolição do trabalho infantil	
	Convenção 87 ^a	Convenção 98 ^b	Convenção 29 ^c	Convenção 105 ^d	Convenção 100 ^e	Convenção 111 ^f	Convenção 138 ^g	Convenção 182 ^h
101			●	●	●	●		●
103			●	●	●	●	●	●
104	●	●	●	●	●	●	●	●
105	●	●	●	●	●	●		●
106	●	●	●	●	●	●	●	●
107		●	●	●	●	●		
108	●	●	●	●	●	●	●	●
109	●	●	●	●	●	●	●	●
110	●	●	●	●	●	●	●	
111	●	●	●	●	●	●	●	●
112					●	●	●	●
113	●	●	●	●	●	●	●	●
114	●	●		●	●	●	●	●
115	●	●	●	●	●	●	●	●
116	●	●	●	●	●	●	●	●
117	●	●			●	●	●	●
118	●	●	●	●	●	●	●	●
119	●	●	●	●	●	●	●	●
120	●	●	●	●	●	●	●	●
121	●	●	●	●	●	●	●	●
122	●	●	●	●	●	●		●
123	●	●			●	●		
124			●					
125		●	●	●	●	●	●	●
126	●	●	●	●	●	●	●	●
127			●	●	●	●		
128	●	●	●	●	●	●	●	●
129			●	●	●	●	●	●
130	●	●	●	●	●	●	●	
131	●	●	●	●	●	●		●
132	●		●					
133	●	●	●	●	●	●	●	●
134								
135			●					
136	●	●	●	●	●			
137	●	●	●	●	●	●	●	●
138	●	●	●	●	●	●	●	●
139		●	●	●	●	●	●	●
140		●	●		●	●	●	●
141	●	●	●	●	●	●	●	●
Desenvolvimento humano baixo								
142	●	●	●	●	●	●		●
143	●	●	●	●	●	●	●	●
144	●	●	●	●	●	●	●	●
145	●	●	●	●	●	●	●	●
146		●	●	●			●	●
147	●	●	●	●	●	●	●	●
148		●	●	●	●	●	●	●
149	●	●	●	●	●	●	●	●
150	●	●	●		●	●	●	●
151	●	●	●	●	●	●	●	●

31 Estatuto das convenções sobre direitos fundamentais do trabalho

Ordem do IDH	Liberdade de associação e negociação colectiva		Eliminação de trabalho forçado e compulsório		Eliminação da discriminação em relação ao emprego e ocupação		Abolição do trabalho infantil		
	Convenção 87 ^a	Convenção 98 ^b	Convenção 29 ^c	Convenção 105 ^d	Convenção 100 ^e	Convenção 111 ^f	Convenção 138 ^g	Convenção 182 ^h	
152	Mauritânia	●	●	●	●	●	●	●	
153	Haiti	●	●	●	●	●	●	●	
154	Djibouti	●	●	●	●	●	●	●	
155	Gâmbia	●	●	●	●	●	●	●	
156	Eritreia	●	●	●	●	●	●	●	
157	Senegal	●	●	●	●	●	●	●	
158	Timor-Leste	●	●	●	●	●	●	●	
159	Ruanda	●	●	●	●	●	●	●	
160	Guiné	●	●	●	●	●	●	●	
161	Benim	●	●	●	●	●	●	●	
162	Tanzânia	●	●	●	●	●	●	●	
163	Costa do Marfim	●	●	●	●	●	●	●	
164	Zâmbia	●	●	●	●	●	●	●	
165	Malawi	●	●	●	●	●	●	●	
166	Angola	●	●	●	●	●	●	●	
167	Chade	●	●	●	●	●	●	●	
168	Congo, Rep. Dem.	●	●	●	●	●	●	●	
169	República Centro-Africana	●	●	●	●	●	●	●	
170	Etiópia	●	●	●	●	●	●	●	
171	Moçambique	●	●	●	●	●	●	●	
172	Guiné-Bissau	●	●	●	●	●	●	●	
173	Burundi	●	●	●	●	●	●	●	
174	Mali	●	●	●	●	●	●	●	
175	Burkina Faso	●	●	●	●	●	●	●	
176	Níger	●	●	●	●	●	●	●	
177	Serra Leoa	●	●	●	●	●	●	●	
Outros ⁱ									
	Afeganistão	●	●	●	●	●	●	●	
	Iraque	●	●	●	●	●	●	●	
	Quiribáti	●	●	●	●	●	●	●	
	Libéria	●	●	●	●	●	●	●	
	São Marinho	●	●	●	●	●	●	●	
	Sérvia e Montenegro	●	●	●	●	●	●	●	
	Somália	●	●	●	●	●	●	●	
Ratificações totais		142	154	163	159	161	159	132	147

● Convenção ratificada. ▽ Ratificação denunciada.

Nota: O quadro inclui países membros das Nações Unidas.

a. Convenção sobre a Liberdade Sindical e a Protecção do Direito Sindical (1948). b. Convenção sobre o Direito de Organização e de Negociação Colectiva (1949). c. Convenção sobre o Trabalho Forçado (1930). d. Convenção sobre a Abolição do Trabalho Forçado (1957). e. Convenção sobre Igualdade de Remuneração (1951). f. Convenção sobre a Discriminação no Emprego e na Profissão (1958). g. Convenção sobre a Idade Mínima (1973). h. Convenção sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil (1999). i. Países não incluídos no índice de desenvolvimento humano, que ratificaram pelo menos uma convenção sobre direitos do trabalho.

Fonte: Colunas 1-8: ILO 2004a.

32 Índices de desenvolvimento humano: uma perspectiva regional

	Índice de desenvolvimento Humano (IDH)			Índice de pobreza humana para países em desenvolvimento (IPH-1)	Índice de pobreza humana para países OCDE de rendimento elevado seleccionados (IPH-2)	Índice de desenvolvimento ajustado ao género (IDG)	Medida de participação segundo o género (MPG)
	1975	1990	2002				
Países Árabes							
108 Argélia	0,504	0,642	0,704	21,9	–	0,688	–
40 Barém	–	0,808	0,843	–	–	0,832	0,395
154 Djibouti	–	–	0,454	34,3	–	–	–
120 Egipto	0,438	0,577	0,653	30,9	–	0,634	0,266
90 Jordânia	–	0,682	0,750	7,2	–	0,734	–
44 Kuwait	0,761	–	0,838	–	–	0,827	–
80 Líbano	–	0,673	0,758	9,5	–	0,755	–
58 Líbia	–	–	0,794	15,3	–	–	–
125 Marrocos	0,429	0,542	0,620	34,5	–	0,604	–
102 Territórios Ocupados da Palestina	–	–	0,726	–	–	–	–
74 Omã	0,493	0,696	0,770	31,5	–	0,747	–
47 Catar	–	–	0,833	–	–	–	–
77 Arábia Saudita	0,602	0,707	0,768	15,8	–	0,739	0,207
139 Sudão	0,344	0,427	0,505	31,6	–	0,485	–
106 Síria	0,534	0,635	0,710	13,7	–	0,689	–
92 Tunísia	0,516	0,656	0,745	19,2	–	0,734	–
49 Emiratos Árabes Unidos	0,744	0,805	0,824	–	–	–	–
149 Iémen	–	0,392	0,482	40,3	–	0,436	0,123
Ásia Oriental e Pacífico							
33 Brunei	–	–	0,867	–	–	–	–
130 Camboja	–	–	0,568	42,6	–	0,557	0,364
94 China	0,523	0,627	0,745	13,2	–	0,741	–
81 Fiji	0,659	0,722	0,758	21,3	–	0,747	0,335
23 Hong Kong, China (RAE)	0,760	0,862	0,903	–	–	0,898	–
111 Indonésia	0,467	0,623	0,692	17,8	–	0,685	–
28 Coreia do Sul	0,705	0,817	0,888	–	–	0,882	0,377
135 Laos	–	0,449	0,534	40,3	–	0,528	–
59 Malásia	0,614	0,720	0,793	–	–	0,786	0,519
117 Mongólia	–	0,656	0,668	19,1	–	0,664	0,429
132 Mianmar	–	–	0,551	25,4	–	–	–
133 Papua-Nova Guiné	0,423	0,482	0,542	37,0	–	0,536	–
83 Filipinas	0,653	0,719	0,753	15,0	–	0,751	0,542
75 Samoa Ocidental	–	–	0,769	–	–	–	–
25 Singapura	0,724	0,821	0,902	6,3	–	0,884	0,648
124 Ilhas Salomão	–	–	0,624	–	–	–	–
76 Tailândia	0,613	0,707	0,768	13,1	–	0,766	0,461
158 Timor-Leste	–	–	0,436	–	–	–	–
63 Tonga	–	–	0,787	–	–	–	–
129 Vanuatu	–	–	0,570	–	–	–	–
112 Vietname	–	0,610	0,691	20,0	–	0,689	–
América Latina e Caraíbas							
55 Antígua e Barbuda	–	–	0,800	–	–	–	–
34 Argentina	0,784	0,810	0,853	–	–	0,841	0,645
51 Baamas	–	0,825	0,815	–	–	0,813	0,699
29 Barbados	0,804	0,851	0,888	2,5	–	0,884	0,634
99 Belize	–	0,747	0,737	16,7	–	0,718	0,455
114 Bolívia	0,512	0,603	0,681	14,4	–	0,674	0,524
72 Brasil	0,644	0,714	0,775	11,8	–	0,768	–
43 Chile	0,703	0,784	0,839	4,1	–	0,830	0,460
73 Colômbia	0,661	0,727	0,773	8,1	–	0,770	0,498
45 Costa Rica	0,745	0,791	0,834	4,4	–	0,823	0,664

32 Índices de desenvolvimento humano: uma perspectiva regional

	Índice de desenvolvimento Humano (IDH)			Índice de pobreza humana para países em desenvolvimento (IPH-1)	Índice de pobreza humana para países OCDE de rendimento elevado seleccionados (IPH-2)	Índice de desenvolvimento ajustado ao género (IDG)	Medida de participação segundo o género (MPG)
	1975	1990	2002				
52 Cuba	-	-	0,809	5,0	-	-	-
95 Dominica	-	-	0,743	-	-	-	-
98 República Dominicana	0,617	0,678	0,738	13,7	-	0,728	0,527
100 Equador	0,630	0,710	0,735	12,0	-	0,721	0,490
103 El Salvador	0,590	0,648	0,720	17,0	-	0,709	0,448
93 Granada	-	-	0,745	-	-	-	-
121 Guatemala	0,510	0,583	0,649	22,5	-	0,635	-
104 Guiana	0,677	0,697	0,719	12,9	-	0,715	-
153 Haiti	-	0,455	0,463	41,1	-	0,458	-
115 Honduras	0,517	0,624	0,672	16,6	-	0,662	0,355
79 Jamaica	0,687	0,726	0,764	9,2	-	0,762	-
53 México	0,688	0,761	0,802	9,1	-	0,792	0,563
118 Nicarágua	0,565	0,589	0,667	18,3	-	0,660	-
61 Panamá	0,708	0,748	0,791	7,7	-	0,785	0,486
89 Paraguai	0,667	0,719	0,751	10,6	-	0,736	0,417
85 Peru	0,642	0,706	0,752	13,2	-	0,736	0,524
39 São Cristóvão e Nevis	-	-	0,844	-	-	-	-
71 Santa Lúcia	-	-	0,777	-	-	-	-
87 São Vicente e Grenadinas	-	-	0,751	-	-	-	-
67 Suriname	-	-	0,780	-	-	-	-
54 Trindade e Tobago	0,735	0,791	0,801	7,7	-	0,795	0,644
46 Uruguai	0,759	0,803	0,833	3,6	-	0,829	0,511
68 Venezuela	0,716	0,759	0,778	8,5	-	0,770	0,444
Ásia do Sul							
138 Bangladeche	0,345	0,417	0,509	42,2	-	0,499	0,218
134 Butão	-	-	0,536	-	-	-	-
127 Índia	0,411	0,514	0,595	31,4	-	0,572	-
101 Irão	0,565	0,649	0,732	16,4	-	0,713	0,313
84 Maldivas	-	-	0,752	11,4	-	-	-
140 Nepal	0,291	0,418	0,504	41,2	-	0,484	-
142 Paquistão	0,346	0,444	0,497	41,9	-	0,471	0,416
96 Sri Lanka	0,613	0,698	0,740	18,2	-	0,738	0,276
Europa do Sul							
30 Chipre	-	0,835	0,883	-	-	0,875	0,497
88 Turquia	0,590	0,683	0,751	12,0	-	0,746	0,290
África Subsariana							
166 Angola	-	-	0,381	-	-	-	-
161 Benim	0,288	0,356	0,421	45,7	-	0,406	-
128 Botswana	0,503	0,675	0,589	43,5	-	0,581	0,562
175 Burkina Faso	0,239	0,302	0,302	65,5	-	0,291	-
173 Burundi	0,282	0,338	0,339	45,8	-	0,337	-
141 Camarões	0,415	0,519	0,501	36,9	-	0,491	-
105 Cabo Verde	-	0,623	0,717	19,7	-	0,709	-
169 República Centro-Africana	0,334	0,375	0,361	47,7	-	0,345	-
167 Chade	0,260	0,326	0,379	49,6	-	0,368	-
136 Comores	-	0,501	0,530	31,4	-	0,510	-
144 Congo	0,451	0,532	0,494	31,9	-	0,488	-
168 Congo, Rep. Dem.	0,410	0,414	0,365	42,9	-	0,355	-
163 Costa do Marfim	0,382	0,429	0,399	45,0	-	0,379	-
109 Guiné Equatorial	-	0,504	0,703	32,7	-	0,691	-
156 Eritreia	-	-	0,439	41,8	-	0,431	-

32 Índices de desenvolvimento humano: uma perspectiva regional

	Índice de desenvolvimento Humano (IDH)			Índice de pobreza humana para países em desenvolvimento (IPH-1)	Índice de pobreza humana para países OCDE de rendimento elevado seleccionados (IPH-2)	Índice de desenvolvimento ajustado ao género (IDG)	Medida de participação segundo o género (MPG)
	1975	1990	2002				
170 Etiópia	-	0,305	0,359	55,5	-	0,346	-
122 Gabão	-	-	0,648	-	-	-	-
155 Gâmbia	0,283	-	0,452	45,8	-	0,446	-
131 Gana	0,439	0,511	0,568	26,0	-	0,564	-
160 Guiné	-	-	0,425	-	-	-	-
172 Guiné-Bissau	0,254	0,311	0,350	48,0	-	0,329	-
148 Quênia	0,445	0,540	0,488	37,5	-	0,486	-
145 Lesoto	0,457	0,544	0,493	47,9	-	0,483	-
150 Madagáscar	0,400	0,436	0,469	35,9	-	0,462	-
165 Malawi	0,315	0,368	0,388	46,8	-	0,374	-
174 Mali	0,232	0,288	0,326	58,9	-	0,309	-
152 Mauritània	0,339	0,387	0,465	48,3	-	0,456	-
64 Maurícias	-	0,723	0,785	11,3	-	0,775	-
171 Moçambique	-	0,310	0,354	49,8	-	0,339	-
126 Namíbia	-	-	0,607	37,7	-	0,602	0,572
176 Níger	0,237	0,259	0,292	61,4	-	0,278	-
151 Nigéria	0,324	0,430	0,466	35,1	-	0,458	-
159 Ruanda	0,341	0,351	0,431	44,7	-	0,423	-
123 São Tomé e Príncipe	-	-	0,645	-	-	-	-
157 Senegal	0,315	0,382	0,437	44,1	-	0,429	-
35 Seychelles	-	-	0,853	-	-	-	-
177 Serra Leoa	-	-	0,273	-	-	-	-
119 África do Sul	0,655	0,729	0,666	31,7	-	0,661	-
137 Suazilândia	0,516	0,611	0,519	-	-	0,505	0,487
162 Tanzânia	-	0,413	0,407	36,0	-	0,401	-
143 Togo	0,396	0,474	0,495	38,0	-	0,477	-
146 Uganda	-	0,395	0,493	36,4	-	0,487	-
164 Zâmbia	0,466	0,466	0,389	50,4	-	0,375	-
147 Zimbabué	0,547	0,617	0,491	52,0	-	0,482	-
Europa Central, do Leste & CEI							
65 Albânia	-	0,702	0,781	-	-	0,778	-
82 Arménia	-	0,751	0,754	-	-	0,752	-
91 Azerbaijão	-	-	0,746	-	-	-	-
62 Bielorrússia	-	0,785	0,790	-	-	0,789	-
66 Bósnia e Herzegovina	-	-	0,781	-	-	-	-
56 Bulgária	-	0,795	0,796	-	-	0,795	-
48 Croácia	-	0,806	0,830	-	-	0,827	0,560
32 República Checa	-	-	0,868	-	-	0,865	0,586
36 Estónia	-	0,817	0,853	-	-	0,852	0,592
97 Geórgia	-	-	0,739	-	-	-	0,387
38 Hungria	0,777	0,807	0,848	-	-	0,847	0,529
78 Cazaquistão	-	0,767	0,766	-	-	0,761	-
110 Quirguistão	-	-	0,701	-	-	-	-
50 Letónia	-	0,807	0,823	-	-	0,823	0,591
41 Lituânia	-	0,823	0,842	-	-	0,841	0,508

32 Índices de desenvolvimento humano: uma perspectiva regional

	Índice de desenvolvimento Humano (IDH)			Índice de pobreza humana para países em desenvolvimento (IPH-1)	Índice de pobreza humana para países OCDE de rendimento elevado seleccionados (IPH-2)	Índice de desenvolvimento ajustado ao género (IDG)	Medida de participação segundo o género (MPG)
	1975	1990	2002				
60 Macedónia	–	–	0,793	–	–	–	0,517
113 Moldávia	–	0,736	0,681	–	–	0,678	0,469
37 Polónia	–	0,802	0,850	–	–	0,848	0,606
69 Roménia	–	0,771	0,778	–	–	0,775	0,465
57 Federação Russa	–	0,813	0,795	–	–	0,794	0,467
42 Eslováquia	–	–	0,842	–	–	0,840	0,607
27 Eslovénia	–	–	0,895	–	–	0,892	0,584
116 Tajiquistão	–	0,719	0,671	–	–	0,668	–
86 Turquemenistão	–	–	0,752	–	–	0,748	–
70 Ucrânia	–	0,798	0,777	–	–	0,773	0,411
107 Usbequistão	–	–	0,709	–	–	0,705	–
OCDE de rendimento elevado ^a							
3 Austrália	0,847	0,892	0,946	–	12,9	0,945	0,806
14 Áustria	0,842	0,893	0,934	–	–	0,924	0,770
6 Bélgica	0,845	0,897	0,942	–	12,4	0,938	0,808
4 Canadá	0,869	0,928	0,943	–	12,2	0,941	0,787
17 Dinamarca	0,872	0,897	0,932	–	9,1	0,931	0,847
13 Finlândia	0,839	0,899	0,935	–	8,4	0,933	0,820
15 Luxemburgo	0,838	0,882	0,933	–	10,5	0,926	–
19 Alemanha	–	0,887	0,925	–	10,3	0,921	0,804
24 Grécia	0,832	0,870	0,902	–	–	0,894	0,523
7 Islândia	0,862	0,913	0,941	–	–	0,938	0,816
10 Irlanda	0,810	0,869	0,936	–	15,3	0,929	0,710
22 Israel	0,794	0,857	0,908	–	–	0,906	0,614
21 Itália	0,841	0,887	0,920	–	11,6	0,914	0,583
9 Japão	0,854	0,910	0,938	–	11,1	0,932	0,531
16 França	0,852	0,902	0,932	–	10,8	0,929	–
31 Malta	0,726	0,824	0,875	–	–	0,866	0,480
5 Holanda	0,865	0,907	0,942	–	8,2	0,938	0,817
18 Nova Zelândia	0,847	0,874	0,926	–	–	0,924	0,772
1 Noruega	0,866	0,911	0,956	–	7,1	0,955	0,908
26 Portugal	0,785	0,847	0,897	–	–	0,894	0,644
20 Espanha	0,836	0,885	0,922	–	11,0	0,916	0,716
2 Suécia	0,863	0,895	0,946	–	6,5	0,946	0,854
11 Suíça	0,878	0,909	0,936	–	–	0,932	0,771
12 Reino Unido	0,845	0,883	0,936	–	14,8	0,934	0,698
8 Estados Unidos	0,866	0,914	0,939	–	15,8	0,936	0,769

Nota: O melhor valor em cada índice e região está apresentado em negrito.

a. Exclui a Coreia do Sul; ver Ásia Oriental e Pacífico. Inclui Israel e Malta, ainda que não sejam países da OCDE.

Fonte: Coluna 1: coluna 1 do quadro 2; coluna 2: coluna 4 do quadro 2; coluna 3: coluna 8 do quadro 1; coluna 4: coluna 2 do quadro 3; coluna 5: coluna 2 do quadro 4; coluna 6: coluna 2 do quadro 24; coluna 7: coluna 2 do quadro 25.

33 Indicadores básicos para outros países membros da ONU

	Componentes do índice de desenvolvimento humano							ODM			
	Esperança de vida à nascença (anos) 2000-05 ^c	Taxa de escolarização bruta combinada do primário, secundário e superior (%)			PIB per capita (dólares PPC) 2002	População total (milhares) 2002	ODM	ODM	Prevalência de HIV ^b (% 15-49 anos) 2003	ODM	População com acesso sustentável a uma fonte de água melhorada (%) 2000
		Taxa de alfabetização de adultos (% 15 anos e mais) 2002	Taxa de escolarização bruta combinada do primário, secundário e superior (%) 2001/02 ^d	Taxa de mortalidade de menores de cinco anos (por 1.000 nascimentos) 2002			Taxa de escolarização líquida ^a (%) 2001/02 ^d	ODM			
							Taxa de fertilidade total (nascimentos por mulher) 2000-05 ^c	Taxa de escolarização líquida ^a (%) 2001/02 ^d			
Afganistão	43,1	–	14	–	22.930	6,8	257	–	–	70	13
Andorra	–	–	–	–	69	–	7	–	–	–	100
Iraque	60,7	–	57	–	24.510	4,8	125	91	<0,1 [0,2]	27	85
Quiribáti	–	–	–	–	87	–	69	–	–	–	48
Coreia do Norte	63,1	–	–	–	22.541	2,0	55	–	–	34	100
Libéria	41,4	55,9	61	–	3.239	6,8	235	70	5,9 [2,7-12,4]	42	–
Listenstaine	–	–	–	–	33	–	11	–	–	–	–
Ilhas Marshall	–	–	–	–	52	–	66	100	–	–	–
Micronésia	68,6	–	–	–	108	3,8	24	–	–	–	–
Mónaco	–	–	–	–	34	–	5	–	–	–	100
Nauru	–	–	55	–	13	–	30	81	–	–	–
Palau	–	–	–	–	20	–	29	97	–	–	79
São Marinho	–	–	–	–	27	–	6	–	–	–	–
Sérvia e Montenegro	73,2	–	74	–	10.535	1,7	19	75	0,2 [0,1-0,4]	9	98
Somália	47,9	–	–	–	9.480	7,3	225	–	–	71	–
Tuvalu	–	–	67	–	10	–	52	–	–	–	100

Nota: O quadro apresenta dados para países membros da ONU não incluídos nos principais quadros de indicadores.

a. A taxa de escolarização líquida é o rácio entre as crianças matriculadas com idade oficial para o nível de educação indicado e a população total dessa idade. **b.** Os dados referem-se a estimativas para o ponto e o intervalo baseadas em novos modelos de estimação desenvolvidos pelo Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/SIDA (ONUSIDA). As estimativas para o intervalo estão apresentadas dentro de parênteses rectos. **c.** Os dados referem-se a estimativas para o período indicado. **d.** Os dados referem-se ao ano escolar de 2000-01. Os dados para alguns países podem corresponder a estimativas nacionais ou do Instituto de Estatística da UNESCO. Para pormenores, ver <http://www.uis.unesco.org/>. **e.** Os dados referem-se à média para os anos indicados.

Fonte: Colunas 1, 5 e 6: UN 2003; coluna 2: UNESCO Institute for Statistics 2004a; coluna 3: UNESCO Institute for Statistics 2004c; coluna 4: World Bank 2004f; coluna 7: UNICEF 2003b; coluna 8: UNESCO Institute for Statistics 2004c; coluna 9: UNAIDS 2004; coluna 10: FAO 2003; coluna 11: UNICEF 2003b, baseado num trabalho conjunto do Fundo das Nações Unidas para a Infância e da Organização Mundial da Saúde.

Nota sobre as estatísticas no Relatório do Desenvolvimento Humano

Este Relatório apresenta habitualmente dois tipos de informações estatísticas: as estatísticas dos quadros de indicadores do desenvolvimento humano, que fornecem uma avaliação global das realizações dos países em diferentes áreas do desenvolvimento humano, e as provas estatísticas, na análise temática dos capítulos. O Relatório deste ano integra muitos dos indicadores dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio nos quadros de indicadores de desenvolvimento humano (ver *ver índice dos indicadores dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio*). Os dados para estes indicadores fornecem uma referência estatística para avaliar o progresso em cada país, tendo em vista os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e as suas metas.

FONTES DE DADOS

O Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano é fundamentalmente um utilizador e não um produtor de estatísticas. Por conseguinte, depende das agências internacionais de dados, que têm os recursos e os conhecimentos para recolher e compilar dados internacionais sobre indicadores estatísticos específicos..

QUADROS DE INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

Com o fim de permitir comparações entre países e no tempo, o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano utiliza, na medida do possível, dados comparáveis internacionalmente, produzidos por importantes agências internacionais de dados, ou outras instituições especializadas, para a preparação dos quadros de indicadores do desenvolvimento humano (para informação sobre as principais agências que fornecem dados utilizados no Relatório, ver caixa 1). Mas, existem ainda muitas lacunas nos dados, mesmo em algumas áreas muito básicas do desenvolvimento humano. Embora defenda o aper-

feiçoamento dos dados do desenvolvimento humano, como princípio e por razões práticas, o Gabinete não colige dados provenientes directamente dos países, nem faz estimativas para preencher as lacunas dos dados no Relatório.

A única excepção é o índice de desenvolvimento humano (IDH). O Gabinete esforça-se por incluir no IDH tantos países membros da ONU quantos possíveis. Para que um país seja incluído, é ideal que estejam disponíveis dados das principais agências internacionais para todas as quatro componentes do índice (ver Destaque estatístico 2, *Nota para o quadro 1: Sobre o índice de desenvolvimento humano desta ano*). B). Mas, para um número significativo de países faltam dados relativamente a uma, ou mais, destas componentes. Em resposta ao desejo dos países de serem incluídos no IDH, o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano faz todos os esforços, nestes casos, para identificar outras estimativas razoáveis, trabalhando com agências internacionais de dados, Comissões Regionais das Nações Unidas, departamentos nacionais de estatística e os gabinetes nacionais do PNUD. Nalguns casos, o Gabinete tentou fazer estimativas, consultando os departamentos ou regionais nacionais de estatística, ou outros especialistas.

INDICADORES DOS OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÉNIO

A Divisão de Estatística das Nações Unidas mantém a Base de Indicadores do Milénio (<http://www.millenniumindicators.un.org>), base mundial compilada a partir de séries de dados internacionais fornecidas pelas agências internacionais responsáveis. A base de dados constitui o suporte estatístico para o relatório anual apresentado pelo Secretário-Geral das Nações Unidas à Assembleia-Geral das Nações Unidas sobre o progresso mundial e regional, tendo em vista os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e as suas metas. Mas, também se alimenta de outros relatórios internacionais que fornecem dados para os indi-

Principais fontes de dados utilizados no *Relatório do Desenvolvimento Humano*

Com a partilha generosa de dados, as seguintes organizações tornaram possível ao *Relatório do Desenvolvimento Humano* publicar as importantes estatísticas de desenvolvimento humano que aparecem nos quadros de indicadores.

Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) Esta organização da ONU fornece dados sobre refugiados através da sua publicação *Statistical Yearbook*.

Banco Mundial O Banco Mundial produz e compila dados sobre tendências económicas, bem como um vasto conjunto de outros indicadores. O seu *World Development Indicators* é a fonte primária para vários indicadores no Relatório.

Centro de Análise e Informação sobre o Dióxido de Carbono (CDIAC) O CDIAC, um centro de dados e análise do Departamento de Energia dos Estados Unidos, concentra-se no efeito de estufa e na alteração do clima mundial. É a fonte de dados sobre emissões de dióxido de carbono.

Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (CNUCED) A CNUCED fornece estatísticas económicas e de comércio através de um conjunto de publicações, incluindo o *World Investment Report*. É a fonte original dos dados sobre fluxos de investimento que o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano recebe de outras agências.

Divisão da População das Nações Unidas (UNPOP) Este gabinete especializado das Nações Unidas produz dados internacionais sobre tendências da população. O Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano baseia-se em *World Population Prospects* e *World Urbanization Prospects*, duas das principais publicações da UNPOP, e nas suas outras publicações e bases de dados, para as estimativas e projecções demográficas.

Divisão de Estatísticas das Nações Unidas (UNSD) A UNSD fornece um amplo conjunto de produtos e serviços estatísticos. Muitos dos dados de contas nacionais fornecidos ao Gabinete do Relatório de Desenvolvimento Humano por outras agências tem origem na UNSD. O Relatório deste ano também apresenta dados sobre comércio e energia e apoia-se na Base de Indicadores do Milénio, mantido pela UNSD, como a fonte de dados para os quadros de indicadores dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

Estudo do Rendimento do Luxemburgo (LIS) Um projecto cooperativo de investigação com 25 países membros, o LIS concentra-se nos temas da pobreza e da política. É a fonte das estimativas de privação de rendimento para muitos países da OCDE.

Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) A UNICEF acompanha o bem-estar das crianças e fornece uma ampla série de dados. O seu *State of the World's Children* é uma fonte importante de dados para o Relatório.

Fundo Monetário Internacional (FMI) O FMI possui um extenso programa de desenvolvimento e compilação de estatísticas sobre transacções financeiras internacionais e balança de pagamentos. Grande parte dos dados financeiros fornecidos ao Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano por outras agências é proveniente do FMI.

Gabinete das Nações Unidas contra a Droga e o Crime (UNODC) Esta organização da ONU realiza investigações comparativas internacionais para apoiar o combate contra as drogas ilícitas e o crime internacional. Fornece dados sobre vítimas da criminalidade provenientes dos Inquéritos sobre Vítimas da Criminalidade Internacional.

Instituto Internacional de Estudos Estratégicos (IISS) Um centro independente de investigação, informação e debate sobre problemas de conflitos, o IISS man-

tém uma extensa base de dados militar. Os dados sobre as forças armadas são da sua publicação *The Military Balance*.

Instituto Internacional de Investigação sobre a Paz do Luxemburgo (SPIRI) O SPIRI desenvolve investigação sobre a paz e a segurança internacionais. O SPIRI *Yearbook: Armaments, Disarmament and International Security* é a fonte de dados publicada sobre despesa militar e transferência de armas.

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) Instituto de Estatística desta agência especializada da ONU é a fonte de dados sobre assuntos relacionados com a educação. O Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano apoia-se em dados das publicações estatísticas da UNESCO, bem como em dados recebidos directamente do seu Instituto de Estatísticas.

Organização Internacional do trabalho (OIT) A OIT mantém um extenso programa de publicações estatísticas, sendo o *Yearbook of Labour Statistics* e o *Key Indicators of the Labour Market* as suas colecções mais compreensivas de dados sobre o mercado do trabalho. A OIT é a fonte de dados sobre salários, emprego e ocupações e de informação sobre o estatuto de ratificação das convenções dos direitos do trabalho.

Organização Mundial da Propriedade Intelectual (WIPO) Como agência especializada da ONU, a WIPO promove a protecção dos direitos de propriedade intelectual em todo o mundo, através de diferentes formas de trabalho cooperativo. É a fonte de dados relacionados com as patentes.

Organização Mundial da Saúde (OMS) Esta agência especializada mantém um largo número de séries estatísticas sobre temas de saúde, a fonte para os indicadores relacionados com a saúde, neste Relatório.

Organização para a Alimentação e a Agricultura (FAO) A FAO reúne, analisa e difunde informação e dados sobre a alimentação e a agricultura. É a fonte de dados sobre indicadores de insegurança alimentar.

Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE) A OCDE publica dados sobre uma variedade de tendências sociais e económicas nos seus países membros e sobre fluxos de ajuda. O Relatório deste ano apresenta dados da OCDE sobre ajuda, energia, emprego e educação.

Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/SIDA (ONUSIDA) Este programa conjunto da ONU monitoriza a propagação do HIV/SIDA e fornece actualizações regulares. O *Report on the Global HIV/AIDS Epidemic*, uma publicação conjunta da UNUSIDA e da Organização Mundial da Saúde, é a fonte primária de dados sobre HIV/SIDA.

Tratados Multilaterais das Nações Unidas Depositadas junto do Secretário-Geral (Secção de Tratados das Nações Unidas) O Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano colige informação sobre o estatuto dos principais instrumentos internacionais de direitos humanos e tratados ambientais, apoiado na base de dados que este gabinete da ONU mantém.

União Internacional das Telecomunicações (UIT) Esta agência especializada da ONU mantém uma extensa colecção de estatísticas sobre informação e comunicações. Os dados sobre tendências nas telecomunicações provêm da sua base de dados *World Telecommunications Indicators*.

União Inter-Parlamentar (UIP) Esta organização fornece dados sobre tendências na participação política e estruturas da democracia. O Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano baseia-se na UIP para os dados relativos a eleições e para a informação sobre a representação política das mulheres.

cadores dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio dos vários países, tais como este Relatório e o World Development Indicators, publicação anual do Banco Mundial.

No momento em que este Relatório estava a ser preparado, a Divisão de Estatística das Nações Unidas estava a actualizar a Base de Indicadores do Milénio e o Banco Mundial completava o *World Development Indicators 2004* para publicação. Com a partilha generosa dos dados, o Banco Mundial e outras agências internacionais — como o Instituto de Estatística (UIS) da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e a Organização Mundial da Saúde (OMS) — permitiram que o Relatório incluisse não apenas os dados existentes na Base de Indicadores do Milénio, mas também estimativas mais recentes para alguns dos indicadores dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, estimativas que estavam para ser incorporadas mais tarde na base de dados.

DADOS PARA A ANÁLISE TEMÁTICA

As provas estatísticas utilizadas na análise temática do Relatório são, frequentemente, extraídas dos quadros de indicadores. Mas, também se utiliza um conjunto amplo de outras fontes, incluindo documentos comissionados, documentos governamentais, relatórios nacionais de desenvolvimento humano, relatórios de organizações não governamentais, artigos de revista e outras publicações académicas. As estatísticas oficiais são, normalmente, prioritárias. Mas, devido à natureza muito avançada dos assuntos discutidos, podem não existir estatísticas oficiais relevantes, pelo que devem ser utilizadas fontes não oficiais de informação. No entanto, o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano está empenhado em confiar nos dados compilados através de investigação académica e científica e em assegurar a imparcialidade das fontes de informação e da sua utilização na análise.

Sempre que nas caixas ou quadros do texto seja utilizada informação de outras fontes, que não a dos quadros de indicadores do Relatório, é indicada a fonte e é feita uma citação completa na bibliografia. Além disso, uma nota resumida para cada capítulo descreve as principais fontes para o capítulo e as notas finais especificam as fontes da informação estatística que não é extraída dos quadros de indicadores.

A NECESSIDADE DE MELHORES ESTATÍSTICAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

Embora os quadros de indicadores do Relatório deste ano apresentem os melhores dados actualmente disponíveis para a medição do desenvolvimento humano, subsistem muitas lacunas e problemas.

LACUNAS NOS DADOS

As lacunas existentes nos quadros de indicadores demonstram a necessidade premente de melhorias na acessibilidade de estatísticas de desenvolvimento humano relevantes, fidedignas e atempadas. Um exemplo perfeito das lacunas nos dados é o grande número de países excluído do IDH. A intenção é incluir todos os países membros das Nações Unidas, bem como Hong Kong, China (RAE) e os Territórios Ocupados da Palestina. Porém, devido à falta de dados fidedignos, 16 países membros das Nações Unidas estão excluídos do IDH e, portanto, dos principais quadros de indicadores (os indicadores fundamentais que estão disponíveis para estes países são apresentados no quadro 33). De igual modo, o índice de pobreza humana cobre apenas 95 países em desenvolvimento e 17 países OCDE de rendimento elevado, o índice de desenvolvimento ajustado ao género, 144 países, e a medida de participação segundo o género mede 78 países. Para um número significativo de países, os dados para as componentes destes índices não são fiáveis e estão desactualizados e, nalguns casos, têm de ser estimados (para a definição e metodologia dos índices, ver *nota técnica 1*).

DISCREPÂNCIAS ENTRE ESTIMATIVAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS

Quando compilam as séries de dados internacionais, as agências internacionais de dados têm de aplicar, com frequência, padrões adoptados internacionalmente e procedimentos de harmonização para melhorar a comparabilidade entre países. Se os dados internacionais se baseiam em estatísticas nacionais, como geralmente acontece, pode ser necessário o ajustamento dos dados nacionais. Quando faltam dados sobre um país, uma agência internacional pode produzir uma estimativa, se puder ser utilizada outra informação relevante. E, devido às dificuldades de coordenação entre agências nacionais e internacionais, as séries de dados internacionais podem não incorporar os dados nacionais mais

recentes. Todos estes factores podem conduzir a discrepâncias significativas entre as estimativas nacionais e internacionais.

Este Relatório tem evidenciado, com frequência, estas discrepâncias. Embora o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano advogue a melhoria dos dados internacionais, reconhece também que pode ter um papel activo em tais esforços. Sempre que têm surgido discrepâncias nos dados, o Gabinete tem ajudado a articular as autoridades nacionais e internacionais sobre dados para tratarem dessas discrepâncias. Em muitos casos, isso conduziu a melhores estatísticas no Relatório. O Gabinete está empenhado na melhoria contínua da consistência dos dados, através de esforços mais sistemáticos.

PARA UMA CAPACIDADE ESTATÍSTICA MAIS FORTE

Uma parte essencial da solução para as enormes lacunas e deficiências na informação estatística é a construção de uma capacidade estatística sustentável nos países, um esforço que requer empenho financeiro e político, tanto ao nível nacional, como

internacional. O impulso gerado pelo processo dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio mobilizou toda a comunidade estatística internacional e estão em curso muitas iniciativas, incluindo o Plano de Acção de Marraquexe para Estatísticas (caixa 2) e a Rede de Medida da Saúde (caixa 3).

As agências internacionais de estatística deveriam continuar a ter uma parte activa no desenvolvimento estatístico, através da melhoria, promoção e execução de padrões, métodos e estruturas acordados internacionalmente para as actividades estatísticas. O Relatório deste ano realça a necessidade de rupturas conceptuais e metodológicas no desenvolvimento de indicadores da cultura (caixa 4 e caixa 2.3 do capítulo 2). Também apela para um maior esforço na melhoria de outras estatísticas básicas de desenvolvimento humano. Reconhecendo a fraqueza das actuais estatísticas sobre literacia, o Instituto de Estatística da UNESCO está a desenvolver novos instrumentos e medida (caixa 5). E a Ronda do Milénio do Programa de Comparações Internacionais promete fornecer uma base mais segura para a avaliação de padrões de vida entre países (caixa 6).

CAIXA 2

O Plano de Acção de Marraquexe para as Estatísticas

A ênfase em metas quantitativas nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e a atenção crescente com a medida dos resultados aumentaram a procura de estatísticas. Mas também aumentaram a nossa consciência da pobreza dos sistemas estatísticos na maior parte dos países em desenvolvimento. Boas estatísticas não são uma questão técnica. Como afirmou Trevor Manuel, “se não o podes medir, não o podes gerir”. Dados e estatísticas são necessários aos governos, políticos e gestores. E são muito importantes para os cidadãos poderem obrigar os governos a serem responsáveis pelas suas acções e resultados. A melhoria dos sistemas de estatística é uma questão de desenvolvimento, que requer uma acção concertada de toda a comunidade mundial e não apenas dos profissionais de estatística.

Na Segunda Mesa-Redonda Internacional sobre Gestão para os Resultados do Desenvolvimento, representantes dos bancos de desenvolvimento multilaterais, a Comissão de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE e programas e agências da ONU propuseram um plano de acção para a melhoria das estatísticas de desenvolvimento. O plano tem três objectivos:

1. Reforçar a capacidade nacional para produzir, analisar e utilizar estatísticas fidedignas.
2. Melhorar a qualidade e disponibilidade de estatísticas de desenvolvimento para a monitorização mundial.
3. Apoiar os países que estão a expandir a sua capacidade estatística.

Seis grandes grupos de acções

O Plano de Acção de Marraquexe para as Estatísticas (PAME) baseia-se nas iniciativas existentes e na experiência dos países para apresentar seis grandes grupos de acções necessárias para melhorar as estatísticas, tanto ao nível nacional como internacional.

1. *Planear estrategicamente as tendências principais dos sistemas estatísticos e ajudar todos os países de rendimento baixo a preparar as suas estratégias de desenvolvimento estatístico nacional até 2006.* As necessidades estatísticas devem ser derivadas das estratégias de desenvolvimento mais amplas, tais como os Quadros Estratégicos de Luta contra a Pobreza, e não tratadas como um tema separado.
2. *Reforçar os preparativos para os censos de 2010.* Os censos são uma fonte fundamental das estatísticas de desenvolvimento e sustentam a capacidade de monitorizar os progressos em direcção aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Temos de começar agora se quisermos disponibilizar informação adequada para a avaliação dos progressos em 2015.
3. *Aumentar o apoio financeiro para a construção da capacidade estatística.* Em muitos casos, os países terão de aumentar o seu próprio financiamento das estatísticas, mas também terão necessidade de ajuda externa. No espírito da Conferência de Monterrey sobre Financiamento do Desenvolvimento, os países que adoptarem boas políticas para os seus sis-

temas de estatística deverão receber os apoios financeiros necessários para o seu financiamento.

4. *Construir uma rede internacional de inquéritos às famílias.* Os inquéritos tornaram-se cada vez mais importantes para medir os resultados sociais, mas precisam de melhor coordenação.
5. *Planear melhorias urgentes necessárias para a monitorização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio em 2005.* O mundo espera, para o próximo ano, um relatório completo e imparcial dos progressos.
6. *Aumentar a responsabilidade do sistema estatístico internacional.* As agências internacionais devem melhorar mais as suas próprias práticas.

Custos

Os custos adicionais destas actividades são de cerca de 120 milhões de dólares EUA por ano para melhorar os sistemas estatísticos nacionais e de cerca de 25 milhões de dólares por ano para melhorar os sistemas internacionais. Mas estes não custos são completos. Excluem, por exemplo, os custos dos censos de 2010. E não incluem os custos de melhoramentos noutras fontes estatísticas, tais como a preparação de inquéritos ou de relatórios administrativos. Estas são as primeiras estimativas, que serão aperfeiçoadas à medida que as propostas são desenvolvidas e ajustadas. De notar ainda que estes custos são para o financiamento proveniente de todas as fontes possíveis, tanto nacional, como de doadores.

Fonte: World Bank 2004e.

METODOLOGIA E APRESENTAÇÃO DOS INDICADORES

O Relatório deste ano apresenta dados para a maior parte dos indicadores fundamentais, com um desfasamento de apenas dois anos entre o ano de referência dos indicadores e o de lançamento do Relatório. Os principais quadros de indicadores de desenvolvimento humano incluem 175 países membros da ONU, juntamente com Hong Kong, China (RAE) e os Territórios Ocupados da Palestina — todos aqueles para os quais o IDH pode ser calculado. Devido à falta de dados comparáveis, 16 países membros da ONU não podem ser incluídos no IDH ou, então, nos principais quadros de indicadores. Para esses países, são apresentados indicadores básicos de desenvolvimento humano num quadro separado (quadro 33).

CLASSIFICAÇÕES DOS PAÍSES

Os países são classificados de quatro formas: segundo o nível de desenvolvimento humano, o rendimento, os principais agregados mundiais e as regiões (ver *Classificação dos países*). Estas designações não exprimem, necessariamente, nenhum julgamento sobre o estágio de desenvolvimento de um país ou região particular. O termo país, como é utilizado no texto e nos quadros, refere-se, quando apropriado, a territórios ou áreas.

Classificações de desenvolvimento humano. Todos os países incluídos no IDH são classificados em três grupos, segundo a realização em desenvolvimento humano: desenvolvimento humano elevado (com um IDH igual ou superior a 0,800), desenvolvimento humano médio (0,500-0,799) e desenvolvimento humano baixo (menos de 0,500).

Classificações de rendimento. Todos os países são agrupados pelo rendimento, utilizando a classificação do Banco Mundial: rendimento elevado (rendimento nacional bruto per capita igual ou superior a 9.076 dólares, em 2002), rendimento médio (736-9.075 dólares) e rendimento baixo (735 dólares ou menos).

Principais classificações do mundo. Os três grupos mundiais são os *países em desenvolvimento*, *Europa Central e do Leste* e a *CEI e OCDE*. Estes grupos não são mutuamente exclusivos. A classificação *mundo* representa o universo dos 193 países e áreas cobertos, a não ser quando indicado de outro modo — 191 países membros da ONU, juntamente com Hong Kong, China (RAE) e os Territórios Ocupados da Palestina.

CAIXA 3

Rede de Medida da Saúde: Uma parceria mundial emergente para informação sobre saúde

Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio estimularam a nossa consciência da importância dos dados. Também realçaram a fraqueza dos sistemas de informação existentes em muitos países. Em nenhum lado isto é tão evidente como na saúde. É essencial uma informação segura para a realização dos objectivos relacionados com a saúde, mas ela raramente está disponível. Por todo o lado, a procura descoordenada de informação é muito grande, os dados inúteis são excessivos e os factos consistentes são escassos.

A Rede de Medida da Saúde, uma parceria mundial emergente e largamente financiada pela Fundação Bill e Melinda Gates, procura remediar esta situação. Convocará os constituintes da saúde e da estatística aos níveis mundial, regional e de países, incluindo agências internacionais, doadores bilaterais e multilaterais, fundações e especialistas técnicos, para apresentar a proposta de que é necessária a construção de sistemas de informação mais sólidos para enfrentar os desafios da saúde do século XXI.

O seu objectivo é utilizar a procura crescente de boa informação pelos países e parceiros

Fonte: WHO 2004f.

do desenvolvimento para acelerar a construção de sistemas de informação sobre saúde ao nível nacional, que satisfaçam as necessidades mundiais, nacionais e subnacionais. Os próprios países conduzirão este esforço, construindo o consenso dos participantes em torno de planos para reforçar ou reformar os sistemas de informação sobre saúde. A execução dos planos ajudará os países a responder ao desafio de monitorizar o progresso em direcção às metas e objectivos nacionais e internacionais, incluindo os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

A Rede de Medida da Saúde será constituída por um conselho, um pequeno secretariado, inicialmente instalado junto da Organização Mundial da Saúde, e grupos de trabalho técnicos, que darão o impulso para enfrentar os desafios fundamentais da medida da saúde. Os membros do conselho incluirão representantes dos países em desenvolvimento, agências bilaterais e multilaterais, fundações e especialistas técnicos. O lançamento da rede está planeado para a primeira metade de 2004, a seguir à primeira reunião do conselho.

CAIXA 4

O Programa de Estatísticas da Cultura do Instituto de Estatística da UNESCO

Antes de 2001, o Programa de Estatísticas da Cultura do Instituto de Estatística (UIS) da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) coligia dados com base em instrumentos de inquérito em seis áreas: produção de livros, filmes e cinemas, bibliotecas, museus, meios de impressão e radiodifusão. Em 2002, a UIS começou uma reavaliação do seu Programa de Estatísticas da Cultura e suspendeu a compilação de dados durante a revisão. Actualmente, a UIS está a desenvolver um novo programa de trabalho para melhor enfrentar as necessidades de política dos estados membros.

A revisão começou com um simpósio internacional de três dias em Montreal, em Outubro de 2002, patrocinado conjuntamente com o Observatório da Cultura e das Comunicações do Quebec, para solicitar opiniões dos investigadores de todo o mundo sobre os dados que a UIS deve compilar na área da cultura. As sugestões incluíram a introdução da participação cultural,

Fonte: UNESCO Institute for Statistics 2004d.

emprego cultural e do financiamento da cultura. Essas sugestões, na mesma orientação dos trabalhos recentes do Grupo de Trabalho sobre Estatísticas da Cultura, da União Europeia, estão a ser investigadas em termos de exequibilidade e relevância para outras regiões do mundo.

Também está a ser considerada a actualização dos dados sobre fluxos de comércio dos bens culturais, nos anos mais recentes, para apoio à Convenção sobre a Protecção dos Bens Culturais e Expressão Artística, actualmente em preparação na UNESCO. Adicionalmente, a UIS está a participar no projecto transversal da UNESCO “Iniciativa B@bel”, patrocinando um relatório sobre o estatuto do multilinguismo na Internet. Finalmente, o novo programa de trabalho sobre estatísticas da cultura deverá envolver a reutilização de um ou mais dos inquéritos da UIS suspensos, provavelmente a radiodifusão ou meios de impressão, aqueles em relação aos quais a procura externa de dados é muito maior.

Classificações regionais. Os países em desenvolvimento são, depois, classificados nas seguintes regiões: Países Árabes, Ásia Oriental e Pacífico,

Medir a alfabetização

A alfabetização é a base para o progresso social, económico e ambiental dos países em desenvolvimento. Até agora, pouca atenção tem sido dada à medida da alfabetização, ou os factores subjacentes que contribuem para o desenvolvimento das qualificações de leitura, escrita e numeracia nos países em desenvolvimento, ou para a obtenção da informação necessária para monitorizar a mudança, ou para formular as intervenções necessárias.

Alguns países em desenvolvimento, embora uma minoria, têm tentado seguir as directrizes internacionais para determinar o tamanho da sua população analfabeta, utilizando um recenseamento, ou uma questão de inquérito, em que se pergunta se uma pessoa é analfabeta. Esta metodologia, referida como uma autodeclaração, tem grandes limitações. Primeiro, divide a população em dois grupos – os que estão alfabetizados e os que não estão – e quantos são em cada grupo – uma enorme sobresimplificação. Segundo, ela subestima o número de pessoas analfabetas, porque os respondentes são relutantes em admitir o seu analfabetismo. Estas taxas são amplamente utilizadas para indicar o número de pessoas analfabetas em

países e regiões, mas elas não fornecem nenhuma compreensão dos níveis de analfabetismo dessas populações, dos aspectos do desenvolvimento da leitura e da escrita que requerem melhorias, ou dos impactes relativos da educação não formal e dos programas de alfabetização. Em vez disso, são necessárias medidas de cada nível de qualificação individual na leitura, escrita e numeracia, e meios de medir os progressos. O Instituto de Estatística da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) está a desenvolver uma metodologia de inquérito por amostragem para fazer isso através do Programa de Avaliação e Monitorização da Alfabetização (ver <http://www.uis.unesco.org/>).

Chegou o tempo de substituir as taxas de analfabetismo simples por perfis de alfabetização das populações, para mostrar a ampla gama de qualificações e para monitorizar as modificações desses perfis em todos os níveis de alfabetização. A comunidade internacional pode ajudar colocando as questões correctas, formulando objectivos internacionais associados e apoiando os esforços nacionais para obter informações mais pormenorizadas sobre a alfabetização.

Fonte: UNESCO Institute for Statistics 2004e.

América Latina e Caraíbas (incluindo o México), Ásia do Sul, Europa do Sul e África Subsariana. Estas classificações regionais são consistentes com as Agências Regionais do PNUD. Uma classificação adicional é a dos *países menos desenvolvidos*, tal como definido pelas Nações Unidas (CNUCED 2001).

AGREGADOS E TAXAS DE CRESCIMENTO

Agregados. Os agregados para as classificações descritas acima são apresentados no fim da maior parte dos quadros, quando tem significado analítico fazê-lo e quando os dados são suficientes. Os agregados que representam o total da classificação (como a população) são indicados com um T. Devido aos arredondamentos, os totais mundiais nem sempre são iguais à soma dos totais dos subgrupos. Todos os outros agregados são médias ponderadas.

Em geral, um agregado só é apresentado numa classificação quando os dados estão disponíveis para metade dos países e representa pelo menos dois terços do peso disponível nessa classificação. O Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano não preenche os dados que faltam para efeitos de agregação. Portanto, os agregados para cada classificação apenas representam os países para os quais existem

dados disponíveis, referem-se ao ano ou período indicado e respeitam apenas aos dados das fontes primárias referenciadas, a não ser quando indicado de outro modo. Os agregados não são apresentados quando não existem processos adequados de ponderação.

Os agregados para os índices, taxas de crescimento e indicadores que cobrem mais do que um ponto no tempo são baseados apenas nos países para os quais existem dados para todos os pontos necessários. Para a classificação mundial, que apenas se refere ao universo dos 193 países e áreas (a não ser quando indicado de outro modo), os agregados nem sempre são apresentados quando não existe nenhum agregado para uma ou mais regiões.

Os agregados neste Relatório não se ajustam sempre aos de outras publicações, devido às diferenças na classificação dos países e na metodologia. Quando indicado, os agregados são calculados pela agência de estatísticas que fornece o próprio indicador.

Taxas de crescimento. As taxas de crescimento para vários anos são expressas como taxas anuais médias de variação. Nos cálculos das taxas pelo Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano são utilizados apenas os pontos inicial e final. As taxas de crescimento de ano para ano são expressas como variações percentuais anuais.

APRESENTAÇÃO

Nos quadros de indicadores do desenvolvimento humano, os países e áreas estão ordenados por ordem decrescente dos seus valores IDH. Para localizar um país nos quadros, recorre-se à *chave dos países* na aba da contracapa, que lista os países alfabeticamente e com a sua posição no IDH.

As fontes de todos os dados utilizados nos quadros de indicadores são apresentadas em pequenas citações no fim de cada quadro. Estas concordam com as referências completas que se encontram nas *referências estatísticas*. Quando uma agência fornece dados que compilou a partir de outra fonte, ambas as fontes são creditadas nas notas dos quadros. Mas quando uma agência se baseou no trabalho de muitos outros contribuintes, apenas a fonte final é apresentada. As notas sobre as fontes também mostram as componentes de dados originais utilizadas em todos os cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, para assegurar que todos os cálculos podem ser facilmente reproduzidos.

O Programa de Comparações Internacionais

O Programa de Comparações Internacionais é uma iniciativa estatística mundial que começou no início dos anos de 1970. O seu objectivo é facilitar as comparações de agregados económicos entre países, através da produção de níveis de preços internacionalmente comparáveis, valores de despesas e estimativas de paridades de poder de compra (PPC). Através de taxas de câmbio de paridades de poder de compra, que são o número de unidades da moeda de um país necessário para comprar a mesma quantidade de bens e serviços que um dólar EUA compra nos Estados Unidos, os países podem ser comparados em termos reais, livre das distorções de preços e de taxas de câmbio. Isto é particularmente importante quando se estudam diferenças de rendimento, pobreza, desigualdade e padrões de despesa entre países.

Ao longo dos últimos 30 anos, o Programa de Comparações Internacionais cresceu de um estudo piloto para um projecto mundial. O programa tornou-se uma parte integral do trabalho estatístico nacional nos países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE) e progrediu-se bastante em muitos países em desenvolvimento. Durante a última ronda de comparações interna-

cionais, em 1993 e 1995, participaram no programa 118 países de todas as regiões do mundo. Contudo, o conjunto actual de dados PPC continua a ser deficiente na cobertura universal, oportunidade e qualidade entre países e regiões. Lacunas na cobertura de países pelos inquéritos de referência foram preenchidas com estimativas econométricas, que foram, depois, extrapoladas temporalmente. Estes resultados estão a ficar cada vez mais fracos, à medida que cresce a distância entre o ano do inquérito de referência e o ano corrente.

A importância das paridades de poder de compra na análise económica sublinha a necessidade de melhoramentos nos dados PPC. Um novo quadro estratégico do Programa de Comparações Internacionais foi desenvolvido através de um processo de consulta mundial para melhorar a metodologia e a execução do exercício, bem como a qualidade dos seus resultados. O quadro estabelece acções de correcção para as agências internacionais e regionais, bem como para os parceiros nacionais. O objectivo imediato é organizar a recolha de estatísticas económicas para a nova Ronda do Milénio (2003-06), para responder à procura urgente de dados confiáveis e oportunos

necessários para ajudar a avaliar o progresso nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Os objectivos últimos são o reforço da capacidade nacional estatística nos preços e contas nacionais e a transformação do programa numa parte integral dos sistemas estatísticos nacionais, para trazer as paridades de poder de compra do domínio secundário para o domínio principal do programa e para promover a utilização dos dados do Programa de Comparações Internacionais na análise económica, aos níveis nacional, regional e internacional. Mais de 160 países (incluindo membros da OCDE) pretendem participar na nova ronda.

Estão em marcha investigações promissoras, para integrar PPC específicas da pobreza no domínio principal dos trabalhos do Programa de Comparações Internacionais. Os resultados de dois estudos pilotos conduzidos na Ásia e na África mostram que PPC específicas da pobreza podem ser geradas com dados de inquéritos às despesas das famílias e fontes do Programa de Comparações Internacionais. As conclusões destes estudos fornecem uma abordagem promissora, que poderá ser utilizada na análise da pobreza dentro e entre países.

Fonte: World Bank 2004d.

Os indicadores para os quais podem ser dadas definições pequenas e significativas estão incluídos nas *definições de termos estatísticos*. Todas as outras informações relevantes aparecem nas notas do fim de cada quadro.

Na ausência das expressões *anual*, *taxa anual* e *taxa de crescimento*, um hífen entre dois anos, tal como em 1995-2000, indica que o dado foi recolhido durante um dos anos referidos. Uma barra entre dois anos, tal como em 1998/2001, assinala uma média para os anos indicados. Utilizaram-se os seguintes símbolos:

- .. Dados não disponíveis.
- (.) Menos de metade da unidade indicada.
- < Menor que.
- Não aplicável.
- T Total.

Os dados para a China não incluem Hong Kong, China (RAE), Macau, China (RAE) ou Taiwan (província da China), a não ser quando indicado de outro modo. Na maior parte dos casos, os dados da Eritreia anteriores a 1992 estão incluídos nos dados da Etiópia. Os dados da Indonésia incluem Timor-Leste até 1999. Os dados para a Jordânia referem-se apenas à Cisjordânia. Os dados para o Sudão são frequentemente baseados em informação recolhida na parte norte do país. Os dados económicos para a

Tanzânia cobrem apenas o continente. E os dados para a República do Iémen referem-se a este país a partir de 1990, enquanto os dos anos anteriores são dados agregados da antiga República Democrática Popular do Iémen e da antiga República Árabe do Iémen.

Como resultado das revisões periódicas dos dados pelas agências internacionais, as estatísticas apresentadas nas diferentes edições do Relatório podem não ser comparáveis. Por isso, o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano desaconselha fortemente a construção de análises de tendência baseadas nos dados de diferentes edições.

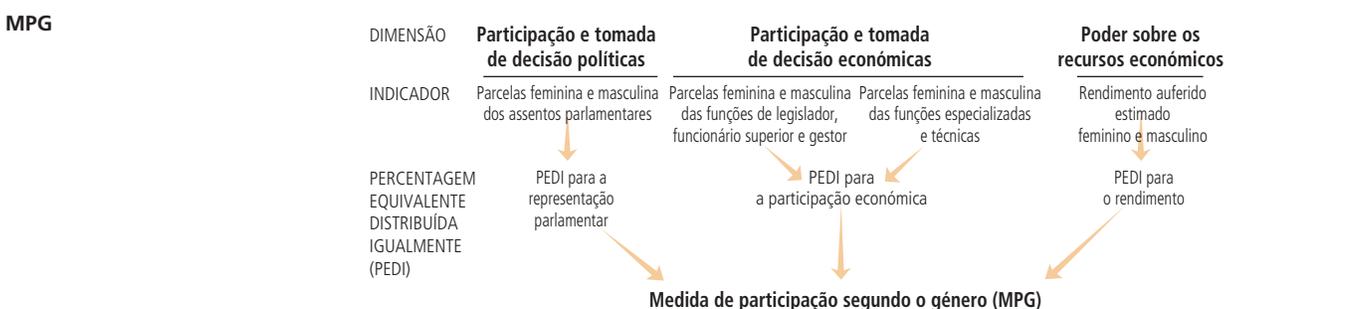
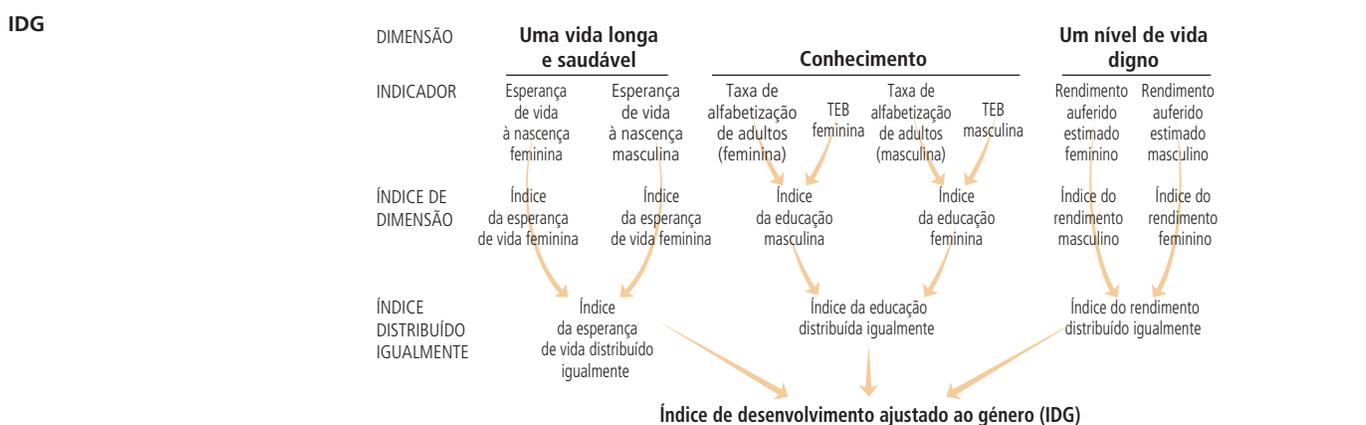
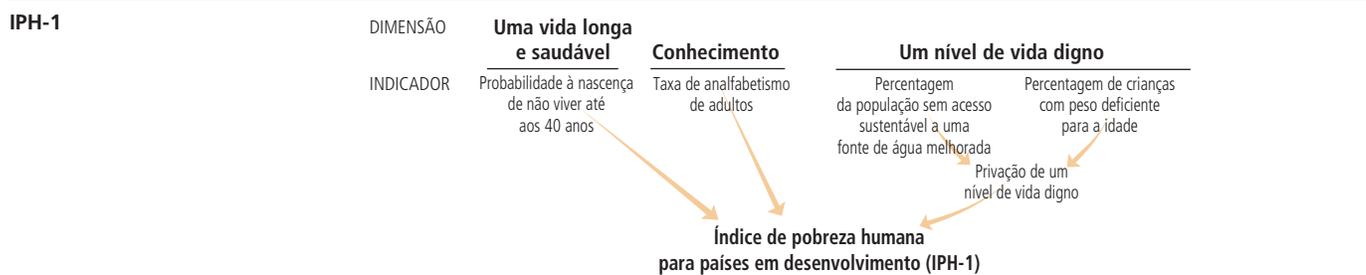
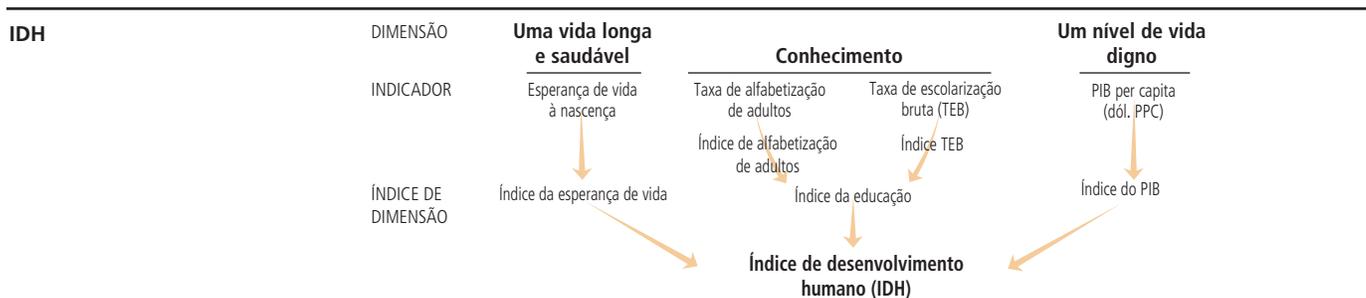
Do mesmo modo, os valores e posições do IDH não são comparáveis entre edições do Relatório. Para análises de tendência baseadas em dados e metodologia consistentes, indica-se o quadro de indicadores 2 (Tendências do índice de desenvolvimento humano). Os valores e posições do IDH recalculados para 2001 (o ano de referência para o IDH no *Relatório do Desenvolvimento Humano 2003*), com base em dados e cobertura de países comparáveis ao Relatório deste ano, estão disponíveis na página *Web* do Gabinete [<http://hdr.undp.org/>].

Os dados apresentados nos quadros de indicadores do desenvolvimento humano são os que se encontram disponíveis para o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano em 1 de Abril de 2004.

CÁLCULO DOS ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

Os diagramas seguintes oferecem uma visão clara do modo como são construídos os cinco índices desenvolvimento humano utilizados no *Relatório do Desenvolvimento Humano*, realçando as suas semelhanças e diferenças.

O texto das páginas seguintes fornece uma explicação pormenorizada.

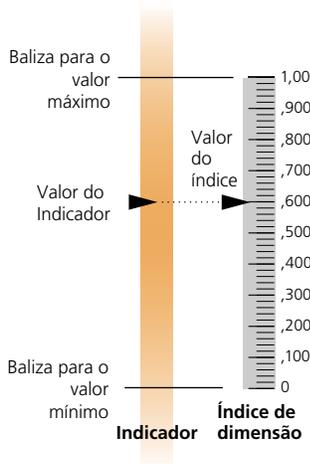


O índice de desenvolvimento humano (IDH)

O IDH é uma medida resumo do desenvolvimento humano. Mede a realização média de um país em três dimensões básicas do desenvolvimento humano:

- Uma vida longa e saudável, medida pela esperança de vida à nascença.
- Conhecimento, medido pela taxa de alfabetização de adultos (com ponderação de dois terços) e pela taxa de escolarização bruta combinada do primário, secundário e superior (com ponderação de um terço).
- Um nível de vida digno, medido pelo PIB per capita (dólares PPC).

Antes de calcular o próprio IDH, é necessário criar um índice para cada uma destas três dimensões. Para o cálculo destes indicadores de dimensão — índices de esperança de vida, educação e PIB — são escolhidos valores mínimos e máximos (balizas) para cada indicador primário.



O desempenho em cada dimensão é expresso como um valor entre 0 e 1, utilizando a seguinte fórmula geral:

$$\text{Índice de dimensão} = \frac{\text{valor actual} - \text{valor mínimo}}{\text{valor máximo} - \text{valor mínimo}}$$

O IDH é, então, calculado como uma média simples dos índices de dimensão. A caixa à direita ilustra o cálculo do IDH para um país amostra

Balizas para o cálculo do IDH

Indicador	Valor máximo	Valor mínimo
Esperança de vida à nascença (anos)	85	25
Taxa de alfabetização de adultos (%)	100	0
Taxa de escolarização bruta combinada (%)	100	0
PIB per capita (dólares PPC)	40.000	100

Cálculo do IDH

Esta ilustração do cálculo do IDH utiliza dados para a Costa Rica.

1. Cálculo do índice da esperança de vida

O índice da esperança de vida mede a realização relativa de um país na esperança de vida à nascença. Para a Costa Rica, com um valor observado de 78,0 anos em 2002, o índice da esperança de vida é 0,884.

$$\text{Índice da esperança de vida} = \frac{78,0 - 25}{85 - 25} = 0,884$$

2. Cálculo do índice da educação

O índice da educação mede a realização relativa de um país tanto na alfabetização de adultos como na escolarização bruta combinada do primário, secundário e superior. Primeiro, são calculados os índices da alfabetização de adultos e da escolarização bruta combinada. Depois, estes dois índices são combinados para criar o índice da educação, atribuindo uma ponderação de dois terços à alfabetização de adultos e de um terço à escolarização combinada. Para a Costa Rica, com uma taxa de alfabetização de adultos de 95,8% em 2002 e uma taxa de escolarização bruta combinada de 69% no ano escolar de 2001-02, o índice da educação é 0,870.

$$\text{Índice de alfabetização de adultos} = \frac{95,8 - 0}{100 - 0} = 0,958$$

$$\text{Índice de escolarização bruta} = \frac{69 - 0}{100 - 0} = 0,690$$

$$\begin{aligned} \text{Índice da educação} &= 2/3 (\text{índice de alfabetização de adultos}) + 1/3 (\text{índice de escolarização bruta}) \\ &= 2/3 (0,958) + 1/3 (0,690) = 0,870 \end{aligned}$$

3. Cálculo do Índice do PIB

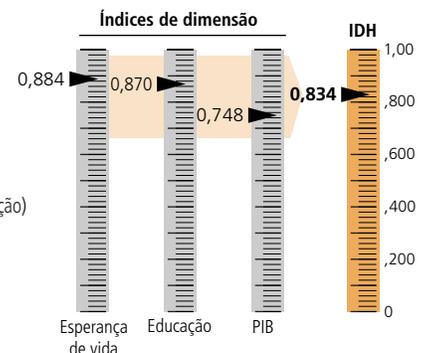
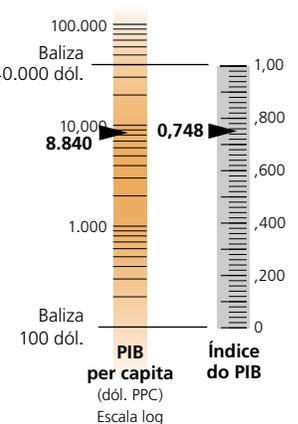
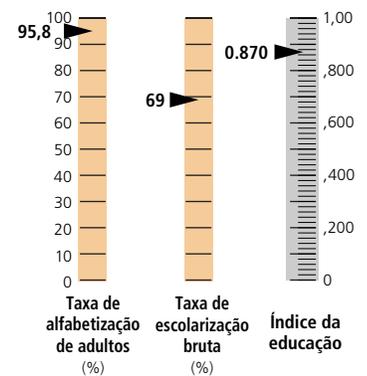
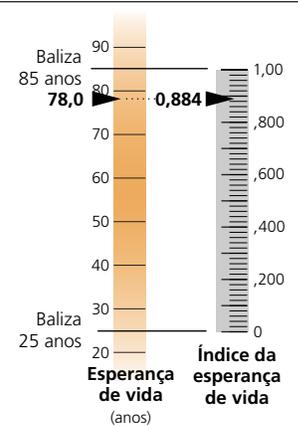
O índice do PIB é calculado utilizando o PIB per capita ajustado (dólares PPC). No IDH, o rendimento entra como um substituto para todas as dimensões do desenvolvimento humano não reflectidas numa vida longa e saudável e no conhecimento. O rendimento é ajustado porque, para alcançar um nível elevado de desenvolvimento humano, não é necessário um rendimento ilimitado. Por isso, utiliza-se o logaritmo do rendimento. Para a Costa Rica, com um PIB per capita de 8.840 dólares PPC em 2002, o índice do PIB é 0,748.

$$\text{Índice do PIB} = \frac{\log(8.840) - \log(100)}{\log(40.000) - \log(100)} = 0,748$$

4. Cálculo do IDH

Uma vez calculados os índices de dimensão, a determinação do IDH é muito fácil. É uma média simples dos três índices de dimensão.

$$\begin{aligned} \text{IDH} &= 1/3 (\text{Índice da esperança de vida}) + 1/3 (\text{Índice da educação}) \\ &\quad + 1/3 (\text{Índice do PIB}) \\ &= 1/3 (0,884) + 1/3 (0,870) + 1/3 (0,748) = 0,834 \end{aligned}$$



O índice de pobreza humana para países em desenvolvimento (IPH-1)

Enquanto o IDH mede a realização média, o IPH-1 mede *privações* em três dimensões básicas do desenvolvimento humano captadas no IDH:

- Uma vida longa e saudável — vulnerabilidade à morte numa idade relativamente prematura, medida pela probabilidade à nascença de não viver até aos 40 anos.
- Conhecimento — exclusão do mundo da leitura e das comunicações, medida pela taxa de analfabetismo de adultos.
- Um nível de vida digno — falta de acesso ao aprovisionamento económico global, medida pela média não ponderada de dois indicadores, a percentagem da população sem acesso sustentável a uma fonte de água melhorada e a percentagem de crianças com peso deficiente para a idade.

O cálculo do IPH-1 é mais directo que o cálculo do IDH. Os indicadores utilizados para medir as privações já estão normalizados entre 0 e 100 (porque são expressos em percentagens), pelo que não há necessidade de criar índices de dimensão como no caso do IDH.

Originalmente, a medida da privação de um nível de vida digno também incluía um indicador de acesso aos serviços de saúde. Mas porque faltam dados fidedignos sobre o acesso aos serviços de saúde para os anos recentes, a privação de um nível de vida digno é medida, no Relatório deste ano, por dois e não por três indicadores—a percentagem da população sem acesso sustentável a uma fonte de água melhorada e a percentagem de crianças com peso deficiente para a idade.

O índice de pobreza humana para países da OCDE seleccionados (IPH-2)

O IPH-2 mede privações nas mesmas dimensões que o IPH-1 e também capta a exclusão social. Reflecte, assim, privações em quatro dimensões:

- Uma vida longa e saudável — vulnerabilidade à morte numa idade relativamente prematura, medida pela probabilidade à nascença de não viver até aos 60 anos.
- Conhecimento — exclusão do mundo da leitura e das comunicações, medida pela percentagem de adultos (idades entre 16-65 anos) que são funcionalmente analfabetos.
- Um nível de vida digno — medido pela percentagem de pessoas que vivem abaixo da linha de privação de rendimento (50% da mediana do rendimento familiar disponível ajustado).
- Exclusão social — medida pela taxa de desemprego de longo prazo (12 meses ou mais).

Cálculo do IPH-1

1. Medida da privação de um nível de vida digno

A privação de um nível de vida digno é medida através de uma média não ponderada de dois indicadores.

$$\text{Média não ponderada} = 1/2 (\text{população sem acesso sustentável a uma fonte de água melhorada}) + 1/2 (\text{crianças com peso deficiente para a idade})$$

Exemplo de cálculo: Camboja

População sem acesso sustentável a uma fonte de água melhorada = 30%

Crianças com peso deficiente para a idade = 23%

$$\text{Média não ponderada} = 1/2 (30) + 1/2 (23) = 26,5\%$$

2. Cálculo do IPH-1

A fórmula para o cálculo do IPH-1 é a seguinte:

$$\text{IPH-1} = [1/3 (P_1^\alpha + P_2^\alpha + P_3^\alpha)]^{1/\alpha}$$

Onde:

P_1 = Probabilidade à nascença de não viver até aos 40 anos (vezes 100)

P_2 = Taxa de analfabetismo de adultos

P_3 = Média não ponderada da população sem acesso sustentável a uma fonte de água melhorada e das crianças com peso deficiente para a idade

$\alpha = 3$

Exemplo de cálculo: Camboja

$P_1 = 55,3\%$

$P_2 = 51,8\%$

$P_3 = 26,5\%$

$$\text{IPH-1} = [1/3 (55,3^3 + 51,8^3 + 26,5^3)]^{1/3} = 47,8$$

Cálculo do IPH-2

A fórmula para o cálculo do IPH-2 é a seguinte:

$$\text{IPH-2} = [1/4 (P_1^\alpha + P_2^\alpha + P_3^\alpha + P_4^\alpha)]^{1/\alpha}$$

Onde:

P_1 = Probabilidade à nascença de não viver até aos 60 anos (vezes 100)

P_2 = Adultos que são funcionalmente analfabetos

P_3 = População abaixo da linha de privação de rendimento (50% da mediana do rendimento familiar disponível ajustado)

P_4 = Taxa de desemprego de longo prazo (duração de 12 meses ou mais)

$\alpha = 3$

Exemplo de cálculo: Canadá

$P_1 = 8,9\%$

$P_2 = 21,8\%$

$P_3 = 12,5\%$

$P_4 = 1,3\%$

$$\text{IPH-2} = [1/4 (8,9^3 + 21,8^3 + 12,5^3 + 1,3^3)]^{1/3} = 14,8$$

Por que razão $\alpha = 3$ no cálculo do IPH-1 e IPH-2

O valor de α tem um impacto importante sobre o valor do IPH. Se $\alpha = 1$, o IPH é a média das suas dimensões. Quando α cresce, dá-se maior peso à dimensão em que a privação é maior. Assim, à medida que α cresce para infinito, o IPH tenderá para o valor da dimensão em que a privação é máxima (para o Camboja, o exemplo utilizado para calcular o IPH-1, seria de 57,5%, igual à média não ponderada da população sem acesso sustentável a uma fonte de água melhorada e das crianças com peso deficiente para a idade).

Neste Relatório, o valor 3 é utilizado para dar um peso adicional, mas não excessivo, às áreas de privação mais aguda. Para uma análise pormenorizada da formulação matemática dos IPH, ver “Concepts of Human Development and Poverty: A Multidimensional Perspective”, de Sudhir Anand e Amartya Sen, e a nota técnica no *Relatório do Desenvolvimento Humano 1997* (ver a lista de leituras seleccionadas no fim desta nota técnica).

O índice de desenvolvimento ajustado ao género (IDG)

Enquanto o IDH mede a realização média, o IDG ajusta a realização média para reflectir as *desigualdades* entre homens e mulheres nas seguintes dimensões:

- Uma vida longa e saudável, medida pela esperança de vida à nascença.
- Conhecimento, medido pela taxa de alfabetização de adultos e pela taxa de escolarização bruta combinada do primário, secundário e superior.
- Um nível de vida digno, medido pelo rendimento auferido estimado (dólares PPC).

O cálculo do IDG envolve três passos. Primeiro, os índices feminino e masculino de cada dimensão são calculados, de acordo com a seguinte fórmula geral:

$$\text{Índice de dimensão} = \frac{\text{valor actual} - \text{valor mínimo}}{\text{valor máximo} - \text{valor mínimo}}$$

Segundo, os índices feminino e masculino de cada dimensão são combinados de forma a penalizar as diferenças de realização entre homens e mulheres. O índice resultante, identificado por índice distribuído igualmente, é calculado de acordo com a seguinte fórmula geral:

$$\begin{aligned} & \text{Índice distribuído igualmente} \\ &= \{[\text{parcela feminina da população} (\text{índice feminino}^{1-\epsilon})] \\ &+ [\text{parcela masculina da população} (\text{índice masculino}^{1-\epsilon})]\}^{1/\epsilon} \end{aligned}$$

ϵ mede a aversão à desigualdade. No IDG, $\epsilon = 2$. Assim, a equação geral transforma-se em:

$$\begin{aligned} & \text{Índice distribuído igualmente} \\ &= \{[\text{parcela feminina da população} (\text{índice feminino}^{-1})] \\ &+ [\text{parcela masculina da população} (\text{índice masculino}^{-1})]\}^{-1} \end{aligned}$$

o que dá a média harmónica dos índices feminino e masculino.

Terceiro, o IDG é calculado através da combinação dos três índices distribuídos igualmente numa média não ponderada.

Balizas para o cálculo do IDG

Indicador	Valor máximo	Valor mínimo
Esperança de vida feminina à nascença (anos)	87,5	27,5
Esperança de vida masculina à nascença (anos)	82,5	22,5
Taxa de alfabetização de adultos (%)	100	0
Taxa de escolarização bruta combinada (%)	100	0
Rendimentos auferidos estimados (dólares PPC)	40.000	100

Nota: Os valores máximo e mínimo (balizas) para a esperança de vida são cinco anos mais elevados para as mulheres, para tomar em consideração o facto de, em média, viverem mais anos.

Cálculo do IDG

A ilustração do cálculo do IDG usa dados para a Turquia.

1. Cálculo do índice da esperança de vida distribuído igualmente

O primeiro passo é o cálculo dos índices separados para as realizações feminina e masculina na esperança de vida, utilizando a fórmula geral dos índices de dimensão.

FEMININO	MASCULINO
Esperança de vida à nascença: 73,1 years	Esperança de vida à nascença: 67,9 years
Índice da esperança de vida = $\frac{73,1 - 27,5}{87,5 - 27,5} = 0,760$	Índice da esperança de vida = $\frac{67,9 - 22,5}{82,5 - 22,5} = 0,757$

A seguir, os índices feminino e masculino são combinados para criar o índice da esperança de vida distribuído igualmente, utilizando a fórmula geral dos índices distribuídos igualmente.

FEMININO	MASCULINO
Parcela da população: 0,496	Parcela da população: 0,504
Índice da esperança de vida: 0,760	Índice da esperança de vida: 0,757
Índice da esperança de vida distribuído igualmente = $\{[0,496 (0,760^{-1})] + [0,504 (0,757^{-1})]\}^{-1} = 0,758$	

2. Cálculo do índice da educação distribuído igualmente

Primeiro, os índices para a taxa de alfabetização de adultos e para a taxa de escolarização bruta combinada do primário, secundário e superior são calculados separadamente para mulheres e homens. O cálculo destes índices é directo, porque os indicadores utilizados já estão normalizados entre 0 e 100.

FEMININO	MASCULINO
Taxa de alfabetização de adultos: 78,5%	Taxa de alfabetização de adultos: 94,4%
Índice de alfabetização de adultos: 0,785	Índice de alfabetização de adultos: 0,944
Taxa de escolarização bruta: 61,8%	Taxa de escolarização bruta: 73,5%
Índice de escolarização bruta: 0,618	Índice de escolarização bruta: 0,735

Segundo, o índice da educação, que dá uma ponderação de dois terços ao índice de alfabetização de adultos e de um terço ao índice de escolarização bruta, é calculado separadamente para mulheres e homens.

$$\text{Índice da educação} = 2/3 (\text{índice de alfabetização de adultos}) + 1/3 (\text{índice de escolarização bruta})$$

$$\text{Índice da educação feminina} = 2/3 (0,785) + 1/3 (0,618) = 0,729$$

$$\text{Índice da educação masculina} = 2/3 (0,944) + 1/3 (0,735) = 0,874$$

Finalmente, os índices da educação feminina e masculina são combinados para criar o índice da educação distribuído igualmente:

FEMININO	MASCULINO
Parcela da população: 0,496	Parcela da população: 0,504
Índice da educação: 0,729	Índice da educação: 0,874

$$\text{Índice da educação distribuído igualmente} = \{[0,496 (0,729^{-1})] + [0,504 (0,874^{-1})]\}^{-1} = 0,796$$

3. Cálculo do índice do rendimento distribuído igualmente

Primeiro, os rendimentos auferidos feminino e masculino (dólares PPC) são estimados (para pormenores sobre o cálculo, ver a adenda a esta nota técnica). Depois, o índice do rendimento é calculado para cada género. Tal como para o IDH, o rendimento é ajustado considerando o logaritmo do rendimento auferido estimado (dólares PPC):

$$\text{Índice do rendimento} = \frac{\log(\text{valor actual}) - \log(\text{valor mínimo})}{\log(\text{valor máximo}) - \log(\text{valor mínimo})}$$

FEMININO	MASCULINO
Rendimento auferido estimado (dólares PPC): 4.757	Rendimento auferido estimado (dólares PPC): 7.873

$$\text{Índice do rendimento} = \frac{\log(4.757) - \log(100)}{\log(40.000) - \log(100)} = 0,645 \quad \text{Índice do rendimento} = \frac{\log(7.873) - \log(100)}{\log(40.000) - \log(100)} = 0,729$$

O cálculo do IDG continua na página seguinte

Cálculo do IDG (continuação)

Segundo, os índices do rendimento feminino e masculino são combinados para criar o índice do rendimento distribuído igualmente:

FEMININO

Parcela da população: 0,496

Índice do rendimento: 0,645

MASCULINO

Parcela da população: 0,504

Índice do rendimento: 0,729

$$\text{Índice do rendimento distribuído igualmente} = \{[0,496 (0,645^{-1})] + [0,504 (0,729^{-1})]\}^{-1} = \mathbf{0,685}$$

4. Cálculo do IDG

O cálculo do IDG é directo. É simplesmente a média não ponderada dos três índices componentes — o índice da esperança de vida distribuído igualmente, o índice da educação distribuído igualmente e o índice do rendimento distribuído igualmente.

$$\begin{aligned} \text{IDG} &= 1/3 (\text{índice da esperança de vida}) + 1/3 (\text{índice da educação}) + 1/3 (\text{índice do rendimento}) \\ &= 1/3 (0,758) + 1/3 (0,796) + 1/3 (0,685) = \mathbf{0,746} \end{aligned}$$

Por que razão $\epsilon = 2$ no cálculo do IDG

O valor de ϵ é a dimensão da penalização pela desigualdade de género. Quanto maior o valor, mais fortemente a sociedade é penalizada pela existência de desigualdades.

Se $\epsilon = 0$, a desigualdade de género não é penalizada (neste caso, o IDG teria o mesmo valor que o IDH). À medida que ϵ cresce para infinito, dá-se cada vez mais peso ao grupo com menor realização.

O valor 2 é utilizado no cálculo do IDG (tal como no MPG). Este valor penaliza moderadamente a desigualdade de género na realização.

Para uma análise pormenorizada da formulação matemática do IDG, ver “Gender Inequality in Human Development: Theories and Measurement”, de Sudhir Anand e Amartya Sen, “UNDP’s Gender-Related Indices: A Critical Review”, de Kalpana Bardhan e Stephan Klasen, e as notas técnicas no *Relatório do Desenvolvimento Humano 1995* e no *Relatório do Desenvolvimento Humano 1999* (ver a lista de leituras seleccionadas no fim desta nota técnica).

A medida de participação segundo o género (MPG)

A MPG, centrada mais nas oportunidades das mulheres do que nas suas capacidades, capta a desigualdade de género em três áreas fundamentais:

- Participação política e poder de tomada de decisão, medidos pelas parcelas percentuais de mulheres e homens dos assentos parlamentares.
- Participação económica e poder de tomada de decisão, medidos por dois indicadores — as parcelas percentuais de mulheres e homens nas funções de legislador, funcionário superior e gestor e as parcelas percentuais de mulheres e homens nas funções especializadas e técnicas.
- Poder sobre os recursos económicos, medido pelo rendimento auferido estimado de mulheres e homens (dólares PPC).

Para cada uma destas três dimensões, é calculada uma percentagem equivalente distribuída igualmente (PEDI), como uma média ponderada pela população, de acordo com a seguinte fórmula geral:

$$PEDI = \{[\text{parcela feminina da população} (\text{índice feminino}^{1-\epsilon})] + [\text{parcela masculina da pop.} (\text{índice masculino}^{1-\epsilon})]\}^{1/1-\epsilon}$$

ϵ mede a aversão à desigualdade. Na MPG (tal como no IDG), $\epsilon = 2$, o que penaliza moderadamente a desigualdade. A fórmula passa a ser:

$$PEDI = \{[\text{parcela feminina da população} (\text{índice feminino}^{-1})] + [\text{parcela masculina da pop.} (\text{índice masculino}^{-1})]\}^{-1}$$

Para a participação política e económica e a tomada de decisão, a PEDI é, então, indexada dividindo-a por 50. A razão desta indexação: numa sociedade ideal, que igualiza o poder dos dois sexos, as variáveis MPG são iguais a 50% — ou seja, a parcela das mulheres seria igual à dos homens para cada variável.

A PEDI, de acordo com a fórmula acima, não é definida onde o valor de um índice masculino ou feminino é zero. Contudo, o limite da PEDI é zero quando o índice tende para zero. Portanto, o valor da PEDI é fixado em zero nestes casos.

Finalmente, a MPG é calculada como uma média simples das três PEDI indexadas.

Cálculo da MPG

A ilustração do cálculo da MPG usa dados para a Grécia.

1. Cálculo da PEDI da representação parlamentar

A PEDI da representação parlamentar mede o poder relativo das mulheres em termos da sua participação política. A PEDI é calculada utilizando as parcelas feminina e masculina da população e as parcelas percentuais de mulheres e homens dos assentos parlamentares, de acordo com a fórmula geral:

FEMININO	MASCULINO
Parcela da população: 0,507	Parcela da população: 0,492
Parcela parlamentar: 8,7%	Parcela parlamentar: 91,3%

$$PEDI \text{ da representação parlamentar} = \{[0,507 (8,7^{-1})] + [0,492 (91,3^{-1})]\}^{-1} = 15,70$$

Esta PEDI inicial é, então, indexada a um valor ideal de 50%.

$$PEDI \text{ indexada da representação parlamentar} = \frac{15,70}{50} = 0,314$$

2. Cálculo da PEDI da participação económica

Utilizando a fórmula geral, calcula-se uma PEDI para as parcelas percentuais de mulheres e homens nas funções de legislador, funcionário superior e gestor e uma outra para as parcelas percentuais de mulheres e homens nas funções especializadas e técnicas. A média simples das duas medidas dá a PEDI da participação económica.

FEMININO	MASCULINO
Parcela da população: 0,507	Parcela da população: 0,492
Parcela percentual nas funções de legislador, funcionário superior e gestor = 25,6%	Parcela percentual nas funções de legislador, funcionário superior e gestor = 274,4%
Parcela percentual nas funções especializadas e técnicas: 47,9%	Parcela percentual nas funções especializadas e técnicas: 52,1%

$$PEDI \text{ das funções de legislador, funcionário superior e gestor} = \{[0,507 (25,6^{-1})] + [0,492 (74,4^{-1})]\}^{-1} = 37,82$$

$$PEDI \text{ indexada das funções de legislador, funcionário superior e gestor} = \frac{37,82}{50} = 0,756$$

$$PEDI \text{ das funções especializadas e técnicas} = \{[0,507 (47,9^{-1})] + [0,492 (52,1^{-1})]\}^{-1} = 49,88$$

$$PEDI \text{ indexada das funções especializadas e técnicas} = \frac{49,88}{50} = 0,998$$

As duas PEDI indexadas são médias para calcular a PEDI da participação económica:

$$PEDI \text{ da participação económica} = \frac{0,756 + 0,998}{2} = 0,877$$

3. Cálculo da PEDI do rendimento

O rendimento auferido (dólares PPC) é estimado separadamente para mulheres e homens e, depois, indexado às balizas, tanto para o IDH como para o IDG. No entanto, para a MPG, o rendimento indexado é baseado em valores não ajustados e não no logaritmo do rendimento auferido estimado. (Para pormenores sobre a estimação do rendimento auferido por homens e mulheres, ver a adenda a esta nota técnica).

FEMININO	MASCULINO
Parcela da população: 0,507	Parcela da população: 0,492
Rendimento auferido estimado (dólares PPC): 10.892	Rendimento auferido estimado (dólares PPC): 25.601
Índice do rendimento = $\frac{10.892 - 100}{40.000 - 100} = 0,270$	Índice do rendimento = $\frac{25.601 - 100}{40.000 - 100} = 0,639$

Os índices feminino e masculino são, então, combinados para determinar o índice distribuído igualmente:

$$PEDI \text{ do rendimento} = \{[0,507 (0,270^{-1})] + [0,492 (0,639^{-1})]\}^{-1} = 0,377$$

4. Cálculo da MPG

Uma vez calculada a PEDI para as três dimensões da MPG, a determinação desta é directa. É uma média simples dos três índices PEDI.

$$MPG = \frac{0,314 + 0,877 + 0,377}{3} = 0,523$$

Rendimento auferido feminino e masculino

Apesar da importância dos dados do rendimento desagregados por género, não estão disponíveis medidas directas. Por isso, foram produzidas, para este Relatório, estimativas brutas dos rendimentos auferidos por mulheres e homens.

O rendimento pode ser visto de duas formas: como um recurso para o consumo e como ganhos dos indivíduos. Como medida de uso, é difícil a sua desagregação entre homens e mulheres, porque os recursos são partilhados dentro da unidade familiar. Pelo contrário, os ganhos são separáveis porque os diferentes membros da família são remunerados separadamente.

A medida do rendimento utilizada no IDG e na MPG indica a capacidade do indivíduo para obter rendimentos. É utilizada no IDG para captar as disparidades entre homens e mulheres no controlo dos recursos e, na MPG, para captar a independência económica das mulheres. (Para questões conceptuais e metodológicas relacionadas com esta abordagem, ver “Gender Inequality in Human Development”, de Sudhir Anand e Amartya Sen, e o capítulo 3 e notas técnicas 1 e 2 do *Relatório do Desenvolvimento Humano 1995*; ver a lista de leituras seleccionadas no fim desta nota técnica.)

Os rendimentos auferidos feminino e masculino (dólares PPC) são estimados utilizando os dados seguintes:

- Rácio entre o salário não agrícola feminino e o salário não agrícola masculino.
- Parcelas masculina e feminina da população economicamente activa.
- População feminina e masculina total
- PIB per capita (dólares PPC)

Símbolos

W_f/W_m = rácio entre o salário não agrícola feminino e o salário não agrícola masculino
 EA_f = parcela feminina da população economicamente activa
 EA_m = parcela masculina da população economicamente activa
 S_f = parcela feminina da remuneração salarial
 Y = PIB total (dólares PPC)
 N_f = população feminina total
 N_m = população masculina total
 Y_f = rendimento auferido feminino estimado (dól. PPC)
 Y_m = rendimento auferido masculino estimado (dól. PPC)

Nota

Devido aos arredondamentos, os cálculos com base em dados, nesta nota técnica, podem produzir resultados diferentes dos apresentados nos quadros de indicadores.

Estimação dos rendimentos auferidos feminino e masculino

Esta ilustração da estimação dos rendimentos auferidos, feminino e masculino, usa dados de 2002 para as Filipinas.

1. Cálculo do PIB total (dólares PPC)

O PIB total (dólares PPC) é calculado multiplicando a população total pelo PIB per capita (dólares PPC).

População total: 79.944 (milhares)
 PIB per capita (dólares PPC): 4.170
 PIB total (dólares PPC) = 4.170 (79,944) = 333.366.480 (milhares)

2. Cálculo da parcela feminina da remuneração salarial

Como os dados sobre salários nas áreas rurais e no sector informal são raros, o Relatório utilizou salários não agrícolas e assumiu que o rácio entre salários femininos e salários masculinos no sector não agrícola é aplicável ao resto da economia. A parcela feminina da remuneração salarial é calculada utilizando o rácio entre salário não agrícola feminino e salário não agrícola masculino e as parcelas percentuais feminina e masculina da população economicamente activa. Onde os dados sobre o rácio salarial não estão disponíveis, é utilizado um valor de 75%.

Rácio entre os salários não agrícolas feminino e masculino (W_f/W_m) = 0,94
 Parcela percentual feminina da população economicamente activa (EA_f) = 38,2%
 Parcela percentual masculina da população economicamente activa (EA_m) = 61,8%

$$\text{Parcela feminina da remuneração salarial } (S_f) = \frac{W_f/W_m (EA_f)}{[W_f/W_m (EA_f)] + EA_m} = \frac{0,94 (38,2)}{[0,94 (61,8)] + 61,8} = 0,368$$

3. Cálculo dos rendimentos auferidos feminino e masculino (dólares PPC)

É necessário assumir a hipótese de que a parcela feminina da remuneração salarial é igual à parcela feminina do PIB.

Parcela feminina da remuneração salarial (S_f) = 0.368
 PIB total (dólares PPC) (Y) = 333,366,480 (milhares)
 População feminina (N_f) = 39,014 (milhares)

$$\text{Rendimento auferido feminino estimado (dólares PPC) } (Y_f) = \frac{S_f (Y)}{N_f} = \frac{0,368 (333.366.480)}{39.014} = 3,144$$

População masculina (N_m) = 39,566 (thousand)

$$\text{Rendimento auferido masculino estimado (dólares PPC) } (Y_m) = \frac{Y - S_f (Y)}{N_m} = \frac{333,366,480 - [0,368 (333,366,480)]}{39,586} = 5,326$$

Leituras seleccionadas

- Anand, Sudhir, and Amartya Sen. 1994. “Human Development Index: Methodology and Measurement.” Occasional Paper 12. United Nations Development Programme, Human Development Report Office, New York. (*IDH*)
- . 1995. “Gender Inequality in Human Development: Theories and Measurement.” Occasional Paper 19. United Nations Development Programme, Human Development Report Office, New York. (*IDG, MPG*)
- . 1997. “Concepts of Human Development and Poverty: A Multi-dimensional Perspective.” In United Nations Development Programme, *Human Development Report 1997 Papers: Poverty and Human Development*. New York. (*IPH-1, IPH-2*)
- Bardhan, Kalpana, and Stephan Klasen. 1999. “UNDP’s Gender-Related Indices: A Critical Review.” *World Development* 27 (6): 985–1010. (*IDG, MPG*)
- United Nations Development Programme. 1995. *Human Development Report 1995*. New York: Oxford University Press. Notas técnicas 1 e 2 e capítulo 3. (*IDG, MPG*)
- . 1997. *Human Development Report 1997*. New York: Oxford University Press. Nota Técnica 1 e capítulo 1 (*IPH-1, IPH-2*).
- . 1999. *Human Development Report 1999*. New York: Oxford University Press. Nota técnica (*IDH, IDG*).

NOTA TÉCNICA 2

IDENTIFICAÇÃO DE PAÍSES DE PRIORIDADE MÁXIMA E DE PRIORIDADE ALTA PARA OS OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÉNIO

O Relatório *do Desenvolvimento Humano* deste ano identifica países que são de prioridade máxima e de prioridade alta para cada um dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, para os quais existem dados suficientes, baseados na pobreza humana em cada objectivo e nas tendências dos anos de 1990. Apoiado numa análise objectivo-a-objectivo, o Relatório identifica países que são, globalmente, de prioridade máxima e de prioridade alta.

Avaliação de países que são de prioridade máxima e de prioridade alta para cada objectivo

Para cada Objectivo de Desenvolvimento do Milénio, a avaliação de um país é baseada quer nos seus progressos em direcção ao objectivo — lento ou reversível, moderado, rápido — quer nos seus níveis de pobreza humana no objectivo — extremo, médio, baixo (quadros de nota técnica 2.1 e 2.2). O progresso é medido em comparação com as metas e utilizando os indicadores definidos nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

Países de prioridade máxima para cada objectivo

Um país é considerado de prioridade máxima para um objectivo se revela pobreza humana extrema e progresso lento ou reversível para esse objectivo (figura de nota técnica 2.1).

Países de prioridade alta para cada objectivo

Um país é considerado de prioridade alta para um objectivo quando:

- Apresenta pobreza humana extrema e progresso moderado em direcção a esse objectivo.
- Ou apresenta pobreza humana média e progresso lento, ou reversível, para esse objectivo.

Avaliação de países que são de prioridade máxima e de prioridade alta em todos os objectivos

A avaliação global do grau de prioridade baseia-se no número de objectivos em relação aos quais um país é de prioridade máxima ou de prioridade alta. (Esta avaliação global inclui dados para a meta do HIV/SIDA, ainda que não seja avaliada separadamente).

Países de prioridade máxima em todos os objectivos

Um país é considerado de prioridade máxima em todos os objectivos quando:

- É de prioridade máxima em pelo menos três objectivos.
- Ou é de prioridade máxima em metade ou mais dos objectivos, em relação aos quais estão disponíveis pelo menos três pontos de dados [no tempo] para esse país.
- Ou, quando os dados estão disponíveis para apenas dois objectivos, é de prioridade máxima para ambos.

Países de prioridade alta em todos os objectivos

Um país é considerado de prioridade alta em todos os objectivos quando não cai na categoria de prioridade máxima, mas:

- É de prioridade máxima ou alta em pelo menos três objectivos.
- Ou é de prioridade máxima em dois objectivos.
- Ou é de prioridade máxima ou alta em metade ou mais dos objectivos, em relação aos quais estão disponíveis pelo menos três pontos de dados para esse país

- Ou, quando os dados estão disponíveis para apenas dois objectivos, é de prioridade máxima ou alta para ambos.

Quadro de nota técnica 2.1

Definição do progresso em direcção aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

Taxa de progresso	Definição
Lento ou reversível	O progresso actual em direcção aos objectivos é <i>menos de metade</i> do progresso aproximado requerido para atingir os objectivos, se as tendências correntes prevalecerem até 2015.
Moderado	O progresso actual em direcção aos objectivos é <i>mais de metade, mas menor</i> que o progresso aproximado requerido para atingir os objectivos, se as tendências correntes prevalecerem até 2015.
Rápido	O progresso actual em direcção aos objectivos é <i>igual ou maior</i> que o progresso aproximado requerido para atingir os objectivos, se as tendências correntes prevalecerem até 2015.

Nota: O ano definido para atingir a meta é 2015 para todos os objectivos, excepto para a igualdade de género na educação, que é 2005.

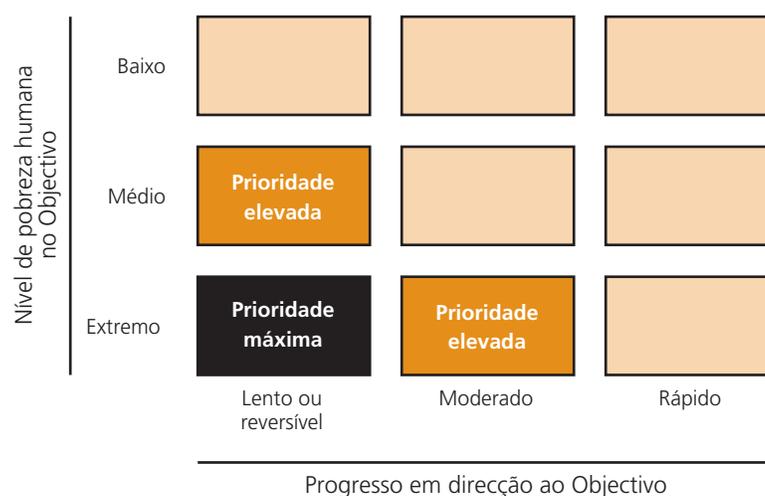
Quadro de nota técnica 2.2

Definição do nível de pobreza humana nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

Meta	Indicador	Nível de pobreza humana (x = valor do indicador)			Fonte
		Extremo	Médio	Baixo	
Reduzir para metade a proporção das pessoas cujo rendimento é inferior a 1 dólar dia	PIB per capita (dólares PPC) ^a	$x < 3,500$	$3,500 \leq x < 7.000$	$x \geq 7.000$	Banco Mundial
Reduzir para metade a proporção das pessoas que sofrem de fome	Pessoas subalimentadas (%)	$x > 25$	$10 < x \leq 25$	$x \leq 10$	Organização para a Alimentação e a Agricultura (FAO)
Assegurar que, em toda a parte, as crianças conseguirão concluir um curso completo de ensino primário	Taxa de escolarização primária líquida (%)	$x < 75$	$75 \leq x < 90$	$x \geq 90$	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)
Alcançar a igualdade de género na educação	Rácio entre raparigas e rapazes no ensino primário e secundário (%)	$x < 80$	$80 \leq x < 90$	$x \geq 90$	UNESCO
Reduzir em dois terços a mortalidade de menores de cinco anos	Taxa de mortalidade de menores de cinco por 1.000 nados-vivos	$x > 100$	$30 < x \leq 100$	$x \leq 30$	Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)
Reduzir para metade a proporção das pessoas sem acesso sustentável a água potável	População com acesso sustentável a uma fonte de água melhorada (%)	$x < 75$	$75 \leq x < 90$	$x \geq 90$	UNICEF e Organização Mundial da Saúde (OMS)
Reduzir para metade a proporção das pessoas sem acesso a saneamento adequado	População com acesso sustentável a saneamento melhorado (%)	$x < 75$	$75 \leq x < 90$	$x \geq 90$	UNICEF e OMS

a. A taxa de crescimento média anual do PIB per capita é utilizada como a medida de tendência.

Figura de nota técnica 2.1
Identificação de países de prioridade máxima e de prioridade elevada



Cálculo do progresso em direcção a cada objectivo

O progresso em direcção a cada objectivo é avaliado comparando o progresso anual actual, se as tendências correntes prevalecerem até 2015, com o progresso anual necessário para atingir a meta, assumindo a hipótese de progresso linear.

Avaliação do progresso actual

A taxa de progresso anual actual é calculada utilizando a fórmula geral:

$$\text{Taxa de progresso anual actual} = \frac{(x_{t_1} - x_{t_0}) / x_{t_0}}{t_1 - t_0}$$

onde t_0 é 1990 ou o ano mais próximo de 1990, para o qual existem dados disponíveis; t_1 é o ano mais recente, para o qual existem dados disponíveis, geralmente 2001; e x_{t_0} e x_{t_1} são os valores do indicador para esses anos. Para taxas de fome, pobreza e mortalidade de menores de cinco anos, para os quais o valor mais desejável é 0, a fórmula aplica-se sem modificação.

Para a taxa de escolarização primária líquida, igualdade de género na educação (rácio das raparigas em relação aos rapazes) e a percentagem da população com acesso a água potável e saneamento, para os quais o valor mais desejável é 100%, o progresso é expresso como “redução de carência”, de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Taxa de progresso anual actual} = \frac{(x_{t_1} - x_{t_0}) / (100 - x_{t_0})}{t_1 - t_0}$$

Avaliação do progresso requerido

A taxa de progresso requerido para atingir a meta em 2015 (em 2005 para a igualdade de género na educação) é determinada pela meta. Os valores para α são: 1/2 para a pobreza e fome, 1/2 para água potável e saneamento, -2/3 para mortalidade de menores de cinco anos e 1 para a escolarização primária e igualdade de género na educação. A taxa anual de progresso requerido é, então, calculada de forma simples, dividindo α pelo número de anos entre t_{ODM} , o ano em que se deve atingir a meta, e t_0 , o ano mais próximo de 1990 para o qual existem dados disponíveis:

$$\text{Taxa anual de progresso requerido} = \frac{\alpha}{t_{\text{ODM}} - t_0}$$

Determinação do estatuto da prioridade: um exemplo

Esta ilustração da determinação do estatuto da prioridade utiliza dados da taxa de mortalidade de menores de cinco anos do Chade:

Cálculo do progresso

Os dados para a taxa de mortalidade de menores de cinco anos estão disponíveis para 1990 e 2001:

$$t_0 = 1990$$

$$t_1 = 2002$$

A taxa de mortalidade de menores de cinco anos por 1.000 nados-vivos para 1990 e 200 para 2002:

$$x_0 = 203$$

$$x_1 = 200$$

A redução requerida é de dois terços:

$$\alpha = -2/3$$

Por conseguinte:

$$\text{Taxa de progresso anual actual} = \frac{(200 - 203) : 203}{2002 - 1990} = -0,12\%$$

$$\text{Taxa anual de progresso requerido} = \frac{-2/3}{2015 - 1990} = -2,67\%$$

O progresso actual em direcção aos objectivos é inferior a metade do progresso requerido aproximado para atingir a meta.

Portanto, o Chade está a fazer um progresso lento ou reversível, para o objectivo de reduzir a mortalidade de menores de cinco anos.

Determinação do nível de pobreza humana

A taxa de mortalidade de menores de cinco anos para o Chade é de 200 por 1.000 nados-vivos, em 2001.

Portanto, o Chade tem um nível extremo de pobreza humana na mortalidade de menores de cinco anos (ver quadro de nota técnica 2.2).

Determinação do estatuto da prioridade para a mortalidade de menores de cinco anos

O Chade tem um nível extremo de pobreza humana na mortalidade de menores de cinco anos e um progresso lento ou reversível.

Portanto, o Chade é classificado como sendo de prioridade máxima no objectivo de redução da mortalidade de menores de cinco anos.

Determinação do estatuto da prioridade em todos os objectivos

Dos oito indicadores em que o Chade tem dados, é identificado como de prioridade máxima em cinco e de prioridade elevada em dois.

Portanto, o Chade é classificado, globalmente, como um país de prioridade alta.

Nota

Para medir o progresso na privação de rendimento, utiliza-se a taxa de crescimento do PIB per capita em 1990-2002. Estima-se que é necessário um crescimento anual médio de 1,4%, em 1990-2015, para atingir a meta da privação de rendimento. Por conseguinte, o limiar para o progresso lento ou reversível é um crescimento anual do rendimento per capita inferior a 0,7%; de 0,7% a 4% para o progresso moderado; e 1,4% ou mais para o progresso rápido.

Para a avaliação global dos países, como sendo de prioridade máxima ou alta, também se utilizam dados de tendência para a prevalência de HIV/SIDA entre adultos (15 anos e mais), em 1999 e 2000 (UNAIDS e WHO 2003). Para determinar o nível de pobreza humana em HIV/SIDA, considera-se como extrema uma taxa de prevalência superior a 3%; como média, uma taxa igual ou inferior a 3%, mas maior que 1%; e como baixa, uma taxa igual ou inferior a 1%. Dado que a meta é parar e começar a inverter a propagação de HIV/SIDA, um crescimento na taxa de prevalência menor que 1 ponto percentual é considerado como progresso lento; um crescimento de 1 ponto percentual ou mais, mas menor que 3, é um progresso moderado; e um crescimento de 3 pontos percentuais ou mais é um progresso lento ou reversível.

Definições de termos estatísticos

Actividades de mercado Definidas de acordo com o Sistema de Contas Nacionais da ONU, revisão de 1993, para incluir empregos em estabelecimentos e a produção primária, venda de serviços e outras produções de bens que não são realizados em estabelecimentos. Ver *actividades não mercantis e tempo de trabalho total*.

Actividades não mercantis Definidas de acordo com o Sistema de Contas Nacionais da ONU, revisão de 1993, para incluir manutenção familiar (limpeza, lavagem de roupa e a preparação de refeições e arrumação), administração e compras para a própria família; cuidado de crianças, doentes, idosos e deficientes da própria família; e serviços para a comunidade. Ver *actividades de mercado e tempo de trabalho total*.

Ajuda pública Donativos ou empréstimos que obedecem aos mesmos padrões da ajuda pública ao desenvolvimento (APD), excepto que os seus beneficiários não são qualificados como beneficiários de APD. Estes países estão identificados na Parte II da lista de países beneficiários da Comissão de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD), que inclui os países mais avançados da Europa Central e do Leste, da antiga União Soviética e certos países e territórios em desenvolvimento avançados.

Ajuda pública ao desenvolvimento (APD) bilateral não ligada APD de um país para outro, em relação à qual os bens e serviços associados podem ser procurados, total e livremente, em quase todos os países.

Ajuda pública ao desenvolvimento (APD) líquida Desembolso de empréstimos feitos em termos concessionais (líquidos de reembolsos) e donativos das agências oficiais dos membros da Comissão de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD), das organizações multilaterais e de países não membros da CAD, para promover o desenvolvimento económico e o bem-estar em países e territórios da Parte I da lista da CAD dos beneficiários da ajuda. Inclui empréstimos com um elemento de concessão de pelo menos 25% (calculado a uma taxa de desconto de 10%).

Ajuda pública ao desenvolvimento (APD) para os países menos desenvolvidos Ver *ajuda pública ao desenvolvimento (APD), líquida* e as classificações de países para os países menos desenvolvidos.

Ajuda pública ao desenvolvimento (APD) para serviços sociais básicos APD dirigida para os serviços sociais básicos, que incluem educação básica (educação infantil, ensino primário e qualificações básicas da vida para jovens e adul-

tos), saúde básica (incluindo cuidados básicos de saúde, infra-estruturas básicas de saúde, nutrição básica, controlo das doenças contagiosas, educação sanitária e desenvolvimento da saúde pessoal) e políticas e programas de população e saúde reprodutiva (política e gestão administrativa da população, cuidados de saúde reprodutiva, planeamento familiar, controlo das doenças sexualmente transmissíveis, incluindo HIV/SIDA, e desenvolvimento pessoal para a saúde populacional e reprodutiva). A ajuda para abastecimento de água e saneamento só é incluída se tiver um enfoque sobre a pobreza.

Ajuda pública ao desenvolvimento (APD) per capita do país doador Ajuda pública ao desenvolvimento concedida por um determinado país dividida pela população total deste país. Ver *ajuda pública ao desenvolvimento (APD) líquida*.

Alfabetização de adultos, taxa Percentagem da população com 15 anos ou mais que pode, com compreensão, ler e escrever um texto pequeno e simples sobre o seu quotidiano.

Alfabetização de jovens, taxa Percentagem da população com idade entre 15 e 24 anos que pode, com compreensão, ler e escrever um texto pequeno e simples sobre o seu quotidiano.

Altura deficiente para a idade, crianças menores de cinco anos Inclui raquitismo moderado ou grave, definido como mais de dois desvios padrões abaixo da mediana da altura por idade da população de referência.

Analfabetismo de adultos, taxa Calculado como 100 menos a taxa de alfabetização de adultos. Ver *alfabetização de adultos, taxa*.

Analfabetismo funcional [Pessoas sem qualificações de literacia] Proporção da população adulta (16-65 anos) com resultados ao nível 1 da escala de literacia de prosa do Inquérito Internacional sobre Literacia de Adultos. A maior parte das tarefas, a este nível, requer que o leitor localize uma informação no texto que seja idêntica ou sinónima da informação dada na directiva.

Armas convencionais, transferência Refere-se à transferência voluntária, pelo fornecedor, de armas com objectivo militar e destinadas às forças armadas, paramilitares, ou agências de informação de outro país (exclui, portanto, as armas capturadas ou obtidas através de desertores). Inclui as principais armas convencionais ou sistemas, em seis categorias: navios, aeronaves, mísseis, artilharia, veículos blindados,

dos e sistemas de direcção e radar (excluem-se camiões, serviços, munições, armas pequenas, artigos de apoio, componentes e tecnologia componente, ou artilharia naval com menos de 100 milímetros de calibre).

Assentos no parlamento ocupados por mulheres Referem-se aos lugares ocupados por mulheres numa câmara baixa ou única e numa câmara alta ou senado, onde for relevante.

Barreiras tarifárias e não tarifárias, média Medida agregada das barreiras comerciais que os países em desenvolvimento enfrentam. Mede as barreiras monetárias (tarifas), bem como as quotas e subsídios nos produtos manufacturados, têxteis, produtos agrícolas e combustíveis, ponderados pelo volume de importação corrigido endogenamente.

Consumo de combustível tradicional Consumo estimado de lenha, carvão, bagaço (resíduos de cana de açúcar) e resíduos animais e vegetais. Ver *energia, necessidades totais*.

Contraceptivos, taxa de prevalência Percentagem de mulheres casadas (incluindo em união), entre 15 e 49 anos, que utilizam, ou cujos maridos utilizam, qualquer forma de contracepção, tanto moderna como tradicional.

Crianças que atingem o 5.º ano Percentagem das crianças que, tendo começado o ensino primário, eventualmente atingirão o 5.º ano (4.º ano, se a duração do ensino primário for de quatro anos). As estimativas baseiam-se no método do coorte reconstruído, que utiliza dados sobre matrículas e repetentes para dois anos consecutivos.

Criminalidade, pessoas vitimadas Percentagem da população que entende que foi vitimada por certo tipo de crime no ano anterior, baseado nas respostas ao Inquérito Internacional sobre Vítimas da Criminalidade.

Desemprego de longo prazo Desemprego com duração de 12 meses ou mais. Ver *desemprego*.

Desemprego jovem Refere-se ao desemprego entre os 15 (ou 16) e os 24 anos, dependendo das definições nacionais. Ver *desemprego*.

Desemprego Refere-se a todas as pessoas acima de uma idade definida que não têm emprego remunerado, nem são trabalhadores independentes, mas que se encontram disponíveis para trabalhar e deram os passos necessários para encontrar emprego remunerado ou para trabalharem como independentes.

Desemprego, taxa O desemprego dividido pela população activa (os que estão empregados mais os que estão desempregados).

Despesa de saúde per capita (dólares PPC) Soma das despesas pública e privada de saúde (em dólares PPC), dividida pela população. A despesa de saúde inclui a provisão dos serviços de saúde (preventivos e curativos), actividades de planeamento familiar, actividades de nutrição e ajuda

de emergência indicada para a saúde, mas exclui a provisão de água e saneamento. Ver *saúde, despesa privada; saúde, despesa pública; e PPC (paridade do poder de compra)*.

Despesa militar Todas as despesas do Ministério da Defesa e outros departamentos no recrutamento e formação do pessoal militar, assim como na construção e compra de materiais militares e equipamento. A ajuda militar está incluída nas despesas do país doador.

Despesa privada de saúde Despesa directa das famílias (reembolsável), seguros privados, gastos das organizações não lucrativas que servem as famílias e pagamentos directos de serviços pelas empresas privadas. Em conjunto com a despesa pública de saúde, soma a despesa de saúde total. Ver *saúde, despesa per capita (dólares PPC) e saúde, despesa pública*.

Despesa pública de educação Inclui as despesas de capital (gastos na construção, manutenção, principais reparações e compra de equipamento pesado ou veículos) e despesas correntes (gastos em bens e serviços que são consumidos durante o ano corrente e que devem ser renovados no ano seguinte). Cobrem as despesas como os salários e benefícios dos funcionários, serviços contratados ou adquiridos, livros e materiais de ensino, serviços sociais, mobiliário e equipamento, reparações menores, combustíveis, seguros, rendas, telecomunicações e viagens. Ver *educação, níveis*.

Despesa pública de saúde Despesa corrente e de capital dos orçamentos da administração (central e local), empréstimos externos e donativos (incluindo os donativos de agências internacionais e organizações não governamentais), e fundos sociais (ou obrigatórios) de seguros de saúde. Em conjunto com a despesa privada de saúde, soma a despesa de saúde total. Ver *saúde, despesa per capita (dólares PPC) e saúde, despesa privada*.

Dívida, alívio, compromisso no quadro da iniciativa PPAE Perdão de empréstimos como componente da ajuda pública ao desenvolvimento, no quadro da Iniciativa da Dívida para os Países Pobres Altamente Endividados (PPAE). A iniciativa é a primeira aproximação compreensiva para reduzir a dívida externa dos países altamente endividados mais pobres do mundo, num total de 42.

Dívida, serviço total Soma dos principais reembolsos e juros pagos correntemente em moeda estrangeira, bens ou serviços sobre a dívida de longo prazo (com uma maturidade de mais de um ano), juros pagos sobre a dívida de curto prazo e reembolsos ao Fundo Monetário Internacional.

Educação, índice Um dos três índices utilizados na construção do índice de desenvolvimento humano. Baseia-se na taxa de alfabetização de adultos e na taxa de escolarização bruta combinada dos ensinos primário, secundário e superior. Para pormenores sobre o processo de cálculo do índice da educação, ver *Nota técnica 1*.

Educação, níveis A educação é classificada em primária, secundária e superior, de acordo com a Classificação Internacional Tipo da Educação (CITED). *Ensino pré-primário*

(CITED, nível 0): é dispensado em escolas como jardins-de-infância, escolas maternais e infantis e destina-se às crianças que não têm idade suficiente para se matricularem no primeiro nível. *Ensino primário* (CITED, nível 1): fornece os elementos básicos da educação, em escolas como as elementares ou primárias. *Ensino secundário* (CITED, níveis 2 e 3): é baseado em quatro anos, pelo menos, de instrução prévia no primeiro nível e ministra a instrução geral ou especializada, ou ambas, dispensada em instituições como escolas intermédias, secundárias, liceus, escolas de formação de professores a este nível e escolas técnicas e profissionais. *Ensino superior* (CITED, níveis 5-7): refere-se à educação em instituições como universidades, escolas superiores de educação ou escolas profissionais superiores — exigindo como condição mínima de admissão a conclusão, com sucesso, da educação do 2.º nível ou a prova de aquisição de um nível equivalente de conhecimentos.

Electricidade, consumo per capita Refere-se à produção bruta, per capita, que inclui o consumo de estações auxiliares e quaisquer perdas nos transformadores considerados partes integrantes das estações. Também inclui a produção total de energia eléctrica pelas estações de bombeamento, sem dedução da energia eléctrica consumida pelas bombas.

Emissões de dióxido de carbono Emissões de dióxido de carbono antropogénico (origem humana) provenientes da combustão de combustíveis fósseis e da produção de cimento. As emissões são calculadas a partir de dados do consumo de combustíveis sólidos, líquidos e gasosos, da combustão fulgurante da gasolina e da produção de cimento.

Emprego feminino por actividade económica Emprego feminino na indústria, agricultura ou serviços, segundo a definição do sistema de Classificação Internacional Tipo da *Indústria* (CITI) (revisões 2 e 3). Indústria refere-se às actividades de mineração, extracção de pedras, manufatura, construção e serviços públicos (gás, água e electricidade). *Agricultura* refere-se às actividades agrícolas, de caça, silvicultura e pesca. *Serviços* referem-se ao comércio por grosso e a retalho; restaurantes e hotéis; transportes, armazenagem e comunicações; finanças, seguros, imobiliário e serviços comerciais; e aos serviços pessoais, sociais e comunitários.

Energia utilizada, PIB por unidade Rácio entre o PIB (dólares PPC em 1995) e a energia comercial utilizada, medido em quilogramas de equivalente petróleo. Este rácio fornece uma medida da eficiência da energia, mostrando estimativas comparáveis e consistentes do PIB real entre países relativamente aos inputs físicos (unidades de utilização de energia). Ver *PIB (produto interno bruto) e PPC (paridade do poder de compra)*.

Energia, necessidades totais Consumo de energia e de combustíveis tradicionais, que incluem lenha, carvão, bagaço (resíduos de cana de açúcar), resíduos animais, vegetais e outros.

Escolarização, taxa bruta Número de estudantes matriculados num nível de educação, independentemente da

idade, em percentagem da população correspondente ao grupo de idades para esse nível. A taxa de escolarização bruta pode ser maior do que 100%, devido à repetência de grau e à matrícula de alunos com idade inferior ou superior à idade oficial para o grau de ensino. Ver *educação, níveis*.

Escolarização, taxa líquida Número de estudantes matriculados num nível de educação, que tem a idade escolar oficial para esse nível, em percentagem da população que tem idade escolar oficial para esse nível. Ver *educação, níveis*

Esperança de vida à nascença Número de anos que viveria uma criança recém-nascida se os padrões de mortalidade prevalentes no tempo do seu nascimento se mantivessem os mesmos ao longo da sua vida.

Esperança de vida, índice Um dos três índices utilizados na construção do índice de desenvolvimento humano. Para pormenores sobre o processo de cálculo do índice da educação, ver *Nota técnica 1*.

Estudantes do superior em ciências, matemática e engenharia A parcela dos estudantes do ensino superior inscritos em ciências naturais; engenharia; matemática e ciências de computadores; arquitectura e planeamento urbano; transportes e comunicações; programas de comércio, artesanato e indústria; agricultura, silvicultura e pesca. Ver *níveis de educação*.

Exportações de alta tecnologia Exportações de produtos com uma alta intensidade de investigação e desenvolvimento. Incluem produtos de alta tecnologia tais como equipamentos aeroespaciais, computadores, produtos farmacêuticos, instrumentos científicos e máquinas eléctricas.

Exportações de bens e serviços Valor de todos os bens e outros serviços de mercado fornecidos ao resto do mundo. Inclui o valor das mercadorias, fretes, seguros, transportes, viagens, royalties, direitos de licenças e outros serviços tais como os serviços financeiros, de comunicação, construção, informação, negócios, pessoal e governamentais. Excluem-se os rendimentos do trabalho e da propriedade e pagamentos de transferências.

Exportações de produtos manufacturados Definidas de acordo com a Classificação Tipo do Comércio Internacional para incluir exportações de produtos químicos, produtos manufacturados básicos, máquinas e material de transporte e outros produtos manufacturados diversos.

Exportações primárias Definido segundo a Classificação Tipo do Comércio Internacional para incluir exportações de produtos alimentares, produtos agrícolas e matérias-primas, combustíveis, minérios e metais.

Fertilidade total, taxa Número de filhos que cada mulher teria se tivesse que viver no fim da sua idade fértil e se desse à luz, em cada idade, de acordo com as taxas de fertilidade prevalentes na idade específica.

Fluxos privados, outros Uma categoria que combina fluxos de investimento de carteira não criadores de dívida

(a soma de capitais do país, receitas de depósitos e compras directas de acções por investidores estrangeiros), fluxos de carteira criadores de dívida (obrigações emitidas compradas por investidores estrangeiros) e empréstimos bancários e relacionados com o comércio (empréstimos de bancos comerciais e outros créditos comerciais).

Fonte de água melhorada, população sem acesso sustentável Calculado como 100 menos a percentagem da população com acesso a uma fonte de água melhorada. Fontes não melhoradas incluem vendedores, água engarrafada, camiões cisterna e poços e nascentes não protegidas. Ver *fontes de água melhorada, população com acesso sustentável*.

Fontes de água melhorada, população com acesso sustentável A proporção da população com acesso razoável a qualquer um dos tipos seguintes de abastecimento de água potável: água canalizada, torneira pública, poço com bomba, depósito protegido, nascente protegida ou água da chuva. *O acesso razoável* é definido como a disponibilidade de pelo menos 20 litros por pessoa e dia, a partir de uma fonte no espaço de um quilómetro da habitação do utilizador.

Forças armadas, total Forças estratégicas, terrestres, navais, aéreas, administrativas, de comando e de apoio. Também incluem forças paramilitares como a polícia, guarda alfandegária ou de fronteira, quando têm formação em estratégias militares.

Fumadores Percentagem de homens e mulheres que fumam cigarros.

HIV/SIDA, prevalência A percentagem de pessoas com idade entre 15 e 49 anos que está infectada com HIV.

Importação de bens e serviços Valor de todos os bens e outros serviços de mercado recebidos do resto do mundo. Inclui o valor das mercadorias, fretes, seguros, transportes, viagens, royalties, direitos de licenças e outros serviços tais como os serviços financeiros, de comunicação, construção, informação, negócios, pessoal e governamentais. Excluem-se os rendimentos do trabalho e da propriedade e pagamentos de transferências.

Índice de desenvolvimento ajustado ao género (IDG) Índice composto que mede a realização média nas três dimensões básicas captadas no índice de desenvolvimento humano — uma vida longa e saudável, conhecimento e um nível de vida digno — ajustado para reflectir as desigualdades entre homens e mulheres. Para pormenores sobre o modo de cálculo do índice, ver *Nota técnica 1*.

Índice de desenvolvimento humano (IDH) Uma medida composta que mede a realização média em três dimensões básicas do desenvolvimento humano—uma vida longa e saudável, conhecimento e um nível de vida digno. Para pormenores sobre o modo de cálculo do índice, ver a *Nota técnica 1*.

Índice de Gini Mede a extensão até à qual a distribuição do rendimento (ou consumo) entre indivíduos e famílias, num país, desvia de uma distribuição perfeitamente igual.

Uma curva de Lorenz relaciona percentagens acumuladas do rendimento total recebido com quantidades acumuladas de beneficiários, partindo dos indivíduos ou famílias mais pobres. O índice de Gini mede a área entre a curva de Lorenz e uma linha hipotética de igualdade absoluta, exprimindo uma percentagem da área máxima debaixo da linha. O valor 0 representa a igualdade perfeita e o valor 100 a desigualdade perfeita.

Índice de pobreza humana (IPH-1) para países em desenvolvimento Um índice composto que mede a privação nas três dimensões básicas captadas no índice de desenvolvimento humano— uma vida longa e saudável, conhecimento e nível de vida. Para pormenores sobre o modo de cálculo do índice, ver a *Nota técnica 1*.

Índice de pobreza humana (IPH-2) para países seleccionados da OCDE Um índice composto que mede a privação nas três dimensões básicas captadas no índice de desenvolvimento humano — uma vida longa e saudável, conhecimento e nível de vida — e que ainda capta a exclusão social. Para pormenores sobre o modo de cálculo do índice, ver a *Nota técnica 1*.

Índice de preços no consumidor, variação média anual Reflecte variações de custo no consumidor médio quando este adquire um cabaz de bens e serviços, o qual pode ser fixo ou variar em intervalos determinados.

Instalações sanitárias melhoradas, população com acesso Percentagem da população com acesso a instalações aperfeiçoadas de descarga das excreções, tais como a ligação a um sistema de esgotos ou a um reservatório séptico, uma retrete com autoclismo, uma retrete simples com fossa, ou uma retrete com fossa aperfeiçoada e arejada. Um sistema de descarga das excreções é considerado aperfeiçoado se é privado ou partilhado (mas não público) e se separa, higienicamente, as excreções do contacto humano.

Insuficiência de peso, crianças nascidas com Percentagem de crianças que nascem com um peso inferior a 2.500 gramas.

Internet, utilizadores Pessoas com acesso à ampla rede mundial.

Investigação e desenvolvimento, despesas de Despesas corrente e de capital (incluindo despesas gerais) na actividade criativa e sistemática destinada a aumentar o stock de conhecimento. Incluem-se as investigações fundamental e aplicada e os trabalhos de desenvolvimento experimental que conduzem a novos inventos, produtos ou processos.

Investigadores em I&D Pessoas formadas para trabalhar em qualquer área científica, que estão integradas em actividades especializadas de investigação e desenvolvimento (I&D). Muitas dessas actividades requerem a conclusão do ensino superior.

Investimento directo estrangeiro, fluxos líquidos Fluxos líquidos de investimento para adquirir uma posição de

gestão permanente (10% ou mais de ações com poder de voto) numa empresa que opera numa economia distinta da do investidor. É a soma das ações, reinvestimento de ganhos, outros capitais de longo prazo e capitais de curto prazo.

Legisladoras, funcionárias superiores e gestor Parcela das mulheres em funções definidas de acordo com a Classificação Internacional Tipo das Ocupações (CITO-88), incluindo legisladoras, funcionárias públicas superiores, chefes tradicionais e chefes de aldeia, funcionárias superiores de organizações de interesse particular, gestoras de empresas, directoras e directoras executivas, gestoras de departamentos de produção e operações e de outros departamentos e gestoras gerais.

Linha de privação de rendimento, população abaixo Percentagem da população que vive abaixo de uma determinada linha de pobreza:

- 1 dólar por dia — a preços internacionais de 1985 (equivalente a 1,08 dólares, a preços internacionais de 1993), ajustado à paridade do poder de compra.
- 2 dólares por dia—a preços internacionais de 1985 (equivalente a 2,15 dólares, a preços internacionais de 1993), ajustado à paridade do poder de compra.
- 4 dólares por dia—a preços internacionais de 1990, ajustado à paridade do poder de compra.
- 11 dólares por dia (por pessoa numa família de três) — a preços internacionais de 1994, ajustado à paridade do poder de compra.
- Linha de pobreza nacional — a linha de pobreza considerada pelas autoridades como apropriada para o país. As estimativas nacionais são baseadas nas estimativas de subgrupos ponderados pela população, dos inquéritos às famílias.
- 50% da mediana do rendimento — 50% da mediana do rendimento familiar disponível ajustado.

Ver *PPC (paridade do poder de compra)*.

Linhas principais de telefone Linhas telefónicas que ligam os equipamentos dos consumidores à rede pública de distribuição de telefone.

Malária, casos Número total de casos de malária relatados à Organização Mundial da Saúde pelos países em que a malária é endémica. Muitos países relatam apenas casos confirmados laboratorialmente, mas muitos outros da África Subsariana também relatam casos diagnosticados clinicamente.

Malária, prevenção (crianças menores de cinco) Percentagem de crianças menores de cinco anos que dormem em mosquiteiros tratados com insecticida.

Malária, tratamento (crianças menores de cinco com febre) Percentagem de crianças menores de cinco anos que estavam doentes com febre nas duas semanas anteriores ao inquérito e que receberam medicamentos antimaláricos.

Medicamentos essenciais e a preço comportável, população com acesso sustentável Percentagem estimada da

população que tem acesso a um mínimo de 20 dos medicamentos mais essenciais — aqueles que satisfazem as necessidades de cuidados de saúde da maior parte da população —, continuamente e a preços comportáveis, nas instalações de saúde públicas ou privadas, ou em farmácias, num percurso até uma hora da residência.

Médicos Inclui os diplomados de uma faculdade ou escola de medicina que trabalham em qualquer campo médico (incluindo o ensino, investigação e administração).

Medida de participação segundo o género (MPG) Índice composto que mede a desigualdade de género em três dimensões básicas do poder — participação económica e tomada de decisão, participação política e tomada de decisão e poder sobre os recursos económicos. Para pormenores sobre o modo de cálculo do índice, ver *Nota técnica 1*.

Mortalidade de menores de cinco, taxa A probabilidade de morrer entre o nascimento e os cinco anos exactos de idade, expressa por 1.000 nados-vivos.

Mortalidade infantil, taxa A probabilidade de morrer entre o nascimento e um ano exacto de idade, expresso por 1.000 nados-vivos.

Mortalidade materna, rácio ajustado Rácio de mortalidade materna ajustado para responder aos problemas bem documentados de sub-registo e de má classificação das mortes maternas, assim como as estimativas para países que não têm dados. Ver *mortalidade materna, taxa*.

Mortalidade materna, taxa declarada A taxa de mortalidade materna declarada pelas autoridades nacionais. Ver *mortalidade materna, taxa*.

Mortalidade materna, taxa Número anual de óbitos de mulheres por causas relacionadas com a gravidez, por 100.000 nados-vivos.

Mulheres no governo ao nível ministerial Estabelecido de acordo com a definição de cada país do executivo nacional, pode incluir mulheres exercendo cargos de ministras ou vice-ministras, ou desempenhando outras funções governamentais, incluindo secretarias parlamentares.

Ocupação segura, pessoas com acesso Famílias que são proprietárias ou que estão a comprar as suas casas, estão em arrendamento privado, ou estão em habitação social ou em sublocação.

Partos assistidos por técnicos de saúde Percentagem de partos assistidos por técnicos (incluindo médicos, enfermeiras ou parteiras) preparados para fornecer os cuidados necessários, supervisão e conselhos às mulheres durante a gravidez, dores de parto e período pós-parto, para poderem conduzir o parto, elas próprias, e cuidar dos recém-nascidos.

Patentes concedidas a residentes Referem-se aos documentos emitidos por um gabinete público, que descrevem uma invenção e criam uma situação legal, em que a invenção patenteada pode ser explorada normalmente (produzida, utilizada, vendida ou importada) apenas pelo patenteado, ou com sua autorização. A protecção das invenções é limitada, geralmente, até 20 anos da data de apresentação do pedido de concessão da patente.

Perdão da dívida bilateral bruta Perdão, com o apoio de fundos públicos dos países doadores, de dívidas bilaterais dos países em desenvolvimento detidas por credores públicos ou privados. Compensa as entradas de ajuda pública ao desenvolvimento (APD), sem deduzir o valor do capital. Ver *ajuda pública ao desenvolvimento (APD) líquida*.

Peso deficiente para a idade, crianças menores de cinco anos Inclui deficiência de peso moderada, definida como mais de dois desvios padrões abaixo da mediana do peso por idade da população de referência e deficiência de peso grave, definida como mais de três desvios padrões abaixo da mediana do peso.

Pessoas deslocadas internamente Pessoas que estão deslocadas dentro do seu próprio país e a quem o Alto-comissário das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) concede protecção ou assistência, ou ambos, na sequência de um pedido especial de um órgão competente da ONU.

Pessoas subalimentadas Pessoas cujo consumo alimentar é cronicamente insuficiente para obter os requisitos energéticos mínimos.

PIB (Dólares EUA) PIB convertido em dólares utilizando a taxa de câmbio oficial média publicada pelo Fundo Monetário Internacional. Utiliza-se um factor de conversão alternativo quando se considera que a taxa de câmbio oficial diverge, por uma margem excepcionalmente grande, da taxa efectivamente utilizada nas transacções de divisas e de produtos de comércio. Ver *PIB (produto interno bruto)*.

PIB (produto interno bruto) A soma do valor acrescentado por todos os produtores residentes na economia mais os impostos da produção (menos subsídios) não incluídos na valorização do produto. É calculado sem incluir as deduções para a depreciação do capital físico ou para o esgotamento e destruição dos recursos naturais. O valor acrescentado é o produto líquido de uma indústria depois de adicionar todos os produtos finais e subtrair todos os produtos intermédios utilizados.

PIB per capita (dólares EUA) PIB (Dólares EUA) dividido pela população média do ano. Ver *PIB (Dólares EUA)*.

PIB per capita (dólares PPC) Ver *PIB (produto interno bruto)* e *PPC (paridade do poder de compra)*.

PIB per capita, taxa de crescimento anual Taxa de crescimento anual (mínimos quadrados) calculada a partir do PIB per capita em preços constantes, em unidades monetárias locais.

PIB, índice do Um dos três índices utilizados na construção do índice de desenvolvimento humano. É baseado no PIB per capita (dólares PPC). Para pormenores sobre o modo de cálculo do índice, ver *Nota técnica 1*.

População activa [força de trabalho] Todos os empregados (incluindo pessoas acima de uma idade determinada que, durante o período em referência, estiveram num emprego remunerado, com uma ocupação, auto-empregados, ou com um trabalho mas sem uma ocupação) e desempregados (incluindo pessoas acima de uma idade determinada que, durante o período em referência, estiveram sem trabalho, disponíveis normalmente para trabalhar e à procura de trabalho).

População total Refere-se à população de facto, que inclui toda a população presente numa dada região e num dado tempo.

População urbana População a meio do ano em áreas classificadas como urbanas, de acordo com o critério utilizado por cada país, tal como relatado às Nações Unidas. Ver *população total*.

População, taxa de crescimento anual Refere-se à taxa de crescimento exponencial anual no período indicado. Ver *população total*.

PPAE, ponto de conclusão A data em que um país incluído na Iniciativa da Dívida para os Países Pobres Altamente Endividados (PPAE) completa, com sucesso, as reformas estruturais fundamentais acordadas no ponto de decisão PPAE, incluindo o desenvolvimento e execução de uma estratégia de redução da pobreza. O país recebe, então, o volume do seu alívio da dívida sob a iniciativa PPAE, sem novas condicionantes de política.

PPAE, ponto de decisão A data em que um país pobre altamente endividado, com um percurso reconhecido de bom desempenho no quadro de programas de ajustamento apoiados pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial, se compromete, no quadro da Iniciativa da Dívida para os Países Pobres Altamente Endividados, a empreender reformas adicionais e a desenvolver e executar uma estratégia de redução da pobreza.

PPC (paridade de poder de compra) Uma taxa de câmbio que toma em consideração as diferenças de preços entre países, permitindo comparações internacionais do produto e rendimentos reais. À taxa dólares PPC (como se usa neste Relatório), 1 dólar PPC tem o mesmo poder de compra na economia doméstica que 1 dólar EUA tem nos Estados Unidos.

Probabilidade à nascença de não viver até uma idade

específica Calculada como 1 menos a probabilidade de viver até uma idade específica para uma dada coorte. Ver *probabilidade à nascença de viver até uma idade específica*.

Probabilidade à nascença de viver até uma idade específica Probabilidade de uma criança recém-nascida viver até uma determinada idade, se estiver sujeita aos padrões prevalentes das taxas de mortalidade específicas.

Projeção da variação média Projeções da população pela Divisão de População das Nações Unidas assumindo a trajetória média da fertilidade e níveis normais de mortalidade e migração internacional. Esta assunção implica tendências projectadas dos níveis da fertilidade, mortalidade e migração internacional que dependem das características demográficas específicas e das políticas relevantes de cada país ou grupo de países. Adicionalmente, inclui-se na projeção o impacto do HIV/SIDA, para os países altamente afectados com a epidemia de HIV/SIDA. A Divisão de População das Nações Unidas também publica projecções com variações baixas e elevadas. Para mais informações, ver <http://esa.un.org/unpp/assumptions.html>.

Refugiados Pessoas que fugiram do seu país devido a um receio bem fundamentado de perseguição por razões de raça, religião, nacionalidade, opinião política ou pertença a determinado grupo social e que não podem ou não querem regressar. *País de asilo* é o país onde um refugiado preencheu um pedido de asilo, mas ainda não recebeu uma decisão ou, diferentemente, se registou como estando à procura de asilo. *País de origem* refere-se à nacionalidade do requerente ou país de que é cidadão.

Rendimento auferido estimado (dólares PPC) Cálculo grosseiro, com base no rácio entre os salários não agrícolas feminino e masculino, parcelas feminina e masculina da população economicamente activa, população feminina e masculina total e PIB per capita (dólares PPC). Para pormenores sobre o processo de estimação, ver *Nota técnica 1*.

Rendimento auferido estimado, rácio feminino-masculino Rácio entre o rendimento auferido estimado feminino e o rendimento auferido estimado masculino. Ver *rendimento auferido estimado (dólares PPC)*.

Rendimento ou consumo, parcelas As parcelas de rendimento ou consumo de que beneficiam os subgrupos da população indicados por decís e quintis, baseados em inquéritos nacionais às famílias que cobrem vários anos. Os inquéritos sobre o consumo produzem resultados que mostram níveis mais baixos de desigualdade entre pobres e ricos do que os inquéritos sobre o rendimento, porque as pessoas pobres consomem, normalmente, a maior parte do seu rendimento. Porque os dados são provenientes de inquéritos que cobrem anos diferentes e utilizam metodologias diferentes, as comparações entre países devem ser feitas com precaução.

RNB (rendimento nacional bruto) A soma do valor acrescentado por todos os produtores residentes na econo-

mia mais os impostos da produção (menos subsídios) não incluídos na valorização do produto mais as receitas líquidas do rendimento primário (rendimento dos empregados e da propriedade) provenientes do estrangeiro. O valor acrescentado é o produto líquido de uma indústria depois de adicionar todos os produtos finais e subtrair todos os produtos intermédios utilizados. Os dados são apresentados em dólares EUA correntes, utilizando o método *Atlas do Banco Mundial*.

Royalties e direitos de licenças Receitas que os residentes recebem de não residentes pela utilização autorizada de activos intangíveis, não produzidos, não financeiros e direitos de propriedade (tais como patentes, marcas registadas, *copyrights*, *franchising*, e processos industriais) e pelo uso, através de acordos de concessão de licença, de originais produzidos e protótipos (tais como filmes e manuscritos). Os dados são baseados na balança de pagamentos.

Taxa de actividade económica, feminina A parcela da população feminina com idade de 15 anos ou mais que oferece, ou está disponível para oferecer, trabalho para a produção de bens e serviços económicos.

Taxa de escolarização bruta combinada dos ensinos primário, secundário e superior Número de estudantes matriculados nos níveis de ensino primário, secundário e superior, independentemente da idade, em percentagem da população com a idade escolar oficial para os três níveis. Ver *educação, níveis e escolarização, taxa bruta*.

Telemóveis, assinantes (também referidos como assinantes de celulares móveis) Pessoas que assinam um serviço automático de telefone móvel público, que fornece acesso à rede pública de distribuição de telefone através de tecnologia celular. Os sistemas podem ser analógicos ou digitais.

Tempo de trabalho total Tempo gasto em actividades mercantis e não mercantis, tal como definido pelo Sistema de Contas Nacionais da ONU, revisão de 1993. Ver *actividades de mercado e actividades não mercantis*.

Terapia de reidratação oral, taxa de utilização Percentagem de todos os casos de diarreia em crianças menores de cinco anos, em que as crianças recebem fluidos crescentes e alimentação continuada.

Termos de troca Rácio entre o índice de preços das exportações e o índice de preços das importações, medido em relação a um ano base. Um valor superior a 100 significa que os preços das exportações subiram em relação aos preços das importações.

Trabalhador familiar, contribuição Definido, de acordo com a Classificação Internacional segundo o Estatuto no Emprego (CIEE), como uma pessoa que trabalha, sem remuneração, numa empresa económica dirigida por um familiar que vive na mesma casa.

Trabalhadoras especializadas e técnicas Parcela das mulheres em funções definidas de acordo com a Classificação Internacional Tipo das Ocupações (CITO-88), incluindo profissionais de medicina, matemática e ciências de engenharia (e especializações associadas); ciências da vida e profissionais de saúde (e especializações associadas), profissionais do ensino (e especializações associadas) e outras profissionais e especializações associadas.

Tratados ambientais, ratificação Depois de assinar um tratado, um país deve ratificá-lo, geralmente com a aprovação do seu parlamento. Este processo não só implica uma declaração de interesse indicada pela assinatura, mas também a transformação dos princípios e obrigações do tratado em lei nacional.

Trust fund PPAE, compromissos bilaterais Uma obrigação firme assumida por um doador público em fornecer assistência específica ao *trust fund* PPAE. Os compromissos bilaterais são fixados no montante total das transferências previstas, sem considerar o tempo requerido para completar a conclusão dos desembolsos.

Tuberculose, casos curados com base na TODB A percentagem dos casos de novas infecções de tuberculose curados com base em tratamento observado directamente,

deteccção de casos de tratamento breve (TODB) e de tratamento estratégico.

Tuberculose, casos detectados com base na TODB A percentagem dos casos de novas infecções de tuberculose (diagnosticados num dado período) detectados com base em tratamento observado directamente, deteção de casos de tratamento breve (TODB) e de tratamento estratégico.

Tuberculose, casos Número total de casos de tuberculose notificados à Organização Mundial da Saúde. Um caso de tuberculose é definido como um paciente a quem a tuberculose foi confirmada bacteriologicamente ou diagnosticada por um clínico.

Utilização de preservativo na última relação sexual de elevado risco Mulheres e homens que dizem ter utilizado um preservativo na última vez em que tiveram relações sexuais com um parceiro extraconjugal ou não coabitante, no universo dos que tiveram relações sexuais nos últimos 12 meses com este tipo de parceiros.

Vacinação, crianças de um ano totalmente vacinadas contra o sarampo e a tuberculose Crianças de um ano injectadas com um antigénio ou um soro contendo anticorpos específicos contra o sarampo ou tuberculose.

Referências estatísticas

- Aten, Bettina, Alan Heston, and Robert Summers. 2001. Correspondence on data from the Penn World Tables 6.0. Philadelphia. March.
- . 2002. “Penn World Tables 6.1.” University of Pennsylvania, Center for International Comparisons, Philadelphia. [http://pwt.econ.upenn.edu/]. Accessed March 2004.
- Birzeit University. 2002. *Palestine Human Development Report 2002*. Ramallah, Occupied Palestinian Territories.
- CDIAC (Carbon Dioxide Information Analysis Center). 2004. *Trends: A Compendium of Data on Global Change*. [http://cdiac.esd.ornl.gov/trends/trends.htm]. Accessed March 2004.
- FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations). 2003. *The State of Food Insecurity in the World 2003*. Rome.
- Goldschmidt-Clermont, Luisella, and Elisabetta Pagnossin Aligisakis. 1995. “Measures of Unrecorded Economic Activities in Fourteen Countries.” Background paper for *Human Development Report 1995*. United Nations Development Programme, Human Development Report Office, New York.
- Harvey, Andrew S. 1995. “Market and Non-Market Productive Activity in Less Developed and Developing Countries: Lessons from Time Use.” Background paper for *Human Development Report 1995*. United Nations Development Programme, Human Development Report Office, New York.
- . 2001. “National Time Use Data on Market and Non-Market Work by Both Women and Men.” Background paper for *Human Development Report 2001*. United Nations Development Programme, Human Development Report Office, New York.
- IISS (International Institute for Strategic Studies). 2003. *The Military Balance 2003-2004*. Oxford: Oxford University Press.
- ILO (International Labour Organization). 2002. *Estimates and Projections of the Economically Active Population, 1950-2010*, 4th ed., rev. 2. Database. Geneva.
- . 2003. *Key Indicators of the Labour Market, Third Edition*. [http://kilm.ilo.org/kilm/]. Accessed March 2004.
- . 2004a. *Database on International Labour Standards (ILOLEX)* [http://www.ilo.org/ilolex/english/docs/declworld.htm]. Accessed February 2004.
- . 2004b. *Laboursta Database*. [http://laborsta.ilo.org]. Accessed March 2004.
- IMF (International Monetary Fund) and IDA (International Development Association). 2004. “Heavily Indebted Poor Countries (HIPC) Initiative—Status of Implementation.” 31 March. Washington, DC.
- IMF (International Monetary Fund) and World Bank. 2003. “Status of Bilateral Donor Pledges to the HIPC Trust Fund.” [http://www.worldbank.org/hipc/progress-to-date/TrustFundSep03.pdf]. Accessed March 2004.
- IPU (Inter-Parliamentary Union). 1995. *Women in Parliaments 1945-1995: A World Statistical Survey*. Geneva.
- . 2001. Correspondence on women in government at the ministerial level. March. Geneva.
- . 2004a. Correspondence on year women received the right to vote and to stand for election and year first woman was elected or appointed to parliament. March. Geneva.
- . 2004b. *Parline Database and World Classification of Women in National Parliaments*. [www.ipu.org]. Accessed March 2004.
- ITU (International Telecommunication Union). World Telecommunication Indicators Database, 7th edition. [http://www.itu.int/ITU-D/ict/publications/world/world.html]. March 2004.
- LIS (Luxembourg Income Study). 2004. “Relative Poverty Rates for the Total Population, Children and the Elderly.” [http://www.lisproject.org/keyfigures/povertytable.htm]. Accessed February 2004.
- Milanovic, Branko. 2002. Correspondence on income, inequality and poverty during the transition from planned to market economy. World Bank. March. Washington, D.C.
- OECD (Organisation for Economic Co-operation and Development), Development Assistance Committee. 2004a. Correspondence on agricultural support estimates. February 2004. Paris.
- . 2004b. Correspondence on official development assistance disbursed. February. Paris.
- . 2004c. Correspondence on the employment rates. March. Geneva.
- . 2004d. Correspondence on long-term unemployment rates. March. Geneva.
- . 2004e. *DAC Journal: Development Cooperation 2003 Report* (5)1. Paris.
- . 2004f. *DAC Online*. Database. Paris.
- OECD (Organisation for Economic Co-operation and Development), and Statistics Canada. 2000. *Literacy in the Information Age: Final Report on the International Adult Literacy Survey*. Paris.
- Polity IV. 2002. “Political Regime Characteristics and Transitions, 1800-2000.” [http://www.bsos.umd.edu/cidcm/inscr/polity/index.htm]. Accessed April 2002.
- Roodman, David. 2004. “The Commitment to Development Index: 2004 Edition.” Center for Global Development, Washington, DC.
- SIPRI (Stockholm International Peace Research Institute). 2003. *SIPRI Yearbook: Armaments, Disarmaments and International Security*. Oxford: Oxford University Press.
- . 2004a. Correspondence on military expenditure data. March. Stockholm.
- . 2004b. *SIPRI Arms Transfers*. Database. February. Stockholm.
- Smeeding, Timothy M. 1997. “Financial Poverty in Developed Countries: The Evidence from the Luxembourg Income Study.” In Sheldon H. Danziger and Robert H. Haveman, eds., *Understanding Poverty*. New York: Russell Sage Foundation; and Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Smeeding, Timothy M., Lee Rainwater, and Gary Burtless. 2000. “United States Poverty in a Cross-National Context.” In Sheldon H. Danziger and Robert H. Haveman, eds., *Understanding Poverty*. New York: Russell Sage Foundation; and Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- Statedec. 2004. Correspondence on gross enrolment ratio for Luxembourg. April. Luxembourg.

- UN (United Nations). 2001. *World Population Prospects 1950-2050: The 2000 Revision*. Database. Department of Economic and Social Affairs, Population Division. New York.
- . 2002. Correspondence on time use surveys. Department of Economic and Social Affairs, Statistics Division. February. New York.
- . 2003. *World Population Prospects 1950-2050: The 2002 Revision*. Database. Department of Economic and Social Affairs, Population Division. New York.
- . 2004a. *Comtrade*. Database. Department of Social and Economic Affairs, Statistics Division. New York.
- . 2004b. Correspondence on energy consumption. Department of Economic and Social Affairs, Statistics Division. March. New York.
- . 2004c. Correspondence on traditional fuel use. Department of Economic and Social Affairs, Statistics Division. March. New York.
- . 2004d. Correspondence on 2002 urban population interpolation. Department of Economic and Social Affairs, Population Division. March. New York.
- . 2004e. Millennium Indicators Database. Department of Economic and Social Affairs, Statistics Division. [<http://millenniumindicators.un.org>]. Accessed March 2004.
- . 2004f. "Multilateral Treaties Deposited with the Secretary-General." [<http://untreaty.un.org>]. Accessed March 2004.
- . 2004g. United Nations Population Division Database on Contraceptive Use. Department of Economic and Social Affairs, Population Division. March. New York.
- . 2004h. *World Urbanization Prospects: The 2003 Revision*. Department of Economic and Social Affairs, Population Division. New York.
- UNAIDS (Joint United Nations Programme on HIV/AIDS). 2004. Correspondence on HIV prevalence rate. May. Geneva.
- UNCTAD (United Nations Conference on Trade and Development). 2001. "Third United Nations Conference on the Least Developed Countries." [<http://www.unctad.org/conference/>]. Accessed April 2002.
- UNDP (United Nations Development Programme). 2000. *Human Development Report 2000*. Oxford University Press. New York.
- . 2002a. *Bosnia and Herzegovina Human Development Report 2002*. Sarajevo.
- . 2002b. *East Timor Human Development Report 2002*. Dili.
- . 2004. Correspondence with UNDP Country Office in Pakistan on data on women in government at ministerial level. April. Islamabad.
- UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization). 1997. International Standard Classification of Education 1997. Available at [http://www.uis.unesco.org/ev_en.php?ID=3813_201&ID2=DO_TOPIC]. Accessed March 2004.
- . 1999. *Statistical Yearbook 1999*. Paris.
- . 2003. *Education for All Global Monitoring Report 2003/4*. Paris.
- UNESCO Institute for Statistics (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization). 2001. Correspondence on combined gross enrolment ratio. March. Paris.
- . 2003a. Correspondence on adult and youth literacy rates. March. Montreal.
- . 2003b. Correspondence on combined gross enrolment ratios. March. Montreal.
- . 2003c. Correspondence on education expenditure. February. Montreal.
- . 2004a. Correspondence on adult and youth literacy rates. March. Montreal.
- . 2004b. Correspondence on education expenditure. March. Montreal.
- . 2004c. Correspondence on gross, net enrolment ratios and children reaching grade 5. March. Montreal.
- . 2004d. "Cultural Statistics Programme of the UNESCO Institute for Statistics." Background note prepared for *Human Development Report 2004*. Montreal.
- . 2004e. "Measuring Literacy." Background note prepared for *Human Development Report 2004*. Montreal.
- UNHCR (United Nations High Commissioner for Refugees). 2004. Correspondence on internally displaced people, refugees by country of asylum and by country of origin. April. Geneva.
- UNICEF (United Nations Children's Fund). 2000. *State of the World's Children 2001*. New York: Oxford University Press.
- . 2003a. Multiple Indicator Cluster Survey (MICS) 2002. Dili.
- . 2003b. *The State of the World's Children 2004*. New York: Oxford University Press.
- . 2004. Correspondence on infant and under-five mortality rates. March. New York.
- UNODC (United Nations Office on Drugs and Crime). 2004. Correspondence on data on crime victims. March. Vienna.
- WHO (World Health Organization). 2003. *Global Tuberculosis Control: WHO Report 2003*. [<http://www.who.int/gtb/publications/globrep/>]. Accessed March 2003.
- . 2004a. Correspondence on access to essential drugs. March. Geneva.
- . 2004b. Correspondence on health expenditure. March. Geneva.
- . 2004c. Correspondence on HIV prevalence rate. March. Geneva.
- . 2004d. Correspondence on human resources for health. March. Geneva.
- . 2004e. Correspondence on tuberculosis cases. March. Geneva.
- . 2004f. "Health Metrics Network: An Emerging Global Partnership for Health Information." Background note prepared for *Human Development Report 2004*. Geneva.
- WIPO (World Intellectual Property Organization). 2004. *Intellectual Property Statistics*. Publication B. Geneva.
- World Bank. 2003a. *Global Economic Prospects and the Developing Countries*. Washington, DC.
- . 2003b. *World Development Indicators 2003*. CD-ROM. Washington, DC.
- . 2004a. Correspondence on data on income distribution. March. Washington, DC.
- . 2004b. Correspondence on GDP per capita annual growth rates. March. Washington, DC.
- . 2004c. "HIPC Initiative: Status of Country Cases Considered Under the Initiative, September 2003." [http://www.worldbank.org/hipc/progress-to-date/status_table_Sep03.pdf]. Accessed March 2004.
- . 2004d. "International Comparison Programme (ICP)." Background note prepared for *Human Development Report 2004*. Washington, DC.
- . 2004e. "The Marrakech Action Plans for Statistics." Background note prepared for *Human Development Report 2004*. Washington, DC.
- . 2004f. *World Development Indicators 2004*. CD-ROM. Washington, DC.

Classificação dos países

Países nos agregados de desenvolvimento humano ^a

Desenvolvimento humano elevado (IDH: 0,800 e acima)

Alemanha
Antígua e Barbuda
Argentina
Austrália
Áustria
Baamas
Barbados
Barém
Bélgica
Brunei
Canadá
Catar
Chile
Chipre
Coreia do Sul
Costa Rica
Croácia
Cuba
Dinamarca
Emiratos Árabes Unidos
Eslováquia
Eslovénia
Espanha
Estados Unidos
Estónia
Finlândia
França
Grécia
Holanda
Hong Kong, China (RAE)
Hungria
Irlanda
Islândia
Israel
Itália
Japão
Kuwait
Letónia
Lituânia
Luxemburgo
Malta
México
Noruega
Nova Zelândia

Polónia
Portugal
Reino Unido
República Checa
São Cristóvão e Nevis
Seychelles
Singapura
Suécia
Suíça
Trindade e Tobago
Uruguai
(55 países ou áreas)

Desenvolvimento humano médio (IDH: 0,500-0,799)

África do Sul
Albânia
Arábia Saudita
Argélia
Arménia
Azerbaijão
Bangladeche
Belize
Bielorrússia
Bolívia
Bósnia e Herzegovina
Botswana
Brasil
Bulgária
Butão
Cabo Verde
Camarões
Camboja
Cazaquistão
China
Colômbia
Comores
Dominica
Egipto
El Salvador
Equador
Federação Russa
Fidji
Filipinas
Gabão
Gana
Geórgia
Granada
Guatemala
Guiana
Guiné Equatorial
Honduras
Ilhas Salomão
Índia
Indonésia
Irão
Jamaica
Jordânia
Laos

Líbano
Líbia
Macedónia
Malásia
Maldivas
Marrocos
Maurícias
Mianmar
Moldávia
Mongólia
Namíbia
Nepal
Nicarágua
Omã
Panamá
Papua Nova Guiné
Paraguai
Peru
Quirguistão
República Dominicana
Roménia
Samoa Ocidental
Santa Lúcia
São Tomé e Príncipe
São Vicente e Granadinas
Síria
Sri Lanka
Suazilândia
Sudão
Suriname
Tailândia
Tajiquistão
Territórios Ocupados da Palestina
Tonga
Tunísia
Turquemenistão
Turquia
Ucrânia
Usbequistão
Vanuatu
Venezuela
Vietname
(86 países ou áreas)

Desenvolvimento humano baixo (IDH: abaixo de 0,500)

Angola
Benim
Burkina Faso
Burundi
Chade
Congo
Congo, Rep. Dem.
Costa do Marfim
Djibuti
Eritreia
Etiópia
Gâmbia
Guiné
Guiné-Bissau
Haiti
Iémen
Lesoto
Madagáscar
Malawi
Mali
Mauritânia
Moçambique
Níger
Nigéria
Paquistão
Quénia
República Centro-Africana
Ruanda
Senegal
Serra Leoa
Tanzânia
Timor-Leste
Togo
Uganda
Zâmbia
Zimbabué
(36 países ou áreas)

a. Exclui os seguintes países membros das Nações Unidas para os quais não é possível calcular o IDH: Afeganistão, Andorra, Iraque, Quiribáti, Coreia do Norte, Libéria, Linstenstaine, Ilhas Marshall, Micronésia, Mónaco, Nauru, Palau, São Marinho, Sérvia e Montenegro, Somália, e Tuvalu.

Países nos grupos de rendimento^a

<i>Rendimento elevado (RNB per capita de 9,076 dólar ou mais em 2002)</i>	<i>Rendimento médio (RNB per capita de 736-9,075 dólar em 2002)</i>	<i>Rendimento baixo (RNB per capita de 735 dólares ou menos em 2002)</i>
Alemanha	África do Sul	Marrocos
Andorra	Albânia	Maurícias
Antígua e Barbuda	Arábia Saudita	México
Austrália	Argélia	Micronésia
Áustria	Argentina	Namíbia
Baamas	Arménia	Omã
Barbados	Belize	Palau
Barém	Bielorrússia	Panamá
Bélgica	Bolívia	Paraguai
Brunei	Bósnia e Herzegovina	Peru
Canadá	Botswana	Polónia
Catar	Brasil	Quiribáti
Chipre	Bulgária	República Checa
Coreia do Sul	Cabo Verde	República Dominicana
Dinamarca	Cazaquistão	Roménia
Emiratos Árabes Unidos	Chile	Samoa Ocidental
Eslovénia	China	Santa Lúcia
Espanha	Colômbia	São Cristóvão e Nevis
Estados Unidos	Costa Rica	São Vicente e Granadinas
Finlândia	Croácia	Sérvia e Montenegro
França	Cuba	Seychelles
Grécia	Djibuti	Síria
Holanda	Dominica	Sri Lanka
Hong Kong, China (RAE)	Egipto	Suazilândia
Irlanda	El Salvador	Suriname
Islândia	Equador	Tailândia
Israel	Eslováquia	Territórios Ocupados da Palestina
Itália	Estónia	Tonga
Japão	Federação Russa	Trindade e Tobago
Kuwait	Fidji	Tunísia
Luxemburgo	Filipinas	Turquemenistão
Malta	Gabão	Turquia
Mónaco	Granada	Ucrânia
Noruega	Guatemala	Uruguai
Nova Zelândia	Guiana	Vanuatu
Portugal	Honduras	Venezuela
Reino Unido	Hungria	(86 países ou áreas)
São Marino	Ilhas Marianas do Norte	
Singapura	Ilhas Marshall	
Suécia	Irão	
Suíça	Iraque	
(41 países ou áreas)	Jamaica	
	Jordânia	
	Letónia	
	Líbano	
	Líbia	
	Lituânia	
	Macedónia	
	Malásia	
	Maldivas	
		Afeganistão
		Angola
		Azerbaijão
		Bangladeche
		Benim
		Burkina Faso
		Burundi
		Butão
		Camarões
		Camboja
		Chade
		Comores
		Congo
		Congo, Rep. Dem.
		Coreia do Norte
		Costa do Marfim
		Eritreia
		Etiópia
		Gâmbia
		Gana
		Geórgia
		Guiné
		Guiné Equatorial
		Guiné-Bissau
		Haiti
		Iémen
		Ilhas Salomão
		Índia
		Indonésia
		Laos
		Lesoto
		Libéria
		Madagáscar
		Malawi
		Mali
		Mauritânia
		Mianmar
		Moçambique
		Moldávia
		Mongólia
		Nepal
		Nicarágua
		Níger
		Nigéria
		Papua Nova Guiné
		Paquistão
		Quénia
		Quirguistão
		República Centro-Africana
		Ruanda
		São Tomé e Príncipe
		Senegal
		Serra Leoa
		Somália
		Sudão
		Tajiquistão
		Tanzânia
		Timor-Leste
		Togo
		Uganda
		Usbequistão
		Vietname
		Zâmbia
		Zimbabué
		(64 países ou áreas)

a. Classificação do Banco Mundial (com efeito desde 1 de Julho de 2003) baseada no rendimento nacional bruto (RNB) per capita. Exclui Nauru e Tuvalu, devido a falta de dados.

Países nos principais grupos mundiais

Países em desenvolvimento

Afganistão	Guiana	República Dominicana	Djibuti	Bulgária	República Checa
África do Sul	Guiné	Ruanda	Eritreia	Cazaquistão	Suécia
Angola	Guiné Equatorial	Samoa Ocidental	Etiópia	Croácia	Suíça
Antígua e Barbuda	Guiné-Bissau	Santa Lúcia	Gâmbia	Eslováquia	Turquia
Arábia Saudita	Haiti	São Cristóvão e Nevis	Guiné	Eslovénia	(30 países ou áreas)
Argélia	Honduras	São Tomé e Príncipe	Guiné Equatorial	Estónia	
Argentina	Hong Kong, China	São Vicente	Guiné-Bissau	Federação Russa	Países OCDE de rendimento elevado ^a
Baamas	(RAE)	e Granadinas	Haiti	Geórgia	Alemanha
Bangladeche	Iémen	Senegal	Iémen	Hungria	Austrália
Barbados	Ilhas Marshall	Serra Leoa	Ilhas Salomão	Letónia	Áustria
Barém	Ilhas Salomão	Seychelles	Laos	Lituânia	Bélgica
Belize	Índia	Singapura	Lesoto	Macedónia	Canadá
Benim	Indonésia	Síria	Libéria	Moldávia	Coreia do Sul
Bolívia	Irão	Somália	Madagáscar	Polónia	Dinamarca
Botswana	Iraque	Sri Lanka	Malawi	Quirguistão	Espanha
Brasil	Jamaica	Suazilândia	Maldivas	República Checa	Estados Unidos
Brunei	Jordânia	Sudão	Mali	Roménia	Finlândia
Burkina Faso	Kuwait	Suriname	Mauritânia	Sérvia e Montenegro	França
Burundi	Laos	Tailândia	Moçambique	Tajiquistão	Grécia
Butão	Lesoto	Tanzânia	Myanmar	Turquemenistão	Holanda
Cabo Verde	Líbano	Territórios Ocupados da Palestina	Nepal	Ucrânia	Irlanda
Camarões	Libéria	Timor-Leste	Níger	Usbequistão	Islândia
Camboja	Líbia	Togo	Quiribáti	(27 países ou áreas)	Itália
Catar	Madagáscar	Tonga	Rep. Centro-Africana		Japão
Chade	Malásia	Trindade e Tobago	Ruanda	OCDE	Luxemburgo
Chile	Malawi	Tunísia	Samoa Ocidental	Alemanha	Noruega
China	Maldivas	Turquia	São Tomé e Príncipe	Austrália	Nova Zelândia
Chipre	Mali	Tuvalu	Senegal	Áustria	Portugal
Colômbia	Marrocos	Uganda	Serra Leoa	Bélgica	Reino Unido
Comores	Maurícias	Uruguai	Somália	Canadá	Suécia
Congo	Mauritânia	Vanuatu	Sudão	Coreia do Sul	Suíça
Congo, Rep. Dem.	México	Venezuela	Tanzânia	Dinamarca	(24 países ou áreas)
Coreia do Norte	Mianmar	Vietname	Togo	Eslováquia	
Coreia do Sul	Micronésia	Zâmbia	Tuvalu	Espanha	
Costa do Marfim	Moçambique	Zimbabué	Uganda	Estados Unidos	
Costa Rica	Mongólia	(137 países ou áreas)	Vanuatu	Finlândia	
Cuba	Namíbia		Zâmbia	França	
Djibuti	Nauru	Países menos desenvolvidos	(49 países ou áreas)	Grécia	
Dominica	Nepal	Afganistão		Holanda	
Egipto	Nicarágua	Angola	<i>Europa Central e do Leste e a Comunidade de Estados Independentes (CEI)</i>	Hungria	
El Salvador	Niger	Bangladeche		Irlanda	
Emiratos Árabes Unidos	Nigéria	Benim		Islândia	
Equador	Omã	Burkina Faso		Itália	
Eritreia	Palau	Burundi		Japão	
Etiópia	Panamá	Butão		Luxemburgo	
Fidji	Papua Nova Guiné	Cabo Verde	Albânia	México	
Filipinas	Paquistão	Camboja	Arménia	Noruega	
Gabão	Paraguai	Chade	Azerbaijão	Nova Zelândia	
Gâmbia	Peru	Comores	Bielorrússia	Polónia	
Gana	Quénia	Congo, Rep. Dem.	Bósnia e Herzegovina	Portugal	
Granada	Quiribáti			Reino Unido	
Guatemala	Rep. Centro-Africana				

a. Exclui a República Checa, Hungria, México, Polónia, Eslováquia e Turquia.

Países em desenvolvimento nos grupos regionais

<i>Países Árabes</i>	<i>Ásia e Pacífico</i>	<i>América Latina e Caraíbas</i>	<i>Europa do Sul</i>	<i>África Subsariana</i>
Arábia Saudita	Ásia oriental e Pacífico	Antígua e Barbuda	Chipre	África do Sul
Argélia	Brunei	Argentina	Turquia	Angola
Barém	Camboja	Baamas	<i>(2 países e áreas)</i>	Benim
Catar	Coreia do Norte	Barbados		Botswana
Djibuti	Coreia do Sul	Belize		Burkina Faso
Egipto	China	Bolívia		Burundi
Emiratos Árabes Unidos	Fidji	Brasil		Cabo Verde
Iémen	Filipinas	Chile		Camarões
Iraque	Hong Kong, China (RAE)	Colômbia		Chade
Jordânia	Ilhas Marshall	Costa Rica		Comores
Kuwait	Ilhas Salomão	Cuba		Congo
Líbano	Indonésia	Dominica		Congo, Rep. Dem.
Líbia	Laos	El Salvador		Costa do Marfim
Marrocos	Malásia	Equador		Eritreia
Omã	Mianmar	Granada		Etiópia
Síria	Micronésia	Guatemala		Gabão
Somália	Mongólia	Guiana		Gâmbia
Sudão	Nauru	Haiti		Gana
Territórios Ocupados da Palestina	Palau	Honduras		Guiné
Tunísia	Papua Nova Guiné	Jamaica		Guiné Bissau
<i>(20 países ou áreas)</i>	Quiribáti	México		Guiné Equatorial
	Samoa Ocidental	Nicarágua		Lesoto
	Singapura	Panamá		Libéria
	Tailândia	Paraguai		Madagáscar
	Timor-Leste	Peru		Malawi
	Tonga	República Dominicana		Mali
	Tuvalu	Santa Lúcia		Maurícias
	Vanuatu	São Cristóvão e Nevis		Mauritânia
	Vietname	São Vicente e Granadinas		Moçambique
	<i>(28 países ou áreas)</i>	Suriname		Namíbia
	Ásia do Sul	Trindade e Tobago		Níger
	Afeganistão	Uruguai		Nigéria
	Bangladeche	Venezuela		Quênia
	Butão	<i>(33 países e áreas)</i>		República Centro-Africana
	Índia			Ruanda
	Irão			São Tomé e Príncipe
	Maldivas			Senegal
	Nepal			Serra Leoa
	Paquistão			Seychelles
	Sri Lanka			Suazilândia
	<i>(9 países e áreas)</i>			Tanzânia
				Togo
				Uganda
				Zâmbia
				Zimbabué
				<i>(45 países ou áreas)</i>

ÍNDICE DE INDICADORES

Indicador	Quadro de indicadores
A	
Água, fonte melhorada	
população sem acesso sustentável	3
população com acesso sustentável	7, 33
Agricultura doméstica, apoio dos países da OCDE	17
Ajuda pública ao desenvolvimento (APD) desembolsada, líquida em % do RNB	16
per capita do país doador	16
para serviços básicos	16
aos países menos desenvolvidos	16
total	16
bilateral não ligada	16
Ajuda pública ao desenvolvimento (APD) recebida (desembolsos líquidos)	
em % do PIB	18
per capita	18
total	18
Alfabetização de adultos, taxa	1, 11, 33
feminina	24, 26
feminina em % da masculina	26
masculina	25
Alfabetização de jovens, taxa	11
feminina	26
feminina em % da masculina	26
Altura deficiente para a idade, crianças menores de cinco anos	7
Analfabetismo de adultos, taxa	3
Analfabetismo funcional, pessoas	4
Armas convencionais, transferências	
exportações	
quota	22
total	22
importações, total	22
C	
Ciências, matemática e engenharia, estudantes do superior em	11
Comércio	
bens importados pelos países desenvolvidos	
com origem nos países em desenvolvimento	
parcela das importações totais	17
total	17
com origem nos países menos desenvolvidos	
parcela das importações totais	17
total	17
barreiras tarifárias, média e equivalentes não tarifários	17
termos de troca	15
Consumo de combustível, tradicional	21
Contraceptivos, prevalência	6
Crianças que atingem o 5.º ano	11
Criminalidade, pessoas vitimadas	
assalto	23
suborno (corrupção)	23
crimes de propriedade	23
roubo	23
assalto sexual	23
criminalidade total	23

Indicador	Quadro de indicadores
D	
Desemprego	20
Desemprego, longo prazo	4
feminino	20
masculino	20
Desemprego, taxa	20
média anual	20
feminino em % do masculino	20
jovem	20
feminino em % da masculino	20
Direitos fundamentais do trabalho, estatuto das convenções	31
Dívida, alívio	
compromissos bilaterais com o <i>trust fund</i> PPAAE	17
perdão da dívida bruta bilateral	17
Dívida, serviço total	
em % das exportações de bens e serviços	18
em % do PIB	18
E	
Educação, despesa pública	
em % do PIB	10, 19
em % da despesa pública total	10
pré-primária e primária	10
secundária	10
superior	10
Educação, índice	1
Electricidade, consumo per capita	21
Emissões de dióxido de carbono	
per capita	21
parte do total mundial	21
Emprego feminino por actividade económica	
agricultura	
total	27
em % da taxa masculina	27
indústria	
total	27
em % da taxa masculina	27
serviços	
total	27
em % da taxa masculina	27
Energia utilizada, PIB por unidade	21
Escolarização, taxa bruta	
combinada primário, secundário e superior	1, 33
feminina	24
masculina	24
superior	
taxa feminina	26
rácio feminino/masculino	26
Escolarização, taxa líquida	
primária	11, 13
taxa feminina	26
rácio feminino/masculino	26
secundária	11
taxa feminina	26
rácio feminino/masculino	26

ÍNDICE DE INDICADORES

Indicador	Quadro de indicadores
Esperança de vida, índice	1
Esperança de vida à nascença	1, 9, 33
feminina	24
masculina	24
Exportações	
alta tecnologia	15
de bens e serviços	15
produtos manufacturados	15
produtos primários	15

F

Fertilidade total, taxa	5, 33
Fluxos privados, outros	18
Forças armadas	
índice	22
total	22
Fumadores, prevalência	
homens	8
mulheres	8

H

Hiato da pobreza, rácio	ODM 1
HIV, prevalência	8, 33

I

Importações de bens e serviços	15
Índice de desenvolvimento ajustado ao género (IDG)	24, 32
Índice de desenvolvimento humano (IDH)	1
tendências	2, 32
Índice de pobreza humana (IPH-1)	
para países em desenvolvimento	3, 22
Índice de pobreza humana (IPH-2)	
para países da OCDE seleccionados	4, 32
Índice de preços no consumidor, variação média anual	13
Instalações sanitárias melhoradas, população com acesso	7
Instrumentos internacionais de direitos humanos, estatuto dos principais	30
Insuficiência de peso, crianças nascidas com	7
Internet, utilizadores	12
Investigação e desenvolvimento (I&D)	
despesas	12
investigadores	12
Investimento directo estrangeiro, fluxos líquidos	18

M

Malária	
casos	8
prevenção, crianças menores de cinco com mosquiteiros tratados com insecticida	8
tratamento, crianças menores de cinco com febre tratada com medicamentos antimaláricos	8
Medicamentos essenciais a preço comportável, população com acesso sustentável	6

Indicador	Quadro de indicadores
Médicos	6
Medida de participação segundo o género (MPG)	25, 32
Militar, despesa	19
Mortalidade de menores de cinco anos, taxa	9, 33
Mortalidade infantil, taxa	9
Mortalidade materna, taxa	
ajustada	9
declarada	9

P

Participação económica das mulheres	
legisladoras, funcionárias superiores e gestoras	25
trabalhadores especializadas e técnicas	25
Participação política das mulheres	
legisladoras, funcionárias superiores e gestoras	25
assentos no parlamento ocupados por mulheres	25
câmara baixa ou única	29
câmara alta ou senado	29
mulheres no governo ao nível ministerial	29
ano da primeira mulher eleita ou nomeada para o parlamento	29
ano em que as mulheres receberam o direito de se candidatar às eleições	29
ano em que as mulheres receberam o direito de votar	3,29
Partos assistidos por técnicos de saúde	6
Patentes concedidas aos residentes	12
Peso deficiente para a idade, crianças menores de cinco anos	3, 7
Pessoas desempregadas	17
Pessoas deslocadas internamente	22
Pessoas subalimentadas	7, 33
PIB, índice	1
PIB per capita	
taxa de crescimento anual	13
em dólares EUA	13
em dólares PPC	1, 13, 33
valor mais elevado em 1975-2002	13
ano do valor mais elevado	13
PIB, total	
em milhares de milhões de dólares PPC	13
em milhares de milhões de dólares EUA	13
População	
com 65 anos e mais	5
taxa de crescimento anual	5
total	5, 33
com menos de 15 anos	5
urbana	5
Preservativos, taxa de utilização, última relação sexual de risco	8

R

Refugiados	
por país de asilo	22
por país de origem	22
Rendimento auferido, estimado	
feminino	24
masculino	24
rácio feminino/masculino	25

ÍNDICE DE INDICADORES

Indicador	Quadro de indicadores	Indicador	Quadro de indicadores
Rendimento ou consumo, parcela		índice	27
10% mais pobres	14	Telefones, linhas principais	12
20% mais pobres	14	Telemóveis, assinantes	12
10% mais ricos	14	Tempo de trabalho	
20% mais ricos	14	homens	
Rendimento, medidas de desigualdade		actividades de mercado	28
índice de Gini	14	actividades não mercantis	28
rácio do rendimento, 10% mais ricos para 10% mais pobres	14	total	28
rácio do rendimento, 20% mais ricos para 20% mais pobres	14	total	
Rendimento, privação		actividades de mercado	28
população que vive com menos de 1 dólar por dia	3	actividades não mercantis	28
população que vive com menos de 2 dólares por dia	3	mulheres	
população que vive com menos de 4 dólares por dia	4	em % dos homens	28
população que vive com menos de 11 dólares por dia	4	actividades de mercado	28
população que vive com menos de 50%		actividades não mercantis	28
da mediana do rendimento	4	total	28
população que vive abaixo da linha de pobreza nacional	3	Terapia de reidratação oral, taxa de utilização	6
Royalties e direitos de licenças, receitas	12	Termos de troca	14
		Trabalhadores familiares, contribuição	
S		feminino	27
Saúde, despesa		masculino	27
per capita	6	Tratados ambientais, ratificação	21
privada	6	Tuberculose, casos	
pública	6, 19	casos curados com TDOB	8
Sobrevivência		casos detectados com TDOB	8
probabilidade à nascença de não viver até aos 40 anos	3	por 100.000 pessoas	8
probabilidade à nascença de não viver até as 60 anos	4		
probabilidade à nascença de viver até as 65 anos		V	
feminino	9	Vacinação, crianças de um ano	
masculino	9	contra o sarampo	6
		contra a tuberculose	6
T			
Taxa de actividade económica feminina	27		
em % da taxa masculina	27		